



ANUÁRIO

MULTI CIDADES

Finanças dos Municípios do Brasil

Ano 13 | 2018

Realização:



O Brasil vive aqui

Elaboração:



Apoio:



Apresentação

O ano de 2016 foi vivido por nós, da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com muita luta em prol dos municípios brasileiros!

Diante do cenário de forte crise econômica foi intensa nossa mobilização junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional para conseguirmos que os municípios participassem da repartição dos recursos das multas aplicadas sobre os valores regularizados pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), conhecido como Lei da Repatriação. Dos R\$ 11 bilhões transferidos aos municípios, metade foi referente às multas.

Como mostram os dados do anuário **Multi Cidades**, esses recursos foram fundamentais para dar certo alívio às contas de 2016, ainda que a maior parte tenha ingressado nos cofres municipais nos meses de novembro e dezembro. De fato, a queda na receita corrente, que foi de apenas 0,6% em 2016, teria sido de 3% sem os valores da Lei da Repatriação e do adicional de R\$ 1,68 bilhão relativos ao acréscimo de 1% no FPM (Emenda Constitucional nº 84/2014), outra importante conquista municipalista.

Os números publicados por **Multi Cidades** mostram ainda que os entes municipais não ficaram apáticos diante da crise. Ao contrário, mesmo em final de mandato, promoveram um forte ajuste fiscal via redução das despesas e, assim, as contas consolidadas voltaram a registrar um valor de receita total superior à despesa total.

Outra grande conquista que marcou 2016 e contou com atenção especial da FNP foi a aprovação da Lei Completar nº 151, em agosto de 2015, que permitiu que as novas condições para o pagamento das dívidas dos municípios fossem aplicadas a partir de 2016. A medida deverá atingir 177 municípios, gerando uma

economia próxima a R\$ 60 bilhões nos saldos devidos desse grupo e uma economia mensal de R\$ 187,6 milhões, relativos aos pagamentos das parcelas.

Com relação ao futuro próximo, apontamos uma importante questão a ser enfrentada pelos municípios: a da Reforma Tributária, em cujo bojo reacende-se a discussão sobre as competências tributárias, a repartição das receitas disponíveis e a divisão de atribuições entre as esferas de governo. Deveremos, inevitavelmente, debater sobre os gastos assumidos crescentemente pelos municípios sem a devida ampliação da sua participação na divisão da receita disponível.

Em **Multi Cidades** divulgamos o quanto tem aumentado proporcionalmente as despesas das áreas sociais nos orçamentos locais, que já atingem 55,4% de todo o recurso disponível. Esse comportamento, combinado com os compromissos compulsórios para o pagamento de dívidas e os repasses ao legislativo municipal, tem comprometido as demais áreas, como a zeladoria das cidades.

A publicação aponta ainda algumas distorções causadas pelas vinculações constitucionais que são aplicadas de maneira linear entre municípios com características extremamente distintas.

Assim, por trazer tantos subsídios para uma melhor compreensão dos desafios locais, recomendo aos prefeitos que mantenham o anuário **Multi Cidades** como fonte de consulta permanente e o divulguem. Que esta publicação favoreça o debate e fortaleça a luta dos prefeitos por melhores condições de vida para a população dos municípios.

Jonas Donizette

Prefeito de Campinas-SP

Presidente da FNP

Sumário

Notas Metodológicas.....	4
--------------------------	---

Panorama

Áreas sociais ocupam espaço cada vez maior nos orçamentos municipais

I - Receita disponível por esfera de governo	8
II – Receitas.....	10
III – Despesas	18

Receita

ICMS Municipal - As transferências do ICMS para os municípios acumularam perdas de R\$ 13,2 bilhões, entre 2013 e 2016	36
IPVA Municipal - Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul perdem R\$ 1 bilhão entre 2015 e 2016 e afetam as transferências do IPVA para seus municípios	46
FPM - Recursos da repatriação de valores garantem aumento do FPM em 2016	56
ISS - Arrecadação do ISS cai pelo segundo ano consecutivo	70
IPTU - Na crise, cresce a importância do IPTU nos orçamentos municipais	82
ITBI - Crise derruba ITBI	94
Taxas - 46,4% dos municípios não realizam a cobrança da taxa de coleta de lixo ou de limpeza urbana	104
Cosip - Cosip já arrecada mais do que as taxas municipais	114

Despesa

Pessoal - Despesa com pessoal permanece no mesmo patamar há três anos	120
Custeio - Municípios cortam R\$ 20,38 bilhões em custeio no biênio 2015-2016	132
Investimentos - Crise prejudica investimentos nas cidades	140
Juros e Amortizações da Dívida - Persistência da FNP garante redução das dívidas dos municípios	150

Despesa por função

Legislativos Municipais - Alto custo das Câmaras nos pequenos municípios é reflexo das regras constitucionais	166
Educação - Cresce número de alunos no ensino infantil e fatia da despesa municipal dedicada à educação	176
Saúde - Municípios são o ente federado que mais aumentou sua participação no financiamento da saúde no país	186



SRTVS, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF
CEP: 70340-910 – Fone (61) 3044-9800
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V13 (2018). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2018

CDU: 336.1

FNP - Presidente: Jonas Donizette - Prefeito de Campinas/SP • **Vice-presidente de Relações Institucionais:** João Doria - Prefeito de São Paulo/SP • **Vice-presidente de ODS:** Marcelo Crivella - Prefeito do Rio de Janeiro/RJ • **Vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional:** Arthur Virgílio Neto - Prefeito de Manaus/AM • **Vice-presidente de Cidades Inteligentes:** Rafael Greca - Prefeito de Curitiba/PR • **Vice-presidente de Relações Internacionais:** Luciano Rezende - Prefeito de Vitória/ES • **Vice-presidente de Reforma Federativa:** Emanuel Pinheiro - Prefeito de Cuiabá/MT • **Vice-presidente de Mudanças Climáticas:** Geraldo Julio - Prefeito de Recife/PE • **Vice-presidente de Regiões Metropolitanas:** Luciano Cartaxo - Prefeito de João Pessoa/PB • **Vice-presidente de Relações com o Judiciário:** Dr. Hildon - Prefeito de Porto Velho/RO • **1º Vice-presidente Nacional:** Carlos Amastha - Prefeito de Palmas/TO • **2º Vice-presidente Nacional:** Teresa Surita - Prefeita de Boa Vista/RR • **Secretário-geral:** ACM Neto - Prefeito de Salvador/BA • **1º Secretário Nacional:** Roberto Cláudio - Prefeito de Fortaleza/CE • **2º Secretário Nacional:** Gean Loureiro - Prefeito de Florianópolis/SC • **Vice-presidente de Relações com Fóruns e Redes:** Edvaldo Nogueira - Prefeito de Aracaju/SE

Realização: Frente Nacional de Prefeitos e Aequus Consultoria • **Diretora da Aequus Consultoria:** Alberto Borges e Tânia Villela • **Administrativo:** Marta Luiza Cursino Villela • **Equipe técnica:** Victor Batista Trindade • **Estagiário:** Luiz Filipe Vicente • **Colaboração:** Juliano César Gomes, Kleber Pacheco de Castro, Luiz Eduardo de Souza Dall'ior e Luis Fernando Novais • **Programação de sistema:** Felipe Emiliano Barbosa Surlo, Thiago Alcântara Leandro e Wanderson Morellato • **Revisão:** Ane Ramaldes • **Projeto gráfico:** Comunicação Impressa • **Editoração:** Link Editoração • **Impressão:** Qualidade Gráfica e Editora • **Equipe técnica da FNP:** Secretário-executivo: Gilberto Perre, Analista de Conteúdo e Projetos: Ricardo Batista, Coordenadora de Comunicação: Paula Aguiar

Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - salas 505 e 506 - Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: (27) 3235-7841 - 3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br • www.aequus.com.br



É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

Tiragem: 10.000 exemplares • Lançamento: novembro/2017

NOTAS METODOLÓGICAS

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados nesta edição, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2016.

Multiplicadores utilizados em cada ano para a atualização dos valores para 2016

2011	2012	2013	2014	2015	2016
1,4112	1,3388	1,2606	1,1856	1,0874	1,0000

Fonte de dados e estimativas

Para os dados fiscais, a principal fonte de informações utilizada foram os balanços anuais do banco de dados “Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios”, referentes aos exercícios fiscais de 2000 a 2012, e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), para o período de 2013 a 2016, ambos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na ausência dos balanços anuais, as informações foram completadas com dados de outros relatórios publicados pelas prefeituras em seus portais de transparência ou por outros órgãos governamentais de controle.

Entretanto, algumas lacunas permaneceram quando não foi possível encontrar informações em fontes oficiais. Além disso, foram excluídos os dados de alguns municípios que apresentavam inconsistências.

Para que tais lacunas não afetassem os totais e subtotais e para tornar a série histórica compatível, foram utilizadas estimativas para os valores totais dos municípios agrupados por região, para o total das faixas populacionais e o total do Brasil. A metodologia das estimativas

supõe que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média dos municípios que apresentaram dados nos anos considerados e que pertençam à mesma faixa populacional e ao mesmo estado da federação daquele que não possui o dado.

Número de municípios que apresentaram dados de 2011 a 2016

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de municípios com dados de receita	5.237	5.052	5.202	5.828	4.969	4.699
Participação no total	94,1%	90,8%	93,4%	86,7%	89,2%	84,4%
Número de municípios com dados de despesa	5.310	5.082	5.366	5.098	5.190	4.971
Participação no total	95,5%	91,4%	96,4%	91,6%	93,2%	89,3%
Total de municípios do Brasil¹	5.563	5.563	5.568	5.568	5.568	5.568

Nota: ¹ exceto Brasília e Fernando de Noronha

Outras fontes constantes na publicação são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Tabelas e municípios selecionados

A publicação apresenta tabelas com dados sobre a evolução dos principais itens da receita e da despesa desde o ano de 2012 até 2016, com a taxa de variação entre 2016 e 2015 e indicadores de participação na receita total, na receita corrente, receita tributária ou na despesa total.

Para a montagem dessas tabelas

foram selecionados 106 municípios. A seleção incorpora os maiores municípios brasileiros, sendo ao menos dois de cada Estado, dos quais um é a capital. Dessa forma, todas as Unidades da Federação estão representadas. Os estados que possuem uma quantidade maior de municípios com população acima de 200 mil habitantes tiveram mais cidades contempladas na amostra.

As tabelas de evolução contêm os seguintes totais:

- das regiões – inclui todos os municípios da região;
- das cidades selecionadas – inclui as 106 cidades selecionadas;
- dos municípios com até 20 mil habitantes;
- das capitais;
- do Brasil – são todos os 5.568 municípios. Não inclui Brasília nem Fernando de Noronha.

Deduções da receita

Os valores da receita total e da receita corrente de cada município são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), bem como de todas as demais deduções da receita que possam eventualmente constar nas informações contábeis dos municípios.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da quota-parte municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

Os demais subitens das receitas também são publicados integralmente, sem quaisquer deduções. Isso porque os dados obtidos em Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios, divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, até o exercício de 2012, não trazem os valores das deduções de cada item da receita. Desta forma, caso **Multi Cidades** incorporasse as deduções a partir dos dados de 2013, haveria uma descontinuidade da série histórica, o que impossibilitaria a análise temporal.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de apresentar dados mais próximos da realidade, **Multi Cidades**- Finanças dos Municípios do Brasil desconsiderou os valores registrados nas operações

intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, deste modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, quando se utiliza dados consolidados se faz necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos.

Existe ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas contas devidas. Nesse caso, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados. Variações muito abruptas nos dados de alguns municípios também podem ser fruto de outros tipos de alterações nos registros contábeis que às vezes ocorrem apenas num determinado ano.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Multi Cidades** engloba toda a despesa corrente com pessoal e encargos sociais, exceto as sentenças judiciais, as de exercícios anteriores e as operações entre órgãos e inclui os gastos com aposentadorias, reformas, pensões e salários-família registrados em outras despesas correntes.

Despesa com investimentos

Multi Cidades considera como despesa com investimentos toda a despesa

de capital, excluídas as amortizações da dívida e as operações entre órgãos. Inclui, portanto, as inversões financeiras.

Despesa com juros e amortizações da dívida

Os gastos com juros e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente com juros e encargos da dívida e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Multi Cidades** abrange toda a despesa corrente, excluídos juros e encargos da dívida, operações entre órgãos e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizaram-se os seguintes sinais convencionais:

- a) 0 ou 0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- b) -0 ou -0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- c) – dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- d) .. não se aplica dado numérico;
- e) ... dado numérico não disponível.



QUER SER REFERÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE?

A Faculdade São Leopoldo Mandic (SLMANDIC) está entre as dez melhores Instituições de Ensino Superior do País, segundo o Índice Geral de Cursos (IGC-MEC). Conta com laboratórios com recursos de última geração, possui convênios com instituições estrangeiras e corpo docente com 100% de professores doutores.

**CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
EM ODONTOLOGIA E MEDICINA É NA SLMANDIC.**

📍 R. José Rocha Junqueira, 13
Swift, Campinas - SP
CEP 13045-755

☎ Fone: 0800 941 7 941

🌐 slmandic.edu.br



Áreas sociais ocupam espaço cada vez maior nos orçamentos municipais

MUNICÍPIOS CORTARAM INVESTIMENTOS, CUSTEIOS E SEGURARAM AS DESPESAS COM PESSOAL MIRANDO O AJUSTE DAS CONTAS EM ÚLTIMO ANO DE MANDATO. SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL JÁ REPRESENTAM 55,4% DE TODA DESPESA MUNICIPAL, COMPRIMINDO O ESPAÇO ORÇAMENTÁRIO DAS DEMAIS ÁREAS. **OS RECURSOS ADICIONAIS DA LEI DA REPATRIAÇÃO FORAM FUNDAMENTAIS PARA O FECHAMENTO DE 2016.**

I - Receita disponível por esfera de governo

Em 2016, a fatia municipal na receita disponível atingiu 20,4%, o que representou um aumento de 0,63 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Os estados ficaram com 25,7%, com ganho de 0,64 pontos percentuais. A União, por sua vez, perdeu 1,28 pontos percentuais, com sua participação recuando de 55,2%, em 2015, para 53,9%, em 2016.

Receita disponível é o volume de recursos à disposição de cada ente governamental, depois de realizada toda a arrecadação direta das três esferas e de repassadas todas as transferências obrigatórias (constitucionais e legais) de um ente para outro. Simplificadamente, é o montante de recursos que cada esfera de governo efetivamente possui para dar conta de suas atribuições.

No caso municipal, a maior parte do aumento da receita disponível no biênio 2015-2016 se deu em função da Emenda Constitucional nº 84

de 2014, que aumentou em 1% a parcela do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como forma de transição, a EC nº 84 estabeleceu o incremento de 0,5% para o exercício de 2015 e de 1% a partir do ano de 2016. Os recursos oriundos da Emenda são transferidos aos municípios em cota única sempre no mês de julho (veja mais sobre esse assunto na seção do FPM na página 56).

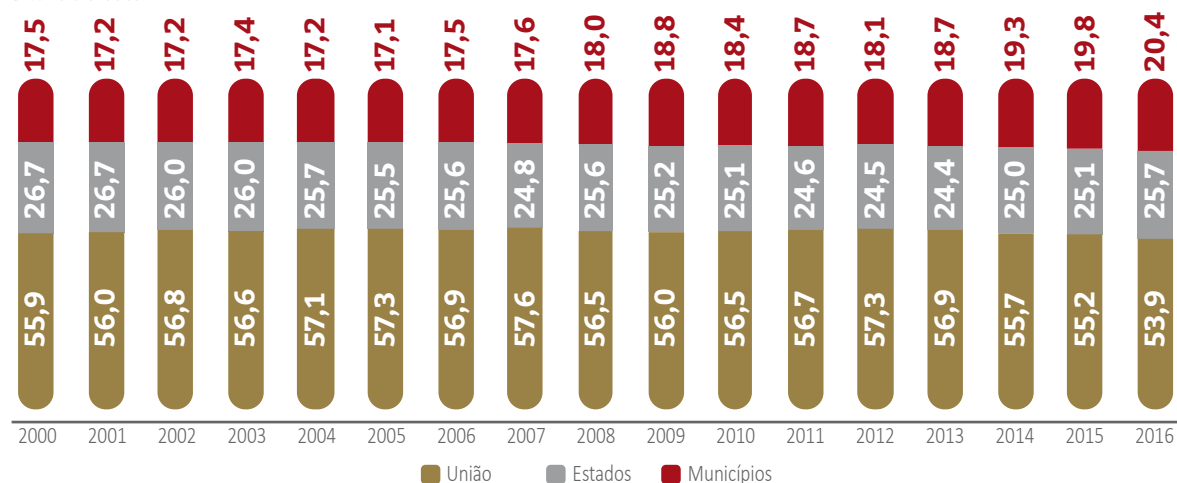
Parte da melhora relativa dos estados e municípios na receita disponível é explicada, ainda, pelo desempenho menos ruim de suas arrecadações diretas comparativamente ao resultado da União. De fato, enquanto a União viu sua arrecadação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) cair de 21,65%, em 2015, para 21,37%, em 2016, no caso dos estados houve um aumento de

8,80% para 8,95% e, para os municípios, o indicador ficou relativamente estável, indo de 2,36% para 2,37% no mesmo período.

No entanto, assim como em 2015, o ganho dos municípios em termos de participação no total das receitas disponíveis não se traduziu em aumento de recursos, uma vez que os reveses da conjuntura econômica causaram forte retração no PIB e nas receitas dos três níveis de governo. Pelo segundo ano consecutivo, os municípios registra-

ram queda em suas receitas correntes, como será visto mais adiante. A conjuntura crítica da economia brasileira reduziu os recursos disponíveis para o setor público como um todo. Contudo, a União foi o ente mais fortemente afetado, pois, além da queda na arrecadação, aumentou seus repasses ao FPM através da EC 84. Dessa forma, municípios e estados experimentaram um aumento na participação na receita disponível total, tanto em 2015 quanto em 2016.

Receita disponível por esfera de governo - 2000-2016 em % do total



Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.

Arrecadação direta e receita disponível por esfera de governo - 2016

Arrecadação direta			
Esfera	R\$ bilhões	% do PIB	% do total arrecadado
União	1.339,37	21,37	65,39
Estados	560,82	8,95	27,38
Municípios	148,24	2,37	7,24
SPC¹	2.048,43	32,69	100,00
Receita disponível			
Esfera	R\$ bilhões	% do PIB	% do total disponível
União	1.103,87	17,61	53,89
Estados	526,75	8,41	25,72
Municípios	417,81	6,67	20,40
SPC¹	2.048,43	32,69	100,00

Elaboração: Kleber Pacheco de Castro. Fonte primária: STN, ANP, Aneel e IBGE.
¹ Setor Público Consolidado.

II – Receitas em 2016

Dois anos de queda seguidos do PIB puxaram para baixo a arrecadação da União e dos estados. Com base nos dados do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com) é possível observar que a União, que havia registrado queda em suas receitas de 5,2% em 2015, voltou a amargar outra de 2,8%, em 2016. Nos estados, a queda da receita total foi de 6% e 3,3% nesses mesmos anos. As variações são sempre reais, ou seja, já descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No plano municipal, com base nos dados de 4.699 municípios obtidos no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e incluídas as estimativas realizadas por **Multi Cidades** (veja Notas metodológicas na página 4), a receita total¹, que havia caído 2,9% em 2015, ficou praticamente estável, em 2016, com pequena variação negativa de 0,2%, chegando a R\$ 551,36 bilhões. Essa relativa estabilidade foi alcançada pelo aumento das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, por sua vez, como será exposto no texto a seguir e nas seções subsequentes deste anuário, deveu-se aos recursos extraordinários advindos da Lei da Repatriação e à aprovação da Emenda Constitucional nº 84/2014, que acrescentou 1% das receitas do IR e do IPI ao FPM. Tais medidas foram conquistadas do movimento municipalista, com atuação permanente e fundamental da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Em outras importantes receitas municipais houve continuidade nas perdas, sendo as mais significativas as que ocorreram nas transferências do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), no Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS) e no Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), todos impostos muito sensíveis às variações na atividade econômica. Dessa forma, as receitas correntes² fecharam o ano de 2016 com suave queda de 0,6%, indicando uma relativa estabilidade em relação ao ano anterior.

EM OUTRAS IMPORTANTES
RECEITAS MUNICIPAIS HOUVE
CONTINUIDADE NAS PERDAS,
SENDO AS MAIS SIGNIFICATIVAS
**AS QUE OCORRERAM NAS
TRANSFERÊNCIAS DO
ICMS, NO ISS E NO ITBI.**

As receitas de capital³, por sua vez, ao crescerem 13%, contribuíram com um aumento de R\$ 2,64 bilhões em 2016, comparado a 2015. Porém, a maior parte dos recursos adicionais veio de operações de crédito e de outras receitas de

¹ Receita total = receitas correntes + receitas de capital.

² Receitas correntes são recursos que ingressam regularmente nos cofres públicos. Na esfera municipal é composta por tributos próprios (ISS, IPTU, ITBI, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, taxas e contribuições de melhoria), pelas transferências obrigatórias de outros entes da federação para os municípios, transferências de convênios e outras receitas tais como as de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços.

³ Receitas de capital são recursos provenientes de operações de crédito, alienações de bens e das transferências de capital recebidas dos demais níveis de governo e destinadas a financiar as despesas de capital, sendo aplicadas, normalmente, em investimentos.

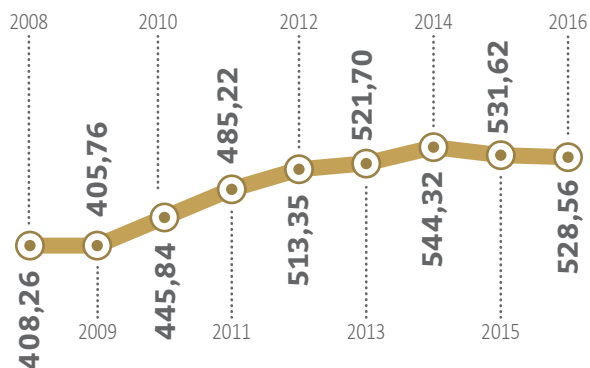
capital, tais como as alienações de bens, fontes que ficam restritas e concentradas em poucos municípios, normalmente os maiores.

Receitas correntes

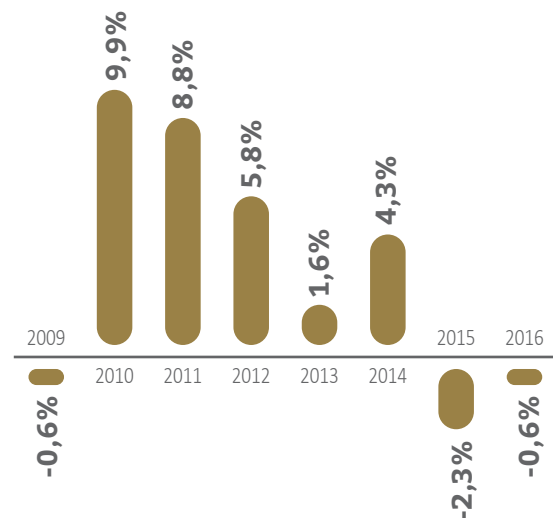
Em 2016, a entrada dos recursos extraordinários da repatriação (Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária- RERCT), somada aos efeitos positivos da Emenda Constitucional nº 84/2014, fizeram com que a receita corrente dos municípios brasileiros ficasse praticamente estável comparado ao ano anterior, com ligeiro recuo de 0,6%. Assim, a receita corrente atingiu a cifra de R\$ 528,56 bilhões, em 2016, uma diferença de R\$ 3,06 bilhões a menos em relação a 2015, para o conjunto dos municípios. Se desconsiderados esses recursos adicionais, a receita corrente teria recuado em 3%.

SEM OS RECURSOS DA LEI DA REPATRIAÇÃO E DO 1% DO FPM DISTRIBUÍDO EM JULHO PELA EC 84, A RECEITA **CORRENTE MUNICIPAL TERIA RECUADO EM 3%.**

Evolução da receita corrente
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento da receita corrente em relação ao ano anterior



Os recursos adicionais provenientes da Lei da Repatriação (RERCT) e da EC nº 84 contribuíram para que o FPM, principal transferência da União para os municípios, atingisse a cifra de R\$ 99,72 bilhões, valor que superou em 7,4% o efetuado no ano anterior, já considerada a inflação medida pelo IPCA. Descontados os recursos da repatriação, o cenário seria bem distinto, com queda de 4,4%.

A Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, instituiu o RERCT visando incentivar a regularização de recursos obtidos de forma lícita e remetidos ou mantidos no exterior ou repatriados indevidamente. Segundo o Portal Brasil, site do Governo Federal, foram regularizados cerca de R\$ 169,94 bilhões, sendo que a Receita Federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões em impostos e multas. Desses, R\$ 11 bilhões foram incorporados ao FPM, de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e, assim, transferidos para os municípios de todo o Brasil ao longo do ano, sendo que as maiores parcelas só foram efetuadas no final do ano, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

Mesmo tendo ingressado nos cofres municipais apenas no final do exercício, os recursos da Lei de Repatriação foram fundamentais para o fechamento das contas dos municípios. Como será apresentado adiante, os municípios brasileiros apresentaram um superávit consolidado da ordem de R\$ 11,72 bilhões, valor que coincide com a magnitude dos recursos da repatriação.

Já o aumento de 1% das parcelas do IR e do IPI destinadas ao FPM de acordo com a EC nº 84 resultou num repasse adicional de R\$ 1,68 bilhão aos municípios. A distribuição deste 1% acontece sempre em julho de cada ano. Veja mais sobre o FPM na página 56.

Diante do cenário de prolongada recessão, **as transferências da quota-parte municipal no ICMS para o conjunto de municípios caíram pelo terceiro ano seguido**, atingindo R\$ 100,30 bilhões em 2016, valor próximo ao registrado em 2010, de R\$ 98,79 bilhões, em valores corrigidos da inflação pelo IPCA. Ainda atualizando os valores pelo IPCA, os repasses de ICMS recuaram 5,2%, entre 2015 e 2016. Dessa forma, os orçamentos das prefeituras tiveram de conviver no ano passado com uma perda de receitas provenientes do ICMS da ordem de R\$ 5,46 bilhões.

Desde 2014, a contração do ICMS vem superando a retração do PIB. Esse fato se relaciona com o impacto da crise ter sido maior nos setores que são base de arrecadação do ICMS. O recolhimento do mercado doméstico e a piora das condições de financiamento, tanto de consumo de bens e serviços, como habitacional, impuseram fortes constrangimentos à indústria, ao comércio e à construção civil. Entre 2013 e 2016, esses setores econômicos registraram quedas pronunciadas no valor adicionado de, respectivamente, 20,4%, 15,3% e 15%. Veja mais sobre a QPM-ICMS na página 36.

Em meio à recessão vivida pela economia brasileira, a distribuição de 50% da arrecadação estadual com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sofreu seu primeiro revés desde 2003. Entre 2015 e 2016, a transferência do tributo aos municípios encolheu 0,4% em valores reais, o que significou uma diminuição no volume de recursos equivalente a R\$ 78,9 milhões. Dentre os 26 estados da Federação, o imposto encolheu em 17 deles e cresceu nos outros nove, o que mostra uma dinâmica heterogênea do IPVA no território brasileiro, em 2016. Esse comportamento distinto do IPVA está associado ao fato de alguns governos estaduais terem mantido suas alíquotas de IPVA, enquanto outros optaram por aumentá-las. Veja mais sobre o IPVA na página 46.

No caso da arrecadação municipal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), após o recuo de 4,5% em 2015, adveio uma queda ainda mais forte em 2016, da ordem de 8,5%. Com isso, o recolhimento do imposto em 2016, de R\$ 52,66 bilhões, foi o menor desde 2012, em valores reais. A diferença em relação a 2015 foi de R\$ -4,92 bilhões. A queda mais intensa em 2016 reflete a continuidade da crise econômica e o fato de seus efeitos serem sentidos de forma postergada no setor de serviços, na medida em que este ocupa um espaço mais adiantado na cadeia de negócios.

O RECOLHIMENTO DO ISS EM 2016 FOI O MENOR DESDE 2012.

Até mesmo o ISS arrecadado por meio do Simples Nacional, que vinha de uma trajetória de crescimento acelerado desde a sua criação, sofreu um ligeiro recuo de 0,4% em 2016, com a arrecadação atingindo R\$ 6,86 bilhões.

Com base nos dados de 23 capitais obtidos no portal Compara Brasil, o ISS recolhido de janeiro a agosto de 2017 registrou uma queda real de 2,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado indica que a arrecadação de 2017 deverá encolher, mais uma vez, porém de forma menos intensa que no ano anterior. De qualquer forma, será o terceiro ano consecutivo de encolhimento da arrecadação de ISS. Veja mais sobre o ISS na página 70.

A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis Inter-Vivos (ITBI) também encolheu pelo segundo ano consecutivo. Após a queda de 8% em 2015, o recuo de 2016 foi ainda mais intenso, da ordem de 11,9%, fazendo com que o recolhimento do imposto atingisse R\$ 9,47 bilhões, patamar semelhante ao registrado em 2011, em valores reais. As perdas em relação a 2015 foram de R\$ 1,28 bilhão.

As sucessivas quedas de arrecadação do ITBI são reflexo, principalmente, do desaquecimento do mercado imobiliário, que pode ser medido pelo vertiginoso encolhimento do volume de crédito imobiliário concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) nos dois últimos anos. Após atingir o pico de cerca de R\$ 97 bilhões em 2013 e em 2014, o crédito concedido pelos bancos recuou para R\$ 59,68 bilhões, em 2015, e para R\$ 36,05 bilhões, em 2016. A redução dos valores dos imóveis também tem contribuído para reduzir a arrecadação do ITBI.

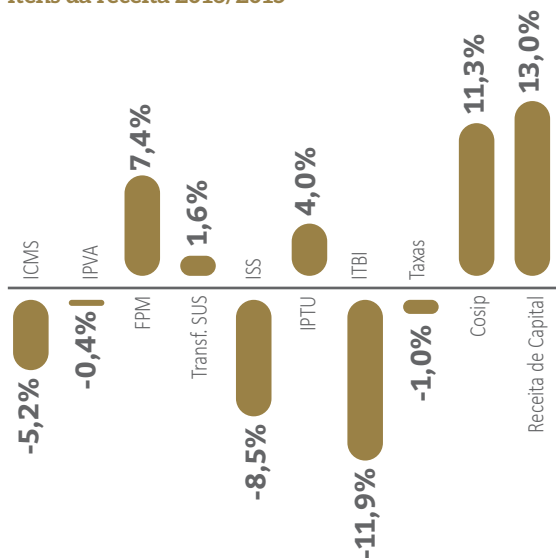
O recolhimento do ITBI não deverá sofrer outra forte queda em 2017. Segundo dados de 23 capitais obtidos no portal Compara Brasil, a arrecadação de ITBI de janeiro a agosto do ano foi apenas 0,9% menor que em igual período do ano anterior. Outro sinal de que a arrecadação do ITBI não sofrerá um grande revés em 2017 é que, diferentemente dos dois últimos anos, o volume de financiamentos imobiliários caiu de forma mais

branda. No acumulado até junho havia retraído apenas 6,7%, em relação ao mesmo período de 2016. Veja mais sobre o ITBI na página 94.

Quanto à receita do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), esta foi menos afetada pela conjuntura econômica em 2016 e superou em 4% a do ano anterior, atingindo R\$ 31,03 bilhões. O desempenho positivo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo também influenciou bastante no recolhimento do total dos municípios brasileiros. Quando excluídas essas duas capitais, a taxa de crescimento recua para 3%. Ainda assim, o resultado é melhor que o de 2015, quando a arrecadação havia crescido 1,5%, porém aquém das taxas prevaletentes em anos anteriores. Veja mais sobre o IPTU na página 82.

O DESEMPENHO DO IPTU FOI MENOS AFETADO PELA CONJUNTURA ECONÔMICA.

Desempenho dos principais itens da receita 2016/2015



Principais itens da receita dos municípios brasileiros - 2015-2016

Itens	2015	2016	Variação 2016/2015	Variação 2016/2015	Partic. na rec. total 2016
	em R\$ bilhões			em R\$ bilhões	
Receitas correntes	531,62	528,56	-0,6%	-3,06	95,9%
ICMS	105,76	100,30	-5,2%	-5,46	18,2%
IPVA	19,63	19,55	-0,4%	-0,08	3,5%
FPM	92,81	99,72	7,4%	6,91	18,1%
Transferência SUS	52,61	53,44	1,6%	0,83	9,7%
Receita tributária	120,09	115,96	-3,4%	-4,13	21,0%
ISS	57,58	52,66	-8,5%	-4,92	9,6%
IPTU	29,83	31,03	4,0%	1,19	5,6%
ITBI	10,75	9,47	-11,9%	-1,28	1,7%
Taxas	7,85	7,77	-1,0%	-0,08	1,4%
Cosip	7,28	8,11	11,3%	0,82	1,5%
Outras rec. correntes	140,72	139,60	-0,8%	-1,12	25,3%
Receitas de capital	20,33	22,97	13,0%	2,64	4,2%
Transferências da União	8,71	8,93	2,6%	0,22	1,6%
Transferências dos Estados	2,93	3,02	3,0%	0,09	0,5%
Operações de crédito	6,13	7,19	17,3%	1,06	1,3%
Outras de rec. de capital	2,55	3,82	49,8%	1,27	0,7%
RECEITA TOTAL	552,38	551,36	-0,2%	-1,02	100,0%

Nota: o somatório da receita corrente com a de capital não é exatamente igual a receita total devido às estimativas aplicadas em cada um desses itens, separadamente.

Receitas de capital

As receitas de capital dos municípios brasileiros foram ampliadas em R\$ 2,64 bilhões, passando de R\$ 20,33 bilhões, em 2015, para R\$ 22,97 bilhões, em 2016, um aumento de 13%, considerando-se valores reais, ou seja, descontados da inflação medida pelo IPCA. Em 2016, elas foram responsáveis por 55,7% de todo investimento municipal.

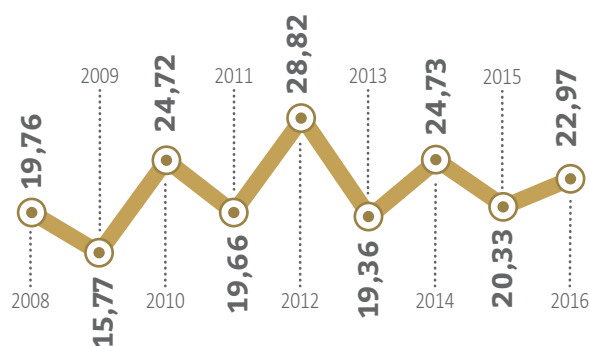
Nesse grupo de receita, o maior aumento ocorreu nas operações de créditos, que atingiram R\$ 7,19 bilhões, em 2016, valor 17,3% maior que o do ano anterior ou R\$ 1,06 bilhões a mais. **Apesar de serem responsáveis por cerca de 17,4% do total investido pelos municípios em 2016, um recorde dos últimos 15 anos, as receitas de operações de crédito usualmente estão concentradas em**

poucas cidades. Apenas o valor da operação do município do Rio de Janeiro, de R\$ 2,30 bilhões, correspondeu a 32% do total. Somadas as 79 receitas de operações de crédito acima de R\$ 10 milhões, chega-se a 82% do total. Veja mais sobre operações de crédito na página 142.

As transferências de capital provenientes da União e dos estados tiveram aumento real de 2,5% no período, quando passaram de R\$ 11,68 bilhões para R\$ 11,97 bilhões, sendo esses os menores valores desde 2010, considerando-se a correção pelo IPCA. Ainda assim, foram responsáveis por 29% dos investimentos municipais, em 2016. A redução do repasse voluntário de recursos dos demais níveis de governo para apoiar os

investimentos municipais no biênio 2015-2016 é consequência direta da crise fiscal pela qual esses entes estão passando, em grande parte devido ao aprofundamento da crise econômica. Veja mais sobre as transferências de capital na página 142.

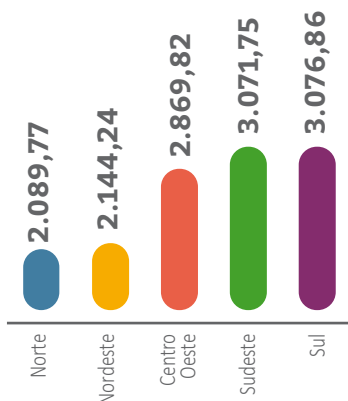
Evolução da receita de capital em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Receita per capita e g100

A receita total per capita média dos municípios brasileiros em 2016 foi de R\$ 2.714,26. As regiões do país onde os municípios possuem as maiores médias são Sul e Sudeste, seguidas do Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste, a receita total per capita ficou abaixo da média nacional. Veja gráfico abaixo.

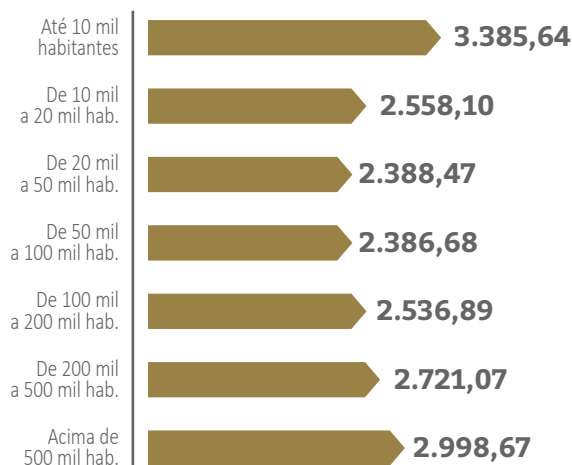
Receita total per capita por região - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



A receita per capita analisada de acordo com o tamanho populacional dos municípios aponta para valores maiores nos extremos, ou seja, nos menores municípios, aqueles com menos de 10 mil habitantes, com R\$ 3.385,64, e nos maiores, aqueles com mais de 500 mil habitantes, com R\$ 2.998,67.

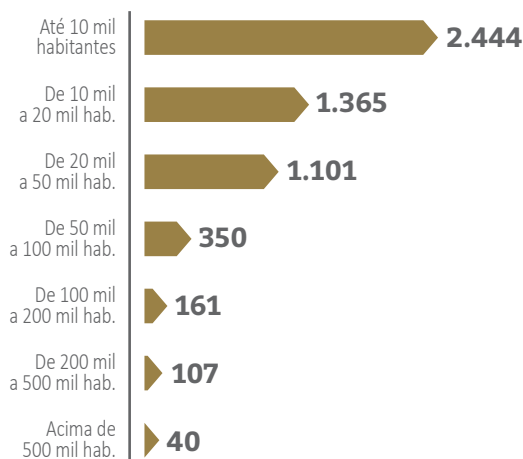
Isso ocorre porque os pequenos municípios são beneficiados pelos critérios de repartição do FPM, que distribui proporcionalmente mais aos menores como forma de complementar suas finanças, uma vez que a base tributária para arrecadação própria é muito limitada nessas localidades. Já os grandes municípios são detentores de uma base tributária mais robusta, resultado de uma economia mais ativa e diversificada, o que lhes proporciona maiores receitas tanto através da arrecadação direta quanto pelo recebimento da transferência do ICMS, cuja repartição está diretamente relacionada à produção de riqueza local.

Receita total per capita por faixa populacional - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



Panorama

Número de municípios por faixa populacional - 2016



A maioria dos municípios (64,2%) registrou uma receita per capita na faixa entre 2 mil e 4 mil, em 2016. Esse grupo concentra 69,5% da população brasileira, considerando-se os 4.699 municípios com dados fiscais disponíveis na STN. Outros 16,7% dos municípios trabalham com uma receita anual menor que 2 mil por habitante, e o que chama a atenção é que nessas cidades reside um quarto da população (24,7%).

UM QUARTO DA POPULAÇÃO
(24,7%) RESIDE EM MUNICÍPIOS
ONDE O PODER PÚBLICO
LOCAL **TRABALHA COM
UMA RECEITA ANUAL
MENOR QUE R\$ 2 MIL
POR HABITANTE.**

Dentre esses últimos, existe um subgrupo constituído por municípios com mais de 80 mil habitantes que, além de possuir uma baixa receita per capita, reúne também alguns dos piores indicadores nas áreas da saúde, educação, segurança pública, emprego, renda e maior presença de pessoas na condição de extrema pobreza. A identificação dessa situação levou a Frente Nacional de Prefeitos, a partir de 2009, a criar o **g100**, grupo originalmente formado pelos 100 municípios de menores receitas per capita entre aqueles com mais de 80 mil habitantes.

Nos 108 municípios que integram atualmente o **g100** residiam 20,8 milhões de pessoas em 2015, o que representava 10,3% da população total do país. Estão geralmente localizados em regiões metropolitanas, ao redor das capitais, ou são cidades-polo de regiões economicamente menos desenvolvidas. A receita corrente per capita desse grupo tem sido praticamente a metade da média dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes.

A fragilidade fiscal dos municípios do **g100** tem sua origem na forma como se estrutura o sistema tributário e no mecanismo de transferências de recursos entre os níveis de governo. O atual regime de federalismo fiscal brasileiro, construído em meados dos anos 60, não acompanhou as enormes mudanças na configuração das cidades brasileiras e no perfil socioeconômico da população. O país sofreu mudanças profundas nesses 50 anos e o nosso sistema, que deveria proporcionar o equilíbrio fiscal aos municípios com base no tripé formado pelas competências tributárias próprias, participação no imposto estadual e transferências de receitas da União, ficou desatualizado. Hoje, a distribuição de recursos entre os municípios desconsidera a diversidade entre eles e, assim, aumenta as disparidades e contribui para a existência de cidades como as do **g100**, onde

reside uma população socioeconomicamente vulnerável e, paradoxalmente, onde o setor público dispõe de pouco mais da metade da receita per

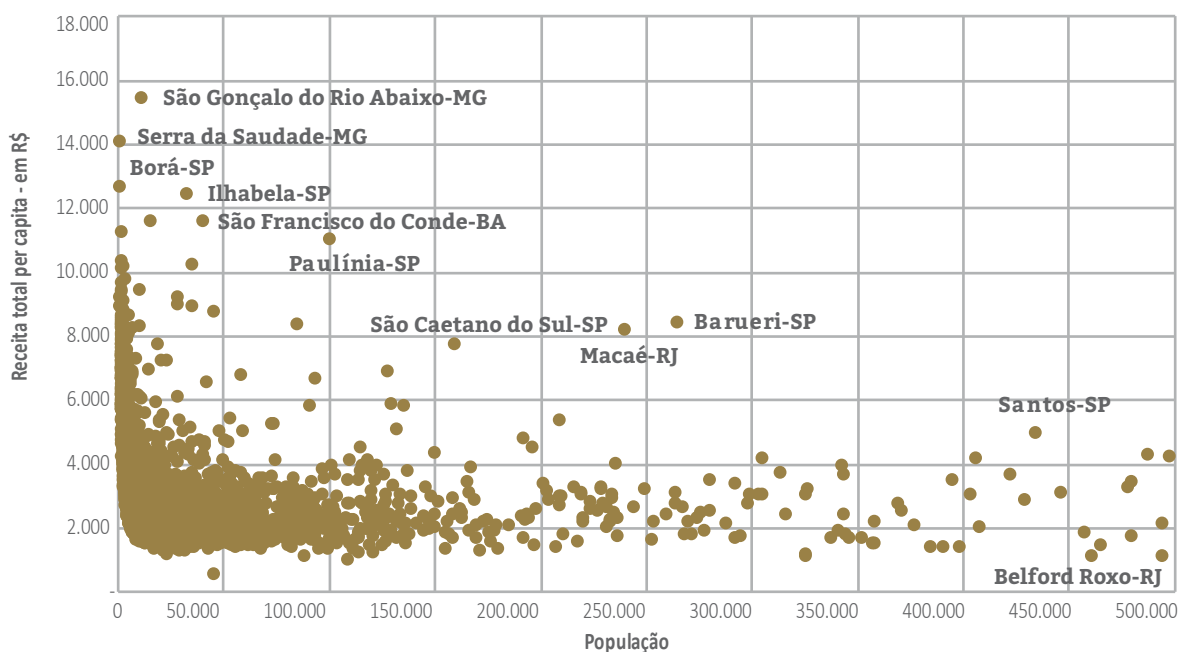
capita média nacional dos municípios para ofertar os serviços públicos que essa parcela da população tanto precisa.

Veja os anuários sobre o **g100** em www.fnp.org.br/publicacoes ou em www.aequus.com.br/outras-publicacoes.html.

Número de municípios por faixa de receita total per capita - 2016

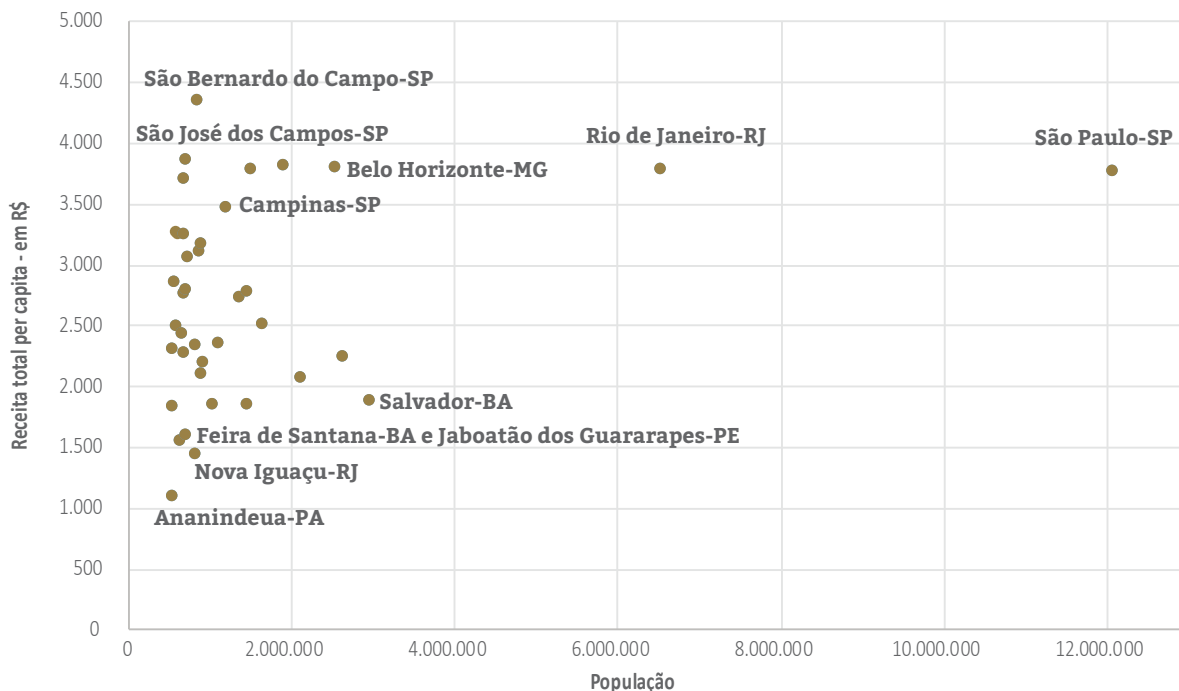
Receita total per capita	Nº de municípios	Participação no total	Partic. no total da população
Acima de R\$ 6 mil	239	5,1%	1,2%
Entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil	654	13,9%	4,7%
Entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil	3.019	64,2%	69,5%
Abaixo de R\$ 2 mil	787	16,7%	24,7%
Total de municípios com dados	4.699	100,0%	100,0%

Distribuição dos municípios com até 500 mil habitantes de acordo com a receita total per capita e o tamanho populacional - 2016



Panorama

Distribuição dos municípios com mais de 500 mil habitantes de acordo com a receita total per capita e o tamanho populacional - 2016



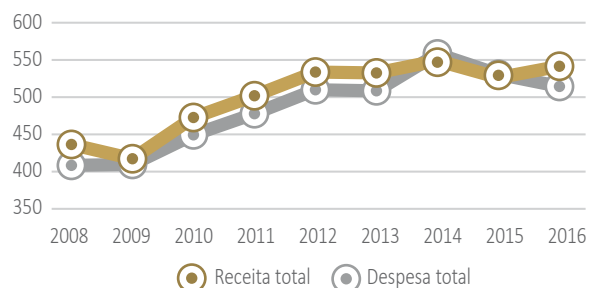
Nota: dos 40 municípios com mais de 500 mil habitantes, apenas São Gonçalo-RJ não apresentou os dados à Secretaria do Tesouro Nacional até a data de fechamento da coleta de dados para esta edição.

III – Despesas em 2016

Mesmo em meio a uma severa restrição pelo lado das receitas, as administrações municipais em ano de final de mandato obtiveram o maior superávit orçamentário desde 2008, ao mesmo tempo que passaram a registrar suficiência financeira de curto prazo.

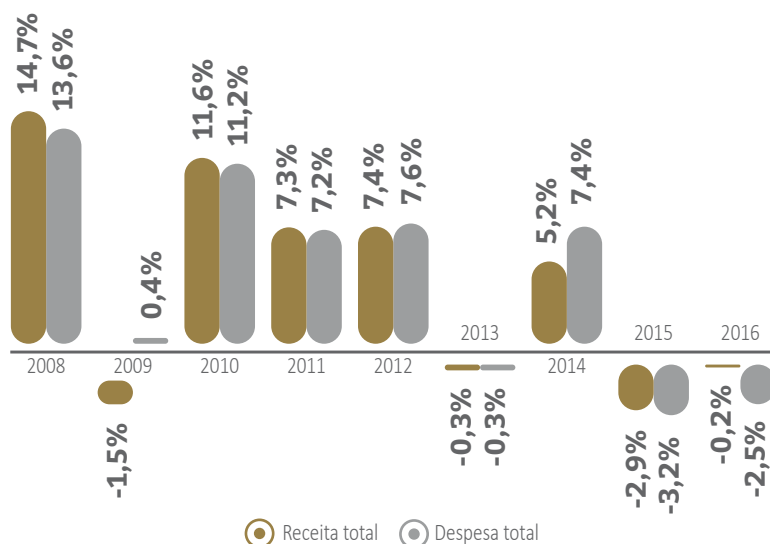
O superávit de R\$ 11,72 bilhões, que representou 2,1% da receita total, ocorreu depois de dois anos de pequenos déficits, da ordem de 0,5% da receita total, em 2014, e 0,2%, em 2015, **e foi possível graças a um corte de 2,5% nas despesas, em valores reais, e à entrada dos recursos da Lei da Repatriação no final do ano.** A despesa total foi de R\$ 539,64 bilhões, enquanto que a receita somou R\$ 551,36 bilhões.

Evolução da receita e da despesa totais em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Dados dos Relatórios de Gestão Fiscal de 1.837 municípios revelam que houve uma queda de 9% na disponibilidade de recursos não vinculados no caixa das prefeituras, que passaram de R\$ 21,64

Taxa de crescimento da receita e despesa totais em relação ao ano anterior

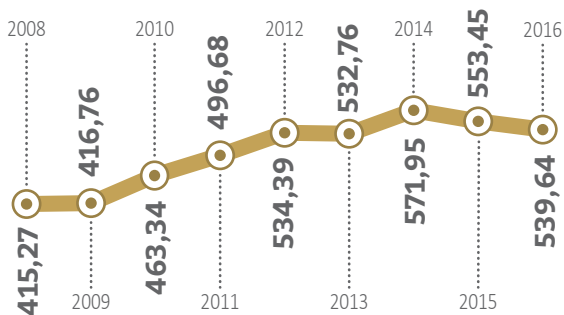


bilhões, em 2015, para R\$ 19,70 bilhões, em 2016. Todavia, os cortes de despesa fizeram com que o estoque de restos a pagar com recursos não vinculados caísse de forma ainda mais acentuada (-24,5%), passando de R\$ 25,02 bilhões para R\$ 18,89 bilhões, nesses mesmos anos. Dessa forma, o resultado dessa amostra de municípios deixou de indicar uma insuficiência financeira da ordem de R\$ 3,37 bilhões, em 2015, para uma situação de suficiência de R\$ 801,8 milhões, em 2016. A parcela

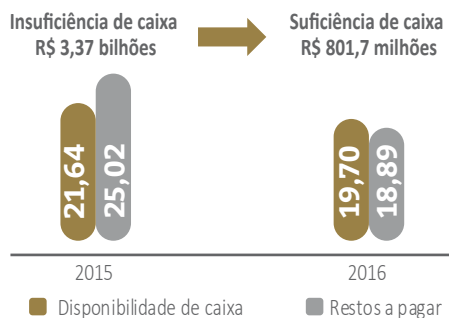
dos municípios da amostra onde a disponibilidade de caixa com recursos não vinculados superavam os restos a pagar e demais obrigações financeiras de curto prazo, que era de 45,5%, em 2015, passou para 58,1%, em 2016.

A in(suficiência) financeira é obtida por meio da diferença entre os recursos financeiros disponíveis em caixa, bancos e demais ativos financeiros de curto prazo e os restos a pagar processados e não processados de 2016 e de exercício anteriores.

Evolução da despesa total em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Disponibilidade de caixa e restos a pagar em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



No biênio 2015-2016, o ajuste pelo lado das despesas às restrições de receita deu-se pelos cortes dos gastos com investimentos e no custeio. O volume de recursos destinados pelos municípios brasileiros para investimentos em obras e equipamentos encolheu pelo segundo ano consecutivo, para atingir o patamar de R\$ 41,26 bilhões, em 2016. Foram R\$ 7,31 bilhões a menos quando comparados com os valores aplicados no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo IPCA. Em 2015, já haviam sido cortados R\$ 9,63 bilhões, também em valores reais. Assim, a participação dos investimentos na despesa total, que já havia caído em 2015 para 8,8%, o menor índice desde 2006, voltou a cair em 2016, para atingir 7,6%.

Nos dois primeiros anos das administrações municipais que se encerram em 2016, os investimentos vinham sendo maiores se comparados com o mesmos anos das administrações do período 2009-2012. O início da crise econômica, em meados de 2014, e seus desdobramentos nos anos seguintes, com forte impacto negativo na receita municipal, fizeram com que os governos locais contivessem todo tipo de gasto, notadamente aqueles destinados aos investimentos. Com isso, o volume de investimentos efetuados no biênio 2015-2016 foram inferiores quando comparados com os dois últimos anos de mandato das administrações anteriores. Veja mais sobre investimentos na página 140.

As despesas com custeio também retrocederam pelo segundo ano consecutivo. Em 2015, havia recuado 3%, percentual que se repetiu no ano seguinte, quando os custeios somaram R\$ 218,89 bilhões. Em valores absolutos foram cortados R\$ 6,86 bilhões, em 2015, e outros R\$ 13,52 bilhões, em 2016, sempre tomando como base de comparação o ano de 2014, em valores reais. Ou seja, foram R\$ 20,38 bilhões que deixaram de

ser aplicados no biênio. Com isso, a despesa com custeio dos municípios brasileiros de 2016 foi a menor dos últimos quatro anos, em valores reais.

A DESPESA COM CUSTEIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE 2016 FOI **A MENOR DOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS.**

Apesar de as administrações contarem com maior espaço de atuação sobre a despesa de custeio, sua redução pode resultar na interrupção, total ou parcial, ou na piora da qualidade dos serviços prestados à população. A superação desses obstáculos exige ganhos de produtividade no setor público por meio da melhoria na qualidade do gasto público. Veja mais sobre custeios na página 132.

A despesa com pessoal dos municípios, por sua vez, manteve-se praticamente inalterada nos últimos três anos, na casa dos R\$ 265 bilhões, em valores reais, interrompendo a trajetória de crescimento real que vinha prevalecendo nos anos anteriores. Essa desaceleração, entretanto, não foi suficiente para acompanhar o comportamento negativo da receita corrente no mesmo período. Com isso, o funcionalismo passou a consumir metade da receita corrente municipal no biênio 2015-2016. Veja mais sobre a despesa com pessoal na página 120.

Os gastos com juros e amortizações da dívida, por sua vez, somaram R\$ 13,77 bilhões em 2016, com ligeira alta de 0,5% em relação ao ano anterior. Apesar disso, muitas prefeituras se beneficiaram, em 2016, com os efeitos da Lei Complementar nº 148, em 5 de novembro de 2014, que estabeleceu condições mais favoráveis para o pagamento das dívidas de estados e municípios.

Entre 1997 e 2001 a União assumiu os compromissos da dívida de cerca de 180 municípios,

cobrando parcelas mensais corrigidas pelo IGP-DI, mais juros de 6% a 9% ao ano, variando conforme o contrato. A LC 148 alterou o índice que corrige os juros das dívidas, substituindo o IGP-DI pelo IPCA mais 4% de juros ao ano, ou a taxa Selic, o que for menor. A Lei atendeu às fortes reivindicações da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e de representantes dos estados e dos municípios.

O Governo Federal postergou a aplicação da lei alegando a necessidade de regulamentação. Essa situação só foi solucionada através de intensa atuação da FNP para a aprovação da LC nº 151, de 5 de agosto de 2015, que estabeleceu que as novas regras deveriam ser aplicadas até 31 de janeiro de 2016, independentemente de regulamentação.

A economia prevista no saldo devedor dos municípios, quando todos tiverem assinado os aditivos contratuais, pode atingir o montante de R\$ 60 bilhões. Até setembro de 2017, 141 municípios haviam aderido às novas condições propostas pela LC

148. Faltavam 36, que poderão ter seus processos de adesão à nova lei destravados a partir da edição da Medida Provisória nº 801/2017, publicada em 21 de setembro, que dispensa os municípios e estados de apresentarem certificado de regularidade com o FGTS e comprovante de regularidade fiscal relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União. Veja mais na página 150.

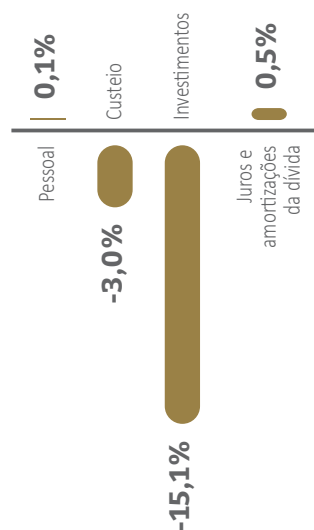
Vista pela ótica funcional, é possível observar que desde o início da década de 2000 até 2014, os municípios brasileiros vinham direcionando recursos crescentes para a saúde. Esse cenário foi interrompido em 2015, com o agravamento da crise econômica brasileira.

Em 2016, os municípios aplicaram na área de saúde R\$ 134,21 bilhões, valor 1,6% menor que o realizado no ano anterior, o que representou R\$ 2,21 bilhões a menos, em valores reais. A queda só não foi maior devido aos resultados apresentados pelas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem os maiores orçamentos municipais do país e acusaram

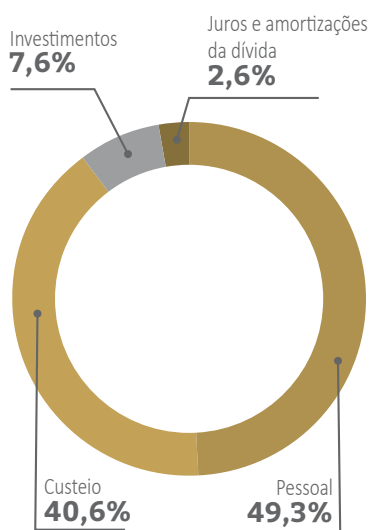
aumento no dispêndio com a saúde em 2016. Desconsiderando-se essas cidades, a redução chega a 2,3%.

Mesmo com queda na despesa, os recursos aplicados em saúde passaram a ter um peso maior sobre o conjunto da receita vinculada para a área, chegando ao recorde de 24%, em 2016. A pressão sobre a despesa municipal com saúde cresceu substancialmente no período da crise econômica, uma

Desempenho dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2016/2015



Participação na despesa total - 2016



vez que, no biênio 2015-2016, 2,6 milhões de pessoas deixaram de ter planos de saúde suplementares e passaram a depender do sistema público de saúde, de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Veja mais sobre saúde na página 186.

NO BIÊNIO 2015-2016, 2,6 MILHÕES DE PESSOAS DEIXARAM DE TER PLANOS DE **SAÚDE SUPLEMENTARES E PASSARAM A DEPENDER DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE.**

Em educação, os recursos alocados registraram queda real de 1,9%, passando de R\$ 151,28 bilhões para R\$ 148,40 bilhões. É o segundo ano consecutivo de redução real nos recursos destinados à área, o que fez com que o montante aplicado ficasse próximo do patamar de 2013, em valores reais. Ainda assim, a participação do gasto com educação na despesa total chegou ao seu mais alto nível, de 27,5%, na média nacional de 2016.

A queda da despesa com educação, em 2016, foi acompanhada de uma relativa estabilidade no número de matrículas na rede de ensino municipal de todo o país, interrompendo um movimento de redução que vinha acontecendo desde 2006.

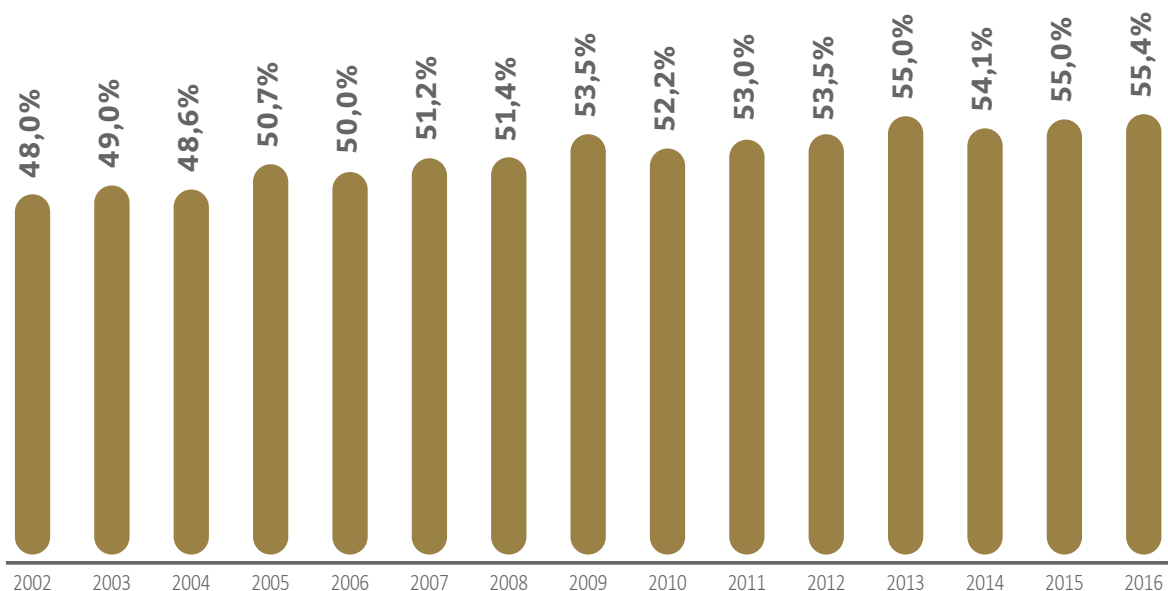
Observando-se o movimento do número de alunos por modalidade de ensino a partir de 2010, verifica-se a persistência da queda no ensino fundamental (-8%) e na educação de jovens e adultos (-24,9%), enquanto que houve crescimento de 20% nas matrículas no ensino infantil. Tal aumento está relacionado à Emenda Constitucional nº 59/2009, à Lei Federal nº 12.796/2013 e ao Plano

Nacional de Educação que tornaram obrigatória a matrícula na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade. Veja mais na página 176.

Juntas, as áreas de saúde, educação e assistência social responderam por 55,4% de todo o gasto público dos municípios brasileiros, em 2016, uma fatia recorde. Apesar de algumas oscilações, o peso das áreas sociais nos orçamentos municipais é crescente, pois em 2002 representavam 48% da despesa total. Nos últimos dois anos, houve uma aceleração desse processo devido à queda nas receitas, aliada à dificuldade de se cortar despesas sociais num momento de aumento da demanda por serviços públicos promovido pela crise econômica. Uma das consequências desse movimento é a limitação crescente que se impõe aos municípios para atuarem em outras funções, tais como em transporte, iluminação, cultura, habitação, saneamento etc.

A PARTIR DE 2010,
VERIFICA-SE A
PERSISTÊNCIA DA QUEDA
NAS MATRÍCULAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL
E NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS,
**ENQUANTO
HOUE
CRESCIMENTO
DE 20% NAS
MATRÍCULAS NO
ENSINO INFANTIL.**

Participação das áreas sociais* na despesa municipal

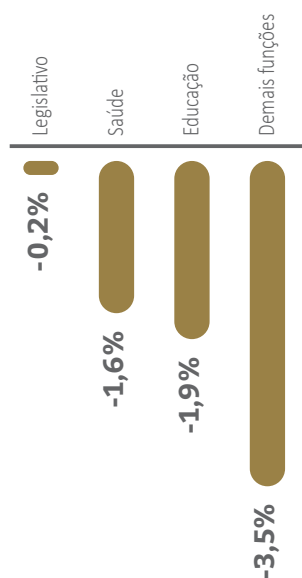


* Educação, saúde e assistência social.

A despesa com os legislativos municipais em 2016, de R\$ 15,25 bilhões, foi praticamente do mesmo valor do ano anterior, com ligeira queda real de 0,2%. Em 2015, ela havia sofrido uma queda de 1,4%, interrompendo uma trajetória de crescimento que perdurava desde 2011.

A estabilidade da despesa com o legislativo, com tendência de ligeira queda, se fez sentir nos municípios de todas as faixas populacionais. Dentre as capitais, prevaleceu o movimento de redução dessa despesa, pois, das 24 com dados, houve queda em 16 delas. Veja mais na página 166. No país todo, cerca de 70% dos municípios brasileiros diminuíram seus gastos com o legislativo, contra 30% que apresentaram algum aumento.

Desempenho dos principais itens da despesa por função - 2016/2015



Receita total | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Receita total per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %
	17.740.418	Norte	35.544.853,7	35.572.823,5	38.056.030,8	36.601.881,7	37.073.340,5	1,3	2.089,77
AC	377.057	Rio Branco	692.758,1	717.421,2	818.048,7	795.549,4	795.545,0	0,0	2.109,88
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	134.702,4	139.379,8	139.769,7	121.834,8	142.750,3	17,2	1.739,27
AP	465.495	Macapá	612.914,2	685.188,4	738.823,5	673.781,6	684.745,4	1,6	1.471,00
AP	113.854	Santana	144.991,0	133.001,7
AM	2.094.391	Manaus	3.983.775,0	4.103.553,4	4.507.427,8	4.093.541,5	4.359.013,5	6,5	2.081,28
AM	112.716	Parintins	204.517,6	193.274,4	199.633,8	180.659,7
PA	1.446.042	Belém	2.666.598,8	2.695.066,0	2.878.779,3	2.884.987,5	2.699.210,2	-6,4	1.866,62
PA	510.834	Ananindeua	...	585.436,1	618.841,1	612.180,6	565.430,1	-7,6	1.106,88
PA	294.447	Santarém	512.935,9	492.613,1	487.171,2	527.321,4	528.056,8	0,1	1.793,38
PA	266.932	Marabá	622.974,6	644.809,7	758.443,7	732.770,5	718.133,6	-2,0	2.690,32
RO	511.219	Porto Velho	1.238.255,2	1.177.996,4	1.219.998,4	1.188.593,8	1.182.954,6	-0,5	2.313,99
RO	131.560	Ji-Paraná	219.376,8	221.041,0	230.175,9	224.844,5	224.473,1	-0,2	1.706,24
RR	326.419	Boa Vista	712.266,0	815.121,7	939.520,7	967.555,2	1.053.661,5	8,9	3.227,94
RR	27.756	Rorainópolis	59.612,7	52.445,3	55.009,5	48.909,5	53.185,9	8,7	1.916,20
TO	279.856	Palmas	846.252,1	843.163,7	964.461,4	923.243,0	987.222,5	6,9	3.527,61
TO	173.112	Araguaína	232.276,5	311.070,8	322.826,1	336.463,5	381.995,7	13,5	2.206,64
	56.912.962	Nordeste	116.604.016,0	116.270.472,7	123.522.529,0	119.631.700,9	122.034.918,8	2,0	2.144,24
AL	1.021.709	Maceió	1.870.653,3	1.852.447,8	2.007.035,8	1.893.641,0	1.906.842,5	0,7	1.866,33
AL	232.671	Arapiraca	477.816,9	480.443,1	452.351,6	631.877,6	532.098,9	-15,8	2.286,92
BA	2.938.092	Salvador	4.868.941,2	5.269.650,9	5.735.080,2	5.631.755,1	5.548.733,9	-1,5	1.888,55
BA	622.639	Feira de Santana	835.049,7	881.128,8	949.459,7	996.152,2	970.438,8	-2,6	1.558,59
BA	346.069	Vitória da Conquista	573.961,3	590.334,8	602.141,7	601.278,5	604.363,4	0,5	1.746,37
BA	292.074	Camaçari	1.020.014,0	1.086.816,0	1.063.464,9	1.032.494,2	1.007.315,9	-2,4	3.448,84
CE	2.609.716	Fortaleza	5.825.717,7	5.266.191,6	5.878.658,9	5.987.939,6	5.879.346,1	-1,8	2.252,87
CE	358.164	Caucaia	587.020,8	558.657,2	573.166,1	551.219,5	564.878,6	2,5	1.577,15
CE	268.248	Juazeiro do Norte	427.102,3	405.226,5	444.119,2	444.748,3	491.396,9	10,5	1.831,88
MA	1.082.935	São Luís	2.538.909,5	2.535.941,7	2.543.647,1	2.579.146,9	2.568.113,0	-0,4	2.371,44
MA	253.873	Imperatriz	530.501,3	554.358,4	2.235,85
PB	801.718	João Pessoa	1.870.027,7	1.932.472,2	2.086.122,6	1.901.997,4	1.884.234,5	-0,9	2.350,25
PB	407.754	Campina Grande	765.638,5	730.819,3	777.963,3	745.519,0	846.008,0	13,5	2.074,80
PE	1.625.583	Recife	4.601.435,8	4.418.762,4	4.736.450,6	4.408.148,3	4.098.586,2	-7,0	2.521,30
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	1.008.957,9	1.116.921,9	1.152.575,9	1.064.993,7	1.108.154,9	4,1	1.603,41
PE	390.144	Olinda	563.681,2	596.364,2	618.911,7	589.811,7	556.390,0	-5,7	1.426,11
PE	351.686	Caruaru	572.457,3	572.552,8	590.536,7	559.269,9	597.015,3	6,7	1.697,58
PE	337.683	Petrolina	550.603,9	527.587,9	572.404,8	550.231,7	581.736,1	5,7	1.722,73
PE	325.590	Paulista	428.286,1	415.607,0	424.870,9	386.514,1	396.754,7	2,6	1.218,57
PI	847.430	Teresina	2.109.791,0	2.217.311,4	2.303.905,4	2.346.772,8	2.649.367,2	12,9	3.126,36
PI	150.201	Parnaíba	266.557,6	275.299,7	280.910,0	272.571,3	307.195,7	12,7	2.045,23
RN	877.662	Natal	1.874.742,1	1.958.883,4	2.286.354,6	1.741.854,7	1.860.994,9	6,8	2.120,40
RN	291.937	Mossoró	580.182,6	571.851,9	583.564,6	523.722,9	510.966,1	-2,4	1.750,26
SE	641.523	Aracaju	1.646.552,8	1.573.284,6	1.666.993,0	1.632.762,3	1.567.371,7	-4,0	2.443,20
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	245.056,4	250.578,8	247.964,4	247.942,3	248.443,1	0,2	1.382,84
	12.683.772	Centro-Oeste¹	33.952.846,2	33.087.788,4	35.070.355,9	34.863.638,0	36.400.112,4	4,4	2.869,82
GO	1.448.639	Goiânia	3.638.245,8	3.542.841,1	3.726.494,2	3.813.723,5	4.028.670,4	5,6	2.781,00
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	818.760,9	861.017,2	861.910,3	962.048,2	981.772,6	2,1	1.844,97
GO	370.875	Anápolis	902.835,0	912.365,1	947.428,8	900.243,7	952.625,7	5,8	2.568,59
MT	585.367	Cuiabá	1.693.510,9	1.619.963,9	1.745.004,9	1.852.527,6	1.908.845,1	3,0	3.260,94
MT	271.339	Várzea Grande	425.511,5	451.477,6	429.722,4	474.636,4	501.738,6	5,7	1.849,12
MS	863.982	Campo Grande	2.997.881,1	2.844.944,7	3.017.925,1	2.802.428,1	2.743.537,5	-2,1	3.175,46
MS	215.486	Dourados	659.651,0	...	727.275,6	721.569,1	712.212,8	-1,3	3.305,15
	86.356.952	Sudeste	272.682.757,9	272.379.293,3	282.465.680,7	273.462.634,3	265.266.965,0	-3,0	3.071,75
ES	359.555	Vitória	2.020.864,0	1.723.121,6	1.806.197,2	1.590.270,6	1.482.323,1	-6,8	4.122,66
ES	494.109	Serra	1.216.497,6	1.083.269,0	1.218.942,4	1.094.545,3	1.061.873,3	-3,0	2.149,07
ES	479.664	Vila Velha	955.723,1	925.730,5	940.913,6	870.899,9	861.620,9	-1,1	1.796,30
ES	384.621	Cariacica	650.295,1	644.823,9	653.609,3	597.130,6	557.229,2	-6,7	1.448,77
MG	2.513.451	Belo Horizonte	9.184.913,9	10.155.980,4	9.981.151,6	9.152.937,5	9.575.241,5	4,6	3.809,60
MG	669.672	Uberlândia	1.861.349,1	1.711.761,9	1.817.043,1	1.783.344,3	1.857.850,2	4,2	2.774,27
MG	653.800	Contagem	1.480.740,4	1.467.113,6	1.499.109,3	1.482.144,6	1.495.147,5	0,9	2.286,86

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Receita total per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %
MG	559.636	Juiz de Fora	1.450.069,6	1.317.126,9	1.424.930,8	1.416.497,8	1.404.928,1	-0,8	2.510,43
MG	422.354	Betim	1.729.532,1	1.593.760,5	1.648.306,6	1.496.127,1	1.567.220,1	4,8	3.710,68
MG	398.288	Montes Claros	720.305,1	740.774,3	788.232,1	702.831,5	576.680,9	-17,9	1.447,90
MG	325.846	Ribeirão das Neves	372.581,2	346.067,0	386.492,2	377.012,8	369.461,6	-2,0	1.133,85
MG	325.279	Uberaba	910.759,0	910.437,9	946.537,8	907.769,7	994.574,0	9,6	3.057,60
MG	279.665	Governador Valadares	698.750,5	681.235,2	787.792,5	769.710,7	725.195,9	-5,8	2.593,09
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	23.494.228,5	24.466.596,7	25.299.034,6	25.625.184,7	24.667.447,8	-3,7	3.795,67
RJ	1.044.058	São Gonçalo	1.171.170,0	1.130.547,4	1.172.689,0
RJ	886.917	Duque de Caxias	2.108.483,9	2.159.565,4	...	2.142.722,9	1.954.373,2	-8,8	2.203,56
RJ	797.435	Nova Iguaçu	1.093.860,6	1.203.019,5	1.276.493,2	1.237.130,6	1.161.167,7	-6,1	1.456,13
RJ	497.883	Niterói	1.774.505,6	1.914.024,3	2.045.952,3	2.082.838,0	2.138.665,9	2,7	4.295,52
RJ	494.141	Belford Roxo	632.687,4	668.816,8	691.988,6	606.024,3	573.534,3	-5,4	1.160,67
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	3.194.580,3	2.979.347,6	3.253.252,4	2.211.598,7	2.104.955,7	-4,8	4.320,64
RJ	460.541	São João de Meriti	543.601,6	573.313,7	527.257,6	572.815,4	521.528,9	-9,0	1.132,43
RJ	298.158	Petrópolis	896.900,2	925.513,3	968.654,4	903.105,9	837.144,4	-7,3	2.807,72
RJ	263.659	Volta Redonda	1.007.638,4	944.147,6	949.617,2	833.751,0	821.016,8	-1,5	3.113,93
SP	12.038.175	São Paulo	48.139.999,8	46.686.157,3	47.103.161,1	50.209.383,7	45.540.789,2	-9,3	3.783,03
SP	1.337.087	Guarulhos	3.722.173,5	4.076.462,2	3.875.502,4	3.844.571,0	3.655.282,2	-4,9	2.733,77
SP	1.173.370	Campinas	3.992.236,0	4.161.778,1	4.330.125,0	4.274.590,3	4.086.513,6	-4,4	3.482,72
SP	822.242	São Bernardo do Campo	3.919.790,4	3.863.435,0	3.932.442,3	3.794.320,8	3.586.087,2	-5,5	4.361,35
SP	712.749	Santo André	2.189.422,0	2.183.598,4	2.294.868,6	2.210.309,8	2.190.312,7	-0,9	3.073,05
SP	696.382	Osasco	1.976.806,2	2.039.080,1	2.080.039,3	2.012.974,8	1.950.658,1	-3,1	2.801,13
SP	695.992	São José dos Campos	2.612.313,7	2.344.677,2	2.601.312,3	2.508.692,4	2.696.553,8	7,5	3.874,40
SP	674.405	Ribeirão Preto	2.071.622,5	2.176.315,3	2.239.062,6	2.206.392,2	2.201.437,3	-0,2	3.264,27
SP	652.481	Sorocaba	2.132.328,9	2.163.255,7	2.519.435,5	2.477.399,8	2.422.298,1	-2,2	3.712,44
SP	457.696	Mauá	910.158,0	964.479,5	946.159,9	924.939,9	877.736,7	-5,1	1.917,73
SP	446.649	São José do Rio Preto	1.383.966,4	1.372.371,1	1.457.961,4	1.499.321,0	1.400.450,5	-6,6	3.135,46
SP	434.359	Santos	2.156.420,4	2.188.886,7	2.295.624,0	2.105.312,9	2.175.489,6	3,3	5.008,51
SP	429.321	Mogi das Cruzes	1.179.373,4	1.190.911,6	1.082.314,2	1.185.423,2	1.242.883,4	4,8	2.895,00
SP	415.180	Diadema	1.316.573,3	1.131.452,9	1.098.068,9	1.109.956,8
SP	405.740	Jundiaí	1.763.915,2	1.623.486,6	1.734.178,7	1.690.748,8	1.699.813,2	0,5	4.189,41
SP	394.465	Carapicuíba	469.629,6
SP	394.419	Piracicaba	1.334.433,6	1.369.562,8	1.435.401,1	1.386.291,0	1.383.711,1	-0,2	3.508,23
SP	369.368	Bauru	971.858,6	941.993,7	1.016.318,5	986.060,3	1.039.053,3	5,4	2.813,06
29.439.773	Sul	83.441.649,2	83.531.675,5	90.018.671,3	87.820.184,1	90.582.006,1	3,1	3.076,86	
PR	1.893.997	Curitiba	7.253.359,2	7.262.750,8	7.390.009,8	7.151.868,2	7.242.253,7	1,3	3.823,79
PR	553.393	Londrina	1.475.363,4	1.365.817,4	1.498.048,8	1.567.970,0	1.589.613,9	1,4	2.872,49
PR	403.063	Maringá	1.023.126,6	1.133.712,8	1.188.762,6	1.216.881,8	1.232.900,2	1,3	3.058,83
PR	341.130	Ponta Grossa	669.284,6	635.337,1	681.076,1	681.141,8	663.034,6	-2,7	1.943,64
PR	316.226	Cascavel	618.674,0	647.623,6	687.657,7	728.938,7	783.230,3	7,4	2.476,81
PR	302.759	São José dos Pinhais	897.972,7	957.191,2	1.019.142,9	974.776,0	935.359,1	-4,0	3.089,45
PR	263.915	Foz do Iguaçu	699.975,3	733.986,0	756.682,8	737.279,3	735.366,5	-0,3	2.786,38
RS	1.481.019	Porto Alegre	5.439.025,2	5.540.502,8	6.186.313,5	5.762.531,8	5.620.552,2	-2,5	3.795,06
RS	479.236	Caxias do Sul	1.642.824,8	1.638.915,3	1.676.301,3	1.640.748,1	1.655.938,0	0,9	3.455,37
RS	343.651	Pelotas	711.624,7	732.585,8	769.298,8	757.051,0	851.651,8	12,5	2.478,25
RS	342.634	Canoas	1.152.775,3	1.134.820,8	1.383.385,8	1.360.281,5	1.368.765,0	0,6	3.994,83
RS	277.309	Santa Maria	519.371,3	543.242,2	562.994,9	530.877,2	544.148,7	2,5	1.962,25
RS	273.742	Gravataí	596.933,1	610.823,9	626.968,8	602.743,0	643.450,5	6,8	2.350,57
RS	252.872	Viamão	356.380,4	328.962,3	389.171,1	387.489,0	423.998,3	9,4	1.676,73
SC	477.798	Florianópolis	1.388.597,3	1.415.502,1	1.538.028,6	1.531.581,5	1.585.830,6	3,5	3.319,04
SC	569.645	Joinville	1.737.493,7	1.661.865,9	1.869.888,7	1.804.391,8	1.863.495,2	3,3	3.271,33
SC	343.715	Blumenau	1.173.378,3	1.148.156,2	1.247.030,5	1.234.394,2	1.281.004,2	3,8	3.726,94
	80.508.414	Cidades selecionadas	230.169.812,0	230.092.166,3	240.036.738,2	237.045.560,9	231.492.194,5	-2,3	2.875,38
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	90.100.060,2	89.164.728,4	94.943.196,5	89.820.454,9	92.880.048,5	3,4	2.889,16
	46.107.667	Capitais	143.210.216,4	143.320.818,2	149.104.628,7	149.143.707,5	144.147.138,9	-3,4	3.126,32
	203.133.877	Brasil¹	542.226.123,0	540.842.053,4	569.133.267,6	552.380.038,9	551.357.342,8	-0,2	2.714,26

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2016, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Receita total | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Receita total	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1°	SP	São Paulo	45.540.789.236,56	12.038.175	1°
2°	RJ	Rio de Janeiro	24.667.447.750,21	6.498.837	2°
3°	MG	Belo Horizonte	9.575.241.480,73	2.513.451	5°
4°	PR	Curitiba	7.242.253.718,09	1.893.997	7°
5°	CE	Fortaleza	5.879.346.125,49	2.609.716	4°
6°	RS	Porto Alegre	5.620.552.213,91	1.481.019	9°
7°	BA	Salvador	5.548.733.895,65	2.938.092	3°
8°	AM	Manaus	4.359.013.478,13	2.094.391	6°
9°	PE	Recife	4.098.586.231,93	1.625.583	8°
10°	SP	Campinas	4.086.513.624,82	1.173.370	13°
11°	GO	Goiânia	4.028.670.409,42	1.448.639	10°
12°	SP	Guarulhos	3.655.282.150,50	1.337.087	12°
13°	SP	São Bernardo do Campo	3.586.087.248,81	822.242	21°
14°	MS	Campo Grande	2.743.537.547,25	863.982	19°
15°	PA	Belém	2.699.210.219,80	1.446.042	11°
16°	SP	São José dos Campos	2.696.553.806,82	695.992	26°
17°	PI	Teresina	2.649.367.157,42	847.430	20°
18°	MA	São Luís	2.568.113.005,69	1.082.935	14°
19°	SP	Sorocaba	2.422.298.051,17	652.481	31°
20°	SP	Barueri	2.235.802.413,56	264.935	103°
21°	SP	Ribeirão Preto	2.201.437.280,29	674.405	28°
22°	SP	Santo André	2.190.312.732,11	712.749	24°
23°	SP	Santos	2.175.489.596,36	434.359	52°
24°	RJ	Niterói	2.138.665.900,80	497.883	41°
25°	RJ	Campos dos Goytacazes	2.104.955.691,33	487.186	44°
26°	RJ	Macaé	1.973.178.190,32	239.471	113°
27°	RJ	Duque de Caxias	1.954.373.177,11	886.917	17°
28°	SP	Osasco	1.950.658.056,28	696.382	25°
29°	MT	Cuiabá	1.908.845.056,53	585.367	34°
30°	AL	Maceió	1.906.842.544,95	1.021.709	16°
31°	PB	João Pessoa	1.884.234.511,44	801.718	22°
32°	SC	Joinville	1.863.495.181,98	569.645	35°
33°	RN	Natal	1.860.994.871,09	877.662	18°
34°	MG	Uberlândia	1.857.850.150,00	669.672	29°
35°	SP	Jundiaí	1.699.813.221,14	405.740	57°
36°	RS	Caxias do Sul	1.655.937.976,51	479.236	46°
37°	PR	Londrina	1.589.613.949,67	553.393	37°
38°	SC	Florianópolis	1.585.830.556,48	477.798	47°
39°	SE	Aracaju	1.567.371.727,85	641.523	32°
40°	MG	Betim	1.567.220.060,54	422.354	54°
41°	MG	Contagem	1.495.147.476,61	653.800	30°
42°	MG	Juiz de Fora	1.404.928.055,05	559.636	36°
43°	SP	São José do Rio Preto	1.400.450.468,82	446.649	51°
44°	SP	Piracicaba	1.383.711.124,17	394.419	61°
45°	RS	Canoas	1.368.764.999,01	342.634	76°
46°	SC	Blumenau	1.281.004.212,83	343.715	74°
47°	SP	Praia Grande	1.279.916.756,94	304.705	86°
48°	SP	Mogi das Cruzes	1.242.883.439,90	429.321	53°
49°	SP	São Caetano do Sul	1.235.170.074,53	158.825	181°
50°	PR	Maringá	1.232.900.237,75	403.063	58°
51°	SP	Guarujá	1.185.390.821,86	313.421	84°
52°	RO	Porto Velho	1.182.954.568,20	511.219	39°

Posição	UF	Município	Receita total	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53°	RJ	Nova Iguaçu	1.161.167.657,74	797.435	23°
54°	SC	Itajaí	1.129.182.259,81	208.958	142°
55°	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.108.154.920,89	691.125	27°
56°	SP	Paulínia	1.105.654.245,17	100.128	308°
57°	ES	Serra	1.061.873.302,51	494.109	43°
58°	RR	Boa Vista	1.053.661.463,29	326.419	79°
59°	SP	Bauru	1.039.053.303,45	369.368	66°
60°	BA	Camaçari	1.007.315.937,16	292.074	91°
61°	MG	Uberaba	994.574.033,23	325.279	82°
62°	TO	Palmas	987.222.491,94	279.856	94°
63°	GO	Aparecida de Goiânia	981.772.567,97	532.135	38°
64°	BA	Feira de Santana	970.438.754,67	622.639	33°
65°	GO	Anápolis	952.625.736,30	370.875	65°
66°	SP	Indaiatuba	947.219.851,12	235.367	116°
67°	PR	São José dos Pinhais	935.359.088,49	302.759	87°
68°	SP	Taubaté	935.318.770,92	305.174	85°
69°	RJ	Angra dos Reis	929.336.019,74	191.504	154°
70°	SP	Limeira	918.982.979,80	298.701	88°
71°	PA	Parauapebas	898.686.717,01	196.259	150°
72°	SP	Cubatão	885.143.865,71	127.887	224°
73°	SP	Mauá	877.736.685,73	457.696	50°
74°	ES	Vila Velha	861.620.904,84	479.664	45°
75°	RS	Pelotas	851.651.784,67	343.651	75°
76°	PB	Campina Grande	846.007.966,40	407.754	56°
77°	RJ	Petrópolis	837.144.392,24	298.158	89°
78°	RJ	Volta Redonda	821.016.755,11	263.659	106°
79°	RS	Novo Hamburgo	809.137.304,93	249.113	110°
80°	AC	Rio Branco	795.545.001,64	377.057	64°
81°	PR	Araucária	795.462.092,98	135.459	209°
82°	SP	São Vicente	793.300.930,78	357.989	69°
83°	PR	Cascavel	783.230.250,57	316.226	83°
84°	SP	Santana de Parnaíba	766.514.591,17	129.261	222°
85°	SP	Jacareí	757.031.621,03	228.214	127°
86°	SP	Araquara	744.618.579,72	228.664	126°
87°	PR	Foz do Iguaçu	735.366.546,46	263.915	105°
88°	MG	Governador Valadares	725.195.855,24	279.665	95°
89°	PA	Marabá	718.133.597,61	266.932	102°
90°	SP	Marília	714.463.224,11	233.639	120°
91°	MS	Dourados	712.212.785,16	215.486	136°
92°	SP	São Sebastião	709.744.198,88	84.294	369°
93°	SP	Cotia	696.173.732,66	233.696	119°
94°	SP	Taboão da Serra	690.873.308,08	275.948	97°
95°	MT	Rondonópolis	690.079.946,69	218.899	134°
96°	SP	Rio Claro	687.433.515,83	201.473	147°
97°	AP	Macapá	684.745.352,43	465.495	48°
98°	SC	Balneário Camboriú	677.505.714,62	131.727	216°
99°	SP	Hortolândia	670.262.534,24	219.039	133°
100°	PR	Ponta Grossa	663.034.569,07	341.130	77°

	Total dos 100 maiores	240.351.730.144,22	76.096.926	..
	Total dos demais	311.005.612.647,44	127.036.951	..
	Total Brasil¹	551.357.342.791,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita total per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2016	Ranking pop. 2016	Posição	UF	Município	Receita total per capita	Receita total	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$							em R\$			
1º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	15.470,04	165.266.431,46	10.683	2999º	53º	RS	São Vendelino	8.028,76	17.181.545,35	2.140	5424º
2º	MG	Serra da Saudade	14.087,81	11.481.567,32	815	5568º	54º	MS	Jateí	7.964,14	32.103.466,55	4.031	4711º
3º	SP	Borá	12.678,34	10.624.449,18	838	5567º	55º	PR	Nova Aliança do Ivaí	7.949,08	12.138.239,55	1.527	5548º
4º	SP	Ilhabela	12.451,68	408.191.045,15	32.782	1043º	56º	MG	Tapira	7.929,16	36.458.289,35	4.598	4496º
5º	RN	Guamaré	11.644,72	174.379.608,72	14.975	2303º	57º	SC	Paial	7.911,14	12.713.200,10	1.607	5532º
6º	BA	São Francisco do Conde	11.595,80	461.396.784,66	39.790	836º	58º	GO	Davinópolis	7.865,69	16.753.923,58	2.130	5431º
7º	SP	Nova Castilho	11.290,98	13.865.328,95	1.228	5561º	59º	MG	Água Comprida	7.865,53	16.210.863,77	2.061	5450º
8º	SP	Paulínia	11.042,41	1.105.654.245,17	100.128	308º	60º	RJ	Porto Real	7.799,77	144.701.341,30	18.552	1899º
9º	MT	Serra Nova Dourada	10.405,06	16.107.025,96	1.548	5546º	61º	SC	Flor do Sertão	7.777,53	12.420.710,50	1.597	5535º
10º	PA	Canaã dos Carajás	10.238,20	356.831.833,47	34.853	954º	62º	SP	São Caetano do Sul	7.776,92	1.235.170.074,53	158.825	181º
11º	MG	Cachoeira Dourada	10.208,70	27.318.478,67	2.676	5235º	63º	RS	Montauri	7.767,92	12.048.039,50	1.551	5545º
12º	SP	São João de Itacema	10.177,61	19.276.400,27	1.894	5481º	64º	RS	Porto Vera Cruz	7.764,49	13.230.694,07	1.704	5520º
13º	TO	Lajeado	9.785,44	29.933.666,19	3.059	5087º	65º	SP	Dirce Reis	7.691,35	13.682.914,95	1.779	5507º
14º	SP	Uru	9.698,20	11.812.406,57	1.218	5562º	66º	GO	Palmelo	7.685,83	18.599.718,55	2.420	5343º
15º	MG	Grupiara	9.472,28	13.422.221,97	1.417	5553º	67º	SP	Turmalina	7.676,17	14.231.625,78	1.854	5488º
16º	SP	Ilha Comprida	9.461,03	99.113.714,99	10.476	3043º	68º	RS	São José do Inhacorá	7.620,02	16.855.480,12	2.212	5403º
17º	RS	Engenho Velho	9.404,97	12.856.590,09	1.367	5557º	69º	GO	Rio Quente	7.602,30	30.515.639,22	4.014	4719º
18º	ES	Anchieta	9.266,08	260.293.552,74	28.091	1221º	70º	GO	Cachoeira de Goiás	7.551,64	10.715.779,76	1.419	5552º
19º	TO	Oliveira de Fátima	9.246,78	10.208.444,78	1.104	5565º	71º	RS	Vila Lângaro	7.537,58	16.499.752,13	2.189	5412º
20º	RS	Pinhal da Serra	9.119,17	19.287.045,22	2.115	5435º	72º	SP	Parisí	7.534,53	16.138.972,24	2.142	5423º
21º	SP	Fernão	9.053,74	15.210.290,85	1.680	5525º	73º	RS	Alto Alegre	7.533,07	13.672.520,75	1.815	5497º
22º	RS	Triunfo	9.025,43	253.470.191,16	28.084	1223º	74º	SP	Mesópolis	7.517,93	14.494.575,29	1.928	5474º
23º	GO	Anhanguera	8.986,74	10.020.215,80	1.115	5564º	75º	RS	Barra do Rio Azul	7.502,00	14.501.375,38	1.933	5472º
24º	ES	Itapemirim	8.952,26	309.614.073,91	34.585	967º	76º	SP	Paulistânia	7.462,88	13.731.705,80	1.840	5493º
25º	RS	Lagoa dos Três Cantos	8.911,00	14.694.233,57	1.649	5528º	77º	SC	Macieira	7.448,87	13.460.105,76	1.807	5500º
26º	RS	Vista Alegre do Prata	8.907,08	14.358.218,07	1.612	5531º	78º	RS	Westfália	7.444,64	22.073.361,56	2.965	5130º
27º	SC	Abdon Batista	8.860,80	23.188.705,24	2.617	5257º	79º	SP	Flora Rica	7.442,08	11.922.216,83	1.602	5534º
28º	SP	Louveira	8.775,24	394.043.281,80	44.904	733º	80º	PR	Alto Paraíso	7.420,14	22.534.955,86	3.037	5099º
29º	PR	Jardim Olinda	8.674,43	12.170.220,68	1.403	5554º	81º	MG	Doresópolis	7.417,21	11.318.660,76	1.526	5549º
30º	MG	Jeceaba	8.654,24	45.434.745,94	5.250	4249º	82º	SE	Divina Pastora	7.405,93	36.844.486,27	4.975	4347º
31º	SP	Monções	8.654,02	19.402.318,88	2.242	5392º	83º	RS	Coqueiro Baixo	7.404,28	11.550.669,55	1.560	5542º
32º	MG	Cedro do Abaeté	8.620,21	10.456.314,82	1.213	5563º	84º	PR	Entre Rios do Oeste	7.392,00	32.206.936,47	4.357	4584º
33º	SC	Santiago do Sul	8.566,33	11.487.445,75	1.341	5558º	85º	GO	São João da Paraúna	7.385,57	11.602.730,63	1.571	5541º
34º	SP	Santa Salete	8.513,93	13.026.316,56	1.530	5547º	86º	GO	Perolândia	7.383,67	23.044.441,99	3.121	5061º
35º	SC	Lajeado Grande	8.453,91	12.351.166,89	1.461	5551º	87º	RS	Gentil	7.368,38	12.585.187,84	1.708	5517º
36º	SP	Barueri	8.439,06	2.235.802.413,56	264.935	103º	88º	RS	Cruzaltense	7.352,91	15.271.996,85	2.077	5444º
37º	SP	São Sebastião	8.419,87	709.744.198,88	84.294	369º	89º	SP	Rifaina	7.348,47	26.513.274,15	3.608	4880º
38º	RS	André da Rocha	8.419,67	10.945.571,38	1.300	5559º	90º	MT	Santa Cruz do Xingu	7.342,81	17.277.623,76	2.353	5359º
39º	RS	Capão Bonito do Sul	8.414,13	14.842.524,77	1.764	5509º	91º	GO	Chapadão do Céu	7.327,57	64.870.983,33	8.853	3299º
40º	SP	Zacarias	8.413,73	21.917.754,91	2.605	5268º	92º	MS	Taquarussu	7.311,44	26.101.843,91	3.570	4897º
41º	PR	Itaipulândia	8.348,93	86.937.430,64	10.413	3056º	93º	RS	Santo Antônio do Planalto	7.286,71	14.996.050,96	2.058	5451º
42º	RS	Nova Boa Vista	8.333,79	16.184.213,97	1.942	5471º	94º	RS	Tupanci do Sul	7.276,77	11.482.741,60	1.578	5539º
43º	MG	Araporã	8.313,55	55.842.115,13	6.717	3795º	95º	SC	Tigrinhos	7.266,69	12.404.240,66	1.707	5518º
44º	SC	Alto Bela Vista	8.293,85	16.396.931,59	1.977	5463º	96º	RJ	Quissamá	7.266,01	168.026.523,13	23.125	1523º
45º	SC	Jardinópolis	8.282,00	13.657.010,50	1.649	5528º	97º	BA	Madre de Deus	7.259,85	150.198.986,15	20.689	1693º
46º	RJ	Macaé	8.239,74	1.973.178.190,32	239.471	113º	98º	SP	Turiúba	7.243,09	14.580.348,47	2.013	5457º
47º	RS	Pedras Altas	8.203,70	17.892.271,24	2.181	5417º	99º	SP	Trabiju	7.226,81	12.119.362,02	1.677	5526º
48º	SC	Piratuba	8.201,87	34.521.678,48	4.209	4633º	100º	CE	Guaramiranga	7.210,18	26.187.381,61	3.632	4871º
49º	PR	Saudade do Iguaçu	8.121,91	43.939.539,49	5.410	4196º							
50º	RS	União da Serra	8.116,01	11.305.602,63	1.393	5556º							
51º	RN	Bodó	8.089,70	18.865.173,49	2.332	5362º							
52º	SC	Presidente Castello Branco	8.075,08	13.162.376,02	1.630	5530º							
									Total dos 100 maiores	8.799,79	12.205.329.136,69	1.387.002	..
									Total dos demais	2.672,42	539.152.013.654,97	201.746.875	..
									Total Brasil¹	2.714,26	551.357.342.791,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita corrente | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Receita corrente per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %
	17.740.418	Norte	33.620.764,7	34.282.771,8	36.325.505,1	35.260.726,2	35.116.180,6	-0,4	1.979,44
AC	377.057	Rio Branco	649.764,2	689.838,9	759.848,3	743.770,0	741.871,8	-0,3	1.967,53
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	109.900,4	116.719,1	124.479,1	112.938,5	131.143,1	16,1	1.597,84
AP	465.495	Macapá	601.995,1	674.948,9	717.900,9	660.663,1	679.950,9	2,9	1.460,70
AP	113.854	Santana	144.991,0	133.001,7
AM	2.094.391	Manaus	3.865.676,6	3.995.633,4	4.351.877,3	3.985.511,4	3.787.595,5	-5,0	1.808,45
AM	112.716	Parintins	187.921,0	189.190,4	194.397,3	173.722,2
PA	1.446.042	Belém	2.555.852,9	2.536.515,7	2.840.434,5	2.761.629,5	2.499.681,6	-9,5	1.728,64
PA	510.834	Ananindeua	...	568.266,8	586.786,2	599.244,7	541.067,4	-9,7	1.059,18
PA	294.447	Santarém	471.251,6	492.006,9	486.325,2	524.204,5	522.226,4	-0,4	1.773,58
PA	266.932	Marabá	606.318,8	639.206,7	731.760,5	714.856,3	698.623,9	-2,3	2.617,24
RO	511.219	Porto Velho	1.146.286,2	1.162.954,6	1.192.923,3	1.172.198,3	1.182.105,1	0,8	2.312,33
RO	131.560	Ji-Paraná	213.341,3	200.774,1	211.417,2	210.292,3	210.117,3	-0,1	1.597,12
RR	326.419	Boa Vista	644.725,3	761.332,6	911.422,9	860.333,3	940.318,2	9,3	2.880,71
RR	27.756	Rorainópolis	59.612,7	51.775,7	44.940,9	45.037,0	46.459,7	3,2	1.673,86
TO	279.856	Palmas	797.516,4	810.047,7	944.190,4	897.612,7	947.725,9	5,6	3.386,48
TO	173.112	Araguaína	224.223,8	299.151,1	311.067,9	322.184,4	361.159,3	12,1	2.086,28
	56.912.962	Nordeste	110.967.854,0	112.775.975,3	119.147.445,1	116.213.892,5	118.466.592,8	1,9	2.081,54
AL	1.021.709	Maceió	1.848.801,7	1.840.150,1	1.982.080,9	1.881.033,2	1.895.879,7	0,8	1.855,60
AL	232.671	Arapiraca	447.186,5	464.793,7	450.459,8	613.944,5	500.077,5	-18,5	2.149,29
BA	2.938.092	Salvador	4.827.548,1	5.262.808,9	5.708.368,2	5.556.333,9	5.450.296,6	-1,9	1.855,05
BA	622.639	Feira de Santana	822.901,7	872.702,3	929.252,5	961.878,4	941.411,8	-2,1	1.511,97
BA	346.069	Vitória da Conquista	561.770,7	575.623,1	585.557,5	581.846,2	578.656,6	-0,5	1.672,08
BA	292.074	Camaçari	943.744,0	1.004.381,6	1.046.322,4	1.004.920,6	986.079,7	-1,9	3.376,13
CE	2.609.716	Fortaleza	5.537.275,2	5.041.316,2	5.567.471,1	5.863.728,3	5.554.582,3	-5,3	2.128,42
CE	358.164	Caucaia	558.944,3	529.170,5	552.556,1	533.851,9	564.878,6	5,8	1.577,15
CE	268.248	Juazeiro do Norte	407.749,3	402.398,3	435.154,1	442.079,1	484.788,8	9,7	1.807,24
MA	1.082.935	São Luís	2.496.205,2	2.527.983,9	2.532.845,9	2.487.635,4	2.507.702,4	0,8	2.315,65
MA	253.873	Imperatriz	502.953,3	531.189,5	561.826,5	...	2.213,02
PB	801.718	João Pessoa	1.827.537,1	1.887.877,1	2.040.461,1	1.852.773,8	1.851.373,2	-0,1	2.309,26
PB	407.754	Campina Grande	693.239,3	710.963,6	766.339,7	731.197,3	823.265,7	12,6	2.019,03
PE	1.625.583	Recife	4.268.511,9	4.123.970,6	4.502.300,9	4.139.426,5	3.944.578,0	-4,7	2.426,56
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	1.005.523,2	1.066.589,4	1.146.971,7	1.059.911,6	1.086.076,6	2,5	1.571,46
PE	390.144	Olinda	530.351,3	560.927,7	582.118,0	562.798,9	532.889,2	-5,3	1.365,88
PE	351.686	Caruaru	540.311,8	565.938,0	567.908,7	547.072,6	579.947,8	6,0	1.649,05
PE	337.683	Petrolina	528.320,7	507.636,5	562.433,5	543.221,2	568.330,5	4,6	1.683,03
PE	325.590	Paulista	399.317,4	372.745,4	395.289,9	366.503,4	378.194,2	3,2	1.161,57
PI	847.430	Teresina	2.038.300,6	2.139.673,3	2.199.464,9	2.236.878,9	2.321.367,4	3,8	2.739,30
PI	150.201	Parnaíba	253.021,1	273.606,4	274.293,5	268.696,9	300.135,6	11,7	1.998,23
RN	877.662	Natal	1.864.636,4	1.958.883,2	2.005.800,3	1.732.411,5	1.833.004,1	5,8	2.088,51
RN	291.937	Mossoró	559.801,8	553.749,6	568.947,3	513.065,7	501.761,3	-2,2	1.718,73
SE	641.523	Aracaju	1.536.276,3	1.518.399,1	1.649.768,4	1.612.899,8	1.538.224,7	-4,6	2.397,77
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	223.320,0	236.326,8	244.480,0	243.847,8	241.987,0	-0,8	1.346,91
	12.683.772	Centro-Oeste¹	32.199.632,5	32.039.288,0	33.951.599,6	33.542.439,1	35.147.891,1	4,8	2.771,09
GO	1.448.639	Goiânia	3.606.705,9	3.534.806,1	3.711.484,5	3.647.919,8	3.965.493,8	8,7	2.737,39
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	768.307,9	746.882,1	794.934,9	845.713,3	896.965,6	6,1	1.685,60
GO	370.875	Anápolis	843.065,1	887.219,0	920.345,2	880.751,1	902.317,4	2,4	2.432,94
MT	585.367	Cuiabá	1.679.867,1	1.611.039,2	1.710.615,7	1.772.268,0	1.858.176,4	4,8	3.174,38
MT	271.339	Várzea Grande	424.449,4	442.532,3	421.406,8	467.193,8	487.383,3	4,3	1.796,22
MS	863.982	Campo Grande	2.873.870,8	2.796.401,9	2.928.822,1	2.722.473,5	2.724.340,1	0,1	3.153,24
MS	215.486	Dourados	638.030,4	...	707.567,5	693.224,7	689.246,6	-0,6	3.198,57
	86.356.952	Sudeste	257.999.219,3	262.726.941,7	269.522.417,0	262.866.840,5	253.267.652,3	-3,7	2.932,80
ES	359.555	Vitória	1.888.105,9	1.687.596,6	1.745.079,0	1.566.267,3	1.461.501,1	-6,7	4.046,75
ES	494.109	Serra	1.144.500,7	1.064.329,9	1.159.701,6	1.078.756,1	1.040.676,6	-3,5	2.106,17
ES	479.664	Vila Velha	891.426,1	888.643,4	884.726,9	855.721,7	835.074,3	-2,4	1.740,96
ES	384.621	Cariacica	622.078,7	634.295,4	636.087,8	582.466,9	538.468,4	-7,6	1.400,00
MG	2.513.451	Belo Horizonte	8.371.126,0	8.560.850,5	9.012.157,7	8.732.583,6	8.983.651,2	2,9	3.574,23
MG	669.672	Uberlândia	1.755.508,3	1.670.419,0	1.771.328,4	1.755.883,5	1.749.690,5	-0,4	2.612,76
MG	653.800	Contagem	1.422.232,6	1.443.879,0	1.479.524,9	1.429.346,1	1.394.253,7	-2,5	2.132,54

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Receita corrente per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %
MG	559.636	Juiz de Fora	1.313.944,9	1.269.166,0	1.337.519,1	1.373.330,7	1.355.783,7	-1,3	2.422,62
MG	422.354	Betim	1.663.892,4	1.578.934,3	1.661.531,1	1.499.100,0	1.490.361,0	-0,6	3.528,70
MG	398.288	Montes Claros	708.739,3	732.998,8	778.442,3	697.936,7	566.604,1	-18,8	1.422,60
MG	325.846	Ribeirão das Neves	336.284,1	333.879,5	358.508,1	360.252,5	357.043,1	-0,9	1.095,74
MG	325.279	Uberaba	813.893,9	824.092,2	902.528,0	873.307,1	930.394,4	6,5	2.860,30
MG	279.665	Governador Valadares	644.942,0	684.792,8	737.364,8	740.405,8	699.185,5	-5,6	2.500,08
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	21.992.780,4	23.190.841,3	22.601.065,0	22.534.681,2	21.194.087,4	-5,9	3.261,21
RJ	1.044.058	São Gonçalo	1.157.775,2	1.125.467,1	1.161.074,3
RJ	886.917	Duque de Caxias	2.095.142,5	2.156.645,5	...	2.133.273,1	1.944.550,9	-8,8	2.192,48
RJ	797.435	Nova Iguaçu	1.076.219,6	1.187.745,7	1.258.549,7	1.216.456,6	1.139.214,5	-6,3	1.428,60
RJ	497.883	Niterói	1.772.940,1	1.913.995,9	2.042.387,7	1.982.767,1	1.920.733,1	-3,1	3.857,80
RJ	494.141	Belford Roxo	616.035,8	664.175,3	683.325,7	603.427,4	566.722,4	-6,1	1.146,88
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	3.164.020,0	3.067.137,4	2.939.959,4	1.983.997,3	1.534.439,2	-22,7	3.149,60
RJ	460.541	São João de Meriti	510.929,9	539.063,8	527.257,6	537.279,9	519.762,6	-3,3	1.128,59
RJ	298.158	Petrópolis	893.159,7	915.888,1	943.770,8	869.585,6	831.923,1	-4,3	2.790,21
RJ	263.659	Volta Redonda	933.910,8	908.394,5	882.260,7	822.090,0	802.715,4	-2,4	3.044,52
SP	12.038.175	São Paulo	44.357.529,1	45.013.681,6	45.868.037,7	48.824.340,3	44.183.286,2	-9,5	3.670,26
SP	1.337.087	Guarulhos	3.496.302,8	3.983.818,5	3.827.026,8	3.803.391,9	3.615.710,7	-4,9	2.704,17
SP	1.173.370	Campinas	3.958.999,2	4.137.326,7	4.304.325,9	4.216.088,3	4.009.890,0	-4,9	3.417,41
SP	822.242	São Bernardo do Campo	3.574.071,1	3.551.129,7	3.555.175,7	3.361.233,7	3.235.459,9	-3,7	3.934,92
SP	712.749	Santo André	2.097.867,7	2.154.119,5	2.228.699,4	2.082.027,0	2.129.583,9	2,3	2.987,85
SP	696.382	Osasco	1.933.962,9	1.994.010,5	2.013.660,2	1.989.140,2	1.915.208,0	-3,7	2.750,23
SP	695.992	São José dos Campos	2.561.028,6	2.245.931,0	2.575.575,8	2.452.487,6	2.463.065,1	0,4	3.538,93
SP	674.405	Ribeirão Preto	2.001.125,6	2.137.208,1	2.192.464,4	2.154.991,7	2.145.518,7	-0,4	3.181,35
SP	652.481	Sorocaba	2.030.440,8	2.130.640,6	2.487.453,8	2.401.234,1	2.343.401,4	-2,4	3.591,52
SP	457.696	Mauá	898.103,4	949.464,6	917.187,5	890.064,7	860.485,2	-3,3	1.880,04
SP	446.649	São José do Rio Preto	1.272.235,5	1.340.273,6	1.379.446,2	1.403.556,3	1.321.065,2	-5,9	2.957,73
SP	434.359	Santos	2.092.671,0	2.127.678,9	2.195.452,9	2.011.696,5	2.103.356,4	4,6	4.842,44
SP	429.321	Mogi das Cruzes	1.110.313,1	1.138.089,7	993.206,8	1.133.862,7	1.125.065,8	-0,8	2.620,57
SP	415.180	Diadema	1.210.895,6	1.117.662,6	1.081.830,4	1.076.888,4
SP	405.740	Jundiaí	1.739.548,8	1.612.894,8	1.723.010,6	1.685.957,0	1.689.772,5	0,2	4.164,67
SP	394.465	Carapicuíba	442.040,8
SP	394.419	Piracicaba	1.276.252,6	1.351.109,7	1.419.762,4	1.372.165,5	1.371.556,2	0,0	3.477,41
SP	369.368	Bauru	956.916,3	932.707,9	1.006.201,4	974.404,1	1.000.926,6	2,7	2.709,84
29.439.773	Sul	78.564.680,4	79.873.250,0	85.368.588,4	83.738.181,4	86.564.779,5	3,4	2.940,40	
PR	1.893.997	Curitiba	6.996.899,8	7.007.217,5	7.184.478,9	7.011.210,5	7.069.101,1	0,8	3.732,37
PR	553.393	Londrina	1.430.619,0	1.347.899,2	1.477.860,4	1.510.628,3	1.547.687,5	2,5	2.796,72
PR	403.063	Maringá	989.861,2	1.074.347,6	1.155.802,2	1.188.450,1	1.192.737,2	0,4	2.959,18
PR	341.130	Ponta Grossa	613.503,9	614.280,1	665.260,9	662.649,5	644.441,8	-2,7	1.889,14
PR	316.226	Cascavel	590.818,1	632.309,4	668.017,2	690.717,2	735.740,3	6,5	2.326,63
PR	302.759	São José dos Pinhais	883.715,4	935.024,2	984.773,2	961.741,7	919.151,0	-4,4	3.035,92
PR	263.915	Foz do Iguaçu	671.986,3	710.939,6	719.902,9	704.107,7	710.011,8	0,8	2.690,30
RS	1.481.019	Porto Alegre	5.271.237,7	5.345.507,4	5.729.703,7	5.566.664,4	5.413.045,5	-2,8	3.654,95
RS	479.236	Caxias do Sul	1.545.601,8	1.588.079,3	1.640.095,6	1.586.875,0	1.619.014,7	2,0	3.378,32
RS	343.651	Pelotas	693.745,7	720.546,4	754.885,3	744.922,2	800.471,9	7,5	2.329,32
RS	342.634	Canoas	1.093.723,4	1.091.730,5	1.289.945,7	1.257.259,7	1.250.557,8	-0,5	3.649,84
RS	277.309	Santa Maria	491.603,3	515.721,7	552.283,4	521.071,5	534.731,5	2,6	1.928,29
RS	273.742	Gravataí	593.980,1	607.904,6	615.550,5	588.312,4	628.528,1	6,8	2.296,06
RS	252.872	Viamão	352.758,2	328.109,3	382.196,1	386.550,9	421.141,0	8,9	1.665,43
SC	477.798	Florianópolis	1.326.457,0	1.387.134,2	1.469.142,3	1.491.376,3	1.514.946,8	1,6	3.170,68
SC	569.645	Joinville	1.675.326,3	1.616.348,4	1.837.043,6	1.770.838,4	1.832.722,6	3,5	3.217,31
SC	343.715	Blumenau	1.102.573,8	1.105.435,4	1.213.929,0	1.185.108,3	1.213.080,0	2,4	3.529,32
	80.508.414	Cidades selecionadas	218.094.863,5	221.586.836,6	229.848.600,3	227.276.363,6	219.543.596,6	-3,4	2.726,96
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	83.460.930,7	84.959.909,4	88.875.388,4	85.512.004,6	88.723.224,1	3,8	2.759,85
	46.107.667	Capitais	134.871.488,8	137.067.410,3	141.867.746,0	142.314.624,6	136.051.453,0	-4,4	2.950,73
	203.133.877	Brasil¹	513.352.150,8	521.698.226,8	544.315.555,2	531.622.079,7	528.563.096,2	-0,6	2.602,04

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2016, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Receita corrente | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	44.183.286.163,21	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	21.194.087.363,66	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	8.983.651.247,73	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	7.069.101.120,09	1.893.997	7º
5º	CE	Fortaleza	5.554.582.285,06	2.609.716	4º
6º	BA	Salvador	5.450.296.571,92	2.938.092	3º
7º	RS	Porto Alegre	5.413.045.466,86	1.481.019	9º
8º	SP	Campinas	4.009.889.971,55	1.173.370	13º
9º	GO	Goiânia	3.965.493.750,79	1.448.639	10º
10º	PE	Recife	3.944.578.031,15	1.625.583	8º
11º	AM	Manaus	3.787.595.493,69	2.094.391	6º
12º	SP	Guarulhos	3.615.710.650,44	1.337.087	12º
13º	SP	São Bernardo do Campo	3.235.459.901,98	822.242	21º
14º	MS	Campo Grande	2.724.340.139,61	863.982	19º
15º	MA	São Luís	2.507.702.432,79	1.082.935	14º
16º	PA	Belém	2.499.681.611,33	1.446.042	11º
17º	SP	São José dos Campos	2.463.065.102,45	695.992	26º
18º	SP	Sorocaba	2.343.401.422,05	652.481	31º
19º	PI	Teresina	2.321.367.438,25	847.430	20º
20º	SP	Barueri	2.208.592.281,08	264.935	103º
21º	SP	Ribeirão Preto	2.145.518.675,22	674.405	28º
22º	SP	Santo André	2.129.583.890,32	712.749	24º
23º	SP	Santos	2.103.356.353,16	434.359	52º
24º	RJ	Macaé	1.969.658.562,00	239.471	113º
25º	RJ	Duque de Caxias	1.944.550.872,45	886.917	17º
26º	RJ	Niterói	1.920.733.145,61	497.883	41º
27º	SP	Osasco	1.915.207.999,79	696.382	25º
28º	AL	Maceió	1.895.879.739,37	1.021.709	16º
29º	MT	Cuiabá	1.858.176.418,57	585.367	34º
30º	PB	João Pessoa	1.851.373.219,51	801.718	22º
31º	RN	Natal	1.833.004.093,81	877.662	18º
32º	SC	Joinville	1.832.722.621,21	569.645	35º
33º	MG	Uberlândia	1.749.690.542,40	669.672	29º
34º	SP	Jundiaí	1.689.772.464,65	405.740	57º
35º	RS	Caxias do Sul	1.619.014.718,00	479.236	46º
36º	PR	Londrina	1.547.687.450,41	553.393	37º
37º	SE	Aracaju	1.538.224.748,05	641.523	32º
38º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.534.439.217,58	487.186	44º
39º	SC	Florianópolis	1.514.946.788,52	477.798	47º
40º	MG	Betim	1.490.361.010,20	422.354	54º
41º	MG	Contagem	1.394.253.719,91	653.800	30º
42º	SP	Piracicaba	1.371.556.224,46	394.419	61º
43º	MG	Juiz de Fora	1.355.783.705,70	559.636	36º
44º	SP	São José do Rio Preto	1.321.065.212,70	446.649	51º
45º	RS	Canoas	1.250.557.817,44	342.634	76º
46º	SP	São Caetano do Sul	1.230.098.248,51	158.825	181º
47º	SC	Blumenau	1.213.080.009,29	343.715	74º
48º	SP	Praia Grande	1.211.021.845,41	304.705	86º
49º	PR	Maringá	1.192.737.225,77	403.063	58º
50º	RO	Porto Velho	1.182.105.062,34	511.219	39º
51º	SP	Guarujá	1.163.418.818,98	313.421	84º
52º	RJ	Nova Iguaçu	1.139.214.548,89	797.435	23º

Posição	UF	Município	Receita corrente	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	SP	Mogi das Cruzes	1.125.065.802,57	429.321	53º
54º	SP	Paulínia	1.100.487.933,72	100.128	308º
55º	PE	Jaboatão dos Guararapes	1.086.076.558,77	691.125	27º
56º	SC	Itajaí	1.080.508.837,46	208.958	142º
57º	ES	Serra	1.040.676.624,30	494.109	43º
58º	SP	Bauru	1.000.926.573,13	369.368	66º
59º	BA	Camaçari	986.079.687,22	292.074	91º
60º	TO	Palmas	947.725.908,54	279.856	94º
61º	BA	Feira de Santana	941.411.807,59	622.639	33º
62º	RR	Boa Vista	940.318.220,74	326.419	79º
63º	MG	Uberaba	930.394.416,22	325.279	82º
64º	RJ	Angra dos Reis	925.204.247,31	191.504	154º
65º	SP	Indaiatuba	921.768.551,28	235.367	116º
66º	PR	São José dos Pinhais	919.150.991,03	302.759	87º
67º	SP	Taubaté	917.393.991,01	305.174	85º
68º	GO	Anápolis	902.317.398,59	370.875	65º
69º	PA	Parauapebas	897.570.723,79	196.259	150º
70º	GO	Aparecida de Goiânia	896.965.607,23	532.135	38º
71º	SP	Cubatão	883.336.638,90	127.887	224º
72º	SP	Limeira	877.030.881,69	298.701	88º
73º	SP	Mauá	860.485.226,75	457.696	50º
74º	ES	Vila Velha	835.074.282,94	479.664	45º
75º	RJ	Petrópolis	831.923.110,41	298.158	89º
76º	PB	Campina Grande	823.265.733,18	407.754	56º
77º	RJ	Volta Redonda	802.715.374,03	263.659	106º
78º	RS	Pelotas	800.471.906,46	343.651	75º
79º	SP	São Vicente	788.465.765,36	357.989	69º
80º	RS	Novo Hamburgo	775.345.032,23	249.113	110º
81º	PR	Araucária	766.567.828,68	135.459	209º
82º	SP	Santana de Parnaíba	760.047.868,47	129.261	222º
83º	AC	Rio Branco	741.871.753,76	377.057	64º
84º	PR	Cascavel	735.740.259,83	316.226	83º
85º	SP	Araraquara	734.083.734,63	228.664	126º
86º	SP	Jacareí	730.809.079,84	228.214	127º
87º	PR	Foz de Iguaçu	710.011.770,20	263.915	105º
88º	SP	Marília	708.177.597,17	233.639	120º
89º	MG	Governador Valadares	699.185.507,20	279.665	95º
90º	PA	Marabá	698.623.911,55	266.932	102º
91º	MS	Dourados	689.246.628,04	215.486	136º
92º	SP	Cotia	688.204.015,85	233.696	119º
93º	AP	Macapá	679.950.865,76	465.495	48º
94º	SP	Toboço da Serra	679.815.295,45	275.948	97º
95º	SP	Rio Claro	677.716.247,22	201.473	147º
96º	SP	São Carlos	648.498.789,55	243.765	112º
97º	MT	Rondonópolis	648.359.427,30	218.899	134º
98º	PR	Ponta Grossa	644.441.828,50	341.130	77º
99º	RJ	Maricá	643.706.016,89	149.876	192º
100º	RS	São Leopoldo	641.229.462,51	229.678	125º

	Total dos 100 maiores	228.348.169.136,77	76.285.185	..
	Total dos demais	300.214.927.052,12	126.848.692	..
	Total Brasil¹	528.563.096.188,89	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Receita corrente per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	15.407,73	164.600.747,52	10.683	2999º
2º	MG	Serra da Saudade	13.660,54	11.133.342,49	815	5568º
3º	SP	Borá	12.363,46	10.360.579,18	838	5567º
4º	SP	Ilhabela	12.356,85	405.082.413,05	32.782	1043º
5º	RN	Guamaré	11.636,13	174.251.008,72	14.975	2303º
6º	BA	São Francisco do Conde	11.559,07	459.935.426,66	39.790	836º
7º	SP	Paulínia	10.990,81	1.100.487.933,72	100.128	308º
8º	SP	Nova Castilho	10.946,45	13.442.237,40	1.228	5561º
9º	PA	Canaã dos Carajás	10.228,99	356.511.033,47	34.853	954º
10º	MG	Cachoeira Dourada	9.957,83	26.647.163,17	2.676	5235º
11º	TO	Lajeado	9.780,40	29.918.257,82	3.059	5087º
12º	MG	Grupiara	9.294,50	13.170.306,33	1.417	5553º
13º	SP	Uru	9.293,92	11.319.992,20	1.218	5562º
14º	ES	Anchieta	9.238,52	259.519.368,54	28.091	1221º
15º	RS	Engenho Velho	9.224,23	12.609.516,84	1.367	5557º
16º	SP	Ilha Comprida	9.108,05	95.415.980,90	10.476	3043º
17º	RS	Pinhal da Serra	9.074,83	19.193.270,22	2.115	5435º
18º	RS	Triunfo	9.019,46	253.302.591,16	28.084	1223º
19º	ES	Itapemirim	8.842,50	305.817.936,25	34.585	967º
20º	SP	Fernão	8.723,07	14.654.749,50	1.680	5525º
21º	SP	Louveira	8.721,18	391.615.821,92	44.904	733º
22º	GO	Anhanguera	8.632,93	9.625.715,80	1.115	5564º
23º	MG	Jeceaba	8.604,43	45.173.272,01	5.250	4249º
24º	SP	Monções	8.569,34	19.212.465,78	2.242	5392º
25º	TO	Oliveira de Fátima	8.506,69	9.391.382,28	1.104	5565º
26º	SP	Zacarias	8.413,73	21.917.754,91	2.605	5268º
27º	MG	Cedro do Abaeté	8.411,62	10.203.299,19	1.213	5563º
28º	PR	Jardim Olinda	8.406,12	11.793.780,73	1.403	5554º
29º	SP	Barueri	8.336,36	2.208.592.281,08	264.935	103º
30º	RS	André da Rocha	8.334,55	10.834.909,17	1.300	5559º
31º	SP	São João de Itacema	8.334,26	15.785.079,17	1.894	5481º
32º	RS	Lagoa dos Três Cantos	8.280,65	13.654.792,05	1.649	5528º
33º	PR	Itaipulândia	8.244,62	85.851.275,19	10.413	3056º
34º	RJ	Macaé	8.225,04	1.969.658.562,00	239.471	113º
35º	RS	Capão Bonito do Sul	8.200,08	14.464.936,92	1.764	5509º
36º	SC	Santiago do Sul	8.178,20	10.966.967,26	1.341	5558º
37º	RS	Pedras Altas	8.129,40	17.730.231,80	2.181	5417º
38º	MG	Araporá	8.098,99	54.400.899,13	6.717	3795º
39º	RN	Bodó	8.089,70	18.865.173,49	2.332	5362º
40º	RS	Vista Alegre do Prata	8.047,16	12.972.028,07	1.612	5531º
41º	SC	Alto Bela Vista	7.998,45	15.812.939,49	1.977	5463º
42º	MS	Jateí	7.964,14	32.103.466,55	4.031	4711º
43º	MG	Tapira	7.869,67	36.184.753,12	4.598	4496º
44º	SC	Lajeado Grande	7.792,12	11.384.282,81	1.461	5551º
45º	SC	Piratuba	7.787,40	32.777.174,94	4.209	4633º
46º	GO	Davinópolis	7.778,86	16.568.963,58	2.130	5431º
47º	PR	Saudade do Iguaçu	7.761,12	41.987.648,17	5.410	4196º
48º	SP	São Caetano do Sul	7.744,99	1.230.098.248,51	158.825	181º
49º	RJ	Porto Real	7.744,20	143.670.489,42	18.552	1899º
50º	SP	Santa Salete	7.738,85	11.840.438,98	1.530	5547º
51º	RS	União da Serra	7.679,45	10.697.477,63	1.393	5556º
52º	SP	Turmalina	7.676,17	14.231.625,78	1.854	5488º

Posição	UF	Município	Receita corrente per capita	Receita corrente	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	SC	Flor do Sertão	7.644,94	12.208.966,60	1.597	5535º
54º	GO	Palmelo	7.620,07	18.440.571,89	2.420	5343º
55º	GO	Rio Quente	7.601,07	30.510.691,30	4.014	4719º
56º	RS	Nova Boa Vista	7.560,04	14.681.604,36	1.942	5471º
57º	SC	Paial	7.488,80	12.034.504,27	1.607	5532º
58º	MG	Água Comprida	7.472,38	15.400.581,95	2.061	5450º
59º	MT	Serra Nova Dourada	7.455,62	11.541.292,10	1.548	5546º
60º	RS	Montauri	7.421,58	11.510.866,49	1.551	5545º
61º	GO	Cachoeira de Goiás	7.410,70	10.515.779,76	1.419	5552º
62º	SE	Divina Pastora	7.389,18	36.761.186,27	4.975	4347º
63º	MG	Doresópolis	7.344,07	11.207.053,22	1.526	5549º
64º	GO	Perolândia	7.305,41	22.800.174,45	3.121	5061º
65º	SC	Macieira	7.288,70	13.170.672,29	1.807	5500º
66º	RS	São Vendelino	7.275,14	15.568.796,90	2.140	5424º
67º	RJ	Quissamã	7.252,33	167.710.200,65	23.125	1523º
68º	MT	Santa Cruz do Xingu	7.251,66	17.063.163,76	2.353	5359º
69º	RS	Santo Antônio do Planalto	7.233,03	14.885.568,01	2.058	5451º
70º	SP	Turiúba	7.225,38	14.544.681,59	2.013	5457º
71º	GO	Chapadão do Céu	7.212,79	63.854.787,33	8.853	3299º
72º	BA	Madre de Deus	7.207,67	149.119.516,15	20.689	1693º
73º	SP	Dirce Reis	7.204,86	12.817.450,67	1.779	5507º
74º	SC	Presidente Castello Branco	7.200,54	11.736.876,98	1.630	5530º
75º	SP	Mesópolis	7.189,72	13.861.781,00	1.928	5474º
76º	PR	Nova Aliança do Ivaí	7.173,40	10.953.779,06	1.527	5548º
77º	RS	Barra do Rio Azul	7.172,95	13.865.319,50	1.933	5472º
78º	RS	Coqueiro Baixo	7.170,44	11.185.884,55	1.560	5542º
79º	CE	Guaramiranga	7.166,08	26.027.206,50	3.632	4871º
80º	SC	Abdon Batista	7.155,75	18.726.597,18	2.617	5257º
81º	RS	Porto Vera Cruz	7.154,96	12.192.060,26	1.704	5520º
82º	RS	Alto Alegre	7.070,50	12.832.948,77	1.815	5497º
83º	SP	Parisi	7.053,44	15.108.464,70	2.142	5423º
84º	GO	Pilar de Goiás	7.036,24	18.090.170,47	2.571	5281º
85º	PR	Alto Paraíso	7.018,84	21.316.228,99	3.037	5099º
86º	SP	União Paulista	7.012,52	12.433.206,47	1.773	5508º
87º	SC	Jardínópolis	7.006,20	11.553.223,11	1.649	5528º
88º	PR	São Manoel do Paraná	6.996,98	15.281.401,72	2.184	5415º
89º	RS	Mato Queimado	6.994,25	12.512.710,03	1.789	5504º
90º	GO	São João da Paraúna	6.984,90	10.973.272,59	1.571	5541º
91º	GO	Aparecida do Rio Doce	6.979,76	17.547.118,66	2.514	5314º
92º	RS	Vila Lângaro	6.969,68	15.256.621,01	2.189	5412º
93º	SP	Rifaina	6.954,03	25.090.126,26	3.608	4880º
94º	MS	Taquarussu	6.925,14	24.722.745,27	3.570	4897º
95º	SP	Nova Canaã Paulista	6.913,67	13.861.914,22	2.005	5458º
96º	SP	Cubatão	6.907,17	883.336.638,90	127.887	224º
97º	RS	São José do Inhacorá	6.899,35	15.261.372,65	2.212	5403º
98º	RS	Santa Cecília do Sul	6.897,96	11.698.944,41	1.696	5522º
99º	RO	Pimenteira do Oeste	6.892,70	16.659.647,80	2.417	5345º
100º	RS	Aratiba	6.890,87	45.624.431,85	6.621	3820º

	Total dos 100 maiores	8.560,60	12.281.500.794,99	1.434.654	..
	Total dos demais	2.559,66	516.281.595.393,90	201.699.223	..
	Total Brasil¹	2.602,04	528.563.096.188,89	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa total | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Despesa total per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016					em %	em R\$
	17.740.418	Norte	35.091.586,3	35.080.535,2	38.697.789,7	36.949.762,8	35.471.895,4	-4,0	1.999,50
AC	377.057	Rio Branco	637.760,5	673.584,0	755.546,3	729.937,8	726.513,7	-0,5	1.926,80
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	135.245,3	133.886,5	141.477,0	123.117,4	142.760,1	16,0	1.739,39
AP	465.495	Macapá	677.985,8	636.170,6	655.190,5	735.397,9	692.028,6	-5,9	1.486,65
AP	113.854	Santana	161.488,0	128.609,6
AM	2.094.391	Manaus	3.965.627,9	3.931.318,0	4.364.436,3	4.183.327,6	4.183.599,8	0,0	1.997,53
AM	112.716	Parintins	207.343,2	188.628,5	214.174,2	181.835,3
PA	1.446.042	Belém	2.707.849,3	2.537.893,5	2.919.227,7	2.911.122,6	2.598.611,2	-10,7	1.797,05
PA	510.834	Ananindeua	566.548,9	541.830,6	637.903,5	611.871,3
PA	294.447	Santarém	519.916,1	496.282,2	532.781,7	571.522,2	559.925,2	-2,0	1.901,62
PA	266.932	Marabá	615.293,6	633.243,2	962.879,4	754.991,2	624.779,6	-17,2	2.340,59
RO	511.219	Porto Velho	1.230.123,6	1.124.095,3	1.169.363,9	1.220.034,3	1.139.593,7	-6,6	2.229,17
RO	131.560	Ji-Paraná	185.489,2	192.266,6	212.303,5	215.664,9	212.260,2	-1,6	1.613,41
RR	326.419	Boa Vista	635.514,7	688.976,4	1.009.739,1	1.000.701,0	925.869,2	-7,5	2.836,44
RR	27.756	Rorainópolis	62.052,3	53.686,3	65.780,3	62.622,1	54.977,4	-12,2	1.980,74
TO	279.856	Palmas	762.189,3	731.214,7	907.498,7	868.096,1	872.073,2	0,5	3.116,15
TO	173.112	Araguaína	286.330,1	298.081,3	312.184,9	321.042,6	347.257,3	8,2	2.005,97
	56.912.962	Nordeste	116.706.496,2	117.490.031,5	127.148.882,0	122.158.395,1	119.273.341,0	-2,4	2.095,71
AL	1.021.709	Maceió	1.956.741,7	1.973.392,5	2.095.753,1	1.958.228,2	1.995.341,2	1,9	1.952,94
AL	232.671	Arapiraca	502.391,7	491.554,6	528.599,4	608.833,9	598.134,0	-1,8	2.570,73
BA	2.938.092	Salvador	4.843.954,1	4.886.488,4	5.466.734,7	5.568.804,9	5.378.978,6	-3,4	1.830,77
BA	622.639	Feira de Santana	838.104,7	917.536,6	1.064.869,3	1.048.245,4	978.231,7	-6,7	1.571,11
BA	346.069	Vitória da Conquista	572.721,4	598.915,4	625.440,2	613.852,4	604.792,3	-1,5	1.747,61
BA	292.074	Camaçari	1.001.460,1	1.028.179,3	1.089.976,4	1.066.641,7	942.126,5	-11,7	3.225,64
CE	2.609.719	Fortaleza	5.539.528,9	5.678.034,9	6.036.890,0	5.969.597,8	5.700.227,9	-4,5	2.184,23
CE	358.164	Caucaia	568.678,5	500.485,2	572.704,8	614.627,0	529.737,2	-13,8	1.479,04
CE	268.248	Juazeiro do Norte	392.248,3	384.269,7	440.051,1	412.511,3	446.001,3	8,1	1.662,65
MA	1.082.935	São Luís	2.694.858,3	2.589.612,6	2.665.786,2	2.591.021,6	2.529.679,1	-2,4	2.335,95
MA	253.873	Imperatriz	510.539,7	590.015,0	569.036,7	..	2.241,42
PB	801.718	João Pessoa	1.994.579,3	1.986.199,1	2.081.850,2	1.926.506,8	1.705.422,1	-11,5	2.127,21
PB	407.754	Campina Grande	773.556,5	771.277,7	813.206,2	814.857,2	818.532,2	0,5	2.007,42
PE	1.625.583	Recife	4.246.494,4	4.344.440,8	4.650.027,1	4.475.612,9	3.947.284,8	-11,8	2.428,23
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	979.981,0	1.146.162,8	1.162.970,5	1.095.810,0	1.052.063,7	-4,0	1.522,25
PE	390.144	Olinda	542.046,2	587.909,1	637.769,8	619.569,8	550.404,4	-11,2	1.410,77
PE	351.686	Caruaru	667.902,6	554.747,5	641.230,3	620.541,1	564.514,7	-9,0	1.605,17
PE	337.683	Petrolina	537.892,2	546.356,9	550.922,7	561.102,4	576.800,6	2,8	1.708,11
PE	325.590	Paulista	391.202,2	404.836,7	466.593,2	441.568,5	412.905,6	-6,5	1.268,18
PI	847.430	Teresina	2.102.630,8	2.174.572,8	2.337.749,9	2.361.267,6	2.509.913,5	6,3	2.961,79
PI	150.201	Parnaíba	258.499,2	295.240,7	296.312,1	294.255,9	284.333,7	-3,4	1.893,02
RN	877.662	Natal	1.774.175,2	1.869.217,8	2.573.401,8	1.957.502,2	1.938.764,7	-1,0	2.209,01
RN	291.937	Mossoró	551.442,3	580.967,3	599.942,4	584.201,6	549.717,9	-5,9	1.883,00
SE	641.523	Aracaju	1.540.143,6	1.533.271,5	1.630.068,6	1.635.293,3	1.514.137,4	-7,4	2.360,22
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	231.697,6	247.713,4	254.433,9	257.696,5	250.063,4	-3,0	1.391,86
	12.683.772	Centro-Oeste¹	32.857.598,6	32.687.383,6	35.002.822,8	34.570.963,2	34.822.414,4	0,7	2.745,43
GO	1.448.639	Goiânia	3.675.825,2	3.919.254,1	3.911.641,4	4.002.565,8	4.034.946,7	0,8	2.785,34
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	745.088,8	859.926,9	869.044,3	900.906,4	911.308,7	1,2	1.712,55
GO	370.875	Anápolis	898.703,7	913.646,4	937.589,9	910.294,6	998.474,2	9,7	2.692,21
MT	585.367	Cuiabá	1.699.364,5	1.569.322,9	1.713.933,9	1.759.905,4	1.842.127,5	4,7	3.146,96
MT	271.339	Várzea Grande	454.380,3	441.442,3	421.687,3	417.587,2	463.593,9	11,0	1.708,54
MS	863.982	Campo Grande	3.067.051,7	2.819.522,9	3.101.595,2	3.049.569,1	2.805.709,5	-8,0	3.247,42
MS	215.486	Dourados	606.773,9	674.851,8	673.314,0	691.834,5	657.072,4	-5,0	3.049,26
	86.356.952	Sudeste	268.904.564,9	268.242.676,3	285.051.757,7	275.260.795,2	265.292.002,1	-3,6	3.072,04
ES	359.555	Vitória	1.960.614,2	1.794.682,3	1.768.612,6	1.565.521,9	1.348.646,4	-13,9	3.750,88
ES	494.109	Serra	1.171.098,3	1.055.854,7	1.171.606,4	...	1.058.295,4	..	2.141,83
ES	479.664	Vila Velha	995.860,8	851.391,3	909.673,7	828.149,8	829.162,1	0,1	1.728,63
ES	384.621	Cariacica	596.251,8	560.105,2	616.884,4	602.726,6	526.355,0	-12,7	1.368,50
MG	2.513.451	Belo Horizonte	9.261.784,9	10.498.967,3	10.161.719,1	9.253.832,2	8.412.293,4	-9,1	3.346,91
MG	669.672	Uberlândia	1.751.690,3	1.650.050,4	1.757.809,8	1.926.026,6	1.869.852,5	-2,9	2.792,19
MG	653.800	Contagem	1.464.782,0	1.439.760,3	1.485.621,4	1.482.018,7	1.396.693,4	-5,8	2.136,27

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Despesa total per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016					em %	em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	1.409.046,4	1.336.532,9	1.498.035,6	1.448.819,9	1.419.460,2	-2,0	2.536,40
MG	422.354	Betim	1.538.597,2	1.467.307,2	1.504.591,1	1.413.254,0	1.425.585,5	0,9	3.375,33
MG	398.288	Montes Claros	730.631,3	736.054,2	817.459,0	840.010,9	617.140,8	-26,5	1.549,48
MG	325.846	Ribeirão das Neves	410.581,1	365.067,9	414.772,8	388.707,6	360.880,9	-7,2	1.107,52
MG	325.279	Uberaba	876.826,4	884.349,9	960.991,2	922.243,4	919.086,2	-0,3	2.825,53
MG	279.665	Governador Valadares	722.874,8	697.241,4	813.586,1	803.998,5	725.221,3	-9,8	2.593,18
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	25.039.240,2	24.551.831,6	25.856.577,1	26.611.181,1	25.247.166,3	-5,1	3.884,87
RJ	1.044.058	São Gonçalo	1.162.787,7	1.062.355,7	1.190.314,6
RJ	886.917	Duque de Caxias	2.245.684,3	2.134.992,5	2.405.347,7	2.416.719,9	2.424.263,6	0,3	2.733,36
RJ	797.435	Nova Iguaçu	1.155.886,2	1.392.735,3	1.509.570,4	1.454.337,9	1.363.570,0	-6,2	1.709,94
RJ	497.883	Niterói	1.768.288,2	1.816.657,2	1.976.354,1	2.046.206,8	2.211.790,3	8,1	4.442,39
RJ	494.141	Belford Roxo	639.743,4	676.050,9	702.270,2	642.690,9	650.769,8	1,3	1.316,97
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	2.921.389,9	2.837.174,6	3.006.703,9	2.160.465,3	2.890.054,2	33,8	5.932,14
RJ	460.541	São João de Meriti	541.211,6	621.381,4	602.493,2	586.726,7	563.449,9	-4,0	1.223,45
RJ	298.158	Petrópolis	940.608,7	906.356,2	992.352,6	930.900,1	863.627,2	-7,2	2.896,54
RJ	263.659	Volta Redonda	864.651,9	1.079.054,6	1.072.638,8	894.977,5	775.603,4	-13,3	2.941,69
SP	12.038.175	São Paulo	46.968.881,2	47.527.201,7	49.551.146,4	49.060.249,6	47.443.370,0	-3,3	3.941,08
SP	1.337.087	Guarulhos	3.572.954,9	4.237.892,5	4.056.202,8	4.010.904,8	3.493.600,4	-12,9	2.612,84
SP	1.173.370	Campinas	3.765.906,2	4.054.381,8	4.302.861,5	4.383.367,7	4.317.281,6	-1,5	3.679,39
SP	822.242	São Bernardo do Campo	3.734.594,1	3.896.692,0	4.024.614,7	3.791.956,7	3.615.723,8	-4,6	4.397,40
SP	712.749	Santo André	2.278.622,9	2.221.280,8	2.416.568,3	2.313.432,1	2.246.192,4	-2,9	3.151,45
SP	696.382	Osasco	1.954.163,7	1.977.695,2	2.210.036,8	2.057.581,4	1.953.182,2	-5,1	2.804,76
SP	695.992	São José dos Campos	2.222.775,8	2.307.216,8	2.407.370,9	2.375.507,3	2.556.595,1	7,6	3.673,31
SP	674.405	Ribeirão Preto	2.023.724,5	2.224.166,8	2.244.818,2	2.249.932,9	2.384.928,4	6,0	3.536,34
SP	652.481	Sorocaba	2.051.251,5	2.031.408,9	2.342.461,7	2.335.877,5	2.295.102,4	-1,7	3.517,50
SP	457.696	Mauá	876.191,2	957.653,6	954.425,8	923.768,5	1.021.945,8	10,6	2.232,80
SP	446.649	São José do Rio Preto	1.354.070,7	1.435.110,6	1.386.968,2	1.533.940,7	1.408.224,7	-8,2	3.152,87
SP	434.359	Santos	2.041.084,7	2.102.643,9	2.239.635,9	...	2.182.687,5	..	5.025,08
SP	429.321	Mogi das Cruzes	1.130.163,6	1.143.567,2	965.653,3	1.135.777,4	1.278.358,3	12,6	2.977,63
SP	415.180	Diadema	1.155.813,9	1.089.162,3	1.139.759,1	1.082.539,6	1.137.006,2	5,0	2.738,59
SP	405.740	Jundiaí	1.589.370,3	1.630.462,6	1.661.571,5	1.695.918,8	1.775.050,2	4,7	4.374,85
SP	394.465	Carapicuíba	546.906,4	553.456,0	511.579,1	555.256,3	517.653,3	-6,8	1.312,29
SP	394.419	Piracicaba	...	1.285.239,7	1.420.874,1	1.468.765,1	1.428.948,1	-2,7	3.622,92
SP	369.368	Bauru	908.315,6	919.732,0	964.925,7	952.330,3	972.784,3	2,1	2.633,65
29.439.773	Sul	80.825.325,8	79.257.615,9	86.048.471,4	84.506.680,0	84.782.602,6	0,3	2.879,87	
PR	1.893.997	Curitiba	6.848.934,0	7.316.998,4	7.052.018,4	6.820.848,1	6.540.477,3	-4,1	3.453,27
PR	553.393	Londrina	1.345.980,0	1.409.197,5	1.480.625,1	1.602.132,5	1.644.408,6	2,6	2.971,50
PR	403.063	Maringá	1.020.404,9	1.091.147,5	1.121.198,2	1.173.020,9	1.181.338,7	0,7	2.930,90
PR	341.130	Ponta Grossa	657.067,2	635.747,8	652.360,4	686.909,8	678.081,7	-1,3	1.987,75
PR	316.226	Cascavel	567.249,3	562.630,6	631.868,7	682.860,7	765.568,5	12,1	2.420,95
PR	302.759	São José dos Pinhais	916.032,5	821.847,3	923.366,5	904.701,6	874.333,2	-3,4	2.887,89
PR	263.915	Foz do Iguaçu	677.242,5	641.826,3	759.384,5	700.994,7	661.604,6	-5,6	2.506,89
RS	1.481.019	Porto Alegre	5.522.361,0	5.732.249,7	5.870.673,0	5.516.366,7	5.586.884,3	1,3	3.772,32
RS	479.236	Caxias do Sul	1.644.214,4	1.547.257,4	1.654.905,0	1.666.304,9	1.598.535,8	-4,1	3.335,59
RS	343.651	Pelotas	721.172,1	703.653,5	721.259,3	773.989,6	790.233,4	2,1	2.299,52
RS	342.634	Canoas	1.060.952,2	1.252.798,6	1.343.300,2	1.303.613,5	1.422.164,4	9,1	4.150,68
RS	277.309	Santa Maria	503.669,7	503.776,4	509.657,9	499.320,2	520.566,7	4,3	1.877,21
RS	273.742	Gravataí	579.486,2	600.009,5	647.301,0	608.599,3	628.228,3	3,2	2.294,96
RS	252.872	Viamão	318.721,2	303.515,3	355.285,0	356.305,5	340.226,5	-4,5	1.345,45
SC	477.798	Florianópolis	1.446.931,8	1.412.992,2	1.618.835,2	1.668.027,5	1.708.872,8	2,4	3.576,56
SC	569.645	Joinville	1.487.946,6	1.412.259,8	1.523.369,5	1.573.259,8	1.571.698,9	-0,1	2.759,08
SC	343.715	Blumenau	1.128.957,6	1.121.759,1	1.233.837,8	1.259.805,9	1.278.190,9	1,5	3.718,75
80.508.414	Cidades selecionadas	226.694.209,8	229.949.719,3	242.610.822,6	238.630.973,9	231.495.510,9	-3,0	2.875,42	
32.147.801	Até 20 mil habitantes	89.321.211,0	87.369.159,4	95.260.427,9	89.341.616,6	88.710.214,2	-0,7	2.759,45	
46.107.667	Capitais	142.801.146,2	144.501.505,9	151.926.016,3	149.515.294,7	143.328.532,9	-4,1	3.108,56	
203.133.877	Brasil¹	534.385.571,8	532.758.242,5	571.949.723,7	553.446.596,4	539.642.255,6	-2,5	2.656,58	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.



A RIQUEZA PÚBLICA SUBAPROVEITADA É A SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL PARA O EQUILÍBRIO ECONÔMICO E ATUARIAL DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS.

Dentre os tantos desafios da modernidade, a Previdência Social certamente se encontra na primeira fila. Financiar o complexo sistema de amparo social criado ao longo do tempo pela sociedade brasileira é tarefa das mais difíceis que um governo tem de enfrentar, pois, qualquer medida nesta seara afeta diretamente a todos os cidadãos.

Os governos municipais há tempos convivem com o dever constitucional de construir o equilíbrio econômico e atuarial de seus Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, de modo que evitem colapsos no médio e longo prazo, como os vivenciados na experiência do Regime Geral de Previdência Social, na previdência de servidores federais, militares e estaduais.

De acordo com a Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda, no ano de 2016 o resultado financeiro da previdência dos servidores foi: nos Municípios: superávit de R\$ 11,1 bilhões; nos Estados: déficit de R\$ 89,6 bilhões; na União: déficit de R\$ 43,1 bilhões.

Já o resultado atuarial foi: nos Municípios: déficit de R\$ 769,3 bilhões; nos Estados: déficit de R\$ 4,6 trilhões; na União: déficit de R\$ 1,2 trilhões.

O resultado atuarial acumulado em 2016 alcança a marca dos R\$ 6,6 trilhões de reais. O PIB brasileiro em 2016 foi de R\$ 6,3 trilhões de reais.

Pode-se concluir que repensar os meios de financiamento da previdência dos servidores pú-

blicos no Brasil é, à parte o desafio da reforma previdenciária de nível constitucional, a tarefa estratégica de maior relevância para a sobrevivência fiscal dos entes.

O mecanismo tradicional de financiar o desequilíbrio da previdência dos servidores públicos é o maior comprometimento dos recursos orçamentários, seja através de alíquotas suplementares, aumento de alíquotas patronais e aportes financeiros.

Os dados acima permitem concluir que a solução tradicional de financiamento não é suficiente, haja vista que o déficit ultrapassa o PIB. Se por um lado o orçamento fiscal dos entes federados é insuficiente para custear as necessidades de financiamento da previdência do servidor público, o patrimônio destes é mais do que suficiente.

De acordo com a consultoria Detter&Fölster, no estudo *The Public Wealth of Nations*, os ativos pertencentes aos entes públicos ultrapassavam, já em 2013, a soma de \$ 70 trilhões de dólares. No mesmo estudo, os consultores defenderam que tais ativos estão, na maioria dos casos, subavaliados e sem a devida destinação econômica que maximize os resultados. A realidade brasileira não foge à estatística global. Os entes federados detêm grande patrimônio, todavia, não há o compromisso de que estes ativos produzam resultados econômicos.

O incremento da performance dos ativos públicos é a única fonte de financiamento capaz de custear o déficit atuarial da previdência dos servidores públicos, haja vista a atual situação fiscal da União, Estados e Municípios.

A Constituição Federal traz no bojo de seu artigo 249* o fundamento normativo para a constituição de fundos específicos que permitam extrair dos ativos públicos os recursos financeiros necessários para fazer frente à despesa de previdência.

É bastante comum, principalmente no âmbito municipal, que relevantes ativos imobiliários estejam subavaliados no balanço patrimonial, e que não estejam sendo estrategicamente explorados. Há muita riqueza a se construir com os ativos imobiliários e não imobiliários dos entes públicos.

A constituição de fundos especiais compostos por imóveis, créditos tributários e outros tantos

ativos estatais possibilita a profissionalização da gestão e, conseqüentemente, a melhora da performance desta carteira de ativos, a produzir recursos mais que suficientes para equilibrar a previdência dos servidores. A Áustria e a Suécia são bons exemplos de como a organização de fundos de ativos públicos eficazmente geridos produziu ganhos financeiros relevantes para a sociedade.

A **ACINPREV** defende que a agenda estratégica dos governos, principalmente municipais, seja orientada a partir desta necessidade de criar novas fontes de financiamento, não só da previdência do servidor, mas do Estado em si. Defende, também, que os ativos

públicos representam uma riqueza superior ao déficit atuarial acumulado, de modo que a eficiente gestão do portfólio de ativos públicos permitirá equilibrar a previdência dos servidores e, ainda, haverá recursos suficientes para proceder a investimentos em infraestrutura local.

“ACINPREV defende que a agenda estratégica dos governos, principalmente municipais, seja orientada a partir desta necessidade de criar novas fontes de financiamento.”



ACINPREV

ASSOCIAÇÃO DAS CONSULTORIAS
DE INVESTIMENTO E PREVIDÊNCIA

Fundada em 2015, a **Associação das Consultorias de Investimentos e Previdência (ACINPREV)** é uma entidade sem fins lucrativos que representa seus associados em assuntos de interesse do segmento, por meio da celebração de parcerias e convênios, sempre buscando estabelecer princípios éticos e de conduta para todo o setor.

Em razão da complexidade desse universo, principalmente no que tange à gestão dos recursos financeiros dos Regimes Próprios e à neces-

sidade dos múltiplos conhecimentos nos mais diversos aspectos, surgiram as Consultorias de Investimento e Previdência, que fornecem o suporte, assessoram e prestam consultoria aos gestores dos RPPS, proporcionando as mais completas análises de mercado, estabelecendo e sugerindo a melhor política de investimentos.

Partindo desse princípio, a **ACINPREV** foi criada como uma entidade inovadora, visando a consolidar as iniciativas proativas das consultorias associadas.

As transferências do ICMS para os municípios acumularam perdas de R\$ 13,2 bilhões, entre 2013 e 2016

O PERÍODO DE CRISE ECONÔMICA FEZ COM QUE A TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE MUNICIPAL DO ICMS, EM 2016, **REGREDISSE PARA O PATAMAR PRÓXIMO AO OBSERVADO EM 2010.**

Desempenho

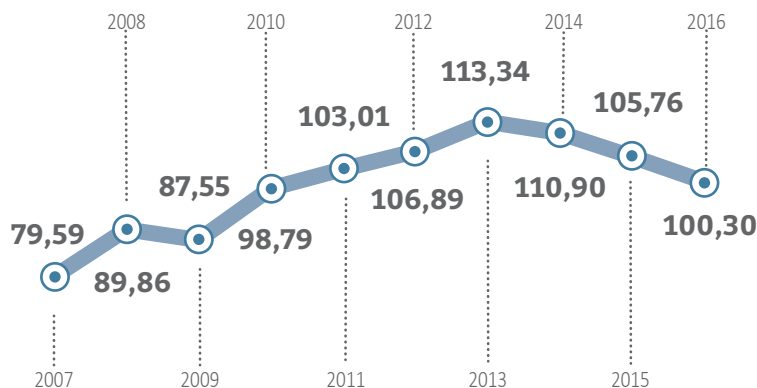
A crise que atinge o Brasil, desde meados de 2014, tem afetado todos os setores econômicos pelo segundo ano

consecutivo. O PIB retraiu-se 3,8%, em 2015, e 3,6%, em 2016, acumulando, nesse período, perda de 7,5%. O desemprego finalizou 2016 com uma

taxa de 12% e 12,3 milhões de desempregados no país. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, a fim de reduzir a inflação, manteve a Selic elevada ao longo de 2016. De fato, o IPCA regrediu, de 10,7% (jan/16) para 6,3% (dez/16), mas permaneceu acima da meta perseguida pelo Banco Central.

Mercado de trabalho restrito com elevado contingente de desempregados e perdas salariais, baixa confiança empresarial e dos consumidores, retração do crédito às pessoas físicas e jurídicas e crise fiscal crescente, dada a queda das

Evolução do ICMS municipal
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



receitas tributárias e o aumento dos benefícios fiscais, configuraram o contexto das transferências da cota-parte do ICMS aos municípios.

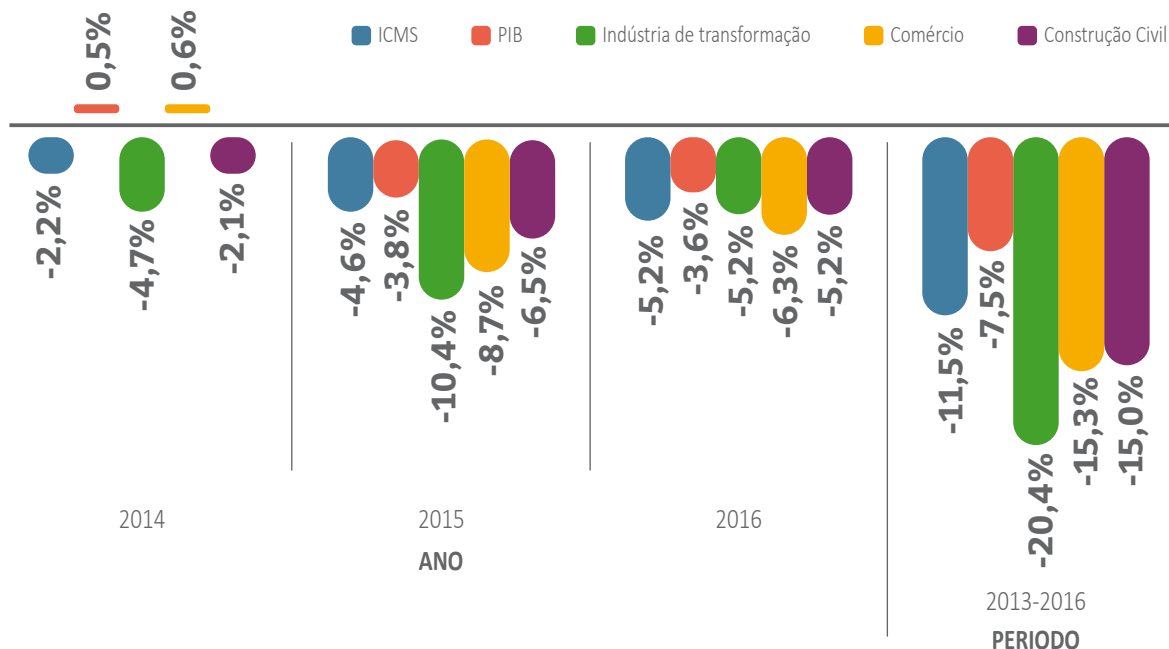
Diante desse cenário de prolongada recessão, as transferências da quota-parte do ICMS do conjunto de municípios atingiram o patamar de R\$ 100,30 bilhões, em 2016, valor próximo ao registrado em 2010 (R\$ 98,79 bilhões). Descontado o IPCA, entre 2015 e 2016, os repasses de ICMS caíram 5,2%. Isso significou que os orçamentos das prefeituras tiveram de conviver no ano passado com uma perda de receitas provenientes do ICMS da ordem de R\$ 5,46 bilhões.

Observando-se o período de 2014 a 2016, a contração do ICMS em termos reais foi superior à retração do PIB. Esse fato se relaciona com o impacto da crise ter sido maior nos setores que são base da arrecadação de ICMS. O encolhimento do mercado doméstico e a piora das condições de financiamento, tanto ao consumo de bens e serviço, como o habitacional, impuseram fortes constrangimentos à indústria, ao comércio e à construção civil. Entre 2013 e 2016, esses setores econômicos registraram quedas pronunciadas no valor adicionado de, respectivamente, 20,4%, 15,3% e 15%.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo de competência estadual e a sua incidência ocorre sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviços, de transporte e de comunicação. Uma parcela da arrecadação fica nos estados nos quais os bens e serviços são produzidos e a outra é destinada aos estados onde esses bens são vendidos. Existem algumas exceções destacadas em lei, como o imposto incidente sobre petróleo, combustível e energia elétrica que fica para o Estado de destino.

O inciso VI do artigo 158 da Constituição Federal e legislação estadual específica definem as regras de distribuição do ICMS. Os governos estaduais repassam 25% de toda a sua arrecadação líquida do ICMS aos respectivos municípios. Segundo a Constituição, três quartos (75%), no mínimo, das transferências estaduais do imposto devem ser repartidos entre os municípios segundo o valor adicionado de cada um. A forma de distribuir a parcela restante (um quarto do total) às prefeituras é definida por legislação específica de cada Estado.

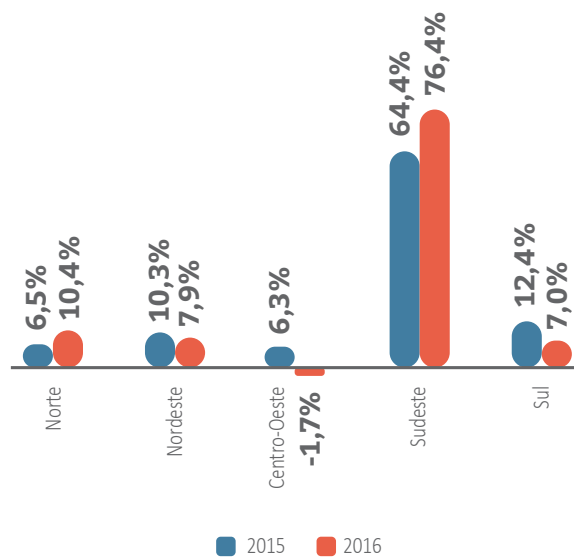
Taxa de crescimento do ICMS municipal, do PIB e valor adicionado setorial por ano e período



No primeiro ano de recessão, ou seja, em 2015, todas as regiões do Brasil apresentaram retração das transferências da quota-parte do ICMS e os municípios deixaram de receber R\$ 5,14 bilhões. A região Sudeste concentrou 64,4% desse volume de recursos que deixou de entrar no caixa das prefeituras seguidas das regiões Sul (12,4%), Nordeste (10,3%), Norte (6,5%) e Centro-Oeste (6,3%).

Em 2016, o desempenho e a distribuição regional das perdas das transferências da cota-parte do ICMS apresentaram comportamentos distintos. O aprofundamento da crise atingiu de forma intensa a região mais industrializada do país. No Sudeste, os repasses de ICMS, descontado o IPCA, caíram 7,5%, o que significou uma perda de R\$ 4,18 bilhões. Dado esse resultado, a região concentrou, em 2016, 76,4% de toda a retração da cota-parte do ICMS.

Participação regional nas perdas de ICMS



Dentre as capitais do Sudeste, Vitória teve a maior perda percentual. Desde 2013 o seu Índice de Participação (IPM) vem apresentando diminuição, sendo que, em 2016, a queda foi de 8,1%. Nesse contexto, os repasses de ICMS do município caíram 15,1% em termos reais, na comparação com 2015, com perda de R\$ 54,4 milhões na transferência, em 2016.

Rio de Janeiro e São Paulo também apresentaram retrações intensas nas transferências da cota-parte do ICMS de -13,5% e -9,8% com perdas de R\$ 352,5 milhões e R\$ 704,4 milhões, respectivamente. Em Belo Horizonte, o Índice de Participação cresceu um pouco (0,2%) e os repasses permaneceram praticamente estáveis, com alta de 0,4% e ganho de R\$ 4 milhões, no período.

Dentre os municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Sudeste, as cidades com presença dos setores de petróleo e automobilística apresentaram os piores resultados. A retração do preço do petróleo em 2016 e a queda na produção de automóveis e autopeças impactaram a economia de Campos de Goytacazes-RJ, Santos-SP e São Bernardo do Campo-SP, municípios que assinalaram forte retração nos repasses de ICMS entre 2015 e 2016 de -32,5%, -17,5% e -11,4% e perdas de R\$ 103,5 milhões, R\$ 63,6 milhões e R\$ 121,5 milhões, respectivamente. Outros casos de perdas significativas foram registrados em Duque de Caxias-RJ (-12,2% ou R\$ -93,5 milhões), Guarulhos-SP (-10% ou R\$ -122,9 milhões) e São José dos Campos (-9,6% ou R\$ -83,3 milhões).

A segunda região com resultado bastante negativo, em 2016, foi o Norte. As transferências da cota-parte de ICMS do total dos municípios dessa região caíram 8,3%, descontada a inflação, e acumularam perdas de R\$ 568,1 milhões em relação ao arrecadado em 2015. Nesse período, a participação da região Norte nas perdas acumuladas de ICMS no país subiu de 6,5% para 10,4%.

O encolhimento do consumo e da fabricação de produtos eletroeletrônicos na Zona Franca derubou pelo segundo ano consecutivo a economia de Manaus. O ICMS da cidade registrou queda de 12,6% e assinalou redução de R\$ 159,3 milhões nos cofres públicos, impactando o desempenho da região Norte. Houve queda acentuada também em Macapá (-23,8%), o que fez sua receita de ICMS retornar ao mesmo nível de 2009.

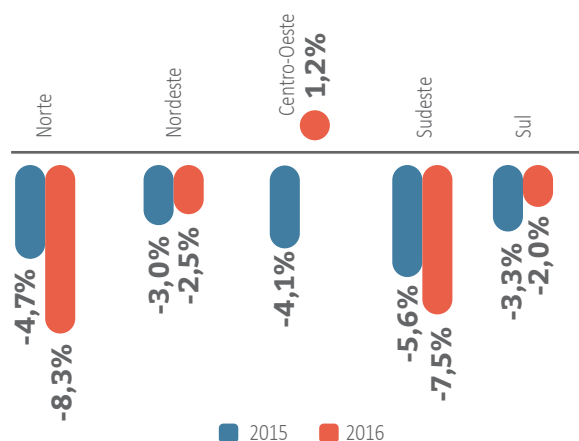
Os efeitos da crise econômica na arrecadação de ICMS nas regiões Nordeste e Sul foram um pouco menos negativos, no mesmo período. As transferências da cota-parte do ICMS regrediram, mas as quedas foram inferiores, de -2,5% em cada uma dessas regiões. As reduções, em termos de valores, alcançaram R\$ 428,9 milhões no Nordeste e R\$ 481,8 milhões no Sul. Essas regiões diminuiram as participações na distribuição regional das perdas em 2016 para, respectivamente, 7,9% e 7%.

No Nordeste, os repasses de ICMS retraíram-se em sete capitais, sendo que as maiores quedas ocorreram em Salvador (-9,2%), Fortaleza (-7,9%), Recife (-7,4%) e João Pessoa (-6%). No Sul, as três capitais obtiveram diminuição do ICMS: Florianópolis (-7%), Curitiba (-5,6%) e Porto Alegre (-4,8%). Dos municípios selecionados por **Multi Cidades** na região Sul e que apresentaram alta nos repasses de ICMS, destacam-se Gravataí-RS, onde o aumento de 12,5% no Índice de Participação (IPM) fez o seu ICMS crescer 14,1%, e Canoas-RS, cidade com presença do setor de petróleo e gás, onde o recebimento de ICMS expandiu-se 9,5% e pode ter sido influenciado pela operação da Usina Termelétrica (UTE) Sepé Tiaraju.

O Centro-Oeste foi a única região que, entre 2015 e 2016, apresentou elevação (1,2%) nas transferências da cota-parte de ICMS com ganhos em valores na faixa de R\$ 92,1 milhões. Esse resultado sofreu influência dos municípios

do Mato Grosso, pois 88% dos municípios mato-grossenses com dados disponíveis registraram aumento no ICMS. A capital Cuiabá e a cidade Várzea Grande, por exemplo, ampliaram os seus índices de participação (IPM) e seus repasses de ICMS tiveram alta de 8,6% e 11,8%, respectivamente. Além desses municípios, Aparecida de Goiânia-GO também obteve alta de 11,5% nas transferências de ICMS. Nos últimos anos, o município ampliou o seu parque industrial e realizou investimentos no complexo de logística, fatores que estimulam a atividade econômica na região.

Taxa de crescimento do ICMS municipal em relação ao ano anterior por região



Ranking per capita

Prevalecem dentro do ranking das maiores transferências da quota-parte de ICMS municípios pequenos e médios cujas economias caracterizam-se por ter a participação de setores como o de petróleo, mineração, além de usinas hidrelétricas, agronegócio e setor automotivo.

Dentre os cinco primeiros colocados não ocorreu, entre 2015 e 2016, a saída ou a entrada de municípios, apenas uma alteração de posição. As duas primeiras posições permaneceram

inalteradas: em 1º lugar, São Gonçalo do Rio Abaixo-MG (setor de mineração, 10.683 habitantes e quota-parte do ICMS per capita de R\$ 9.955,89) e na 2ª posição, São Francisco do Conde-BA (setor de petróleo, 39.790 habitantes e quota-parte do ICMS per capita de R\$ 9.652,07). O município de Guamaré-RN, cuja base econômica é o setor de petróleo, subiu no ranking do 4º para o 3º lugar, com 14.975 de população e repasses de ICMS per capita de R\$ 8.875,09, e Paulínia-SP (indústria do petróleo e 100.128 habitantes) caiu para a 4ª colocação, com R\$ 8.828,39. Lajeado-TO (usina hidroeétrica) permaneceu na 5ª colocação e apresentou R\$ 7.262,77 de repasses per capita de ICMS, com população de 3.059 habitantes. Veja ranking na página 45.

Observando-se os valores per capita dentre as regiões do país, Sul, Centro-Oeste e Sudeste continuam com os maiores valores. Em 2016, no entanto, a média por habitante dos municípios do Centro-Oeste, com R\$ 596,89, ultrapassou ligeiramente o valor médio do Sudeste, de R\$ 594,66. O Nordeste, com arrecadação de R\$ 294,15, permaneceu com o valor mais baixo.

Quando se analisa a arrecadação per capita por faixa populacional, percebe-se que os menores municípios, aqueles com população até 20 mil habitantes, de todas as regiões, exceto os do Nordeste, possuem os maiores valores por habitante, atingindo cifras superiores às da média de suas respectivas regiões. As cidades do Nordeste com até 50 mil habitantes detêm as menores arrecadações de ICMS per capita de todo o país.

Balanco de 2017

Os municípios deverão conviver em 2017 com uma situação um pouco mais favorável em relação às transferências da cota-parte do ICMS. A economia brasileira começou, lentamente, um processo de saída da recessão. O PIB do primeiro

Arrecadação de ICMS per capita por região e por faixas populacionais - 2016

Intervalo Populacional	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
	em R\$					
Até 20 mil habitantes	435,13	255,88	894,66	671,92	858,44	558,66
De 20 mil até 50 mil hab.	272,21	241,69	615,62	663,35	605,72	438,55
De 50 mil até 100 mil hab.	259,30	275,28	511,04	593,04	532,98	431,19
De 100 mil até 200 mil hab.	320,35	267,80	524,12	652,65	606,87	522,73
De 200 mil até 500 mil hab.	420,06	415,07	608,34	606,87	574,13	557,29
Acima de 500 mil hab.	411,23	352,60	418,18	531,05	480,09	469,90
Total dos municípios	351,98	294,15	596,89	594,66	624,65	493,76

semestre de 2017 permaneceu estagnado em relação ao mesmo período de 2016. Naquele ano, na mesma base de comparação, a queda do PIB havia sido de 4,5%.

Todavia, os setores que são mais importantes para o ICMS ainda permanecem com retração nos primeiros seis meses de 2017, como é o caso da indústria de transformação (-1,0%, em relação a 2016). Apesar disso, a tendência de recuperação deve se manter no segundo semestre. A Pesquisa Focus do Banco Central estimou uma expansão de 1,18% para a indústria no ano de 2017 como um todo. O mercado de trabalho também apresentou leve melhora na taxa de desocupação, que passou de 13,7%, em março, para 12,8% em julho. Nesse contexto, há perspectiva de o comércio varejista sair do vermelho em 2017.

Dado esse quadro ligeiramente positivo, os municípios poderão começar a sentir uma situação fiscal menos grave em relação à crise dos últimos anos. Informações do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com) extraídas em outubro de 2017, mostram que o somatório da arrecadação de ICMS de 25 estados mais o Distrito Federal que estavam com dados disponíveis, alcançaram expansão real de 1,8% no acumulado de janeiro a agosto de 2017, em relação ao mesmo período de 2016. Diante da queda de 4,7% observada no mesmo período de 2016, os resultados são um alento para os municípios.

Dos 26 estados mais o Distrito Federal, 19 deles assinalaram estabilidade ou crescimento no recolhimento de ICMS nos primeiros oito meses de 2017, em relação ao mesmo período de 2016. Dentre as maiores altas, destacaram-se: Paraná (10%), Amazonas (8,8%); Santa Catarina (7,5%), Acre (7,1%), Minas Gerais (5%) e Sergipe (4,8%).

Dentre os sete que registraram quedas nesse período, as mais acentuadas foram as do Pará (-4,6%), Espírito Santo (-3,4%), Distrito Federal (-2,3%), Mato Grosso do Sul (-2,1%), Rio de Janeiro (-1,9%) e Mato Grosso (-1,8%). São Paulo, o Estado mais industrializado do país, ficou com a arrecadação estável em 0,2%, no período. Não havia dados disponíveis para o quarto bimestre de 2017 para o Estado de Roraima, até a data final da coleta de dados por **Multi Cidades**.

Nada indica de forma contundente que a tendência de recuperação da atividade econômica possa ser revertida no 2º semestre de 2017, mas um eventual aprofundamento da crise política pode restringir o ímpeto dessa tendência. Caso a arrecadação de ICMS feche 2017 com expansão de 2% para o total dos estados, isso significaria, em valores absolutos, uma alta de cerca de R\$ 20 bilhões em relação ao patamar de 2016. Com a repartição de 25% do ICMS adicional, os municípios receberiam a mais, em 2017, o montante de R\$ 5 bilhões, valor ainda pequeno em relação às perdas acumuladas entre 2013 e 2016, na faixa de R\$ 13 bilhões.

ICMS municipal | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	ICMS municipal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	
	17.740.418	Norte	6.620.256,1	6.858.674,0	7.147.334,3	6.812.361,6	6.244.293,5	-8,3	17,8	351,98
AC	377.057	Rio Branco	117.345,8	114.629,4	120.869,1	120.739,6	112.389,3	-6,9	15,1	298,07
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	25.053,7	24.983,5	25.326,5	25.782,2	23.995,4	-6,9	18,3	292,36
AP	465.495	Macapá	122.530,1	126.474,0	127.880,0	120.704,1	91.963,2	-23,8	13,5	197,56
AP	113.854	Santana	52.131,0	42.791,8	38.518,2	34.509,9	34.141,4	-1,1	..	299,87
AM	2.094.391	Manaus	1.381.350,5	1.478.222,3	1.436.324,9	1.260.358,6	1.101.045,5	-12,6	29,1	525,71
AM	112.716	Parintins	29.967,9	32.069,5	31.160,6	27.343,1	25.145,5	-8,0	..	223,09
PA	1.446.042	Belém	477.026,3	447.417,4	468.123,8	480.431,0	451.353,8	-6,1	18,1	312,13
PA	510.834	Ananindeua	103.714,9	97.738,7	104.819,5	114.615,5	107.157,2	-6,5	19,8	209,77
PA	294.447	Santarém	49.391,2	48.156,0	52.120,6	55.722,7	60.094,2	7,8	11,5	204,09
PA	266.932	Marabá	127.141,8	117.607,4	127.498,7	132.909,6	138.961,5	4,6	19,9	520,59
RO	511.219	Porto Velho	183.783,3	212.475,4	229.019,0	213.372,8	216.689,4	1,6	18,3	423,87
RO	131.560	Ji-Paraná	60.386,6	52.561,3	51.446,8	50.266,6	44.570,2	-11,3	21,2	338,78
RR	326.419	Boa Vista	103.806,0	111.577,9	127.400,7	124.551,9	126.140,5	1,3	13,4	386,44
RR	27.756	Rorainópolis	4.376,1	4.367,9	5.009,7	4.460,9	4.701,4	5,4	10,1	169,38
TO	279.856	Palmas	107.660,2	111.827,9	95.908,7	97.535,1	100.950,8	3,5	10,7	360,72
TO	173.112	Araguaína	43.318,6	44.814,4	45.793,6	46.582,8	48.864,5	4,9	13,5	282,27
	56.912.962	Nordeste	16.208.497,9	17.454.620,0	17.701.527,5	17.169.794,0	16.740.900,6	-2,5	14,1	294,15
AL	1.021.709	Maceió	268.659,8	259.646,7	255.131,4	244.311,3	246.250,0	0,8	13,0	241,02
AL	232.671	Arapiraca	42.352,4	40.539,1	41.138,2	45.419,9	53.207,5	17,1	10,6	228,68
BA	2.938.092	Salvador	730.460,0	782.499,2	754.060,7	745.988,4	677.496,8	-9,2	12,4	230,59
BA	622.639	Feira de Santana	167.642,0	189.920,8	198.338,4	219.646,9	207.803,5	-5,4	22,1	333,75
BA	346.069	Vitória da Conquista	74.720,7	81.560,4	83.160,9	86.115,4	79.269,8	-7,9	13,7	229,06
BA	292.074	Camaçari	443.887,1	453.977,3	421.675,7	427.895,2	407.606,5	-4,7	41,3	1.395,56
CE	2.609.716	Fortaleza	955.640,1	1.017.986,8	1.034.203,4	954.026,9	878.348,0	-7,9	15,8	336,57
CE	358.164	Caucaia	76.634,8	82.995,0	86.103,0	80.846,6	78.496,6	-2,9	13,9	219,16
CE	268.248	Juazeiro do Norte	40.958,8	46.023,4	51.924,2	49.835,9	49.700,2	-0,3	10,3	185,28
MA	1.082.935	São Luís	497.510,7	499.029,1	484.104,9	429.085,0	447.241,2	4,2	17,8	412,99
MA	253.873	Imperatriz	62.629,1	72.077,2	74.899,8	86.583,6	111.058,6	28,3	19,8	437,46
PB	801.718	João Pessoa	332.052,0	343.189,7	376.789,7	342.541,5	321.909,9	-6,0	17,4	401,53
PB	407.754	Campina Grande	153.695,3	172.694,0	188.417,5	184.934,1	174.918,8	-5,4	21,2	428,98
PE	1.625.583	Recife	967.592,5	1.011.063,2	970.948,5	869.503,8	805.584,1	-7,4	20,4	495,57
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	314.310,3	358.469,6	364.849,3	339.137,1	356.258,0	5,0	32,8	515,48
PE	390.144	Olinda	142.307,8	147.570,2	144.253,1	128.751,3	124.205,3	-3,5	23,3	318,36
PE	351.686	Caruaru	92.982,2	98.706,1	98.827,7	97.873,7	98.762,2	0,9	17,0	280,83
PE	337.683	Petrolina	87.300,3	90.955,9	90.216,0	83.459,1	80.905,4	-3,1	14,2	239,59
PE	325.590	Paulista	67.998,8	70.898,3	70.497,4	64.970,9	65.203,4	0,4	17,2	200,26
PI	847.430	Teresina	371.767,0	418.338,8	433.405,9	432.201,9	419.146,6	-3,0	18,1	494,61
PI	150.201	Parnaíba	26.057,9	29.807,5	30.647,0	29.919,5	29.970,8	0,2	10,0	199,54
RN	877.662	Natal	357.635,5	369.963,4	343.950,4	309.740,6	302.287,9	-2,4	16,5	344,42
RN	291.937	Mossoró	122.270,5	128.924,2	125.832,5	115.261,1	107.031,2	-7,1	21,3	366,62
SE	641.523	Aracaju	213.927,1	209.670,6	198.444,9	199.511,1	189.507,7	-5,0	12,3	295,40
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	33.438,8	40.950,9	39.231,3	41.191,6	42.841,5	4,0	17,7	238,46
	12.683.772	Centro-Oeste¹	7.425.072,7	7.706.236,4	7.801.422,2	7.478.776,7	7.570.872,0	1,2	21,5	596,89
GO	1.448.639	Goiânia	598.968,3	604.877,1	585.025,1	553.600,0	560.005,2	1,2	14,1	386,57
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	101.016,9	125.721,4	146.380,8	165.526,6	184.633,2	11,5	20,6	346,97
GO	370.875	Anápolis	289.466,1	290.120,1	280.672,0	225.983,9	219.055,3	-3,1	24,3	590,64
MT	585.367	Cuiabá	273.286,7	297.846,5	291.408,0	279.105,5	303.133,8	8,6	16,3	517,85
MT	271.339	Várzea Grande	84.564,9	82.439,2	83.898,1	83.525,8	93.405,5	11,8	19,2	344,24
MS	863.982	Campo Grande	468.326,0	466.774,1	447.735,4	407.202,4	386.622,3	-5,1	14,2	447,49
MS	215.486	Dourados	112.732,3	126.622,9	134.422,4	133.820,3	126.994,3	-5,1	18,4	589,34
	86.356.952	Sudeste	58.992.105,1	62.447.976,9	58.840.423,0	55.528.143,8	51.352.700,3	-7,5	20,3	594,66
ES	359.555	Vitória	635.627,6	549.704,0	423.423,3	361.347,4	306.939,6	-15,1	..	853,67
ES	494.109	Serra	383.449,3	320.107,9	284.942,7	303.475,3	289.764,3	-4,5	27,8	586,44
ES	479.664	Vila Velha	209.506,4	161.215,6	129.149,6	142.929,9	119.784,2	-16,2	14,3	249,73
ES	384.621	Cariacica	152.229,8	156.847,7	146.377,1	154.800,2	113.555,5	-26,6	21,1	295,24
MG	2.513.451	Belo Horizonte	1.049.521,0	1.078.358,1	1.038.839,8	922.442,5	926.545,7	0,4	10,3	368,63
MG	669.672	Uberlândia	534.465,1	488.903,8	479.386,1	417.506,4	431.343,8	-3,3	23,9	623,21
MG	653.800	Contagem	462.568,2	467.879,7	464.370,9	425.376,3	411.735,2	-3,2	29,5	629,76

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	ICMS municipal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	
MG	559.636	Juiz de Fora	193.981,6	201.902,9	196.170,7	180.976,5	187.021,0	3,3	13,8	334,18
MG	422.354	Betim	887.011,0	887.471,1	866.835,1	745.512,8	717.341,0	-3,8	48,1	1.698,44
MG	398.288	Montes Claros	100.920,5	105.336,8	105.523,0	100.215,9	107.992,9	7,8	19,1	271,14
MG	325.846	Ribeirão das Neves	46.450,0	49.267,7	54.461,4	55.339,6	58.355,4	5,4	16,3	179,09
MG	325.279	Uberaba	194.324,5	191.979,6	200.126,9	199.421,5	194.899,0	-2,3	20,9	599,17
MG	279.665	Governador Valadares	70.342,5	74.201,0	72.090,5	63.900,9	63.951,2	0,1	9,1	228,67
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	2.664.586,4	2.808.257,6	2.682.871,6	2.605.273,0	2.252.778,8	-13,5	10,6	346,64
RJ	1.044.058	São Gonçalo	212.830,5	220.973,7	209.437,3	195.830,7	169.861,6	-13,3	..	162,69
RJ	886.917	Duque de Caxias	796.912,8	820.362,8	779.617,5	764.626,5	671.173,5	-12,2	34,5	756,75
RJ	797.435	Nova Iguaçu	187.095,7	187.965,5	181.965,2	179.958,0	158.131,2	-12,1	13,9	198,30
RJ	497.883	Niterói	242.278,3	286.878,7	305.933,3	285.895,5	267.131,1	-6,6	13,9	536,53
RJ	494.141	Belford Roxo	107.415,3	127.151,2	123.277,1	121.234,8	113.940,9	-6,0	20,1	230,58
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	392.578,2	438.829,2	388.605,2	318.092,3	214.594,8	-32,5	14,0	440,48
RJ	460.541	São João de Meriti	81.327,7	86.918,6	88.925,0	89.686,2	79.507,7	-11,3	15,3	172,64
RJ	298.158	Petrópolis	184.940,7	175.937,0	171.840,3	163.820,9	150.565,0	-8,1	18,1	504,98
RJ	263.659	Volta Redonda	293.351,5	302.386,8	257.025,5	228.052,9	189.096,4	-17,1	23,6	717,20
SP	12.038.175	São Paulo	8.237.804,7	8.754.088,5	8.065.086,7	7.423.923,0	6.693.556,8	-9,8	15,1	556,03
SP	1.337.087	Guarulhos	1.235.657,5	1.376.710,3	1.314.584,9	1.228.099,5	1.105.211,8	-10,0	30,6	826,58
SP	1.173.370	Campinas	946.960,4	1.038.873,4	966.077,7	913.182,4	838.861,5	-8,1	20,9	714,92
SP	822.242	São Bernardo do Campo	1.260.667,5	1.365.143,0	1.175.439,5	1.068.713,0	947.200,4	-11,4	29,3	1.151,97
SP	712.749	Santo André	440.846,6	468.393,5	412.617,2	387.106,0	360.826,3	-6,8	16,9	506,25
SP	696.382	Osasco	519.009,8	523.107,8	454.954,0	401.350,5	355.119,3	-11,5	18,5	509,95
SP	695.992	São José dos Campos	884.922,3	906.957,1	879.508,3	867.066,0	783.784,0	-9,6	31,8	1.126,14
SP	674.405	Ribeirão Preto	486.770,1	528.158,2	494.982,9	474.863,6	437.380,8	-7,9	20,4	648,54
SP	652.481	Sorocaba	526.269,7	573.400,5	546.124,7	510.262,0	474.079,5	-7,1	20,2	726,58
SP	457.696	Mauá	312.951,7	324.652,5	298.299,1	283.670,0	267.716,3	-5,6	31,1	584,92
SP	446.649	São José do Rio Preto	232.344,1	254.031,1	238.113,8	231.929,6	218.067,9	-6,0	16,5	488,23
SP	434.359	Santos	359.851,1	390.467,8	378.206,7	362.350,9	298.793,3	-17,5	14,2	687,89
SP	429.321	Mogi das Cruzes	278.202,5	294.823,9	265.151,1	249.262,6	229.920,4	-7,8	20,4	535,54
SP	415.180	Diadema	379.400,3	406.648,3	363.450,5	333.857,6	297.897,6	-10,8	..	717,51
SP	405.740	Jundiaí	584.106,7	661.616,1	641.513,0	652.347,4	634.562,8	-2,7	37,6	1.563,96
SP	394.465	Carapicuíba	99.685,2	106.873,1	99.200,4	93.573,7	84.098,2	-10,1	..	213,20
SP	394.419	Piracicaba	350.082,8	367.739,4	349.922,0	359.254,0	363.163,7	1,1	26,5	920,76
SP	369.368	Bauru	203.927,3	213.337,2	194.082,9	185.071,3	173.018,0	-6,5	17,3	468,42
29.439.773	Sul	17.647.454,6	18.871.695,3	19.411.182,2	18.771.472,4	18.389.695,8	-2,0	21,2	624,65	
PR	1.893.997	Curitiba	824.025,2	947.856,0	934.903,7	876.024,7	826.584,2	-5,6	11,7	436,42
PR	553.393	Londrina	154.865,3	171.843,9	182.746,6	183.228,6	175.512,5	-4,2	11,3	317,16
PR	403.063	Maringá	138.997,4	156.333,3	168.919,7	171.013,2	156.056,4	-8,7	13,1	387,18
PR	341.130	Ponta Grossa	143.460,6	152.596,2	161.425,9	158.658,2	143.990,2	-9,2	22,3	422,10
PR	316.226	Cascavel	108.055,0	119.810,5	125.319,7	127.437,2	125.195,5	-1,8	17,0	395,91
PR	302.759	São José dos Pinhais	427.107,8	478.801,5	495.233,0	462.586,9	385.942,7	-16,6	42,0	1.274,75
PR	263.915	Foz do Iguaçu	140.485,8	132.438,8	133.797,1	136.764,8	129.169,3	-5,6	18,2	489,44
RS	1.481.019	Porto Alegre	766.373,3	801.085,7	814.718,6	780.204,6	743.082,9	-4,8	13,7	501,74
RS	479.236	Caxias do Sul	404.121,8	450.394,4	433.829,8	405.056,5	395.442,4	-2,4	24,4	825,15
RS	343.651	Pelotas	96.330,5	106.290,7	109.151,8	99.626,5	99.649,5	0,0	12,4	289,97
RS	342.634	Canoas	358.076,4	377.732,6	397.743,2	393.418,4	430.661,1	9,5	34,4	1.256,91
RS	277.309	Santa Maria	81.123,3	86.352,9	89.141,4	87.203,5	87.179,4	0,0	16,3	314,38
RS	273.742	Gravataí	220.886,1	225.733,0	194.210,9	181.849,0	207.482,2	14,1	33,0	757,95
RS	252.872	Viamão	62.354,7	66.758,4	70.708,2	73.445,4	74.704,2	1,7	17,7	295,42
SC	477.798	Florianópolis	156.508,7	162.373,2	164.971,9	141.090,6	131.163,1	-7,0	8,7	274,52
SC	569.645	Joinville	443.866,5	463.686,1	479.964,4	434.297,8	414.292,2	-4,6	22,6	727,28
SC	343.715	Blumenau	239.302,1	247.499,2	260.095,0	243.335,5	227.314,1	-6,6	18,7	661,34
	80.508.414	Cidades selecionadas	43.742.892,7	45.971.018,6	44.023.205,0	41.388.243,8	38.415.715,4	-7,2	17,5	477,16
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	17.806.102,6	19.097.478,2	19.131.383,0	18.298.237,3	17.959.772,9	-1,8	20,2	558,66
	46.107.667	Capitais	22.863.775,0	23.985.232,5	22.905.550,1	21.294.817,4	19.618.717,1	-7,9	14,4	425,50
	203.133.877	Brasil¹	106.893.386,5	113.339.202,5	110.901.889,3	105.760.548,5	100.298.462,1	-5,2	19,0	493,76

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

ICMS municipal | RANKING 2016

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	6.693.556.806,37	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	2.252.778.824,19	6.498.837	2º
3º	SP	Guarulhos	1.105.211.841,35	1.337.087	12º
4º	AM	Manaus	1.101.045.454,73	2.094.391	6º
5º	SP	São Bernardo do Campo	947.200.358,57	822.242	21º
6º	MG	Belo Horizonte	926.545.746,12	2.513.451	5º
7º	SP	Paulínia	883.968.959,21	100.128	308º
8º	CE	Fortaleza	878.348.000,53	2.609.716	4º
9º	SP	Campinas	838.861.530,62	1.173.370	13º
10º	PR	Curitiba	826.584.174,92	1.893.997	7º
11º	PE	Recife	805.584.109,15	1.625.583	8º
12º	SP	São José dos Campos	783.783.994,48	695.992	26º
13º	RS	Porto Alegre	743.082.870,85	1.481.019	9º
14º	MG	Betim	717.341.042,13	422.354	54º
15º	SP	Barueri	678.300.853,47	264.935	103º
16º	BA	Salvador	677.496.824,10	2.938.092	3º
17º	RJ	Duque de Caxias	671.173.486,65	886.917	17º
18º	SP	Jundiaí	634.562.763,28	405.740	57º
19º	GO	Goiânia	560.005.161,45	1.448.639	10º
20º	SP	Sorocaba	474.079.454,62	652.481	31º
21º	PA	Belém	451.353.769,35	1.446.042	11º
22º	MA	São Luís	447.241.180,02	1.082.935	14º
23º	SP	Ribeirão Preto	437.380.827,76	674.405	28º
24º	RS	Canoas	430.661.088,92	342.634	76º
25º	PI	Teresina	419.146.643,24	847.430	20º
26º	MG	Uberlândia	417.343.828,98	669.672	29º
27º	SC	Joinville	414.292.174,74	569.645	35º
28º	MG	Contagem	411.735.229,06	653.800	30º
29º	BA	Camaçari	407.606.493,15	292.074	91º
30º	RJ	Macaé	406.786.717,07	239.471	113º
31º	PR	Araucária	398.154.485,21	135.459	209º
32º	RS	Caxias do Sul	395.442.413,12	479.236	46º
33º	MS	Campo Grande	386.622.320,50	863.982	19º
34º	PR	São José dos Pinhais	385.942.679,72	302.759	87º
35º	BA	São Francisco do Conde	384.055.871,94	39.790	836º
36º	SP	Cubatão	374.123.922,84	127.887	224º
37º	SP	Piracicaba	363.163.730,25	394.419	61º
38º	SP	Santo André	360.826.311,33	712.749	24º
39º	PE	Jaboatão dos Guararapes	356.258.048,19	691.125	27º
40º	SP	Osasco	355.119.321,46	696.382	25º
41º	PE	Ipojuca	333.013.973,05	92.965	334º
42º	PB	João Pessoa	321.909.929,73	801.718	22º
43º	SP	São Caetano do Sul	311.992.514,73	158.825	181º
44º	SC	Itajaí	308.644.360,04	208.958	142º
45º	ES	Vitória	306.939.566,88	359.555	67º
46º	RJ	Angra dos Reis	304.554.405,83	191.504	154º
47º	MT	Cuiabá	303.133.752,64	585.367	34º
48º	RN	Natal	302.287.945,41	877.662	18º
49º	SP	Santos	298.793.331,34	434.359	52º
50º	SP	Diadema	297.897.571,79	415.180	55º
51º	PA	Parauapebas	296.343.262,61	196.259	150º
52º	ES	Serra	289.764.339,93	494.109	43º

Posição	UF	Município	ICMS municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	SP	Mauá	267.716.267,97	457.696	50º
54º	RJ	Niterói	267.131.058,98	497.883	41º
55º	SP	Louveira	256.904.489,29	44.904	733º
56º	AL	Maceió	246.249.971,78	1.021.709	16º
57º	PE	Cabo de Santo Agostinho	243.450.044,49	202.636	146º
58º	SP	Taubaté	242.436.367,76	305.174	85º
59º	SP	Mogi das Cruzes	229.920.383,56	429.321	53º
60º	SC	Blumenau	227.314.101,00	343.715	74º
61º	GO	Anápolis	219.055.329,98	370.875	65º
62º	SP	São José do Rio Preto	218.067.912,89	446.649	51º
63º	RO	Porto Velho	216.689.367,61	511.219	39º
64º	SP	Hortolândia	214.879.463,72	219.039	133º
65º	RJ	Campos dos Goytacazes	214.594.756,39	487.186	44º
66º	SP	Limeira	213.003.338,48	298.701	88º
67º	BA	Feira de Santana	207.803.463,82	622.639	33º
68º	RS	Gravataí	207.482.215,10	273.742	98º
69º	SP	Cotia	206.572.072,35	233.696	119º
70º	SP	Itapevi	201.082.432,22	226.488	128º
71º	SP	Santana de Parnaíba	200.328.610,06	129.261	222º
72º	SP	Sumaré	199.778.764,25	269.522	100º
73º	SP	Indaiatuba	197.818.503,66	235.367	116º
74º	MG	Uberaba	194.899.044,47	325.279	82º
75º	RS	Rio Grande	191.159.545,66	208.641	143º
76º	CE	Maracanaú	190.918.215,53	223.188	130º
77º	SE	Araçaju	189.507.687,74	641.523	32º
78º	RJ	Volta Redonda	189.096.385,25	263.659	106º
79º	MG	Juiz de Fora	187.020.987,86	559.636	36º
80º	SP	Jacareí	184.690.433,51	228.214	127º
81º	GO	Aparecida de Goiânia	184.633.214,98	532.135	38º
82º	RJ	Resende	176.536.986,50	126.084	230º
83º	SP	Rio Claro	175.676.576,29	201.473	147º
84º	PR	Londrina	175.512.453,37	553.393	37º
85º	SP	Suzano	175.074.747,53	288.056	93º
86º	PB	Campina Grande	174.918.753,10	407.754	56º
87º	SP	Vinhedo	173.748.782,75	73.855	437º
88º	SP	Bauru	173.018.029,73	369.368	66º
89º	RJ	São Gonçalo	169.861.586,13	1.044.058	15º
90º	SP	Americana	163.319.697,72	231.621	123º
91º	RJ	Nova Iguaçu	158.131.171,68	797.435	23º
92º	MG	Nova Lima	156.543.579,46	91.069	344º
93º	PR	Maringá	156.056.384,79	403.063	58º
94º	ES	Anchieta	154.752.961,11	28.091	1221º
95º	MT	Rondonópolis	152.867.018,69	218.899	134º
96º	MS	Corumbá	152.261.319,92	109.294	281º
97º	SP	Taboão da Serra	151.492.678,79	275.948	97º
98º	SC	Jaraguá do Sul	151.107.894,38	167.300	171º
99º	RJ	Petrópolis	150.565.029,56	298.158	89º
100º	SP	São Carlos	148.215.007,45	243.765	112º

	Total dos 100 maiores	44.177.909.356,93	74.519.884	..
	Total dos demais	56.120.552.763,95	128.613.993	..
	Total Brasil¹	100.298.462.120,88	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

ICMS municipal per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2016	Ranking pop. 2016	Posição	UF	Município	ICMS municipal per capita	ICMS municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$							em R\$			
1º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	9.955,89	106.358.760,46	10.683	2999º	53º	MS	Paraíso das Águas	2.731,05	14.340.717,67	5.251	4248º
2º	BA	São Francisco do Conde	9.652,07	384.055.871,94	39.790	836º	54º	MG	Tapira	2.708,99	12.455.923,97	4.598	4496º
3º	RN	Guamaré	8.875,09	132.904.435,14	14.975	2303º	55º	MG	Guarda-Mor	2.665,13	17.955.002,08	6.737	3791º
4º	SP	Paulínia	8.828,39	883.968.959,21	100.128	308º	56º	SC	Guarema	2.664,02	5.200.170,96	1.952	5469º
5º	TO	Lajeado	7.262,77	22.216.802,08	3.059	5087º	57º	RS	Capão Bonito do Sul	2.660,79	4.693.639,04	1.764	5509º
6º	SP	Louveira	5.721,19	256.904.489,29	44.904	733º	58º	GO	Cachoeira Dourada	2.659,10	22.254.003,02	8.369	3385º
7º	ES	Anchieta	5.508,99	154.752.961,11	28.091	1221º	59º	SP	Queiroz	2.640,27	8.493.760,71	3.217	5025º
8º	MG	Araporá	5.399,64	36.269.368,09	6.717	3795º	60º	RJ	Santa Maria Madalena	2.616,20	26.680.008,33	10.198	3091º
9º	RJ	Porto Real	5.340,38	99.074.739,44	18.552	1899º	61º	SC	Lajeado Grande	2.611,25	3.815.029,38	1.461	5551º
10º	RS	Triunfo	5.246,45	147.341.439,81	28.084	1223º	62º	SE	Rosário do Catete	2.606,62	27.455.526,64	10.533	3031º
11º	MG	Cachoeira Dourada	4.843,29	12.960.635,59	2.676	5235º	63º	MG	Rio Acima	2.576,57	25.832.656,63	10.026	3120º
12º	BA	Madre de Deus	4.741,08	98.088.222,76	20.689	1693º	64º	SC	Vargem Bonita	2.567,00	11.898.053,63	4.635	4477º
13º	SP	Rifaina	4.323,17	15.597.993,16	3.608	4880º	65º	SP	Barueri	2.560,25	678.300.853,47	264.935	103º
14º	RS	Pinhal da Serra	4.230,55	8.947.604,67	2.115	5435º	66º	MG	Água Comprida	2.547,87	5.251.154,28	2.061	5450º
15º	GO	Perolândia	4.218,08	13.164.619,63	3.121	5061º	67º	SP	Santo Antônio do Aracanguá	2.547,49	20.960.772,16	8.228	3418º
16º	GO	Davinópolis	4.078,43	8.687.050,06	2.130	5431º	68º	PR	São Manoel do Paraná	2.542,87	5.553.624,43	2.184	5415º
17º	PR	Saudade do Iguaçú	3.949,61	21.367.399,13	5.410	4196º	69º	MG	Catas Altas	2.541,52	13.403.962,54	5.274	4241º
18º	MG	Jeceaba	3.803,64	19.969.111,65	5.250	4249º	70º	SP	Zacarias	2.533,58	6.599.973,07	2.605	5268º
19º	MA	Santo Antônio dos Lopes	3.751,27	53.406.767,13	14.237	2410º	71º	RN	Bodó	2.527,04	5.893.049,76	2.332	5362º
20º	RO	Pimenteiras do Oeste	3.710,63	8.968.602,73	2.417	5345º	72º	RS	Capitão	2.520,36	6.963.754,30	2.763	5209º
21º	GO	Chapadão do Céu	3.708,60	32.832.202,18	8.853	3299º	73º	MT	Novo Santo Antônio	2.484,37	6.046.945,31	2.434	5337º
22º	RS	Aratiba	3.649,07	24.160.481,29	6.621	3820º	74º	SP	Jaguariúna	2.471,42	131.155.646,79	53.069	618º
23º	RJ	Quissamã	3.627,29	83.881.168,33	23.125	1523º	75º	SC	Abdon Batista	2.469,40	6.462.425,20	2.617	5257º
24º	PE	Ipojuca	3.582,14	333.013.973,05	92.965	334º	76º	PR	Serranópolis do Iguaçu	2.459,82	11.425.845,33	4.645	4472º
25º	SP	Borá	3.517,41	2.947.586,29	838	5567º	77º	MT	Itiquira	2.459,49	31.038.727,23	12.620	2615º
26º	MG	Itaiaçuçu	3.509,31	38.188.275,46	10.882	2945º	78º	RS	Capão do Cipó	2.458,54	8.405.735,93	3.419	4954º
27º	RS	Westfália	3.498,75	10.373.790,97	2.965	5130º	79º	SC	Presidente Castello Branco	2.431,88	3.963.966,43	1.630	5530º
28º	RS	Tupandi	3.349,49	14.808.103,46	4.421	4558º	80º	SP	Colômbia	2.428,60	15.101.053,82	6.218	3943º
29º	GO	São Simão	3.340,16	64.822.397,42	19.407	1814º	81º	SP	Nova Castilho	2.417,75	2.968.998,85	1.228	5561º
30º	MT	Campos de Júlio	3.311,77	20.983.349,68	6.336	3900º	82º	SC	Arvoredo	2.370,04	5.370.507,10	2.266	5381º
31º	SC	Piratuba	3.246,83	13.665.911,47	4.209	4633º	83º	GO	Ivolândia	2.367,46	6.100.956,68	2.577	5280º
32º	SP	Monções	3.232,16	7.246.492,07	2.242	5392º	84º	MT	Santa Rita do Trivelato	2.355,32	7.383.943,72	3.135	5054º
33º	SP	Sandovalina	3.174,32	13.097.239,75	4.126	4671º	85º	SP	Vinhedo	2.352,57	173.748.782,75	73.855	437º
34º	MG	Extrema	3.160,91	106.614.376,20	33.729	1000º	86º	GO	Turvelândia	2.347,97	11.688.175,13	4.978	4344º
35º	RJ	Macuco	3.154,86	17.089.882,45	5.417	4194º	87º	RS	Imigrante	2.331,38	7.348.520,36	3.152	5046º
36º	RJ	Mangaratiba	3.146,19	130.746.315,06	41.557	791º	88º	SC	Treviso	2.323,50	8.885.052,52	3.824	4797º
37º	PR	Alto Paraíso	3.130,31	9.506.753,16	3.037	5099º	89º	GO	Aparecida do Rio Doce	2.318,10	5.827.713,15	2.514	5314º
38º	RS	Muitos Capões	3.113,64	9.798.617,56	3.147	5047º	90º	SP	Rosana	2.309,24	41.852.617,07	18.124	1950º
39º	MS	Jateí	3.013,15	12.146.010,68	4.031	4711º	91º	RJ	Pirai	2.301,76	64.651.933,73	28.088	1222º
40º	RS	Boa Vista do Cadeado	2.974,78	7.508.348,30	2.524	5308º	92º	SP	Ariranha	2.280,83	21.359.965,87	9.365	3212º
41º	MG	Santa Vitória	2.972,28	58.018.939,48	19.520	1799º	93º	SP	Nova Independência	2.271,05	8.327.933,64	3.667	4853º
42º	PR	Araucária	2.939,30	398.154.485,21	135.459	209º	94º	RS	União da Serra	2.257,11	3.144.148,87	1.393	5556º
43º	RS	Vista Alegre do Prata	2.937,75	4.735.651,74	1.612	5531º	95º	RJ	São José de Ubá	2.242,40	16.226.016,79	7.236	3668º
44º	SP	Cubatão	2.925,43	374.123.922,84	127.887	224º	96º	AM	Presidente Figueiredo	2.241,42	75.542.563,74	33.703	1003º
45º	SC	Itá	2.861,11	18.056.448,82	6.311	3909º	97º	RS	Montauri	2.240,25	3.474.634,77	1.551	5545º
46º	MS	Alcinópolis	2.782,30	14.228.685,65	5.114	4290º	98º	PR	Maripá	2.238,18	12.945.622,83	5.784	4077º
47º	SP	Taciba	2.775,68	17.076.008,48	6.152	3964º	99º	RS	Pedras Altas	2.222,24	4.846.715,23	2.181	5417º
48º	RS	Alpestre	2.774,66	20.901.507,51	7.533	3581º	100º	RS	Boa Vista do Sul	2.221,19	6.350.371,45	2.859	5176º
49º	MS	Taquarussu	2.767,32	9.879.349,15	3.570	4897º			Total dos 100 maiores	3.703,32	6.054.946.121,93	1.635.006	..
50º	SP	Uru	2.753,25	3.353.457,04	1.218	5562º			Total dos demais	467,71	94.243.515.998,95	201.498.871	..
51º	SP	Brejo Alegre	2.752,83	7.680.408,02	2.790	5195º			Total Brasil¹	493,76	100.298.462.120,88	203.133.877	..
52º	SP	Cordeirópolis	2.749,20	64.652.993,72	23.517	1497º							

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul perdem R\$ 1 bilhão entre 2015 e 2016 e afetam as transferências do IPVA para seus municípios

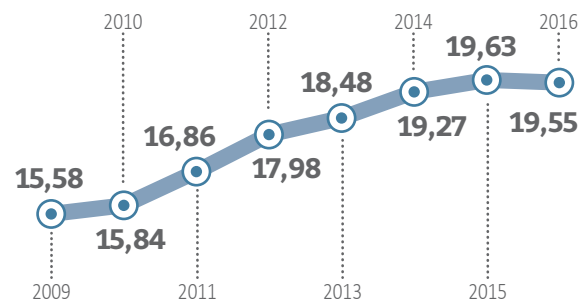
NO TOTAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS A RECEITA DE IPVA APRESENTOU LEVE QUEDA DE 0,4%. ESSE RESULTADO SÓ NÃO FOI PIOR DEVIDO AO **CRESCIMENTO DO TRIBUTO EM ESTADOS COMO RIO DE JANEIRO, GOIÁS, PERNAMBUCO E MATO GROSSO DO SUL.**

Desempenho

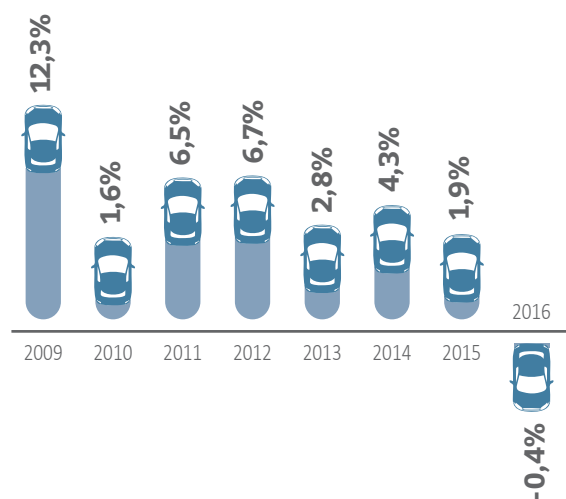
Em meio à recessão vivida pela economia brasileira, o desempenho do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sofreu seu primeiro revés desde 2003. Em 2016 a arrecadação municipal com o tributo encolheu 0,4% comparado a 2015, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2016, o que significou uma diminuição no volume de recursos equivalente a R\$ 78,9 milhões.

Em 2016, os municípios brasileiros receberam de seus estados o montante de R\$ 19,55 bilhões referentes aos 50% do produto da arrecadação do IPVA, parcela que lhes pertence conforme determina a Constituição Federal. Em 2015 essas transferências foram de R\$ 19,63 bilhões.

Evolução do IPVA municipal
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento do IPVA municipal em relação ao ano anterior



EM 2016, O IPVA
APRESENTOU
UMA DINÂMICA
HETEROGÊNEA
ENTRE OS
ESTADOS DA
FEDERAÇÃO.

Segundo dados do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com), dos 26 estados da Federação, houve redução na arrecadação do imposto em 17 e em nove houve expansão, o que mostra uma dinâmica heterogênea do IPVA no território brasileiro, no ano de 2016. Esse comportamento distinto do IPVA é decorrente de diferentes ações governamentais diante da necessidade de se conter a perda contínua de receitas e, concomitantemente, da dificuldade de se aumentar a carga tributária sobre o contribuinte.

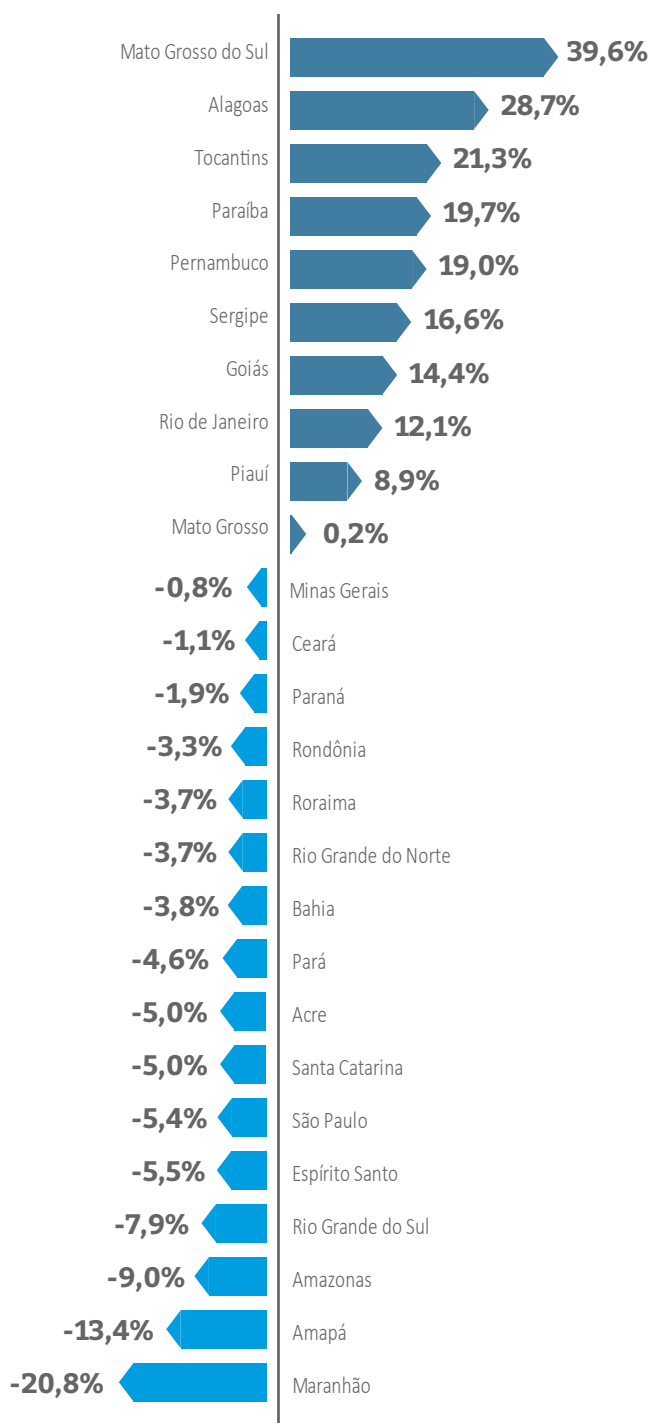
Diante desse dilema, estados como São Paulo e Rio Grande do Sul apresentaram quedas de 5,4% e 7,9%, respectivamente, entre 2015 e 2016, o que resultou em perdas de R\$ 800,3 milhões, no primeiro, e de R\$ 200,8 milhões, no segundo. Esse valor é tão significativo que equivale praticamente ao total do IPVA recolhido no Estado da Bahia.

Entre os fatores que explicam esse desempenho ruim estão o envelhecimento da frota que

leva à desvalorização da base tributável do IPVA, e a desaceleração nas vendas do setor automotivo que, na prática, deixa de repor o número de veículos aptos para a cobrança do imposto. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas), 45,3% da frota de veículos circulantes no Brasil ficam nesses dois estados e, entre 2015 e 2016, a frota em todo o país ficou quatro meses mais velha, passando de oito anos e 11 meses, em média, para nove anos e três meses.

No Maranhão, aconteceu a maior queda relativa: foram 20,8% a menos em relação a 2015 e uma frustração de receita da ordem de R\$ 78,7 milhões. A forte retração ocorreu devido ao desconto de 10% que Governo do Estado concedeu para o pagamento em cota única do tributo. Em 2015, havia outra portaria similar que, entretanto, abatia apenas 5% do valor devido em caso de pagamento adiantado.

Taxa de crescimento do IPVA por Estado - 2016/2015



Nove estados optaram por aumentar a alíquota do IPVA para 2016 devido à grave situação fiscal e à persistente queda no nível de arrecadação. Essa medida já havia sido implantada no Paraná no ano de 2015.

O Governo Fluminense observou um aumento de R\$ 302,5 milhões no seu IPVA em 2016, o que significou uma taxa de crescimento de 12,1% em relação a 2015. No Estado, a alíquota dos carros bicompostíveis, categoria em que se enquadra a maior parte dos veículos brasileiros, subiu de 3% para 4% do valor calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para cada modelo, impulsionando a arrecadação do imposto.

Em Goiás (R\$ 161 milhões), Pernambuco (R\$ 157,4 milhões) e Mato Grosso do Sul (R\$ 151,4 milhões) a arrecadação também apresentou excelente desempenho após as alterações promovidas na cobrança do tributo. Em outros estados, embora os valores não sejam tão vultuosos, as novas regras culminaram em taxas de crescimento bastante significativas, como em Alagoas (28,7%), Tocantins (21,3%), Paraíba (19,7%), Sergipe (16,6%) e Piauí (8,9%).

Beneficiadas pelas alterações na legislação de seus estados, várias capitais apresentaram forte incremento de receita com IPVA, em 2016. No município do Rio de Janeiro, a receita de R\$ 810,4 milhões é 10,6% maior que a arrecadada em 2015, e resultou numa receita adicional de R\$ 77,9 milhões aos cofres da cidade. Em seguida, aparece Campo Grande, onde esse incremento foi de R\$ 32 milhões e significou uma melhora no

desempenho próximo a 40%. Recife (R\$ 23,7 milhões), Goiânia (R\$ 22,4 milhões) e Maceió (R\$ 20,9 milhões) completam a lista das cinco primeiras cidades que mais se beneficiaram.

Já as capitais e os grandes municípios dos estados que não aumentaram suas alíquotas de IPVA perceberam as quedas mais drásticas nas suas arrecadações. No município de São Paulo, a receita de R\$ 2,45 bilhões de 2016 ficou R\$ 90,5 milhões abaixo daquela observada em 2015. Em Porto Alegre, a perda foi de R\$ 24,2 milhões, seguido de perto pelo resultado de Campinas-SP (R\$ 19,2 milhões), Curitiba (R\$ 16,9 milhões) e Salvador (R\$ 16,6 milhões).

Como o IPVA é um imposto incidente sobre a propriedade do veículo, sua arrecadação concentra-se nas regiões mais populosas e com maior poder aquisitivo. **Por isso, as grandes cidades dos estados que aumentaram a alíquota do IPVA compõem o grupo de municípios que mais se beneficiaram com o aumento do tributo em 2016. Por outro lado, as grandes cidades dos estados mais ricos e que não alteraram a alíquota tipificam o perfil dos municípios que perderam os maiores volumes de receita.** Dentre as 50 maiores perdas, cinco municípios são gaúchos e outros 27 são paulistas.

No meio dessas duas realidades tão distintas, além da média nacional ter convergido para a estabilidade, a taxa de crescimento das capitais como um todo também apontou essa tendência e praticamente repetiu, em 2016, o valor arrecadado em 2015. Foram R\$ 6,49 bilhões em receitas, valor apenas R\$ 1,6 milhão maior que o do ano anterior. Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades** o desempenho foi um pouco pior, com queda de 0,8%, o que corresponde a um decréscimo de R\$ 82,4 milhões para esse conjunto.

Dados sobre a frota de veículos

Em 2016, 49,7% dos veículos brasileiros estavam emplacados em municípios da região Sudeste. A região Sul detém a segunda maior frota, com 20,1% do total. Cabe destacar que a frota da região Norte é a que mais vem crescendo nos últimos anos e desde 2002 apresenta uma taxa de crescimento anual média de 11,5%.

Entre os estados, São Paulo lidera o ranking com 29,7% do total de veículos no Brasil, seguido por Minas Gerais (11,2%) e Paraná (7,7%). Na outra ponta, os estados com a menor quantidade são Roraima e Amapá, com 0,2% cada.

Os automóveis compõem a maior parte da frota brasileira, com 54,6%. Na sequência, estão as motocicletas e motonetas que, juntas, representam 26,6%. O restante, 18,8%, é composto por uma variedade de veículos, tais como caminhões (2,9%), caminhonetes e caminhonetes (10,6%), ônibus (0,6%), utilitários, triciclos, reboques e outros.

Composição da frota brasileira de veículos - 2016



Automóveis
54,6%



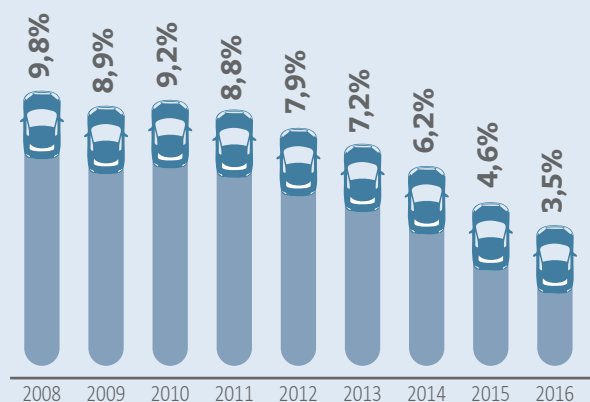
Motos
26,6%



Demais
18,8%

Com relação à idade da frota, do total dos veículos circulantes em 2016, 34% possuem até cinco anos. Em 2015, esse grupo representava 37% e, em 2014, 41%. Outros 4% têm mais de 20 anos de uso o que os torna, em boa parte dos estados, isentos do IPVA. A idade média da frota aumentou quatro meses em relação a 2015, ficando em nove anos e três meses em 2016, fato que demonstra uma desaceleração no ritmo de compra de carros novos, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e diminui o valor-base sobre o qual é cobrado o IPVA.

Taxa de crescimento da frota de veículos em relação ao ano anterior

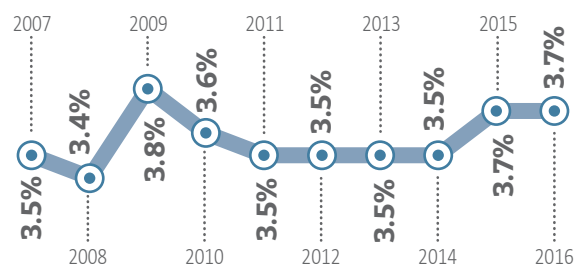


Como o Sudeste abriga 42,5% da população brasileira e é onde as pessoas possuem a maior renda média no Brasil, a frota de veículos, além de ser maior, é também aquela que possui o maior valor venal médio. Isso contribuiu para que a região fosse responsável por 60,1% de toda a receita de IPVA no Brasil, em 2016. As capitais, que normalmente possuem esse mesmo perfil em relação aos demais municípios em cada Estado, foram responsáveis por 33,2% de todo o IPVA.

Participação na receita corrente

Em 2016, o IPVA respondeu por 3,7% da receita corrente dos municípios brasileiros, repetindo o resultado do ano anterior. Nos últimos dez anos, esse indicador variou entre 3,4% e 3,8%. A pequena amplitude na variação mostra que o desempenho do IPVA tem caminhado juntamente com o da receita corrente. Entretanto, desde 2007, os três anos em que o IPVA mais contribuiu para a formação das receitas públicas foram 2009, 2015 e 2016, exercícios marcados por dificuldades econômicas que afetaram o Brasil.

Participação do IPVA municipal na receita corrente

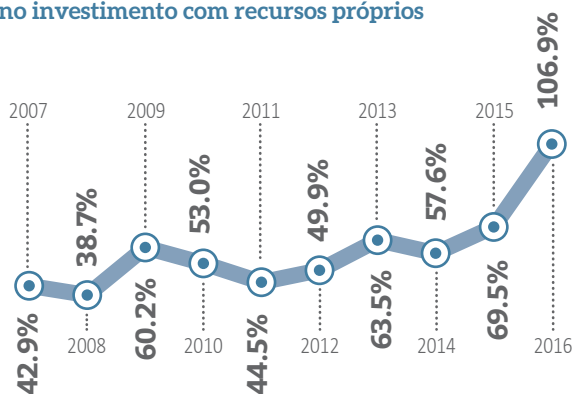


Esse fenômeno acontece porque **os impostos sobre o patrimônio são menos sensíveis às flutuações da economia do que aqueles sobre a renda, produção ou consumo**. Eles tendem a apresentar menores quedas em momentos de recessão, uma vez que a propriedade continua a existir e a ser tributada, enquanto os demais impostos apresentam diminuição mais severa na base tributável.

Embora não seja uma das maiores fontes de receita dos municípios, a importância do IPVA pode ser medida comparando-se sua receita com o volume de investimentos que foram realizados pelos municípios ao longo dos últimos anos com recursos próprios. Ou seja, o valor investido considerando apenas os recursos com origem no tesouro municipal.

Em média, a contribuição do IPVA com o orçamento municipal equivale à metade do que é aplicado em investimentos pelo tesouro municipal. Porém, em 2016, devido à forte retração ocorrida nos investimentos, essa contribuição chegou a 106,9%. Isso significa dizer que o valor alocado pelas prefeituras para fazer investimentos públicos foi menor que o valor arrecadado com o IPVA, em 2016

Participação do IPVA municipal no investimento com recursos próprios



IPVA per capita

Em 2016, os municípios brasileiros obtiveram uma receita de IPVA equivalente a R\$ 96,24 por habitante. Esse valor, entretanto, esconde uma forte assimetria regional. No Norte e Nordeste a arrecadação per capita de R\$ 40,63 e R\$ 39,35, respectivamente, é muito inferior à média nacional. Isso é reflexo de um número bem menor de veículos circulando nos municípios dessas regiões, cerca de um para cada 3,6 habitantes.

No Sudeste, com R\$ 136,00 per capita, existem 1,9 pessoas para cada veículo, enquanto que no Sul, com R\$ 122,70 per capita, esse indicador é de 1,6. O número proporcionalmente maior de veículos e a presença de carros de luxo na composição da frota dessas regiões elevam suas receitas

IPVA municipal per capita por região - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



per capita. No Centro-Oeste, o número de habitantes por automóvel é de 1,8, entretanto o fator renda e as alíquotas médias menores fazem com que a arrecadação per capita, de R\$ 97,14, fique mais próxima da média nacional.

Individualmente, destaca-se Carmésia, localizada no Vale do Aço, em Minas Gerais. Com uma arrecadação de R\$ 481,47 por habitante, o município lidera o ranking com folga sobre os demais. A cidade, que em 2016 possuía 2.615 habitantes, sancionou, em 1997, uma lei que devolve até 40% do IPVA pago por frotistas e empresas de transportes. Como consequência, um número elevado de ônibus (1.430) encontra-se emplacado no município.

Em segundo lugar, aparece São Caetano do Sul (R\$ 337,67), município da Região Metropolitana de São Paulo, com 158.825 habitantes, que apresenta elevada renda per capita, o que reflete em carros de alto valor venal sobre os quais é aplicada uma elevada alíquota estadual. **Renda e alíquota, por sinal, fazem com que entre as 50 maiores arrecadações per capita, 38 posições sejam ocupadas por cidades paulistas.**

IPVA municipal | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	IPVA municipal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	
	17.740.418	Norte	598.742,4	662.250,4	732.541,8	743.072,1	720.829,7	-3,0	2,1	40,63
AC	377.057	Rio Branco	20.244,5	21.409,2	21.943,0	22.732,6	21.300,7	-6,3	2,9	56,49
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	1.917,3	2.250,3	2.439,8	2.626,6	2.540,4	-3,3	1,9	30,95
AP	465.495	Macapá	27.394,6	28.490,1	29.553,7	27.678,5	24.669,1	-10,9	3,6	53,00
AP	113.854	Santana	3.571,2	3.942,8	4.343,9	4.926,0	3.687,4	-25,1	..	32,39
AM	2.094.391	Manaus	130.078,3	145.270,5	155.780,5	154.507,4	140.474,4	-9,1	3,7	67,07
AM	112.716	Parintins	585,8	713,3	780,5	736,2	677,0	-8,0	..	6,01
PA	1.446.042	Belém	87.574,4	90.031,8	93.627,9	93.065,0	88.147,9	-5,3	3,5	60,96
PA	510.834	Ananindeua	18.983,5	20.755,1	22.393,5	22.304,0	21.361,5	-4,2	3,9	41,82
PA	294.447	Santarém	9.509,1	10.416,7	11.454,5	12.155,9	11.766,4	-3,2	2,3	39,96
PA	266.932	Marabá	14.440,3	15.183,3	16.605,9	16.994,6	15.720,2	-7,5	2,3	58,89
RO	511.219	Porto Velho	36.735,8	42.715,0	50.795,0	47.004,7	45.437,3	-3,3	3,8	88,88
RO	131.560	Ji-Paraná	9.292,1	10.728,9	12.720,2	12.492,4	12.112,3	-3,0	5,8	92,07
RR	326.419	Boa Vista	20.171,1	20.464,5	21.598,0	22.678,0	21.944,6	-3,2	2,3	67,23
RR	27.756	Rorainópolis	116,5	257,8	326,5	230,3	85,7	-62,8	0,2	3,09
TO	279.856	Palmas	26.468,6	27.567,1	30.288,0	32.787,6	36.718,0	12,0	3,9	131,20
TO	173.112	Araguaína	16.142,4	15.994,2	16.842,7	18.669,9	21.053,7	12,8	5,8	121,62
	56.912.962	Nordeste	1.825.574,0	1.993.655,5	2.105.192,8	2.139.111,6	2.239.627,3	4,7	1,9	39,35
AL	1.021.709	Maceió	65.206,8	64.883,9	67.714,2	67.031,4	87.957,8	31,2	4,6	86,09
AL	232.671	Arapiraca	9.594,2	10.728,1	11.576,2	12.145,5	15.429,5	27,0	3,1	66,31
BA	2.938.092	Salvador	205.656,2	216.162,9	213.465,4	208.243,9	191.631,2	-8,0	3,5	65,22
BA	622.639	Feira de Santana	36.452,9	39.988,8	41.436,8	41.942,9	40.025,5	-4,6	4,3	64,28
BA	346.069	Vitória da Conquista	18.976,5	22.606,2	22.123,5	22.240,0	20.874,2	-6,1	3,6	60,32
BA	292.074	Camaçari	14.752,9	15.881,9	17.400,7	17.885,7	17.126,9	-4,2	1,7	58,64
CE	2.609.716	Fortaleza	189.411,6	202.559,8	208.944,4	209.971,7	206.569,7	-1,6	3,7	79,15
CE	358.164	Caucaia	6.847,8	7.956,5	8.806,3	9.635,5	9.780,3	1,5	1,7	27,31
CE	268.248	Juazeiro do Norte	10.407,5	11.772,4	12.515,2	14.004,9	12.486,7	-10,8	2,6	46,55
MA	1.082.935	São Luís	81.152,6	84.449,7	87.392,3	85.423,2	82.602,4	-3,3	3,3	76,28
MA	253.873	Imperatriz	16.289,5	17.931,2	19.892,2	20.172,5	18.539,7	-8,1	3,3	73,03
PB	801.718	João Pessoa	41.176,4	42.976,4	45.092,0	44.224,6	53.125,4	20,1	2,9	66,26
PB	407.754	Campina Grande	15.154,0	16.415,0	21.120,5	21.196,5	25.690,6	21,2	3,1	63,01
PE	1.625.583	Recife	188.548,8	194.036,6	197.290,7	185.986,6	209.696,6	12,7	5,3	129,00
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	28.359,0	30.798,4	31.958,4	32.084,8	38.335,5	19,5	3,5	55,47
PE	390.144	Olinda	18.887,3	20.701,1	16.729,9	21.848,8	26.863,5	23,0	5,0	68,86
PE	351.686	Caruaru	16.150,4	18.371,5	20.111,6	19.638,5	24.887,7	26,7	4,3	70,77
PE	337.683	Petrolina	10.781,6	13.283,4	15.178,4	16.237,1	21.129,2	30,1	3,7	62,57
PE	325.590	Paulista	10.493,5	11.508,2	11.929,4	12.939,4	16.583,8	28,2	4,4	50,93
PI	847.430	Teresina	63.238,7	68.672,9	71.394,4	71.948,3	75.024,2	4,3	3,2	88,53
PI	150.201	Parnaíba	4.488,5	4.912,1	6.841,5	7.305,4	7.927,9	8,5	2,6	52,78
RN	877.662	Natal	61.346,7	69.292,8	72.044,1	69.035,2	64.804,8	-6,1	3,5	73,84
RN	291.937	Mossoró	16.788,9	18.518,0	19.451,6	19.170,7	17.822,4	-7,0	3,6	61,05
SE	641.523	Araçuaia	46.938,5	47.389,0	48.136,2	52.510,9	63.023,4	20,0	4,1	98,24
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	2.961,4	3.090,5	3.159,8	3.308,3	3.787,4	14,5	1,6	21,08
	12.683.772	Centro-Oeste¹	892.188,3	957.789,2	1.025.149,2	1.082.907,3	1.232.084,9	13,8	3,5	97,14
GO	1.448.639	Goiânia	223.588,9	232.276,0	243.257,7	246.149,4	268.590,2	9,1	6,8	185,41
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	26.220,4	28.741,1	31.774,5	33.988,6	41.247,4	21,4	4,6	77,51
GO	370.875	Anápolis	33.361,8	36.079,5	38.991,3	42.561,0	48.131,2	13,1	5,3	129,78
MT	585.367	Cuiabá	71.502,6	79.159,7	84.183,8	89.021,4	84.648,8	-4,9	4,6	144,61
MT	271.339	Várzea Grande	19.923,6	21.845,6	22.421,9	22.925,5	22.100,5	-3,6	4,5	81,45
MS	863.982	Campo Grande	77.582,6	77.871,6	82.224,3	80.805,0	112.810,7	39,6	4,1	130,57
MS	215.486	Dourados	17.892,8	17.247,2	19.367,0	18.234,4	23.476,1	28,7	3,4	108,94
	86.356.952	Sudeste	11.482.132,2	11.576.933,8	12.009.460,9	11.916.283,8	11.744.374,2	-1,4	4,6	136,00
ES	359.555	Vitória	48.522,8	45.640,5	46.049,8	44.290,1	41.513,4	-6,3	..	115,46
ES	494.109	Serra	26.651,1	27.591,9	28.608,7	28.236,2	26.510,1	-6,1	2,5	53,65
ES	479.664	Vila Velha	36.112,6	35.789,7	36.886,7	36.156,5	34.295,8	-5,1	4,1	71,50
ES	384.621	Cariacica	18.429,0	18.427,9	19.335,9	18.204,7	16.786,2	-7,8	3,1	43,64
MG	2.513.451	Belo Horizonte	565.895,7	552.535,8	570.374,9	572.852,0	565.753,7	-1,2	6,3	225,09
MG	669.672	Uberlândia	104.758,0	107.080,0	111.797,0	118.093,2	118.073,5	0,0	6,7	176,32
MG	653.800	Contagem	82.803,4	83.729,5	87.137,4	87.978,8	86.817,7	-1,3	6,2	132,79

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	IPVA municipal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016					em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	68.921,3	70.228,5	73.264,6	75.498,1	76.242,2	1,0	5,6	136,24
MG	422.354	Betim	41.405,1	43.971,8	47.836,5	49.140,3	48.899,3	-0,5	3,3	115,78
MG	398.288	Montes Claros	37.978,9	39.379,2	42.364,4	43.236,9	44.426,3	2,8	7,8	111,54
MG	325.846	Ribeirão das Neves	13.776,2	15.020,3	15.804,5	17.164,3	17.658,6	2,9	4,9	54,19
MG	325.279	Uberaba	49.346,9	50.516,8	50.956,3	52.939,5	52.600,8	-0,6	5,7	161,71
MG	279.665	Governador Valadares	28.045,1	27.172,7	28.594,4	29.693,9	29.781,4	0,3	4,3	106,49
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	716.437,0	735.180,3	747.092,6	732.533,5	810.387,4	10,6	3,8	124,70
RJ	1.044.058	São Gonçalo	42.802,2	45.277,5	45.717,3	48.855,8	53.783,4	10,1	..	51,51
RJ	886.917	Duque de Caxias	39.302,9	42.010,4	41.420,9	46.635,8	49.539,0	6,2	2,5	55,86
RJ	797.435	Nova Iguaçu	30.139,9	33.933,5	34.391,0	37.169,4	41.223,8	10,9	3,6	51,70
RJ	497.883	Niterói	83.089,7	85.772,3	82.072,5	86.480,1	89.958,3	4,0	4,7	180,68
RJ	494.141	Belford Roxo	12.416,5	13.482,8	14.086,2	14.860,4	16.291,2	9,6	2,9	32,97
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	28.877,1	32.650,5	34.918,7	34.531,5	29.701,6	-14,0	1,9	60,97
RJ	460.541	São João de Meriti	17.596,0	19.016,9	19.945,6	20.533,0	22.059,6	7,4	4,2	47,90
RJ	298.158	Petrópolis	29.164,4	30.111,2	32.396,0	33.158,1	33.824,2	2,0	4,1	113,44
RJ	263.659	Volta Redonda	22.977,8	24.925,6	28.968,1	24.403,2	27.333,8	12,0	3,4	103,67
SP	12.038.175	São Paulo	2.654.190,4	2.553.383,5	2.587.350,9	2.540.930,0	2.450.456,2	-3,6	5,5	203,56
SP	1.337.087	Guarulhos	179.067,2	181.463,6	192.853,2	188.849,0	177.063,9	-6,2	4,9	132,43
SP	1.173.370	Campinas	308.062,5	305.442,7	316.344,7	299.576,1	280.392,1	-6,4	7,0	238,96
SP	822.242	São Bernardo do Campo	202.897,9	198.457,7	200.638,3	192.478,9	178.153,7	-7,4	5,5	216,67
SP	712.749	Santo André	157.221,0	154.178,2	156.135,2	145.521,2	136.095,9	-6,5	6,4	190,95
SP	696.382	Osasco	117.173,8	119.070,5	123.481,8	118.871,3	113.144,7	-4,8	5,9	162,48
SP	695.992	São José dos Campos	129.830,7	129.143,7	133.903,1	132.214,2	125.239,2	-5,3	5,1	179,94
SP	674.405	Ribeirão Preto	173.170,5	172.921,2	178.200,1	170.081,0	162.494,5	-4,5	7,6	240,94
SP	652.481	Sorocaba	138.618,1	142.486,0	146.566,6	143.285,3	137.146,0	-4,3	5,9	210,19
SP	457.696	Mauá	44.286,0	44.772,7	47.288,4	45.649,2	43.886,9	-3,9	5,1	95,89
SP	446.649	São José do Rio Preto	109.553,1	111.902,6	116.083,3	112.480,5	107.479,4	-4,4	8,1	240,64
SP	434.359	Santos	114.860,0	112.593,2	111.282,1	103.836,4	96.692,9	-6,9	4,6	222,61
SP	429.321	Mogi das Cruzes	69.763,4	70.604,4	76.324,4	74.955,4	72.478,3	-3,3	6,4	168,82
SP	415.180	Diadema	46.382,9	46.490,7	49.117,6	46.793,4	44.257,5	-5,4	..	106,60
SP	405.740	Jundiaí	103.420,0	104.282,8	107.329,0	105.404,0	100.115,4	-5,0	5,9	246,75
SP	394.465	Carapicuíba	40.919,3	42.861,0	45.921,5	44.683,4	42.326,5	-5,3	..	107,30
SP	394.419	Piracicaba	83.972,5	86.222,8	90.093,2	86.719,0	81.836,2	-5,6	6,0	207,49
SP	369.368	Bauru	80.006,4	81.222,8	84.297,7	82.055,8	77.921,3	-5,0	7,8	210,96
29.439.773	Sul	3.185.983,3	3.291.528,0	3.398.040,4	3.746.669,5	3.612.227,2	-3,6	4,2	122,70	
PR	1.893.997	Curitiba	364.130,9	358.175,2	369.060,1	464.391,6	447.512,8	-3,6	6,3	236,28
PR	553.393	Londrina	72.967,6	74.526,2	77.840,1	96.874,2	98.043,1	1,2	6,3	177,17
PR	403.063	Maringá	67.356,1	69.284,3	72.774,2	90.094,7	89.526,2	-0,6	7,5	222,11
PR	341.130	Ponta Grossa	38.220,8	38.408,0	40.394,1	50.166,1	50.109,8	-0,1	7,8	146,89
PR	316.226	Cascavel	41.771,1	42.582,7	44.667,3	56.531,4	57.457,0	1,6	7,8	181,70
PR	302.759	São José dos Pinhais	39.433,7	44.228,3	42.719,7	49.303,7	47.189,8	-4,3	5,1	155,87
PR	263.915	Foz do Iguaçu	24.659,1	25.221,7	26.703,6	34.748,3	35.479,9	2,1	5,0	134,44
RS	1.481.019	Porto Alegre	247.437,0	256.822,1	248.525,7	250.714,6	226.537,6	-9,6	4,2	152,96
RS	479.236	Caxias do Sul	77.392,1	82.859,9	79.750,3	78.478,2	73.005,0	-7,0	4,5	152,34
RS	343.651	Pelotas	35.541,4	38.085,2	38.003,5	38.379,3	36.747,5	-4,3	4,6	106,93
RS	342.634	Canoas	39.731,0	41.264,0	40.940,8	42.099,5	38.307,4	-9,0	3,1	111,80
RS	277.309	Santa Maria	32.535,7	34.534,2	35.464,8	36.546,1	34.946,8	-4,4	6,5	126,02
RS	273.742	Gravataí	23.263,4	24.687,0	25.921,2	26.477,0	24.998,4	-5,6	4,0	91,32
RS	252.872	Viamão	16.936,3	17.705,6	19.255,6	18.545,7	18.928,9	2,1	4,5	74,86
SC	477.798	Florianópolis	80.178,9	77.576,1	78.129,6	75.931,0	72.701,7	-4,3	4,8	152,16
SC	569.645	Joinville	66.085,0	65.510,9	67.403,6	66.957,6	62.511,8	-6,6	3,4	109,74
SC	343.715	Blumenau	45.909,3	44.821,8	46.109,6	45.057,6	42.295,7	-6,1	3,5	123,05
80.508.414	Cidades selecionadas	10.285.755,1	10.377.537,5	10.662.314,4	10.719.733,1	10.637.369,1	-0,8	4,8	132,13	
32.147.801	Até 20 mil habitantes	1.240.611,7	1.336.540,3	1.439.730,4	1.549.478,9	1.579.178,0	1,9	1,8	49,12	
46.107.667	Capitais	6.340.810,3	6.334.993,1	6.471.309,1	6.492.448,2	6.494.039,9	0,0	4,8	140,85	
203.133.877	Brasil¹	17.984.620,1	18.482.156,8	19.270.385,0	19.628.044,3	19.549.143,2	-0,4	3,7	96,24	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

IPVA municipal | RANKING 2016

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	2.450.456.239,20	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	810.387.378,76	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	565.753.665,79	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	447.512.751,49	1.893.997	7º
5º	SP	Campinas	280.392.145,04	1.173.370	13º
6º	GO	Goiânia	268.590.157,63	1.448.639	10º
7º	RS	Porto Alegre	226.537.610,29	1.481.019	9º
8º	PE	Recife	209.696.551,84	1.625.583	8º
9º	CE	Fortaleza	206.569.667,23	2.609.716	4º
10º	BA	Salvador	191.631.210,22	2.938.092	3º
11º	SP	São Bernardo do Campo	178.153.690,46	822.242	21º
12º	SP	Guarulhos	177.063.870,34	1.337.087	12º
13º	SP	Ribeirão Preto	162.494.452,03	674.405	28º
14º	AM	Manaus	140.474.379,98	2.094.391	6º
15º	SP	Sorocaba	137.145.967,11	652.481	31º
16º	SP	Santo André	136.095.875,37	712.749	24º
17º	SP	São José dos Campos	125.239.192,04	695.992	26º
18º	MG	Uberlândia	118.073.484,16	669.672	29º
19º	SP	Osasco	113.144.669,42	696.382	25º
20º	MS	Campo Grande	112.810.673,70	863.982	19º
21º	SP	São José do Rio Preto	107.479.446,58	446.649	51º
22º	SP	Jundiaí	100.115.435,62	405.740	57º
23º	PR	Londrina	98.043.112,89	553.393	37º
24º	SP	Santos	96.692.909,59	434.359	52º
25º	RJ	Niterói	89.958.306,95	497.883	41º
26º	PR	Maringá	89.526.237,13	403.063	58º
27º	PA	Belém	88.147.875,75	1.446.042	11º
28º	AL	Maceió	87.957.847,11	1.021.709	16º
29º	MG	Contagem	86.817.717,44	653.800	30º
30º	MT	Cuiabá	84.648.788,78	585.367	34º
31º	MA	São Luís	82.602.366,03	1.082.935	14º
32º	SP	Piracicaba	81.836.166,34	394.419	61º
33º	SP	Bauru	77.921.282,75	369.368	66º
34º	MG	Juiz de Fora	76.242.192,37	559.636	36º
35º	PI	Teresina	75.024.167,45	847.430	20º
36º	RS	Caxias do Sul	73.005.030,60	479.236	46º
37º	SC	Florianópolis	72.701.747,54	477.798	47º
38º	SP	Mogi das Cruzes	72.478.255,82	429.321	53º
39º	SP	Barueri	69.006.832,16	264.935	103º
40º	RN	Natal	64.804.836,60	877.662	18º
41º	SE	Aracaju	63.023.396,27	641.523	32º
42º	SC	Joinville	62.511.826,20	569.645	35º
43º	PR	Cascavel	57.456.987,25	316.226	83º
44º	SP	Franca	56.196.346,45	344.704	73º
45º	SP	Limeira	54.821.755,15	298.701	88º
46º	SP	Indaiatuba	53.874.850,46	235.367	116º
47º	RJ	São Gonçalo	53.783.389,53	1.044.058	15º
48º	SP	São Caetano do Sul	53.630.868,26	158.825	181º
49º	PB	João Pessoa	53.125.433,79	801.718	22º
50º	SP	Americana	52.964.889,53	231.621	123º
51º	MG	Uberaba	52.600.789,18	325.279	82º
52º	SP	Taubaté	51.173.770,13	305.174	85º

Posição	UF	Município	IPVA municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	PR	Ponta Grossa	50.109.819,77	341.130	77º
54º	RJ	Duque de Caxias	49.538.990,10	886.917	17º
55º	MG	Betim	48.899.253,46	422.354	54º
56º	GO	Anápolis	48.131.232,77	370.875	65º
57º	SP	Araraquara	47.731.125,11	228.664	126º
58º	PR	São José dos Pinhais	47.189.750,28	302.759	87º
59º	RO	Porto Velho	45.437.318,46	511.219	39º
60º	SP	São Carlos	45.189.076,83	243.765	112º
61º	SP	Presidente Prudente	45.171.964,56	223.749	129º
62º	SP	Cotia	44.850.943,22	233.696	119º
63º	MG	Montes Claros	44.426.278,17	398.288	59º
64º	SP	Diadema	44.257.473,13	415.180	55º
65º	SP	Mauá	43.886.903,66	457.696	50º
66º	SP	Carapicuíba	42.326.527,16	394.465	60º
67º	SC	Blumenau	42.295.653,77	343.715	74º
68º	SP	Santana de Parnaíba	41.545.685,53	129.261	222º
69º	ES	Vitória	41.513.361,20	359.555	67º
70º	GO	Aparecida de Goiânia	41.247.414,78	532.135	38º
71º	RJ	Nova Iguaçu	41.223.780,47	797.435	23º
72º	SP	Marília	41.215.203,03	233.639	120º
73º	BA	Feira de Santana	40.025.499,99	622.639	33º
74º	SP	Araçatuba	39.097.819,79	193.828	152º
75º	SP	Sumaré	38.443.866,39	269.522	100º
76º	PE	Jaboatão dos Guararapes	38.335.545,90	691.125	27º
77º	RS	Canoas	38.307.410,34	342.634	76º
78º	SP	Rio Claro	37.004.080,85	201.473	147º
79º	RS	Pelotas	36.747.471,27	343.651	75º
80º	TO	Palmas	36.718.031,74	279.856	94º
81º	MG	Ipatinga	35.861.792,51	259.324	107º
82º	PR	Foz do Iguaçu	35.479.927,34	263.915	105º
83º	SP	Praia Grande	35.271.355,51	304.705	86º
84º	RS	Santa Maria	34.946.768,24	277.309	96º
85º	ES	Vila Velha	34.295.839,08	479.664	45º
86º	SP	Itu	33.874.128,58	168.643	170º
87º	RJ	Petrópolis	33.824.216,40	298.158	89º
88º	SP	São Vicente	33.766.270,05	357.989	69º
89º	SP	Taboão da Serra	33.513.467,73	275.948	97º
90º	SP	Valinhos	33.027.260,51	122.163	238º
91º	RS	Novo Hamburgo	32.432.672,48	249.113	110º
92º	SP	Suzano	32.308.807,14	288.056	93º
93º	SP	Guarujá	31.776.001,05	313.421	84º
94º	MG	Divinópolis	31.706.032,94	232.945	121º
95º	SP	Jacareí	31.517.517,68	228.214	127º
96º	SP	Bragança Paulista	30.685.757,52	162.435	175º
97º	RJ	Macaé	30.677.570,09	239.471	113º
98º	MG	Governador Valadares	29.781.385,53	279.665	95º
99º	RJ	Campos dos Goytacazes	29.701.557,46	487.186	44º
100º	RS	Passo Fundo	29.572.392,73	197.798	148º

		Total dos 100 maiores	11.253.286.692,10	77.201.195	..
		Total dos demais	8.295.856.548,76	125.932.682	..
		Total Brasil¹	19.549.143.240,86	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

IPVA municipal per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	IPVA municipal per capita	IPVA municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	MG	Carmésia	481,47	1.259.047,58	2.615	5259°
2°	SP	São Caetano do Sul	337,67	53.630.868,26	158.825	181°
3°	SP	Santana de Parnaíba	321,41	41.545.685,53	129.261	222°
4°	SP	Vinhedo	302,23	22.321.176,36	73.855	437°
5°	RJ	Porto Real	280,47	5.203.332,78	18.552	1899°
6°	SP	Valinhos	270,35	33.027.260,51	122.163	238°
7°	SP	Sebastianópolis do Sul	263,35	888.282,18	3.373	4975°
8°	SP	Barueri	260,47	69.006.832,16	264.935	103°
9°	SP	Águas de São Pedro	258,63	828.900,05	3.205	5030°
10°	SP	Paulínia	252,27	25.259.626,56	100.128	308°
11°	SP	Jundiaí	246,75	100.115.435,62	405.740	57°
12°	SP	Ribeirão Preto	240,94	162.494.452,03	674.405	28°
13°	SP	São José do Rio Preto	240,64	107.479.446,58	446.649	51°
14°	SP	Campinas	238,96	280.392.145,04	1.173.370	13°
15°	PR	Curitiba	236,28	447.512.751,49	1.893.997	7°
16°	SP	Indaiatuba	228,90	53.874.850,46	235.367	116°
17°	SP	Americana	228,67	52.964.889,53	231.621	123°
18°	MG	Belo Horizonte	225,09	565.753.665,79	2.513.451	5°
19°	SP	Santos	222,61	96.692.909,59	434.359	52°
20°	PR	Maringá	222,11	89.526.237,13	403.063	58°
21°	SP	Holambra	217,66	2.981.461,02	13.698	2478°
22°	SP	São Bernardo do Campo	216,67	178.153.690,46	822.242	21°
23°	SP	Boituva	213,56	12.136.545,75	56.830	569°
24°	SP	Atibaia	211,55	29.288.977,20	138.449	203°
25°	SP	Lins	211,37	16.182.696,66	76.562	421°
26°	SP	Bauru	210,96	77.921.282,75	369.368	66°
27°	SP	Sorocaba	210,19	137.145.967,11	652.481	31°
28°	SP	Araraquara	208,74	47.731.125,11	228.664	126°
29°	MG	Nova Lima	208,09	18.950.161,29	91.069	344°
30°	SP	Piracicaba	207,49	81.836.166,34	394.419	61°
31°	SP	Arujá	203,72	17.356.587,47	85.199	366°
32°	SP	São Paulo	203,56	2.450.456.239,20	12.038.175	1°
33°	PR	Pato Branco	202,47	16.171.200,32	79.869	396°
34°	SP	Presidente Prudente	201,89	45.171.964,56	223.749	129°
35°	RS	Gramado	201,78	7.028.551,91	34.832	956°
36°	SP	Araçatuba	201,71	39.097.819,79	193.828	152°
37°	SP	Itu	200,86	33.874.128,58	168.643	170°
38°	SP	Orlândia	199,96	8.597.324,81	42.996	762°
39°	SP	Itatiba	198,27	22.784.021,78	114.912	265°
40°	RS	Paráí	197,08	1.449.945,30	7.357	3636°
41°	SP	Cotia	191,92	44.850.943,22	233.696	119°
42°	SP	Catanduva	191,45	22.991.774,31	120.092	248°
43°	SP	Pirassununga	191,23	14.349.177,84	75.035	428°
44°	SP	Santo André	190,95	136.095.875,37	712.749	24°
45°	SP	Mogi Mirim	190,88	17.547.054,83	91.929	339°
46°	PR	Quatro Pontes	190,55	764.847,71	4.014	4719°
47°	MS	Chapadão do Sul	190,38	4.432.698,93	23.284	1510°
48°	SP	Itupeva	190,08	10.567.459,72	55.596	591°
49°	SP	Bragança Paulista	188,91	30.685.757,52	162.435	175°
50°	RS	Garibaldi	187,73	6.267.175,72	33.384	1016°
51°	GO	Goiânia	185,41	268.590.157,63	1.448.639	10°
52°	SP	São Carlos	185,38	45.189.076,83	243.765	112°

Posição	UF	Município	IPVA municipal per capita	IPVA municipal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	SP	Votuporanga	184,36	16.966.771,75	92.032	337°
54°	SP	Marapoama	184,14	537.133,40	2.917	5146°
55°	SP	Rio Claro	183,67	37.004.080,85	201.473	147°
56°	SP	Limeira	183,53	54.821.755,15	298.701	88°
57°	SP	Assis	182,63	18.677.105,37	102.268	300°
58°	SP	Saltinho	182,62	1.446.146,06	7.919	3478°
59°	PR	Cascavel	181,70	57.456.987,25	316.226	83°
60°	RS	Casca	181,40	1.643.303,34	9.059	3250°
61°	RS	Flores da Cunha	181,04	5.323.533,36	29.405	1167°
62°	RJ	Niterói	180,68	89.958.306,95	497.883	41°
63°	SP	São João da Boa Vista	180,58	16.173.362,59	89.564	347°
64°	SP	São José dos Campos	179,94	125.239.192,04	695.992	26°
65°	RS	Lajeado	179,78	14.233.149,01	79.172	402°
66°	SP	Adamantina	179,72	6.307.264,48	35.094	947°
67°	SP	Meridiano	179,11	698.883,42	3.902	4764°
68°	PR	Palotina	178,07	5.540.682,20	31.115	1116°
69°	MG	Patos de Minas	177,59	26.613.478,57	149.856	193°
70°	PR	Londrina	177,17	98.043.112,89	553.393	37°
71°	SP	Araras	176,73	22.992.369,07	130.102	219°
72°	SP	Fernandópolis	176,56	12.076.207,42	68.399	468°
73°	SP	Marília	176,41	41.215.203,03	233.639	120°
74°	RS	Nova Prata	176,34	4.463.927,91	25.315	1379°
75°	MG	Uberlândia	176,32	118.073.484,16	669.672	29°
76°	SP	Matão	175,19	14.344.419,56	81.878	388°
77°	MT	Primavera do Leste	175,10	10.220.462,79	58.370	550°
78°	RS	São José do Ouro	174,79	1.244.013,52	7.117	3694°
79°	SP	Sertãozinho	174,66	21.205.773,25	121.412	241°
80°	SP	Jales	174,03	8.530.491,13	49.017	668°
81°	PR	Umuarama	173,86	18.973.644,23	109.132	282°
82°	SP	Barra Bonita	173,43	6.300.057,45	36.326	917°
83°	SP	Tietê	172,91	7.022.442,75	40.613	818°
84°	RS	Bento Gonçalves	172,78	19.731.706,53	114.203	268°
85°	SP	Guararema	172,57	4.946.462,27	28.664	1193°
86°	MG	Araxá	172,47	17.814.294,95	103.287	294°
87°	SP	Dracena	172,40	7.945.412,64	46.088	711°
88°	RS	Carlos Barbosa	170,86	4.755.875,80	27.835	1240°
89°	PR	Nova Santa Rosa	170,38	1.386.853,69	8.140	3435°
90°	GO	Chapadão do Céu	170,34	1.508.015,11	8.853	3299°
91°	SP	Cordeirópolis	170,25	4.003.738,04	23.517	1497°
92°	SC	Águas Frias	170,13	407.790,48	2.397	5350°
93°	SP	Bebedouro	169,57	13.174.853,27	77.695	414°
94°	SP	Tupã	169,44	11.132.894,13	65.705	493°
95°	SP	Iracemópolis	169,22	3.877.427,26	22.914	1530°
96°	PR	Toledo	168,95	22.609.403,85	133.824	212°
97°	SP	Mogi das Cruzes	168,82	72.478.255,82	429.321	53°
98°	SC	Antônio Carlos	168,40	1.384.770,23	8.223	3419°
99°	MG	Poços de Caldas	168,27	27.749.695,84	164.912	174°
100°	SP	Guaiará	167,73	6.718.178,44	40.053	829°
		Total dos 100 maiores	207,24	7.141.398.025,57	34.459.488	..
		Total dos demais	73,56	12.407.745.215,29	168.674.389	..
		Total Brasil¹	96,24	19.549.143.240,86	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Recursos da repatriação de valores garantem aumento do FPM em 2016

SEM OS RECURSOS DA REPATRIAÇÃO – BOA PARTE DOS QUAIS FORAM REPASSADOS NO ÚLTIMO DIA DO ANO, APÓS INTENSA MOBILIZAÇÃO DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS – O FPM NÃO TERIA TIDO AUMENTO REAL **DE 7,4%, EM 2016, MAS SIM UM RECUO DE 4,4%. OS VALORES REPASSADOS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2017, PORÉM, REVELAM CRESCIMENTO REAL DE 7%.**

Desempenho

Impulsionado pela entrada de recursos provenientes da Lei da Repatriação, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) transferido pela União para os municípios atingiu a cifra de R\$ 99,72 bilhões, valor que superou em 7,4% o do efetivado no ano anterior, taxa que já considera a inflação medida pelo IPCA. Descontados os recursos da repatriação, o cenário seria bem distinto, com queda de 4,4%.

De 13 de janeiro de 2016, a Lei nº 13.254 instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) visando incentivar a regularização de recursos remetidos ou mantidos no exterior ou repatriados indevidamente. Para regularizá-los, a lei exigia o pagamento de 15% de Imposto de Renda e mais 15% de multa sobre os valores declarados. O prazo para pessoas físicas e empresas com recursos no exterior quitarem as pendências com o Fisco com desconto na multa terminou no dia 31 de outubro de 2016.

Segundo o Portal Brasil, site do Governo Federal, foram regularizados cerca de R\$ 169,94

bilhões, sendo que a Receita Federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões em impostos e multas.

Dos recursos arrecadados pela União, cerca de R\$ 11 bilhões foram incorporados ao FPM e, assim, transferidos para os municípios de todo Brasil, sendo que metade desse valor foi referente ao Imposto de Renda (IR) e os outros 50% referentes à multa.

As parcelas referentes ao IR foram transferidas aos municípios a partir de abril de 2016, sendo que o maior volume de recursos ingressou nos municípios em novembro de 2016, ou seja, no mês seguinte ao término do prazo de adesão ao programa.

A parcela referente à multa foi transferida para os municípios em 30 de dezembro de 2016, último dia útil do ano, ainda a tempo de auxiliar as prefeituras no fechamento das contas do ano. Inicialmente, a participação dos municípios nas multas não estava prevista na Lei da Repatriação. Porém, em resposta à intensa movimentação promovida pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP),

inclusive junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 753, de 19 de dezembro de 2016, garantindo a participação dos municípios na parcela das multas arrecadadas por meio do programa.

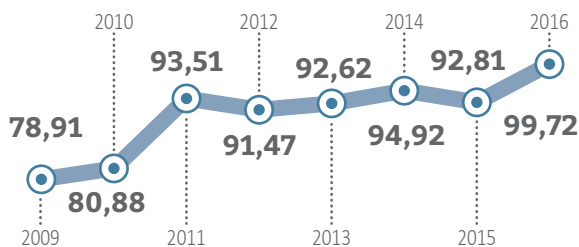
A PARCELA REFERENTE À MULTA FOI TRANSFERIDA PARA OS MUNICÍPIOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016, ÚLTIMODIA ÚTIL DO ANO.

Conforme mencionado, quando excluídos os recursos extraordinários provenientes da Lei da Repatriação, o FPM teria sofrido um recuo da ordem de 4,4%. Seria o segundo ano de queda, pois em 2015 já havia recuado 2,2%. Esse desempenho negativo reflete dois anos de forte recuo da atividade econômica e seu impacto na arrecadação federal do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), os dois impostos que compõem o Fundo. Em 2016, o IR apresentou ligeira alta de 3,8%, ao passo que o IPI sofreu queda de 16,2%. Mas, no caso do IR, excluídos os recursos da repatriação, sua arrecadação teria registrado queda real de 2,7%.

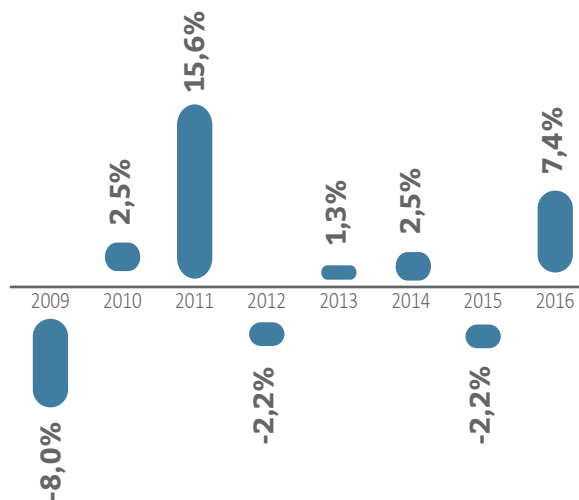
O FPM foi alavancado, ainda, pelos recursos provenientes da EC nº 84/2014. Em julho de 2016, foi creditado o valor de R\$ 2,7 bilhões, tendo como base de cálculo 0,5% sobre a arrecadação do IR e do IPI do segundo semestre de 2015 e de 1% sobre a receita de janeiro a junho de 2016. Essa receita foi R\$ 1,68 bilhão maior que a parcela depositada em julho de 2015, quando ainda vigorava o repasse de 0,5% sobre a arrecadação de janeiro a junho de 2015.

Até 2014, o FPM era formado por 23,5% da arrecadação do IR e do IPI, com 22,5% distribuídos ao longo do ano em cotas decendiais e 1% repassado integralmente em dezembro. Como forma de transição, a EC nº 84/2014 acrescentou 0,5% para o exercício de 2015 e 1% a partir do ano de 2016. Os recursos oriundos da Emenda serão transferidos sempre no mês de julho.

Transferências do FPM
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento do FPM
em relação ao ano anterior



Como é formado o FPM

De 2007 a 2014, o FPM foi formado por 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo que 22,5% eram distribuídos durante o ano e 1% era repassado integralmente em dezembro.

A Emenda Constitucional nº 84/2014 criou mais um adicional de 1% do FPM, também entregue em cota única no mês de julho de cada ano. O aumento foi gradual, sendo 0,5% em 2015 e 1% a partir da arrecadação de janeiro de 2016.

Assim, a partir de 2017, o FPM passou a ser composto por 24,5% da arrecadação anual do IR e do IPI, incluídas duas cotas de 1%, sendo uma transferida em julho e a outra em dezembro. Veja infográfico a seguir.

2007 a 2014	23,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em dezembro
2015	+0,5% da arrecadação de janeiro a junho de 2015, distribuído em julho
2016	+0,5% da arrecadação de julho a dezembro de 2015 e +1% da arrecadação de janeiro a junho de 2016, distribuídos em julho
2017	24,5% da arrecadação do IR e do IPI, sendo 1% distribuído em julho e 1% em dezembro

FPM no tempo

1965

O FPM é instituído pela Emenda Constitucional nº 18/1965. Principais regras:

- Formado por 10% do IR e do IPI.
- Vincula 50%, pelo menos, a despesas de capital.
- Entrega automática e mensal pela União.

1966

Regulamentada pelo Código Tributário Nacional – CTN, a Lei nº 5.172/1966 estabelece como critério de distribuição a população e cria a tabela de coeficientes que variam entre 0,2 (até 2 mil habitantes) e 4,0 (acima de 100 mil habitantes).

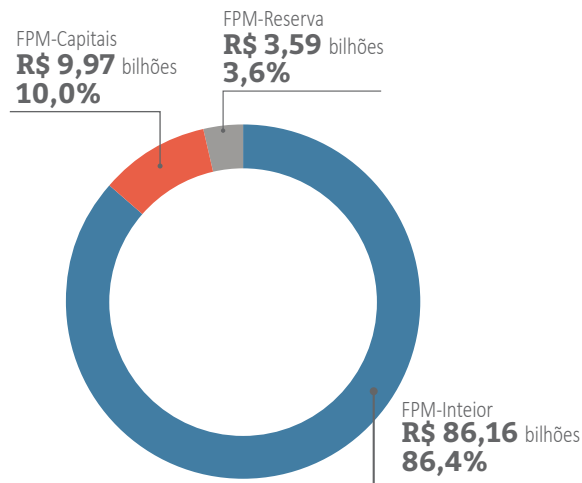
Coefficientes do FPM

O aumento de 7,4% do FPM não foi homogêneo em todo o território nacional, pois o desempenho de cada município depende do Estado em que está inserido e se sofreu mudanças no seu coeficiente para a distribuição.

Anualmente, o Tribunal de Contas da União (TCU) define a cota individual de cada município, conforme os critérios estabelecidos pela Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981. O fundo é dividido em três categorias: **FPM-Interior**, que não inclui as capitais e o único critério de distribuição é o número de habitantes; **FPM-Capitais**, que abrange apenas as capitais e considera como critério, além da população, o inverso da renda per capita estadual; e o **FPM-Reserva**, que é distribuído aos municípios do interior com mais de 142.632 habitantes e possui os mesmos critérios do FPM-Capitais. Entenda mais sobre os critérios do FPM, na página 62.

Para os municípios do interior são definidas 18 faixas populacionais, para as quais são atribuídos coeficientes que variam de 0,6 a 4,0 (veja a tabela de coeficientes para distribuição do FPM-Interior em Saiba Mais, na página 63). Em alguns casos, o aumento ou redução da população é suficiente para que o município suba para a faixa seguinte ou recue para a anterior. **Em 2016, 119 cidades subiram uma faixa em seus coeficientes de participação e, com isso, obtiveram aumento nos repasses do FPM, enquanto que apenas**

Repartição do FPM entre os três subfundos - 2106



14 municípios caíram de faixa, resultando em redução do FPM. Para as pequenas cidades mineiras de Perdigoão, que possui 10.637 habitantes, Igaratinga, com 10.420 habitantes, e Divisópolis, com 10.382 habitantes, o aumento do FPM chegou a 43%. No outro extremo, Quilombo-SC (10.096 habitantes), Guia Lopes da Laguna-MS (10.063 habitantes) e Governador Jorge Teixeira-RO (9.933 habitantes) amargaram perdas de FPM da ordem de 20%.

Em 22 das 26 capitais brasileiras, o aumento real do FPM foi da ordem 7,8%. Apenas Vitória (21,3%), Porto Velho (25,8%), Aracaju (-4,2%) e

1967

O FPM-Capitais é criado em 1967 pelo Ato Complementar nº 35/1967. Formado por 10% do Fundo, seus critérios de distribuição são a população e o inverso da renda per capita. Os 90% do FPM restantes são destinados ao FPM-Interior, que mantém o critério estabelecido no CTN. Também em 1967 tem início a efetiva distribuição do FPM.

1969

Retrocesso por meio da EC nº 1, de 17 de outubro de 1969:

- Cai para 5% a parcela do FPM no IR e no IPI.
- A entrega das parcelas mensais deixa de ser automática.
- Fim da vinculação com as despesas de capital.
- Passam a vigorar as seguintes condicionalidades: 1) a entrega do FPM passa a depender da aprovação, pela União, de programas de aplicação elaborados com base nas diretrizes e prioridades por ela estabelecidas; 2) o município deve estar em dia com o recolhimento de impostos federais e com a liquidação de parcelas da dívida com a União.

Belém (-3,0%) fugiram desse padrão. As duas primeiras se beneficiaram de uma piora relativa da renda per capita de seus respectivos estados, ao passo que o oposto ocorreu nas outras duas. Assim, a capital capixaba viu sua participação no FPM-Capitais saltar de 1,35%, em 2015, para 1,53%, em 2016, e Porto Velho foi de 2,07% para 2,37%. Aracaju, por sua vez, sofreu queda de sua fatia de 3,04% para 2,71%, enquanto que Belém passou de 5,07% para 4,58%, nos mesmos anos.

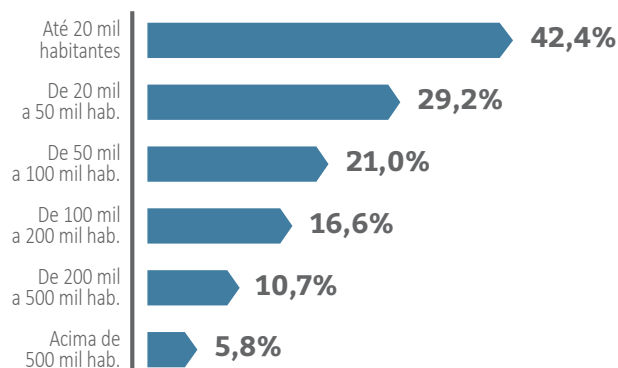
O Fundo de Reserva do FPM passou a contar, em 2016, com 173 integrantes, com a inclusão de dois novos municípios: Pouso Alegre-MG e Jaú-SP. Para a cidade mineira, o ingresso significou R\$ 29 milhões em recursos adicionais, o que equivaleu a um aumento de 59,7%, o maior dentre todos os municípios do país. Para a cidade paulista, foram R\$ 19,3 milhões a mais, variação de 41,6% em relação a 2015.

Participação orçamentária

Como as pequenas cidades brasileiras têm uma base mais estreita para a geração de receitas por meio dos tributos de sua responsabilidade, compete ao FPM ser o principal instrumento para irrigá-las com recursos. Como na distribuição do FPM-Interior os intervalos entre as 18 faixas populacionais crescem proporcionalmente mais que os coeficientes atribuídos a cada uma dessas faixas, então o modelo beneficia os municípios menos populosos.

Assim, o peso do FPM na receita tende a ser maior nos pequenos municípios. Em 2016, o FPM respondeu, em média, por 42,4% da receita corrente nos municípios com menos de 20 mil habitantes, percentual que decresce até chegar à participação média de 5,8% naqueles com mais de 500 mil habitantes. As pequenas cidades também são as mais beneficiadas com o FPM relativamente ao tamanho de suas populações. Quanto menor o tamanho do município maior é o valor de seu FPM per capita. Enquanto os municípios com menos de 20 mil habitantes registraram uma média per capita de R\$ 1.168,94, naqueles com mais de 500 mil habitantes o indicador foi de apenas R\$ 165,70. Consulte na página 69, o ranking do FPM per capita com os 100 maiores do país.

Participação do FPM na receita corrente por faixa populacional - 2016



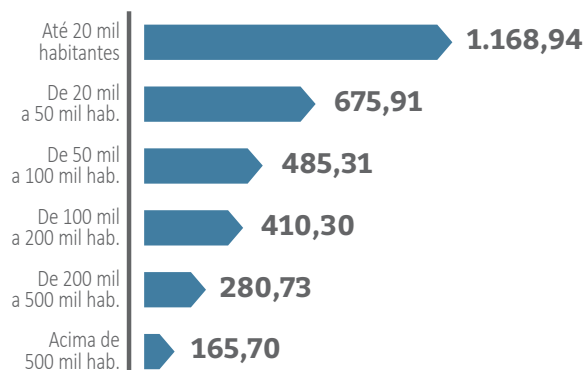
1976

Aumentos gradativos do FPM por meio da EC nº 5/1975, acompanhando o processo de descentralização política que se estende até a Constituição de 1988: 1976 (6%), 1977 (7%), 1978 (8%), 1979 e 1980 (9%).

1980

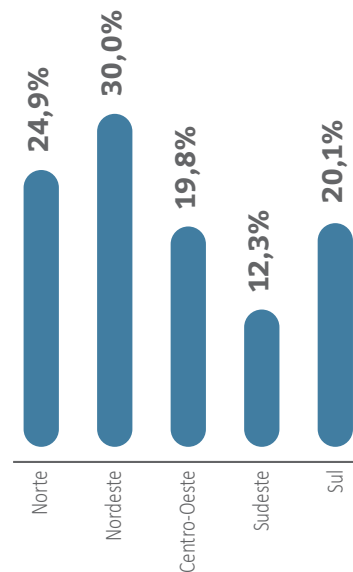
A EC nº 17/1980 proporciona novos aumentos na parcela do IR e IPI destinadas ao FPM (1981 com 10%, 1982 e 1983 com 10,5%) e revoga as condições para entrega do FPM, criadas em 1969, exceto quanto à exigência de recolhimento de impostos federais e à liquidação de parcelas da dívida com a União.

FPM per capita por faixa populacional - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



Pela ótica regional, é possível observar que os municípios do Nordeste são os mais dependentes do FPM, que respondeu por 30% da receita corrente em 2016, ao passo que o indicador recua na média dos municípios do Sudeste. Esse desnível reflete o fato de as regiões com atividade econômica menos intensa possuírem uma base de tributação mais estreita, o que resulta numa menor capacidade de geração de impostos municipais e de receita de ICMS estadual. Assim, os municípios dessas regiões tornam-se mais dependentes do FPM.

Participação do FPM na receita corrente por região - 2016



FPM em 2017

Os valores transferidos de janeiro a setembro de 2017 revelam uma melhora do FPM com um aumento real de 7%. Esse resultado foi influenciado pelos valores transferidos em julho de 2017 relativos ao 1% da EC nº 24/2014. Excluído esse mês, o aumento seria de 4,2%.

Em julho de 2017 o FPM transferido aos municípios foi 25,6% maior se comparado a igual mês do ano anterior, em função da aplicação integral da EC nº 84/2014 (veja infográfico da página 58).

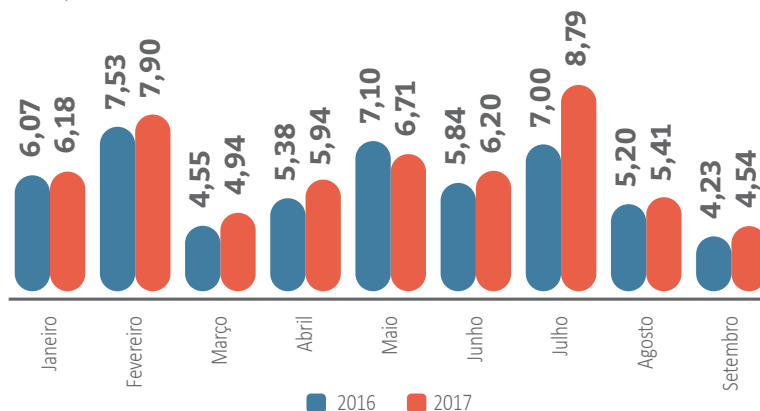
1981

O Fundo de Reserva do FPM é criado pelo Decreto-Lei nº 1.881/1981, beneficiando os municípios com mais de 156.216 habitantes. A distribuição do FPM passa a ser: Capitais (10%), Reserva (3,6%) e Interior (86,4%). O FPM-Reserva utiliza o mesmo critério de distribuição do FPM das capitais, ou seja, a população e o inverso da renda per capita. - O DL nº 1.881 elimina também os coeficientes 0,2 e 0,4, que passaram a variar de 0,6 (até 10.188 habitantes) a 4,0 (acima de 156.216 mil habitantes), mudança que beneficia os pequenos municípios.

1983

A Emenda Passos Porto (EC nº 23/1983) traz novos aumentos na parcela do IR e IPI destinadas ao FPM: 1984 (13,5%) e 1985 (16%).

Evolução mensal do FPM em 2016 e 2017
em R\$ bilhões - IPCA de setembro de 2017



Saiba mais sobre o FPM

O FPM subdivide-se em três categorias distintas, cada qual com o seu percentual de participação e critérios de distribuição específicos, como mostra o quadro abaixo:

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Subdivisões do FPM		Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído aos municípios do interior do país.	Coefficientes definidos por faixa populacional no Decreto-Lei nº 1.881/1981. Desde 1990, a participação de cada município é obtida dividindo-se seu respectivo coeficiente pelo somatório dos coeficientes dos municípios do Estado.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É enviado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes.	De acordo com coeficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do respectivo Estado. Em 2015, participaram desse fundo 173 municípios brasileiros.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.	Coefficientes que consideram a população e o inverso da renda per capita do Estado. A participação da capital é obtida dividindo-se seu coeficiente pelo somatório dos coeficientes de todas as capitais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

1985

Aplicada de dezembro de 1985 a setembro de 1988, a EC nº 27/1985 aumenta para 17% a parcela do IR e do IPI destinada ao FPM e estabelece uma aplicação mínima de 6% do FPM em programas de saúde.

1988

Constituição de 1988:

- Parcela do IR e IPI destinadas ao FPM aumenta para 20%, vigorando de outubro a dezembro de 1988.
- Aumento de 0,5% ao ano a partir de 1989 até 1993, quando chegou a 22,5%.
- Vedação à retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos do FPM, salvo para pagamento de dívidas com a União.

O FPM-Interior abrange todos os municípios, exceto as capitais. Nesse subgrupo do FPM, o critério de distribuição é o número de habitantes. Existem 18 faixas populacionais, cada uma com um coeficiente de distribuição individual. Os coeficientes são revistos anualmente pelo TCU, com base nas informações sobre estimativas populacionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desde 1990, conforme determinação da Lei Complementar nº 62/1989, o TCU fixou, por meio da Resolução nº 242/1990, a participação dos estados na distribuição dos recursos do FPM-Interior. Dessa forma, assegurou-se a integridade dos repasses do FPM em cada Estado, impedindo que seus municípios sofressem algum prejuízo financeiro em caso de emancipações municipais em outros estados. Por outro lado, a distribuição do FPM perdeu seu caráter nacional. Com isso, municípios que possuem o mesmo coeficiente no FPM, mas não se localizam no mesmo Estado, recebem valores distintos.

Os municípios do interior com mais de 142.632 habitantes, ou seja, aqueles cujos coeficientes individuais de distribuição são 3,8 e 4,0, também são incluídos no subgrupo FPM-Reserva, que recebem, portanto, duas participações. Além disso, visando beneficiar aqueles localizados em estados mais pobres, considera-se para o cálculo do

Coeficientes para distribuição do FPM-Interior

Faixa populacional	Coeficiente
Até 10.188 habitantes	0.6
De 10.189 a 13.584 habitantes	0.8
De 13.585 a 16.980 habitantes	1.0
De 16.981 a 23.772 habitantes	1.2
De 23.773 a 30.564 habitantes	1.4
De 30.565 a 37.356 habitantes	1.6
De 37.357 a 44.148 habitantes	1.8
De 44.149 a 50.940 habitantes	2.0
De 50.941 a 61.128 habitantes	2.2
De 61.129 a 71.316 habitantes	2.4
De 71.317 a 81.504 habitantes	2.6
De 81.505 a 91.692 habitantes	2.8
De 91.693 a 101.880 habitantes	3.0
De 101.881 a 115.464 habitantes	3.2
De 115.465 a 129.048 habitantes	3.4
De 129.049 a 142.632 habitantes	3.6
De 142.633 a 156.216 habitantes	3.8
Acima de 156.216 habitantes	4.0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

repasso do FPM-Reserva, além do número de habitantes, o fator representativo do inverso da renda per capita do Estado.

1990

Congelada a participação dos municípios de cada Estado no FPM-Interior com a LC nº 62/1989. Com isso, o impacto da criação de novos municípios na distribuição do FPM passa ser arcada somente pelos municípios do Estado onde ocorreu o desmembramento e não mais por todos os municípios do país. Outra medida trazida pela LC nº 62 são os repasses decendiais a partir de março de 1990.

1997

Com a EC nº 14/1996 inicia-se a entrega do FPM condicionada à aplicação mínima em educação.

Participação no FPM-interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total em %	Número de municípios 2015 ¹	População 2015 ¹
Acre	0,2630	21	432.963
Alagoas	2,0883	101	2.327.159
Amapá	0,1392	15	310.508
Amazonas	1,2452	61	1.880.625
Bahia	9,2695	416	12.282.847
Ceará	4,5864	183	6.313.271
Espírito Santo	1,7595	77	3.574.036
Goiás	3,7318	245	5.179.984
Maranhão	3,9715	216	5.830.348
Mato Grosso	1,8949	140	2.684.997
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.797.613
Minas Gerais	14,1846	852	18.366.544
Pará	3,2948	143	6.796.764
Paraíba	3,1942	222	3.180.764
Paraná	7,2857	398	9.283.663
Pernambuco	4,7952	183	7.725.060
Piauí	2,4015	223	2.359.783
Rio de Janeiro	2,7379	91	10.073.393
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.572.221
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.771.105
Rondônia	0,7464	51	1.265.456
Roraima	0,0851	14	184.951
Santa Catarina	4,1997	294	6.349.500
São Paulo	14,2620	644	32.428.659
Sergipe	1,3342	74	1.610.193
Tocantins	1,2955	138	1.242.400
Total	100,0000	5,542	155.824.807

Fonte: Decisão Normativa nº 148/2015 - Tribunal de Contas da União, que define a participação dos estados, capitais e municípios no FPM para 2016. Nota: ¹ exceto as capitais.

Participação das capitais no FPM-Capital - 2014-2016

Capital	Participação relativa		
	2014	2015	2016
Aracaju	3,06%	3,04%	2,71%
Belém	4,59%	5,07%	4,58%
Belo Horizonte	5,10%	5,07%	5,08%
Boa Vista	4,25%	4,22%	4,24%
Brasília	1,70%	1,69%	1,69%
Campo Grande	1,70%	1,69%	1,69%
Cuiabá	1,53%	1,52%	1,53%
Curitiba	3,06%	3,04%	3,05%
Florianópolis	1,36%	1,35%	1,36%
Fortaleza	8,50%	8,45%	8,47%
Goiânia	3,06%	3,04%	3,05%
João Pessoa	4,25%	4,22%	4,24%
Macapá	2,72%	2,70%	2,71%
Maceió	5,31%	5,28%	5,30%
Manaus	4,59%	4,56%	4,58%
Natal	3,40%	3,04%	3,05%
Palmas	2,72%	2,70%	2,71%
Porto Alegre	2,68%	2,66%	2,67%
Porto Velho	2,04%	2,03%	2,37%
Recife	5,35%	5,32%	5,34%
Rio Branco	3,06%	3,04%	3,05%
Rio de Janeiro	3,40%	2,96%	2,97%
Salvador	7,65%	8,45%	8,47%
São Luís	5,31%	5,28%	5,30%
São Paulo	2,97%	2,96%	2,97%
Teresina	5,31%	5,28%	5,30%
Vitória	1,36%	1,35%	1,53%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Já o FPM-Capital é destinado, exclusivamente, para as 26 capitais estaduais do país, mais Brasília e, assim como o FPM-Reserva, também tem como critério de distribuição a população e o inverso da renda per capita do Estado, beneficiando assim as capitais dos estados mais carentes.

1998

Os municípios de coeficiente 3,8 passam a ingressar no FPM-Reserva por meio da LC nº 91/1997. Assim, o FPM-Reserva passa a ser destinado aos municípios com mais de 142.632 habitantes. A LC 91 também mantém para 1998 os coeficientes de 1997 para os municípios que sofressem queda e institui o Redutor Financeiro, que vigorou de 1999 até 2007.

2000

A EC nº 29/2000 condiciona a entrega do FPM à aplicação mínima também para a área de saúde.

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	FPM per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016							
	17.740.418	Norte	7.835.348,8	8.229.516,4	8.315.178,6	8.179.779,5	8.755.761,6	7,0	24,9	493,55
AC	377.057	Rio Branco	246.375,6	279.538,2	290.816,8	282.680,8	304.744,4	7,8	41,1	808,22
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	24.382,9	24.690,9	24.855,8	23.881,4	26.703,4	11,8	20,4	325,35
AP	465.495	Macapá	215.578,6	248.478,4	258.503,9	251.271,8	270.883,9	7,8	39,8	581,93
AP	113.854	Santana	23.198,2	23.491,2	23.457,0	22.646,0	23.730,3	4,8	..	208,43
AM	2.094.391	Manaus	369.563,4	419.307,3	436.225,3	424.021,2	457.116,5	7,8	12,1	218,26
AM	112.716	Parintins	37.461,5	37.772,7	37.452,9	36.412,1	38.870,1	6,8	..	344,85
PA	1.446.042	Belém	538.946,6	543.546,5	436.225,3	471.134,7	457.116,5	-3,0	18,3	316,12
PA	510.834	Ananindeua	81.214,0	81.560,0	78.203,3	78.748,6	80.207,2	1,9	14,8	157,01
PA	294.447	Santarém	81.214,0	81.560,0	78.203,3	78.748,6	80.207,2	1,9	15,4	272,40
PA	266.932	Marabá	81.214,0	81.560,0	78.203,3	78.748,6	80.207,2	1,9	11,5	300,48
RO	511.219	Porto Velho	184.781,7	217.418,6	193.877,9	188.453,9	237.023,4	25,8	20,1	463,64
RO	131.560	Ji-Paraná	34.756,1	34.953,3	34.289,0	35.153,2	37.403,4	6,4	17,8	284,31
RR	326.419	Boa Vista	184.781,7	352.027,0	403.912,3	392.612,2	423.256,1	7,8	45,0	1.296,66
RR	27.756	Rorainópolis	8.273,0	8.377,5	8.437,4	8.250,1	8.713,7	5,6	18,8	313,94
TO	279.856	Palmas	246.375,6	248.478,4	258.503,9	251.271,8	270.883,9	7,8	28,6	967,94
TO	173.112	Araguaína	69.120,3	69.745,0	72.048,2	69.681,3	74.707,3	7,2	20,7	431,55
	56.912.962	Nordeste	32.761.475,4	32.868.238,3	33.747.788,5	33.055.859,0	35.487.548,4	7,4	30,0	623,54
AL	1.021.709	Maceió	481.202,3	485.309,4	504.890,4	490.765,3	529.070,1	7,8	27,9	517,83
AL	232.671	Arapiraca	104.220,7	105.108,4	104.478,3	101.056,3	108.120,3	7,0	21,6	464,69
BA	2.938.092	Salvador	692.931,4	698.845,5	727.042,1	785.224,5	846.512,1	7,8	15,5	288,12
BA	622.639	Feira de Santana	90.317,4	91.198,0	90.737,9	91.324,6	97.769,0	7,1	10,4	157,02
BA	346.069	Vitória da Conquista	90.317,4	91.198,0	90.737,9	91.324,6	97.769,0	7,1	16,9	282,51
BA	292.074	Camaçari	90.317,4	91.198,0	90.737,9	91.324,6	97.769,0	7,1	9,9	334,74
CE	2.609.716	Fortaleza	962.404,7	776.495,0	807.824,6	785.224,5	846.512,1	7,8	15,2	324,37
CE	358.164	Caucaia	102.222,0	93.656,6	94.363,4	91.266,7	97.631,4	7,0	17,3	272,59
CE	268.248	Juazeiro do Norte	102.222,0	93.656,6	94.363,4	91.266,7	97.631,4	7,0	20,1	363,96
MA	1.082.935	São Luís	481.202,3	485.309,4	504.890,4	490.765,3	529.070,1	7,8	21,1	488,55
MA	253.873	Imperatriz	92.912,6	93.580,2	94.089,1	90.619,8	97.021,1	7,1	17,3	382,16
PB	801.718	João Pessoa	384.961,9	388.247,5	403.912,3	392.612,2	423.256,1	7,8	22,9	527,94
PB	407.754	Campina Grande	99.952,6	100.655,8	101.220,6	97.718,3	104.501,2	6,9	12,7	256,28
PE	1.625.583	Recife	538.946,6	489.191,8	508.929,5	494.691,4	533.302,6	7,8	13,5	328,07
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	93.682,6	90.704,2	91.193,2	88.186,6	94.430,7	7,1	8,7	136,63
PE	390.144	Olinda	93.682,6	90.704,2	91.193,2	88.186,6	94.430,7	7,1	17,7	242,04
PE	351.686	Caruaru	93.682,6	90.704,2	91.193,2	88.186,6	94.430,7	7,1	16,3	268,51
PE	337.683	Petrolina	93.682,6	90.704,2	91.193,2	88.186,6	94.430,7	7,1	16,6	279,64
PE	325.590	Paulista	93.682,6	90.704,2	91.193,2	88.186,6	94.430,7	7,1	25,0	290,03
PI	847.430	Teresina	481.202,3	485.309,4	504.890,4	490.765,3	529.070,1	7,8	22,8	624,32
PI	150.201	Parnaíba	88.107,6	88.832,3	89.409,3	86.176,9	92.289,0	7,1	30,7	614,44
RN	877.662	Natal	307.969,5	310.598,0	323.129,8	282.680,8	304.744,4	7,8	16,6	347,22
RN	291.937	Mossoró	91.435,4	92.279,8	92.258,9	85.617,0	91.525,8	6,9	18,2	313,51
SE	641.523	Aracaju	277.172,5	279.538,2	290.816,8	282.680,8	270.883,9	-4,2	17,6	422,25
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	86.021,6	86.696,7	86.819,2	83.648,8	85.789,1	2,6	35,5	477,51
	12.683.772	Centro-Oeste¹	6.406.049,6	6.506.149,7	6.637.996,8	6.482.408,9	6.965.881,4	7,5	19,8	549,20
GO	1.448.639	Goiânia	277.172,5	279.538,2	290.816,8	282.680,8	304.744,4	7,8	7,7	210,37
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	72.302,5	72.731,5	73.076,1	70.714,0	75.812,6	7,2	8,5	142,47
GO	370.875	Anápolis	72.302,5	72.731,5	73.076,1	70.714,0	75.812,6	7,2	8,4	204,42
MT	585.367	Cuiabá	138.586,3	155.299,0	145.408,4	141.340,4	152.372,2	7,8	8,2	260,30
MT	271.339	Várzea Grande	60.216,8	62.705,5	61.602,0	59.425,8	63.434,7	6,7	13,0	233,78
MS	863.982	Campo Grande	184.781,7	186.358,8	161.564,9	157.044,9	169.302,4	7,8	6,2	195,96
MS	215.486	Dourados	73.712,8	77.711,0	74.683,7	72.297,2	77.312,3	6,9	11,2	358,78
	86.356.952	Sudeste	28.466.971,4	28.920.236,6	29.643.842,4	28.904.779,0	31.114.607,6	7,6	12,3	360,30
ES	359.555	Vitória	138.586,3	124.239,2	129.251,9	125.635,9	152.372,2	21,3	..	423,78
ES	494.109	Serra	69.100,2	67.965,5	68.062,4	65.692,9	72.185,2	9,9	6,9	146,09
ES	479.664	Vila Velha	69.100,2	67.965,5	68.062,4	65.692,9	72.185,2	9,9	8,6	150,49
ES	384.621	Cariacica	69.100,2	67.965,5	68.062,4	65.692,9	72.185,2	9,9	13,4	187,68
MG	2.513.451	Belo Horizonte	461.954,2	465.897,0	484.694,7	471.134,7	507.907,3	7,8	5,7	202,08
MG	669.672	Uberlândia	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	4,6	120,40
MG	653.800	Contagem	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	5,8	123,32

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. na receita corrente 2016	FPM per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016							
MG	559.636	Juiz de Fora	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	5,9	144,07
MG	422.354	Betim	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	5,4	190,90
MG	398.288	Montes Claros	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	14,2	202,43
MG	325.846	Ribeirão das Neves	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	22,6	247,44
MG	325.279	Uberaba	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	8,7	247,87
MG	279.665	Governador Valadares	76.379,2	77.091,9	77.698,1	75.256,2	80.626,5	7,1	11,5	288,30
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	307.969,5	310.598,0	323.129,8	274.828,6	296.279,2	7,8	1,4	45,59
RJ	1.044.058	São Gonçalo	64.178,1	64.592,1	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	..	59,40
RJ	886.917	Duque de Caxias	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	3,2	69,92
RJ	797.435	Nova Iguaçu	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	5,4	77,77
RJ	497.883	Niterói	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	3,2	124,56
RJ	494.141	Belford Roxo	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	10,9	125,50
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	4,0	127,30
RJ	460.541	São João de Meriti	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	11,9	134,66
RJ	298.158	Petrópolis	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	7,5	208,00
RJ	263.659	Volta Redonda	60.458,5	60.856,6	61.730,7	58.069,8	62.016,6	6,8	7,7	235,22
SP	12.038.175	São Paulo	230.977,1	271.773,2	282.738,6	274.828,6	296.279,2	7,8	0,7	24,61
SP	1.337.087	Guarulhos	68.526,6	71.952,5	72.208,3	66.818,4	71.542,8	7,1	2,0	53,51
SP	1.173.370	Campinas	65.736,9	68.683,9	68.965,6	66.818,4	71.542,8	7,1	1,8	60,97
SP	822.242	São Bernardo do Campo	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	2,1	83,00
SP	712.749	Santo André	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	3,2	95,75
SP	696.382	Osasco	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	3,6	98,00
SP	695.992	São José dos Campos	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	2,8	98,05
SP	674.405	Ribeirão Preto	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	3,2	101,19
SP	652.481	Sorocaba	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	2,9	104,59
SP	457.696	Mauá	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	7,9	149,10
SP	446.649	São José do Rio Preto	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	5,2	152,79
SP	434.359	Santos	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	3,2	157,11
SP	429.321	Mogi das Cruzes	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	6,1	158,96
SP	415.180	Diadema	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	..	164,37
SP	405.740	Jundiaí	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	4,0	168,20
SP	394.465	Carapicuíba	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	..	173,00
SP	394.419	Piracicaba	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	5,0	173,02
SP	369.368	Bauru	62.947,2	65.415,3	65.722,9	63.731,6	68.243,8	7,1	6,8	184,76
29.439.773	Sul	15.997.098,5	16.098.928,6	16.574.583,6	16.190.711,1	17.395.330,2	7,4	20,1	590,88	
PR	1.893.997	Curitiba	307.969,5	279.538,2	290.816,8	282.680,8	304.744,4	7,8	4,3	160,90
PR	553.393	Londrina	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	5,0	140,55
PR	403.063	Maringá	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	6,5	192,97
PR	341.130	Ponta Grossa	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	12,1	228,00
PR	316.226	Cascavel	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	10,6	245,95
PR	302.759	São José dos Pinhais	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	8,5	256,90
PR	263.915	Foz do Iguaçu	75.672,7	74.566,0	75.012,1	72.644,0	77.777,3	7,1	11,0	294,71
RS	1.481.019	Porto Alegre	242.526,0	217.418,6	254.464,7	247.345,7	266.651,3	7,8	4,9	180,05
RS	479.236	Caxias do Sul	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	4,3	145,75
RS	343.651	Pelotas	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	8,7	203,26
RS	342.634	Canoas	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	5,6	203,86
RS	277.309	Santa Maria	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	13,1	251,89
RS	273.742	Gravataí	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	11,1	255,17
RS	252.872	Viamão	66.031,0	64.793,9	67.100,1	65.137,5	69.850,5	7,2	16,6	276,23
SC	477.798	Florianópolis	123.187,8	124.239,2	129.251,9	125.635,9	135.441,9	7,8	8,9	283,47
SC	569.645	Joinville	61.212,9	61.731,5	61.987,9	59.791,1	64.028,0	7,1	3,5	112,40
SC	343.715	Blumenau	61.212,9	61.731,5	61.987,9	59.791,1	64.028,0	7,1	5,3	186,28
80.508.414	Cidades selecionadas	14.651.235,8	14.787.273,5	15.034.313,8	14.645.349,0	15.702.915,2	7,2	7,2	195,05	
32.147.801	Até 20 mil habitantes	34.662.230,4	35.095.770,2	35.835.548,0	34.999.812,1	37.578.712,4	7,4	42,4	1.168,94	
46.107.667	Capitais	9.008.107,8	9.122.537,6	9.346.530,3	9.140.013,1	9.819.540,5	7,4	7,2	212,97	
203.133.877	Brasil¹	91.466.943,8	92.623.069,6	94.919.389,9	92.813.537,6	99.719.129,1	7,4	18,9	490,90	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	FPM	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1°	CE	Fortaleza	846.512.112,40	2.609.716	4°
1°	BA	Salvador	846.512.112,40	2.938.092	3°
3°	PE	Recife	533.302.631,03	1.625.583	8°
4°	AL	Maceió	529.070.070,48	1.021.709	16°
4°	MA	São Luís	529.070.070,48	1.082.935	14°
4°	PI	Teresina	529.070.070,48	847.430	20°
7°	MG	Belo Horizonte	507.907.267,68	2.513.451	5°
7°	PA	Belém	457.116.540,88	1.446.042	11°
9°	AM	Manaus	457.116.540,88	2.094.391	6°
10°	RR	Boa Vista	423.256.056,48	326.419	79°
10°	PB	João Pessoa	423.256.056,48	801.718	22°
12°	PR	Curitiba	304.744.360,73	1.893.997	7°
12°	GO	Goiânia	304.744.360,73	1.448.639	10°
12°	RN	Natal	304.744.360,73	877.662	18°
12°	AC	Rio Branco	304.744.360,73	377.057	64°
12°	RJ	Rio de Janeiro	296.279.239,60	6.498.837	2°
17°	SP	São Paulo	296.279.239,60	12.038.175	1°
17°	TO	Palmas	270.883.876,30	279.856	94°
19°	SE	Araçáju	270.883.876,25	641.523	32°
20°	AP	Macapá	270.883.876,25	465.495	48°
21°	RS	Porto Alegre	266.651.315,73	1.481.019	9°
22°	RO	Porto Velho	237.023.391,84	511.219	39°
23°	MS	Campo Grande	169.302.422,75	863.982	19°
24°	MT	Cuiabá	152.372.180,61	585.367	34°
25°	ES	Vitória	152.372.180,61	359.555	67°
25°	SC	Florianópolis	135.441.938,33	477.798	47°
27°	AL	Arapiraca	108.120.334,94	232.671	122°
28°	PB	Campina Grande	104.501.224,44	407.754	56°
29°	BA	Camaçari	97.769.031,09	292.074	91°
29°	BA	Feira de Santana	97.769.031,09	622.639	33°
29°	BA	Ilhéus	97.769.031,09	178.210	162°
29°	BA	Itabuna	97.769.031,09	220.386	131°
29°	BA	Jequié	97.769.031,09	161.880	178°
29°	BA	Juazeiro	97.769.031,09	220.253	132°
29°	BA	Lauro de Freitas	97.769.031,09	194.641	151°
29°	BA	Teixeira de Freitas	97.769.031,09	159.813	180°
37°	BA	Vitória da Conquista	97.769.031,09	346.069	72°
37°	CE	Caucaia	97.631.386,35	358.164	68°
37°	CE	Juazeiro do Norte	97.631.386,35	268.248	101°
37°	CE	Maracanaú	97.631.386,35	223.188	130°
41°	CE	Sobral	97.631.386,35	203.682	145°
41°	MA	Caxias	97.021.057,36	161.926	177°
41°	MA	Imperatriz	97.021.057,36	253.873	108°
41°	MA	São José de Ribamar	97.021.057,36	176.008	163°
45°	MA	Timon	97.021.057,36	166.295	173°
45°	BA	Alagoinhas	94.765.760,94	155.362	187°
45°	BA	Barreiras	94.765.760,94	155.519	186°
45°	BA	Porto Seguro	94.765.760,94	147.444	196°
49°	PE	Cabo de Santo Agostinho	94.430.740,16	202.636	146°
49°	PE	Caruaru	94.430.740,16	351.686	71°
49°	PE	Jaboatão dos Guararapes	94.430.740,16	691.125	27°
49°	PE	Olinda	94.430.740,16	390.144	62°

Posição	UF	Município	FPM	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
49°	PE	Paulista	94.430.740,16	325.590	81°
49°	PE	Petrolina	94.430.740,16	337.683	78°
55°	PI	Parnaíba	92.288.983,79	150.201	191°
56°	RN	Mossoró	91.525.825,98	291.937	92°
56°	RN	Parnamirim	91.525.825,98	248.623	111°
58°	PE	Camaragibe	91.405.866,49	155.228	188°
59°	SE	Nossa Senhora do Socorro	85.789.118,58	179.661	160°
60°	MG	Betim	80.626.540,28	422.354	54°
60°	MG	Contagem	80.626.540,28	653.800	30°
60°	MG	Divinópolis	80.626.540,28	232.945	121°
60°	MG	Governador Valadares	80.626.540,28	279.665	95°
60°	MG	Ibirité	80.626.540,28	175.721	164°
65°	MG	Ipatinga	80.626.540,28	259.324	107°
66°	MG	Juiz de Fora	80.626.540,28	559.636	36°
66°	MG	Montes Claros	80.626.540,28	398.288	59°
66°	MG	Poços de Caldas	80.626.540,28	164.912	174°
66°	MG	Ribeirão das Neves	80.626.540,28	325.846	80°
66°	MG	Santa Luzia	80.626.540,28	217.610	135°
66°	MG	Sete Lagoas	80.626.540,28	234.221	118°
66°	MG	Uberaba	80.626.540,28	325.279	82°
66°	MG	Uberlândia	80.626.540,28	669.672	29°
66°	PA	Ananindeua	80.207.164,54	510.834	40°
66°	PA	Castanhal	80.207.164,54	192.571	153°
66°	PA	Marabá	80.207.164,54	266.932	102°
66°	PA	Parauapebas	80.207.164,54	196.259	150°
66°	PA	Santarém	80.207.164,54	294.447	90°
66°	PA	Abetetuba	77.893.469,58	151.934	189°
80°	PR	Cascavel	77.777.286,74	316.226	83°
80°	PR	Colombo	77.777.286,74	234.941	117°
80°	PR	Foz do Iguaçu	77.777.286,74	263.915	105°
80°	PR	Guarapuava	77.777.286,74	179.256	161°
80°	PR	Londrina	77.777.286,74	553.393	37°
80°	PR	Maringá	77.777.286,74	403.063	58°
80°	PR	Ponta Grossa	77.777.286,74	341.130	77°
80°	PR	São José dos Pinhais	77.777.286,74	302.759	87°
88°	MG	Patos de Minas	77.726.322,18	149.856	193°
89°	MG	Pouso Alegre	77.726.322,18	145.535	197°
90°	MS	Dourados	77.312.277,51	215.486	136°
90°	GO	Águas Lindas de Goiás	75.812.562,84	191.499	155°
90°	GO	Anápolis	75.812.562,84	370.875	65°
90°	GO	Aparecida de Goiânia	75.812.562,84	532.135	38°
90°	GO	Luziânia	75.812.562,84	196.864	149°
95°	GO	Rio Verde	75.812.562,84	212.237	138°
96°	PR	Paranaguá	74.736.754,04	151.829	190°
97°	TO	Araguaína	74.707.252,21	173.112	166°
98°	GO	Valparaíso de Goiás	73.153.043,60	156.419	185°
98°	ES	Cachoeiro de Itapemirim	72.185.247,29	210.325	139°
100°	ES	Cariacica	72.185.247,29	384.621	63°

	Total dos 100 maiores	16.202.824.899,71	66.956.006	..
	Total dos demais	83.516.304.222,14	136.177.871	..
	Total Brasil¹	99.719.129.121,85	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹ não inclui Brasília.

FPM per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	MG	Serra da Saudade	10.675,65	8.700.654,86	815	5568°
2°	SP	Borá	9.853,37	8.257.124,65	838	5567°
3°	MT	Araguainha	7.313,97	6.970.215,64	953	5566°
4°	MG	Cedro do Abaeté	7.172,84	8.700.654,86	1.213	5563°
5°	GO	Anhanguera	7.155,66	7.978.558,25	1.115	5564°
6°	SP	Uru	6.779,25	8.257.124,65	1.218	5562°
7°	SP	Nova Castilho	6.724,04	8.257.124,65	1.228	5561°
8°	PR	Jardim Olinda	6.501,50	9.121.598,44	1.403	5554°
9°	MG	Grupiara	6.140,19	8.700.654,86	1.417	5553°
10°	RS	André de Rocha	6.101,98	7.932.579,95	1.300	5559°
11°	TO	Oliveira de Fátima	6.052,22	6.681.652,86	1.104	5565°
12°	PR	Nova Aliança do Ivaí	5.973,54	9.121.598,44	1.527	5548°
13°	RS	Engenho Velho	5.802,91	7.932.579,95	1.367	5557°
14°	PI	Miguel Leão	5.792,40	7.130.439,68	1.231	5560°
15°	MG	Doresópolis	5.701,61	8.700.654,86	1.526	5549°
16°	RS	União da Serra	5.694,60	7.932.579,95	1.393	5556°
17°	GO	Cachoeira de Goiás	5.622,66	7.978.558,25	1.419	5552°
18°	MG	Paiva	5.506,74	8.700.654,86	1.580	5538°
19°	SC	Santiago do Sul	5.475,01	7.341.983,73	1.341	5558°
20°	MG	São Sebastião do Rio Preto	5.468,67	8.700.654,86	1.591	5536°
21°	GO	Lagoa Santa	5.453,56	7.978.555,03	1.463	5550°
22°	SP	Santa Salete	5.396,81	8.257.124,65	1.530	5547°
23°	SP	Santana da Ponte Preta	5.249,28	8.257.124,65	1.573	5540°
24°	PR	Santa Inês	5.224,28	9.121.598,44	1.746	5512°
25°	MG	Antônio Prado de Minas	5.209,97	8.700.654,86	1.670	5527°
26°	SP	Flora Rica	5.154,26	8.257.124,65	1.602	5534°
27°	RS	Montauri	5.114,49	7.932.579,95	1.551	5545°
28°	MG	Senador José Bento	5.109,02	8.700.654,86	1.703	5521°
29°	RS	Carlos Gomes	5.084,99	7.932.579,95	1.560	5542°
30°	RS	Coqueiro Baixo	5.084,99	7.932.579,95	1.560	5542°
31°	GO	São João da Paraúna	5.078,65	7.978.558,25	1.571	5541°
32°	RS	Tupanci do Sul	5.026,98	7.932.579,95	1.578	5539°
33°	SC	Lajeado Grande	5.025,31	7.341.983,73	1.461	5551°
34°	RN	Viçosa	5.016,77	8.638.884,43	1.722	5515°
35°	MG	Passabém	4.994,64	8.700.654,86	1.742	5513°
36°	RS	Guabiju	4.939,34	7.932.579,95	1.606	5533°
37°	SP	Trabiju	4.923,75	8.257.124,65	1.677	5526°
38°	RS	Vista Alegre do Prata	4.920,96	7.932.579,95	1.612	5531°
39°	SP	Fernão	4.914,96	8.257.124,65	1.680	5525°
40°	PR	Esperança Nova	4.864,85	9.121.598,44	1.875	5484°
41°	PR	Miraselva	4.851,91	9.121.598,44	1.880	5483°
42°	PB	Parari	4.829,27	8.605.753,85	1.782	5505°
43°	MG	Consolação	4.814,97	8.700.654,86	1.807	5500°
44°	RS	Lagoa dos Três Cantos	4.810,54	7.932.579,95	1.649	5528°
45°	PB	São José do Brejo do Cruz	4.799,64	8.605.753,85	1.793	5502°
46°	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	4.793,75	8.700.654,86	1.815	5497°
47°	TO	Chapada de Areia	4.765,80	6.681.652,86	1.402	5555°
48°	GO	Moiporá	4.737,86	7.978.558,25	1.684	5524°
49°	MG	Pedro Teixeira	4.723,48	8.700.654,86	1.842	5492°
50°	RS	Santa Cecília do Sul	4.677,23	7.932.579,95	1.696	5522°
51°	SP	União Paulista	4.657,15	8.257.124,65	1.773	5508°
52°	RS	Porto Vera Cruz	4.655,27	7.932.579,95	1.704	5520°

Posição	UF	Município	FPM per capita	FPM	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	MG	Seritinga	4.652,76	8.700.654,86	1.870	5486°
54°	RS	Linha Nova	4.647,09	7.932.579,95	1.707	5518°
55°	RS	Gentil	4.644,37	7.932.579,95	1.708	5517°
56°	SP	Dirce Reis	4.641,44	8.257.124,65	1.779	5507°
57°	RS	Ponte Preta	4.620,02	7.932.579,95	1.717	5516°
58°	SC	Flor do Sertão	4.597,36	7.341.983,73	1.597	5535°
59°	MG	Olaria	4.596,23	8.700.654,86	1.893	5482°
60°	RS	Coronel Pilar	4.574,73	7.932.579,95	1.734	5514°
61°	SC	Paial	4.568,75	7.341.983,73	1.607	5532°
62°	MG	Tapiraí	4.529,23	8.700.654,86	1.921	5476°
63°	RS	Nicolau Vergueiro	4.522,57	7.932.579,95	1.754	5511°
64°	MG	Douradoquara	4.519,82	8.700.654,86	1.925	5475°
65°	SP	Vitória Brasil	4.519,50	8.257.129,79	1.827	5495°
66°	PB	Coxixola	4.507,99	8.605.753,85	1.909	5479°
67°	SC	Presidente Castello Branco	4.504,28	7.341.983,73	1.630	5530°
68°	MT	Serra Nova Dourada	4.502,72	6.970.215,64	1.548	5546°
69°	RS	Capão Bonito do Sul	4.496,93	7.932.579,95	1.764	5509°
70°	SP	Paulistânia	4.487,57	8.257.124,65	1.840	5493°
71°	SP	Aspásia	4.475,41	8.257.124,65	1.845	5490°
72°	RS	Santa Tereza	4.456,51	7.932.579,95	1.780	5506°
73°	MG	Queluzito	4.455,02	8.700.654,86	1.953	5468°
74°	SP	Turmalina	4.453,68	8.257.124,65	1.854	5488°
75°	SC	Jardinópolis	4.452,39	7.341.983,73	1.649	5528°
76°	PB	Quixabá	4.452,02	8.605.753,85	1.933	5472°
77°	RS	Mato Queimado	4.434,09	7.932.579,95	1.789	5504°
78°	RS	Novo Xingu	4.424,19	7.932.579,95	1.793	5502°
79°	SP	Arco-Íris	4.408,50	8.257.124,65	1.873	5485°
80°	PB	Riacho de Santo Antônio	4.401,92	8.605.753,85	1.955	5467°
81°	MT	Ponte Branca	4.389,30	6.970.215,64	1.588	5537°
82°	RS	Alto Alegre	4.370,57	7.932.579,95	1.815	5497°
83°	SP	São João de Itacema	4.359,62	8.257.124,65	1.894	5481°
83°	RS	Canudos do Vale	4.351,39	7.932.579,95	1.823	5496°
85°	RS	Pouso Novo	4.330,01	7.932.579,95	1.832	5494°
86°	SC	Tigrinhos	4.301,10	7.341.983,73	1.707	5518°
87°	MG	Serranos	4.294,50	8.700.654,86	2.026	5454°
88°	TO	São Félix do Tocantins	4.285,86	6.681.652,86	1.559	5544°
89°	RS	Quatro Irmãos	4.283,25	7.932.579,95	1.852	5489°
90°	SP	Mesópolis	4.282,74	8.257.124,65	1.928	5474°
91°	MG	Senador Cortes	4.248,37	8.700.654,86	2.048	5452°
92°	MG	Água Comprida	4.221,57	8.700.654,86	2.061	5450°
93°	RS	Muliterno	4.177,24	7.932.579,95	1.899	5480°
94°	PR	São Manoel do Paraná	4.176,56	9.121.598,44	2.184	5415°
95°	SC	Barra Bonita	4.162,12	7.341.983,73	1.764	5509°
96°	MG	Passa-Vinte	4.127,45	8.700.654,86	2.108	5438°
96°	MG	Aracitaba	4.119,63	8.700.654,86	2.112	5436°
98°	SP	Nova Canaã Paulista	4.118,27	8.257.124,65	2.005	5458°
99°	RS	Barra do Rio Azul	4.103,77	7.932.579,95	1.933	5472°
100°	SP	Turiúba	4.101,90	8.257.124,65	2.013	5457°

		Total dos 100 maiores	4.878.14	815.591.386,43	167.193	..
		Total dos demais	487,29	98.903.537.735,42	202.966.684	..
		Total Brasil¹	490,90	99.719.129.121,85	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Arrecadação do ISS cai pelo segundo ano consecutivo

ARRECADAÇÃO RECUA EM 2016 DE FORMA AINDA MAIS ACENTUADA QUE NO ANO ANTERIOR. A RETRAÇÃO OCORREU EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E NOS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DE TODAS AS FAIXAS POPULACIONAIS. **ATÉ MESMO O ISS RECOLHIDO POR MEIO DO SIMPLES NACIONAL RECUOU.**

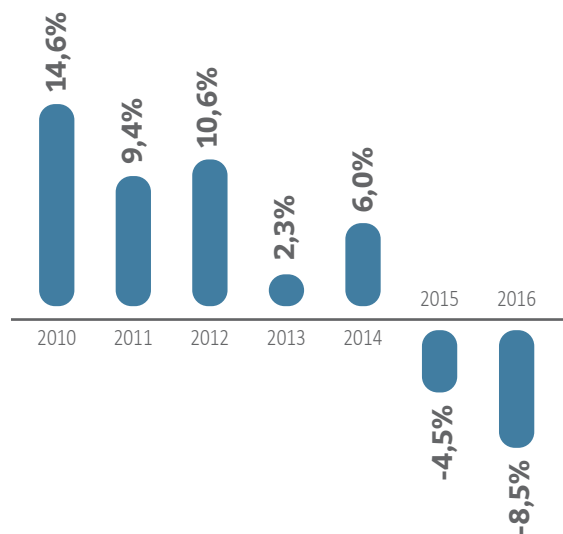
Desempenho

Após o recuo de 4,5% em 2015, a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sofreu uma queda ainda mais forte em 2016, da ordem de 8,5%, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com isso, o recolhimento do imposto em 2016, de R\$ 52,66 bilhões, é o menor desde 2012.

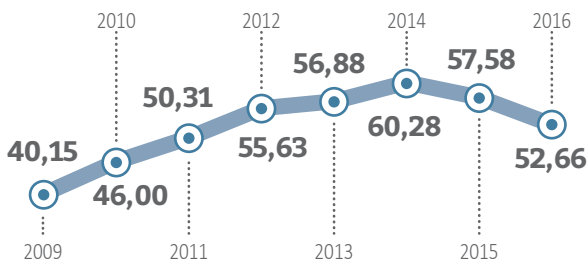
A queda mais intensa de 2016 reflete a continuidade da crise econômica e o fato de seus efeitos serem sentidos de forma postergada no setor de serviços, na medida em que este ocupa

um espaço mais adiantado na cadeia de negócios. Assim, da mesma forma, em caso de retomada da economia brasileira, seus efeitos positivos no setor de serviços e na arrecadação do ISS também deverão ocorrer num momento posterior.

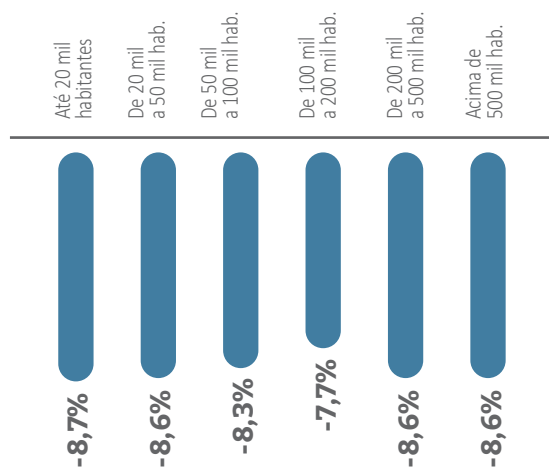
Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



Arrecadação do ISS em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento do ISS por faixa populacional - 2016/2015



Ao exemplo de 2015, o recuo no recolhimento do ISS em 2016 se entendeu por todo o território nacional e atingiu os municípios de todas as faixas populacionais, conforme pode ser observado no gráfico acima.

No conjunto das capitais, a retração foi de 9,1%. Somente Boa Vista (2,1%) e Macapá (3,1%) conseguiram algum aumento na arrecadação de ISS.

No Sudeste o resultado foi puxado pela forte queda nas quatro capitais. Na cidade de São Paulo, o ISS encolheu R\$ 1,27 bilhão, que passou de R\$ 13,19 bilhões, em 2015, para R\$ 11,92 bilhões, em 2016. Com queda de 9,6%, a arrecadação da capital paulistana em 2016 só foi superior ao valor registrado em 2011. Na cidade do Rio de Janeiro, a queda foi ainda mais intensa, de 11,6%, quando foram recolhidos R\$ 5,51 bilhões de ISS, R\$ 723 milhões a menos que no ano anterior. Em Vitória, o recuo foi de 9,5% e, em Belo Horizonte, de 8%. Na capital capixaba a arrecadação de ISS de 2016 se equiparou a do ano de 2009.

No Norte do Brasil, Porto Velho viu sua arrecadação despencar 28%, passando de R\$ 203,7

milhões, em 2015, para R\$ 146,6 milhões, em 2016. Foi o recuo mais intenso dentre as capitais e o quarto ano consecutivo de queda no município. Em Manaus, o recuo foi de 10,6%. No Nordeste, São Luís amargou uma queda de 9,7% e Aracaju, de 7,2%. Em Cuiabá, no Centro-Oeste, a queda foi de 7,4%. Na região Sul, o destaque foi Curitiba, com perda de 11,6%.

No conjunto das 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que além das capitais incluiu uma amostra dos municípios de maior população em cada Estado, a queda média no recolhimento do ISS foi de 8,3%.

A cidade de São Paulo, com R\$ 11,92 bilhões, detém uma grande fatia da arrecadação total de ISS do país. Sozinha a capital paulistana foi responsável por 22,6% do recolhimento do imposto em 2016. O ISS da cidade do Rio de Janeiro, segunda no ranking com R\$ 5,51 bilhões, correspondeu a 10,5% do total. Assim, juntos, apenas esses dois municípios responderam por um terço (33,1%) do ISS recolhido em todo o território nacional. A fatia atinge 51,8% quando considerado o conjunto das capitais, sem incluir Brasília.

ISS em 2017

Com base nos dados de 23 capitais obtidos no portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com), o ISS recolhido de janeiro a agosto de 2017 registrou uma queda real de 2,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. **Esse resultado indica que a arrecadação de 2017 deverá encolher, porém de forma menos intensa que no ano anterior. De qualquer forma, será o terceiro ano consecutivo de encolhimento da arrecadação de ISS.**

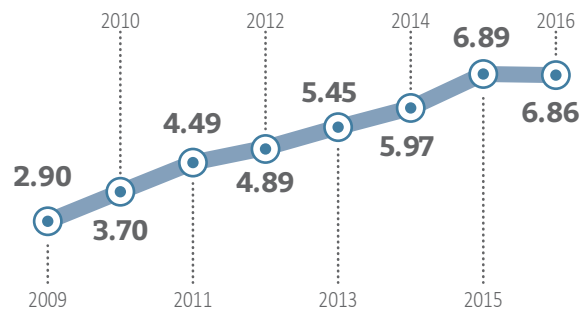
A notícia positiva é que das 23 capitais com dados disponíveis, dez não registraram queda no recolhimento acumulado de janeiro a agosto de 2017, tendo mantido suas arrecadações estáveis ou obtido algum ganho.

Os melhores resultados nesse período foram os de Maceió (5,9%), Natal (3,7%), Campo Grande (3,5%), Fortaleza (3,3%) e João Pessoa (2,1%), comparado ao mesmo período de 2016. Por outro lado, Palmas (-34%), Rio de Janeiro (-13,9%), Curitiba (-6,6%), Manaus (-5,7%), Goiânia (-5,4%) e Vitória (-3,5%) continuaram sofrendo quedas, sendo que na maioria delas o recuo acentuou-se. Veja mais em www.comparabrasil.com.

ISS Simples Nacional

O ISS arrecadado por meio do Simples Nacional sofreu um ligeiro recuo de 0,4% em 2016, com a arrecadação atingindo R\$ 6,86 bilhões, interrompendo uma trajetória de crescimento acelerado desde a sua incorporação ao sistema de arrecadação unificado, a partir de 2007. Em 2015, quando a arrecadação total do ISS encolheu 4,5% em consequência da crise econômica, o recolhimento proveniente do Simples Nacional havia crescido 15,4%.

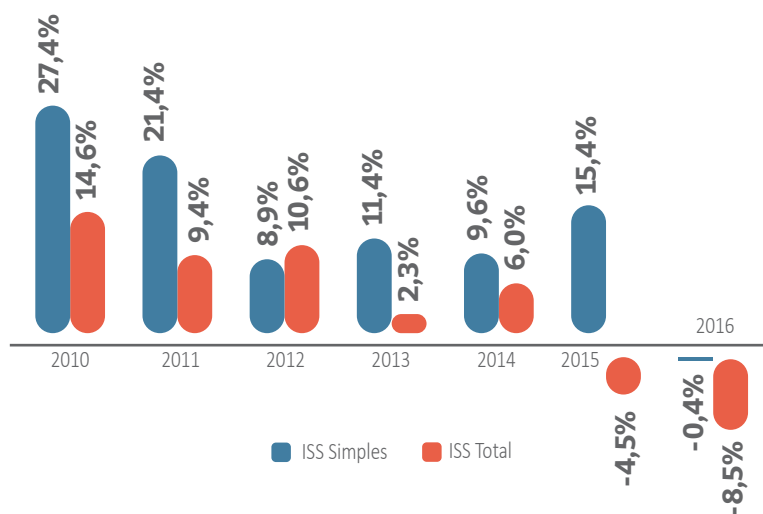
Arrecadação do ISS pelo Simples Nacional em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Como a arrecadação por meio das demais vias (total do ISS exceto o do Simples Nacional) caiu 9,7%, **a arrecadação do ISS através do Simples Nacional aumentou mais uma vez seu peso no volume global recolhido, alcançando 13%, em 2016, contra 12% do ano anterior.** Conforme pode-se observar no gráfico a seguir, essa fatia vem crescendo constantemente desde a incorporação do ISS ao Simples Nacional.

A ARRECADAÇÃO DO ISS PELO SIMPLES NACIONAL CAI PELA PRIMEIRA VEZ, **DESDE SUA INCORPORAÇÃO AO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO UNIFICADO.**

Taxa de crescimento do ISS Simples Nacional e do ISS total em relação ao ano anterior

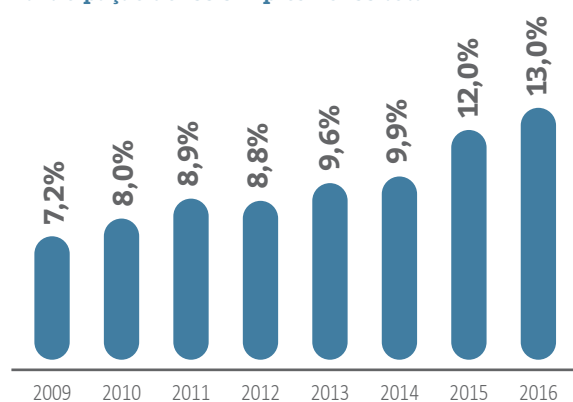


ISS por modalidade de arrecadação

	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
	Em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016			
ISS Simples Nacional	5.97	6.89	6.86	-0.4%
ISS demais	54.31	50.69	45.79	-9.7%
ISS Total	60.28	57.58	52.66	-8.5%

Fonte: Receita Federal do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional.

Participação do ISS Simples no ISS total



Também caiu, em 2016, o número de microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP). Em dezembro de 2015, elas somavam 4.898.292, contra 4.853.082 no ano seguinte, um ligeiro recuo de 0,9%. Foram 45.210 empresas a menos dentro do Simples Nacional. Em compensação **o número de microempreendedores individuais (MEI) continuou em crescimento**, passando de 5.573.365 para 6.525.924 no mesmo período. Entre outros fatores, o aumento do número de MEIs reflete a busca de novas oportunidades de trabalho para quem perdeu o emprego em função da crise econômica, ao mesmo tempo que explica a redução no número de MEs e EPPs.

Número de optantes do Simples Nacional

	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
MEI	2,614,688	3,591,048	4,565,953	5,573,365	6,525,924	17.1%
Demais	4,329,423	4,493,846	4,769,864	4,898,292	4,853,082	-0.9%
Total	6,944,111	8,084,894	9,335,817	10,471,657	11,379,006	8.7%

Nota: MEI = microempreendedor individual. Fonte: Receita Federal do Brasil.

Participação na receita

Em 2016, o ISS correspondeu a 10% de toda a receita corrente dos municípios brasileiros. Entretanto, o peso do ISS no orçamento dos governos locais varia conforme alguns fatores.

De modo geral, o ISS tem um peso maior nos municípios de maior porte populacional, pois estes tendem a deter uma estrutura prestadora de serviços mais robusta e complexa. Enquanto que para os municípios com mais de 500 mil habitantes

(exceto Rio de Janeiro e São Paulo) o peso médio do ISS na receita corrente foi de 13,2%, nos pequenos municípios brasileiros, com menos de 20 mil habitantes, o indicador foi de apenas 2,6%.

Existe, entretanto, uma grande assimetria dentro dos grupos. Por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro devem ser analisados separadamente, pois em cada um deles o ISS respondeu por pouco mais de um quarto de toda a receita

corrente, ou seja, 27% e 26%, respectivamente. Entre os demais municípios com mais de 500 mil habitantes há casos como os de Aparecida de Goiânia-GO (7,1%) e Jaboatão dos Guararapes-PE (7,9%), onde seu peso não chega à casa dos dois dígitos. Ambos são municípios que pertencem ao **g100**, grupo de cidades com as mais baixas receitas per capita do país (veja mais sobre o **g100** na página 15). Outro exemplo se dá entre as capitais brasileiras: nas duas maiores citadas acima, o ISS atinge o maior peso na receita corrente e cai para patamares bem mais baixos em Boa Vista (6,3%), Macapá (6,9%), Teresina (8,6%), Rio Branco (8,8%) e Palmas (9,3%).

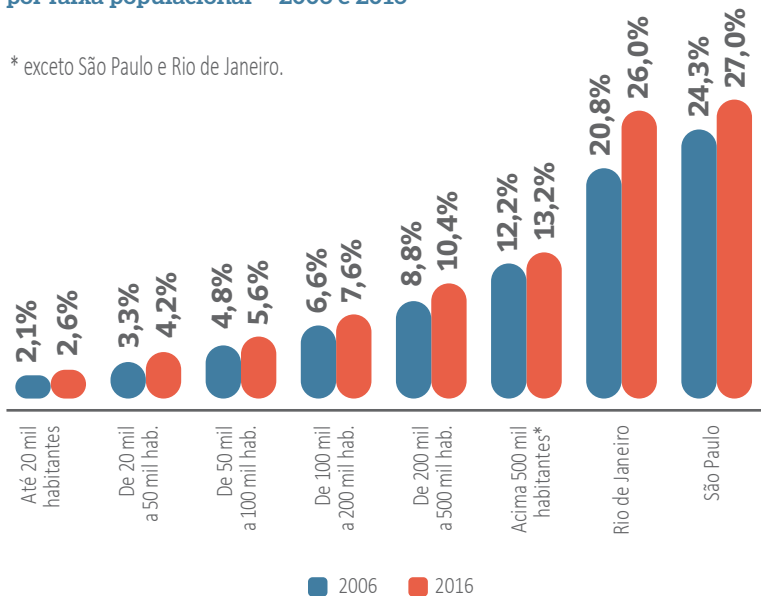
Em alguns municípios de médio e pequeno porte o ISS responde por uma fatia significativa da receita municipal, em função da presença nessas localidades de uma infraestrutura econômica que demanda ou presta serviços em larga escala. É o caso de Canaã dos Carajás, município localizado no sul do Pará, cuja economia está assentada na

mineração de cobre, níquel e ferro e onde a arrecadação do ISS representou 43,6% de sua receita corrente, em 2016. Outras quatro cidades onde o indicador ficou acima de 40% são: Gavião Peixoto-SP (85,1%), devido ao fim da isenção fiscal concedida à Embraer na unidade de montagem do município; Confins-MG (52,7%), sede do Aeroporto Internacional de Confins, e Poá-RS (45,2%) e Barueri-SP (40,1%), ambas por abrigarem holdings de grande porte, principalmente do setor financeiro.

A importância do ISS para as receitas municipais tem sido crescente. O imposto já chegou a representar 7,9% do total das receitas correntes dos municípios brasileiros em 2002, passando para 9%, em 2006, para atingir sua parcela mais alta em 2014, com 11,1%. Como pode ser conferido no gráfico a seguir, a importância do ISS na receita corrente ampliou-se nos municípios de todas as faixas populacionais, comparando-se 2016 com os valores de dez anos atrás.

Participação do ISS na receita corrente por faixa populacional* - 2006 e 2016

* exceto São Paulo e Rio de Janeiro.



Novo Simples Nacional para 2018

Em 2018, os municípios vão lidar com duas alterações legislativas que terão impacto na arrecadação do ISS: as novas regras do Simples Nacional e a LC 157/2016.

Em 27 de outubro de 2016, o presidente Michel Temer sancionou a Lei Complementar nº 155 que modifica a LC nº 123/2006, estabelecendo novas regras para o Simples Nacional, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP) TEVE PARTICIPAÇÃO ATIVA NA TRAMITAÇÃO DO **PROJETO COM AS NOVAS REGRAS PARA O SIMPLES NACIONAL.**

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) teve participação ativa na tramitação do projeto. Sua atuação foi pautada pelo apoio às medidas que contribuam para o desenvolvimento dos pequenos negócios e para a geração de emprego e renda nas cidades, ao mesmo tempo em que buscou preservar a boa gestão do ISS no Simples Nacional, de forma a garantir a autonomia financeira dos municípios.

O quadro abaixo elenca as principais mudanças trazidas pela LC 155:

Ampliação dos limites de faturamento para aderir ao Simples Nacional	<ul style="list-style-type: none">• O limite máximo de receita bruta anual para empresas de pequeno porte sobe de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões. No entanto, a cobrança do ISS e do ICMS fica de fora do Simples para quem fatura acima de R\$ 3,6 milhões.• Para quem é MEI (microempreendedor individual) passa de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil anuais.
Novas alíquotas	<ul style="list-style-type: none">• Alíquotas maiores, porém com um desconto fixo específico para cada faixa de enquadramento.
Novas tabelas	<ul style="list-style-type: none">• As seis tabelas para cada grupo de atividade e que continham diversas alíquotas para cada uma das 20 faixas de faturamento foram reduzidas a cinco tabelas com seis faixas de faturamento em cada.• O peso do valor da folha salarial na receita bruta passou a ter uma relação com as alíquotas: as atividades nas quais a folha for maior ou igual a 28% da receita bruta se enquadrarão nos anexos de alíquotas menores. Se a relação for menor que 28%, a atividade irá para um anexo de alíquotas maiores.
Novos participantes	<ul style="list-style-type: none">• Pequenas empresas que atuam na indústria de bebidas alcoólicas, como cervejarias, destilarias, vinícolas e produtores de licor.• Organizações da sociedade civil (Oscips), sociedades cooperativas e as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social, além de organizações religiosas que se dediquem a atividades de cunho social.• Permissão para o enquadramento como MEI do empreendedor da área rural com atividades de industrialização, comercialização ou prestação de serviços.
Novo prazo para quitação de dívidas	<ul style="list-style-type: none">• Participantes do Simples Nacional com dívidas vencidas até maio de 2016 poderão realizar o pagamento dos débitos em até 120 vezes, com o valor mínimo de R\$ 300 na parcela para micro e pequenas empresas. O valor de cada prestação será corrigido pela taxa Selic e por 1% aplicado no mês do pagamento da parcela. Essa medida já está em vigor.

Outras novidades são:

- Investidor-anjo - investidor que não participa do quadro societário da empresa e seu investimento não conta como receita para não tirar a empresa do enquadramento no SN.
- Maior fiscalização devido à troca de informações entre as Fazendas Públicas da União, dos estados e municípios, sem prejuízo da ação fiscal individual de cada ente.
- Reciprocidade social através do acesso a linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas que contratarem jovens aprendizes e pessoas portadoras de deficiência.

O que é o Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado de arrecadação de tributos e contribuições aplicável às micro e pequenas empresas. Foi criado pela Lei nº 9.317/1996 abrangendo os seguintes tributos federais: IR Pessoa Jurídica, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Pasep e contribuição patronal previdenciária. Com a Lei Complementar nº 123/2006, ele foi ampliado, passando a incorporar o ICMS e o ISS, independentemente de convênio com os estados ou municípios.

O ingresso no Simples é facultativo e é necessário que a empresa seja enquadrada na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, conforme seu faturamento. Entre as vantagens do Simples Nacional, destaca-se a possibilidade de o contribuinte reduzir seus custos com assessoramento tributário. Ao invés de utilizar diversas guias, com datas e cálculos diferentes para o recolhimento de tributos, o empresário paga oito impostos e contribuições de uma única vez.

Os microempreendedores individuais (MEIs) beneficiam-se do Simples Nacional de uma forma diferenciada. Para eles foi instituído o Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), que os isenta dos tributos federais (IR, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, os MEIs pagam apenas o valor fixo mensal de R\$ 47,85 (comércio ou indústria), R\$ 51,85 (prestação de serviços) ou R\$ 52,85 (comércio e serviços), cuja receita é destinada à Previdência Social e ICMS ou ISS. Essas quantias são atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

O Simples Nacional envolve a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da secretaria da Receita Federal do Brasil, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

Alteração na legislação: a LC 157/2016

Em 30 dezembro de 2016, foi sancionada a Lei Complementar nº 157, que traz importantes alterações na cobrança do ISS, as quais podem

ser agrupadas em três tipos: 1) dispositivos que coíbem com mais eficácia a “guerra fiscal” entre municípios; 2) inclusão de novos setores onde a

tributação deverá ocorrer no local da prestação do serviço e não na sede do estabelecimento e 3) aprimoramento e atualização da lista de serviços tributáveis pelo ISS.

Com relação ao primeiro grupo de novidades, a LC 157 estabelece a alíquota mínima de 2% que já estava prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no artigo 88, incluído pela EC 37/2002. Porém, a LC 157 complementa a regra da alíquota mínima cobrindo, expressamente, também a concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima. Os municípios têm o prazo de um ano para se adaptarem, o qual vencerá em janeiro de 2018.

Determina, ainda, que o administrador que reduzir a alíquota do ISS para abaixo do mínimo estabelecido, ou manter o benefício já concedido, estará cometendo um ato de improbidade administrativa, para os quais serão aplicadas as seguintes penalidades: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido. Esse item altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

No que se refere ao segundo grupo de novidades, deve ser lembrado que ao sancionar a LC 157, o presidente Michel Temer vetou os dispositivos relacionados à cobrança no local da prestação dos serviços para as atividades dos planos de saúde, serviços financeiros, tais como cartões de crédito e de débito, factoring e leasing. Os argumentos para o veto se referem à potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária que a medida traria às empresas desses setores, além

de redundar em aumento de custos que seriam repassados ao preço final. As empresas financeiras e de planos de saúde afirmaram que teriam grandes dificuldades operacionais para atenderem às diferenças de cálculo e de prazos de pagamento em cada cidade.

Porém, em 30 de maio de 2017, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial, com a anuência do próprio presidente, segundo reportagens da época, a fim de atender à demanda dos prefeitos. Estes, em sua maioria, apoiavam a medida da cobrança no local da prestação para esses setores, uma vez que resultaria na transferência de parte da arrecadação do ISS concentrada em poucos municípios, aqueles onde se localizam tais empresas, para as demais cidades.

E, finalmente, sobre o terceiro grupo de novidades, a LC 157/2016 incluiu cinco novos serviços a serem tributados pelo ISS e ampliou a descrição de outros oito itens que já constavam na lista da LC 116/2003, que passaram a ser tributados a partir de março de 2017.

Entre os novos serviços constam: disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, aplicação de tatuagens, piercings e congêneres, cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento e a inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). Os serviços ampliados contemplam as áreas de processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, florestamento, reflorestamento, semeadura e outros serviços congêneres, vigilância e segurança, composição gráfica, restauração, transporte municipal e cremação de corpos.

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	ISS per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	17.740.418	Norte	2.805.275,2	2.935.900,2	3.091.281,9	2.834.658,4	2.526.646,2	-10,9	57,7	7,2	142,42
AC	377.057	Rio Branco	52.275,0	55.058,2	71.568,0	67.216,3	65.198,3	-3,0	60,4	8,8	172,91
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	10.532,1	13.370,4	8.253,0	5.518,7	5.496,1	-0,4	27,1	4,2	66,96
AP	465.495	Macapá	48.040,6	46.960,6	54.775,5	45.783,5	47.223,3	3,1	45,9	6,9	101,45
AP	113.854	Santana	8.866,7	10.005,7	11.464,3	5.115,9	5.251,9	2,7	46,13
AM	2.094.391	Manaus	621.282,1	647.087,9	682.316,5	580.685,9	519.155,5	-10,6	56,1	13,7	247,88
AM	112.716	Parintins	5.661,4	6.553,4	4.528,1	4.016,7	3.593,4	-10,5	31,88
PA	1.446.042	Belém	365.382,5	366.494,2	384.737,0	350.843,1	325.690,3	-7,2	53,8	13,0	225,23
PA	510.834	Ananindeua	38.032,1	34.711,8	35.797,5	38.706,3	33.420,9	-13,7	52,2	6,2	65,42
PA	294.447	Santarém	21.595,5	22.861,8	26.151,0	31.695,2	26.311,2	-17,0	52,1	5,0	89,36
PA	266.932	Marabá	101.338,5	117.541,9	111.789,2	84.612,9	60.284,3	-28,8	62,3	8,6	225,84
RO	511.219	Porto Velho	284.088,6	262.134,4	255.202,0	203.744,6	146.628,2	-28,0	60,2	12,4	286,82
RO	131.560	Ji-Paraná	17.281,9	18.191,1	19.950,1	19.141,7	18.830,0	-1,6	49,9	9,0	143,13
RR	326.419	Boa Vista	51.505,1	57.572,6	60.105,5	57.663,7	58.886,4	2,1	51,4	6,3	180,40
RR	27.756	Rorainópolis	5.280,6	2.887,9	3.120,5	2.030,7	1.364,9	-32,8	55,6	2,9	49,18
TO	279.856	Palmas	62.904,8	67.541,2	92.478,3	92.958,5	87.824,4	-5,5	45,2	9,3	313,82
TO	173.112	Araguaína	17.632,2	20.665,1	21.340,7	19.341,9	19.469,9	0,7	38,2	5,4	112,47
	56.912.962	Nordeste	7.404.823,1	7.662.500,8	8.295.421,5	7.819.112,9	7.212.018,7	-7,8	49,7	6,1	126,72
AL	1.021.709	Maceió	175.876,7	184.804,6	196.375,1	191.933,1	188.929,7	-1,6	44,9	10,0	184,92
AL	232.671	Arapiraca	18.384,8	16.706,5	17.844,0	17.862,2	18.478,9	3,5	48,2	3,7	79,42
BA	2.938.092	Salvador	925.197,9	999.173,1	1.036.584,2	952.285,6	891.685,5	-6,4	43,7	16,4	303,49
BA	622.639	Feira de Santana	88.987,4	108.018,7	115.163,8	110.302,4	111.432,5	1,0	51,0	11,8	178,97
BA	346.069	Vitória da Conquista	51.262,1	52.483,5	52.124,9	54.830,0	50.134,0	-8,6	56,2	8,7	144,87
BA	292.074	Camaçari	114.173,2	139.502,6	164.954,5	134.093,9	114.720,3	-14,4	44,4	11,6	392,78
CE	2.609.716	Fortaleza	663.721,1	660.065,1	719.136,9	697.574,2	678.853,1	-2,7	46,9	12,2	260,13
CE	358.164	Caucaia	30.362,0	30.776,3	38.295,7	3.281,6	30.696,0	835,4	51,5	5,4	85,70
CE	268.248	Juazeiro do Norte	15.956,5	19.638,0	22.287,1	21.615,4	24.003,2	11,0	51,7	5,0	89,48
MA	1.082.935	São Luís	529.213,6	490.234,9	478.695,0	482.011,5	435.069,9	-9,7	70,2	17,3	401,75
MA	253.873	Imperatriz	50.600,5	74.177,6	49.979,0	39.507,1	37.372,9	-5,4	57,9	6,7	147,21
PB	801.718	João Pessoa	185.432,4	195.516,8	215.315,2	205.964,2	193.234,8	-6,2	46,7	10,4	241,03
PB	407.754	Campina Grande	36.786,1	42.286,1	52.401,7	50.163,1	45.893,4	-8,5	46,7	5,6	112,55
PE	1.625.583	Recife	775.802,5	801.886,5	842.547,3	765.361,9	720.474,2	-5,9	49,1	18,3	443,21
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	82.905,3	89.314,2	87.108,7	88.311,2	85.764,4	-2,9	43,5	7,9	124,09
PE	390.144	Olinda	52.707,4	55.351,2	63.615,1	55.220,7	57.300,7	3,8	49,4	10,8	146,87
PE	351.686	Caruaru	33.061,0	46.645,9	53.575,6	43.595,5	46.175,4	5,9	39,0	8,0	131,30
PE	337.683	Petrolina	43.679,8	37.750,5	40.293,0	43.420,2	42.047,7	-3,2	51,0	7,4	124,52
PE	325.590	Paulista	27.187,4	26.159,8	28.655,8	22.373,5	25.038,8	11,9	40,4	6,6	76,90
PI	847.430	Teresina	154.799,3	178.135,2	202.675,3	202.356,6	199.896,7	-1,2	48,6	8,6	235,89
PI	150.201	Parnaíba	10.177,9	11.674,5	13.501,8	11.381,2	12.815,9	12,6	44,8	4,3	85,33
RN	877.662	Natal	257.066,7	273.742,3	303.196,1	280.902,1	269.306,1	-4,1	49,6	14,7	306,84
RN	291.937	Mossoró	61.606,6	61.700,7	60.472,5	52.967,2	46.202,3	-12,8	56,3	9,2	158,26
SE	641.523	Aracaju	218.801,4	245.815,4	260.655,3	259.258,8	240.583,3	-7,2	49,6	15,6	375,02
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	13.654,8	13.997,2	13.863,5	16.664,5	16.337,6	-2,0	50,2	6,8	90,94
	12.683.772	Centro-Oeste¹	2.417.599,0	2.538.062,9	2.782.607,8	2.567.701,0	2.476.403,4	-3,6	40,3	7,0	195,24
GO	1.448.639	Goiânia	537.492,7	565.649,5	614.722,2	561.736,0	545.861,1	-2,8	44,2	13,8	376,81
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	43.168,4	50.830,1	59.994,4	59.616,2	63.924,0	7,2	27,5	7,1	120,13
GO	370.875	Anápolis	49.870,1	56.683,2	60.780,9	57.563,9	52.815,9	-8,2	28,7	5,9	142,41
MT	585.367	Cuiabá	250.700,8	281.918,2	291.574,9	276.849,3	256.370,1	-7,4	49,4	13,8	437,96
MT	271.339	Várzea Grande	35.585,6	41.146,5	46.257,0	35.793,4	33.046,7	-7,7	46,7	6,8	121,79
MS	863.982	Campo Grande	290.720,4	290.507,7	321.956,8	289.482,5	274.870,7	-5,0	33,9	10,1	318,14
MS	215.486	Dourados	47.248,7	52.794,1	53.449,7	53.361,3	54.805,9	2,7	38,3	8,0	254,34
	86.356.952	Sudeste	36.659.190,6	37.328.378,5	39.291.482,9	37.680.110,1	33.998.584,8	-9,8	46,1	13,4	393,70
ES	359.555	Vitória	468.184,9	428.915,8	431.850,3	406.198,4	367.704,2	-9,5	1.022,66
ES	494.109	Serra	154.031,5	147.061,8	162.078,4	140.312,1	140.556,7	0,2	55,5	13,5	284,46
ES	479.664	Vila Velha	154.399,6	158.256,1	145.777,6	131.001,7	125.063,6	-4,5	42,9	15,0	260,73
ES	384.621	Cariacica	74.367,8	70.528,5	78.160,0	63.441,0	53.410,9	-15,8	58,9	9,9	138,87
MG	2.513.451	Belo Horizonte	1.147.048,9	1.167.182,8	1.333.199,1	1.287.924,7	1.184.804,2	-8,0	37,5	13,2	471,39
MG	669.672	Uberlândia	199.349,4	199.941,6	216.364,6	218.353,5	215.511,9	-1,3	53,9	12,3	321,82
MG	653.800	Contagem	123.940,4	132.779,4	133.045,0	128.771,8	119.059,1	-7,5	36,0	8,5	182,10

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	ISS per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	148.743,6	143.199,9	148.971,7	150.275,5	142.970,2	-4,9	35,4	10,5	255,47
MG	422.354	Betim	97.481,5	97.530,1	98.890,6	89.145,1	67.669,5	-24,1	37,7	4,5	160,22
MG	398.288	Montes Claros	40.329,5	50.529,6	54.876,0	52.660,5	49.914,8	-5,2	42,4	8,8	125,32
MG	325.846	Ribeirão das Neves	23.088,2	20.390,1	20.128,5	22.355,5	18.353,6	-17,9	36,0	5,1	56,33
MG	325.279	Uberaba	61.303,8	69.832,5	74.909,8	73.211,4	72.973,0	-0,3	44,0	7,8	224,34
MG	279.665	Governador Valadares	38.006,9	39.513,8	50.117,8	44.374,5	40.879,2	-7,9	35,7	5,8	146,17
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	5.735.412,4	6.052.689,0	6.338.979,1	6.234.399,6	5.511.431,1	-11,6	55,5	26,0	848,06
RJ	1.044.058	São Gonçalo	75.496,4	88.481,8	102.365,9	71.487,4	62.128,1	-13,1	59,51
RJ	886.917	Duque de Caxias	263.292,4	284.728,9	293.471,3	279.229,5	237.768,6	-14,8	50,7	12,2	268,08
RJ	797.435	Nova Iguaçu	83.801,0	99.781,8	120.842,8	100.146,9	99.911,6	-0,2	46,2	8,8	125,29
RJ	497.883	Niterói	273.608,3	303.905,9	331.802,5	291.298,7	262.123,4	-10,0	34,7	13,6	526,48
RJ	494.141	Belford Roxo	29.617,1	37.563,5	39.837,6	36.617,8	26.563,6	-27,5	39,0	4,7	53,76
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	126.211,8	132.400,0	130.269,2	97.631,9	89.335,4	-8,5	37,2	5,8	183,37
RJ	460.541	São João de Meriti	33.260,2	38.799,1	36.401,5	39.624,2	33.691,3	-15,0	38,7	6,5	73,16
RJ	298.158	Petrópolis	67.020,8	66.673,7	78.909,2	88.141,9	77.229,4	-12,4	37,0	9,3	259,02
RJ	263.659	Volta Redonda	99.370,8	87.311,6	80.656,4	82.030,9	71.859,4	-12,4	43,9	9,0	272,55
SP	12.038.175	São Paulo	13.301.664,7	12.777.714,7	13.491.324,5	13.189.676,5	11.921.760,5	-9,6	50,7	27,0	990,33
SP	1.337.087	Guarulhos	321.574,1	388.374,8	432.649,7	418.416,2	381.226,1	-8,9	38,0	10,5	285,12
SP	1.173.370	Campinas	724.484,4	844.837,7	825.464,2	759.110,2	688.655,3	-9,3	42,1	17,2	586,90
SP	822.242	São Bernardo do Campo	374.526,8	375.853,1	368.639,4	399.127,3	393.366,8	-1,4	37,8	12,2	478,41
SP	712.749	Santo André	268.354,5	278.187,5	299.444,2	294.091,6	294.671,9	0,2	37,3	13,8	413,43
SP	696.382	Osasco	374.727,1	396.133,8	423.982,7	419.576,8	432.574,0	3,1	53,8	22,6	621,17
SP	695.992	São José dos Campos	282.682,6	301.936,6	282.430,5	264.761,4	248.595,1	-6,1	41,6	10,1	357,18
SP	674.405	Ribeirão Preto	235.881,0	247.098,6	249.035,4	242.428,6	232.699,0	-4,0	32,8	10,8	345,04
SP	652.481	Sorocaba	266.065,2	295.369,7	342.494,3	328.011,5	286.598,5	-12,6	46,4	12,2	439,24
SP	457.696	Mauá	68.194,6	71.101,3	70.659,8	75.437,7	77.634,3	2,9	42,0	9,0	169,62
SP	446.649	São José do Rio Preto	145.733,4	159.120,0	172.932,7	177.585,9	165.276,8	-6,9	41,5	12,5	370,04
SP	434.359	Santos	458.449,6	488.620,2	482.191,4	480.193,7	427.148,9	-11,0	42,7	20,3	983,40
SP	429.321	Mogi das Cruzes	82.051,8	85.269,5	94.405,6	94.119,1	91.368,0	-2,9	33,2	8,1	212,82
SP	415.180	Diadema	84.564,7	87.031,8	87.661,9	79.737,1	74.735,5	-6,3	180,01
SP	405.740	Jundiaí	241.112,9	245.191,2	253.062,7	249.686,5	241.986,0	-3,1	42,9	14,3	596,41
SP	394.465	Carapicuíba	30.959,6	43.618,8	43.722,5	41.609,9	40.045,1	-3,8	101,52
SP	394.410	Piracicaba	152.652,1	168.145,9	175.762,8	158.121,0	141.944,7	-10,2	42,7	10,3	359,88
SP	369.368	Bauru	96.892,2	96.016,2	93.437,9	92.815,4	86.250,9	-7,1	35,5	8,6	233,51
29.439.773	Sul	6.343.753,3	6.418.407,3	6.817.969,5	6.678.175,4	6.443.401,2	-3,5	37,3	7,4	218,87	
PR	1.893.997	Curitiba	1.124.209,6	1.137.264,4	1.165.889,2	1.191.889,7	1.053.624,5	-11,6	45,1	14,9	556,30
PR	553.393	Londrina	191.942,6	173.830,6	185.802,8	180.636,4	180.705,4	0,0	37,9	11,7	326,54
PR	403.063	Maringá	129.761,3	129.414,6	138.204,7	139.867,8	135.021,7	-3,5	35,2	11,3	334,99
PR	341.130	Ponta Grossa	63.648,3	63.078,1	74.508,0	67.373,0	67.346,1	0,0	33,1	10,5	197,42
PR	316.226	Cascavel	67.597,1	75.626,3	92.565,9	93.926,0	95.216,8	1,4	44,6	12,9	301,10
PR	302.759	São José dos Pinhais	117.810,8	111.646,7	129.283,8	128.502,0	118.550,8	-7,7	52,5	12,9	391,57
PR	263.915	Foz do Iguaçu	59.718,6	63.349,0	62.737,7	63.289,8	73.727,2	16,5	37,2	10,4	279,36
RS	1.481.019	Porto Alegre	817.372,8	851.556,9	886.899,3	867.068,6	825.229,9	-4,8	43,1	15,2	557,20
RS	479.236	Caxias do Sul	160.669,6	161.177,9	163.996,3	146.709,1	136.338,0	-7,1	33,5	8,4	284,49
RS	343.651	Pelotas	43.290,2	55.142,2	61.256,5	54.333,0	54.280,4	-0,1	31,4	6,8	157,95
RS	342.634	Canoas	96.650,4	104.967,5	104.490,7	67.429,6	66.787,2	-1,0	34,6	5,3	194,92
RS	277.309	Santa Maria	49.106,5	56.370,3	62.827,7	58.774,8	57.707,6	-1,8	38,5	10,8	208,10
RS	273.742	Gravataí	24.171,6	31.987,0	33.372,3	30.822,9	40.119,0	30,2	37,5	6,4	146,56
RS	252.872	Viamão	12.513,1	13.709,8	13.671,5	13.096,4	13.671,0	4,4	32,4	3,2	54,06
SC	477.798	Florianópolis	229.640,1	245.248,1	257.300,6	251.270,0	244.413,9	-2,7	33,4	16,1	511,54
SC	569.645	Joinville	150.694,3	152.833,2	166.503,6	179.444,7	172.281,7	-4,0	41,9	9,4	302,44
SC	343.715	Blumenau	114.266,9	115.401,1	121.394,0	126.416,3	116.936,3	-7,5	36,9	9,6	340,21
	80.508.414	Cidades selecionadas	38.064.893,7	38.754.947,2	40.833.541,9	39.300.706,7	36.038.178,3	-8,3	47,2	16,4	447,63
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	2.515.319,2	2.582.962,2	2.849.432,5	2.521.086,7	2.302.472,9	-8,7	41,6	2,6	71,62
	46.107.667	Capitais	29.273.837,7	29.330.869,9	30.990.059,4	29.993.039,0	27.254.709,9	-9,1	49,7	20,0	591,11
	203.133.877	Brasil¹	55.630.641,1	56.883.249,8	60.278.763,6	57.579.757,8	52.657.054,2	-8,5	45,4	10,0	259,22

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	ISS	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	11.921.760.523,39	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	5.511.431.108,85	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.184.804.152,10	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	1.053.624.457,52	1.893.997	7º
5º	BA	Salvador	891.685.450,15	2.938.092	3º
6º	SP	Barueri	885.297.858,54	264.935	103º
7º	RS	Porto Alegre	825.229.929,41	1.481.019	9º
8º	PE	Recife	720.474.230,89	1.625.583	8º
9º	SP	Campinas	688.655.348,53	1.173.370	13º
10º	CE	Fortaleza	678.853.117,91	2.609.716	4º
11º	RJ	Macaé	597.250.389,90	239.471	113º
12º	GO	Goiânia	545.861.090,17	1.448.639	10º
13º	AM	Manaus	519.155.479,97	2.094.391	6º
14º	MA	São Luís	435.069.898,47	1.082.935	14º
15º	SP	Osasco	432.573.961,07	696.382	25º
16º	SP	Santos	427.148.920,31	434.359	52º
17º	SP	São Bernardo do Campo	393.366.779,35	822.242	21º
18º	SP	Guarulhos	381.226.120,79	1.337.087	12º
19º	ES	Vitória	367.704.193,00	359.555	67º
20º	PA	Belém	325.690.347,80	1.446.042	11º
21º	SP	Santo André	294.671.851,18	712.749	24º
22º	SP	Sorocaba	286.598.488,60	652.481	31º
23º	MS	Campo Grande	274.870.663,07	863.982	19º
24º	RN	Natal	269.306.056,63	877.662	18º
25º	RJ	Niterói	262.123.423,98	497.883	41º
26º	MT	Cuiabá	256.370.131,82	585.367	34º
27º	SP	São José dos Campos	248.595.146,06	695.992	26º
28º	SC	Florianópolis	244.413.881,86	477.798	47º
29º	SP	Jundiaí	241.985.974,58	405.740	57º
30º	SE	Aracaju	240.583.279,18	641.523	32º
31º	RJ	Duque de Caxias	237.768.581,67	886.917	17º
32º	SP	Ribeirão Preto	232.698.971,76	674.405	28º
33º	MG	Uberlândia	215.511.850,84	669.672	29º
34º	PI	Teresina	199.896.666,80	847.430	20º
35º	PB	João Pessoa	193.234.785,94	801.718	22º
36º	AL	Maceió	188.929.742,15	1.021.709	16º
37º	SP	Poá	183.751.271,13	114.650	266º
38º	PR	Londrina	180.705.350,56	553.393	37º
39º	SC	Joinville	172.281.687,93	569.645	35º
40º	SP	São José do Rio Preto	165.276.775,31	446.649	51º
41º	SP	São Caetano do Sul	163.268.331,35	158.825	181º
42º	PA	Canaã dos Carajás	155.579.025,37	34.853	954º
43º	RO	Porto Velho	146.628.225,55	511.219	39º
44º	MG	Juiz de Fora	142.970.166,99	559.636	36º
45º	SP	Piracicaba	141.944.701,86	394.419	61º
46º	ES	Serra	140.556.650,50	494.109	43º
47º	RS	Caxias do Sul	136.337.973,34	479.236	46º
48º	PR	Maringá	135.021.684,43	403.063	58º
49º	PE	Ipojuca	129.011.053,94	92.965	334º
50º	ES	Vila Velha	125.063.588,00	479.664	45º
51º	SP	Santana de Parnaíba	123.664.522,45	129.261	222º
52º	SP	Hortolândia	122.737.521,99	219.039	133º

Posição	UF	Município	ISS	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	PR	Paranaguá	122.107.541,05	151.829	190º
54º	SP	Guarujá	121.529.253,26	313.421	84º
55º	MG	Contagem	119.059.125,27	653.800	30º
56º	PR	São José dos Pinhais	118.550.776,23	302.759	87º
57º	SC	Blumenau	116.936.280,26	343.715	74º
58º	BA	Camaçari	114.720.264,67	292.074	91º
59º	SP	Cubatão	111.717.756,99	127.887	224º
60º	BA	Feira de Santana	111.432.511,45	622.639	33º
61º	RJ	Nova Iguaçu	99.911.610,15	797.435	23º
62º	SP	Cotia	98.426.957,72	233.696	119º
63º	SC	Itajaí	98.359.710,57	208.958	142º
64º	PR	Cascavel	95.216.847,93	316.226	83º
65º	PA	Parauapebas	92.621.269,66	196.259	150º
66º	SP	Mogi das Cruzes	91.368.014,61	429.321	53º
67º	CE	São Gonçalo do Amarante	90.738.609,05	47.791	685º
68º	RJ	Campos dos Goytacazes	89.335.429,86	487.186	44º
69º	TO	Palmas	87.824.400,70	279.856	94º
70º	RS	Rio Grande	86.917.694,98	208.641	143º
71º	SP	Bauri	86.250.936,53	369.368	66º
72º	PE	Jaboatão dos Guararapes	85.764.427,91	691.125	27º
73º	RJ	Angra dos Reis	79.646.305,32	191.504	154º
74º	SP	Taubaté	79.566.532,45	305.174	85º
75º	SP	Paulínia	79.395.752,97	100.128	308º
76º	SP	Limeira	77.693.996,16	298.701	88º
77º	SP	Mauá	77.634.321,57	457.696	50º
78º	RJ	Petrópolis	77.229.439,34	298.158	89º
79º	MG	Nova Lima	76.414.659,00	91.069	344º
80º	SP	Diadema	74.735.450,23	415.180	55º
81º	PR	Foz do Iguaçu	73.727.161,55	263.915	105º
82º	MG	Uberaba	72.973.015,91	325.279	82º
83º	RJ	Volta Redonda	71.859.394,96	263.659	106º
84º	BA	Lauro de Freitas	69.796.178,70	194.641	151º
85º	RJ	Rio das Ostras	68.597.137,55	136.626	206º
86º	SP	Indaiatuba	68.344.206,46	235.367	116º
87º	MG	Betim	67.669.518,27	422.354	54º
88º	PR	Ponta Grossa	67.346.133,17	341.130	77º
89º	RS	Canoas	66.787.170,94	342.634	76º
90º	SP	Americana	66.240.855,79	231.621	123º
91º	AC	Rio Branco	65.198.330,48	377.057	64º
92º	SP	Jacareí	64.822.585,78	228.214	127º
93º	GO	Aparecida de Goiânia	63.923.993,92	532.135	38º
94º	MT	Rondonópolis	63.522.760,01	218.899	134º
95º	SP	Taboão da Serra	63.471.517,38	275.948	97º
96º	SP	Itu	62.480.578,48	168.643	170º
97º	RJ	São Gonçalo	62.128.104,72	1.044.058	15º
98º	ES	Aracruz	62.057.923,90	96.746	323º
99º	SP	São Sebastião	61.965.263,63	84.294	369º
100º	SP	Presidente Prudente	61.701.924,32	223.749	129º

		Total dos 100 maiores	39.024.941.016,75	75.190.497	..
		Total dos demais	13.632.113.196,91	127.943.380	..
		Total Brasil¹	52.657.054.213,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

ISS per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	PA	Canaã dos Carajás	4.463,86	155.579.025,37	34.853	954º
2º	MG	Confins	3.595,43	23.532.065,12	6.545	3844º
3º	SP	Barueri	3.341,57	885.297.858,54	264.935	103º
4º	SP	Gavião Peixoto	2.584,46	12.183.130,56	4.714	4442º
5º	MG	Jeceaba	2.565,02	13.466.361,85	5.250	4249º
6º	RJ	Macaé	2.494,04	597.250.389,90	239.471	113º
7º	CE	São Gonçalo do Amarante	1.898,65	90.738.609,05	47.791	685º
8º	MT	Itaúba	1.747,18	6.822.732,30	3.905	4763º
9º	SP	Poá	1.602,71	183.751.271,13	114.650	266º
10º	PE	Ipojuca	1.387,74	129.011.053,94	92.965	334º
11º	GO	Pilar de Goiás	1.370,89	3.524.568,52	2.571	5281º
12º	GO	Rio Quente	1.297,39	5.207.709,07	4.014	4719º
13º	GO	Ouvidor	1.214,19	7.578.989,27	6.242	3935º
14º	RN	Guamaré	1.148,26	17.195.159,33	14.975	2303º
15º	RS	Candiota	1.125,81	10.539.813,89	9.362	3213º
16º	SE	Carmópolis	1.028,96	16.413.992,69	15.952	2179º
17º	SP	São Caetano do Sul	1.027,98	163.268.331,35	158.825	181º
18º	ES	Vitória	1.022,66	367.704.193,00	359.555	67º
19º	SP	São Paulo	990,33	11.921.760.523,39	12.038.175	1º
20º	SP	Santos	983,40	427.148.920,31	434.359	52º
21º	MG	Rio Doce	960,51	2.507.902,65	2.611	5263º
22º	SP	Santana de Parnaíba	956,70	123.664.522,45	129.261	222º
23º	RS	Triunfo	933,31	26.210.960,93	28.084	1223º
24º	SP	Araçariguama	892,90	18.376.733,02	20.581	1704º
25º	SP	Cubatão	873,57	111.717.756,99	127.887	224º
26º	SP	Igaratá	866,42	8.141.738,30	9.397	3205º
27º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	859,05	9.177.225,15	10.683	2999º
28º	BA	Mata de São João	856,58	39.738.559,11	46.392	705º
29º	RS	Gramado	853,64	29.734.126,95	34.832	956º
30º	SE	Barra dos Coqueiros	853,09	24.951.310,60	29.248	1175º
31º	RJ	Rio de Janeiro	848,06	5.511.431.108,85	6.498.837	2º
32º	MG	Nova Lima	839,09	76.414.659,00	91.069	344º
33º	SE	Rosário do Catete	837,62	8.822.699,14	10.533	3031º
34º	GO	Barro Alto	831,45	8.509.857,17	10.235	3084º
35º	MG	Tapira	804,31	3.698.221,60	4.598	4496º
36º	PR	Paranaguá	804,24	122.107.541,05	151.829	190º
37º	SP	Paulínia	792,94	79.395.752,97	100.128	308º
38º	CE	Jati	776,05	6.074.122,71	7.827	3501º
39º	RN	Bodó	758,75	1.769.412,88	2.332	5362º
40º	RS	Monte Alegre dos Campos	750,45	2.433.693,34	3.243	5017º
41º	MT	Cláudia	746,44	8.682.552,31	11.632	2771º
42º	SC	Capão Alto	743,07	1.950.571,27	2.625	5252º
43º	MG	Conceição do Mato Dentro	741,76	13.470.299,71	18.160	1946º
44º	GO	Cezarina	739,06	6.133.468,26	8.299	3402º
45º	BA	São Francisco do Conde	737,58	29.348.425,84	39.790	836º
46º	SP	São Sebastião	735,11	61.965.263,63	84.294	369º
47º	SC	São Francisco do Sul	735,06	36.501.361,30	49.658	662º
48º	SC	Itapoá	687,41	12.888.300,99	18.749	1880º
49º	RS	Minas do Leão	658,51	5.291.093,44	8.035	3458º
50º	MA	Santo Antônio dos Lopes	648,03	9.226.019,77	14.237	2410º
51º	SP	Corumbataí	646,54	2.615.261,95	4.045	4704º
52º	SP	Cajamar	643,04	46.861.464,79	72.875	444º

Posição	UF	Município	ISS per capita	ISS	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	ES	Aracruz	641,45	62.057.923,90	96.746	323º
54º	SP	Jambeiro	632,21	3.919.715,29	6.200	3950º
55º	CE	Eusébio	632,20	32.819.499,78	51.913	634º
56º	SP	Osasco	621,17	432.573.961,07	696.382	25º
57º	SP	Miracatu	609,17	12.432.514,48	20.409	1716º
58º	SP	Ribeira	603,58	2.051.571,68	3.399	4961º
59º	SP	Santa Cruz da Conceição	601,52	2.629.225,16	4.371	4575º
60º	SP	Jundiá	596,41	241.985.974,58	405.740	57º
61º	PA	Primavera	589,24	6.192.943,93	10.510	3036º
62º	SP	Campinas	586,90	688.655.348,53	1.173.370	13º
63º	ES	Anchieta	581,78	16.342.793,26	28.091	1221º
64º	MG	Alvorada de Minas	577,47	2.118.743,54	3.669	4852º
65º	RS	Campo Bom	560,43	36.177.698,51	64.553	499º
66º	SP	Hortolândia	560,35	122.737.521,99	219.039	133º
67º	RS	Porto Alegre	557,20	825.229.929,41	1.481.019	9º
68º	PR	Curitiba	556,30	1.053.624.457,52	1.893.997	7º
69º	SP	Nazaré Paulista	543,80	9.766.038,94	17.959	1978º
70º	MT	São Félix do Araguaia	542,21	6.077.630,48	11.209	2868º
71º	PA	Jacareacanga	540,63	22.428.979,11	41.487	794º
72º	ES	Jaguaré	529,38	15.431.446,50	29.150	1177º
73º	MA	Tufilândia	526,49	3.017.290,86	5.731	4089º
74º	RJ	Niterói	526,48	262.123.423,98	497.883	41º
75º	BA	Candeias	514,95	45.969.771,04	89.271	349º
76º	BA	Madre de Deus	513,52	10.624.223,93	20.689	1693º
77º	SC	Florianópolis	511,54	244.413.881,86	477.798	47º
78º	SP	Jaguariúna	511,03	27.119.958,02	53.069	618º
79º	PA	Barcarena	510,96	60.567.262,53	118.537	256º
80º	SP	Louveira	502,66	22.571.450,07	44.904	733º
81º	RJ	Rio das Ostras	502,08	68.597.137,55	136.626	206º
82º	MA	Bacabeira	501,50	8.431.254,81	16.812	2094º
83º	MS	Três Lagoas	491,96	56.851.397,23	115.561	262º
84º	RJ	Mangaratiba	491,31	20.417.320,88	41.557	791º
85º	RS	Eldorado do Sul	490,19	18.724.587,50	38.199	877º
86º	RJ	Piraí	489,84	13.758.569,04	28.088	1222º
87º	SP	Águas de Santa Bárbara	487,00	2.910.815,44	5.977	4016º
88º	SP	Monções	486,87	1.091.560,78	2.242	5392º
89º	PR	Adrianópolis	485,76	3.056.876,31	6.293	3914º
90º	RJ	Itaiaia	485,11	14.783.843,69	30.475	1133º
91º	RS	Glorinha	485,05	3.680.585,28	7.588	3576º
92º	SP	São Bernardo do Campo	478,41	393.366.779,35	822.242	21º
93º	PR	Saudade do Iguaçu	472,16	2.554.380,03	5.410	4196º
94º	PA	Parauapebas	471,93	92.621.269,66	196.259	150º
95º	MG	Belo Horizonte	471,39	1.184.804.152,10	2.513.451	5º
96º	GO	Caçu	470,84	7.093.182,44	15.065	2293º
97º	SC	Itajaí	470,72	98.359.710,57	208.958	142º
98º	MS	Nova Alvorada do Sul	466,71	9.435.420,26	20.217	1736º
99º	PA	Anapu	461,05	12.112.287,93	26.271	1328º
100º	SP	Paulistânia	459,74	845.929,44	1.840	5493º

	Total dos 100 maiores	833,59	27.772.944.926,94	33.317.341	..
	Total dos demais	146,54	24.884.109.286,72	169.816.536	..
	Total Brasil¹	259,22	52.657.054.213,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Na crise, cresce a importância do IPTU nos orçamentos municipais

MESMO EM MEIO À CRISE ECONÔMICA E COM O AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA, **A ARRECADAÇÃO DO IPTU SEGUIU SUA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO.**

Desempenho

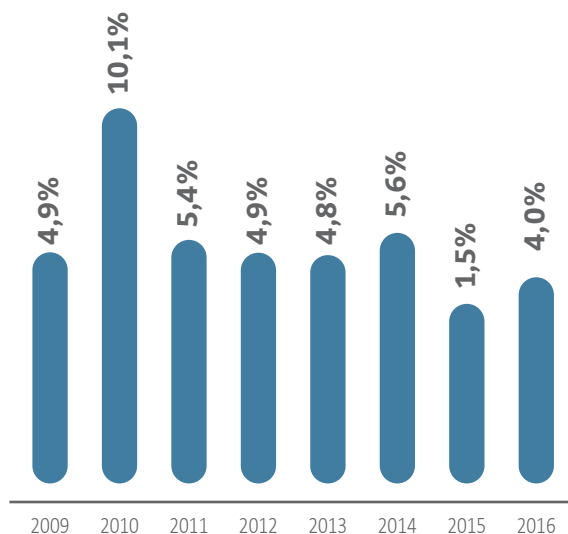
Em 2016, os municípios brasileiros registraram uma arrecadação de IPTU da ordem de R\$ 31,03 bilhões, quantia 4% maior que a do ano anterior, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Essa redução da taxa de crescimento da arrecadação do IPTU pode estar refletindo o ambiente de crise econômica vivido pelo país, caracterizado pelo crescimento do desemprego no biênio 2015-2016 e pelo consequente aumento da inadimplência. Segundo o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor, em maio de 2017 o número de consumidores inadimplentes no país havia chegado a 61 milhões, sendo o maior número desde 2012.

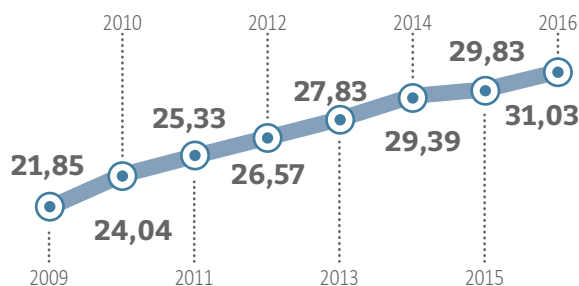
O aumento do recolhimento em São Paulo (6,6%) e no Rio de Janeiro (5%) teve forte impacto no desempenho global do IPTU. Quando excluídos os dados dos dois maiores polos de arrecadação

do imposto entre os municípios brasileiros, a taxa de crescimento recua para 3%. O aumento na capital paulista está associado à revisão da planta genérica de valores efetuada em 2013, que surtirá efeito na arrecadação do tributo até 2018. Outras capitais que apresentaram altas taxas de crescimento do IPTU foram Campo Grande (25,7%), Teresina (19,6%), Aracaju (17,7%), Rio Branco (16,1%), João Pessoa (13,5%) e Macapá (13,4%). Vale notar que, para Campo Grande, o aumento se deu em função dos baixos níveis de arrecadação de 2015, ano-base de comparação. No caso de Rio Branco, o aumento foi resultado de um conjunto de ações que contemplou a implantação de software de geoprocessamento, atualização cadastral, intensificação da cobrança administrativa, adoção de parcelamento com cartão de crédito e premiação para contribuintes adimplentes.

Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



Arrecadação do IPTU em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que além das capitais incluiu uma amostra das cidades de maior população em cada Estado, o aumento de IPTU mais significativo ocorreu em Pelotas, cuja arrecadação passou de R\$ 46,2 milhões, em 2015, para R\$ 87,9 milhões, em 2016, com alta de 90,2% em termos reais. Entre 2014 e 2015, a receita de IPTU do município já havia tido um expressivo aumento de 77%. De acordo com a prefeitura de Pelotas, essa expansão consistente desde 2015 é fruto de um trabalho iniciado em 2014 que envolve investimentos em geoprocessamento, atualização da Planta Genérica de Valores, revisão dos padrões construtivos, dentre outras ações que tiveram continuidade nos anos seguintes.

Já nas pequenas cidades a tendência foi de quase estabilidade no recolhimento do IPTU, que aumentou apenas 0,7% nos municípios com até 20 mil habitantes.

Quando visto pela ótica regional, o IPTU

arrecadado na região Norte do Brasil ficou 1% maior em 2016. Foram recolhidos R\$ 524,3 milhões, valor que correspondeu a 1,7% da arrecadação do conjunto dos municípios do país. Além do já mencionado bom desempenho de Rio Branco (16,1%), as capitais Belém (5%) e Manaus (4,2%) obtiveram incremento de IPTU, em 2016. Porto Velho e Palmas, por sua vez, sofreram significativas quedas de recolhimento do imposto, de 20,3% e 11,3%, respectivamente.

No Nordeste do Brasil, o aumento médio do recolhimento do IPTU, em 2016, foi de 1,3%. Entre as capitais da região, destacam-se os desempenhos positivos apresentados por Teresina (19,6%), Aracaju (17,7%) e João Pessoa (13,5%). São Luís, por sua vez, após ter experimentado um crescimento de 35,8% na arrecadação de IPTU em 2015, sofreu um revés de 2,6%, em 2016. Mesmo assim, a capital maranhense manteve sua receita de IPTU em volume muito superior ao registrado em anos anteriores a 2015.

No Centro-Oeste, a taxa média de crescimento do IPTU foi de 1,8%. Além do já citado caso de Campo Grande, Cuiabá obteve ligeiro aumento de arrecadação (3,5%), ao passo que Goiânia sofreu queda de 3,2%.

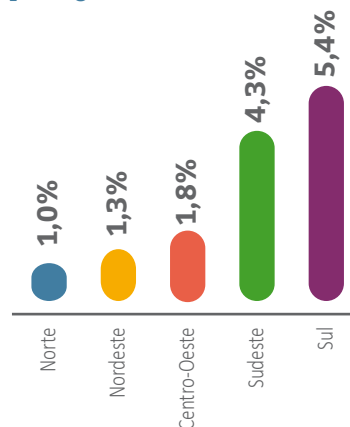
No Sudeste, o aumento de 4,3% foi puxado pelo desempenho de suas duas maiores capitais, já mencionadas anteriormente. Excluídas as capitais paulista e fluminense, a taxa da região recua para 2,7%. Belo Horizonte também apresentou um bom desempenho, com aumento de 4,2%, ao passo que em Vitória o aumento foi de 0,9%.

Nesses dois últimos anos de crise econômica, o desempenho da região Sul tem sido melhor que do restante do Brasil. Em 2015, o conjunto dos municípios da região apresentou aumento médio de IPTU da ordem de 6,4% contra uma média nacional de 1,5%. Em 2016, o aumento da região Sul foi de 5,4% enquanto a média dos municípios foi de 4%.

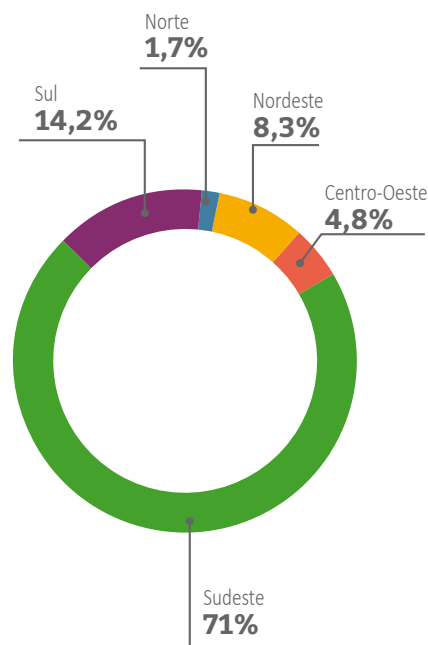
Mesmo excluído o bom desempenho de Curitiba, a maior cidade em volume de arrecadação de IPTU do Sul, a taxa recua para 5,2%. Na capital paranaense, o recolhimento do IPTU cresceu 6,8%, passando de R\$ 516,5 milhões, em 2015, para R\$ 551,7 milhões, em 2016. Em Porto Alegre, o aumento foi mais moderado, de 2,5%, e em Florianópolis o incremento de R\$ 18,7 milhões na receita com o imposto resultou em uma taxa de crescimento de 8,2%.

Juntas, as capitais brasileiras responderam por 48,8% de todo IPTU arrecadado no Brasil em 2016. Considerando as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, o indicador alcança 69,1%.

Taxa de crescimento do IPTU por região - 2016/2015



Participação das regiões na arrecadação total do IPTU - 2016



Peso na receita e arrecadação per capita

O porte populacional do município e sua estrutura socioeconômica são fatores que têm forte influência no peso do IPTU na composição da receita municipal. Além disso, deve ser levado em consideração a forma de organização do sistema tributário, pois ele é de extrema importância para explicar a composição da receita nas cidades brasileiras.

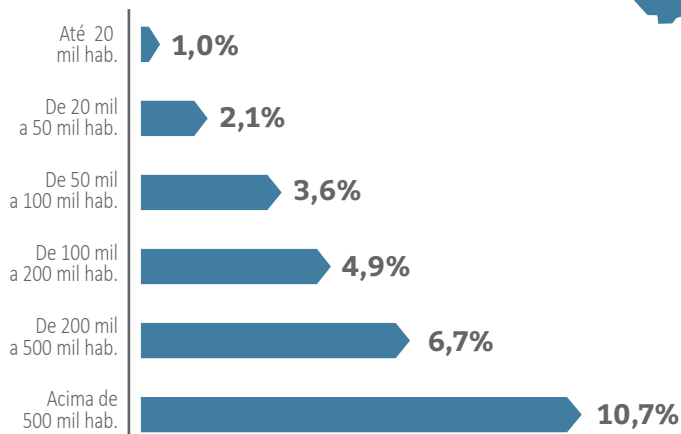
À medida que cresce o porte populacional aumenta também a base de arrecadação do IPTU, formada por residências, estabelecimentos comerciais, industriais, terrenos, entre outros usos. Assim, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, seu peso na receita corrente, em 2016, foi de 10,7%, enquanto que nos pequenos municípios com menos de 20 mil residentes foi de apenas 1%.

No caso dos grandes centros urbanos do Brasil, o peso médio do IPTU nos orçamentos municipais esconde uma grande discrepância entre as cidades. No grupo de municípios com mais de 500 mil habitantes, os cinco com maior peso do

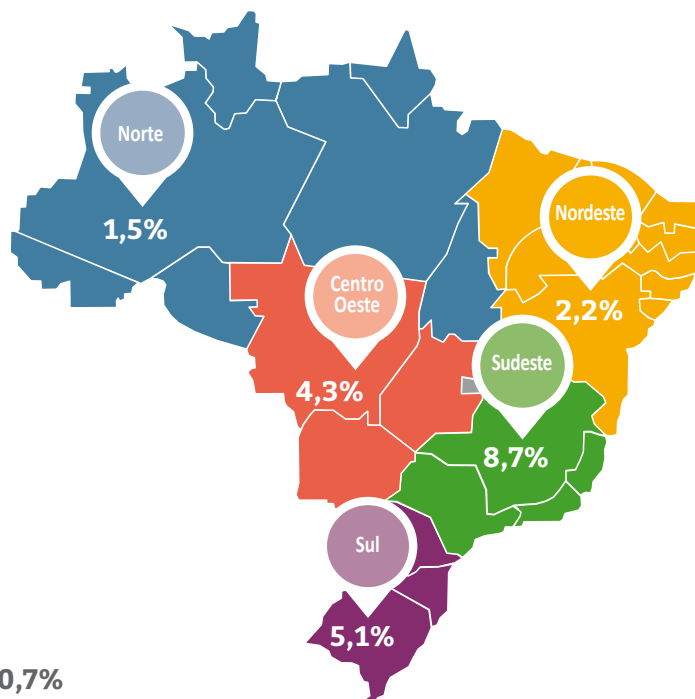
IPTU na receita corrente são paulistas: São Paulo (17,2%), Campinas (13,1%), Ribeirão Preto (12,9%), Osasco (12,6%) e Santo André (11,7%). No outro extremo, encontram-se João Pessoa (3,2%), São Luís (2,9%), Teresina (2,8%), Ananindeua-PA (2,4%) e Porto Velho (1,5%). Em grande medida, essas diferenças refletem os desníveis existentes na base de tributação dessas cidades.

A participação média do IPTU na receita corrente também é bastante distinta quando se observa sob o ponto de vista territorial, em função das disparidades regionais existentes no Brasil. O indicador é maior nos municípios do Sudeste (8,7%), seguidos pelos do Sul (5,1%), Centro-Oeste (4,3%), Nordeste (2,2%) e Norte (1,5%).

Participação do IPTU na receita corrente por faixa populacional - 2016



Participação do IPTU na receita corrente por região - 2016



No caso das pequenas cidades brasileiras, a pequena fração do IPTU na receita corrente não é reflexo apenas de sua estreita base de arrecadação. No Brasil, os tributos de ampla incidência e que geram as maiores receitas são administrados pela União e pelos estados, a exemplos do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

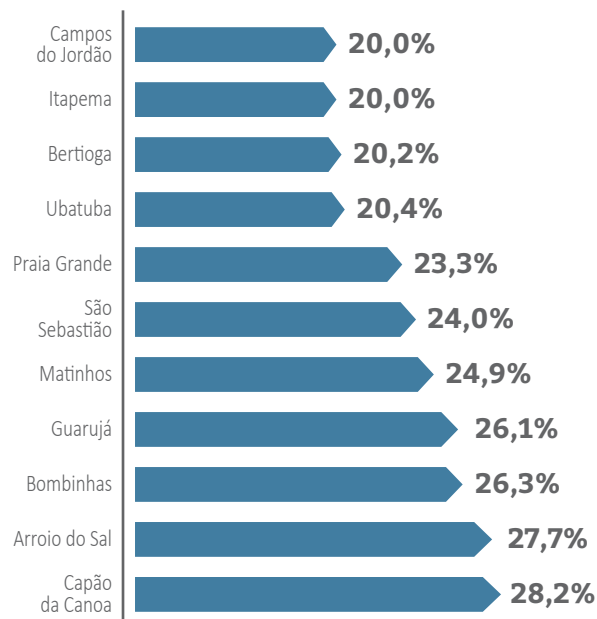
Parte dos recursos arrecadados pela União e pelos estados retornam para os municípios através do sistema de transferências verticais. Por isso é tão marcante o peso das transferências nos orçamentos das pequenas cidades em detrimento dos tributos de competência municipal, como no caso do IPTU.

O peso do IPTU nos orçamentos atinge seus níveis mais altos nas cidades litorâneas e/ou turísticas, especialmente as localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, conforme pode-se observar no gráfico ao lado. As cidades turísticas possuem uma grande quantidade de residências, hotéis, pousadas e estabelecimentos comerciais voltados para atender à demanda aquecida nas altas temporadas. Muitas dessas edificações são de elevado padrão, fator que contribui para aumentar o recolhimento do IPTU.

Além dos fatores acima arrolados, o peso do IPTU nos orçamentos municipais varia conforme o desenrolar dos ciclos econômicos.

Por ser um tributo incidente sobre a propriedade, a arrecadação do IPTU não sofre, como no caso do ITBI, do ISS, do FPM e da quota-parte do ICMS, os efeitos da conjuntura econômica de forma tão direta. Tanto sua base de cálculo, o valor venal dos imóveis, quanto as alíquotas não variam no curto prazo na mesma velocidade que a atividade econômica.

Municípios com maior participação do IPTU na receita corrente - 2016



Nos anos de forte crescimento da economia brasileira, que perdurou entre 2004 e 2008, o peso médio do IPTU na receita corrente havia caído significativamente, passando de 6,7%, em 2003, para 5,1%, em 2008, o menor valor registrado desde 2002. No período recente de baixo dinamismo ou retrocesso econômico ocorreu o movimento inverso. Pelo quarto ano consecutivo, ainda que discretamente, cresceu o peso médio do IPTU nas receitas correntes municipais, alcançando 5,9%, em 2016.

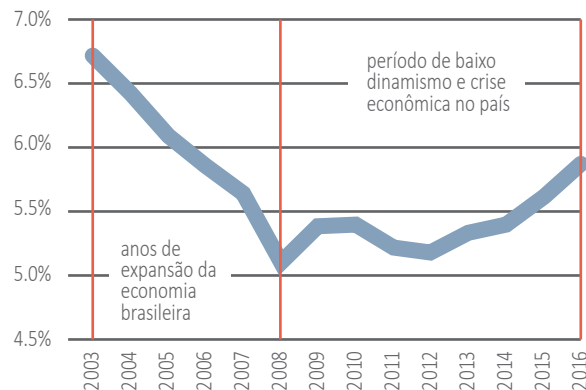
Assim, quando a economia cresce o IPTU tem sua participação no orçamento reduzida, pois as demais receitas tendem a crescer mais que ele, empurradas pelos ventos favoráveis da conjuntura. Entretanto, quando os negócios pioram e as demais receitas sentem diretamente o impacto do momento adverso, a arrecadação do IPTU mantém seu curso relativamente estável, com consequente aumento de sua importância

orçamentária. Ou seja, a arrecadação do IPTU não cresce tanto na expansão econômica como as demais receitas, mas também não sofre o revés sentido pelas demais receitas na baixa do ciclo econômico.

POR SER UMA RECEITA
MAIS ESTÁVEL E
PREVISÍVEL AO
LONGO DOS ANOS, A
ARRECADADAÇÃO DO IPTU
PASSA A **SER UMA
FONTE SEGURA
DE RECURSOS
NOS MOMENTOS
DE CRISE
ECONÔMICA.**

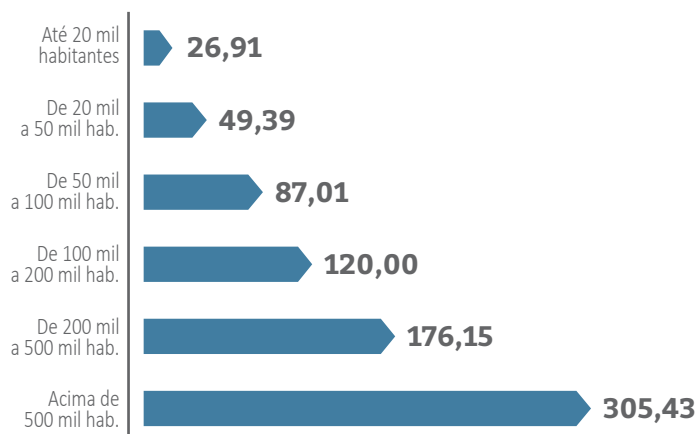
Por ser uma receita mais estável e previsível ao longo dos anos, a arrecadação do IPTU passa a ser uma fonte segura de recursos nos momentos de crise econômica, a exemplo da situação atual do Brasil. Enquanto o ISS registrou uma queda acumulada de 12,6% no biênio 2015-2016, o ITBI de 19% e a quota-parte do ICMS de 9,6%, a arrecadação do IPTU acusou um aumento de 5,6%, o que resultou em R\$ 1,64 bilhão adicional nesses dois anos. Portanto, esse é mais um importante motivo para que as administrações municipais estejam atentas ao IPTU, mantendo a Planta Genérica de Valores (PGV) e o cadastro imobiliário sempre atualizados.

Participação do IPTU na receita corrente dos municípios brasileiros

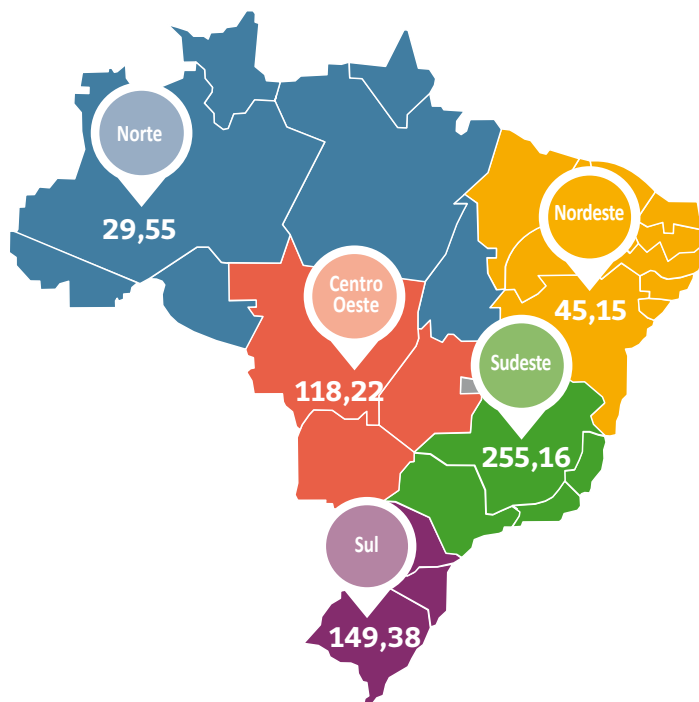


Os indicadores da receita per capita de IPTU seguem o mesmo padrão da participação do IPTU na receita corrente mostrado acima, ou seja, os maiores valores pertencem aos grandes centros urbanos, às cidades turísticas e às regiões Sul e Sudeste. Grande parte da explicação para esse padrão também é a mesma: tamanho da base de arrecadação e as características socioeconômicas dos municípios.

IPTU per capita por faixa populacional - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



IPTU per capita por região - 2016
em R\$ - IPCA médio de 2016



Potencial de arrecadação

Existe uma ampla margem para a melhoria no recolhimento do IPTU, mesmo considerando-se as limitações socioeconômicas e a estreita base arrecadatória de uma parcela dos municípios. Muitas cidades brasileiras estão em contínuo processo de expansão e unidades prediais passam por reformas e ampliação, fatores que demandam atenção permanente dos municípios a fim de que seus cadastros sejam atualizados. Com frequência,

a valorização dos imóveis nos centros urbanos também não é captada na base de cálculo do imposto, em função da desatualização da PGV.

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015, último ano da publicação, havia no país 1.072 municípios que declararam não possuir PGV. Ou seja, cerca de 19% dos municípios não estavam cobrando seu tributo adequadamente.

E dos 4.497 que têm PGV, apenas 1.868, ou 42% do total, haviam feito atualizações dos valores em 2013, 2014 ou 2015.

Portanto, mais da metade dos municípios com PGV já estavam com seus valores desatualizados em 2015. Chama a atenção também o fato de que a PGV não estava informatizada em quase um quarto (23,5%) dos municípios que a possuem.

A pesquisa do IBGE revela ainda que 289 municípios declararam não cobrar o IPTU em 2015. Observando-se as informações levantadas por **Multi Cidades**, com base nos dados de 2016 divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos 4.608 municípios que haviam entregue seus dados até 21 de setembro de 2017, 441, ou 9,4%, recolheram de dois centavos a R\$ 5 mil no ano.

Outro dado intrigante que sugere um potencial de arrecadação não explorado do IPTU é sua comparação com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que também é um imposto incidente sobre a propriedade. Na grande maioria das cidades brasileiras (88%), a receita proveniente do IPVA supera a arrecadação do IPTU. Nas pequenas cidades com até 20 mil habitantes, a proporção chega a 94%. A situação se inverte nos grandes centros urbanos, onde cerca de dois terços das cidades com mais de 200 mil habitantes registraram, em 2016, uma arrecadação de IPTU superior à do IPVA.

Proporção de municípios onde o IPTU é maior que o IPVA		
Com mais de 200 mil hab.	Com menos de 20 mil hab.	Média nacional
64%	6%	12%

Muitas vezes, a implementação de medidas para a melhoria da arrecadação do IPTU deixa de ser tomada, não apenas pela pequena representatividade do imposto no orçamento comparada à importância das transferências constitucionais que os municípios recebem, mas também devido à pouca conscientização a respeito do papel da cobrança para a construção da cidadania e para o exercício da função extrafiscal do tributo.

A construção da cidadania ocorre na medida em que a universalidade da cobrança do imposto contribui para lembrar os cidadãos de sua responsabilidade para com o financiamento da despesa pública e de seus direitos de acesso aos serviços públicos. Já a função extrafiscal da administração do IPTU vai além de recolhimento de recursos para a provisão de serviços públicos à população. Trata-se do papel do IPTU como instrumento de política urbana reforçado pelo § 4º

do artigo 182 da Constituição Federal e o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/20010). Com isso, a tributação do IPTU se volta para a promoção do desenvolvimento urbano com os objetivos de reduzir os custos de uma ocupação desordenada do território evitando, por exemplo, a ociosidade e a especulação da terra urbanizada.

IPTU das capitais em 2017

Com base nos dados de 23 capitais obtidos no portal Compara Brasil, o IPTU recolhido de janeiro a agosto de 2017 registrou aumento real de 6,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Todas as 23 capitais com dados registraram crescimento na arrecadação, sendo que em sete delas a variação foi superior a 10%: São Luís (30,2%), Boa Vista (26,2%), Goiânia (17,4%), Natal (16,1%), Belém (15,6%), Porto Alegre (14,2%) e Aracaju (10,2%). Veja mais em www.comparabrasil.com.

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	IPTU per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	17.740.418	Norte	376.692,1	423.589,2	510.610,1	518.955,0	524.303,4	1,0	12,0	1,5	29,55
AC	377.057	Rio Branco	11.863,8	14.116,8	14.680,6	14.455,4	16.781,4	16,1	15,5	2,3	44,51
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	1.097,0	1.220,3	1.143,7	1.159,8	1.273,1	9,8	6,3	1,0	15,51
AP	465.495	Macapá	7.975,3	6.645,2	7.075,8	7.780,6	8.819,9	13,4	8,6	1,3	18,95
AP	113.854	Santana	1.733,9	1.039,3	1.113,1	592,6
AM	2.094.391	Manaus	100.534,8	125.487,6	150.527,5	176.778,9	184.190,1	4,2	19,9	4,9	87,94
AM	112.716	Parintins	395,5	690,0	641,7	490,3	449,0	-8,4	3,98
PA	1.446.042	Belém	77.851,6	81.237,3	84.727,4	82.995,5	87.161,9	5,0	14,4	3,5	60,28
PA	510.834	Ananindeua	12.131,1	12.234,1	16.271,5	13.623,1	13.178,2	-3,3	20,6	2,4	25,80
PA	294.447	Santarém	4.915,6	5.800,7	6.180,1	5.693,9	5.339,4	-6,2	10,6	1,0	18,13
PA	266.932	Marabá	3.632,8	4.996,4	5.689,3	5.309,1	4.010,1	-24,5	4,1	0,6	15,02
RO	511.219	Porto Velho	13.628,5	15.488,4	20.066,8	21.960,8	17.506,9	-20,3	7,2	1,5	34,25
RO	131.560	Ji-Paraná	3.795,2	3.986,7	4.247,5	3.983,3	3.833,9	-3,8	10,2	1,8	29,14
RR	326.419	Boa Vista	22.862,8	21.502,3	22.156,0	20.183,6	19.911,3	-1,3	17,4	2,1	61,00
RR	27.756	Rorainópolis	0,2	...	217,7	340,5	505,4	48,4	20,6	1,1	18,21
TO	279.856	Palmas	28.033,7	30.799,3	58.273,7	50.419,8	44.720,4	-11,3	23,0	4,7	159,80
TO	173.112	Araguaína	6.194,1	7.582,8	7.797,0	10.264,6	11.126,3	8,4	21,8	3,1	64,27
	56.912.962	Nordeste	1.891.266,7	2.010.212,1	2.501.390,8	2.537.194,6	2.569.513,7	1,3	17,7	2,2	45,15
AL	1.021.709	Maceió	84.819,5	89.242,6	94.403,8	98.450,6	97.881,5	-0,6	23,3	5,2	95,80
AL	232.671	Arapiraca	2.773,4	4.513,7	4.039,5	4.814,1	4.340,6	-9,8	11,3	0,9	18,66
BA	2.938.092	Salvador	355.917,0	360.203,1	562.809,2	513.764,8	531.569,4	3,5	26,0	9,8	180,92
BA	622.639	Feira de Santana	20.250,0	26.805,4	53.585,4	53.174,2	54.668,2	2,8	25,0	5,8	87,80
BA	346.069	Vitória da Conquista	13.240,6	13.761,8	14.982,9	16.206,1	17.592,4	8,6	19,7	3,0	50,83
BA	292.074	Camaçari	45.668,9	45.285,1	69.275,0	70.731,2	75.147,5	6,2	29,1	7,6	257,29
CE	2.609.716	Fortaleza	256.097,9	266.616,6	366.147,3	369.109,5	394.985,6	7,0	27,3	7,1	151,35
CE	358.164	Caucaia	4.810,6	6.280,6	7.032,9	6.552,9	6.085,9	-7,1	10,2	1,1	16,99
CE	268.248	Juazeiro do Norte	2.766,5	4.023,0	3.447,3	4.795,7	6.858,2	43,0	14,8	1,4	25,57
MA	1.082.935	São Luís	51.895,8	55.325,3	54.228,1	73.660,3	71.728,4	-2,6	11,6	2,9	66,24
MA	253.873	Imperatriz	6.543,3	7.298,6	7.858,3	7.062,3	7.627,7	8,0	11,8	1,4	30,05
PB	801.718	João Pessoa	47.800,0	51.219,0	54.506,5	52.128,1	59.167,1	13,5	14,3	3,2	73,80
PB	407.754	Campina Grande	10.676,0	12.219,1	12.087,9	13.613,3	13.562,9	-0,4	13,8	1,6	33,26
PE	1.625.583	Recife	312.757,3	334.712,9	340.479,0	339.198,6	336.671,3	-0,7	22,9	8,5	207,11
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	40.847,5	44.562,6	45.895,2	57.313,2	50.416,4	-12,0	25,6	4,6	72,95
PE	390.144	Olinda	18.969,1	16.547,3	18.869,9	19.464,1	19.003,1	-2,4	16,4	3,6	48,71
PE	351.686	Caruaru	33.138,4	27.474,4	26.765,1	30.086,6	29.821,0	-0,9	25,2	5,1	84,79
PE	337.683	Petrolina	5.517,4	6.768,5	9.196,9	9.083,6	9.142,3	0,6	11,1	1,6	27,07
PE	325.590	Paulista	8.901,9	16.331,7	15.672,1	13.398,3	13.284,4	-0,8	21,5	3,5	40,80
PI	847.430	Teresina	41.343,8	47.362,5	55.095,8	53.867,5	64.406,8	19,6	15,6	2,8	76,00
PI	150.201	Parnaíba	1.010,8	1.132,4	1.420,2	2.277,4	3.011,9	32,3	10,5	1,0	20,05
RN	877.662	Natal	75.222,6	86.048,1	100.876,4	128.828,0	104.406,1	-19,0	19,2	5,7	118,96
RN	291.937	Mossoró	8.170,0	7.050,5	8.958,6	9.047,9	9.679,9	7,0	11,8	1,9	33,16
SE	641.523	Aracaju	81.322,3	85.000,4	96.032,3	111.205,7	130.940,1	17,7	27,0	8,5	204,11
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	3.109,4	3.273,9	4.193,5	2.809,4	3.109,5	10,7	9,6	1,3	17,31
	12.683.772	Centro-Oeste¹	1.267.547,2	1.347.405,9	1.517.834,3	1.473.333,4	1.499.412,6	1,8	24,4	4,3	118,22
GO	1.448.639	Goiânia	356.533,6	360.924,8	379.565,1	381.952,1	369.791,9	-3,2	29,9	9,3	255,27
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	66.560,4	83.156,2	91.543,6	93.499,5	87.210,8	-6,7	37,5	9,7	163,89
GO	370.875	Anápolis	43.471,2	45.931,5	48.016,4	47.147,1	53.651,6	13,8	29,1	5,9	144,66
MT	585.367	Cuiabá	87.716,3	107.710,6	114.761,3	115.950,2	120.046,7	3,5	23,1	6,5	205,08
MT	271.339	Várzea Grande	9.600,9	10.106,0	14.770,3	12.656,8	12.236,3	-3,3	17,3	2,5	45,10
MS	863.982	Campo Grande	306.113,8	294.647,0	340.727,9	248.740,2	312.616,5	25,7	38,6	11,5	361,83
MS	215.486	Dourados	35.066,5	42.607,5	42.745,8	55.403,3	50.000,9	-9,8	34,9	7,3	232,04
	86.356.952	Sudeste	19.490.273,5	20.374.094,0	20.938.707,8	21.134.026,1	22.034.705,3	4,3	29,9	8,7	255,16
ES	359.555	Vitória	66.209,4	67.028,9	67.430,7	66.643,3	67.244,0	0,9	187,02
ES	494.109	Serra	30.564,5	30.333,0	32.479,1	37.655,4	38.162,2	1,3	15,1	3,7	77,23
ES	479.664	Vila Velha	40.930,8	62.613,0	23.118,0	70.366,0	65.902,8	-6,3	22,6	7,9	137,39
ES	384.621	Cariacica	10.514,4	10.906,8	11.442,0	10.995,8	11.053,2	0,5	12,2	2,1	28,74
MG	2.513.451	Belo Horizonte	932.124,8	950.538,4	967.660,3	968.482,5	1.009.455,1	4,2	31,9	11,2	401,62
MG	669.672	Uberlândia	45.506,9	48.599,8	50.975,2	55.222,9	57.254,3	3,7	14,3	3,3	85,50
MG	653.800	Contagem	72.413,6	82.798,3	93.451,4	92.735,7	94.557,2	2,0	28,6	6,8	144,63

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	IPTU per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	119.124,7	120.621,5	126.482,5	125.069,3	127.487,6	1,9	31,5	9,4	227,80
MG	422.354	Betim	35.441,1	36.677,4	41.276,3	37.995,4	36.985,4	-2,7	20,6	2,5	87,57
MG	398.288	Montes Claros	17.556,7	23.391,5	22.683,0	21.685,2	24.887,6	14,8	21,1	4,4	62,49
MG	325.846	Ribeirão das Neves	6.180,0	6.124,4	7.447,7	8.787,6	10.740,7	22,2	21,1	3,0	32,96
MG	325.279	Uberaba	29.053,5	28.882,0	32.254,3	32.021,0	32.644,4	1,9	19,7	3,5	100,36
MG	279.665	Governador Valadares	18.659,9	24.174,8	27.783,3	34.857,5	37.333,6	7,1	32,6	5,3	133,49
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	2.175.510,4	2.324.207,7	2.373.730,3	2.218.176,1	2.328.555,0	5,0	23,5	11,0	358,30
RJ	1.044.058	São Gonçalo	54.102,4	54.643,0	61.555,1	53.230,2	51.674,5	-2,9	49,49
RJ	886.917	Duque de Caxias	96.832,2	67.507,7	73.261,7	72.382,2	76.677,3	5,9	16,4	3,9	86,45
RJ	797.435	Nova Iguaçu	45.081,7	46.864,4	47.414,7	52.989,8	48.638,8	-8,2	22,5	4,3	60,99
RJ	497.883	Niterói	267.366,9	283.705,9	275.984,5	301.279,9	320.779,8	6,5	42,4	16,7	644,29
RJ	494.141	Belford Roxo	11.290,1	12.307,1	12.361,1	13.669,4	13.123,8	-4,0	19,3	2,3	26,56
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	32.007,4	34.214,2	37.156,3	42.378,6	42.215,5	-0,4	17,6	2,8	86,65
RJ	460.541	São João de Meriti	26.603,6	28.358,2	29.606,0	26.509,6	26.448,2	-0,2	30,4	5,1	57,43
RJ	298.158	Petrópolis	63.465,1	62.995,1	59.911,4	63.400,7	65.669,9	3,6	31,5	7,9	220,25
RJ	263.659	Volta Redonda	60.849,2	64.486,5	66.001,8	66.656,9	69.440,5	4,2	42,4	8,7	263,37
SP	12.038.175	São Paulo	6.730.887,5	6.867.958,5	7.070.511,5	7.115.092,1	7.581.863,8	6,6	32,3	17,2	629,82
SP	1.337.087	Guarulhos	330.099,1	431.936,9	393.032,6	407.696,6	414.850,6	1,8	41,3	11,5	310,26
SP	1.173.370	Campinas	475.115,7	483.614,0	499.166,7	508.201,6	527.138,0	3,7	32,2	13,1	449,25
SP	822.242	São Bernardo do Campo	324.260,9	339.358,4	334.003,6	326.437,9	330.039,2	1,1	31,7	10,2	401,39
SP	712.749	Santo André	228.584,9	230.549,2	244.383,4	237.217,3	249.884,5	5,3	31,6	11,7	350,59
SP	696.382	Osasco	203.135,5	239.267,6	243.393,2	238.040,2	242.017,9	1,7	30,1	12,6	347,54
SP	695.992	São José dos Campos	153.057,9	158.441,9	174.730,8	171.877,4	175.459,1	2,1	29,4	7,1	252,10
SP	674.405	Ribeirão Preto	171.320,9	246.565,3	261.967,8	267.617,5	277.646,0	3,7	39,1	12,9	411,69
SP	652.481	Sorocaba	113.515,9	117.170,3	119.587,0	123.078,6	127.302,3	3,4	20,6	5,4	195,10
SP	457.696	Mauá	66.382,4	76.550,6	77.172,5	73.600,9	77.790,0	5,7	42,1	9,0	169,96
SP	446.649	São José do Rio Preto	127.843,8	131.975,6	152.336,5	152.088,7	154.358,6	1,5	38,7	11,7	345,59
SP	434.359	Santos	320.316,3	333.073,5	363.168,4	356.314,4	347.211,8	-2,6	34,7	16,5	799,37
SP	429.321	Mogi das Cruzes	111.311,4	114.201,6	118.768,8	115.470,4	118.698,3	2,8	43,1	10,6	276,48
SP	415.180	Diadema	114.315,0	116.968,4	124.434,8	127.021,4	132.877,3	4,6	320,05
SP	405.740	Jundiaí	107.941,4	112.624,4	117.014,4	120.949,9	125.654,2	3,9	22,3	7,4	309,69
SP	394.465	Carapicuíba	38.102,1	26.339,6	35.169,0	45.916,0	41.805,1	-9,0	105,98
SP	394.419	Piracicaba	78.785,6	83.559,6	86.045,9	87.064,8	87.605,6	0,6	26,3	6,4	222,11
SP	369.368	Bauru	71.621,3	70.624,4	77.689,4	79.357,3	81.063,9	2,2	33,4	8,1	219,47
29.439.773	Sul	3.543.543,1	3.677.185,2	3.920.718,6	4.171.378,5	4.397.724,1	5,4	25,5	5,1	149,38	
PR	1.893.997	Curitiba	525.459,2	496.161,7	496.043,5	516.502,2	551.732,6	6,8	23,6	7,8	291,31
PR	553.393	Londrina	127.273,5	142.038,8	145.014,3	144.043,3	148.994,3	3,4	31,2	9,6	269,24
PR	403.063	Maringá	102.163,8	105.972,9	133.760,3	135.597,9	139.968,4	3,2	36,5	11,7	347,26
PR	341.130	Ponta Grossa	43.011,3	40.647,8	44.042,6	41.813,5	56.275,8	34,6	27,7	8,7	164,97
PR	316.226	Cascavel	22.962,3	26.651,7	28.511,2	36.100,7	40.060,5	11,0	18,8	5,4	126,68
PR	302.759	São José dos Pinhais	32.515,2	22.452,3	25.453,1	26.391,3	33.010,9	25,1	14,6	3,6	109,03
PR	263.915	Foz do Iguaçu	37.050,2	37.091,8	46.629,8	50.662,5	52.912,7	4,4	26,7	7,5	200,49
RS	1.481.019	Porto Alegre	378.110,4	377.900,4	400.423,7	383.004,3	392.768,6	2,5	20,5	7,3	265,20
RS	479.236	Caxias do Sul	77.431,5	83.935,0	88.039,8	89.933,1	107.133,9	19,1	26,3	6,6	223,55
RS	343.651	Pelotas	36.791,6	36.744,3	26.092,6	46.223,0	87.934,9	90,2	50,9	11,0	255,88
RS	342.634	Canoas	34.831,8	29.720,9	47.772,2	63.942,7	42.348,0	-33,8	21,9	3,4	123,60
RS	277.309	Santa Maria	29.379,9	30.363,9	31.289,3	30.998,2	32.973,4	6,4	22,0	6,2	118,90
RS	273.742	Gravataí	12.300,0	12.269,0	19.629,3	13.102,6	16.556,8	26,4	15,5	2,6	60,48
RS	252.872	Viamão	6.424,4	5.163,8	4.869,2	4.958,7	7.878,4	58,9	18,6	1,9	31,16
SC	477.798	Florianópolis	139.501,0	175.279,5	173.319,5	226.753,9	245.421,8	8,2	33,5	16,2	513,65
SC	569.645	Joinville	95.847,8	108.668,9	115.653,1	118.697,1	122.341,3	3,1	29,7	6,7	214,77
SC	343.715	Blumenau	61.253,1	63.676,6	82.052,2	71.382,8	84.083,7	17,8	26,5	6,9	244,63
80.508.414	Cidades selecionadas	18.521.572,1	19.344.468,6	20.403.437,3	20.458.366,1	21.452.608,1	4,9	28,1	9,8	266,46	
32.147.801	Até 20 mil habitantes	703.019,2	765.242,2	837.037,8	858.864,7	865.035,3	0,7	15,6	1,0	26,91	
46.107.667	Capitais	13.268.093,1	13.693.364,7	14.466.260,0	14.356.084,6	15.150.344,2	5,5	27,6	11,1	328,59	
203.133.877	Brasil¹	26.569.322,6	27.832.486,4	29.389.261,7	29.834.887,5	31.025.659,2	4,0	26,8	5,9	152,74	

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

IPTU | RANKING 2016

Posição	UF	Município	IPTU	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	7.581.863.776,33	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	2.328.555.044,69	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.009.455.072,15	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	551.732.589,71	1.893.997	7º
5º	BA	Salvador	531.569.373,66	2.938.092	3º
6º	SP	Campinas	527.137.950,80	1.173.370	13º
7º	SP	Guarulhos	414.850.577,58	1.337.087	12º
8º	CE	Fortaleza	394.985.621,73	2.609.716	4º
9º	RS	Porto Alegre	392.768.648,94	1.481.019	9º
10º	GO	Goiânia	369.791.918,77	1.448.639	10º
11º	SP	Santos	347.211.819,64	434.359	52º
12º	PE	Recife	336.671.320,47	1.625.583	8º
13º	SP	São Bernardo do Campo	330.039.197,09	822.242	21º
14º	RJ	Niterói	320.779.773,05	497.883	41º
15º	MS	Campo Grande	312.616.474,07	863.982	19º
16º	SP	Guarujá	303.637.230,49	313.421	84º
17º	SP	Praia Grande	282.598.670,58	304.705	86º
18º	SP	Ribeirão Preto	277.646.010,29	674.405	28º
19º	SP	Santo André	249.884.466,30	712.749	24º
20º	SC	Florianópolis	245.421.822,42	477.798	47º
21º	SP	Osasco	242.017.949,37	696.382	25º
22º	AM	Manaus	184.190.093,26	2.094.391	6º
23º	SP	São José dos Campos	175.459.097,46	695.992	26º
24º	SP	São José do Rio Preto	154.358.629,09	446.649	51º
25º	PR	Londrina	148.994.319,36	553.393	37º
26º	PR	Maringá	139.968.362,34	403.063	58º
27º	SP	São Caetano do Sul	136.022.989,00	158.825	181º
28º	SP	Diadema	132.877.311,39	415.180	55º
29º	SE	Araçaju	130.940.110,58	641.523	32º
30º	SP	São Sebastião	130.810.155,88	84.294	369º
31º	MG	Juiz de Fora	127.487.563,61	559.636	36º
32º	SP	Sorocaba	127.302.289,87	652.481	31º
33º	SP	Jundiaí	125.654.163,18	405.740	57º
34º	SC	Joinville	122.341.270,01	569.645	35º
35º	MT	Cuiabá	120.046.652,28	585.367	34º
36º	SP	Mogi das Cruzes	118.698.284,53	429.321	53º
37º	SP	São Vicente	109.615.371,09	357.989	69º
38º	RS	Caxias do Sul	107.133.920,38	479.236	46º
39º	RN	Natal	104.406.116,43	877.662	18º
40º	SC	Balneário Camboriú	98.298.687,11	131.727	216º
41º	AL	Maceió	97.881.458,87	1.021.709	16º
42º	MG	Contagem	94.557.244,18	653.800	30º
43º	SP	Cubatão	92.542.443,75	127.887	224º
44º	RS	Pelotas	87.934.904,59	343.651	75º
45º	SP	Piracicaba	87.605.553,26	394.419	61º
46º	GO	Aparecida de Goiânia	87.210.823,34	532.135	38º
47º	PA	Belém	87.161.901,66	1.446.042	11º
48º	SP	Indaiatuba	84.362.534,73	235.367	116º
49º	SC	Blumenau	84.083.677,97	343.715	74º
50º	SP	Bauru	81.063.927,01	369.368	66º
51º	SP	Cotia	80.027.940,29	233.696	119º
52º	SP	Santana de Parnaíba	79.183.579,16	129.261	222º

Posição	UF	Município	IPTU	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	SP	Bertioga	78.907.803,44	57.942	557º
54º	SP	São Carlos	78.797.065,88	243.765	112º
55º	SP	Mauá	77.789.966,97	457.696	50º
56º	RJ	Duque de Caxias	76.677.279,85	886.917	17º
57º	BA	Camaçari	75.147.462,48	292.074	91º
58º	SP	Atibaia	74.235.455,80	138.449	203º
59º	MA	São Luís	71.728.370,16	1.082.935	14º
60º	SP	Franca	69.486.662,18	344.704	73º
61º	RJ	Volta Redonda	69.440.539,61	263.659	106º
62º	SP	Limeira	69.252.975,35	298.701	88º
63º	SP	Taubaté	68.702.317,77	305.174	85º
64º	ES	Vitória	67.244.023,12	359.555	67º
65º	SP	Suzano	66.421.097,75	288.056	93º
66º	ES	Vila Velha	65.902.780,79	479.664	45º
67º	RJ	Petrópolis	65.669.902,83	298.158	89º
68º	PI	Teresina	64.406.812,62	847.430	20º
69º	SP	Bragança Paulista	61.661.353,64	162.435	175º
70º	PB	João Pessoa	59.167.138,96	801.718	22º
71º	SP	Jacareí	57.787.948,90	228.214	127º
72º	SP	Marília	57.312.868,91	233.639	120º
73º	MG	Uberlândia	57.254.261,57	669.672	29º
74º	PR	Ponta Grossa	56.275.782,12	341.130	77º
75º	SP	Itu	56.141.192,33	168.643	170º
76º	SP	Caraguatatuba	55.812.987,81	115.071	264º
77º	SP	Rio Claro	55.760.044,92	201.473	147º
78º	BA	Feira de Santana	54.668.176,67	622.639	33º
79º	SP	Ubatuba	54.425.130,17	87.364	360º
80º	SP	Araraquara	54.214.270,35	228.664	126º
81º	SP	Valinhos	54.188.036,47	122.163	238º
82º	RJ	Angra dos Reis	53.956.624,53	191.504	154º
83º	GO	Anápolis	53.651.571,40	370.875	65º
84º	SP	Taboão da Serra	53.300.276,28	275.948	97º
85º	PR	Foz de Iguaçu	52.912.679,28	263.915	105º
86º	RJ	São Gonçalo	51.674.528,78	1.044.058	15º
87º	SC	São José	50.674.350,03	236.029	115º
88º	PE	Jaboatão dos Guararapes	50.416.405,80	691.125	27º
89º	MG	Ipatinga	50.098.654,38	259.324	107º
90º	MS	Dourados	50.000.946,51	215.486	136º
91º	SP	Americana	48.771.947,76	231.621	123º
92º	RJ	Nova Iguaçu	48.638.762,76	797.435	23º
93º	RS	Capão da Canoa	46.389.673,53	47.792	684º
94º	SP	Itanhaém	46.317.144,01	97.439	318º
95º	RJ	Macaé	46.229.857,76	239.471	113º
96º	TO	Palmas	44.720.367,94	279.856	94º
97º	RS	Canoas	42.347.964,48	342.634	76º
98º	RJ	Campos dos Goytacazes	42.215.496,52	487.186	44º
99º	SP	Carapicuíba	41.805.119,55	394.465	60º
100º	SP	Sumaré	41.184.522,80	269.522	100º

	Total dos 100 maiores	23.679.243.287,31	75.092.445	..
	Total dos demais	7.346.415.927,50	128.041.432	..
	Total Brasil¹	31.025.659.214,81	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹ não inclui Brasília.

IPTU per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	SP	Ilha Comprida	1.738,46	18.212.129,21	10.476	3043°
2°	SP	São Sebastião	1.551,83	130.810.155,88	84.294	369°
3°	RS	Arroio do Sal	1.382,84	12.336.331,35	8.921	3273°
4°	SC	Bombinhas	1.362,51	24.595.946,98	18.052	1964°
5°	SP	Bertioga	1.361,84	78.907.803,44	57.942	557°
6°	SP	Águas de São Pedro	996,50	3.193.776,80	3.205	5030°
7°	RS	Balção da Canoa	970,66	46.389.673,53	47.792	684°
8°	SP	Guarujá	968,78	303.637.230,49	313.421	84°
9°	SP	Praia Grande	927,45	282.598.670,58	304.705	86°
10°	SP	São Caetano do Sul	856,43	136.022.989,00	158.825	181°
11°	PR	Matinhos	836,54	27.625.985,00	33.024	1034°
12°	RS	Gramado	830,77	28.937.530,18	34.832	956°
13°	SP	Santos	799,37	347.211.819,64	434.359	52°
14°	SC	Balneário Camboriú	746,23	98.298.687,11	131.727	216°
15°	SP	Cubatão	723,63	92.542.443,75	127.887	224°
16°	SP	Mongaguá	685,79	36.610.022,96	53.384	613°
17°	SP	Ilhabela	682,57	22.375.868,96	32.782	1043°
18°	SP	Águas de Lindóia	663,05	12.208.004,74	18.412	1917°
19°	SP	Campos do Jordão	649,90	33.247.154,88	51.157	645°
20°	RJ	Niterói	644,29	320.779.773,05	497.883	41°
21°	SP	São Paulo	629,82	7.581.863.776,33	12.038.175	1°
22°	SP	Ubatuba	622,97	54.425.130,17	87.364	360°
23°	SP	Santana de Parnaíba	612,59	79.183.579,16	129.261	222°
24°	RS	Imbé	608,79	12.354.723,89	20.294	1727°
25°	SP	Peruibe	607,39	40.031.115,51	65.907	492°
26°	SC	Itapema	605,92	35.838.548,11	59.147	545°
27°	SC	Governador Celso Ramos	560,03	7.889.110,27	14.087	2429°
28°	MG	Capitólio	548,29	4.741.579,77	8.648	3336°
29°	PR	Guaratuba	543,80	19.352.618,47	35.588	936°
30°	SP	Atibaia	536,19	74.235.455,80	138.449	203°
31°	SP	Serra Negra	530,74	15.144.023,43	28.534	1199°
32°	SP	Águas de Santa Bárbara	522,70	3.124.195,89	5.977	4016°
33°	SC	Florianópolis	513,65	245.421.822,42	477.798	47°
34°	PR	Pontal do Paraná	505,22	12.568.858,10	24.878	1405°
35°	RS	Torres	491,68	18.360.219,40	37.342	901°
36°	SP	Itupeva	487,65	27.111.349,36	55.596	591°
37°	SP	Caraguatatuba	485,03	55.812.987,81	115.071	264°
38°	SP	Itanhaém	475,35	46.317.144,01	97.439	318°
39°	SC	Porto Belo	455,51	8.993.631,85	19.744	1778°
40°	SP	Campinas	449,25	527.137.950,80	1.173.370	13°
41°	BA	Mata de São João	449,00	20.829.788,43	46.392	705°
42°	SP	Valinhos	443,57	54.188.036,47	122.163	238°
43°	SP	Vinhedo	429,92	31.751.835,82	73.855	437°
44°	SP	Ribeirão Preto	411,69	277.646.010,29	674.405	28°
45°	SP	Jarinu	409,59	11.473.363,74	28.012	1229°
46°	SP	Pardinho	405,11	2.508.043,11	6.191	3954°
47°	MG	Nova Lima	403,41	36.737.700,46	91.069	344°
48°	MG	Belo Horizonte	401,62	1.009.455.072,15	2.513.451	5°
49°	SP	São Bernardo do Campo	401,39	330.039.197,09	822.242	291°
50°	RJ	Mangaratiba	400,67	16.650.494,81	41.557	719°
51°	SC	Balneário Piçarras	379,98	8.075.641,00	21.253	1653°
52°	SP	Bragança Paulista	379,61	61.661.353,64	162.435	175°

Posição	UF	Município	IPTU per capita	IPTU	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	RS	Tramandaí	372,58	17.497.075,25	46.962	695°
54°	SC	Itapoa	370,64	6.949.041,35	18.749	1880°
55°	MS	Campo Grande	361,83	312.616.474,07	863.982	19°
56°	SP	Indaiatuba	358,43	84.362.534,73	235.367	116°
57°	RJ	Rio de Janeiro	358,30	2.328.555.044,69	6.498.837	2°
58°	SC	Garopaba	357,54	7.713.200,46	21.573	1619°
59°	SP	Cajamar	356,12	25.952.562,72	72.875	444°
60°	SC	Barra Velha	353,93	9.584.462,24	27.080	1278°
61°	SP	Santo André	350,59	249.884.466,30	712.749	24°
62°	SP	Osasco	347,54	242.017.949,37	696.382	25°
63°	PR	Maringá	347,26	139.968.362,34	403.063	58°
64°	SP	São José do Rio Preto	345,59	154.358.629,09	446.649	51°
65°	SP	Cotia	342,44	80.027.940,29	233.696	119°
66°	SP	Porto Feliz	341,75	17.846.452,70	52.221	630°
67°	RS	Balneário Pinhal	338,53	4.229.305,70	12.493	2637°
68°	SP	Vargem Grande Paulista	337,14	16.702.553,79	49.542	665°
69°	SC	Joaçaba	336,77	9.870.658,69	29.310	1171°
70°	SP	Holambra	334,68	4.584.473,44	13.698	2478°
71°	SP	Itu	332,90	56.141.192,33	168.643	170°
72°	RS	Cidreira	330,04	4.789.171,19	14.511	2369°
73°	SP	São Carlos	323,25	78.797.065,88	243.765	112°
74°	GO	Rio Quente	321,69	1.291.274,17	4.014	4719°
75°	RS	Arambaré	320,73	1.204.350,50	3.755	4817°
76°	SP	Diadema	320,05	132.877.311,39	415.180	55°
77°	SP	Barretos	318,90	38.251.229,25	119.948	249°
78°	SP	Rubineia	317,79	979.114,03	3.081	5073°
79°	SP	Guarulhos	310,26	414.850.577,58	1.337.087	12°
80°	SP	Júdiá	309,69	125.654.163,18	405.740	57°
81°	SP	São Vicente	306,20	109.615.371,09	357.989	69°
82°	PR	Quatro Barras	304,25	6.800.800,57	22.353	1562°
83°	PR	Cianorte	302,94	23.797.099,11	78.553	407°
84°	SP	Itatiba	301,98	34.700.839,09	114.912	265°
85°	SP	Guararema	300,60	8.616.538,55	28.664	1193°
86°	SP	Catanduva	297,12	35.681.343,94	120.092	248°
87°	GO	Cachoeira Dourada	296,81	2.484.028,30	8.369	3385°
88°	SC	Balneário Barra do Sul	295,14	2.972.898,84	10.073	3112°
89°	PR	Curitiba	291,31	551.732.589,71	1.893.997	7°
90°	SP	Louveira	290,74	13.055.564,15	44.904	733°
91°	SP	Monte Alto	290,73	14.455.191,28	49.721	661°
92°	RS	Canela	285,30	12.195.314,37	42.746	765°
93°	SP	Salto	285,25	32.858.938,99	115.193	263°
94°	PR	Porto Rico	284,61	742.825,55	2.610	5265°
95°	RJ	Angra dos Reis	281,75	53.956.624,53	191.504	154°
96°	SP	Pedreira	280,33	12.921.739,30	46.094	710°
97°	SP	Arujá	279,13	23.781.747,58	85.199	366°
98°	SP	Santa Fé do Sul	279,06	8.812.205,33	31.578	1098°
99°	SP	Amparo	278,02	19.667.450,72	70.742	453°
100°	SP	Mojí Mirim	277,96	25.553.011,89	91.929	339°

	Total dos 100 maiores	480,14	18.349.425.114,70	38.216.948	..
	Total dos demais	76,86	12.676.234.100,11	164.916.929	..
	Total Brasil¹	152,74	31.025.659.214,81	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

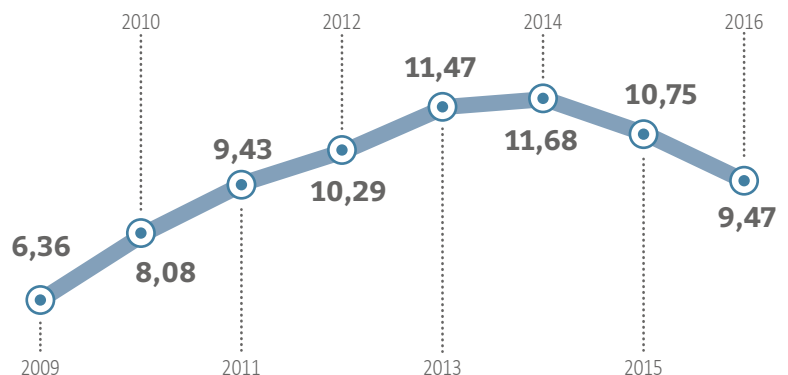
Crise derruba ITBI

CRÉDITO IMOBILIÁRIO DESPENCA PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO E IMPOSTO SOFRE FORTE QUEDA EM 2016. **PARA 2017 O CENÁRIO PREVISTO É DE ESTABILIDADE.**

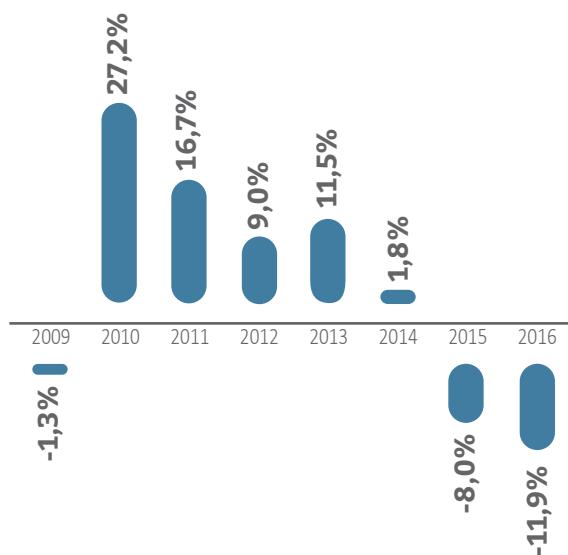
Desempenho

A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens e Imóveis Inter-Vivos (ITBI) encolheu pelo segundo ano consecutivo. Após a queda de 8% em 2015, o recuo de 2016 foi ainda mais intenso, da ordem de 11,9%, fazendo com que o recolhimento do imposto atingisse R\$ 9,47 bilhões, patamar semelhante ao registrado em 2011, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2016.

Arrecadação do ITBI
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



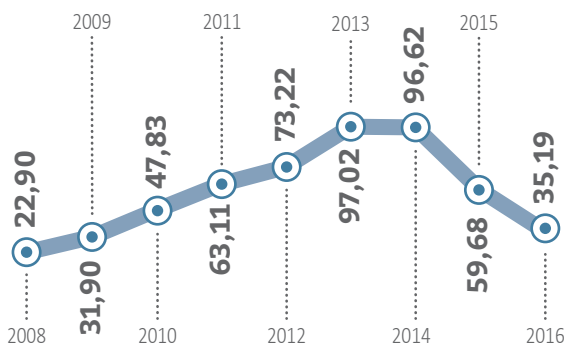
Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



As sucessivas quedas de arrecadação do ITBI são reflexo da redução das transações imobiliárias e do valor dos imóveis. Ambos os fatores refletem a grave crise econômica que o país atravessa.

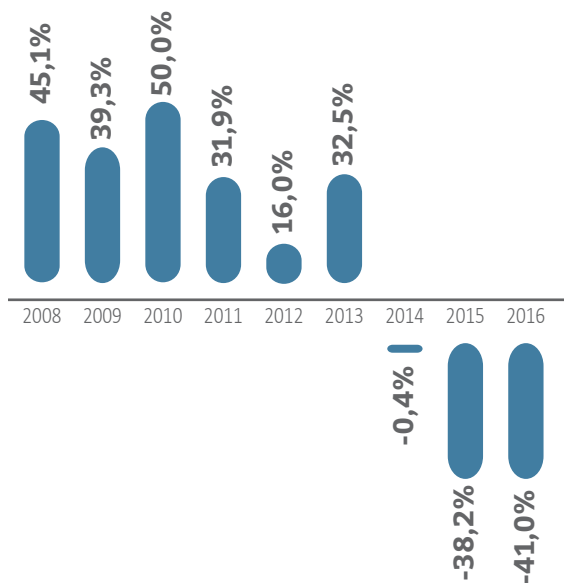
O vertiginoso encolhimento do volume de crédito imobiliário concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) nos dois últimos anos é um forte indicativo da redução no número de transações imobiliárias. **Após atingir o pico de cerca de R\$ 97 bilhões em 2013 e em 2014, o crédito concedido pelos bancos recuou para R\$ 59,68 bilhões, em 2015, e para R\$ 35,19 bilhões, em 2016.** Essas quedas estão associadas ao aumento do desemprego e do receio das pessoas em contrair empréstimos num cenário econômico muito adverso.

Financiamento para aquisição de imóveis em R\$ bilhões - IPCA médio 2016



EM TODOS 20 GRANDES CENTROS URBANOS PESQUISADOS **OS PREÇOS DOS IMÓVEIS SOFRERAM DESVALORIZAÇÃO REAL EM 2016.**

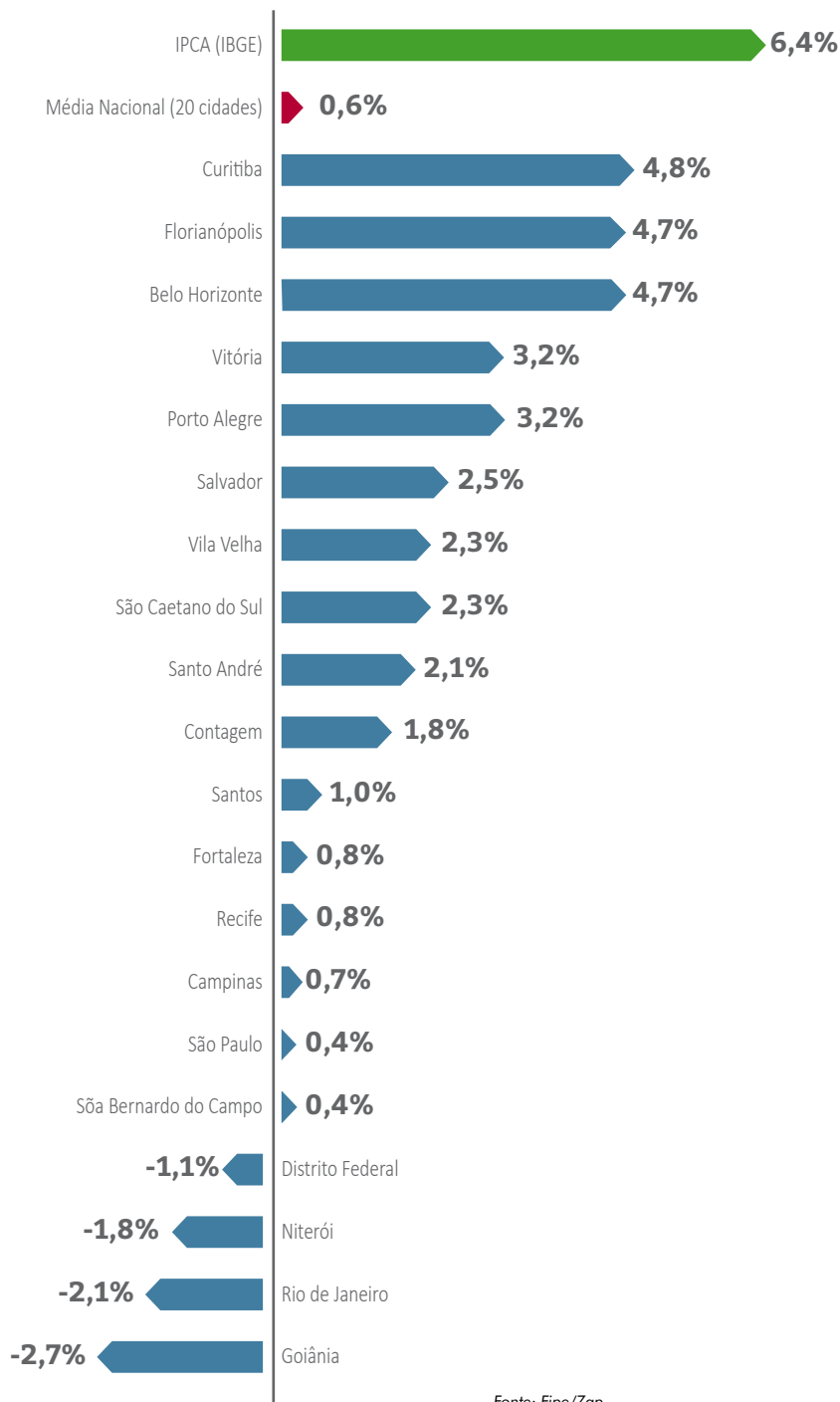
Taxa de crescimento do financiamento para aquisição de imóveis



A redução da demanda por imóveis, por sua vez, vem pressionando os seus preços para baixo, comprimindo a base de cálculo do ITBI e, conseqüentemente, contribuindo também para reduzir sua arrecadação. Segundo o Índice FipeZap, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com a ZAP Imóveis, que mede a evolução dos preços imobiliários em 20 cidades, em 2016 todas as cidades apresentaram queda no valor real dos apartamentos ofertados e, em alguns casos, onde a queda foi mais intensa, houve retração até mesmo no valor nominal, ou seja, antes de se ajustar o efeito inflacionário. O melhor resultado foi obtido por Curitiba, onde os imóveis tiveram aumento nominal de 4,8% contra uma inflação de 6,3%.

O recolhimento do ITBI não deverá sofrer outra forte queda em 2017, devendo situar-se no mesmo nível de 2016, pois, com base nos dados de 23 capitais

Varição do preço dos imóveis residenciais - 2016
variação nominal acumulada no ano



Fonte: Fipe/Zap.

obtidos no portal Compara Brasil, a arrecadação de ITBI de janeiro a agosto de 2017 foi apenas 0,9% menor que igual período do ano anterior. Outro sinal de que a arrecadação do ITBI não sofrerá um grande revés em 2017 é que, diferentemente dos dois últimos anos, o volume de financiamentos imobiliários caiu de forma mais branda. No acumulado até junho havia se retraído 6,7%, em relação ao mesmo período de 2016, em termos reais.

À exceção de Duque de Caxias-RJ e Osasco-SP, todos os demais municípios com mais de 400 mil habitantes acusaram queda no recolhimento de ITBI, em 2016. Entre as capitais, a exceção ficou por conta de Vitória-ES, onde a arrecadação de R\$ 42,9 milhões foi 7,2% maior que a do ano anterior, porém apenas ligeiramente acima daquela registrada em 2010. Manaus, por sua vez, apresentou o pior resultado relativo. A cidade viu seu ITBI retroceder 29,1% para situar-se em R\$ 45,7 milhões.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os dois principais polos de arrecadação de ITBI do Brasil, a queda foi de 10,2% e 13,1%, respectivamente. Na capital paulista, isso significou R\$ 198,5 milhões a menos e na fluminense R\$ 95,6 milhões a menos. Nessas duas capitais os preços dos imóveis, base de cálculo do ITBI, sofreram forte queda em termos reais. Segundo o índice FipeZap, contra uma inflação de 6,3%, o aumento nominal dos preços dos imóveis em São Paulo foi de apenas 0,4% e no Rio de Janeiro houve queda de 2,1%.

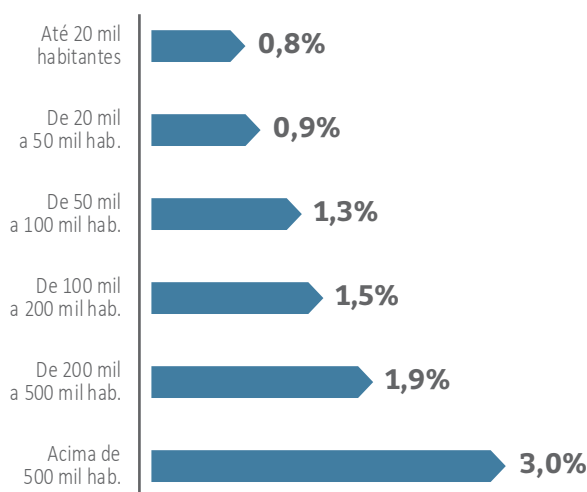
Entre as capitais, quedas expressivas de recolhimento do ITBI se fizeram sentir também em Fortaleza (27,4%), São Luís (-21,7%), Curitiba (-20,3%), Belém (-18,4%), Belo Horizonte (-16,5%) e João Pessoa (-16,3%).

Peso na receita

Após o pico de 2,2% em 2013, o ITBI vem perdendo espaço na composição da receita corrente municipal por três anos consecutivos, para atingir 1,8% em 2016, mesmo nível registrado em 2010. Muito sensível à ambiência dos negócios, o recolhimento do ITBI tem tido um desempenho pior que as demais receitas correntes desde a eclosão da crise econômica em meados de 2014.

A receita de ITBI é de pouca expressão para as pequenas cidades. Naquelas com até 20 mil habitantes sua participação na receita foi de apenas 0,8%, em 2016. À medida que cresce o porte populacional, também a aumenta sua expressão orçamentária, sendo que nas cidades selecionadas por **Multi Cidades** sua fatia na receita corrente foi de 2,7% e, entre as capitais, de 3,2%.

Participação do ITBI na receita corrente por faixa populacional - 2016



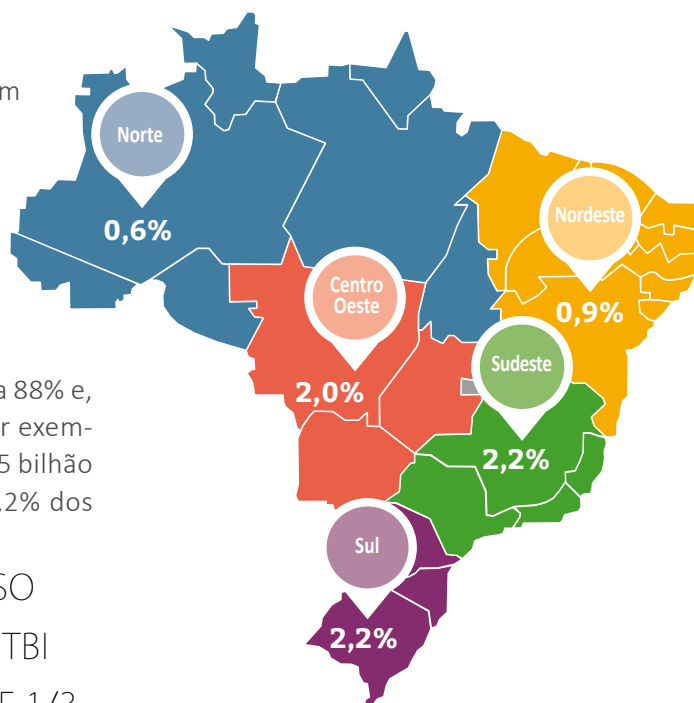
A fim de elucidar melhor a importância do ITBI para as cidades de maior porte populacional é interessante comparar sua arrecadação com o volume de investimentos efetuados por essas cidades. Considerando as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que além das capitais incluiu uma amostra das cidades de maior população em cada Estado, o valor recolhido de ITBI correspondeu a 32,4% do valor que elas investiram em 2016. No entanto, em anos anteriores, quando os investimentos estavam em patamares mais altos, o ITBI das cidades selecionadas correspondia a cerca de um quarto do valor investido.

Considerando apenas as capitais, o indicador de 2016 sobe para 37,1%. Em Curitiba (158%), João Pessoa (121,8%) e Aracaju (103,2%) o recolhimento do ITBI foi até mesmo maior que o volume de investimentos. Em Belo Horizonte o indicador chegou a 88% e, em Vitória, a 74,4%. Em São Paulo, por exemplo, foram recolhidos, em 2016, R\$ 1,75 bilhão de ITBI, valor que correspondeu a 58,2% dos

investimentos que a cidade efetuou no mesmo ano, de R\$ 3,02 bilhões.

Sob a ótica regional é possível observar que, de modo geral, o ITBI ficou, em 2016, abaixo de 1% da receita corrente municipal nas regiões Norte (0,6%) e Nordeste (0,9%), ao passo que no Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil posicionou-se acima de 2%.

Participação do ITBI na receita corrente por região - 2016

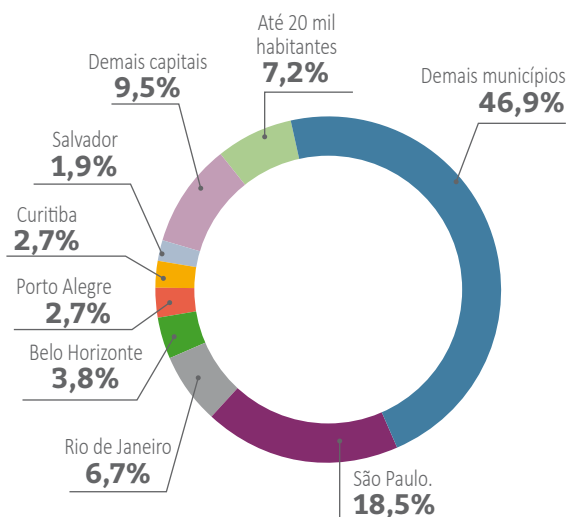


APESAR DO PEQUENO PESO
NA RECEITA CORRENTE, O ITBI
CORRESPONDEU A CERCA DE 1/3
DOS INVESTIMENTOS EFETUADOS
PELAS **106 CIDADES**
SELECIONADAS POR
MULTI CIDADES. ENTRE AS
CAPITAIS CHEGOU A 37,1%.

Concentração e arrecadação per capita

Metade de todo recolhimento do ITBI de 2016 foi proveniente de 24 municípios. No topo da lista, coube à cidade de São Paulo, com arrecadação de R\$ 1,75 bilhão, a fatia de 18,5%, seguida pelo Rio de Janeiro (6,7%), Belo Horizonte (3,8%), Porto Alegre (2,7%) e Curitiba (2,7%). Fora do eixo das capitais, que responderam por 45,9% de todo o ITBI recolhido no país, aparece um grupo expressivo de cidades do Estado de São Paulo. Das 25 maiores receitas de ITBI, dez municípios são do interior paulista.

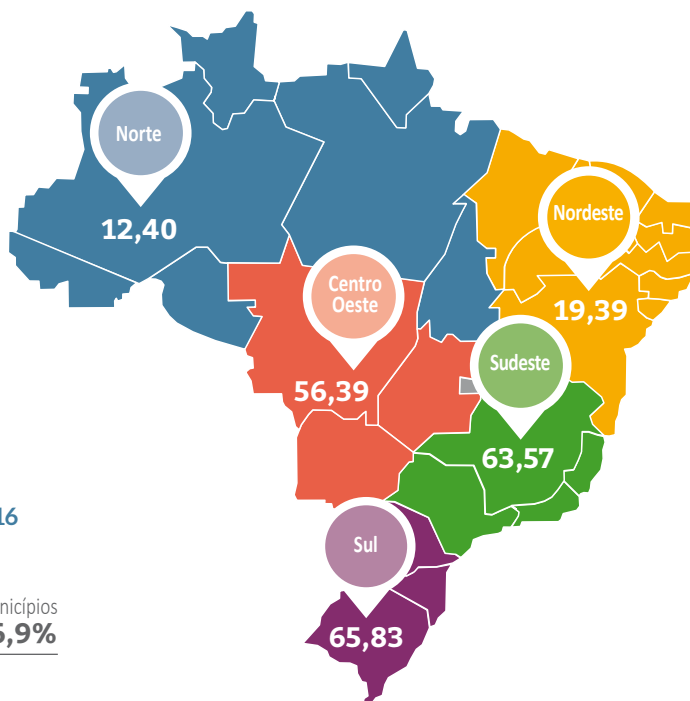
Participação na arrecadação total do ITBI - 2016



Expressão dos desníveis existentes no Brasil, a arrecadação per capita é bastante diferente entre as regiões brasileiras. Nas regiões Norte e Nordeste os valores foram de R\$ 12,40 e R\$ 19,39 por habitante, respectivamente. No Centro-Oeste o indicador foi R\$ 56,39, chegando a R\$ 63,57 no Sudeste e R\$ 65,83 no Sul do Brasil.

Os municípios de maior arrecadação per capita são aqueles de base econômica assentada no

ITBI per capita por região - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



turismo ou no agronegócio. Municípios voltados para o turismo têm um mercado imobiliário mais aquecido e contam com uma fatia expressiva de imóveis de valor mais elevado. Deve ser considerado ainda o fato de grande parte dos proprietários não serem residentes nesses municípios, fator que faz aumentar a receita por habitante. Esse é o caso, entre outros, de Bombinhas-SC (R\$ 459,49), Gramado-RS (R\$ 390,47) e Bertioga-SP (R\$ 382,83), que ocupam, respectivamente, a quarta, a sétima e a oitava posição no ranking nacional.

Outro fator que vem influenciando diretamente o ranking per capita é o intenso desenvolvimento do agronegócio e o comércio de terras rurais, principalmente no Centro-Oeste. Dos 20 municípios com maior arrecadação per capita, nove se localizam em estados da região. Veja ranking per capita na página 103.

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	ITBI per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		
	17.740.418	Norte	228.295,4	281.643,1	302.276,0	264.694,1	219.942,7	-16,9	5,0	0,6	12,40
AC	377.057	Rio Branco	4.882,8	6.486,7	6.013,3	5.564,1	4.799,6	-13,7	4,4	0,6	12,73
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	664,3	661,5	818,5	482,2	366,5	-24,0	1,8	0,3	4,46
AP	465.495	Macapá	3.538,8	4.957,9	7.458,2	4.327,5	3.869,3	-10,6	3,8	0,6	8,31
AP	113.854	Santana	760,4	289,6	521,4	302,4
AM	2.094.391	Manaus	58.411,9	73.551,6	67.831,3	64.521,0	45.731,4	-29,1	4,9	1,2	21,84
AM	112.716	Parintins	809,1	560,8	681,5	352,9	324,5	-8,0	2,88
PA	1.446.042	Belém	41.328,7	42.856,4	37.603,1	35.731,9	29.153,2	-18,4	4,8	1,2	20,16
PA	510.834	Ananindeua	8.311,3	9.345,5	9.671,4	9.150,5	6.698,3	-26,8	10,5	1,2	13,11
PA	294.447	Santarém	1.709,5	1.775,7	2.597,2	3.264,0	2.521,2	-22,8	5,0	0,5	8,56
PA	266.932	Marabá	3.222,8	2.384,5	4.699,0	1.884,1	2.193,5	16,4	2,3	0,3	8,22
RO	511.219	Porto Velho	10.933,1	13.821,1	13.998,9	10.930,5	10.021,2	-8,3	4,1	0,8	19,60
RO	131.560	Ji-Paraná	3.296,7	3.324,1	3.253,2	2.787,7	2.913,6	4,5	7,7	1,4	22,15
RR	326.419	Boa Vista	5.914,2	5.234,9	5.523,5	4.929,0	4.867,4	-1,2	4,2	0,5	14,91
RR	27.756	Rorainópolis	34,1	25,6	106,4	181,7	75,5	-58,5	3,1	0,2	2,72
TO	279.856	Palmas	12.860,8	15.021,2	16.600,3	16.532,0	14.390,9	-13,0	7,4	1,5	51,42
TO	173.112	Araguaína	1.226,4	3.855,5	4.006,6	4.212,2	3.845,6	-8,7	7,5	1,1	22,21
	56.912.962	Nordeste	1.160.564,4	1.382.451,3	1.530.134,9	1.290.661,1	1.103.699,0	-14,5	7,6	0,9	19,39
AL	1.021.709	Maceió	37.046,1	35.299,9	40.460,2	25.822,6	24.657,4	-4,5	5,9	1,3	24,13
AL	232.671	Arapiraca	3.993,8	5.355,0	4.827,3	4.954,6	3.704,2	-25,2	9,7	0,7	15,92
BA	2.938.092	Salvador	212.446,5	275.778,0	316.786,1	203.787,0	175.826,3	-13,7	8,6	3,2	59,84
BA	622.639	Feira de Santana	12.095,3	18.037,9	20.630,4	20.311,6	15.503,7	-23,7	7,1	1,6	24,90
BA	346.069	Vitória da Conquista	6.886,4	9.521,3	9.892,2	8.563,7	8.003,9	-6,5	9,0	1,4	23,13
BA	292.074	Camacari	18.534,8	24.553,8	24.479,0	18.026,7	15.130,2	-16,1	5,9	1,5	51,80
CE	2.609.716	Fortaleza	147.448,8	175.162,8	166.448,8	148.593,0	107.901,0	-27,4	7,5	1,9	41,35
CE	358.164	Caucaia	4.654,5	5.617,8	5.692,5	4.971,5	4.802,1	-3,4	8,1	0,9	13,41
CE	268.248	Juazeiro do Norte	4.161,7	3.090,9	4.186,5	5.352,8	5.158,1	-3,6	11,1	1,1	19,23
MA	1.082.935	São Luís	24.748,8	28.239,3	32.544,5	32.200,6	25.214,1	-21,7	4,1	1,0	23,28
MA	253.873	Imperatriz	5.866,5	6.130,6	4.723,8	4.210,9	3.803,7	-9,7	5,9	0,7	14,98
PB	801.718	João Pessoa	88.873,0	88.385,5	115.177,1	97.430,0	81.572,8	-16,3	19,7	4,4	101,75
PB	407.754	Campina Grande	11.438,4	10.546,7	12.144,4	11.313,4	8.422,4	-25,6	8,6	1,0	20,66
PE	1.625.583	Recife	100.329,4	108.328,6	134.280,9	110.985,3	101.356,8	-8,7	6,9	2,6	62,35
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	10.855,6	18.014,4	16.302,0	14.789,5	13.992,0	-5,4	7,1	1,3	20,25
PE	390.144	Olinda	6.849,0	7.757,6	8.463,5	7.102,7	5.269,2	-25,8	4,5	1,0	13,51
PE	351.686	Caruaru	1.416,8	4.503,7	5.282,0	7.250,9	5.619,7	-22,5	4,7	1,0	15,98
PE	337.683	Petrolina	6.952,9	8.504,4	10.657,0	9.285,3	7.545,8	-18,7	9,2	1,3	22,35
PE	325.590	Paulista	6.901,6	7.900,0	7.939,9	7.816,8	7.961,4	1,9	12,9	2,1	24,45
PI	847.430	Teresina	22.513,6	22.337,1	34.510,0	31.885,3	28.752,1	-9,8	7,0	1,2	33,93
PI	150.201	Parnaíba	1.230,8	1.122,2	2.005,0	1.831,3	1.342,1	-26,7	4,7	0,4	8,94
RN	877.662	Natal	52.321,9	54.759,9	60.732,5	59.114,6	51.386,7	-13,1	9,5	2,8	58,55
RN	291.937	Mossoró	4.553,6	4.717,7	4.682,4	4.422,1	5.116,0	15,7	6,2	1,0	17,52
SE	641.523	Aracaju	55.271,1	62.095,0	62.613,5	52.317,3	44.669,3	-14,6	9,2	2,9	69,63
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	2.547,4	3.289,5	3.822,0	3.746,0	3.728,1	-0,5	11,5	1,5	20,75
	12.683.772	Centro-Oeste¹	770.596,8	820.518,1	846.562,2	806.549,7	715.292,1	-11,3	11,6	2,0	56,39
GO	1.448.639	Goiânia	158.651,0	139.294,0	128.255,8	116.433,3	106.841,9	-8,2	8,6	2,7	73,75
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	27.391,7	28.477,2	29.452,3	23.479,7	18.917,4	-19,4	8,1	2,1	35,55
GO	370.875	Anápolis	19.313,2	19.996,4	23.092,7	20.619,2	17.674,1	-14,3	9,6	2,0	47,66
MT	585.367	Cuiabá	34.272,8	44.103,6	37.589,6	38.071,0	33.562,3	-11,8	6,5	1,8	57,34
MT	271.339	Várzea Grande	5.384,9	6.459,3	7.123,5	6.666,5	6.263,6	-6,0	8,9	1,3	23,08
MS	863.982	Campo Grande	50.473,6	50.256,3	53.589,1	52.626,7	52.286,4	-0,6	6,5	1,9	60,52
MS	215.486	Dourados	15.069,6	17.861,3	15.617,8	13.701,2	11.154,6	-18,6	7,8	1,6	51,76
	86.356.952	Sudeste	6.197.536,0	6.765.687,4	6.676.229,3	6.231.426,8	5.489.873,4	-11,9	7,5	2,2	63,57
ES	359.555	Vitória	52.611,4	56.361,8	49.350,9	40.052,2	42.940,7	7,2	119,43
ES	494.109	Serra	29.594,8	33.121,9	34.017,1	27.121,2	18.458,2	-31,9	7,3	1,8	37,36
ES	479.664	Vila Velha	39.000,8	40.972,5	44.414,9	35.818,0	34.344,2	-4,1	11,8	4,1	71,60
ES	384.621	Cariacica	5.184,2	5.292,7	5.347,0	5.291,7	4.748,4	-10,3	5,2	0,9	12,35
MG	2.513.451	Belo Horizonte	413.705,5	442.805,9	458.778,7	426.877,8	356.518,4	-16,5	11,3	4,0	141,84
MG	669.672	Uberlândia	55.722,7	61.334,7	68.148,0	58.003,2	47.193,0	-18,6	11,8	2,7	70,47
MG	653.800	Contagem	52.244,3	63.439,1	59.044,0	51.383,1	46.857,6	-8,8	14,2	3,4	71,67

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	ITBI per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	29.849,4	32.087,1	33.435,4	26.710,9	25.608,5	-4,1	6,3	1,9	45,76
MG	422.354	Betim	14.280,9	16.366,0	16.804,4	13.628,9	11.741,0	-13,9	6,5	0,8	27,80
MG	398.288	Montes Claros	15.248,5	17.854,7	20.806,0	18.494,4	17.821,1	-3,6	15,1	3,1	44,74
MG	325.846	Ribeirão das Neves	6.865,9	7.789,3	12.272,8	13.279,0	7.502,1	-43,5	14,7	2,1	23,02
MG	325.279	Uberaba	16.626,7	19.387,4	19.105,9	16.876,0	14.118,7	-16,3	8,5	1,5	43,40
MG	279.665	Governador Valadares	9.183,6	9.671,8	9.324,8	9.619,7	7.787,9	-19,0	6,8	1,1	27,85
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	1.002.694,9	997.051,8	879.319,2	731.767,3	636.213,4	-13,1	6,4	3,0	97,90
RJ	1.044.058	São Gonçalo	19.088,2	22.289,5	21.552,4	16.705,7	12.813,2	-23,3	12,27
RJ	886.917	Duque de Caxias	11.258,0	15.403,5	12.753,9	10.282,6	14.369,4	39,7	3,1	0,7	16,20
RJ	797.435	Nova Iguaçu	14.168,5	14.415,5	18.669,0	14.490,6	9.787,5	-32,5	4,5	0,9	12,27
RJ	497.883	Niterói	109.944,1	130.469,2	103.218,3	84.786,1	65.978,4	-22,2	8,7	3,4	132,52
RJ	494.141	Belford Roxo	4.402,2	2.950,9	3.549,6	1.991,3	938,0	-52,9	1,4	0,2	1,90
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	21.093,4	22.478,4	24.611,1	18.085,2	17.421,4	-3,7	7,3	1,1	35,76
RJ	460.541	São João de Meriti	1.388,4	1.751,2	1.887,1	1.343,3	1.015,3	-24,4	1,2	0,2	2,20
RJ	298.158	Petrópolis	17.561,9	20.350,8	18.951,0	15.854,4	14.285,0	-9,9	6,8	1,7	47,91
RJ	263.659	Volta Redonda	6.848,0	6.447,8	6.448,7	5.925,6	8.499,2	43,4	5,2	1,1	32,24
SP	12.038.175	São Paulo	1.607.592,1	1.784.443,3	1.772.758,8	1.952.814,5	1.754.273,0	-10,2	7,5	4,0	145,73
SP	1.337.087	Guarulhos	63.278,2	74.343,0	64.952,9	65.973,2	53.609,3	-18,7	5,3	1,5	40,09
SP	1.173.370	Campinas	103.132,3	113.183,1	127.428,1	112.015,6	100.731,3	-10,1	6,2	2,5	85,85
SP	822.242	São Bernardo do Campo	75.383,3	84.389,2	77.072,4	73.302,1	65.698,1	-10,4	6,3	2,0	79,90
SP	712.749	Santo André	60.851,7	74.093,1	71.261,8	57.353,1	56.295,1	-1,8	7,1	2,6	78,98
SP	696.382	Osasco	33.375,8	45.637,8	40.673,6	30.911,5	39.055,2	26,3	4,9	2,0	56,08
SP	695.992	São José dos Campos	51.359,4	61.099,1	59.114,1	56.796,0	48.029,5	-15,4	8,0	1,9	69,01
SP	674.405	Ribeirão Preto	78.790,0	97.381,7	90.168,8	87.375,2	78.890,3	-9,7	11,1	3,7	116,98
SP	652.481	Sorocaba	59.934,8	73.218,8	65.921,8	57.818,3	50.387,1	-12,9	8,2	2,2	77,22
SP	457.696	Mauá	7.553,6	7.356,6	7.543,8	11.696,4	10.628,6	-9,1	5,7	1,2	23,22
SP	446.649	São José do Rio Preto	36.013,2	42.004,7	39.481,1	32.495,1	27.076,4	-16,7	6,8	2,0	60,62
SP	434.359	Santos	68.910,2	71.911,5	84.276,7	71.881,0	57.872,1	-19,5	5,8	2,8	133,24
SP	429.321	Mogi das Cruzes	21.642,5	27.278,6	21.566,5	27.373,2	22.204,7	-18,9	8,1	2,0	51,72
SP	415.180	Diadema	14.555,3	12.728,4	21.408,3	15.240,4	16.959,8	11,3	40,85
SP	405.740	Jundiaí	51.994,9	55.657,8	64.855,3	57.988,9	48.706,3	-16,0	8,6	2,9	120,04
SP	394.465	Carapicuíba	8.475,1	10.207,9	6.552,9	9.043,8	7.773,4	-14,0	19,71
SP	394.419	Piracicaba	22.649,3	28.687,1	25.915,0	30.164,8	26.890,3	-10,9	8,1	2,0	68,18
SP	369.368	Bauru	23.745,6	26.783,8	32.766,8	27.989,0	29.895,4	6,8	12,3	3,0	80,94
	29.439.773	Sul	1.928.291,3	2.220.471,1	2.326.842,4	2.154.450,8	1.938.081,0	-10,0	11,2	2,2	65,83
PR	1.893.997	Curitiba	305.158,3	343.673,8	348.032,2	324.942,1	259.015,6	-20,3	11,1	3,7	136,76
PR	553.393	Londrina	47.407,2	62.557,9	70.310,5	54.629,6	46.307,3	-15,2	9,7	3,0	83,68
PR	403.063	Maringá	43.310,4	46.429,7	51.711,8	46.840,2	41.708,6	-11,0	10,9	3,5	103,48
PR	341.130	Ponta Grossa	22.867,0	20.107,4	20.052,2	19.802,8	19.599,9	-1,0	9,6	3,0	57,46
PR	316.226	Cascavel	22.909,2	31.452,2	31.317,1	28.552,7	21.962,2	-23,1	10,3	3,0	69,45
PR	302.759	São José dos Pinhais	18.177,2	18.856,7	19.514,5	16.295,7	15.565,4	-4,5	6,9	1,7	51,41
PR	263.915	Foz do Iguaçu	13.779,6	17.648,9	20.367,2	20.067,3	15.874,8	-20,9	8,0	2,2	60,15
RS	1.481.019	Porto Alegre	286.674,4	298.014,3	295.642,6	264.004,1	260.232,5	-1,4	13,6	4,8	175,71
RS	479.236	Caxias do Sul	56.788,3	61.255,4	52.833,7	52.239,9	40.103,6	-23,2	9,8	2,5	83,68
RS	343.651	Pelotas	12.358,5	12.551,8	14.615,7	15.050,9	14.466,1	-3,9	8,4	1,8	42,10
RS	342.634	Canoas	28.846,0	30.883,3	35.871,9	29.189,9	25.056,3	-14,2	13,0	2,0	73,13
RS	277.309	Santa Maria	17.195,6	17.843,1	20.223,0	19.117,8	15.471,5	-19,1	10,3	2,9	55,79
RS	273.742	Gravataí	10.545,5	11.775,1	13.049,6	11.492,6	12.029,0	4,7	11,3	1,9	43,94
RS	252.872	Viamão	4.013,1	5.303,4	4.832,1	4.483,7	3.560,6	-20,6	8,4	0,8	14,08
SC	477.798	Florianópolis	74.822,4	81.348,6	80.821,9	98.217,1	88.638,2	-9,8	12,1	5,9	185,51
SC	569.645	Joinville	36.992,3	43.763,5	46.988,9	42.488,8	37.737,0	-11,2	9,2	2,1	66,25
SC	343.715	Blumenau	24.298,5	30.304,7	31.526,2	30.232,5	27.663,5	-8,5	8,7	2,3	80,48
	80.508.414	Cidades selecionadas	6.682.346,5	7.343.919,1	7.338.627,6	6.833.104,2	5.992.118,3	-12,3	7,8	2,7	74,43
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	601.695,2	713.625,0	778.352,4	748.010,7	679.505,1	-9,2	12,3	0,8	21,14
	46.107.667	Capitais	4.865.525,9	5.249.669,3	5.222.720,8	4.950.477,7	4.344.691,9	-12,2	7,9	3,2	94,23
	203.133.877	Brasil¹	10.285.283,8	11.470.770,9	11.682.044,9	10.747.782,6	9.466.888,3	-11,9	8,2	1,8	46,60

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Posição	UF	Município	ITBI	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	1.754.272.988,83	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	636.213.377,60	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	356.518.438,30	2.513.451	5º
4º	RS	Porto Alegre	260.232.545,23	1.481.019	9º
5º	PR	Curitiba	259.015.615,67	1.893.997	7º
6º	BA	Salvador	175.826.286,07	2.938.092	3º
7º	CE	Fortaleza	107.901.004,79	2.609.716	4º
8º	GO	Goiânia	106.841.886,01	1.448.639	10º
9º	PE	Recife	101.356.766,72	1.625.583	8º
10º	SP	Campinas	100.731.301,95	1.173.370	13º
11º	SC	Florianópolis	88.638.196,51	477.798	47º
12º	PB	João Pessoa	81.572.806,34	801.718	22º
13º	SP	Ribeirão Preto	78.890.308,42	674.405	28º
14º	SP	Barueri	70.354.150,48	264.935	103º
15º	RJ	Niterói	65.978.396,92	497.883	41º
16º	SP	São Bernardo do Campo	65.698.105,62	822.242	21º
17º	SP	Santos	57.872.095,51	434.359	52º
18º	SP	Santo André	56.295.067,95	712.749	24º
19º	SP	Guarulhos	53.609.338,19	1.337.087	12º
20º	MS	Campo Grande	52.286.435,07	863.982	19º
21º	RN	Natal	51.386.709,59	877.662	18º
22º	SP	Sorocaba	50.387.081,01	652.481	31º
23º	SP	Jundiaí	48.706.300,28	405.740	57º
24º	SP	São José dos Campos	48.029.535,32	695.992	26º
25º	MG	Uberlândia	47.192.995,39	669.672	29º
26º	MG	Contagem	46.857.578,07	653.800	30º
27º	PR	Londrina	46.307.250,81	553.393	37º
28º	AM	Manaus	45.731.350,91	2.094.391	6º
29º	SE	Aracaju	44.669.310,02	641.523	32º
30º	ES	Vitória	42.940.745,27	359.555	67º
31º	PR	Maringá	41.708.609,81	403.063	58º
32º	SP	Praia Grande	40.826.462,05	304.705	86º
33º	SC	Balneário Camboriú	40.449.683,09	131.727	216º
34º	RS	Caxias do Sul	40.103.647,79	479.236	46º
35º	SP	Osasco	39.055.154,13	696.382	25º
36º	SC	Joinville	37.737.020,84	569.645	35º
37º	SP	Guarujá	34.398.119,19	313.421	84º
38º	ES	Vila Velha	34.344.211,65	479.664	45º
39º	MT	Cuiabá	33.562.320,65	585.367	34º
40º	SP	Bauru	29.895.384,22	369.368	66º
41º	PA	Belém	29.153.167,07	1.446.042	11º
42º	PI	Teresina	28.752.126,48	847.430	20º
43º	MG	Nova Lima	28.546.248,27	91.069	344º
44º	SC	Blumenau	27.663.468,89	343.715	74º
45º	SP	São José do Rio Preto	27.076.440,00	446.649	51º
46º	SP	Piracicaba	26.890.281,29	394.419	61º
47º	SP	Indaial	26.755.083,94	235.367	116º
48º	MG	Juiz de Fora	25.608.462,09	559.636	36º
49º	MA	São Luís	25.214.130,21	1.082.935	14º
50º	RS	Canoas	25.056.266,42	342.634	76º
51º	AL	Maceió	24.657.373,86	1.021.709	16º
52º	SP	Mogi das Cruzes	22.204.716,04	429.321	53º

Posição	UF	Município	ITBI	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	SP	Bertioga	22.181.849,20	57.942	557º
54º	PR	Cascavel	21.962.239,82	316.226	83º
55º	SP	São Caetano do Sul	21.332.548,70	158.825	181º
56º	SP	Cotia	20.296.554,12	233.696	119º
57º	SP	Santana de Parnaíba	20.268.709,12	129.261	222º
58º	SC	Itajaí	19.732.156,40	208.958	142º
59º	PR	Ponta Grossa	19.599.938,35	341.130	77º
60º	GO	Aparecida de Goiânia	18.917.357,38	532.135	38º
61º	ES	Serra	18.458.243,72	494.109	43º
62º	MG	Montes Claros	17.821.087,87	398.288	59º
63º	GO	Anápolis	17.674.102,08	370.875	65º
64º	RJ	Campos dos Goytacazes	17.421.416,29	487.186	44º
65º	SC	São José	17.151.459,69	236.029	115º
66º	SP	Diadema	16.959.816,48	415.180	55º
67º	BA	Lauro de Freitas	16.197.511,29	194.641	151º
68º	SC	Itapema	16.049.123,57	59.147	545º
69º	PR	Foz do Iguaçu	15.874.806,98	263.915	105º
70º	SP	Americana	15.828.575,82	231.621	123º
71º	PR	São José dos Pinhais	15.565.387,80	302.759	87º
72º	BA	Feira de Santana	15.503.731,50	622.639	33º
73º	RS	Santa Maria	15.471.511,15	277.309	96º
74º	SP	Itu	15.190.596,32	168.643	170º
75º	BA	Camaçari	15.130.218,28	292.074	91º
76º	MG	Lagoa Santa	15.129.247,35	60.787	531º
77º	SP	Bragança Paulista	14.639.665,38	162.435	175º
78º	SP	Presidente Prudente	14.470.333,04	223.749	129º
79º	RS	Pelotas	14.466.144,61	343.651	75º
80º	TO	Palmas	14.390.859,22	279.856	94º
81º	RJ	Duque de Caxias	14.369.442,07	886.917	17º
82º	RJ	Petrópolis	14.285.024,82	298.158	89º
83º	MG	Uberaba	14.118.652,62	325.279	82º
84º	PE	Jaboatão dos Guararapes	13.991.966,36	691.125	27º
85º	SP	São Sebastião	13.901.721,71	84.294	369º
86º	SP	Limeira	13.606.946,60	298.701	88º
87º	RS	Gramado	13.600.924,70	34.832	956º
88º	CE	Aquiraz	13.328.545,55	78.438	409º
89º	SP	Araraquara	13.309.408,50	228.664	126º
90º	SC	Chapecô	13.244.879,11	209.553	140º
91º	SP	Franca	13.185.474,07	344.704	73º
92º	RS	Novo Hamburgo	13.088.974,96	249.113	110º
93º	RS	Passo Fundo	12.949.451,61	197.798	148º
94º	SP	São Carlos	12.858.533,27	243.765	112º
95º	RJ	São Gonçalo	12.813.243,19	1.044.058	15º
96º	GO	Valparaíso de Goiás	12.604.421,37	156.419	185º
97º	RS	Capão da Canoa	12.553.724,12	47.792	684º
98º	RS	Cachoeirinha	12.316.919,60	126.666	226º
99º	SP	Taubaté	12.297.116,66	305.174	85º
100º	SC	Jaraguá do Sul	12.175.136,50	167.300	171º

		Total dos 100 maiores	6.440.258.045,75	74.167.566	..
		Total dos demais	3.026.630.257,34	128.966.311	..
		Total Brasil¹	9.466.888.303,09	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹não inclui Brasília.

ITBI per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	ITBI per capita	ITBI	População 2016	Ranking pop. 2016	
			em R\$				
1°	SP	Magda	795,29	2.544.934,04	3.200	5031°	
2°	GO	Aporé	513,02	2.108.502,34	4.110	4676°	
3°	PR	São Pedro do Paraná	462,41	1.137.073,80	2.459	5333°	
4°	SC	Bombinhas	459,49	8.294.695,54	18.052	1964°	
5°	GO	Porteirão	409,15	1.519.999,20	3.715	4839°	
6°	MT	Porto dos Gaúchos	407,05	2.160.637,82	5.308	4226°	
7°	RS	Gramado	390,47	13.600.924,70	34.832	956°	
8°	SP	Bertioga	382,83	22.181.849,20	57.942	557°	
9°	MT	Santa Carmem	371,96	1.609.112,60	4.326	4591°	
10°	MT	Gaúcha do Norte	367,21	2.631.826,44	7.167	3684°	
11°	MG	São Brás do Suaçuí	350,07	1.305.744,71	3.730	4831°	
12°	RS	Pedras Altas	344,35	751.034,87	2.181	5417°	
13°	RS	Capão Bonito do Sul	322,89	569.572,20	1.764	5509°	
14°	MT	Santa Terezinha	321,64	2.562.510,42	7.967	3468°	
15°	MG	Nova Lima	313,46	28.546.248,27	91.069	344°	
16°	MS	Figueirão	310,82	938.683,52	3.020	5108°	
17°	SC	Balneário Camboriú	307,07	40.449.683,09	131.727	216°	
18°	MT	Tabaporá	301,29	2.831.515,19	9.398	3204°	
19°	PR	Brasilândia do Sul	291,49	871.560,66	2.990	5118°	
20°	MS	Inocência	282,17	2.156.095,72	7.641	3564°	
21°	CE	Guaramiranga	274,62	997.402,13	3.632	4871°	
22°	SC	Itapema	271,34	16.049.123,57	59.147	545°	
23°	PR	Floresta	266,08	1.738.821,97	6.535	3846°	
24°	SP	Barueri	265,55	70.354.150,48	264.935	103°	
25°	RS	Capão da Canoa	262,67	12.553.724,12	47.792	684°	
26°	MT	Cocalinho	262,40	1.451.875,73	5.533	4155°	
27°	MG	Lagoa Santa	248,89	15.129.247,35	60.787	531°	
28°	SC	Governador Celso Ramos	245,10	3.452.793,70	14.087	2429°	
29°	MG	Comendador Gomes	243,97	762.882,14	3.127	5059°	
30°	MT	Araguaiana	243,21	743.977,12	3.059	5087°	
31°	PR	Quatro Barras	241,37	5.395.311,87	22.353	1562°	
32°	MS	Paraíso das Águas	235,07	1.234.340,03	5.251	4248°	
33°	TO	Goianorte	235,02	1.208.940,07	5.144	4280°	
34°	RS	Boa Vista do Incra	234,16	601.566,24	2.569	5285°	
35°	MG	Capitólio	233,85	2.022.319,55	8.648	3336°	
36°	MT	Nova Ubiratã	222,94	2.468.860,99	11.074	2898°	
37°	PR	Morretes	221,83	3.657.479,40	16.488	2128°	
38°	SP	Paulistânia	221,46	407.480,60	1.840	5493°	
39°	BA	Mata de São João	218,55	10.138.833,29	46.392	705°	
40°	MT	Santa Rita do Trivelato	217,30	681.249,85	3.135	5054°	
41°	RS	Imbé	214,30	4.349.032,18	20.294	1727°	
42°	TO	Pium	214,21	1.595.208,34	7.447	3605°	
43°	PR	Porto Rico	210,23	548.705,23	2.610	5265°	
44°	MS	Santa Rita do Pardo	209,08	1.606.124,07	7.682	3546°	
45°	TO	Santa Rita do Tocantins	199,77	463.856,01	2.322	5365°	
46°	GO	Panamá	199,42	541.812,89	2.717	5222°	
47°	RS	Arroio do Sal	197,28	1.759.971,58	8.921	3273°	
48°	GO	Portelândia	194,82	785.113,98	4.030	4712°	
49°	PR	Santa Tereza do Oeste	189,71	1.989.835,62	10.489	3039°	
50°	MS	Ribas do Rio Pardo	188,89	4.443.718,73	23.526	1495°	
51°	MG	Jeceaba	188,79	991.143,76	5.250	4249°	
52°	SC	Balneário Piçarras	188,45	4.005.148,92	21.253	1653°	
53°	MS	Alcinópolis	188,40	963.460,73	5.114	4290°	
54°	SP	Mombuca	188,17	650.325,13	3.456	4941°	
55°	MT	Glória D'Oeste	186,45	556.740,44	2.986	5122°	
56°	SC	Florianópolis	185,51	88.638.196,51	477.798	47°	
57°	SC	Itapoa	181,11	3.395.657,43	18.749	1880°	
58°	TO	Divinópolis do Tocantins	177,68	1.212.341,39	6.823	3769°	
59°	PA	Bannach	177,58	574.101,05	3.233	5019°	
60°	RS	Candiota	176,26	1.650.136,11	9.362	3213°	
61°	RS	Torres	176,19	6.579.350,36	37.342	901°	
62°	SP	Taquarivaí	176,05	996.424,94	5.660	4117°	
63°	RS	Porto Alegre	175,71	260.232.545,23	1.481.019	9°	
64°	MT	Nova Marilândia	175,19	548.865,98	3.133	5055°	
65°	CE	Aquiraz	169,92	13.328.545,55	78.438	409°	
66°	SP	Riolândia	169,06	2.016.589,22	11.928	2725°	
67°	PR	Cruzmaltina	168,93	528.415,22	3.128	5057°	
68°	RS	Santa Margarida do Sul	167,31	419.454,33	2.507	5315°	
69°	PR	Alto Paraíso	166,35	505.193,81	3.037	5099°	
70°	SP	São Sebastião	164,92	13.901.721,71	84.294	369°	
71°	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	164,22	2.529.905,58	15.406	2236°	
72°	MT	Santo Antônio do Leste	161,48	763.477,34	4.728	4438°	
73°	RS	Tramandai	160,67	7.545.457,80	46.962	695°	
74°	PR	Marilena	159,75	1.142.228,87	7.150	3686°	
75°	PR	Nova América da Colina	159,59	566.383,90	3.549	4906°	
76°	SP	Santana de Parnaíba	156,80	20.268.709,12	129.261	222°	
77°	MT	São Félix do Araguaia	156,74	1.756.887,59	11.209	2868°	
78°	MG	Araporá	155,23	1.042.675,27	6.717	3795°	
79°	SP	Jarinu	154,43	4.325.910,50	28.012	1229°	
80°	RJ	Mangaratiba	154,01	6.400.306,08	41.557	791°	
81°	MT	Nova Brasilândia	153,98	605.282,95	3.931	4751°	
82°	SC	São Cristovão do Sul	152,95	827.777,12	5.412	4195°	
83°	MT	Brasnorte	150,92	2.755.406,33	18.258	1932°	
84°	SP	Floreal	149,68	448.447,68	2.996	5115°	
85°	TO	Sucupira	148,77	285.787,69	1.921	5476°	
86°	SP	Porto Feliz	148,71	7.765.847,65	52.221	630°	
87°	MT	Porto Esperidião	147,82	1.705.155,87	11.535	2797°	
88°	SP	Analândia	147,69	707.269,86	4.789	4419°	
89°	MT	Itiquira	147,04	1.855.611,65	12.620	2615°	
90°	TO	Araguacema	146,81	1.017.952,25	6.934	3737°	
91°	SP	São Paulo	145,73	1.754.272.988,83	12.038.175	1°	
92°	RS	Santa Bárbara do Sul	145,61	1.272.925,16	8.742	3320°	
93°	GO	Doverlândia	143,91	1.121.816,72	7.795	3514°	
94°	PR	Matinhos	142,91	4.719.620,25	33.024	1034°	
95°	MG	Belo Horizonte	141,84	356.518.438,30	2.513.451	5°	
96°	TO	Abreulândia	140,89	359.963,79	2.555	5293°	
97°	MS	Camapuã	140,75	1.930.026,30	13.712	2474°	
98°	SC	Barra Velha	140,65	3.808.854,22	27.080	1278°	
99°	PR	Novo Itacolomi	140,34	407.961,15	2.907	5152°	
100°	TO	Bandeirantes do Tocantins	139,60	483.031,88	3.460	4938°	
			Total dos 100 maiores	157,42	2.898.812.428,68	18.414.743	..
			Total dos demais	35,56	6.568.075.874,41	184.719.134	..
			Total Brasil¹	46,60	9.466.888.303,09	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

46,4% dos municípios não realizam a cobrança da taxa de coleta de lixo ou de limpeza urbana

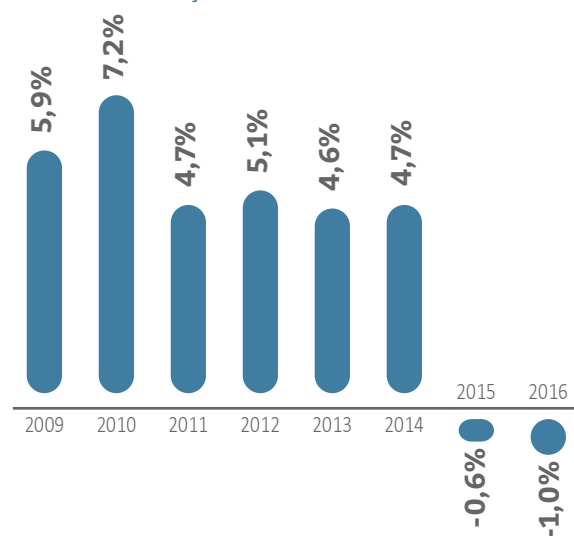
DADOS DO IBGE REVELAM QUE HÁ UM GRANDE ESPAÇO PARA A COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA URBANA OU COLETA DE LIXO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, ESPECIALMENTE NO NORDESTE, **ONDE APENAS 22,6% DAS CIDADES COBRARAM PELA PRESTAÇÃO DESSES SERVIÇOS.**

Desempenho

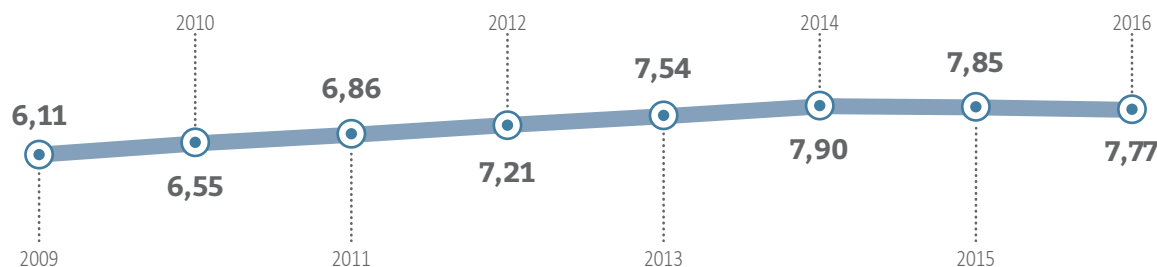
O recolhimento das taxas municipais sofreu mais um pequeno revés em 2016. Após a queda de 0,6%, em 2015, o recuo foi de 1%, em 2016, quando a arrecadação totalizou R\$ 7,77 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA). Esses dois resultados refletem a crise econômica e interrompem uma trajetória de crescimento do tributo que perdurava desde de 2007.

O comportamento dos 106 municípios selecionados por **Multi Cidades**, que além das capitais reúne uma amostra das cidades de maior população em cada Estado, foi de queda média de 0,6%. Esse grupo foi responsável, em 2016, por mais da metade (53%) de toda a arrecadação proveniente de taxas. Nas pequenas cidades o recuo foi mais forte. Nos municípios com até 20 mil habitantes, cuja participação no total arrecadado foi de apenas 6,2% em 2016, a queda foi de 4,1%.

Crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



Evolução da arrecadação de taxas em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



O Rio de Janeiro é o município com maior volume de arrecadação de taxas no Brasil.

Em 2016, a capital fluminense recolheu R\$ 460,6 milhões em taxas, 53,2% a mais que o segundo maior arrecadador, São Paulo, cujo recolhimento foi de R\$ 300,7 milhões. Na sequência, com arrecadação acima de R\$ 100 milhões, em 2016, aparecem Belo Horizonte (R\$ 268,8 milhões), Salvador (R\$ 224 milhões), Recife (R\$ 166,3 milhões), Porto Alegre (R\$ 141,8 milhões), Campinas (R\$ 124,8 milhões), Curitiba (R\$ 122,8 milhões) e São Bernardo do Campo (R\$ 116 milhões). Juntas, essas nove cidades responderam por um quarto (24,8%) de todo recolhimento de taxas em 2016.

Cerca de 63% de toda a arrecadação de taxas provém das taxas pela prestação de serviços do poder público local. Outros 37% referem-se à receita das taxas pelo poder de polícia exercido pela administração municipal. São recursos arrecadados para cobrir os custos das atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção e licença. O valor arrecadado por meio de uma taxa específica, seja de limpeza urbana (prestação de serviços) ou de vigilância sanitária (poder de polícia), deve estar vinculado ao custo da atividade

prestada ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência de valor global entre o custo do serviço e a receita prevista pela cobrança do tributo.

Taxas de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos

A coleta de lixo e a limpeza urbana são serviços públicos de alto custo e são passíveis de serem financiados por meio de taxas. Entretanto, segundo a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quase a metade (46,4%) dos municípios brasileiros não realizaram a cobrança da taxa de coleta de lixo ou da taxa de limpeza urbana em 2015, último ano da publicação.

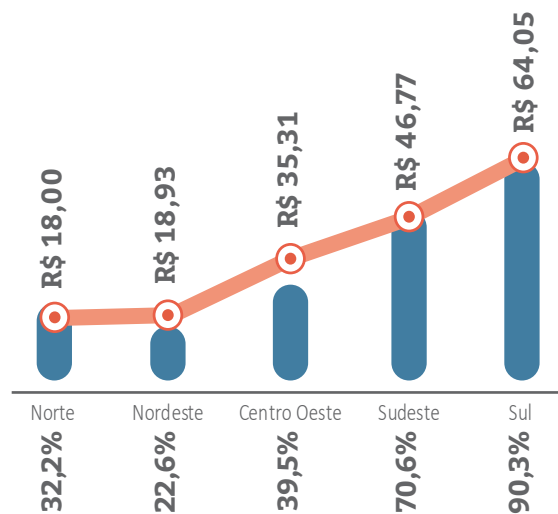
A situação é particularmente crítica no Nordeste, onde apenas 22,6% das cidades cobraram taxas pela prestação desses serviços. Como é a região brasileira que conta com o maior número de municípios (1.793), a baixa assiduidade na cobrança dessas taxas influencia fortemente a média nacional. Caso excluíssemos a região, o indicador de municípios que cobraram taxas no Brasil, em 2015, se eleva para 68,4%.

ENQUANTO NO NORDESTE APENAS 22,6% DAS CIDADES COBRARAM TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA URBANA, NO SUL DO BRASIL O INDICADOR ALCANÇA 90,3%.**

Inegavelmente, a baixa utilização dessas taxas no Nordeste contribuiu para que a arrecadação per capita tenha sido de apenas R\$ 18,93, em 2016, o que equivale a menos da metade da média nacional, que naquele ano foi de R\$ 38,25 por habitante.

O oposto desse quadro é observado nas regiões Sul e Sudeste. Na primeira, mais de 90% dos seus 1.191 municípios haviam cobrado taxas para a limpeza pública ou para a coleta de resíduos sólidos em 2015. Em toda a região, apenas 116 ainda não faziam uso do instrumento para o financiamento desses serviços. Não por acaso, na região, a arrecadação per capita equivaleu, em 2016, a R\$ 64,05, a mais elevada no Brasil. Na região Sudeste, que conta com um grande contingente populacional, equivalente a 86,4 milhões de habitantes, a arrecadação chegou a R\$ 46,77 por habitante no mesmo período, reflexo da adesão de 70,6% de seus 1.668 municípios ao recolhimento dessas taxas.

Arrecadação per capita com taxas e percentual de municípios que cobram a taxa de limpeza pública ou de coleta de lixo por região - 2016

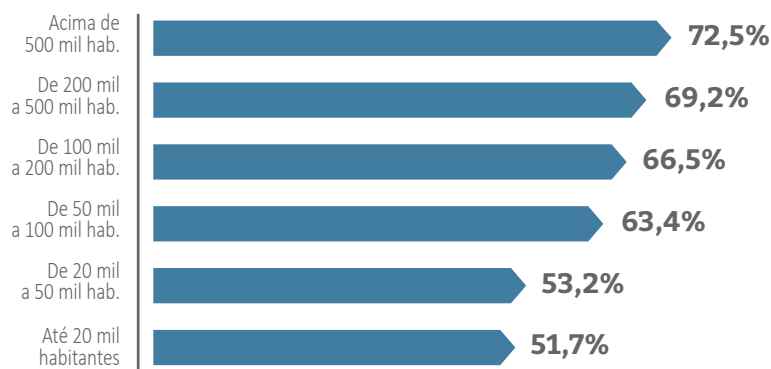


■ Percentual de municípios que possuem taxa de limpeza pública ou de coleta de lixo

○ Arrecadação de taxas per capita

Fazendo o recorte por porte populacional, observa-se que as taxas de coleta de lixo e limpeza urbana são mais frequentes nos municípios de grande e médio porte, pois o alto custo dos serviços encoraja os administradores das maiores cidades a cobrar o tributo. Segundo dados da pesquisa, entre os municípios com mais de 500 mil habitantes, 72,5% deles financiavam, total ou parcialmente, os serviços de limpeza pública e o manejo de resíduos sólidos por meio de taxas. Esse percentual decresce paulatinamente nas faixas que agrupam municípios menos populosos, até atingir 51,7% naqueles com até 20 mil residentes.

Proporção de municípios que cobram taxas de limpeza pública ou de coleta de lixo por porte populacional - 2016



Nos pequenos municípios, aqueles com até 20 mil habitantes, a frequência de cobrança das taxas de limpeza urbana e coleta de lixo é particularmente baixa no Nordeste (16,3%), Norte (20,9%) e Centro-Oeste (31,6%), para atingir níveis bastante elevados no Sudeste (70,3%) e no Sul do Brasil (89,5%).

Sintetizando, os dados da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros revelam que existe um grande potencial de obtenção de recursos novos por meio da instauração das taxas de coleta de lixo e limpeza urbana nos pequenos municípios, notadamente naqueles localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Também existe algum espaço a ser ocupado entre os grandes centros urbanos, pois dos 308 municípios com mais de 100 mil habitantes, 98 deles (31,8%) não utilizavam as taxas para financiamento dos serviços de limpeza urbana.

Além da baixa frequência na cobrança das taxas de limpeza urbana e coleta de lixo, apontada pelos dados acima, há um descompasso entre o valor que os municípios usualmente recolhem para custear a limpeza urbana e os custos despendidos com o serviço. Dados do estudo "Estimativas dos custos para viabilizar a universalização

da destinação adequada de resíduos sólidos no Brasil", elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe, revelam a existência de uma dívida da ordem de R\$ 10 bilhões, no final de 2016, acumulada pelas prefeituras junto às empresas do setor. Esse valor teve um aumento expressivo no decorrer dos últimos anos, devido à progressiva piora do ambiente econômico e à queda das receitas municipais. Por outro lado, segundo esti-

mativas registradas no estudo "Saúde Desperdiçada", também da Abrelpe, a gestão inadequada de resíduos sólidos no país geram um gasto com saúde pública ao redor de R\$ 2 bilhões por ano.

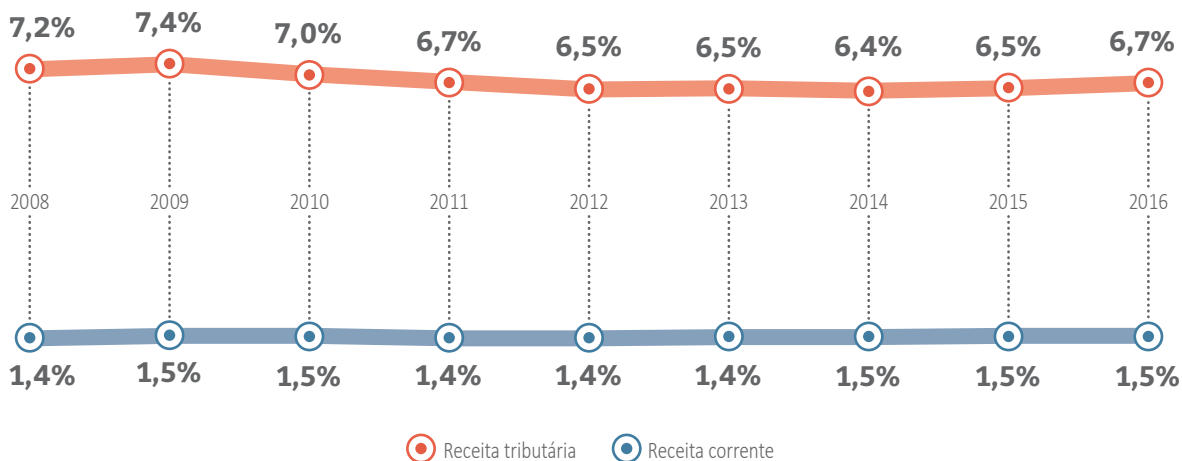
A definição clara das fontes de recursos que servirão de base para o financiamento da limpeza é uma das condições indispensáveis para que os municípios possam enfrentar o desafio, para os próximos anos, de melhorar as condições de disposição do lixo gerado em seu território e de se adequarem à Lei nº 12.305 de agosto de 2010, que dispõe sobre a política nacional de resíduos sólidos. Devido às exigências ambientais derivadas dessa lei, os gestores precisam contar com uma fonte estável e perene de recursos para fazer face aos custos do manejo adequado desses resíduos.

Peso na receita

O peso das taxas para a formação da receita corrente municipal tem se mantido estável ao longo dos últimos nove anos, no patamar de 1,5%. Sua participação no total da receita tributária própria apresentou ligeiro aumento para 6,7%, em 2016, após situar-se na casa dos 6,5% nos quatro anos anteriores.

Receita | Taxas

Participação das taxas na receita tributária e na receita corrente

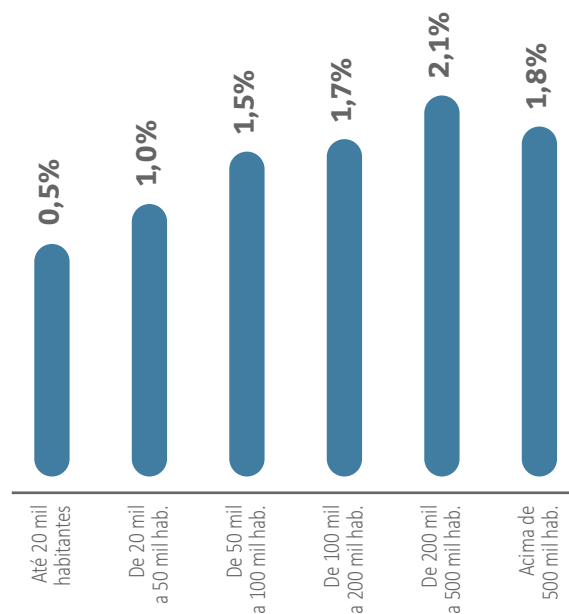


Nos pequenos municípios brasileiros as taxas têm pouca importância no total de suas receitas. Naqueles com até 20 mil habitantes respondeu por apenas 0,5% da receita corrente, em 2016. Em cidades maiores sua contribuição para a formação da receita corrente aumenta consideravelmente. O indicador alcança 2,1% no grupo de municípios entre 200 mil e 500 mil habitantes.

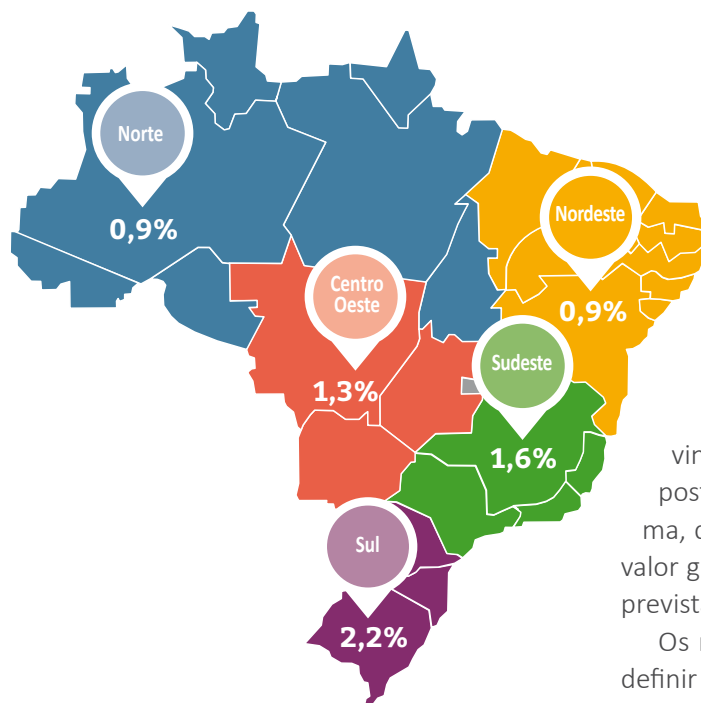
Entre as 106 selecionadas por **Multi Cidades**, as taxas têm um peso mais expressivo para formação da receita corrente em Ponta Grossa (6,5%), Vila Velha (5,7%), Florianópolis (4,6%), Cascavel (4,5%), Santo André (4,4%), Aparecida de Goiânia (4,3%), Recife (4,2%), Salvador (4,1%) e Natal (4,0%).

Dentre as regiões do país, observa-se que as taxas possuem maior importância nos municípios do Sul e Sudeste, com participações de 2,2% e 1,6% na receita corrente, respectivamente.

Participação das taxas na receita corrente por faixa populacional - 2016



Participação das taxas na receita corrente por região - 2016



As taxas e a Cosip

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma de suas principais características é sua cobrança estar vinculada ao custeio de alguma atividade estatal específica, diferentemente dos impostos, cuja cobrança é independente de vinculação à prestação de serviços específicos.

A partir da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, as taxas foram divididas em dois grupos. O primeiro, composto de taxas pela prestação de serviços, cuja receita destina-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; e o segundo, compreende as taxas pelo poder de polícia, arrecadadas para cobrir os custos inerentes às atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção e licença.

A base de cálculo das taxas deve estar vinculada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência de valor global entre o custo do serviço e a receita prevista pela cobrança do tributo.

Os municípios possuem competência para definir os critérios de distribuição desses custos entre os contribuintes, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidas pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal. Algumas vezes, a aplicabilidade desses princípios é controversa, o que tem resultado em frequentes questionamentos legais.

Em 1999, devido ao fim da cobrança da taxa de iluminação pública (TIF), firmado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a arrecadação das taxas municipais registrou recuo expressivo. Como forma de compensar essa perda de receita, a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, criou a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip), cuja cobrança é realizada por meio da conta de energia elétrica. A receita gerada pela Cosip não é contabilizada como taxa, mas sim como contribuição econômica. Veja análise sobre essa contribuição na página 114.

Taxas | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	Taxas per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	17.740.418	Norte	293.857,4	341.481,7	334.556,1	322.143,3	319.374,4	-0,9	7,3	0,9	18,00
AC	377.057	Rio Branco	3.421,2	3.746,8	3.603,0	3.751,6	3.600,6	-4,0	3,3	0,5	9,55
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	1.305,1	1.525,4	1.512,6	1.454,2	1.118,4	-23,1	5,5	0,9	13,63
AP	465.495	Macapá	13.115,5	24.842,6	14.392,7	12.960,4	12.739,3	-1,7	12,4	1,9	27,37
AP	113.854	Santana	1.765,4	1.720,3
AM	2.094.391	Manaus	32.595,4	34.532,3	39.883,9	36.038,6	37.429,5	3,9	4,0	1,0	17,87
AM	112.716	Parintins	1.154,2	1.443,8	2.960,3	2.782,9
PA	1.446.042	Belém	66.313,4	65.751,7	71.412,0	70.302,7	75.989,0	8,1	12,6	3,0	52,55
PA	510.834	Ananindeua	...	10.965,3	12.375,7	5.744,0	4.262,9	-25,8	6,7	0,8	8,34
PA	294.447	Santarém	4.972,3	3.616,4	3.988,7	4.457,2	4.131,7	-7,3	8,2	0,8	14,03
PA	266.932	Marabá	6.698,6	12.262,1	9.612,8	9.308,1	8.295,7	-10,9	8,6	1,2	31,08
RO	511.219	Porto Velho	36.343,2	30.491,5	27.746,9	27.618,3	27.223,3	-1,4	11,2	2,3	53,25
RO	131.560	Ji-Paraná	5.057,6	5.495,6	6.305,0	5.686,5	5.686,3	0,0	15,1	2,7	43,22
RR	326.419	Boa Vista	12.667,3	12.521,6	14.153,2	11.967,1	10.611,2	-11,3	9,3	1,1	32,51
RR	27.756	Rorainópolis	216,2	134,3	265,0	267,0	245,0	-8,2	10,0	0,5	8,83
TO	279.856	Palmas	10.973,1	12.651,9	18.095,0	18.389,7	14.854,1	-19,2	7,6	1,6	53,08
TO	173.112	Araguaína	6.511,3	5.790,2	4.663,9	4.588,8	4.302,5	-6,2	8,4	1,2	24,85
	56.912.962	Nordeste	1.045.871,2	1.093.750,7	1.166.715,3	1.134.249,7	1.077.438,3	-5,0	7,4	0,9	18,93
AL	1.021.709	Maceió	52.057,6	51.865,7	57.198,0	55.248,3	50.091,8	-9,3	11,9	2,6	49,03
AL	232.671	Arapiraca	3.587,6	4.115,2	2.752,9	4.948,2	4.028,0	-18,6	10,5	0,8	17,31
BA	2.938.092	Salvador	258.413,4	255.332,3	263.387,7	223.957,2	223.951,9	0,0	11,0	4,1	76,22
BA	622.639	Feira de Santana	11.137,4	15.101,5	15.963,5	15.284,6	14.533,4	-4,9	6,7	1,5	23,34
BA	346.069	Vitória da Conquista	5.799,9	5.133,2	5.437,7	5.434,6	5.865,6	7,9	6,6	1,0	16,95
BA	292.074	Camaçari	19.685,8	20.338,0	20.720,5	21.533,2	20.803,7	-3,4	8,1	2,1	71,23
CE	2.609.716	Fortaleza	23.200,7	21.592,5	21.627,5	15.526,0	13.836,5	-10,9	1,0	0,2	5,30
CE	358.164	Caucaia	1.683,3	2.098,7	2.805,5	2.361,3	2.927,9	24,0	4,9	0,5	8,17
CE	268.248	Juazeiro do Norte	2.483,1	3.361,3	2.879,3	3.196,3	3.590,7	12,3	7,7	0,7	13,39
MA	1.082.935	São Luís	17.341,8	18.128,7	16.939,0	16.006,4	17.302,7	8,1	2,8	0,7	15,98
MA	253.873	Imperatriz	7.521,1	6.774,1	4.988,4	..	7,7	0,9	19,65
PB	801.718	João Pessoa	35.735,2	34.891,7	38.582,9	42.828,0	33.168,4	-22,6	8,0	1,8	41,37
PB	407.754	Campina Grande	8.342,1	8.197,4	9.825,1	9.829,0	9.710,3	-1,2	9,9	1,2	23,81
PE	1.625.583	Recife	159.818,9	166.765,4	173.067,6	168.308,7	166.318,3	-1,2	11,3	4,2	102,31
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	16.451,5	17.904,4	20.492,8	20.386,6	18.633,2	-8,6	9,5	1,7	26,96
PE	390.144	Olinda	20.014,5	20.470,8	21.377,7	21.560,2	20.789,4	-3,6	17,9	3,9	53,29
PE	351.686	Caruaru	15.007,9	19.443,5	20.100,6	21.088,9	21.485,2	1,9	18,1	3,7	61,09
PE	337.683	Petrolina	4.119,6	4.467,7	5.817,6	7.270,5	7.304,9	0,5	8,9	1,3	21,63
PE	325.590	Paulista	5.158,4	3.255,1	5.423,1	7.213,6	5.041,9	-30,1	8,1	1,3	15,49
PI	847.430	Teresina	7.628,4	6.531,2	7.142,8	7.701,8	7.373,5	-4,3	1,8	0,3	8,70
PI	150.201	Parnaíba	1.065,2	1.095,3	1.281,9	1.141,3	1.195,5	4,7	4,2	0,4	7,96
RN	877.662	Natal	56.614,6	60.913,4	71.749,4	86.018,8	72.466,9	-15,8	13,4	4,0	82,57
RN	291.937	Mossoró	4.763,4	6.955,0	6.149,1	5.614,3	5.312,8	-5,4	6,5	1,1	18,20
SE	641.523	Aracaju	16.822,9	11.098,9	15.024,8	19.109,7	15.054,2	-21,2	3,1	1,0	23,47
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	584,6	1.451,9	2.120,6	2.648,5	1.746,4	-34,1	5,4	0,7	9,72
	12.683.772	Centro-Oeste¹	392.270,2	412.621,7	450.290,2	457.170,4	447.828,8	-2,0	7,3	1,3	35,31
GO	1.448.639	Goiânia	49.384,1	49.346,3	53.478,3	61.546,7	56.299,2	-8,5	4,6	1,4	38,86
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	28.878,8	32.183,2	25.144,5	32.872,9	38.237,5	16,3	16,5	4,3	71,86
GO	370.875	Anápolis	22.711,0	23.868,5	23.573,1	23.757,3	23.858,5	0,4	13,0	2,6	64,33
MT	585.367	Cuiabá	33.531,1	37.207,8	38.850,6	42.568,1	36.213,9	-14,9	7,0	1,9	61,87
MT	271.339	Várzea Grande	9.095,4	10.050,3	12.078,0	11.493,6	8.697,4	-24,3	12,3	1,8	32,05
MS	863.982	Campo Grande	35.461,1	35.401,3	40.192,2	36.260,9	35.560,1	-1,9	4,4	1,3	41,16
MS	215.486	Dourados	5.296,0	...	7.373,9	7.448,9	6.839,6	-8,2	4,8	1,0	31,74
	86.356.952	Sudeste	3.876.091,5	4.012.913,0	4.132.705,6	4.086.303,7	4.038.522,0	-1,2	5,5	1,6	46,77
ES	359.555	Vitória	34.156,1	35.050,4	34.820,5	34.268,5	36.771,6	7,3	6,6	2,5	102,27
ES	494.109	Serra	18.573,7	18.208,8	19.419,4	18.888,7	19.430,7	2,9	7,7	1,9	39,32
ES	479.664	Vila Velha	43.778,5	46.348,1	53.325,7	43.581,8	47.746,2	9,6	16,4	5,7	99,54
ES	384.621	Cariacica	8.728,8	10.332,5	10.061,8	8.567,4	7.458,8	-12,9	8,2	1,4	19,39
MG	2.513.451	Belo Horizonte	204.478,3	207.014,6	260.588,2	262.063,2	268.751,5	2,6	8,5	3,0	106,93
MG	669.672	Uberlândia	35.876,2	37.207,6	31.913,1	32.661,7	33.401,7	2,3	8,3	1,9	49,88
MG	653.800	Contagem	26.911,8	28.734,3	27.019,3	28.323,2	25.679,1	-9,3	7,8	1,8	39,28

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. rec. tributária 2016	Part. na rec. corr. 2016	Taxas per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	47.561,7	48.176,2	49.913,2	51.936,6	53.355,4	2,7	13,2	3,9	95,34
MG	422.354	Betim	7.884,7	7.386,2	7.752,7	7.816,1	8.367,4	7,1	4,7	0,6	19,81
MG	398.288	Montes Claros	13.054,4	11.740,2	12.898,1	13.161,1	15.808,0	20,1	13,4	2,8	39,69
MG	325.846	Ribeirão das Neves	6.474,6	7.561,6	8.397,3	10.124,6	7.950,5	-21,5	15,6	2,2	24,40
MG	325.279	Uberaba	25.294,5	24.947,6	26.079,5	29.041,8	28.243,6	-2,7	17,0	3,0	86,83
MG	279.665	Governador Valadares	10.498,8	14.070,8	14.971,8	14.826,6	15.014,5	1,3	13,1	2,1	53,69
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	475.945,2	470.349,7	458.948,0	451.823,2	460.644,0	2,0	4,6	2,2	70,88
RJ	1.044.058	São Gonçalo	38.459,9	37.997,1	44.857,5
RJ	886.917	Duque de Caxias	26.319,7	26.684,2	...	29.277,0	29.403,6	0,4	6,3	1,5	33,15
RJ	797.435	Nova Iguaçu	21.528,5	23.971,3	21.424,3	25.765,4	25.391,7	-1,5	11,7	2,2	31,84
RJ	497.883	Niterói	48.899,2	46.305,3	46.738,0	44.779,7	44.825,9	0,1	5,9	2,3	90,03
RJ	494.141	Belford Roxo	9.966,2	11.070,5	9.768,6	10.128,2	10.106,8	-0,2	14,8	1,8	20,45
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	13.269,8	15.226,1	15.143,8	13.424,4	16.898,1	25,9	7,0	1,1	34,69
RJ	460.541	São João de Meriti	16.836,2	17.540,0	17.302,3	14.036,3	12.972,3	-7,6	14,9	2,5	28,17
RJ	298.158	Petrópolis	23.438,6	22.265,7	20.266,0	25.725,6	23.090,9	-10,2	11,1	2,8	77,45
RJ	263.659	Volta Redonda	3.480,0	3.475,5	3.476,4	3.794,9	3.885,3	2,4	2,4	0,5	14,74
SP	12.038.175	São Paulo	293.340,6	354.368,2	356.402,0	337.430,4	300.703,5	-10,9	1,3	0,7	24,98
SP	1.337.087	Guarulhos	29.920,9	24.370,5	26.037,1	33.312,5	23.198,4	-30,4	2,3	0,6	17,35
SP	1.173.370	Campinas	112.675,6	119.795,8	122.978,0	124.108,2	124.812,0	0,6	7,6	3,1	106,37
SP	822.242	São Bernardo do Campo	121.810,4	122.985,0	119.961,8	114.715,9	116.036,6	1,2	11,1	3,6	141,12
SP	712.749	Santo André	69.960,6	78.667,3	83.632,3	75.149,0	94.068,7	25,2	11,9	4,4	131,98
SP	696.382	Osasco	32.717,9	33.423,7	33.162,1	36.304,1	40.415,9	11,3	5,0	2,1	58,04
SP	695.992	São José dos Campos	16.479,2	17.003,3	17.304,2	18.121,5	17.322,1	-4,4	2,9	0,7	24,89
SP	674.405	Ribeirão Preto	15.498,4	14.727,7	13.545,4	14.221,8	10.583,8	-25,6	1,5	0,5	15,69
SP	652.481	Sorocaba	68.103,2	70.299,8	71.263,1	70.348,8	72.326,8	2,8	11,7	3,1	110,85
SP	457.696	Mauá	7.641,8	8.040,8	7.353,6	6.525,1	6.321,3	-3,1	3,4	0,7	13,81
SP	446.649	São José do Rio Preto	12.191,1	12.537,2	11.557,1	10.767,2	11.448,9	6,3	2,9	0,9	25,63
SP	434.359	Santos	82.305,5	82.582,0	84.229,6	87.606,1	77.476,5	-11,6	7,7	3,7	178,37
SP	429.321	Mogi das Cruzes	9.675,2	8.121,3	7.331,5	6.940,8	6.821,8	-1,7	2,5	0,6	15,89
SP	415.180	Diadema	16.341,4	16.860,5	17.253,5	17.196,4
SP	405.740	Jundiaí	41.552,4	46.603,3	45.499,3	51.208,0	57.061,9	11,4	10,1	3,4	140,64
SP	394.465	Carapicuíba	1.954,2
SP	394.419	Piracicaba	24.770,1	26.633,1	25.925,8	25.588,4	27.541,7	7,6	8,3	2,0	69,83
SP	369.368	Bauru	14.379,2	15.587,4	14.529,9	13.189,4	13.114,3	-0,6	5,4	1,3	35,50
29.439.773	Sul		1.596.974,9	1.678.527,6	1.811.805,2	1.846.699,2	1.885.736,3	2,1	10,9	2,2	64,05
PR	1.893.997	Curitiba	116.513,0	118.594,3	118.713,4	117.759,2	122.759,5	4,2	5,3	1,7	64,82
PR	553.393	Londrina	24.276,5	26.568,5	28.503,8	28.263,6	30.351,6	7,4	6,4	2,0	54,85
PR	403.063	Maringá	32.094,7	31.797,0	34.673,2	34.262,1	34.807,7	1,6	9,1	2,9	86,36
PR	341.130	Ponta Grossa	28.618,8	30.240,7	38.809,4	39.369,3	41.982,3	6,6	20,6	6,5	123,07
PR	316.226	Cascavel	26.094,2	32.815,3	31.635,1	31.927,4	32.995,2	3,3	15,5	4,5	104,34
PR	302.759	São José dos Pinhais	17.736,3	19.247,8	18.175,2	18.464,7	25.748,0	39,4	11,4	2,8	85,04
PR	263.915	Foz do Iguaçu	29.947,7	27.457,5	23.870,2	18.793,7	18.796,4	0,0	9,5	2,6	71,22
RS	1.481.019	Porto Alegre	138.818,5	136.268,9	143.599,7	136.160,4	141.761,1	4,1	7,4	2,6	95,72
RS	479.236	Caxias do Sul	40.602,2	43.084,8	45.561,1	45.833,7	55.356,5	20,8	13,6	3,4	115,51
RS	343.651	Pelotas	1.345,8	1.112,0	1.127,6	1.601,5	1.672,3	4,4	1,0	0,2	4,87
RS	342.634	Canoas	19.111,8	13.935,6	17.053,3	20.765,0	16.589,0	-20,1	8,6	1,3	48,42
RS	277.309	Santa Maria	16.530,2	15.007,6	15.399,9	15.816,4	17.041,7	7,7	11,4	3,2	61,45
RS	273.742	Gravataí	11.906,4	13.740,4	20.493,6	15.602,1	17.406,9	11,6	16,3	2,8	63,59
RS	252.872	Viamão	5.167,4	4.633,1	4.591,5	5.617,3	7.170,9	27,7	17,0	1,7	28,36
SC	477.798	Florianópolis	60.465,6	69.324,5	70.882,7	66.818,3	69.987,2	4,7	9,6	4,6	146,48
SC	569.645	Joinville	10.313,3	11.188,3	11.244,5	11.705,1	11.442,7	-2,2	2,8	0,6	20,09
SC	343.715	Blumenau	31.349,3	35.892,5	41.921,4	42.705,8	44.813,3	4,9	14,1	3,7	130,38
	80.508.414	Cidades selecionadas	3.892.578,9	4.046.627,9	4.196.128,2	4.136.915,6	4.113.838,1	-0,6	5,4	1,9	51,10
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	430.185,2	454.711,1	502.695,6	505.384,6	484.886,9	-4,1	8,8	0,5	15,08
	46.107.667	Capitais	2.245.156,2	2.324.584,1	2.430.481,9	2.362.432,4	2.309.102,1	-2,3	4,2	1,7	50,08
	203.133.877	Brasil¹	7.205.065,2	7.539.294,8	7.896.072,3	7.846.566,3	7.768.899,7	-1,0	6,7	1,5	38,25

Fonte: elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2016, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Taxas | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Taxas	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1°	RJ	Rio de Janeiro	460.643.989,63	6.498.837	2°
2°	SP	São Paulo	300.703.503,66	12.038.175	1°
3°	MG	Belo Horizonte	268.751.488,05	2.513.451	5°
4°	BA	Salvador	223.951.887,93	2.938.092	3°
5°	PE	Recife	166.318.250,68	1.625.583	8°
6°	RS	Porto Alegre	141.761.141,52	1.481.019	9°
7°	SP	Campinas	124.811.966,67	1.173.370	13°
8°	PR	Curitiba	122.759.549,54	1.893.997	7°
9°	SP	São Bernardo do Campo	116.036.570,08	822.242	21°
10°	SP	Santo André	94.068.692,70	712.749	24°
11°	SP	Santos	77.476.499,19	434.359	52°
12°	PA	Belém	75.989.027,50	1.446.042	11°
13°	RN	Natal	72.466.887,52	877.662	18°
14°	SP	Sorocaba	72.326.798,52	652.481	31°
15°	SC	Florianópolis	69.987.166,72	477.798	47°
16°	SP	Praia Grande	67.567.340,42	304.705	86°
17°	SP	Jundiá	57.061.865,76	405.740	57°
18°	GO	Goiânia	56.299.156,32	1.448.639	10°
19°	RS	Caxias do Sul	55.356.463,32	479.236	46°
20°	MG	Juiz de Fora	53.355.392,58	559.636	36°
21°	SP	São Vicente	51.127.335,09	357.989	69°
22°	AL	Maceió	50.091.837,06	1.021.709	16°
23°	SP	São Caetano do Sul	48.176.706,58	158.825	181°
24°	ES	Vila Velha	47.746.208,65	479.664	45°
25°	RJ	Niterói	44.825.918,95	497.883	41°
26°	SC	Blumenau	44.813.314,53	343.715	74°
27°	SP	Guarujá	43.346.099,38	313.421	84°
28°	PR	Ponta Grossa	41.982.261,11	341.130	77°
29°	SP	Presidente Prudente	40.887.258,55	223.749	129°
30°	SP	Osasco	40.415.905,79	696.382	25°
31°	GO	Aparecida de Goiânia	38.237.531,82	532.135	38°
32°	AM	Manaus	37.429.517,16	2.094.391	6°
33°	MT	Cuiabá	36.213.940,73	585.367	34°
34°	MS	Campo Grande	35.560.051,80	863.982	19°
35°	PR	Maringá	34.807.670,97	403.063	58°
36°	RS	Bagé	34.293.214,14	121.986	239°
37°	MG	Uberlândia	33.401.674,00	669.672	29°
38°	PB	João Pessoa	33.168.390,83	801.718	22°
39°	PR	Cascavel	32.995.203,49	316.226	83°
40°	MG	Sete Lagoas	32.439.159,73	234.221	118°
41°	PR	Londrina	30.351.616,25	553.393	37°
42°	SC	Chapecó	29.777.297,00	209.553	140°
43°	RJ	Duque de Caxias	29.403.593,71	886.917	17°
44°	MG	Uberaba	28.243.614,46	325.279	82°
45°	SP	Piracicaba	27.541.731,06	394.419	61°
46°	RO	Porto Velho	27.223.262,52	511.219	39°
47°	SC	São José	25.877.480,62	236.029	115°
48°	PR	São José dos Pinhais	25.748.016,35	302.759	87°
49°	MG	Contagem	25.679.105,95	653.800	30°
50°	RJ	Nova Iguaçu	25.391.722,78	797.435	23°
51°	SC	Criciúma	25.308.641,66	209.153	141°
52°	SP	Itanhaém	23.986.881,66	97.439	318°

Posição	UF	Município	Taxas	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53°	GO	Anápolis	23.858.516,84	370.875	65°
54°	SP	Guarulhos	23.198.366,63	1.337.087	12°
55°	RJ	Petrópolis	23.090.868,60	298.158	89°
56°	SP	Indaiatuba	23.055.490,02	235.367	116°
57°	RS	Sant' Ana do Livramento	22.610.642,86	82.631	381°
58°	RS	Bento Gonçalves	21.981.173,23	114.203	268°
59°	PE	Caruaru	21.485.186,96	351.686	71°
60°	SC	Palhoça	21.460.849,70	161.395	179°
61°	BA	Camaçari	20.803.729,39	292.074	91°
62°	PE	Olinda	20.789.434,04	390.144	62°
63°	SP	Araraquara	20.783.801,45	228.664	126°
64°	SP	Taboão da Serra	20.557.782,21	275.948	97°
65°	SP	São Sebastião	20.495.777,78	84.294	369°
66°	ES	Serra	19.430.676,54	494.109	43°
67°	PR	Foz do Iguaçu	18.796.443,95	263.915	105°
68°	SP	Valinhos	18.661.574,23	122.163	238°
69°	PE	Jaboatão dos Guararapes	18.633.180,51	691.125	27°
70°	RS	Gravatá	17.406.864,81	273.742	98°
71°	SP	São José dos Campos	17.322.109,84	695.992	26°
72°	MA	São Luis	17.302.733,65	1.082.935	14°
73°	MG	Divinópolis	17.125.048,35	232.945	121°
74°	RS	Santa Maria	17.041.706,71	277.309	96°
75°	SP	Ubatuba	16.904.908,49	87.364	360°
76°	RJ	Campos dos Goytacazes	16.898.138,07	487.186	44°
77°	SP	Araçatuba	16.786.311,95	193.828	152°
78°	RS	Canoas	16.589.021,88	342.634	76°
79°	SP	Limeira	16.325.186,72	298.701	88°
80°	PR	Arapongas	16.274.543,28	116.960	260°
81°	SP	Barueri	16.240.245,69	264.935	103°
82°	MG	Montes Claros	15.807.973,23	398.288	59°
83°	ES	Guarapari	15.757.846,54	121.506	240°
84°	RS	Novo Hamburgo	15.367.337,24	249.113	110°
85°	SE	Aracaju	15.054.194,46	641.523	32°
86°	MG	Governador Valadares	15.014.538,98	279.665	95°
87°	TO	Palmas	14.854.065,06	279.856	94°
88°	RS	São Leopoldo	14.746.989,12	229.678	125°
89°	SC	Jaraguá do Sul	14.550.755,29	167.300	171°
90°	BA	Feira de Santana	14.533.407,70	622.639	33°
91°	RJ	Macaé	14.438.028,00	239.471	113°
92°	SP	Peruibe	14.180.183,46	65.907	492°
93°	CE	Fortaleza	13.836.457,89	2.609.716	4°
94°	SC	Balneário Camboriú	13.467.363,75	131.727	216°
95°	RJ	Nova Friburgo	13.208.991,03	185.102	158°
96°	SP	Bauru	13.114.303,86	369.368	66°
97°	SP	Jaú	13.060.256,99	144.828	198°
98°	RJ	São João de Meriti	12.972.262,93	460.541	49°
99°	SP	Marília	12.750.603,64	233.639	120°
100°	AP	Macapá	12.739.298,16	465.495	48°

	Total dos 100 maiores	4.635.550.974,40	73.062.167	..
	Total dos demais	3.133.348.737,77	130.071.710	..
	Total Brasil¹	7.768.899.712,17	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Taxas per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	SC	Bombinhas	702,63	12.683.825,65	18.052	1964°
2°	PR	Pontal do Paraná	322,13	8.013.847,61	24.878	1405°
3°	SP	São Caetano do Sul	303,33	48.176.706,58	158.825	181°
4°	SP	Ilhabela	293,45	9.619.986,93	32.782	1043°
5°	GO	Rio Quente	286,69	1.150.789,94	4.014	4719°
6°	RS	Monte Belo do Sul	283,58	764.524,29	2.696	5228°
7°	RS	Bagé	281,12	34.293.214,14	121.986	239°
8°	RS	Sanf' Ana do Livramento	273,63	22.610.642,86	82.631	381°
9°	MG	Araporã	270,49	1.816.861,03	6.717	3795°
10°	MG	Comendador Gomes	246,18	769.813,84	3.127	5059°
11°	SP	Itanhaém	246,17	23.986.881,66	97.439	318°
12°	SP	São Sebastião	243,15	20.495.777,78	84.294	369°
13°	PR	Guaratuba	234,35	8.340.036,90	35.588	936°
14°	MS	Bonito	233,51	4.965.991,26	21.267	1652°
15°	RS	Arroio do Sal	231,34	2.063.751,27	8.921	3273°
16°	SP	Mongaguá	221,92	11.847.183,68	53.384	613°
17°	SP	Praia Grande	221,75	67.567.340,42	304.705	86°
18°	RS	Santa Tereza	216,28	384.981,34	1.780	5506°
19°	SP	Peruibe	215,15	14.180.183,46	65.907	492°
20°	SC	São João do Oeste	212,58	1.336.062,72	6.285	3917°
21°	MG	Nacip Raydan	211,57	691.839,44	3.270	5011°
22°	MG	Água Comprida	197,73	407.529,55	2.061	5450°
23°	SP	Ubatuba	193,50	16.904.908,49	87.364	360°
24°	RS	Bento Gonçalves	192,47	21.981.173,23	114.203	268°
25°	RS	Imbé	192,46	3.905.761,35	20.294	1727°
26°	SP	Presidente Prudente	182,74	40.887.258,55	223.749	129°
27°	SP	Santos	178,37	77.476.499,19	434.359	52°
28°	MA	Bacabeira	176,56	2.968.328,54	16.812	2094°
29°	BA	Cairu	170,77	3.071.326,38	17.985	1974°
30°	SC	Garopaba	163,91	3.536.104,21	21.573	1619°
31°	SP	Águas de Lindóia	163,87	3.017.218,72	18.412	1917°
32°	SC	Porto Belo	162,49	3.208.182,46	19.744	1778°
33°	GO	Ceres	162,11	3.572.028,82	22.034	1582°
34°	SP	Boituva	157,67	8.960.280,74	56.830	569°
35°	SC	Joaçaba	157,02	4.602.266,12	29.310	1171°
36°	SP	Valinhos	152,76	18.661.574,23	122.163	238°
37°	SC	Florianópolis	146,48	69.987.166,72	477.798	47°
38°	RS	Balneário Pinhal	144,82	1.809.208,81	12.493	2637°
39°	RN	Tibau do Sul	143,74	1.956.174,24	13.609	2491°
40°	SP	São Vicente	142,82	51.127.335,09	357.989	69°
41°	SC	Chapecó	142,10	29.777.297,00	209.553	140°
42°	SP	São Bernardo do Campo	141,12	116.036.570,08	822.242	21°
43°	SP	Jundiá	140,64	57.061.865,76	405.740	57°
44°	RS	Torres	140,31	5.239.585,70	37.342	901°
45°	PR	Arapongas	139,15	16.274.543,28	116.960	260°
46°	MG	Sete Lagoas	138,50	32.439.159,73	234.221	118°
47°	SP	Guarujá	138,30	43.346.099,38	313.421	84°
48°	PR	Entre Rios do Oeste	136,36	594.108,86	4.357	4584°
49°	SC	Palhoça	132,97	21.460.849,70	161.395	179°
50°	RS	Capão da Canoa	132,88	6.350.499,22	47.792	684°
51°	SP	Santo André	131,98	94.068.692,70	712.749	24°
52°	SP	Bertioga	131,34	7.610.012,41	57.942	557°

Posição	UF	Município	Taxas per capita	Taxas	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	SC	Blumenau	130,38	44.813.314,53	343.715	74°
54°	RS	Nova Petrópolis	130,24	2.676.205,14	20.549	1708°
55°	ES	Guarapari	129,69	15.757.846,54	121.506	240°
56°	SC	Balneário Piçarras	129,44	2.750.975,05	21.253	1653°
57°	BA	Tabocas do Brejo Velho	128,47	1.675.580,82	13.043	2564°
58°	RS	Canela	128,19	5.479.510,28	42.746	765°
59°	MG	Oliveira	127,34	5.314.906,87	41.739	784°
60°	SC	Camboriú	125,46	9.609.339,43	76.592	419°
61°	SP	Jaguariúna	123,15	6.535.506,31	53.069	618°
62°	PR	Ponta Grossa	123,07	41.982.261,11	341.130	77°
63°	GO	Panamá	123,00	334.178,98	2.717	5222°
64°	SP	Vinhedo	122,73	9.064.529,16	73.855	437°
65°	SC	Criciúma	121,01	25.308.641,66	209.153	141°
66°	SP	Cedral	120,55	1.069.243,74	8.870	3292°
67°	MG	Itaúna	118,76	10.936.722,00	92.091	336°
68°	RS	Cidreira	118,12	1.714.044,42	14.511	2369°
69°	GO	Matrinchã	117,72	529.170,82	4.495	4532°
70°	MG	Monte Sião	116,57	2.708.949,03	23.238	1514°
71°	SC	Pomerode	115,88	3.680.431,09	31.760	1090°
72°	SC	Massaranduba	115,65	1.878.110,63	16.240	2142°
73°	RJ	Mangaratiba	115,64	4.805.477,09	41.557	791°
74°	MG	Nova Lima	115,58	10.525.489,98	91.069	344°
75°	RS	Caxias do Sul	115,51	55.356.463,32	479.236	46°
76°	SC	Tijucas	115,42	4.174.662,23	36.170	924°
77°	SP	Serra Negra	115,29	3.289.737,08	28.534	1199°
78°	SC	São Francisco do Sul	114,98	5.709.715,31	49.658	662°
79°	ES	Anchieta	114,87	3.226.819,14	28.091	1221°
80°	PR	Umuarama	114,80	12.528.197,37	109.132	282°
81°	SC	Rio do Sul	113,99	7.775.846,30	68.217	471°
82°	SC	Guarujá do Sul	113,49	580.830,45	5.118	4289°
83°	PR	Quatro Barras	113,29	2.532.376,26	22.353	1562°
84°	RS	Garibaldi	113,23	3.780.161,32	33.384	1016°
85°	SP	Guatapará	113,18	848.432,39	7.496	3594°
86°	SP	Olimpia	112,06	6.018.113,73	53.702	611°
87°	SP	Sorocaba	110,85	72.326.798,52	652.481	31°
88°	PR	Ivaiporã	110,56	3.616.881,76	32.715	1047°
89°	PR	Palotina	110,39	3.434.816,00	31.115	1116°
90°	MG	Jeceaba	110,34	579.268,20	5.250	4249°
91°	SP	Ilha Comprida	110,06	1.152.982,30	10.476	3043°
92°	SC	São José	109,64	25.877.480,62	236.029	115°
93°	SC	Gaspar	109,32	7.238.315,05	66.213	490°
94°	MG	São Lourenço	108,53	4.897.731,35	45.128	724°
95°	SC	Itapema	106,97	6.327.035,05	59.147	545°
96°	MG	Belo Horizonte	106,93	268.751.488,05	2.513.451	5°
97°	SP	Campinas	106,37	124.811.966,67	1.173.370	13°
98°	SC	Laguna	106,30	4.781.613,46	44.982	730°
99°	RS	Erechim	106,11	10.919.356,31	102.906	298°
100°	RS	Serafina Corrêa	106,08	1.697.690,23	16.004	2172°

	Total dos 100 maiores	137,54	1.915.445.065,21	13.926.300	..
	Total dos demais	30,94	5.853.454.646,96	189.207.577	..
	Total Brasil¹	38,25	7.768.899.712,17	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Cosip já arrecada mais do que as taxas municipais

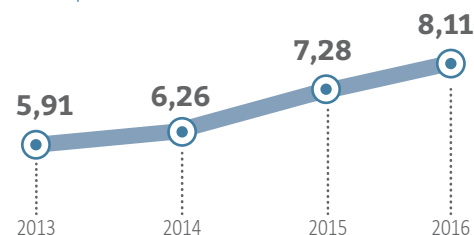
DESDE 2014, QUANDO O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PASSOU A SER DE RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS, A RECEITA COM A COSIP CRESCEU 37,2% E, EM 2016, **ALCANÇOU R\$ 8,11 BILHÕES, VALOR SUPERIOR AO RECOLHIMENTO DE TAXAS PELOS MUNICÍPIOS.**

Apesar da Cosip ter sido instituída em 2002 pela Emenda Constitucional nº 39, os municípios só contaram com um campo específico para sua contabilização no Plano de Contas a partir de 2011, com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 1 de 2010. A partir de 2013, os dados sobre a receita de Cosip passaram a ser apresentados no banco de dados da STN e, ainda assim, muitos municípios faziam a sua contabilização em outros campos, de forma equivocada, registrando-a em taxas ou em Contribuições para Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Dessa forma, as informações relativas à arrecadação da Cosip aqui apresentadas possuem algumas limitações. A adaptação completa por parte dos municípios para uma correta contabilização da Cosip deverá acontecer com o tempo, o que permitirá constituir uma base de dados e uma série histórica mais ampla e mais fidedigna, proporcionando, assim, melhores condições de análises a cada nova edição de **Multi Cidades**.

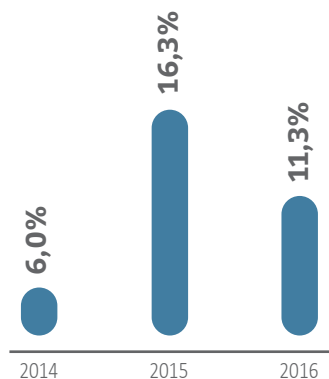
Desempenho

A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) obteve outro ano com excelente desempenho de arrecadação ao chegar ao volume de R\$ 8,11 bilhões, em 2016. O montante supera a receita do ano anterior em R\$ 824,3 milhões e reflete um aumento de 11,3%, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2016. Após três anos seguidos de boas taxas de crescimento, a receita de Cosip ultrapassou o recolhimento com taxas dos municípios brasileiros que, em 2016, somou R\$ 7,77 bilhões.

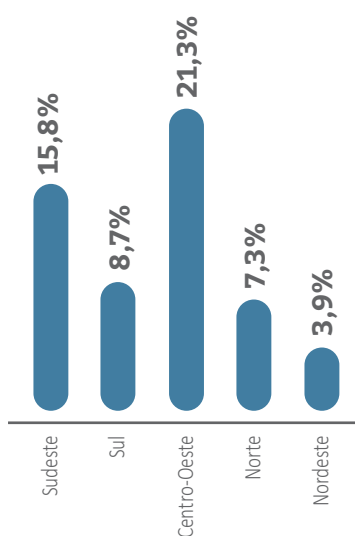
Arrecadação da Cosip em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento da Cosip em relação ao ano anterior



Taxa de crescimento da Cosip por região - 2016/2015



Entre as regiões brasileiras, destaca-se o desempenho da região Sudeste, que entre 2015 e 2016 elevou sua receita com a contribuição em R\$ 498,8 milhões e respondeu por 61% do crescimento nacional. Além do Sudeste, cabe mencionar a região Centro-Oeste

que, no mesmo período, viu a Cosip saltar 21,3%.

Embora o crescimento tenha se dado em todos os estados e na maior parte dos municípios da região, a forte expansão de quase R\$ 500 milhões no Sudeste está diretamente ligada ao desempenho de três municípios: São Paulo, com acréscimo de R\$ 195,1 milhões; Nova Iguaçu-RJ, com R\$ 52,4 milhões a mais; e Guarulhos-SP, com R\$ 46,8 milhões adicionais. **Somados, esses três municípios adicionaram R\$ 294,3 milhões à receita de 2016 em relação a de 2015, e foram responsáveis por 59% do desempenho regional e por pouco mais de um terço do crescimento no Brasil.**

Na capital paulista, onde a Cosip chegou a R\$ 536 milhões, a taxa de crescimento foi de 57,2% em relação a 2015, ano em que a arrecadação havia sido de R\$ 340,9 milhões. Essa forte expansão ocorreu devido ao reajuste da contribuição, que passou de R\$ 5,40, em 2015, para R\$ 9,32, em 2016, por imóvel residencial, e de R\$ 16,90 para R\$ 29,30, no caso dos imóveis comerciais. Esse aumento veio em resposta à alta da tarifa de energia, que foi causada, entre outros fatores, pela crise hídrica vivida pelo Estado.

COM A
ARRECAÇÃO DE
R\$ 8,11 BILHÕES, A
COSIP ULTRAPASSOU
O TOTAL DO
RECOLHIMENTO
COM **TAXAS DOS
MUNICÍPIOS
BRASILEIROS
QUE, EM 2016,
SOMOU R\$ 7,77
BILHÕES.**

De forma geral a arrecadação com a Cosip é concentrada nos municípios de grande porte. Em 2016, 55,8% de todo o recolhimento com a contribuição ocorreu nos municípios com mais de 200 mil habitantes, o que equivale a um montante de R\$ 4,52 bilhões. Essa concentração se deve ao fato da base de arrecadação ser maior nesses municípios. Aliado a isso, nota-se que o potencial da Cosip ainda não é totalmente aproveitado nas cidades de pequeno e médio porte, uma vez que em muitas delas a Cosip ainda não foi implantada.

As 10 maiores arrecadações de Cosip - 2016
Em R\$ - IPCA médio de 2016

Posição	População	Municípios	Cosip
1º	12.038.175	São Paulo	535.964.473,38
2º	6.498.837	Rio de Janeiro	256.288.033,92
3º	2.609.716	Fortaleza	195.237.096,20
4º	2.094.391	Manaus	152.042.822,27
5º	2.513.451	Belo Horizonte	128.600.788,29
6º	1.893.997	Curitiba	111.179.922,87
7º	1.446.042	Belém	104.852.934,55
8º	2.938.092	Salvador	100.114.084,34
9º	863.982	Campo Grande	83.867.700,90
10º	1.625.583	Recife	79.525.979,08

Arrecadação da Cosip nos municípios por faixa populacional - 2016

Municípios por faixa populacional	Cosip	Participação no total
	em R\$ milhões	
Até 50 mil habitantes	1.768,37	21.8%
De 50 mil a 100 mil hab.	903,10	11.1%
De 100 mil a 200 mil hab.	916,35	11.3%
Acima de 200 mil hab.	4.521,36	55.8%
Total dos municípios	8.109,17	100.0%

Arrecadação per capita

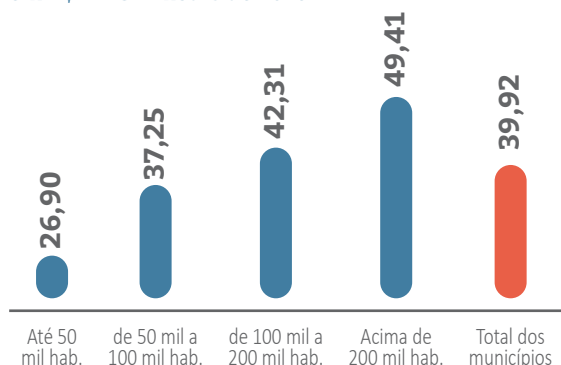
Em 2016 os municípios brasileiros recolheram o equivalente a R\$ 39,92 por habitante para a manutenção do serviço de iluminação pública. Esse valor foi de R\$ 26,90 nos municípios com menos de 50 mil habitantes, reflexo da não adesão de muitos deles à cobrança da contribuição.

Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2015, 4.087 prefeituras já haviam instituído a Cosip, o que corresponde a 73,4% dos municípios no país. Entretanto, dos 1.130 que declaram ainda não realizar a cobrança, 1.017 possuem menos de 50 mil habitantes e, juntos, formam um

contingente populacional expressivo de 11,9 milhões de brasileiros, o que demonstra o tamanho do potencial de crescimento da Cosip nessas localidades.

Nas cidades de grande porte, aquelas com mais de 200 mil habitantes, a receita foi equivalente a R\$ 49,41 por munícipe, em 2016. A tendência é de que, na medida em que se aumente o porte populacional, a arrecadação por habitante cresça devido ao tamanho mais expressivo dos parques de iluminação e dos equipamentos públicos nos quais são empregados sistemas de iluminação pública mais complexos, como parques, praças, hospitais, escolas etc.

Cosip per capita por faixa populacional - 2016
em R\$ - IPCA médio de 2016



Como funciona a Cosip

A cobrança para o custeio do serviço de iluminação prestado pelas concessionárias de energia elétrica teve início nas últimas décadas do século passado. Inicialmente realizado por meio de taxas, o procedimento foi contestado e proibido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da Súmula 670 de 2003. A decisão obrigou o Congresso Nacional a antecipar a discussão e a deliberação da Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002, que autorizou a instituição da Cosip pelos municípios e pelo Distrito Federal.

A mudança legal foi necessária, uma vez que as taxas só devem ser utilizadas para o financiamento de serviços públicos que efetivamente ou potencialmente sejam utilizados por contribuinte específico e de modo divisível. No caso da iluminação pública, o serviço é compartilhado por toda a sociedade e, portanto, não caberia a cobrança por meio de taxas.

Desde a Emenda Constitucional, a Cosip passou a ser cada vez mais presente nos municípios brasileiros e deverá apresentar um desempenho muito positivo nos próximos anos, em função da Resolução Normativa nº 414/2010, modificada pela RN nº 587/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que obrigou as concessionárias

de energia elétrica a transferirem os ativos de iluminação (luminárias, lâmpadas, relés e reatores) para as prefeituras, até o fim de 2014, e delegou a elas a responsabilidade pela prestação do serviço.

Pela Constituição Federal é facultada a cobrança da contribuição na conta de energia elétrica, conforme dispõe o artigo 149. O valor recolhido deve ser repassado ao tesouro municipal mediante ajuste envolvendo a empresa distribuidora de energia e o poder público local. Esse valor é vinculado à prestação do serviço de iluminação pública e não pode ser utilizado para outros fins. Em alguns municípios, a contribuição pode estar sendo cobrada junto com o IPTU. Em ambos os casos, o valor da Cosip deve estar destacado.

O MONTANTE A SER ARRECADADO PELO ENTE MUNICIPAL DEVE COBRIR TOTAL OU **PARCIALMENTE O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

O montante a ser arrecadado pelo ente municipal deve cobrir total ou parcialmente o custeio da iluminação pública, que passa pela reposição dos equipamentos até a despesa com o consumo energético. Ainda não existe um consenso sobre a legalidade de se utilizar ou não os recursos para a expansão do sistema de iluminação pública.

É facultada à legislação municipal a definição do valor da Cosip, sua base de cálculo e as alíquotas, o que resulta em modelos diferentes de apuração. Há casos de municípios que utilizam o consumo de energia como base de cálculo, instituindo alíquotas diferenciadas segundo o tipo de uso dos imóveis e a faixa de consumo ou a metragem frontal do terreno, a sua localização, entre outras formas.



SANASA CAMPINAS, UMA EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL REFERÊNCIA NO BRASIL.

A Sanasa Campinas é uma empresa municipal de saneamento que é referência no Brasil. São 43 anos de serviços prestados com a mais alta tecnologia. Nos últimos 5 anos, foram investidos mais de 416 milhões de reais em obras, representando um recorde de investimento da empresa desde sua criação.

Esses investimentos não param. A Sanasa continua investindo em tecnologia e inovação para cuidar da qualidade de vida e do bem-estar da população. Neste segundo semestre de 2017, foram assinados mais dois contratos de financiamento de obras de água e esgotamento sanitário. São mais 415 milhões de reais para a universalização do saneamento. Além disso, a tecnologia empregada pela empresa torna a cidade uma referência em saneamento.

O primeiro contrato, de R\$ 141.752.733,10, será destinado para o sistema de abastecimento de água. O conjunto de obras inclui a implantação de uma adutora de água bruta com extensão de 2.700 metros e de seis subadutoras com

extensão total de 31.230 metros. Também está prevista a construção de 27 reservatórios, com capacidade total de 65,33 milhões de litros, e de quatro estações elevatórias de água. Serão implantados ainda 57.828 metros de redes de distribuição.

O segundo contrato, de R\$ 273.419.285,59, será aplicado no sistema de esgotamento sanitário. Esse valor será aplicado na implantação de 141.858 metros de redes coletoras, de 30.040 metros de interceptores e coletores tronco e de 17.226 metros de linhas de recalque. Também serão construídas 21 estações elevatórias de esgoto bruto e ampliadas seis estações de tratamento de esgoto.

As obras vão beneficiar cerca de 800 mil habitantes e farão com que Campinas fique ainda mais próxima de atingir a universalização do saneamento. Para isso está em ritmo acelerado a construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Boa Vista, que fará com que Campinas atinja no segundo semestre de 2019 a capacidade instalada de tratar 100% do esgoto coletado.

Essa estação beneficiará uma população de 55.134 moradores de 30 bairros de Campinas. Com capacidade para tratar 180 litros de efluentes por segundo, o esgoto tratado por meio de membranas ultrafiltrantes resultará em água de excelente qualidade que poderá ser aproveitada como água de reúso com grau de 99% de pureza, seguindo os moldes da EPAR Capivari II.

Com investimento total de R\$ 51.740.535,21, a ETE Boa Vista, que leva o nome do córrego que margeia a unidade, será construída em uma área de 90 mil metros quadrados.

São investimentos e tecnologias que fazem de Campinas a cidade com um dos menores índices de perdas de água do Brasil, 19,2%, enquanto que a média nacional é de 36,40%.

TECNOLOGIA EM TRATAMENTO DE ESGOTO

A Sanasa também foi uma das pioneiras na produção de água de reúso. A EPAR – Estação Produtora de Água de Reúso Capivari II –, por meio da utilização da tecnologia avançada de membranas filtrantes, pode fornecer água de reúso para várias atividades. Com essa tecnologia, Campinas se tornou uma das primeiras cidades do país a utilizar água de reúso para as atividades do Corpo de Bombeiros e para a manutenção de praças e jardins públicos. O esgoto tratado pela EPAR Capivari II é de modo terciário, gerando um efluente com 99% de grau de pureza, sem utilização de produtos químicos.

NOSSOS NÚMEROS

Hoje a cidade de Campinas, com mais de 1 milhão e 100 mil habitantes, tem índices de saneamento considerados exemplos para o Brasil. Atualmente o índice de coleta e afastamento de esgoto é de 93%, a capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95% e o tratamento de esgoto é de 90%. Além disso, 99,7% da população de Campinas recebem água potável.

Tecnologia, inovação e, acima de tudo, compromisso com a qualidade de vida. Sanasa Campinas, nossa vida é inovar.



ETE Nova América



ETE Sousas / Joaquim Egídio



Sede Sanasa



EPAR Capivari II



PREFEITURA DE
CAMPINAS
A FORÇA DA INOVAÇÃO

SANASA
CAMPINAS
NOSSA VIDA É INOVAR

Despesa com pessoal permanece no mesmo patamar há três anos

COM ESTAGNAÇÃO NA RECEITA CORRENTE E SOB A SOMBRA DOS LIMITES DA LRF, MUNICÍPIOS SEGURAM DESPESA COM PESSOAL **NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, MANTENDO-A PRATICAMENTE INALTERADA DESDE 2014.**

Desempenho

A despesa com pessoal dos municípios manteve-se praticamente inalterada nos últimos três anos, na casa dos R\$ 265 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), interrompendo a trajetória de crescimento que vinha prevalecendo nos anos anteriores. Essa estabilização da despesa com pessoal, entretanto, não foi suficiente para acompanhar o comportamento negativo da receita corrente no mesmo período.

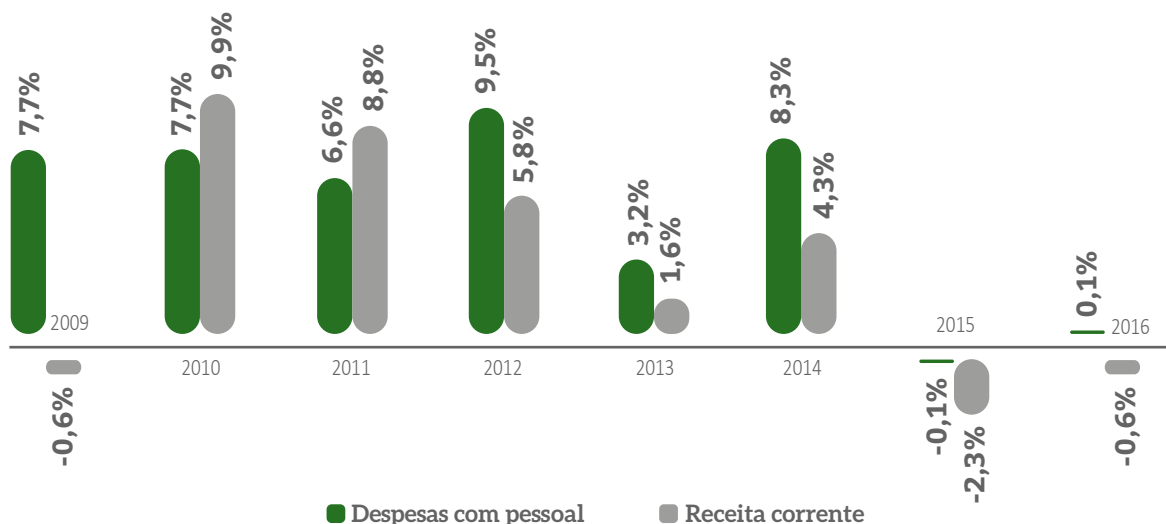
A despesa com pessoal acompanhou a trajetória da receita corrente das cidades brasileiras até o ano de 2011. Nos nove anos que permeiam o período entre 2002 e 2011, ambos cresceram 86%, em termos reais. Naquele último ano, o gasto com o funcionalismo respondia, em média, por 44,8% da receita corrente municipal. Desde então, houve um deslocamento entre ambos,

que acentuou-se no biênio 2015-2016, fazendo com que metade de toda a receita corrente fosse destinada ao pagamento de pessoal.

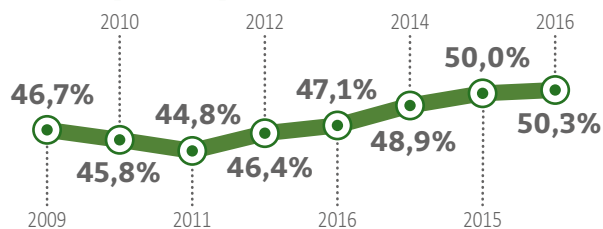
Diferentemente das anteriores, as administrações que estiveram à frente das cidades brasileiras entre 2013 e 2016 tiveram que lidar, nos dois últimos anos de mandato, com um forte e abrupto retrocesso da receita corrente municipal. Em 2015, ela recuou 2,3% e, em 2016, a queda foi de 0,6%, mas teria sido de 2,6% se não houvesse os recursos extraordinários referentes à repatriação.



Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente em relação ao ano anterior



Comprometimento da receita corrente com a despesa com pessoal



Destaca-se que, diante de uma arrecadação fragilizada ou em queda, os gestores públicos precisam fazer reduções nas despesas para manter o equilíbrio das contas públicas, embora nem sempre seja possível realizar o ajuste via gasto com pessoal. A dificuldade de ajustá-lo de forma rápida num cenário de queda de receita está associada ao fato de os gastos com pessoal crescerem

automaticamente, por conta de diversos mecanismos, tais como as vantagens fixadas nos estatutos que regem os servidores, as progressões e avanços dos planos de carreira, as políticas de valorização real do salário-mínimo, o piso nacional de determinadas categorias, entre outros.

Além desses fatores que causam um aumento vegetativo da folha de pagamento,

muitos dos quais fogem da alçada do gestor público municipal, garantias constitucionais, como a estabilidade dos servidores públicos e a irredutibilidade salarial, dificultam a redução mais acentuada do dispêndio com pessoal, tornando-o o item mais rígido das despesas. Assim, na maioria das vezes, a opção de reequilíbrio orçamentário passa pelo corte de outras categorias de despesa, especialmente os investimentos que, apenas em 2016, recuaram 15,1%.

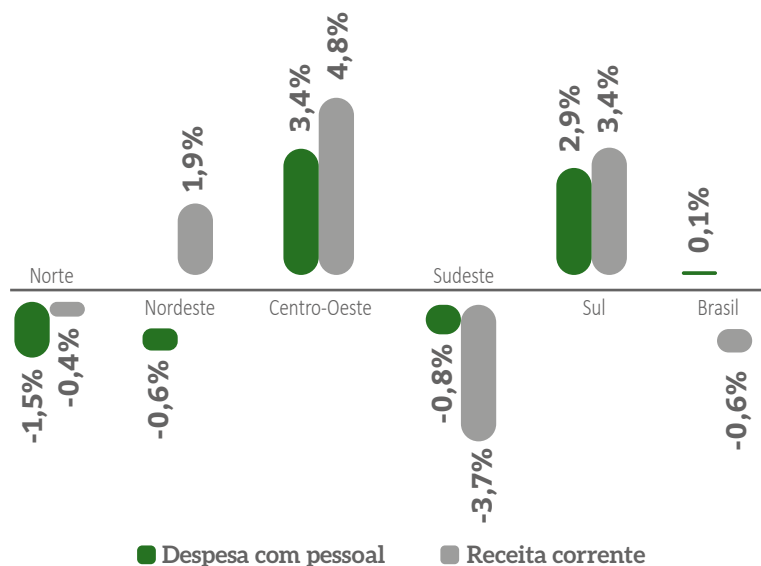
Diante do mencionado crescimento vegetativo da folha de pessoal, a estabilidade do gasto com pessoal no biênio 2015-2016 ocorreu, basicamente, porque boa parte dos

Despesa | Pessoal

municípios não vem concedendo a reposição inflacionária integral ao salário do funcionalismo. Exonerações ou não reposição de servidores, sobretudo daqueles comissionados ou com contrato de trabalho temporário, também são fatores de influência nesse comportamento.

Analisando-se o desempenho da despesa com pessoal entre 2015 e 2016 em nível regional, nota-se que os maiores aumentos da despesa com pessoal ocorreram entre os municípios das regiões Centro-Oeste (3,4%) e Sul (2,9%), que contrabalançaram a redução dos gastos dos municípios das regiões Norte (-1,5%), Sudeste (-0,8%) e Nordeste (-0,6%) e Nordeste (-0,6%).

Taxa de crescimento da despesa com pessoal e da receita corrente por região - 2016/2015



Entre as capitais que apresentaram dados para 2015 e 2016, 12 registraram aumentos dos gastos com pessoal, sendo que os mais expressivos ocorreram em Cuiabá (6,9%), Teresina e Campo Grande (6,1% cada uma). Entre as que apresentaram as maiores reduções destacaram-se Florianópolis (14,8%), Macapá (13,4%), João Pessoa (-9,3%) e Belo Horizonte (-5,7%). A variação negativa observada em Natal (-24,1%) está relacionada a alterações contábeis realizadas pelo município envolvendo gastos com aposentadorias, que passaram a fazer parte da despesa com custeio, causando aumento nesse último item.

Considerando-se os municípios com mais de 100 mil habitantes, exceto as capitais, os maiores aumentos em termos percentuais ocorreram em Votorantim-SP (31,2%), Paranaguá-PR (18,8%), Itaquaquecetuba-SP (17,6%), Vitória de Santo Antão-PE (17,2%), Maricá-RJ e Codó-MA (16% cada um). No mesmo grupo de municípios foram registradas quedas expressivas na despesa com pessoal de Bajé-RS (-16,9%), Mesquita-RJ (-20,1%), Camaragibe-PE (-23,6%) e Ourinhos-SP (-32,9%).

Gasto por habitante

Em 2016, a despesa média com pessoal per capita dos municípios foi de R\$ 1.308,83. Pelo segundo ano consecutivo o valor do gasto com pessoal por habitante apresentou ligeira redução, influenciado especialmente pela relativa estabilidade da despesa a partir de 2014, comparada ao crescimento da população no mesmo período.

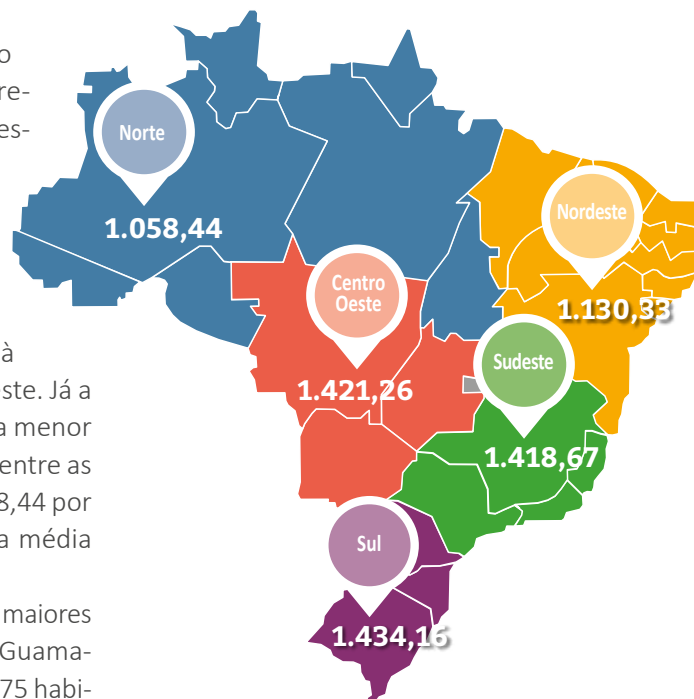
Despesa com pessoal per capita
em R\$ - IPCA médio de 2016



Observando-se o comportamento do gasto por região, observa-se que, pela primeira vez, a média das despesas com pessoal dos municípios do Sudeste foi superada pela média das regiões Centro-Oeste e Sul, registrando, respectivamente, R\$ 1.418,67 contra R\$ 1.421,26 e R\$ 1.434,16 por habitante. Tal comportamento deve-se, principalmente, ao aumento expressivo dos gastos com pessoal nos municípios das regiões Centro-Oeste e Sul, em relação à pequena retração das despesas do Sudeste. Já a região Norte, que desde 2010 mantém a menor média de gastos com pessoal per capita entre as regiões, registrou uma média de R\$ 1.058,44 por habitante, enquanto que no Nordeste a média foi de R\$ 1.130,33.

Os municípios que registraram as cinco maiores despesas com pessoal per capita foram Guamaré-RN (com R\$ 6.831,83 per capita e 14.975 habitantes), Serra da Saudade-MG (R\$ 6.409,39 e 815 habitantes), Paulínia-SP (R\$ 6.308,18 e 100.128 habitantes), São Gonçalo do Rio Abaixo-MG (R\$ 6.115,88 e 10.683 habitantes) e São Francisco do Conde-BA (R\$ 5.903,10 e 39.790 habitantes). Esses mesmos municípios historicamente vêm

Despesa com pessoal per capita por região - 2016
em R\$ - IPCA médio de 2016



apresentando os maiores gastos com pessoal por habitante, apenas alternando-se nas primeiras posições no ranking ao longo dos últimos anos. Tal fenômeno guarda forte correlação com o nível de receita corrente per capita de cada um, já que esses mesmos municípios também figuram entre aqueles com as maiores receitas correntes per capita do país.

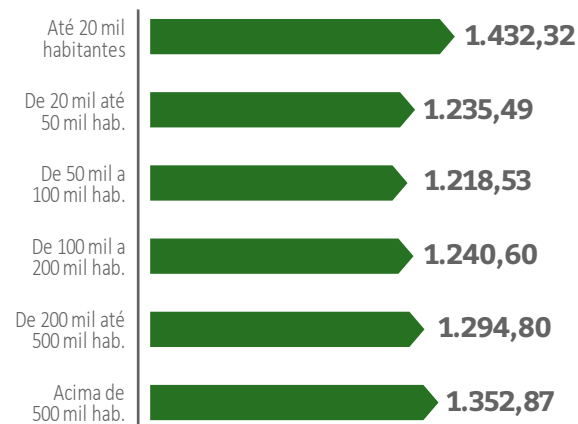
A despesa com pessoal per capita dos municípios agrupados por faixas populacionais revela que aqueles com até 20 mil habitantes possuem o maior valor médio, de R\$ 1.432,32. Em seguida, estão os grandes municípios, aqueles com mais de 500 mil habitantes, com R\$ 1.352,87 por habitante, valor também superior à média nacional.

Os pequenos municípios possuem uma elevada despesa com pessoal proporcionalmente à sua população devido ao fato de também possuírem uma receita total per capita superior, uma vez que são relativamente mais beneficiados pela distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (veja mais na seção sobre o FPM, na página 56). Outro motivo está relacionado ao fato dos pequenos municípios possuírem praticamente a mesma estrutura de administração pública e com as mesmas obrigações que todos os demais. Ou seja, precisam manter diversas secretarias municipais, Câmara Municipal e prestar quase que os mesmos serviços nas áreas de educação, saúde, saneamento, serviços urbanos etc. Além disso, por possuírem poucos moradores, essas cidades não usufruem de economias de escala na prestação dos serviços públicos, o que lhes exige uma proporção relativamente maior de funcionários.

Grande parte dos maiores municípios, por sua vez, conta com fontes de receitas mais diversificadas e uma base tributária mais ampla que lhes garante um elevado nível de receita total per capita comparativamente às cidades das demais faixas populacionais. Esse é um dos fatores que

lhes proporciona uma despesa com pessoal acima da média nacional, além de não usufruírem tanto da economia de escala na prestação de serviços públicos, devido à maior dimensão que os problemas urbanos atingem quando se possui mais de 500 mil habitantes num mesmo território. Dessa forma, as funções dos municípios grandes são ampliadas, principalmente nas áreas de transporte, habitação, saneamento e até na segurança, exigindo maiores gastos com pessoal.

Despesa com pessoal per capita por faixa populacional - 2016 em R\$



Limite da despesa com pessoal nas capitais

A LRF fixou limites globais para a despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) dos entes dos três níveis de governo, individualizados para cada Poder e órgão da administração pública. No âmbito municipal, os limites máximos fixados foram de 54% para o Poder Executivo e de 6% para o Poder Legislativo. Visando a auxiliar no monitoramento e controle do limite máximo, a LRF estabeleceu dois sublimites: o limite prudencial (95% do limite máximo)

e o limite de alerta (90% do limite máximo), que, no caso do Poder Executivo municipal, equivalem a 51,3% e a 48,6% da despesa total com pessoal em relação à RCL, respectivamente.

Analisando-se o cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF para a despesa total com pessoal no Poder Executivo das capitais, no final do período do mandato de 2013-2016, observa-se que, apesar das intempéries produzidas pelas flutuações da economia nesse período, em 12 municípios o indicador ficou abaixo do limite de alerta ao final de 2016. Destacam-se nesse grupo com as menores despesas em relação à RCL: São Paulo (37,27%), Belo Horizonte (39,64%), Salvador (42,04%), Goiânia (42,21%) e Rio Branco (42,26%).

Outros oito encontravam-se em situação de alerta, quatro no prudencial e apenas dois acima do máximo: Macapá (56,83%) e Florianópolis (57,19%). Ou seja, das 26 capitais, a grande maioria (76,9%) estava abaixo do limite prudencial, ao final de 2016.

Apesar desse cenário relativamente favorável, o nível médio de comprometimento da RCL com pessoal subiu significativamente, passando de 39,6%, ao final de 2012, para 44%, ao final de 2016, entre as capitais. Ou seja, um aumento de quase 4,4 pontos percentuais.

O COMPROMETIMENTO DA RCL COM PESSOAL SUBIU SIGNIFICATIVAMENTE, PASSANDO DE **39,6%, AO FINAL DE 2012, PARA 44%, AO FINAL DE 2016, ENTRE AS CAPITALS.**

Florianópolis já se encontrava, no final de 2012, acima do limite prudencial, com 52,65%. Entre 2013-2016, sua despesa com pessoal apresentou

um aumento de 22,6%, ritmo acima do crescimento de sua RCL, de 12,9%, em termos reais, fechando o exercício de 2016 com um indicador de 57,19%. Macapá, por sua vez, já estava acima do limite máximo em 2012 e, de 2013 a 2016 sua despesa total com pessoal apresentou um aumento real de 2,2%, ao passo que o da RCL foi de 15%, o que fez com que o indicador regredisse de 64%, no final de 2012, para 56,83%, no final de 2016, uma redução de 7,17 pontos percentuais no período.

Despesa total com pessoal do Poder Executivo das capitais em relação à receita corrente líquida conforme a LRF em %

Capitais	2012	2013	2014	2015	2016
Aracaju	47,19	50,43	51,65	48,37	50,45
Belém	35,58	43,34	46,67	47,63	51,78
Belo Horizonte	38,49	41,36	42,06	42,78	39,64
Boa Vista	54,83	41,66	43,40	47,58	44,61
Campo Grande	39,63	45,93	48,68	53,19	52,83
Cuiabá	39,81	47,35	49,87	47,49	47,39
Curitiba	36,35	39,45	40,69	44,41	45,81
Florianópolis	52,65	53,85	53,46	56,86	57,19
Fortaleza	43,67	50,95	47,04	44,79	46,86
Goiânia	50,75	58,57	50,40	51,82	42,21
João Pessoa	50,61	52,54	50,40	53,44	49,34
Macapá	64,00	53,81	53,90	67,35	56,83
Maceió	47,90	50,88	51,15	50,89	49,49
Manaus	39,87	39,77	41,24	43,13	43,56
Natal	54,56	48,71	48,94	56,35	53,13
Palmas	50,98	52,19	48,14	51,21	50,99
Porto Alegre	47,64	49,89	46,23	47,76	49,22
Porto Velho	50,71	49,39	50,62	50,68	49,14
Recife	42,88	45,97	44,67	49,74	49,98
Rio Branco	44,80	44,48	43,60	41,78	42,26
Rio de Janeiro	40,69	40,09	44,30	44,28	49,04
Salvador	44,50	46,63	41,34	44,12	42,04
São Luís	54,36	51,77	52,87	55,18	53,27
São Paulo	32,86	33,63	34,46	33,67	37,27
Teresina	48,38	49,65		49,70	48,54
Vitória	43,99	46,41	46,51	46,67	42,68

Limites

Máximo	54,0
Prudencial	51,3
Alerta	48,6

Fonte: elaborado com dados extraídos do portal *Compara Brasil* (www.comparabrasil.com).

Limite da despesa com pessoal nos legislativos das capitais

No legislativo das capitais a situação fiscal é extremamente confortável. À exceção da Câmara Municipal de Boa Vista, que não disponibilizou as informações do Relatório de Gestão Fiscal à Secretaria do Tesouro Nacional para nenhum ano da série analisada, todos os demais legislativos municipais encontram-se bem abaixo do limite de alerta para os gastos com pessoal.

Destaca-se que, além do limite de 6% da despesa total com pessoal sobre a RCL, estabelecido pela LRF, os legislativos municipais estão sujeitos a outro limite mais restritivo, disposto no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal. Segundo o texto constitucional, a folha de pagamento da Câmara Municipal, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores, deverá ser inferior a 70% dos repasses recebidos durante o exercício. Em caso de inobservância a esse limite, o § 3º do artigo 29-A sujeita o presidente da câmara a crime de responsabilidade.

Mesmo utilizando conceitos diferentes de receitas e despesas, tal restrição, na prática, inutiliza a existência do limite máximo estabelecido pela LRF para o legislativo municipal, haja vista que a base de cálculo das receitas utilizadas para o repasse dos recursos às câmaras do artigo 29-A é inferior àquela definida para o cálculo da receita corrente líquida. Assim, dado o referido limite, é praticamente impossível que uma Câmara Municipal ultrapasse o limite máximo da despesa total com pessoal definido na LRF. Sobre os repasses às câmaras, veja seção da página 166.

Despesa total com pessoal do Poder Legislativo das capitais em relação à receita corrente líquida conforme a LRF em %

Capitais	2015	2016
Aracaju	1,87	2,05
Belém	2,30	2,57
Belo Horizonte	1,63	1,50
Boa Vista		
Campo Grande	1,77	1,70
Cuiabá	1,99	1,94
Curitiba	1,46	1,52
Florianópolis	3,05	3,07
Fortaleza	1,98	1,99
Goiânia	2,06	1,88
João Pessoa	2,42	2,48
Macapá		2,20
Maceió	2,24	2,07
Manaus	2,57	2,64
Natal	2,66	2,72
Palmas	2,67	2,43
Porto Alegre	2,37	2,45
Porto Velho	2,45	2,01
Recife	3,10	2,99
Rio Branco	2,23	2,13
Rio de Janeiro	2,70	3,09
Câmara Municipal	1,87	2,19
Tribunal de Contas	0,83	0,90
Salvador	2,41	2,41
São Luís	3,19	3,20
São Paulo	1,25	1,38
Câmara Municipal	0,85	0,92
Tribunal de Contas	0,40	0,46
Teresina	2,01	1,99
Vitória	1,39	1,39

Fonte: elaborado com dados extraídos do portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com)

Penalidades previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal

Caso o Poder Executivo ou o Legislativo ultrapassem o limite prudencial da LRF (95% do limite máximo) ficará impedido, enquanto perdurar o excesso, de conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequação da remuneração dos servidores; criar cargo, emprego ou função; alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa; prover cargo público, admitir ou contratar pessoal, entre

outras vedações (LC nº 101/200, art. 22). Já o limite de alerta (90% do limite máximo) não incorre em nenhum tipo de sanção ou restrição, apenas serve como um aviso cautelar emitido pelo Tribunal de Contas aos gestores.

Ao atingir o limite máximo (54%), o Poder ou órgão terá os dois quadrimestres seguintes para eliminar o percentual de gasto excedente, devendo eliminar pelo menos um terço já no primeiro quadrimestre posterior. Para isso, terá de adotar as seguintes medidas: redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança (Constituição Federal, art. 169, I, § 3º), o que poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos (LC nº 101/2000, art. 23, § 1º) e pela exoneração dos servidores não estáveis (Constituição Federal, art. 169, II, § 3º). Se essas medidas não forem suficientes para reconduzir a despesa ao limite, o Poder ou órgão ainda poderá demitir servidores

estáveis (Constituição Federal, art. 169, § 4º). E ainda é facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária (LC nº 101/2000, art. 23, § 2º).

Caso o ente não realize a redução no prazo de dois quadrimestres, não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal (LC nº 101/2000, art. 23, I a III, § 3º). Tais restrições aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão (LC nº 101/2000, art. 23, § 4º).

Ressalta-se que, em relação à despesa com pessoal, algumas condutas dos agentes públicos podem resultar desde multa até reclusão ou perda do mandato, conforme síntese apresentada no quadro abaixo.

Penalidades previstas para os atos cometidos em desacordo com a LRF

Legislação	Transgressão à lei	Penalidades			
		Responsável	Restrições institucionais	Sanções pessoais	Legislação
LC 101/2000, art. 19	Exceder o limite da despesa total com pessoal em cada período de apuração.	Prefeito Municipal		Perda do mandato	Dec. Lei 201, art. 4º, inciso VII
LC 101/2000, art. 21	Expedir ato que provoque aumento da despesa total com pessoal em desacordo com a Lei.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 21, parágrafo único	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento da despesa total com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou legislatura.	Agente que lhe der causa	Nulidade do ato	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-G
LC 101/2000, art. 22, parágrafo único	Deixar de adotar as medidas previstas na lei quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite.	Agente que lhe der causa	Proibições previstas na lei (LC 101/2000, art. 22, incisos I a V).	Reclusão de 1 a 4 anos	CP, art. 359-D
LC 101/2000, art. 23	Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.	Agente que lhe der causa	Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social. Proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LC 101/2000, art. 23, § 3º, incisos I a III).	Multa de 30% dos vencimentos anuais	Lei 10.028/2000, art. 5º, inciso IV

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, 2012.

Pessoal | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Pessoal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	17.740.418	Norte	16.797.093,7	18.012.048,9	19.123.586,6	19.065.432,7	18.777.173,7	-1,5	52,9	53,5	1.058,44
AC	377.057	Rio Branco	280.704,2	292.226,0	318.748,2	307.627,0	322.061,2	4,7	44,3	43,4	854,14
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	64.030,6	70.334,4	80.662,3	79.345,7	80.842,0	1,9	56,6	61,6	984,98
AP	465.495	Macapá	399.789,9	371.229,6	417.281,5	476.520,5	412.539,0	-13,4	59,6	60,7	886,24
AP	113.854	Santana	65.610,4	82.581,8
AM	2.094.391	Manaus	1.715.188,5	1.787.546,5	1.988.074,3	1.924.844,0	1.905.581,5	-1,0	45,5	50,3	909,85
AM	112.716	Parintins	103.473,7	100.003,9	107.964,6	94.500,1
PA	1.446.042	Belém	1.188.195,6	1.275.011,8	1.331.317,2	1.363.598,6	1.329.634,3	-2,5	51,2	53,2	919,50
PA	510.834	Ananindeua	289.230,3	249.863,2	311.553,2	321.225,3
PA	294.447	Santarém	304.423,4	259.867,3	263.465,8	280.320,8	289.632,1	3,3	51,7	55,5	983,65
PA	266.932	Marabá	343.202,9	336.178,7	324.625,4	360.866,6	385.585,2	6,8	61,7	55,2	1.444,51
RO	511.219	Porto Velho	567.558,0	547.123,5	623.308,0	617.291,5	629.301,9	1,9	55,2	53,2	1.230,98
RO	131.560	Ji-Paraná	98.912,9	103.796,8	106.641,3	109.086,6	107.647,5	-1,3	50,7	51,2	818,24
RR	326.419	Boa Vista	346.789,3	316.636,4	369.452,5	417.050,3	414.121,5	-0,7	44,7	44,0	1.268,68
RR	27.756	Rorainópolis	23.555,9	29.490,0	28.452,3	26.426,8	27.909,3	5,6	50,8	60,1	1.005,52
TO	279.856	Palmas	400.265,1	424.907,0	451.836,6	454.687,5	433.240,4	-4,7	49,7	45,7	1.548,08
TO	173.112	Araguaína	146.403,6	141.754,7	150.018,4	145.212,1	155.521,8	7,1	44,8	43,1	898,39
	56.912.962	Nordeste	57.655.216,8	61.396.177,5	64.760.618,4	64.690.243,7	64.330.156,0	-0,6	53,9	54,3	1.130,33
AL	1.021.709	Maceió	968.032,0	1.051.896,8	1.125.780,2	1.063.185,9	1.045.620,0	-1,7	52,4	55,2	1.023,40
AL	232.671	Arapiraca	256.705,1	266.504,2	263.167,8	273.002,8	295.229,0	8,1	49,4	59,0	1.268,87
BA	2.938.092	Salvador	1.960.636,3	2.281.432,7	2.215.980,4	2.385.218,9	2.338.220,5	-2,0	43,5	42,9	795,83
BA	622.639	Feira de Santana	340.396,3	368.131,1	376.761,9	396.537,1	375.349,1	-5,3	38,4	39,9	602,84
BA	346.069	Vitória da Conquista	304.692,6	301.246,0	303.593,8	306.298,1	312.839,3	2,1	51,7	54,1	903,98
BA	292.074	Camacari	395.719,2	404.324,0	471.989,4	478.634,6	451.325,7	-5,7	47,9	45,8	1.545,24
CE	2.609.716	Fortaleza	2.486.237,3	2.591.541,4	2.735.117,9	2.805.445,2	2.851.584,1	1,6	50,0	51,3	1.092,68
CE	358.164	Caucaia	285.571,3	267.651,0	264.908,7	316.455,1	325.238,3	2,8	61,4	57,6	908,07
CE	268.248	Juazeiro do Norte	224.252,8	218.596,6	214.631,4	235.812,0	238.215,4	1,0	53,4	49,1	888,04
MA	1.082.935	São Luís	1.304.907,0	1.117.357,4	1.374.393,2	1.385.211,1	1.396.055,4	0,8	55,2	55,7	1.289,14
MA	253.873	Imperatriz	254.907,4	287.294,8	293.374,0	..	51,6	52,2	1.155,59
PB	801.718	João Pessoa	1.032.606,6	1.117.398,6	1.157.726,4	1.119.979,4	1.015.952,6	-9,3	59,6	54,9	1.267,22
PB	407.754	Campina Grande	406.232,4	443.578,4	462.791,8	486.395,9	488.796,6	0,5	59,7	59,4	1.198,75
PE	1.625.583	Recife	1.872.958,0	1.926.051,8	2.045.244,2	2.156.937,8	2.052.071,3	-4,9	52,0	52,0	1.262,36
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	513.702,4	541.282,5	603.460,2	582.987,2	572.489,7	-1,8	54,4	52,7	828,34
PE	390.144	Olinda	264.751,5	281.235,0	350.573,0	340.475,2	303.048,9	-11,0	55,1	56,9	776,76
PE	351.686	Caruaru	320.332,6	322.160,9	334.948,8	325.449,9	327.852,5	0,7	58,1	56,5	932,23
PE	337.683	Petrolina	266.749,9	263.468,9	272.155,3	285.180,4	297.073,7	4,2	51,5	52,3	879,74
PE	325.590	Paulista	217.662,4	225.136,8	254.494,1	249.702,2	236.595,6	-5,2	57,3	62,6	726,67
PI	847.430	Teresina	999.493,6	1.086.641,5	1.117.734,2	1.154.338,2	1.225.034,9	6,1	48,8	52,8	1.445,59
PI	150.201	Parnaíba	138.777,5	153.191,8	168.854,1	169.566,5	171.941,8	1,4	60,5	57,3	1.144,74
RN	877.662	Natal	991.497,5	900.136,5	1.005.049,4	1.020.924,5	774.820,6	-24,1	40,0	42,3	882,82
RN	291.937	Mossoró	282.164,7	315.635,4	319.196,3	313.929,3	321.161,9	2,3	58,4	64,0	1.100,11
SE	641.523	Aracaju	718.953,1	763.355,5	832.051,1	835.077,9	833.519,7	-0,2	55,0	54,2	1.299,28
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	127.725,4	137.005,6	134.630,2	141.831,6	138.201,4	-2,6	55,3	57,1	769,23
	12.683.772	Centro-Oeste¹	15.382.278,4	16.527.492,7	17.183.181,2	17.427.828,7	18.026.901,2	3,4	51,8	51,3	1.421,26
GO	1.448.639	Goiânia	2.040.280,5	2.150.788,2	1.949.665,7	1.950.478,2	2.054.523,6	5,3	50,9	51,8	1.418,24
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	342.048,6	389.732,4	412.082,3	413.751,2	444.156,4	7,3	48,7	49,5	834,67
GO	370.875	Anápolis	451.259,9	487.797,6	529.366,8	552.459,1	543.691,7	-1,6	54,5	60,3	1.465,97
MT	585.367	Cuiabá	723.457,5	770.704,4	867.011,1	878.226,1	938.576,7	6,9	51,0	50,5	1.603,40
MT	271.339	Várzea Grande	249.474,3	249.546,3	196.146,7	218.964,3	235.797,2	7,7	50,9	48,4	869,01
MS	863.982	Campo Grande	1.212.723,3	1.312.371,3	1.425.294,5	1.537.132,6	1.630.455,3	6,1	58,1	59,8	1.887,14
MS	215.486	Dourados	303.964,0	332.452,4	337.376,2	347.753,7	357.136,3	2,7	54,4	51,8	1.657,35
	86.356.952	Sudeste	112.328.354,2	112.207.696,3	124.421.423,7	123.491.803,6	122.512.084,4	-0,8	46,2	48,4	1.418,67
ES	359.555	Vitória	863.707,4	889.114,7	907.343,6	870.856,6	779.024,6	-10,5	57,8	53,3	2.166,64
ES	494.109	Serra	534.818,0	535.247,2	561.846,2	...	544.563,8	..	51,5	52,3	1.102,11
ES	479.664	Vila Velha	403.923,9	409.742,8	435.030,7	384.154,3	356.494,5	-7,2	43,0	42,7	743,22
ES	384.621	Cariacica	273.985,7	301.687,0	319.013,8	307.421,9	272.160,3	-11,5	51,7	50,5	707,61
MG	2.513.451	Belo Horizonte	3.429.192,7	3.615.732,1	3.857.578,4	3.756.368,2	3.541.491,6	-5,7	42,1	39,4	1.409,02
MG	669.672	Uberlândia	724.386,1	634.904,6	692.825,6	761.710,0	784.237,9	3,0	41,9	44,8	1.171,08
MG	653.800	Contagem	761.652,3	783.563,1	810.938,8	771.828,6	720.077,2	-6,7	51,6	51,6	1.101,37

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Pessoal per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		
MG	559.636	Juiz de Fora	588.563,4	611.401,5	661.504,4	663.473,8	702.074,9	5,8	49,5	51,8	1.254,52
MG	422.354	Betim	819.866,1	850.368,7	869.570,7	825.115,3	782.934,5	-5,1	54,9	52,5	1.853,74
MG	398.288	Montes Claros	318.560,2	309.350,1	354.394,7	352.728,4	399.980,2	13,4	64,8	70,6	1.004,25
MG	325.846	Ribeirão das Neves	180.986,7	171.919,3	169.844,5	194.918,8	198.342,2	1,8	55,0	55,6	608,70
MG	325.279	Uberaba	318.893,4	340.316,0	385.495,6	379.007,9	378.875,3	0,0	41,2	40,7	1.164,77
MG	279.665	Governador Valadares	325.701,7	344.958,4	389.850,8	414.669,6	387.142,2	-6,6	53,4	55,4	1.384,31
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	10.153.172,3	10.542.299,4	11.367.282,6	11.461.414,6	11.984.872,2	4,6	47,5	56,5	1.844,16
RJ	1.044.058	São Gonçalo	555.464,7	545.580,1	620.437,8
RJ	886.917	Duque de Caxias	1.238.919,1	1.297.561,9	1.422.885,2	1.452.347,4	1.447.484,6	-0,3	59,7	74,4	1.632,04
RJ	797.435	Nova Iguaçu	578.506,0	636.803,3	713.651,9	648.155,4	555.486,3	-14,3	40,7	48,8	696,59
RJ	497.883	Niterói	900.663,3	999.373,9	1.001.051,9	1.033.818,0	1.015.480,8	-1,8	45,9	52,9	2.039,60
RJ	494.141	Belford Roxo	333.625,5	357.618,1	365.817,7	363.305,9	401.367,0	10,5	61,7	70,8	812,25
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	950.430,4	967.774,5	1.100.450,3	973.140,9	967.555,2	-0,6	33,5	63,1	1.986,01
RJ	460.541	São João de Meriti	228.922,7	324.738,6	345.139,5	311.608,6	284.784,1	-8,6	50,5	54,8	618,37
RJ	298.158	Petrópolis	440.119,1	349.867,5	485.978,7	469.917,6	437.174,1	-7,0	50,6	52,5	1.466,25
RJ	263.659	Volta Redonda	453.001,8	466.925,1	497.799,4	416.599,3	402.198,9	-3,5	51,9	50,1	1.525,45
SP	12.038.175	São Paulo	15.246.843,7	10.289.498,0	16.635.403,1	17.241.128,8	17.405.518,0	1,0	36,7	39,4	1.445,86
SP	1.337.087	Guarulhos	1.573.008,5	1.794.258,1	1.824.980,7	1.844.475,2	1.705.844,3	-7,5	48,8	47,2	1.275,79
SP	1.173.370	Campinas	1.884.649,3	1.973.818,8	2.066.744,9	2.091.708,8	2.123.706,9	1,5	49,2	53,0	1.809,92
SP	822.242	São Bernardo do Campo	1.210.448,6	1.263.110,7	1.296.785,4	1.252.803,3	1.317.859,6	5,2	36,4	40,7	1.602,76
SP	712.749	Santo André	840.696,7	823.054,3	866.392,3	848.711,9	883.724,4	4,1	39,3	41,5	1.239,88
SP	696.382	Osasco	931.000,3	931.000,3	1.058.727,1	941.710,2	933.089,3	-0,9	47,8	48,7	1.339,91
SP	695.992	São José dos Campos	873.921,0	976.085,5	1.016.530,4	1.034.449,0	1.076.873,0	4,1	42,1	43,7	1.547,25
SP	674.405	Ribeirão Preto	1.001.567,3	1.130.099,7	1.129.858,6	1.117.996,9	1.172.870,2	4,9	49,2	54,7	1.739,12
SP	652.481	Sorocaba	791.159,0	876.402,1	954.220,4	970.261,3	1.021.374,7	5,3	44,5	43,6	1.565,37
SP	457.696	Mauá	261.015,3	287.908,9	307.293,2	292.484,6	297.466,0	1,7	29,1	34,6	649,92
SP	446.649	São José do Rio Preto	416.344,8	447.398,8	471.025,7	487.376,0	486.161,2	-0,2	34,5	36,8	1.088,46
SP	434.359	Santos	981.015,9	1.051.608,0	1.088.324,1	...	1.078.484,5	..	49,4	51,3	2.482,93
SP	429.321	Mogi das Cruzes	408.546,3	413.903,5	318.132,5	437.901,3	463.756,5	5,9	36,3	41,2	1.080,21
SP	415.180	Diadema	588.627,2	556.839,6	580.732,9	544.737,3	555.463,3	2,0	48,9	..	1.337,89
SP	405.740	Jundiaí	665.045,5	698.819,7	741.545,4	770.738,4	835.573,1	8,4	47,1	49,4	2.059,38
SP	394.465	Carapicuíba	247.644,0	253.883,5	233.499,0	223.303,7	194.057,5	-13,1	37,5	..	491,95
SP	394.419	Piracicaba	...	593.377,5	621.095,7	635.956,0	667.157,4	4,9	46,7	48,6	1.691,49
SP	369.368	Bauru	486.459,5	512.905,5	537.404,1	536.355,0	531.254,9	-1,0	54,6	53,1	1.438,28
29.439.773	Sul		35.886.627,6	37.493.453,2	40.481.469,3	41.021.386,8	42.221.354,0	2,9	49,8	48,8	1.434,16
PR	1.893.997	Curitiba	2.564.165,9	2.864.320,3	3.055.283,9	3.152.985,3	3.289.655,1	4,3	50,3	46,5	1.736,89
PR	553.393	Londrina	655.217,8	714.298,1	749.808,6	783.807,7	850.868,4	8,6	51,7	55,0	1.537,55
PR	403.063	Maringá	424.091,6	469.315,9	528.978,4	538.148,8	557.467,2	3,6	47,2	46,7	1.383,08
PR	341.130	Ponta Grossa	289.783,6	319.902,9	344.269,7	353.264,1	361.592,9	2,4	53,3	56,1	1.059,99
PR	316.226	Cascavel	297.743,3	284.882,0	342.842,9	348.720,8	370.654,8	6,3	48,4	50,4	1.172,12
PR	302.759	São José dos Pinhais	330.738,3	410.589,5	445.975,7	372.615,1	374.677,2	0,6	42,9	40,8	1.237,54
PR	263.915	Foz do Iguaçu	328.074,4	318.816,9	367.772,0	331.361,4	339.945,6	2,6	51,4	47,9	1.288,09
RS	1.481.019	Porto Alegre	2.552.079,3	2.688.348,2	2.723.989,8	2.690.693,0	2.737.379,8	1,7	49,0	50,6	1.848,31
RS	479.236	Caxias do Sul	674.473,3	712.117,0	753.708,5	773.150,1	777.913,8	0,6	48,7	48,0	1.623,24
RS	343.651	Pelotas	330.376,2	332.230,1	329.344,2	342.685,3	359.578,4	4,9	45,5	44,9	1.046,35
RS	342.634	Canoas	423.910,8	450.603,7	482.704,6	467.460,7	497.893,0	6,5	35,0	39,8	1.453,13
RS	277.309	Santa Maria	275.954,9	291.035,6	299.190,7	304.583,5	312.775,1	2,7	60,1	58,5	1.127,89
RS	273.742	Gravataí	298.906,4	307.018,0	330.649,3	316.620,1	302.251,6	-4,5	48,1	48,1	1.104,15
RS	252.872	Viamão	146.596,8	125.821,8	159.964,1	165.469,4	177.040,7	7,0	52,0	42,0	700,12
SC	477.798	Florianópolis	753.194,7	786.165,5	871.614,3	920.360,2	784.148,5	-14,8	45,9	51,8	1.641,17
SC	569.645	Joinville	756.942,5	685.711,9	861.971,6	883.954,1	891.878,7	0,9	56,7	48,7	1.565,67
SC	343.715	Blumenau	506.652,7	439.521,5	544.184,4	569.546,0	589.735,3	3,5	46,1	48,6	1.715,77
	80.508.414	Cidades selecionadas	94.492.245,5	93.075.718,4	104.690.098,5	105.804.819,7	106.175.315,1	0,4	45,9	48,4	1.318,81
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	41.410.501,2	44.045.353,0	46.098.164,0	45.769.498,9	46.046.091,1	0,6	51,9	51,9	1.432,32
	46.107.667	Capitais	56.772.629,3	53.759.835,0	62.769.562,5	63.955.400,5	64.125.004,5	0,3	44,7	47,1	1.390,77
	203.133.877	Brasil¹	238.049.570,7	245.636.868,7	265.970.279,1	265.696.695,6	265.867.669,4	0,1	49,3	50,3	1.308,83

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Pessoal | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	17.405.518.046,09	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	11.984.872.244,89	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	3.541.491.647,73	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	3.289.655.099,87	1.893.997	7º
5º	CE	Fortaleza	2.851.584.127,29	2.609.716	4º
6º	RS	Porto Alegre	2.737.379.827,03	1.481.019	9º
7º	BA	Salvador	2.338.220.512,80	2.938.092	3º
8º	SP	Campinas	2.123.706.905,53	1.173.370	13º
9º	GO	Goiânia	2.054.523.636,84	1.448.639	10º
10º	PE	Recife	2.052.071.253,76	1.625.583	8º
11º	AM	Manaus	1.905.581.539,30	2.094.391	6º
12º	SP	Guarulhos	1.705.844.320,47	1.337.087	12º
13º	MS	Campo Grande	1.630.455.322,60	863.982	19º
14º	RJ	Duque de Caxias	1.447.484.648,79	886.917	17º
15º	MA	São Luis	1.396.055.438,30	1.082.935	14º
16º	PA	Belém	1.329.634.307,68	1.446.042	11º
17º	SP	São Bernardo do Campo	1.317.859.628,87	822.242	21º
18º	PI	Teresina	1.225.034.948,18	847.430	20º
19º	SP	Ribeirão Preto	1.172.870.165,09	674.405	28º
20º	SP	Santos	1.078.484.520,49	434.359	52º
21º	SP	São José dos Campos	1.076.873.000,90	695.992	26º
22º	RJ	Macaé	1.070.573.492,31	239.471	113º
23º	AL	Maceió	1.045.619.999,15	1.021.709	16º
24º	SP	Sorocaba	1.021.374.674,46	652.481	31º
25º	PB	João Pessoa	1.015.952.638,95	801.718	22º
26º	RJ	Niterói	1.015.480.798,55	497.883	41º
27º	RJ	Campos dos Goytacazes	967.555.152,40	487.186	44º
28º	MT	Cuiabá	938.576.676,37	585.367	34º
29º	SP	Osasco	933.089.263,37	696.382	25º
30º	SC	Joinville	891.878.699,84	569.645	35º
31º	SP	Barueri	884.961.289,79	264.935	103º
32º	SP	Santo André	883.724.366,11	712.749	24º
33º	PR	Londrina	850.868.373,73	553.393	37º
34º	SP	Jundiaí	835.573.073,29	405.740	57º
35º	SE	Aracaju	833.519.719,87	641.523	32º
36º	MG	Uberlândia	784.237.946,70	669.672	29º
37º	SC	Florianópolis	784.148.459,85	477.798	47º
38º	MG	Betim	782.934.523,95	422.354	54º
39º	ES	Vitória	779.024.570,63	359.555	67º
40º	RS	Caxias do Sul	777.913.818,07	479.236	46º
41º	RN	Natal	774.820.611,60	877.662	18º
42º	MG	Contagem	720.077.162,50	653.800	30º
43º	MG	Juiz de Fora	702.074.878,09	559.636	36º
44º	SP	Piracicaba	667.157.394,42	394.419	61º
45º	SP	Paulínia	631.625.918,76	100.128	308º
46º	RO	Porto Velho	629.301.871,82	511.219	39º
47º	SC	Blumenau	589.735.302,06	343.715	74º
48º	PE	Jaboatão dos Guararapes	572.489.693,51	691.125	27º
49º	PR	Maringá	557.467.225,18	403.063	58º
50º	RJ	Nova Iguaçu	555.486.264,19	797.435	23º
51º	SP	Diadema	555.463.304,58	415.180	55º
52º	ES	Serra	544.563.837,69	494.109	43º

Posição	UF	Município	Pessoal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	GO	Anápolis	543.691.664,93	370.875	65º
54º	SP	Praia Grande	535.015.260,30	304.705	86º
55º	SP	Bauru	531.254.940,52	369.368	66º
56º	RJ	Angra dos Reis	517.226.087,67	191.504	154º
57º	SP	Taubaté	509.202.821,17	305.174	85º
58º	SP	Cubatão	501.378.121,08	127.887	224º
59º	RS	Canoas	497.893.014,27	342.634	76º
60º	SC	Itajaí	492.382.280,25	208.958	142º
61º	SP	Guarujá	489.529.446,08	313.421	84º
62º	PB	Campina Grande	488.796.602,67	407.754	56º
63º	SP	São José do Rio Preto	486.161.197,26	446.649	51º
64º	SP	São Caetano do Sul	464.400.589,14	158.825	181º
65º	SP	Mogi das Cruzes	463.756.491,65	429.321	53º
66º	BA	Camaçari	451.325.738,66	292.074	91º
67º	PA	Parauapebas	444.747.492,02	196.259	150º
68º	GO	Aparecida de Goiânia	444.156.429,88	532.135	38º
69º	RJ	Petrópolis	437.174.109,41	298.158	89º
70º	SP	São Vicente	434.597.488,44	357.989	69º
71º	TO	Palmas	433.240.367,82	279.856	94º
72º	RR	Boa Vista	414.121.461,87	326.419	79º
73º	AP	Macapá	412.538.966,94	465.495	48º
74º	RJ	Volta Redonda	402.198.874,05	263.659	106º
75º	RJ	Belford Roxo	401.366.979,48	494.141	42º
76º	MG	Montes Claros	399.980.188,69	398.288	59º
77º	PR	Araucária	392.963.907,96	135.459	209º
78º	MG	Governador Valadares	387.142.207,37	279.665	95º
79º	PA	Marabá	385.585.164,90	266.932	102º
80º	SP	Marília	382.603.768,49	233.639	120º
81º	MG	Uberaba	378.875.339,61	325.279	82º
82º	BA	Feira de Santana	375.349.062,54	622.639	33º
83º	PR	São José dos Pinhais	374.677.188,44	302.759	87º
84º	PR	Cascavel	370.654.763,17	316.226	83º
85º	SP	Limeira	363.794.987,49	298.701	88º
86º	PR	Ponta Grossa	361.592.915,55	341.130	77º
87º	RS	Pelotas	359.578.389,41	343.651	75º
88º	SP	Araraquara	357.461.933,14	228.664	126º
89º	MS	Dourados	357.136.312,10	215.486	136º
90º	ES	Vila Velha	356.494.536,91	479.664	45º
91º	RS	São Leopoldo	344.783.100,23	229.678	125º
92º	PE	Cabo de Santo Agostinho	342.831.535,09	202.636	146º
93º	PR	Foz de Iguaçu	339.945.621,72	263.915	105º
94º	SP	Americana	335.614.707,98	231.621	123º
95º	MG	Ipatinga	332.701.046,93	259.324	107º
96º	SP	Indaiatuba	332.700.868,55	235.367	116º
97º	PE	Caruaru	327.852.518,58	351.686	71º
98º	CE	Caucaia	325.238.340,31	358.164	68º
99º	SP	Itaquaquecetuba	322.577.786,43	356.774	70º
100º	SP	São Carlos	322.120.324,05	243.765	112º

	Total dos 100 maiores	109.988.885.085,49	77.191.321	..
	Total dos demais	155.878.784.307,08	125.942.556	..
	Total Brasil¹	265.867.669.392,57	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Pessoal per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	RN	Guamaré	6.831,83	102.306.726,85	14.975	2303º
2º	MG	Serra da Saudade	6.409,39	5.223.653,21	815	5568º
3º	SP	Paulínia	6.308,18	631.625.918,76	100.128	308º
4º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	6.155,88	65.763.271,30	10.683	2999º
5º	BA	São Francisco do Conde	5.903,10	234.884.159,10	39.790	836º
6º	SP	Nova Castilho	5.878,45	7.218.732,07	1.228	5561º
7º	SP	Borá	5.579,07	4.675.262,66	838	5567º
8º	RS	Pinhal da Serra	5.219,07	11.038.332,17	2.115	5435º
9º	SP	Uru	5.015,15	6.108.447,80	1.218	5562º
10º	SP	Ilha Comprida	4.989,53	52.270.293,30	10.476	3043º
11º	GO	Anhangüera	4.960,68	5.531.160,53	1.115	5564º
12º	PA	Abel Figueiredo	4.952,49	35.553.910,76	7.179	3680º
13º	RS	Engenho Velho	4.824,24	6.594.732,17	1.367	5557º
14º	MG	Grupiara	4.634,38	6.566.921,40	1.417	5553º
15º	ES	Anchieta	4.570,74	128.396.786,57	28.091	1221º
16º	TO	Oliveira de Fátima	4.553,80	5.027.391,90	1.104	5565º
17º	ES	Itapemirim	4.516,20	156.192.635,11	34.585	967º
18º	MG	Jeceaba	4.487,64	23.560.092,97	5.250	4249º
19º	SP	Turmalina	4.485,81	8.316.691,22	1.854	5488º
20º	RJ	Macaé	4.470,58	1.070.573.492,31	239.471	113º
21º	TO	Lajeado	4.444,28	13.595.051,95	3.059	5087º
22º	RJ	Porto Real	4.442,05	82.408.961,06	18.552	1899º
23º	MG	Água Comprida	4.361,87	8.989.804,78	2.061	5450º
24º	SP	Monções	4.307,70	9.657.868,02	2.242	5392º
25º	RS	União da Serra	4.300,34	5.990.368,70	1.393	5556º
26º	RN	Bodó	4.221,55	9.844.645,29	2.332	5362º
27º	GO	Davinópolis	4.218,19	8.984.739,22	2.130	5431º
28º	PA	Canaã dos Carajás	4.196,68	146.266.800,80	34.853	954º
29º	GO	Rio Quente	4.192,16	16.827.338,86	4.014	4719º
30º	RS	Triunfo	4.190,23	117.678.292,40	28.084	1223º
31º	MT	Campos de Júlio	4.155,68	26.330.369,75	6.336	3900º
32º	GO	Mairipotaba	4.135,42	10.057.333,91	2.432	5338º
33º	RS	Pedras Altas	4.124,79	8.996.165,87	2.181	5417º
34º	GO	Perolândia	4.083,99	12.746.117,59	3.121	5061º
35º	SP	Flora Rica	4.045,95	6.481.615,52	1.602	5534º
36º	SP	Pontes Gestal	4.039,50	10.474.411,41	2.593	5272º
37º	PR	Nova Aliança do Ivaí	4.017,73	6.135.076,53	1.527	5548º
38º	RJ	Quissamã	3.984,34	92.137.827,08	23.125	1523º
39º	SC	Santiago do Sul	3.962,66	5.313.932,88	1.341	5558º
40º	SP	Zacarias	3.939,65	10.262.787,35	2.605	5268º
41º	MG	Cedro do Abaeté	3.925,16	4.761.220,50	1.213	5563º
42º	MG	Doresópolis	3.922,53	5.985.775,97	1.526	5549º
43º	SP	Cubatão	3.920,48	501.378.121,08	127.887	224º
44º	SC	Flor do Sertão	3.860,29	6.164.884,08	1.597	5535º
45º	SP	Turiúba	3.840,36	7.730.647,23	2.013	5457º
46º	RS	André da Rocha	3.832,52	4.982.280,36	1.300	5559º
47º	SC	Lajeado Grande	3.826,80	5.590.953,44	1.461	5551º
48º	RJ	Mangaratiba	3.824,36	158.928.837,44	41.557	791º
49º	SC	Capão Alto	3.813,64	10.010.812,25	2.625	5252º
50º	SP	Santa Clara d'Oeste	3.794,89	8.105.879,03	2.136	5427º
51º	PR	Jardim Olinda	3.775,76	5.297.394,92	1.403	5554º
52º	SP	Sandovalina	3.764,15	15.530.867,66	4.126	4671º

Posição	UF	Município	Pessoal per capita	Pessoal	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	RS	Vista Alegre do Prata	3.757,82	6.057.611,43	1.612	5531º
54º	SP	Santana da Ponte Pensa	3.740,88	5.884.409,60	1.573	5540º
55º	MS	Jateí	3.727,14	15.024.115,25	4.031	4711º
56º	SP	Trabiju	3.702,25	6.208.677,07	1.677	5526º
57º	SP	Paulistânia	3.682,16	6.775.181,78	1.840	5493º
58º	RS	Capão Bonito do Sul	3.672,69	6.478.632,28	1.764	5509º
59º	SP	Guarani d'Oeste	3.669,48	7.405.008,30	2.018	5456º
60º	SC	Presidente Castello Branco	3.668,82	5.980.175,55	1.630	5530º
61º	MT	Santa Rita do Trivelato	3.652,83	11.451.636,36	3.135	5054º
62º	SC	Alto Bela Vista	3.639,74	7.195.771,94	1.977	5463º
63º	SP	União Paulista	3.627,48	6.431.530,53	1.773	5508º
64º	RS	Tupanci do Sul	3.624,20	5.718.994,76	1.578	5539º
65º	RS	Xangri-lá	3.617,16	52.195.645,91	14.430	2382º
66º	SC	Piratuba	3.608,74	15.189.199,97	4.209	4633º
67º	RJ	Macuco	3.596,24	19.480.856,00	5.417	4194º
68º	SC	Jardinópolis	3.579,21	5.902.109,96	1.649	5528º
69º	GO	Aparecida do Rio Doce	3.561,60	8.953.868,56	2.514	5314º
70º	SE	Divina Pastora	3.548,08	17.651.688,25	4.975	4347º
71º	RS	São Pedro das Missões	3.547,50	7.063.079,91	1.991	5460º
72º	RS	Santo Antônio do Planalto	3.544,48	7.294.547,89	2.058	5451º
73º	SP	Lagoa Santa	3.541,39	5.181.051,36	1.463	5550º
74º	GO	Santa Salete	3.534,15	5.407.250,65	1.530	5547º
75º	MS	Taquarussu	3.531,20	12.606.388,51	3.570	4897º
76º	SC	Paial	3.530,35	5.673.273,34	1.607	5532º
77º	MG	São Sebastião do Rio Preto	3.530,26	5.616.649,29	1.591	5536º
78º	GO	Santa Cruz de Goiás	3.529,19	10.838.145,19	3.071	5079º
79º	GO	Água Limpa	3.528,71	6.986.838,45	1.980	5461º
80º	RS	Quatro Irmãos	3.503,93	6.489.281,23	1.852	5489º
81º	RS	Dois Irmãos das Missões	3.495,63	7.571.532,79	2.166	5420º
82º	RS	Vila Lângara	3.479,33	7.616.262,23	2.189	5412º
83º	PR	Santa Inês	3.479,31	6.074.875,81	1.746	5512º
84º	SP	Dirce Reis	3.477,80	6.187.010,40	1.779	5507º
85º	SC	Marema	3.468,22	6.769.961,02	1.952	5469º
86º	SP	Rubinéia	3.464,38	10.673.743,55	3.081	5073º
87º	SC	Tigrinhos	3.454,64	5.897.068,62	1.707	5518º
88º	SP	São João de Itacema	3.452,82	6.539.642,60	1.894	5481º
89º	SP	Mesópolis	3.451,99	6.655.438,79	1.928	5474º
90º	GO	Cachoeira de Goiás	3.430,25	4.867.522,97	1.419	5552º
91º	PR	Santo Antônio do Paraíso	3.427,48	7.907.195,97	2.307	5370º
92º	SE	Rosário do Catete	3.423,04	36.054.890,73	10.533	3031º
93º	GO	Chapadão do Céu	3.416,71	30.248.100,42	8.853	3299º
94º	SP	Arco-Íris	3.416,19	6.398.516,65	1.873	5485º
95º	RS	Porto Vera Cruz	3.412,94	5.815.653,05	1.704	5520º
96º	SC	Macieira	3.410,91	6.163.518,89	1.807	5500º
97º	MG	Araporá	3.398,88	22.830.262,80	6.717	3795º
98º	SP	Águas de São Pedro	3.394,86	10.880.520,95	3.205	5030º
99º	SP	São Sebastião	3.394,60	286.144.742,91	84.294	369º
100º	PR	São Manoel do Paraná	3.393,89	7.412.251,23	2.184	5415º

	Total dos 100 maiores	4.417,94	4.682.926.126,79	1.059.979	..
	Total dos demais	1.292,52	261.184.743.265,78	202.073.898	..
	Total Brasil¹	1.308,83	265.867.669.392,57	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Municípios cortam R\$ 20,38 bilhões em custeio no biênio 2015-2016

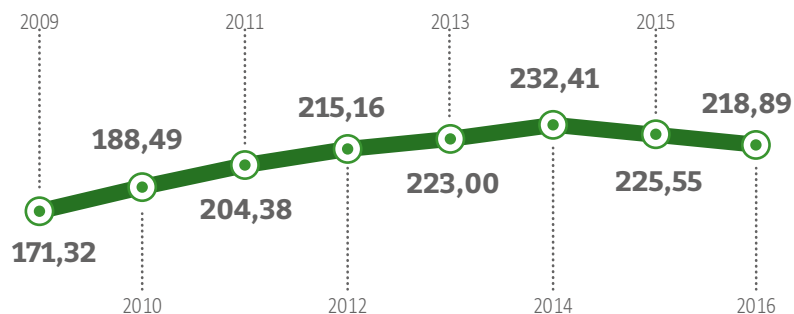
PROLONGAMENTO DA CRISE EXIGIU AUSTRIDADE DOS GOVERNOS LOCAIS E O CORTE DOS CUSTEIOS FOI UMA DAS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS. A BUSCA DA MELHORIA DO GASTO PÚBLICO POR MEIO DE **INOVAÇÕES É UM DOS CAMINHOS PARA SE ALCANÇAR MAIOR EFICIÊNCIA E MENOR CUSTO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Desempenho

Premidos pelo mal desempenho das receitas e na tentativa de manter o equilíbrio das contas públicas, as administrações municipais promoveram uma forte contenção em todo tipo de despesa no biênio 2015/2016.

Os investimentos sofreram os cortes mais intensos. Mais resistentes à queda, os gastos com pessoal ficaram praticamente estáveis no biênio, interrompendo, porém, uma trajetória de crescimento que vinha ocorrendo nos anos

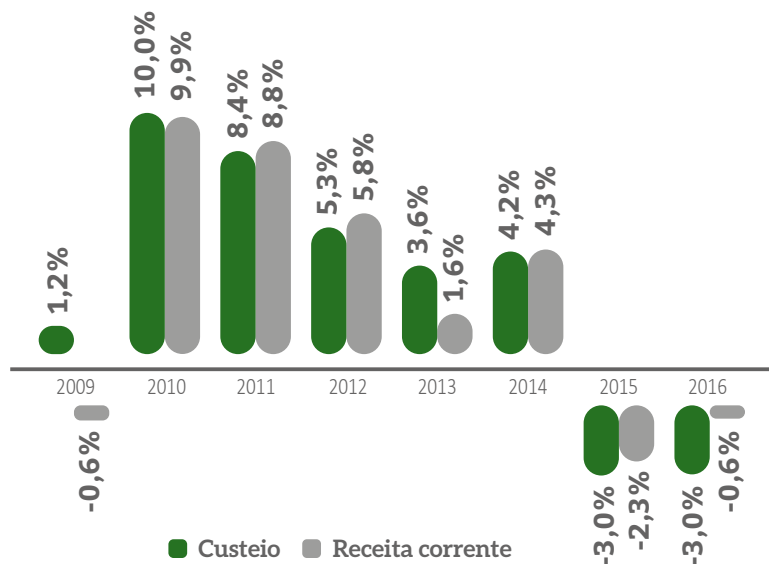
Evolução da despesa com custeio em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



anteriores. As despesas com custeio, por sua vez, retrocederam pelo segundo ano consecutivo. Em 2015, haviam

recuado 3%, percentual que se repetiu no ano seguinte, quando atingiu a cifra de R\$ 218,89 bilhões.

Taxa de crescimento da despesa com custeio e da receita corrente em relação ao ano anterior



Em termos monetários **foram cortados R\$ 6,86 bilhões, em 2015, e outros R\$ 13,52 bilhões, em 2016**, sempre tomando como base de comparação o ano de 2014. Ou seja, foram R\$ 20,38 bilhões que deixaram de ser aplicados no biênio. Com isso, a despesa com custeio dos municípios brasileiros de 2016 foi a menor dos últimos quatro anos, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Apesar de as administrações contarem com maior espaço de atuação sobre a despesa de custeio, sua redução

pode resultar na interrupção, total ou parcial, ou na piora da qualidade dos serviços prestados à população. **A superação desses obstáculos exige ganhos de produtividade no setor público por meio da melhoria na qualidade do gasto público.** Diversos municípios estão promovendo a revisão de contratos com seus fornecedores, mas é necessário ainda avançar na adoção de formas inteligentes e criativas, muitas vezes apoiadas em novas tecnologias, que levem à redução de custos operacionais e proporcionem melhorias na prestação de serviços.

A contenção da despesa com custeio atingiu os municípios de todas as regiões e de todos os portes populacionais. Nas cidades com até 20 mil habitantes a queda média foi de 1,5%. No conjunto das 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que além das capitais incluiu uma amostra das cidades de maior população em cada Estado, a queda entre 2015 e 2016 foi da ordem de 2,6%, praticamente da mesma intensidade registrada pelas capitais, de 2,3%.

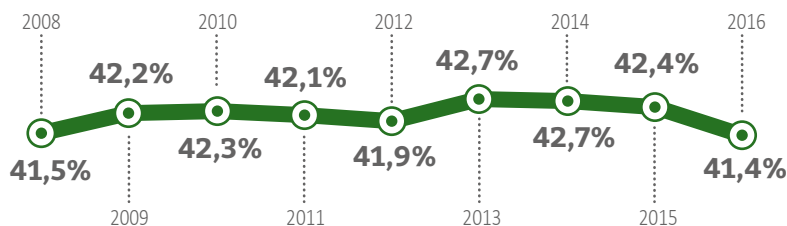
Entre essas últimas, os cortes mais expressivos, acima de 10%, foram observados em: Belém (-24,4%), Aracaju (-15,9%), Recife (-15,3%), Campo Grande (-15,0%), João Pessoa (-11,5%), Porto Velho (-10,5%) e Boa Vista (-10,1%). Apenas Florianópolis e Natal registraram aumento mais significativo, da ordem de 29,6% e 21%, respectivamente.

Peso nos orçamentos

Com o corte dos gastos em custeio para enfrentar a queda de receita, diminuiu também o seu peso nos orçamentos municipais. Em 2016, os custeios representaram 41,4% da receita corrente, o menor nível desde 2002, ano de início da série de dados consolidados por **Multi Cidades**.

Despesa | Custeio

Participação da despesa com custeio na receita corrente



Além da redução do peso dos custeios na receita corrente, houve queda acentuada no número de municípios nos quais a despesa com custeio supera a com pessoal. Em 2002, apenas dois anos depois da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mais da metade (53,5%) dos municípios despendia mais com custeio do que com pessoal. No período de expansão da economia brasileira (2004-2008), os custeios cresceram num ritmo menos intenso que o da expansão das receitas municipais e o percentual diminuiu fechando o exercício de 2008 em 44,2%.

Em 2009, logo após a eclosão da grande crise financeira internacional no final de 2008, os municípios promoveram ajustes em suas despesas. Dada a rigidez dos gastos com pessoal, muitos deles encontram na redução do custeio uma das alternativas para o ajuste, fazendo com que a proporção de municípios onde os custeios superavam a despesa com pessoal caísse para 27,5% naquele ano, patamar em que se manteve relativamente estável nos dois anos seguintes. A partir de 2012, a proporção volta a cair seguidamente, atingindo 10,7%, em 2016, influenciada, sobretudo, pelo baixo dinamismo da receita municipal e pelo

cenário econômico adverso que se instalou no país a partir de meados de 2014.

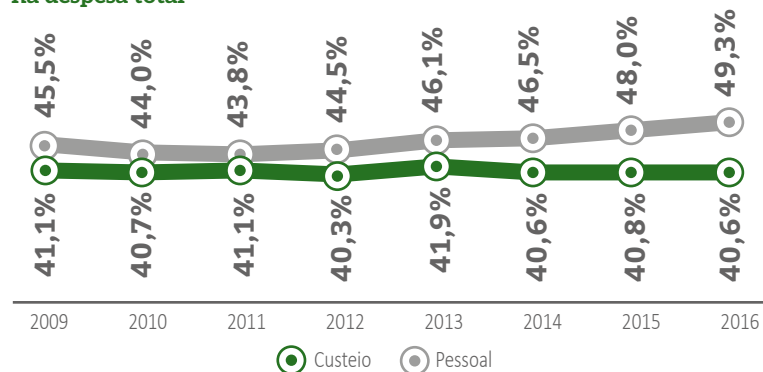
O mais baixo patamar dos custeios na receita corrente, de 41,4% em 2016, associado ao pequeno número de municípios onde o item é sua principal despesa corrente, são indicadores que revelam

um estreitamento das margens de manobra, em caso da necessidade de novos cortes de gastos.

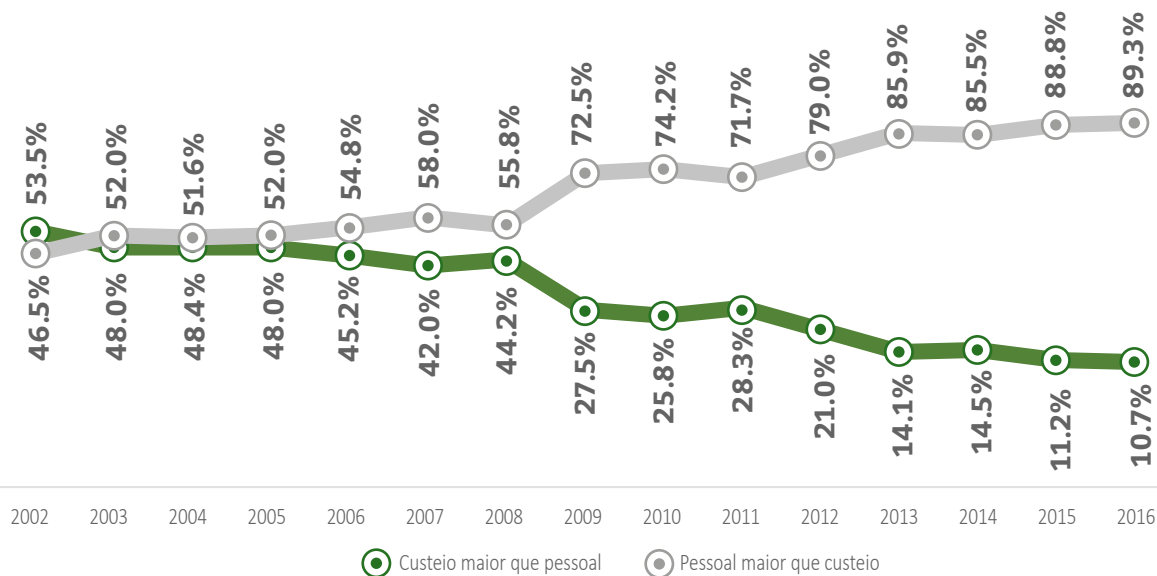
A margem que os municípios possuíam para ajustar sua despesa pela via dos custeios pode estar chegando ao seu limite, o que é preocupante, pois os gastos com pessoal são bastantes rígidos a cortes e os recursos próprios destinados para investimentos já estão bastantes reduzidos.

A superação dos limites impostos para a redução do peso do custeio municipal poderia dar-se via inovações que resultem em ganhos de produtividade e na melhoria do gasto público, como dito acima. Outro caminho, que não exclui o primeiro, é a implementação de reformas ou a revisão do pacto federativo no sentido de se repensar as atribuições dos entes federados e a repartição da receita disponível entre eles.

Participação da despesa com custeio e pessoal na despesa total



Proporção de municípios onde a despesa com com custeio supera a com pessoal e vice-versa



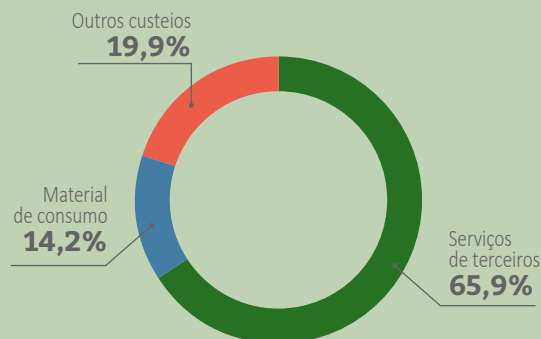
Composição dos custeios

No conceito adotado por **Multi Cidades**, as despesas de custeio correspondem a todos os gastos correntes, exceto pessoal, transferências a pessoas e pagamentos de juros e encargos da dívida. Incluem, portanto, os serviços de terceiros, material de consumo e diversas transferências correntes.

Despesas importantes como os serviços de iluminação pública e limpeza urbana são classificadas como custeios. Outros grandes itens do custeio são a manutenção de vias, escolas, postos de saúde, centros esportivos, parques, praças, jardins e outras áreas públicas; a sinalização da cidade e a compra de material de consumo utilizado nas escolas, nos órgãos da administração municipal e nos serviços de saúde. Ainda podem ser citados os custos com publicidade, estudos e pesquisas, treinamentos e cursos, consultorias, dentre outros.

Os custeios podem ser divididos em três grandes itens: serviços de terceiros, material de consumo e outros custeios. Desses, o relativo a “serviços de terceiros” representou a maior parte da despesa com custeio, alcançando 65,9% do total. Já o item “material de consumo” representou de 14,2% e os “outros custeios” pelos 19,9% restantes.

Composição da despesa com custeio - 2016



Custeio | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Custeio per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	em R\$	
	17.740.418	Norte	12.740.438,2	12.871.855,4	14.358.213,8	13.816.802,7	13.060.708,5	-5,5	36,8	37,2	736,21
AC	377.057	Rio Branco	248.834,0	266.984,8	293.786,8	282.139,3	304.056,7	7,8	41,9	41,0	806,39
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	40.457,2	39.121,1	36.983,5	30.999,3	38.240,7	23,4	26,8	29,2	465,92
AP	465.495	Macapá	253.237,9	239.099,5	200.287,9	229.427,8	238.868,0	4,1	34,5	35,1	513,15
AP	113.854	Santana	64.391,7	40.744,8
AM	2.094.391	Manaus	1.719.431,8	1.595.051,5	1.784.524,7	1.748.304,5	1.679.800,7	-3,9	40,2	44,4	802,05
AM	112.716	Parintins	80.963,7	81.303,0	94.645,7	79.471,4
PA	1.446.042	Belém	1.015.857,4	980.644,3	1.302.838,5	1.221.163,4	922.754,0	-24,4	35,5	36,9	638,12
PA	510.834	Ananindeua	186.788,6	200.710,0	228.060,8	232.035,8
PA	294.447	Santarém	154.391,8	191.749,7	216.230,9	238.580,8	222.544,4	-6,7	39,7	42,6	755,80
PA	266.932	Marabá	191.515,9	247.310,6	360.028,6	291.024,4	199.160,4	-31,6	31,9	28,5	746,11
RO	511.219	Porto Velho	428.312,6	440.171,7	464.140,5	515.516,7	461.562,7	-10,5	40,5	39,0	902,87
RO	131.560	Ji-Paraná	74.618,6	60.321,7	77.880,8	79.278,3	73.157,9	-7,7	34,5	34,8	556,08
RR	326.419	Boa Vista	156.932,8	278.008,8	336.960,9	329.733,5	296.471,3	-10,1	32,0	31,5	908,25
RR	27.756	Rorainópolis	21.916,3	17.403,1	17.242,5	24.775,2	19.051,1	-23,1	34,7	41,0	686,38
TO	279.856	Palmas	231.410,2	215.339,0	326.062,6	337.988,3	352.781,6	4,4	40,5	37,2	1.260,58
TO	173.112	Araguaína	118.756,5	138.823,6	136.129,2	150.145,6	155.766,2	3,7	44,9	43,1	899,80
	56.912.962	Nordeste	45.127.235,6	44.937.541,8	49.046.853,3	47.157.785,7	45.214.398,7	-4,1	37,9	38,2	794,45
AL	1.021.709	Maceió	835.946,4	813.547,6	851.332,4	754.542,0	777.299,0	3,0	39,0	41,0	760,78
AL	232.671	Arapiraca	190.971,7	192.124,9	231.820,0	261.487,9	217.563,6	-16,8	36,4	43,5	935,07
BA	2.938.092	Salvador	2.387.116,9	2.030.231,3	2.563.556,7	2.609.346,3	2.622.947,0	0,5	48,8	48,1	892,74
BA	622.639	Feira de Santana	448.628,2	461.827,8	532.752,4	540.530,8	521.487,5	-3,5	53,3	55,4	837,54
BA	346.069	Vitória da Conquista	192.400,6	231.334,8	249.516,4	245.820,6	221.802,2	-9,8	36,7	38,3	640,92
BA	292.074	Camaçari	415.997,6	417.558,4	458.776,9	446.875,0	393.111,4	-12,0	41,7	39,9	1.345,93
CE	2.609.716	Fortaleza	2.489.532,4	2.512.502,1	2.609.206,6	2.502.494,6	2.261.498,0	-9,6	39,7	40,7	866,57
CE	358.164	Caucaia	215.324,3	156.721,5	223.372,4	202.866,0	191.791,3	-5,5	36,2	34,0	535,48
CE	268.248	Juazeiro do Norte	138.617,5	135.857,8	176.450,9	138.890,8	145.305,4	4,6	32,6	30,0	541,68
MA	1.082.935	São Luís	963.154,5	1.285.631,1	1.091.221,8	980.171,0	913.637,4	-6,8	36,1	36,4	843,67
MA	253.873	Imperatriz	221.050,9	263.686,1	258.793,3	..	45,5	46,1	1.019,38
PB	801.718	João Pessoa	727.727,4	737.258,1	740.541,4	680.083,0	601.956,3	-11,5	35,3	32,5	750,83
PB	407.754	Campina Grande	294.060,3	244.282,6	272.799,4	260.342,3	259.244,6	-0,4	31,7	31,5	635,79
PE	1.625.583	Recife	1.816.968,9	1.606.080,8	2.002.889,2	1.815.486,8	1.538.546,2	-15,3	39,0	39,0	946,46
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	359.242,5	449.674,7	446.085,0	426.728,9	412.190,7	-3,4	39,2	38,0	596,41
PE	390.144	Olinda	206.762,9	254.888,0	223.646,7	207.760,6	210.093,2	1,1	38,2	39,4	538,50
PE	351.686	Caruaru	279.132,0	204.513,8	243.915,4	235.617,2	196.267,1	-16,7	34,8	33,8	558,07
PE	337.683	Petrolina	205.512,7	233.422,3	196.481,2	221.429,7	218.690,7	-1,2	37,9	38,5	647,62
PE	325.590	Paulista	124.355,0	133.917,0	160.085,0	151.581,0	136.785,7	-9,8	33,1	36,2	420,12
PI	847.430	Teresina	884.030,6	879.781,3	935.905,0	921.116,7	940.254,6	2,1	37,5	40,5	1.109,54
PI	150.201	Parnaíba	104.328,5	129.339,6	110.244,4	107.949,4	96.637,1	-10,5	34,0	32,2	643,39
RN	877.662	Natal	691.591,0	721.816,8	848.488,4	778.182,9	941.796,5	21,0	48,6	51,4	1.073,07
RN	291.937	Mossoró	212.164,0	215.544,7	224.495,7	234.583,1	195.444,7	-16,7	35,6	39,0	669,48
SE	641.523	Aracaju	650.652,2	653.462,0	722.979,0	734.393,9	617.492,2	-15,9	40,8	40,1	962,54
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	80.999,6	85.554,6	102.883,0	95.125,6	91.651,2	-3,7	36,7	37,9	510,13
	12.683.772	Centro-Oeste¹	12.782.988,1	12.811.979,6	13.949.942,2	13.607.072,8	13.690.510,0	0,6	39,3	39,0	1.079,37
GO	1.448.639	Goiânia	1.452.805,4	1.603.727,3	1.822.910,7	1.750.885,5	1.754.276,7	0,2	43,5	44,2	1.210,98
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	227.378,8	260.578,0	255.212,3	286.739,2	296.042,0	3,2	32,5	33,0	556,33
GO	370.875	Anápolis	302.364,1	318.706,9	328.208,1	304.736,5	379.226,8	24,4	38,0	42,0	1.022,52
MT	585.367	Cuiabá	718.053,5	663.107,5	703.495,2	687.550,3	713.984,6	3,8	38,8	38,4	1.219,72
MT	271.339	Várzea Grande	167.501,9	142.904,4	168.813,2	170.758,4	171.255,4	0,3	36,9	35,1	631,15
MS	863.982	Campo Grande	1.168.821,2	1.106.107,4	1.291.172,2	1.241.246,6	1.054.605,6	-15,0	37,6	38,7	1.220,63
MS	215.486	Dourados	236.603,8	276.951,1	264.978,4	270.900,3	237.047,4	-12,5	36,1	34,4	1.100,06
	86.356.952	Sudeste	112.570.475,2	120.125.167,6	120.826.193,3	117.104.302,6	113.688.815,2	-2,9	42,9	44,9	1.316,50
ES	359.555	Vitória	685.764,0	679.250,9	656.566,9	565.427,7	465.365,9	-17,7	34,5	31,8	1.294,28
ES	494.109	Serra	450.848,3	405.079,1	431.687,1	...	370.032,1	..	35,0	35,6	748,89
ES	479.664	Vila Velha	378.456,7	315.376,8	360.502,9	344.567,5	343.302,6	-0,4	41,4	41,1	715,71
ES	384.621	Cariacica	200.819,0	197.445,1	243.649,2	233.676,1	199.472,1	-14,6	37,9	37,0	518,62
MG	2.513.451	Belo Horizonte	3.938.619,4	4.084.837,4	4.586.804,8	4.289.110,6	3.933.071,1	-8,3	46,8	43,8	1.564,81
MG	669.672	Uberlândia	743.344,2	900.822,6	969.278,1	1.003.339,7	861.703,8	-14,1	46,1	49,2	1.286,76
MG	653.800	Contagem	454.922,3	487.054,3	528.996,4	517.353,0	472.454,3	-8,7	33,8	33,9	722,63

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Custeio per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	em %	em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	656.242,1	616.582,2	665.102,7	691.723,4	638.042,2	-7,8	44,9	47,1	1.140,10
MG	422.354	Betim	553.612,5	478.282,3	495.863,4	447.214,8	420.923,4	-5,9	29,5	28,2	996,61
MG	398.288	Montes Claros	346.983,6	361.105,4	386.806,8	382.962,3	134.348,0	-64,9	21,8	23,7	337,31
MG	325.846	Ribeirão das Neves	168.527,0	176.173,8	196.632,3	156.280,2	139.104,3	-11,0	38,5	39,0	426,90
MG	325.279	Uberaba	379.671,9	407.949,5	429.756,2	440.603,6	430.026,4	-2,4	46,8	46,2	1.322,02
MG	279.665	Governador Valadares	283.147,2	276.325,7	309.433,1	322.984,6	289.609,3	-10,3	39,9	41,4	1.035,56
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	9.166.097,3	9.065.679,4	8.760.096,5	8.376.018,2	8.251.726,5	-1,5	32,7	38,9	1.269,72
RJ	1.044.058	São Gonçalo	429.715,4	427.472,1	490.290,9
RJ	886.917	Duque de Caxias	829.928,9	727.466,9	866.828,0	859.152,9	859.293,4	0,0	35,4	44,2	968,85
RJ	797.435	Nova Iguaçu	446.181,4	578.124,3	599.788,5	629.926,8	724.334,5	15,0	53,1	63,6	908,33
RJ	497.883	Niterói	717.669,2	682.599,7	801.581,9	757.374,4	760.934,8	0,5	34,4	39,6	1.528,34
RJ	494.141	Belford Roxo	279.688,9	292.376,8	310.022,1	263.929,9	238.520,0	-9,6	36,7	42,1	482,70
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	1.310.175,6	1.319.477,5	1.337.465,5	988.669,9	1.635.294,5	65,4	56,6	106,6	3.356,61
RJ	460.541	São João de Meriti	224.365,3	252.137,7	218.305,6	224.598,1	269.039,1	19,8	47,7	51,8	584,18
RJ	298.158	Petrópolis	445.892,5	502.156,0	454.362,8	409.097,2	390.571,1	-4,5	45,2	46,9	1.309,95
RJ	263.659	Volta Redonda	313.318,6	465.264,8	449.769,7	410.937,9	314.505,9	-23,5	40,5	39,2	1.192,85
SP	12.038.175	São Paulo	21.728.162,3	28.125.678,6	22.834.291,6	23.396.470,2	23.910.269,6	2,2	50,4	54,1	1.986,20
SP	1.337.087	Guarulhos	1.606.761,4	1.923.122,2	1.822.124,5	1.765.310,0	1.514.223,7	-14,2	43,3	41,9	1.132,48
SP	1.173.370	Campinas	1.565.800,6	1.702.538,0	1.946.147,9	2.082.127,1	2.004.966,1	-3,7	46,4	50,0	1.708,72
SP	822.242	São Bernardo do Campo	1.745.877,9	1.854.710,8	2.009.886,5	1.808.206,9	1.682.296,3	-7,0	46,5	52,0	2.045,99
SP	712.749	Santo André	1.342.035,8	1.275.077,8	1.382.283,4	1.246.577,3	1.180.253,0	-5,3	52,5	55,4	1.655,92
SP	696.382	Osasco	830.760,1	792.303,2	868.442,9	889.704,2	887.580,0	-0,2	45,4	46,3	1.274,56
SP	695.992	São José dos Campos	1.093.680,4	1.141.102,9	1.247.587,6	1.215.081,7	1.135.622,4	-6,5	44,4	46,1	1.631,66
SP	674.405	Ribeirão Preto	861.847,9	957.339,3	1.015.173,6	985.409,6	1.001.502,7	1,6	42,0	46,7	1.485,02
SP	652.481	Sorocaba	907.184,6	936.488,7	1.219.739,8	1.207.961,0	1.121.236,8	-7,2	48,9	47,8	1.718,42
SP	457.696	Mauá	512.553,5	548.111,5	538.855,0	523.679,8	551.406,2	5,3	54,0	64,1	1.204,74
SP	446.649	São José do Rio Preto	740.551,8	760.158,3	790.538,0	802.503,0	742.876,9	-7,4	52,8	56,2	1.663,22
SP	434.359	Santos	837.832,4	882.129,5	897.076,8	...	889.870,4	..	40,8	42,3	2.048,70
SP	429.321	Moji das Cruzes	499.793,9	553.906,6	425.469,7	573.708,6	588.081,2	2,5	46,0	52,3	1.369,79
SP	415.180	Diadema	457.079,3	422.699,7	437.668,8	405.094,0	397.891,5	-1,8	35,0	...	958,36
SP	405.740	Jundiaí	745.835,1	773.943,2	810.668,4	830.376,0	867.521,1	4,5	48,9	51,3	2.138,12
SP	394.465	Carapicuíba	170.817,7	183.419,5	191.989,4	232.106,0	204.546,7	-11,9	39,5	...	518,54
SP	394.419	Piracicaba	...	592.785,4	695.263,8	705.352,5	686.770,5	-2,6	48,1	50,1	1.741,22
SP	369.368	Bauru	302.743,8	323.922,4	349.962,1	317.536,8	329.384,7	3,7	33,9	32,9	891,75
29.439.773	Sul	31.937.963,9	32.254.974,0	34.232.439,9	33.863.924,1	33.238.877,2	-1,8	39,2	38,4	1.129,05	
PR	1.893.997	Curitiba	3.706.823,5	3.735.455,0	3.467.575,6	3.161.922,2	2.865.289,4	-9,4	43,8	40,5	1.512,83
PR	553.393	Londrina	558.347,7	581.029,2	612.001,8	680.548,4	657.199,1	-3,4	40,0	42,5	1.187,58
PR	403.063	Maringá	365.159,6	409.850,3	418.967,3	446.483,0	447.467,5	0,2	37,9	37,5	1.110,17
PR	341.130	Ponta Grossa	208.625,0	219.924,2	217.985,9	228.952,7	221.559,0	-3,2	32,7	34,4	649,49
PR	316.226	Cascavel	182.492,0	215.247,6	217.732,8	247.575,6	245.999,7	-0,6	32,1	33,4	777,92
PR	302.759	São José dos Pinhais	420.342,2	338.317,4	376.949,2	439.283,5	396.032,6	-9,8	45,3	43,1	1.308,08
PR	263.915	Foz do Iguaçu	279.296,9	280.502,7	291.594,2	303.613,9	253.019,3	-16,7	38,2	35,6	958,71
RS	1.481.019	Porto Alegre	2.205.717,5	2.203.741,0	2.399.673,5	2.201.950,7	2.162.396,3	-1,8	38,7	39,9	1.460,07
RS	479.236	Caxias do Sul	624.368,0	636.799,7	703.377,0	697.762,5	666.536,5	-4,5	41,7	41,2	1.390,83
RS	343.651	Pelotas	295.874,4	303.038,8	328.537,6	321.235,6	317.344,5	-1,2	40,2	39,6	923,45
RS	342.634	Canoas	517.013,1	667.010,4	727.798,6	694.780,8	720.826,2	3,7	50,7	57,6	2.103,78
RS	277.309	Santa Maria	159.256,0	151.295,9	164.627,2	162.957,8	164.875,4	1,2	31,7	30,8	594,55
RS	273.742	Gravatá	223.178,4	236.978,4	265.511,9	248.505,7	264.811,8	6,6	42,2	42,1	967,38
RS	252.872	Viamão	115.705,9	144.952,3	138.518,4	161.724,9	139.064,6	-14,0	40,9	33,0	549,94
SC	477.798	Florianópolis	486.786,2	487.274,9	565.126,3	562.390,3	728.595,0	29,6	42,6	48,1	1.524,90
SC	569.645	Joinville	518.625,0	580.927,3	518.271,5	532.099,0	537.882,9	1,1	34,2	29,3	944,24
SC	343.715	Blumenau	480.726,8	559.935,1	569.299,1	564.740,7	538.799,0	-4,6	44,2	44,4	1.567,57
	80.508.414	Cidades selecionadas	95.642.509,2	103.656.187,4	103.221.647,7	101.131.441,4	98.514.529,1	-2,6	42,6	44,9	1.223,66
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	34.264.289,9	33.947.413,1	36.463.795,4	34.542.422,8	34.018.656,2	-1,5	38,3	38,3	1.058,20
	46.107.667	Capitais	60.758.387,5	67.010.469,9	64.162.435,7	62.735.430,6	61.311.302,8	-2,3	42,8	45,1	1.329,74
	203.133.877	Brasil¹	215.159.101,0	223.001.518,3	232.413.642,5	225.549.887,8	218.893.309,6	-3,0	40,6	41,4	1.077,58

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ Não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Custeio | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Custeio	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	23.910.269.563,26	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	8.251.726.472,02	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	3.933.071.072,59	2.513.451	5º
4º	PR	Curitiba	2.865.289.365,98	1.893.997	7º
5º	BA	Salvador	2.622.946.972,67	2.938.092	3º
6º	CE	Fortaleza	2.261.497.977,89	2.609.716	4º
7º	RS	Porto Alegre	2.162.396.305,32	1.481.019	9º
8º	SP	Campinas	2.004.966.125,26	1.173.370	13º
9º	GO	Goiânia	1.754.276.670,70	1.448.639	10º
10º	SP	São Bernardo do Campo	1.682.296.342,39	822.242	21º
11º	AM	Manaus	1.679.800.723,07	2.094.391	6º
12º	RJ	Campos dos Goytacazes	1.635.294.451,83	487.186	44º
13º	PE	Recife	1.538.546.195,25	1.625.583	8º
14º	SP	Guarulhos	1.514.223.668,64	1.337.087	12º
15º	SP	Santo André	1.180.253.012,71	712.749	24º
16º	SP	São José dos Campos	1.135.622.351,04	695.992	26º
17º	SP	Sorocaba	1.121.236.806,76	652.481	31º
18º	MS	Campo Grande	1.054.605.586,47	863.982	19º
19º	SP	Ribeirão Preto	1.001.502.698,88	674.405	28º
20º	SP	Barueri	983.547.757,28	264.935	103º
21º	RN	Natal	941.796.524,27	877.662	18º
22º	PI	Teresina	940.254.603,32	847.430	20º
23º	PA	Belém	922.754.041,36	1.446.042	11º
24º	MA	São Luis	913.637.439,67	1.082.935	14º
25º	SP	Santos	889.870.378,88	434.359	52º
26º	SP	Osasco	887.580.035,08	696.382	25º
27º	SP	Jundiaí	867.521.095,37	405.740	57º
28º	MG	Uberlândia	861.703.799,09	669.672	29º
29º	RJ	Duque de Caxias	859.293.417,91	886.917	17º
30º	AL	Maceió	777.298.977,60	1.021.709	16º
31º	SP	São Caetano do Sul	768.403.295,41	158.825	181º
32º	RJ	Niterói	760.934.754,71	497.883	41º
33º	SP	São José do Rio Preto	742.876.944,58	446.649	51º
34º	SC	Florianópolis	728.595.015,79	477.798	47º
35º	RJ	Nova Iguaçu	724.334.455,23	797.435	23º
36º	RS	Canoas	720.826.242,34	342.634	76º
37º	MT	Cuiabá	713.984.576,61	585.367	34º
38º	SP	Piracicaba	686.770.473,18	394.419	61º
39º	RS	Caxias do Sul	666.536.526,82	479.236	46º
40º	PR	Londrina	657.199.108,45	553.393	37º
41º	MG	Juiz de Fora	638.042.162,64	559.636	36º
42º	SE	Aracaju	617.492.181,56	641.523	32º
43º	PB	João Pessoa	601.956.287,62	801.718	22º
44º	SP	Mogi das Cruzes	588.081.164,53	429.321	53º
45º	RJ	Macaé	587.270.675,62	239.471	113º
46º	SP	Mauá	551.406.240,06	457.696	50º
47º	SC	Blumenau	538.798.964,80	343.715	74º
48º	SC	Joinville	537.882.916,32	569.645	35º
49º	BA	Feira de Santana	521.487.546,67	622.639	33º
50º	SP	Praia Grande	495.516.153,37	304.705	86º
51º	SP	Guarujá	491.700.914,01	313.421	84º
52º	MG	Contagem	472.454.277,89	653.800	30º

Posição	UF	Município	Custeio	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	ES	Vitória	465.365.872,69	359.555	67º
54º	RO	Porto Velho	461.562.734,94	511.219	39º
55º	PR	Maringá	447.467.463,24	403.063	58º
56º	SP	Indaiatuba	444.431.542,21	235.367	116º
57º	SC	Itajaí	439.211.138,94	208.958	142º
58º	MG	Uberaba	430.026.445,61	325.279	82º
59º	MG	Betim	420.923.417,25	422.354	54º
60º	PE	Jaboatão dos Guararapes	412.190.701,76	691.125	27º
61º	SP	Diadema	397.891.492,78	415.180	55º
62º	SP	Limeira	396.702.073,47	298.701	88º
63º	PR	São José dos Pinhais	396.032.632,45	302.759	87º
64º	SP	Cubatão	393.979.640,29	127.887	224º
65º	BA	Camaçari	393.111.377,33	292.074	91º
66º	SP	Paulínia	391.404.525,91	100.128	308º
67º	CE	Sobral	391.276.020,02	203.682	145º
68º	RJ	Petrópolis	390.571.115,81	298.158	89º
69º	RS	Novo Hamburgo	387.234.756,10	249.113	110º
70º	GO	Anápolis	379.226.832,95	370.875	65º
71º	ES	Serra	370.032.100,59	494.109	43º
72º	SP	Taubaté	366.932.918,86	305.174	85º
73º	SP	Jacareí	366.865.042,54	228.214	127º
74º	SP	São Vicente	354.885.163,38	357.989	69º
75º	TO	Palmas	352.781.611,76	279.856	94º
76º	SC	Criciúma	344.915.117,31	209.153	141º
77º	ES	Vila Velha	343.302.631,56	479.664	45º
78º	RJ	Angra dos Reis	339.738.046,73	191.504	154º
79º	SP	Bauru	329.384.651,91	369.368	66º
80º	PA	Parauapebas	328.632.959,33	196.259	150º
81º	RS	Pelotas	317.344.540,29	343.651	75º
82º	RJ	Volta Redonda	314.505.937,28	263.659	106º
83º	SP	Franca	307.625.186,46	344.704	73º
84º	SP	Santana de Parnaíba	306.543.398,16	129.261	222º
85º	AC	Rio Branco	304.056.737,32	377.057	64º
86º	SP	Araraquara	300.559.935,25	228.664	126º
87º	SP	Toboá da Serra	299.740.009,74	275.948	97º
88º	SP	Marília	298.514.216,98	233.639	120º
89º	SP	Cotia	297.114.424,64	233.696	119º
90º	MT	Rondonópolis	296.733.015,78	218.899	134º
91º	RR	Boa Vista	296.471.273,60	326.419	79º
92º	GO	Aparecida de Goiânia	296.042.027,82	532.135	38º
93º	SP	Rio Claro	293.186.401,18	201.473	147º
94º	MG	Governador Valadares	289.609.299,60	279.665	95º
95º	SC	Chapecó	289.474.944,98	209.553	140º
96º	RJ	Mariá	285.929.129,19	149.876	192º
97º	SP	São Carlos	285.648.720,70	243.765	112º
98º	MG	Poços de Caldas	285.593.492,45	164.912	174º
99º	SP	Suzano	285.029.474,40	288.056	93º
100º	SP	São Sebastião	283.716.463,14	84.294	369º

	Total dos 100 maiores	103.837.149.967,45	75.922.199	..
	Total dos demais	115.056.159.668,08	127.211.678	..
	Total Brasil¹	218.893.309.635,53	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Custeio per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	7.723,78	82.513.131,89	10.683	2999°
2°	GO	Alto Horizonte	7.488,82	42.154.589,26	5.629	4127°
3°	SP	Borá	6.241,82	5.230.641,05	838	5567°
4°	BA	São Francisco do Conde	5.517,30	219.533.310,67	39.790	836°
5°	SP	Ilhabela	5.095,26	167.032.858,04	32.782	1043°
6°	SP	Ilha Comprida	5.031,85	52.713.673,73	10.476	3043°
7°	MG	Serra da Saudade	4.957,36	4.040.249,08	815	5568°
8°	TO	Lajeado	4.917,92	15.043.930,51	3.059	5087°
9°	ES	Itapemirim	4.915,66	170.008.066,58	34.585	967°
10°	SP	São Caetano do Sul	4.838,05	768.403.295,41	158.825	181°
11°	RN	Guamaré	4.747,75	71.097.540,74	14.975	2303°
12°	MG	Tapira	4.495,14	20.668.662,30	4.598	4496°
13°	RJ	Porto Real	4.397,05	81.574.091,92	18.552	1899°
14°	PA	Canaã dos Carajás	4.277,34	149.078.043,07	34.853	954°
15°	PR	Saudade do Iguaçú	4.158,14	22.495.523,35	5.410	4196°
16°	RS	Pinhala da Serra	4.012,70	8.486.862,04	2.115	5435°
17°	SP	Louveira	4.001,96	179.704.065,82	44.904	733°
18°	PR	Itaipulândia	3.995,53	41.605.460,53	10.413	3056°
19°	SP	Uru	3.919,49	4.773.943,22	1.218	5562°
20°	SP	Paulínia	3.909,04	391.404.525,91	100.128	308°
21°	MG	Grupiara	3.848,28	5.453.016,51	1.417	5553°
22°	SP	Barueri	3.712,41	983.547.757,28	264.935	103°
23°	GO	Lagoa Santa	3.670,14	5.369.414,32	1.463	5550°
24°	RS	Montauri	3.643,73	5.651.427,27	1.551	5545°
25°	SP	Rifaina	3.602,97	12.999.499,85	3.608	4880°
26°	TO	São Félix do Tocantins	3.597,62	5.608.692,74	1.559	5544°
27°	GO	São Simão	3.523,14	68.373.502,50	19.407	1814°
28°	ES	Anchieta	3.464,60	97.324.056,84	28.091	1221°
29°	RS	Coqueiro Baixo	3.428,81	5.348.940,43	1.560	5542°
30°	MA	Junco do Maranhão	3.401,00	11.325.327,90	3.330	4994°
31°	TO	Ilvoira de Fátima	3.376,62	3.727.783,02	1.104	5565°
32°	SP	São Sebastião	3.365,80	283.716.463,14	84.294	369°
33°	RS	André de Rocha	3.358,75	4.366.373,36	1.300	5559°
34°	RJ	Campos dos Goytacazes	3.356,61	1.635.294.451,83	487.186	44°
35°	GO	Ouvidor	3.346,81	20.890.766,02	6.242	3935°
36°	MT	Itaúba	3.302,61	12.896.686,65	3.905	4763°
37°	GO	Aporé	3.297,71	13.553.577,56	4.110	4676°
38°	MT	Serra Nova Dourada	3.290,53	5.093.740,28	1.548	5546°
39°	PR	Jardim Olinda	3.282,26	4.605.013,53	1.403	5554°
40°	SC	Santiago do Sul	3.241,61	4.346.998,71	1.341	5558°
41°	GO	Cachoeira de Goiás	3.215,80	4.563.216,84	1.419	5552°
42°	SP	Nova Castilho	3.206,91	3.938.080,73	1.228	5561°
43°	RS	Vista Alegre do Prata	3.205,36	5.167.045,30	1.612	5531°
44°	MG	Cedro do Abaeté	3.200,61	3.882.336,74	1.213	5563°
45°	RJ	Quissamã	3.194,66	73.876.453,52	23.125	1523°
46°	SC	Paial	3.183,43	5.115.768,08	1.607	5532°
47°	PR	Entre Rios do Oeste	3.132,37	13.647.737,80	4.357	4584°
48°	BA	Madre de Deus	3.130,26	64.762.022,23	20.689	1693°
49°	PI	Miguel Leão	3.124,41	3.846.145,70	1.231	5560°
50°	MG	Itatiaiuçu	3.091,28	33.639.313,28	10.882	2945°
51°	MG	Alvorada de Minas	3.085,38	11.320.250,36	3.669	4852°
52°	SP	Cubatão	3.080,69	393.979.640,29	127.887	224°

Posição	UF	Município	Custeio per capita	Custeio	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	SC	Lajeado Grande	3.071,22	4.487.055,76	1.461	5551°
54°	MG	Araporá	3.067,19	20.602.342,99	6.717	3795°
55°	SP	Guararema	3.055,95	87.595.860,82	28.664	1193°
56°	SP	Jaguariúna	3.053,43	162.042.717,90	53.069	618°
57°	RS	Gentil	3.035,04	5.183.855,90	1.708	5517°
58°	GO	São João da Paraúna	3.025,07	4.752.388,82	1.571	5541°
59°	PB	São José do Brejo do Cruz	3.013,16	5.402.600,90	1.793	5502°
60°	MS	Taquarussu	3.012,18	10.753.484,70	3.570	4897°
61°	SP	Flora Rica	3.003,20	4.811.134,34	1.602	5534°
62°	PR	Santa Helena	3.003,02	77.072.486,92	25.665	1354°
63°	RS	Guabiju	2.982,06	4.789.187,04	1.606	5533°
64°	RO	Pimenteiras do Oeste	2.971,63	7.182.430,01	2.417	5345°
65°	RS	Pouso Novo	2.959,31	5.421.464,00	1.832	5494°
66°	RS	Nicolau Vergueiro	2.954,31	5.181.859,85	1.754	5511°
67°	MG	Jeceaba	2.940,13	15.435.677,25	5.250	4249°
68°	GO	Anhanguera	2.931,66	3.268.802,81	1.115	5564°
69°	TO	Chapada de Areia	2.929,65	4.107.365,46	1.402	5555°
70°	RS	Ponte Preta	2.924,98	5.022.182,88	1.717	5516°
71°	MT	Novo Santo Antônio	2.923,13	7.114.903,15	2.434	5337°
72°	MT	Santa Rita do Trivelato	2.919,38	9.152.241,63	3.135	5054°
73°	PR	Nova Aliança do Ivaí	2.917,94	4.455.693,55	1.527	5548°
74°	SC	Alto Bela Vista	2.917,16	5.767.228,50	1.977	5463°
75°	SP	Arco-Íris	2.917,00	5.463.533,31	1.873	5485°
76°	SC	Flor do Sertão	2.903,71	4.637.219,73	1.597	5535°
77°	SP	Santa Salete	2.902,44	4.440.733,16	1.530	5547°
78°	GO	Davinópolis	2.896,81	6.170.207,06	2.130	5431°
79°	RS	União da Serra	2.894,34	4.031.821,93	1.393	5556°
80°	PR	Brasilândia do Sul	2.889,25	8.638.864,14	2.990	5118°
81°	SP	Santa Cruz da Esperança	2.880,71	6.040.850,18	2.097	5440°
82°	RS	Ipiranga do Sul	2.869,57	5.676.008,90	1.978	5462°
83°	PA	Abel Figueiredo	2.863,56	20.557.492,72	7.179	3680°
84°	SC	Abdon Batista	2.858,88	7.481.686,04	2.617	5257°
85°	RS	Lagoa dos Três Cantos	2.843,29	4.688.591,80	1.649	5528°
86°	MT	Nova Marilândia	2.840,49	8.899.239,65	3.133	5055°
87°	SP	Paulistânia	2.823,77	5.195.736,01	1.840	5493°
88°	RS	Gramado	2.816,44	98.102.243,31	34.832	956°
89°	PE	Ipojuca	2.815,18	261.713.012,28	92.965	334°
90°	GO	Perolândia	2.814,81	8.785.015,09	3.121	5061°
91°	RS	Tupandi	2.810,22	12.423.998,87	4.421	4558°
92°	RS	Aratiba	2.806,97	18.584.919,12	6.621	3820°
93°	GO	Barro Alto	2.800,07	28.658.694,62	10.235	3084°
94°	SP	Águas de São Pedro	2.795,38	8.959.199,61	3.205	5030°
95°	RS	Vespasiano Correa	2.786,80	5.478.854,94	1.966	5466°
96°	SC	Jardinópolis	2.775,90	4.577.460,42	1.649	5528°
97°	MT	Nova Nazaré	2.768,52	9.894.697,36	3.574	4896°
98°	SP	Vinhedo	2.766,69	204.334.196,97	73.855	437°
99°	RS	Santa Cecília do Sul	2.741,64	4.649.822,37	1.696	5522°
100°	RN	Pedra Grande	2.735,70	9.279.508,50	3.392	4963°

	Total dos 100 maiores	3.623,75	7.531.760.539,00	2.078.445	..
	Total dos demais	1.051,26	211.361.549.096,53	201.055.432	..
	Total Brasil¹	1.077,58	218.893.309.635,53	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

Crise prejudica investimentos nas cidades

DIANTE DA CRISE, OS MUNICÍPIOS PROMOVERAM UMA FORTE REDUÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS DIRECIONADOS PARA **OBRAS E EQUIPAMENTOS EM ÚLTIMO ANO DE MANDATO, QUANDO, NORMALMENTE, OS INVESTIMENTOS CRESCEM.**

Desempenho

O volume de recursos destinados pelos municípios brasileiros para investimentos em obras e equipamentos encolheu pelo segundo ano consecutivo, atingindo o patamar de R\$ 41,26 bilhões, em 2016. A participação dos investimentos na despesa total, que já havia caído em 2015 para 8,8%, o menor índice desde 2006, voltou a cair em 2016, para atingir 7,6%.

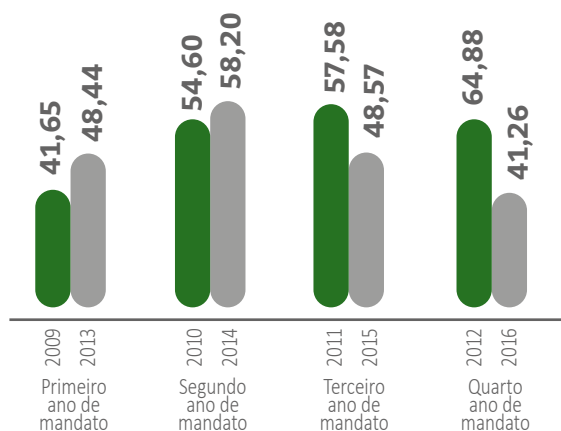
A redução no ritmo da aplicação dos recursos municipais em obras e equipamentos, ocorrida no biênio 2015-2016, acompanhou o movimento de aprofundamento da crise econômica brasileira.

Nos dois primeiros anos das administrações municipais que se encerraram em 2016, os investimentos vinham sendo maiores se comparados com os mesmos anos das administrações do período 2009-2012. O início da crise econômica em meados de 2014 e seus desdobramentos nos anos seguintes, com forte impacto negativo na receita municipal, fez com que os governos locais contivessem todo tipo de despesa, notadamente aqueles destinados para investimentos. Com isso, o volume de investimentos efetuado no biênio 2015-2016 foi inferior quando comparado com os dois últimos anos de mandato das administrações anteriores.

O volume de investimento no biênio 2015-2016 também foi inferior, em 15,8%, quando comparado com o biênio anterior (2013-2014), invertendo um padrão clássico do comportamento desse tipo de gasto nas administrações municipais. No padrão clássico, o volume de recursos destinado aos investimentos públicos tende a acompanhar o calendário eleitoral, com contenção nos dois primeiros anos de administração e crescimento nos dois anos finais.

AS ADMINISTRAÇÕES
MUNICIPAIS DO PERÍODO
2013-2016 INVESTIRAM
UM TOTAL DE R\$ 196,48
BILHÕES, **VALOR R\$
22,23 BILHÕES MENOR
QUE O INVESTIDO NO
PERÍODO 2009-2012.**

Volume de investimento por ano de mandato em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016

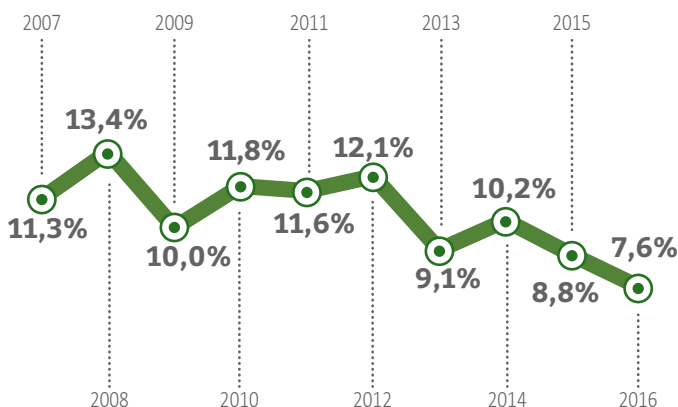


Nas duas maiores capitais do Brasil os investimentos sofreram forte queda em 2016. Na capital fluminense o recuo foi de 29,4%, quando passaram de R\$ 5,92 bilhões, em 2015, para R\$ 4,18 bilhões, em 2016. No mesmo período eles caíram de R\$ 4,90 bilhões para R\$ 3,02 bilhões na cidade de São Paulo, com queda de 38,4%. Em três capitais os investimentos caíram pela metade ou mais. Foram os casos de Campo Grande (-66,9%), Porto Velho (-53,8%) e Belo Horizonte (-49,5%). Em outras 13 os cortes ficaram acima de 10%. Sete capitais conseguiram ampliar seus investimentos em 2016, muito embora esse aumento deva-se, em grande parte, aos menores valores registrados em 2015, ano-base de comparação. Dentre as capitais que aumentaram os investimentos em 2016, destaca-se Teresina por ter obtido o seu maior valor histórico, com R\$ 301,3 milhões.

Fonte dos recursos investidos

Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios das prefeituras, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de

Participação dos investimentos na despesa total



menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios, utilizado por **Multi Cidades**, equivale ao total da despesa com investimento, adicionadas as inversões financeiras e subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar quanto das receitas correntes municipais é utilizado para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

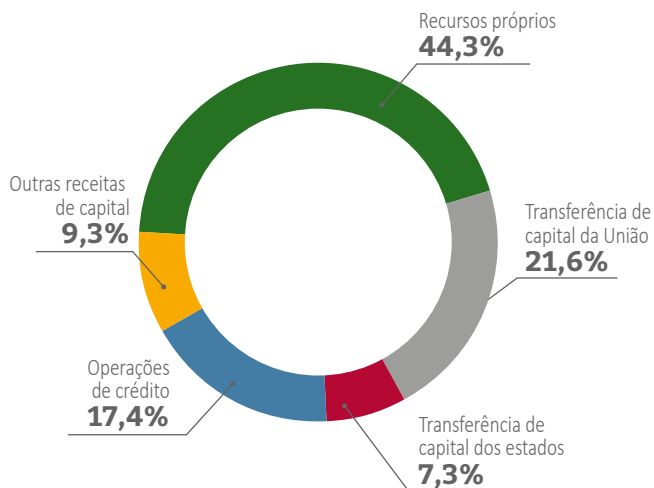
Diante da forte queda de receita os municípios brasileiros reduziram de forma drástica os recursos próprios destinados para investimentos em 2016, quando foram aplicados R\$ 18,29 bilhões, contra R\$ 28,25 bilhões no ano anterior. Foi um valor muito abaixo do que vinha sendo praticado nos últimos anos, só equiparado ao efetuado no ano de 2005. Com isso, **do total investido, 44,3% foram provenientes da receita corrente municipal, a menor taxa pelo menos desde 2002**, quando se inicia a série de dados analisados por **Multi Cidades**.

Portanto, no conjunto, as receitas de capital passaram a compor 55,7% de todo investimento municipal de 2016. Elas foram ampliadas em R\$ 2,64 bilhões, passando de R\$ 20,33 bilhões,

Despesa | Investimentos

em 2015, para R\$ 22,97 bilhões, em 2016. Nesse grupo de receita, o maior aumento ocorreu nas operações de créditos, que atingiram R\$ 7,19 bilhões, em 2016, valor 17,3% maior que o do ano anterior ou R\$ 1,06 bilhão a mais. As transferências de capital provenientes da União e dos estados tiveram aumento real de 2,7% no período, quando passaram de R\$ 11,64 bilhões para R\$ 11,95 bilhões, sendo esses os menores valores desde 2010.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2016



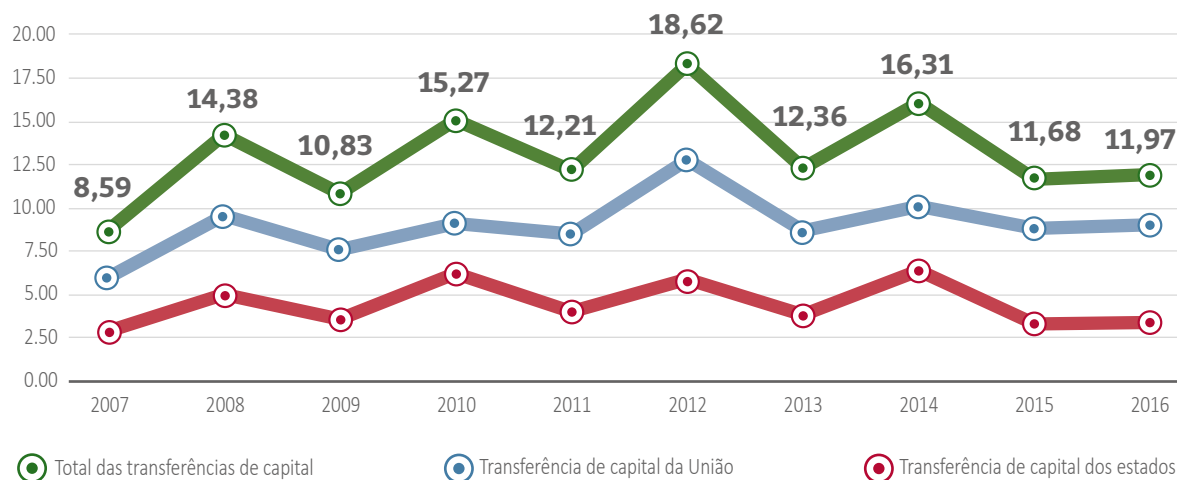
Apesar de serem responsáveis por cerca de 17% do total investido pelos municípios em 2016, um recorde dos últimos 15 anos, as receitas de operações de crédito usualmente estão concentradas em poucas cidades. Apenas no Rio de Janeiro, o valor de R\$ 2,30 bilhões correspondeu a 32% do total dessa receita. Somadas as 79 receitas de operação de crédito acima de R\$ 10 milhões, chega-se a 82% do total. Além do Rio de Janeiro, valores acima de R\$ 100 milhões foram recebidos por Manaus (R\$ 550,79 milhões), Fortaleza (R\$ 240,08 milhões), Niterói-RJ (R\$ 217,93 milhões), Belém (R\$ 173,78 milhões), Porto Alegre (R\$ 169,93 milhões), Belo Horizonte (R\$ 154,63 milhões) e São Bernardo do Campo-SP (R\$ 154,47 milhões).

As transferências de capital provenientes da União somaram R\$ 8,93 bilhões em 2016, contra R\$ 8,71 bilhões no ano anterior, com alta de 2,6%. Esses recursos corresponderam a 21,6% dos investimentos municipais. As transferências advindas dos estados, por sua vez, de R\$ 3,02 bilhões, ficaram 3% acima da registrada em 2015, e foram responsáveis por 7,3% dos investimentos municipais. No total, portanto, as transferências de capital foram responsáveis por cerca de 29% dos investimentos municipais, em 2016.

As dez maiores receitas de operação de crédito em 2015 e 2016

Posição	2015		2016	
	Municípios	Valores em R\$ milhões - IPCA médio de 2016	Municípios	Valores em R\$ milhões - IPCA médio de 2016
1º	Rio de Janeiro	2.035,7	Rio de Janeiro	2.302,7
2º	Belo Horizonte	253,2	Manaus	550,8
3º	Recife	205,9	Fortaleza	240,1
4º	São Bernardo do Campo	195,0	Niterói	217,9
5º	Porto Alegre	162,4	Belém	173,8
6º	Belém	107,1	Porto Alegre	169,9
7º	Niterói	100,0	Belo Horizonte	154,6
8º	Goiânia	96,6	São Bernardo do Campo	154,5
9º	São Luís	90,8	Canoas	89,5
10º	Fortaleza	88,5	Uberlândia	85,2

Transferências de capital da União e dos estados
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016

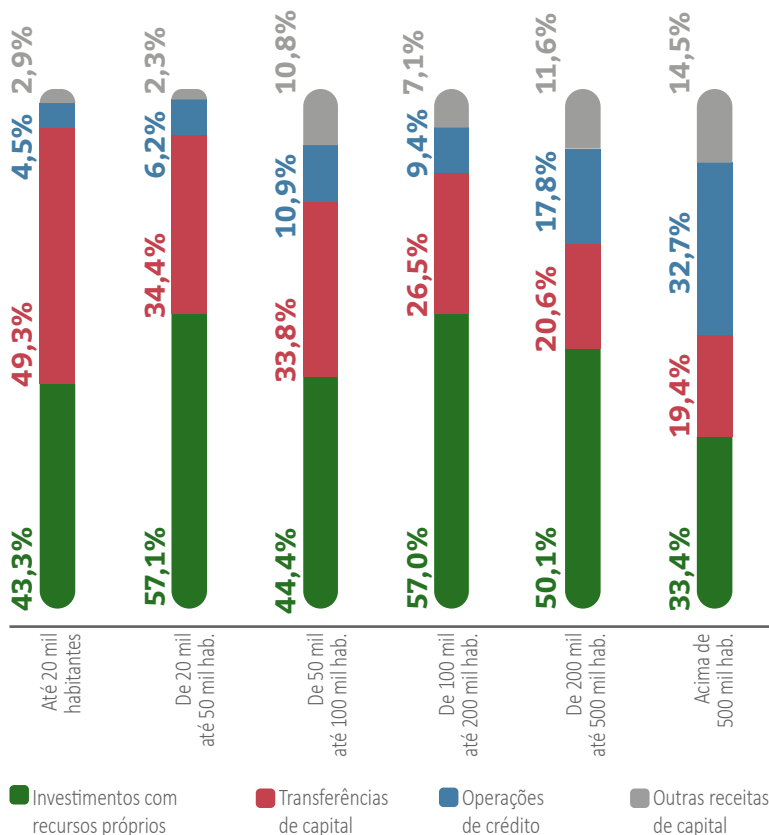


Assim, mesmo reduzidas em relação ao período pré-crise, as transferências de capital dos demais níveis de governo foram fundamentais para a execução dos investimentos das cidades brasileiras. Nos municípios com menos de 20 mil habitantes, a importância das transferências voluntárias da União e dos estados foi ainda maior, representando 49% do total do investimento desse grupo. Essa participação se reduz conforme cresce o porte populacional, chegando a atingir 19,1% nos municípios com mais de 500 mil moradores. Nessas cidades, as operações de crédito responderam por 32,7% do total investido, reduzindo a participação das demais fontes.

AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS REPRESENTARAM 49% DO TOTAL INVESTIDO NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES. JÁ NOS MUNICÍPIOS **COM MAIS DE 500 MIL HABITANTES, AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RESPONDERAM POR 32,7% DOS INVESTIMENTOS.**

Despesa | Investimentos

Participação das principais fontes de recursos nos investimentos por porte populacional - 2016



Desempenho das capitais em 2017

As atuais administrações iniciaram seus mandatos contendo de forma drástica os recursos direcionados para obras e equipamentos. Dados extraídos de uma amostra de 23 capitais no portal Compara Brasil (www.comparabrasil.com), referente aos quatro primeiros bimestres de 2017, revelam que os investimentos somados às inversões financeiras caíram para menos da metade (-52,7%)

daquilo que foi aplicado no mesmo período do ano anterior. Mesmo se comparado ao primeiro semestre de 2013, também primeiro ano de mandato, a queda chega a 56,5%.

Esses números revelam que, diante da grave crise econômica, a necessidade de controle do caixa e de corte de gastos farão com que os investimentos atinjam níveis bastantes baixos em 2017.

Origem dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2009-2016

Origem do recursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
	em R\$ mil - IPCA médio de 2016								
Recursos próprios	25.878.133,61	29.876.669,69	37.915.056,73	36.057.962,47	29.083.593,18	33.470.174,92	28.249.348,28	18.294.243,93	-35,2%
Receita de capital ¹	15.767.467,16	23.277.812,86	18.411.370,93	28.823.851,22	19.356.133,02	24.730.078,53	20.325.036,64	22.966.825,56	13,0%
Transferência de capital	10.831.173,09	15.269.998,64	12.210.564,19	18.615.007,43	12.357.910,26	16.309.735,92	11.680.915,03	11.970.529,44	2,5%
Transferência da União	7.423.506,53	9.009.157,88	8.370.752,78	12.855.529,16	8.555.430,95	10.053.251,15	8.707.836,82	8.930.156,25	2,6%
Transferência do Estado	3.223.183,93	5.993.269,68	3.670.117,16	5.643.828,25	3.480.880,96	6.157.882,70	2.933.373,87	3.021.471,79	3,0%
Outras transf. de capital	184.482,63	267.571,09	169.694,25	115.650,02	321.598,35	98.602,06	39.704,33	18.901,39	-52,4%
Operações de crédito ¹	2.986.831,72	3.030.917,71	3.960.292,53	5.136.631,08	4.843.947,84	5.961.210,62	6.132.834,00	7.194.880,59	17,3%
Outras receitas de capital	1.949.462,34	4.976.896,50	2.240.514,22	5.072.212,71	2.154.274,91	2.459.131,98	2.511.287,61	3.801.415,53	51,4%
Investimento total	41.645.600,77	53.154.482,55	56.326.427,67	64.881.813,69	48.439.726,19	58.200.253,45	48.574.384,93	41.261.069,49	-15,1%

Nota: ¹ excluídos os valores referentes às operações de crédito do Rio de Janeiro, em 2010 e 2011, e de Belo Horizonte, em 2013, realizadas para a mudança no perfil da dívida desses municípios e que correspondeu à troca de credores e não a um aumento da dívida.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2009-2016

Origem do recursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos próprios	62,1%	56,2%	67,3%	55,6%	60,0%	57,5%	58,2%	44,3%
Receita de capital ¹	37,9%	43,8%	32,7%	44,4%	40,0%	42,5%	41,8%	55,7%
Transferência de capital	26,0%	28,7%	21,7%	28,7%	25,5%	28,0%	24,0%	29,0%
Transferência da União	17,8%	16,9%	14,9%	19,8%	17,7%	17,3%	17,9%	21,6%
Transferência do Estado	7,7%	11,3%	6,5%	8,7%	7,2%	10,6%	6,0%	7,3%
Outras transf. de capital	0,4%	0,5%	0,3%	0,2%	0,7%	0,2%	0,1%	0,0%
Operações de crédito ¹	7,2%	5,7%	7,0%	7,9%	10,0%	10,2%	12,6%	17,4%
Outras receitas de capital	4,7%	9,4%	4,0%	7,8%	4,4%	4,2%	5,2%	9,2%
Investimento total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota: ¹ excluídos os valores referentes às operações de crédito do Rio de Janeiro, em 2010 e 2011, e de Belo Horizonte, em 2013, realizadas para a mudança no perfil da dívida desses municípios e que correspondeu à troca de credores e não a um aumento da dívida.

Composição dos investimentos municipais por porte populacional - 2016

Municípios	Investimento total (A)	Invest. com recursos próprios (B)	B/A	Receita de capital (C)	C/A	Transf. de capital (D)	D/A	Transf. de capital da União (E)	E/A	Transf. de capital do Estado (F)	F/A	Operações de crédito (G)	G/A
	em R\$ milhões	em R\$ milhões	em %	em R\$ milhões	em %	em R\$ milhões	em %	em R\$ milhões	em %	em R\$ milhões	em %	em R\$ milhões	em %
Até 20 mil habitantes	7.410,52	3.212,08	43,3	4.198,43	56,7	3.650,46	49,3	2.628,4	35,5	1.002,0	13,5	334,2	4,5
De 20 mil até 50 mil hab.	5.844,58	3.334,69	57,1	2.509,88	42,9	2.011,03	34,4	1.522,4	26,0	549,7	9,4	364,8	6,2
De 50 mil até 100 mil hab.	3.729,42	1.656,22	44,4	2.073,20	55,6	1.261,85	33,8	904,8	24,3	359,1	9,6	406,8	10,9
De 100 mil até 200 mil hab.	3.643,66	2.077,45	57,0	1.566,21	43,0	964,37	26,5	736,4	20,2	216,3	5,9	342,4	9,4
De 200 mil até 500 mil hab.	6.713,46	3.360,74	50,1	3.352,72	49,9	1.383,73	20,6	1.077,3	16,0	292,1	4,4	1.191,7	17,8
Acima de 500 mil hab.	13.919,44	4.653,05	33,4	9.266,39	66,6	2.699,09	19,4	2.060,8	14,8	602,2	4,3	4.555,0	32,7
Total	41.261,07	18.294,24	44,3	22.966,83	55,7	11.970,53	29,0	8.930,2	21,6	3.021,5	7,3	7.194,9	17,4

Investimentos | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. total 2016	Invest. per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %	em %	em R\$
	17.740.418	Norte	5.009.178,2	3.747.327,6	4.729.572,5	3.579.770,5	3.078.909,9	-14,0	8,7	8,3	173,55
AC	377.057	Rio Branco	85.109,2	92.204,8	121.276,1	117.840,6	74.604,0	-36,7	10,3	9,4	197,86
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	28.237,4	22.852,2	20.690,7	9.923,9	13.062,2	31,6	9,1	9,2	159,15
AP	465.495	Macapá	24.848,4	25.500,5	37.034,3	29.031,6	38.663,1	33,2	5,6	5,6	83,06
AP	113.854	Santana	30.661,6	3.020,2
AM	2.094.391	Manaus	419.339,9	444.030,9	506.372,2	410.313,9	480.853,6	17,2	11,5	11,0	229,59
AM	112.716	Parintins	22.744,2	6.334,4	11.473,7	7.672,9
PA	1.446.042	Belém	463.257,2	232.441,2	207.146,1	252.628,6	260.606,6	3,2	10,0	9,7	180,22
PA	510.834	Ananindeua	81.144,5	72.446,5	83.780,0	45.785,3
PA	294.447	Santarém	59.299,0	39.696,8	48.424,2	46.668,8	38.797,7	-16,9	6,9	7,3	131,76
PA	266.932	Marabá	76.279,8	43.610,3	271.801,3	95.541,8	30.895,5	-67,7	4,9	4,3	115,74
RO	511.219	Porto Velho	208.166,7	112.169,6	58.730,8	67.711,2	31.288,8	-53,8	2,7	2,6	61,20
RO	131.560	Ji-Paraná	8.117,8	24.590,9	24.641,5	24.900,1	29.886,6	20,0	14,1	13,3	227,17
RR	326.419	Boa Vista	106.316,7	76.268,5	293.062,6	243.971,0	199.812,0	-18,1	21,6	19,0	612,13
RR	27.756	Rorainópolis	15.716,6	6.436,1	19.467,3	9.921,1	7.803,2	-21,3	14,2	14,7	281,14
TO	279.856	Palmas	120.274,0	77.697,6	112.377,3	57.068,2	63.792,6	11,8	7,3	6,5	227,95
TO	173.112	Araguaína	12.873,7	13.054,8	19.701,9	21.147,8	25.146,4	18,9	7,2	6,6	145,26
	56.912.962	Nordeste	11.725.795,8	9.119.220,3	11.602.577,1	8.415.292,4	7.728.350,0	-8,2	6,5	6,3	135,79
AL	1.021.709	Maceió	94.082,4	54.222,5	67.194,9	53.244,6	45.667,1	-14,2	2,3	2,4	44,70
AL	232.671	Arapiraca	52.455,2	29.353,3	28.545,7	69.444,4	74.864,8	7,8	12,5	14,1	321,76
BA	2.938.092	Salvador	219.585,0	262.056,8	489.834,5	363.553,3	298.617,2	-17,9	5,6	5,4	101,64
BA	622.639	Feira de Santana	26.297,6	69.999,6	138.005,8	91.392,9	61.075,1	-33,2	6,2	6,3	98,09
BA	346.069	Vitória da Conquista	55.247,7	52.504,9	58.128,9	46.448,9	54.805,7	18,0	9,1	9,1	158,37
BA	292.074	Camacari	155.011,8	160.939,1	112.010,3	94.372,0	60.560,5	-35,8	6,4	6,0	207,35
CE	2.609.716	Fortaleza	493.005,3	488.339,7	621.255,2	581.898,0	477.045,3	-18,0	8,4	8,1	182,80
CE	358.164	Caucaia	64.263,2	72.038,0	77.218,9	86.382,7	4.164,6	-95,2	0,8	0,7	11,63
CE	268.248	Juazeiro do Norte	22.893,6	25.192,1	42.620,9	30.352,9	51.050,0	68,2	11,4	10,4	190,31
MA	1.082.935	São Luís	389.741,4	150.718,5	154.777,4	166.699,9	154.545,0	-7,3	6,1	6,0	142,71
MA	253.873	Imperatriz	31.024,0	35.508,8	13.793,7	..	2,4	2,4	54,33
PB	801.718	João Pessoa	191.770,1	101.599,9	160.055,8	102.430,8	66.998,5	-34,6	3,9	3,6	83,57
PB	407.754	Campina Grande	66.502,8	77.152,8	59.367,9	45.521,3	40.906,9	-10,1	5,0	4,8	100,32
PE	1.625.583	Recife	430.771,4	692.662,3	490.154,6	369.423,6	237.259,6	-35,8	6,0	5,8	145,95
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	85.357,5	142.605,0	99.751,8	76.441,3	57.497,5	-24,8	5,5	5,2	83,19
PE	390.144	Olinda	56.054,0	37.615,7	53.992,3	50.757,2	33.414,4	-34,2	6,1	6,0	85,65
PE	351.686	Caruaru	58.232,9	23.059,6	53.079,8	47.492,1	31.421,1	-33,8	5,6	5,3	89,34
PE	337.683	Petrolina	49.973,9	33.181,8	64.379,3	42.951,8	49.510,4	15,3	8,6	8,5	146,62
PE	325.590	Paulista	42.312,8	39.228,6	45.666,5	34.448,5	36.815,0	6,9	8,9	9,3	113,07
PI	847.430	Teresina	202.093,1	188.680,9	264.067,3	261.185,8	301.269,5	15,3	12,0	11,4	355,51
PI	150.201	Parnaíba	10.797,8	10.221,6	15.271,9	9.663,2	6.454,7	-33,2	2,3	2,1	42,97
RN	877.662	Natal	69.837,9	225.025,3	684.333,0	115.324,9	172.086,2	49,2	8,9	9,2	196,07
RN	291.937	Mossoró	48.560,2	35.280,0	45.702,5	22.567,5	12.037,9	-46,7	2,2	2,4	41,23
SE	641.523	Aracaju	150.176,0	98.441,7	60.103,5	52.812,7	43.278,8	-18,1	2,9	2,8	67,46
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	20.162,2	22.699,9	15.546,5	19.676,0	17.466,4	-11,2	7,0	7,0	97,22
	12.683.772	Centro-Oeste¹	4.032.711,4	2.720.220,8	3.246.237,0	2.980.994,0	2.529.361,6	-15,2	7,3	6,9	199,42
GO	1.448.639	Goiânia	122.505,3	107.301,2	78.738,3	244.071,2	162.109,0	-33,6	4,0	4,0	111,90
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	161.253,5	193.084,6	179.381,8	184.043,0	152.169,0	-17,3	16,7	15,5	285,96
GO	370.875	Anápolis	118.233,1	86.000,0	56.668,7	37.913,4	61.627,2	62,5	6,2	6,5	166,17
MT	585.367	Cuiabá	174.026,4	63.291,7	85.683,3	169.120,2	160.587,1	-5,0	8,7	8,4	274,34
MT	271.339	Várzea Grande	13.362,4	27.895,7	33.373,9	10.287,0	39.504,5	284,0	8,5	7,9	145,59
MS	863.982	Campo Grande	638.827,4	357.730,6	351.950,1	228.731,5	75.641,3	-66,9	2,7	2,8	87,55
MS	215.486	Dourados	44.919,9	48.658,5	58.272,6	60.044,8	45.309,8	-24,5	6,9	6,4	210,27
	86.356.952	Sudeste	33.253.981,3	25.384.709,6	29.354.453,1	26.054.864,1	20.812.266,9	-20,1	7,8	7,8	241,00
ES	359.555	Vitória	375.335,7	178.973,1	157.955,2	80.015,0	57.734,4	-27,8	4,3	3,9	160,57
ES	494.109	Serra	149.419,3	75.131,9	147.541,5	...	116.002,0	..	11,0	10,9	234,77
ES	479.664	Vila Velha	192.331,4	105.559,7	98.422,0	82.629,9	112.141,3	35,7	13,5	13,0	233,79
ES	384.621	Cariacica	110.062,3	51.517,7	46.294,1	54.681,0	47.212,7	-13,7	9,0	8,5	122,75
MG	2.513.451	Belo Horizonte	1.394.770,9	1.659.308,9	1.335.426,1	802.488,7	405.053,1	-49,5	4,8	4,2	161,15
MG	669.672	Uberlândia	261.077,0	97.247,8	75.808,0	142.517,9	205.771,0	44,4	11,0	11,1	307,27
MG	653.800	Contagem	166.889,3	99.401,6	87.416,7	133.671,6	167.629,1	25,4	12,0	11,2	256,39

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. total 2016	Invest. per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		
MG	559.636	Juiz de Fora	134.600,1	77.773,3	137.328,9	66.013,8	59.447,2	-9,9	4,2	4,2	106,22
MG	422.354	Betim	107.046,2	69.801,3	80.094,5	75.383,6	120.620,2	60,0	8,5	7,7	285,59
MG	398.288	Montes Claros	44.954,7	52.328,4	64.762,5	85.557,6	70.398,5	-17,7	11,4	12,2	176,75
MG	325.846	Ribeirão das Neves	59.343,2	15.063,0	42.792,2	27.555,7	16.501,7	-40,1	4,6	4,5	50,64
MG	325.279	Uberaba	144.525,9	100.040,9	112.827,4	71.280,0	76.524,9	7,4	8,3	7,7	235,26
MG	279.665	Governador Valadares	82.209,4	53.189,8	92.324,0	39.993,5	22.705,7	-43,2	3,1	3,1	81,19
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	4.676.482,8	3.793.430,8	4.519.688,6	5.917.337,5	4.175.633,0	-29,4	16,5	16,9	642,52
RJ	1.044.058	São Gonçalo	159.226,8	71.876,7	67.874,9
RJ	886.917	Duque de Caxias	74.143,4	30.323,1	89.684,9	78.012,5	93.269,3	19,6	3,8	4,8	105,16
RJ	797.435	Nova Iguaçu	49.518,5	82.852,6	134.512,4	115.486,3	57.382,4	-50,3	4,2	4,9	71,96
RJ	497.883	Niterói	119.071,8	104.483,5	129.127,0	205.083,5	386.651,1	88,5	17,5	18,1	776,59
RJ	494.141	Belford Roxo	19.079,9	20.354,2	18.647,0	8.230,2	3.677,3	-55,3	0,6	0,6	7,44
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	604.547,1	527.681,5	540.247,0	185.261,8	260.980,1	40,9	9,0	12,4	535,69
RJ	460.541	São João de Meriti	69.697,2	28.529,6	28.255,9	39.280,6	8.763,4	-77,7	1,6	1,7	19,03
RJ	298.158	Petrópolis	50.305,5	50.781,8	47.471,8	42.854,9	22.226,4	-48,1	2,6	2,7	74,55
RJ	263.659	Volta Redonda	75.114,7	106.324,0	110.811,9	53.265,3	42.634,2	-20,0	5,5	5,2	161,70
SP	12.038.175	São Paulo	4.894.626,9	4.922.519,5	5.107.266,2	4.895.471,9	3.016.728,1	-38,4	6,4	6,6	250,60
SP	1.337.087	Guarulhos	298.716,3	392.682,3	254.557,6	231.742,5	158.694,5	-31,5	4,5	4,3	118,69
SP	1.173.370	Campinas	114.334,6	211.158,5	140.301,3	112.298,3	131.739,7	17,3	3,1	3,2	112,27
SP	822.242	São Bernardo do Campo	661.321,3	633.520,3	548.316,0	541.092,8	412.535,7	-23,8	11,4	11,5	501,72
SP	712.749	Santo André	85.361,4	111.144,1	156.398,5	201.202,4	168.798,7	-16,1	7,5	7,7	236,83
SP	696.382	Osasco	134.292,7	169.514,1	216.973,4	172.521,9	107.688,7	-37,6	5,5	5,5	154,64
SP	695.992	São José dos Campos	237.611,3	161.903,9	118.791,9	100.152,2	316.707,4	216,2	12,4	11,7	455,04
SP	674.405	Ribeirão Preto	120.490,2	82.257,6	51.748,0	87.846,5	135.649,7	54,4	5,7	6,2	201,14
SP	652.481	Sorocaba	293.275,6	139.279,6	95.722,9	82.836,3	84.009,4	1,4	3,7	3,5	128,75
SP	457.696	Mauá	42.126,5	43.390,3	38.001,7	55.094,9	108.120,4	96,2	10,6	12,3	236,23
SP	446.649	São José do Rio Preto	156.043,6	186.118,9	73.784,4	194.437,7	138.945,1	-28,5	9,9	9,9	311,08
SP	434.359	Santos	182.457,7	139.060,7	232.567,1	...	192.928,0	..	8,8	8,9	444,17
SP	429.321	Mogi das Cruzes	179.914,9	138.154,1	197.145,6	96.875,2	196.934,6	103,3	15,4	15,8	458,71
SP	415.180	Diadema	68.291,1	64.691,7	75.328,7	88.837,3	164.274,9	84,9	14,4	..	395,67
SP	405.740	Jundiaí	127.983,6	103.972,5	58.616,8	46.179,1	45.276,3	-2,0	2,6	2,7	111,59
SP	394.465	Carapicuíba	105.550,7	99.748,7	77.432,5	95.159,6	112.496,6	18,2	21,7	..	285,19
SP	394.419	Piracicaba	...	84.753,1	92.308,9	110.304,1	55.088,5	-50,1	3,9	4,0	139,67
SP	369.368	Bauru	76.055,2	43.642,1	37.660,6	64.605,5	85.292,9	32,0	8,8	8,2	230,92
29.439.773	Sul	10.860.147,0	7.468.833,6	9.267.413,8	7.543.463,9	7.112.181,1	-5,7	8,4	7,9	241,58	
PR	1.893.997	Curitiba	482.925,1	605.756,6	312.886,8	274.585,1	163.901,6	-40,3	2,5	2,3	86,54
PR	553.393	Londrina	75.973,0	63.297,9	75.125,2	91.811,5	80.101,0	-12,8	4,9	5,0	144,75
PR	403.063	Maringá	205.134,2	182.106,4	146.900,1	179.491,7	139.011,4	-22,6	11,8	11,3	344,89
PR	341.130	Ponta Grossa	127.181,6	67.540,2	58.154,5	73.017,9	62.927,8	-13,8	9,3	9,5	184,47
PR	316.226	Cascavel	70.670,8	48.307,7	57.011,6	73.458,7	113.458,5	54,5	14,8	14,5	358,79
PR	302.759	São José dos Pinhais	155.788,4	63.250,1	87.739,1	77.746,1	91.176,7	17,3	10,4	9,7	301,15
PR	263.915	Foz do Iguaçu	42.738,2	27.905,6	82.132,4	42.007,8	35.266,6	-16,0	5,3	4,8	133,63
RS	1.481.019	Porto Alegre	609.735,5	673.317,9	577.892,0	418.547,3	457.312,8	9,3	8,2	8,1	308,78
RS	479.236	Caxias do Sul	283.710,0	131.982,1	135.938,9	133.457,0	96.277,2	-27,9	6,0	5,8	200,90
RS	343.651	Pelotas	69.887,2	44.628,2	42.066,3	92.928,4	93.673,6	0,8	11,9	11,0	272,58
RS	342.634	Canoas	91.353,8	107.486,9	103.349,5	118.172,7	177.715,9	50,4	12,5	13,0	518,68
RS	277.309	Santa Maria	51.827,1	44.345,8	22.908,4	13.320,5	18.039,3	35,4	3,5	3,3	65,05
RS	273.742	Gravataí	13.480,5	11.778,5	16.859,7	10.332,4	18.079,7	75,0	2,9	2,8	66,05
RS	252.872	Viamão	31.778,3	9.207,0	37.781,3	22.027,9	15.169,6	-31,1	4,5	3,6	59,99
SC	477.798	Florianópolis	157.241,3	80.160,3	126.368,4	117.422,3	96.724,1	-17,6	5,7	6,1	202,44
SC	569.645	Joinville	169.435,9	99.629,6	73.224,3	89.304,4	67.516,3	-24,4	4,3	3,6	118,52
SC	343.715	Blumenau	103.714,7	72.136,2	76.280,5	81.096,9	98.024,0	20,9	7,7	7,7	285,19
	80.508.414	Cidades selecionadas	26.066.172,2	22.816.970,1	24.395.368,8	23.122.343,0	18.491.230,7	-20,0	8,0	8,0	229,68
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	12.174.224,8	8.133.385,3	11.512.121,0	7.848.443,4	7.410.515,1	-5,6	8,4	8,0	230,51
	46.107.667	Capitais	17.194.852,0	15.763.851,3	16.981.630,6	16.445.894,1	11.717.812,1	-28,7	8,2	8,1	254,14
	203.133.877	Brasil¹	64.881.813,7	48.440.311,9	58.200.253,4	48.574.384,9	41.261.069,5	-15,1	7,6	7,5	203,12

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹Inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Investimentos | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Investimento	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	4.175.632.952,37	6.498.837	2º
2º	SP	São Paulo	3.016.728.067,41	12.038.175	1º
3º	AM	Manaus	480.853.593,46	2.094.391	6º
4º	CE	Fortaleza	477.045.260,17	2.609.716	4º
5º	RS	Porto Alegre	457.312.767,73	1.481.019	9º
6º	SP	São Bernardo do Campo	412.535.724,27	822.242	21º
7º	MG	Belo Horizonte	405.053.057,36	2.513.451	5º
8º	RJ	Niterói	386.651.128,23	497.883	41º
9º	SP	São José dos Campos	316.707.363,64	695.992	26º
10º	PI	Teresina	301.269.518,71	847.430	20º
11º	BA	Salvador	298.617.196,41	2.938.092	3º
12º	RJ	Campos dos Goytacazes	260.980.127,24	487.186	44º
13º	PA	Belém	260.606.600,94	1.446.042	11º
14º	PE	Recife	237.259.611,34	1.625.583	8º
15º	SP	Ilhabela	206.883.951,45	32.782	1043º
16º	MG	Uberlândia	205.770.967,90	669.672	29º
17º	RR	Boa Vista	199.811.980,66	326.419	79º
18º	SP	Mogi das Cruzes	196.934.588,79	429.321	53º
19º	SP	Santos	192.928.017,10	434.359	52º
20º	SP	Barueri	182.306.590,47	264.935	103º
21º	RS	Canoas	177.715.853,52	342.634	76º
22º	RN	Natal	172.086.210,07	877.662	18º
23º	SP	Santo André	168.798.736,60	712.749	24º
24º	MG	Contagem	167.629.127,10	653.800	30º
25º	SP	Diadema	164.274.946,24	415.180	55º
26º	PR	Curitiba	163.901.558,58	1.893.997	7º
27º	GO	Goiânia	162.109.021,63	1.448.639	10º
28º	MT	Cuiabá	160.587.126,62	585.367	34º
29º	SP	Guarulhos	158.694.532,18	1.337.087	12º
30º	MA	São Luís	154.545.018,74	1.082.935	14º
31º	GO	Aparecida de Goiânia	152.168.965,66	532.135	38º
32º	SP	Praia Grande	150.302.073,96	304.705	86º
33º	PA	Parauapebas	145.438.242,25	196.259	150º
34º	PR	Maringá	139.011.407,89	403.063	58º
35º	SP	São José do Rio Preto	138.945.114,05	446.649	51º
36º	SP	Ribeirão Preto	135.649.713,96	674.405	28º
37º	SP	Campinas	131.739.725,63	1.173.370	13º
38º	MG	Beim	120.620.225,92	422.354	54º
39º	SP	Caraguatatuba	118.156.455,77	115.071	264º
40º	ES	Serra	116.001.978,14	494.109	43º
41º	PR	Cascavel	113.458.486,57	316.226	83º
42º	SP	Louveira	112.571.378,41	44.904	733º
43º	SP	Carapicuíba	112.496.582,47	394.465	60º
44º	ES	Vila Velha	112.141.349,84	479.664	45º
45º	RJ	Maricá	110.434.390,50	149.876	192º
46º	SP	Mauá	108.120.366,23	457.696	50º
47º	SP	Osasco	107.688.675,36	696.382	25º
48º	SC	Blumenau	98.024.034,46	343.715	74º
49º	SP	Indaiatuba	97.146.357,94	235.367	116º
50º	SC	Florianópolis	96.724.134,30	477.798	47º
51º	RS	Caxias do Sul	96.277.210,56	479.236	46º
52º	ES	Itapemirim	95.484.151,06	34.585	967º

Posição	UF	Município	Investimento	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	GO	Águas Lindas de Goiás	94.826.866,20	191.499	155º
54º	SC	Balneário Camboriú	94.108.973,60	131.727	216º
55º	RS	Pelotas	93.673.558,35	343.651	75º
56º	RJ	Duque de Caxias	93.269.339,62	886.917	17º
57º	SP	Paulínia	92.936.478,62	100.128	308º
58º	PR	São José dos Pinhais	91.176.731,96	302.759	87º
59º	SP	Bauru	85.292.880,68	369.368	66º
60º	SP	Sorocaba	84.009.406,84	652.481	31º
61º	MG	Ipatinga	82.391.739,35	259.324	107º
62º	SC	Itajaí	81.245.906,77	208.958	142º
63º	PR	Londrina	80.100.973,37	553.393	37º
64º	MG	Uberaba	76.524.924,24	325.279	82º
65º	MS	Campo Grande	75.641.271,44	863.982	19º
66º	AL	Arapiraca	74.864.838,91	232.671	122º
67º	AC	Rio Branco	74.603.990,59	377.057	64º
68º	SP	Presidente Prudente	73.317.653,76	223.749	129º
69º	SP	Guarujá	70.850.596,20	313.421	84º
70º	MG	Montes Claros	70.398.502,85	398.288	59º
71º	SP	Poá	69.581.930,17	114.650	266º
72º	SP	São Sebastião	69.353.621,98	84.294	369º
73º	SC	Joinville	67.516.255,31	569.645	35º
74º	PB	João Pessoa	66.998.456,95	801.718	22º
75º	GO	Catalão	65.789.776,18	100.590	304º
76º	TO	Palmas	63.792.569,70	279.856	94º
77º	PR	Ponta Grossa	62.927.769,38	341.130	77º
78º	SP	Jacareí	62.528.960,31	228.214	127º
79º	GO	Anápolis	61.627.172,83	370.875	65º
80º	BA	Feira de Santana	61.075.141,49	622.639	33º
81º	BA	Camaçari	60.560.546,99	292.074	91º
82º	SC	Palhoça	59.649.389,28	161.395	179º
83º	MG	Juiz de Fora	59.447.224,37	559.636	36º
84º	ES	Vitória	57.734.363,72	359.555	67º
85º	PE	Jaboatão dos Guararapes	57.497.523,30	691.125	27º
86º	RJ	Nova Iguaçu	57.382.423,72	797.435	23º
87º	MT	Rondonópolis	57.150.848,66	218.899	134º
88º	SP	Piracicaba	55.088.513,02	394.419	61º
89º	SP	Hortolândia	55.016.394,06	219.039	133º
90º	BA	Vitória da Conquista	54.805.684,93	346.069	72º
91º	SP	Itapeví	53.854.135,25	226.488	128º
92º	PR	Guarapuava	53.600.630,17	179.256	161º
93º	SP	Taubaté	53.410.464,17	305.174	85º
94º	PR	Toledo	52.256.939,38	133.824	212º
95º	CE	São Gonçalo do Amarante	51.641.058,45	47.791	685º
96º	CE	Juazeiro do Norte	51.050.003,55	268.248	101º
97º	SP	Marília	49.665.630,85	233.639	120º
98º	PE	Petrolina	49.510.417,24	337.683	78º
99º	SP	Limeira	49.435.104,49	298.701	88º
100º	PR	Santa Helena	48.904.258,28	25.665	1354º

	Total dos 100 maiores	20.158.920.059,39	73.319.989	..
	Total dos demais	21.102.149.426,12	129.813.888	..
	Total Brasil¹	41.261.069.485,51	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Investimentos per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	SP	Ilhabela	6.310,90	206.883.951,45	32.782	1043º
2º	GO	Pilar de Goiás	3.998,54	10.280.244,96	2.571	5281º
3º	SP	Ilha Comprida	3.939,60	41.271.216,03	10.476	3043º
4º	PR	Saudade do Iguaçu	2.913,94	15.764.439,17	5.410	4196º
5º	ES	Itapemirim	2.760,85	95.484.151,06	34.585	967º
6º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	2.616,72	27.954.441,32	10.683	2999º
7º	SP	Louveira	2.506,93	112.571.378,41	44.904	733º
8º	RS	Ponte Preta	2.439,63	4.188.844,44	1.717	5516º
9º	RS	Mato Queimado	2.359,00	4.220.243,57	1.789	5504º
10º	MT	Novo São Joaquim	2.319,40	12.060.885,64	5.200	4261º
11º	RR	Caroebe	2.285,25	21.323.667,15	9.331	3215º
12º	MA	Santo Antônio dos Lopes	2.064,72	29.395.443,77	14.237	2410º
13º	PI	Novo Santo Antônio	2.039,80	5.976.620,74	2.930	5139º
14º	RS	Cruzaltense	1.965,37	4.082.069,44	2.077	5444º
15º	PR	Santa Helena	1.905,48	48.904.258,28	25.665	1354º
16º	RS	Camargo	1.742,51	4.750.078,04	2.726	5218º
17º	RS	Westfália	1.723,74	5.110.875,86	2.965	5130º
18º	RS	Nova Boa Vista	1.718,94	3.338.180,78	1.942	5471º
19º	SC	Jardinópolis	1.677,69	2.766.516,94	1.649	5528º
20º	MG	Confins	1.666,64	10.908.173,57	6.545	3844º
21º	RS	Dona Francisca	1.652,93	5.540.609,35	3.352	4985º
22º	RS	Linha Nova	1.638,94	2.797.662,37	1.707	5518º
23º	RS	Maratá	1.613,76	4.305.512,99	2.668	5239º
24º	SC	Abdon Batista	1.603,18	4.195.512,78	2.617	5257º
25º	SC	Tigrinhos	1.591,98	2.717.506,75	1.707	5518º
26º	RS	São Vendelino	1.545,74	3.307.873,00	2.140	5424º
27º	MG	Belo Vale	1.524,22	11.933.100,62	7.829	3499º
28º	RS	Alto Alegre	1.504,00	2.729.755,51	1.815	5497º
29º	SC	São Miguel da Boa Vista	1.470,59	2.735.301,03	1.860	5487º
30º	RS	Carlos Gomes	1.446,85	2.257.083,28	1.560	5542º
31º	MG	Santo Hipólito	1.434,19	4.633.871,64	3.231	5020º
32º	RS	Mato Leitão	1.404,45	5.954.883,14	4.240	4623º
33º	RS	Nova Pádua	1.403,93	3.598.266,93	2.563	5287º
34º	MG	Extrema	1.392,05	46.952.307,95	33.729	1000º
35º	AM	Japurá	1.347,52	6.279.423,66	4.660	4466º
36º	MT	Santa Carmem	1.346,66	5.825.648,34	4.326	4591º
37º	PR	Itaipulândia	1.329,64	13.845.522,21	10.413	3056º
38º	RO	Santa Luzia D'Oeste	1.318,24	11.023.146,65	8.362	3387º
39º	PR	Campina do Simão	1.306,33	5.328.516,47	4.079	4687º
40º	MT	Santa Cruz do Xingu	1.295,49	3.048.277,04	2.353	5359º
41º	PR	Boa Esperança do Iguaçu	1.262,23	3.400.445,19	2.694	5230º
42º	RS	Canudos do Vale	1.255,69	2.289.124,53	1.823	5496º
43º	RS	Travesseiro	1.252,43	2.993.311,40	2.390	5351º
44º	RS	São Valentim do Sul	1.250,92	2.828.319,34	2.261	5383º
45º	RS	Relvado	1.240,56	2.718.056,69	2.191	5411º
46º	SC	Lajeado Grande	1.238,47	1.809.400,44	1.461	5551º
47º	PR	Mercedes	1.238,05	6.731.252,20	5.437	4186º
48º	PR	Porto Barreiro	1.237,56	4.364.879,03	3.527	4912º
49º	SC	Paial	1.230,83	1.977.943,85	1.607	5532º
50º	RN	Guamaré	1.215,28	18.198.873,72	14.975	2303º
51º	PR	Origueira	1.211,75	28.243.470,48	23.308	1508º
52º	MS	Figueirópolis	1.203,86	3.635.670,85	3.020	5108º

Posição	UF	Município	Invest. per capita	Investimento	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	PR	Pato Bragado	1.203,79	6.463.174,83	5.369	4212º
54º	SC	Erval Velho	1.192,00	5.330.605,18	4.472	4544º
55º	BA	Sítio do Mato	1.184,44	15.849.000,79	13.381	2524º
56º	PR	Tupássí	1.183,68	9.787.837,82	8.269	3411º
57º	MG	Itaiaçu	1.177,95	12.818.484,85	10.882	2945º
58º	SC	Morro Grande	1.174,44	3.427.029,27	2.918	5143º
59º	MG	Jeceaba	1.167,05	6.127.013,86	5.250	4249º
60º	MG	Conceição do Mato Dentro	1.162,57	21.112.308,22	18.160	1946º
61º	MG	Catas Altas	1.156,04	6.096.979,42	5.274	4241º
62º	PR	Lindoeste	1.139,17	5.842.828,50	5.129	4286º
63º	PR	Novo Itacolomi	1.129,32	3.282.941,40	2.907	5152º
64º	SC	Formosa do Sul	1.128,53	2.891.300,30	2.562	5288º
65º	RS	Colinas	1.126,54	2.815.219,45	2.499	5317º
66º	PR	Serranópolis do Iguaçu	1.122,74	5.215.146,66	4.645	4472º
67º	RS	Nova Roma do Sul	1.111,09	3.982.149,28	3.584	4891º
68º	SC	Presidente Castello Branco	1.107,51	1.805.247,00	1.630	5530º
69º	MG	Carrancas	1.100,96	4.517.237,94	4.103	4680º
70º	SC	Cunhataí	1.087,93	2.120.367,69	1.949	5470º
71º	SP	Gavião Peixoto	1.085,14	5.115.357,27	4.714	4442º
72º	RS	Pinhal da Serra	1.081,19	2.286.720,92	2.115	5435º
73º	CE	São Gonçalo do Amarante	1.080,56	51.641.058,45	47.791	685º
74º	RS	Harmonia	1.075,56	4.979.841,36	4.630	4480º
75º	PR	Brasilândia do Sul	1.073,59	3.210.024,62	2.990	5118º
76º	RS	Benjamin Constant do Sul	1.055,28	2.369.095,48	2.245	5390º
77º	PR	Altamira do Paraná	1.046,25	3.288.367,16	3.143	5051º
78º	RS	Nova Alvorada	1.040,05	3.595.460,47	3.457	4940º
79º	SP	Embaúba	1.035,87	2.567.919,44	2.479	5326º
80º	SP	Morungaba	1.035,30	13.546.906,10	13.085	2559º
81º	SP	Mirim Doce	1.033,91	2.480.356,73	2.399	5349º
82º	SP	São José do Barreiro	1.031,32	4.314.008,96	4.183	4645º
83º	SC	Jupiá	1.028,45	2.194.704,33	2.134	5429º
84º	SP	Caraguatatuba	1.026,81	118.156.455,77	115.071	264º
85º	RS	São José do Hortêncio	1.026,44	4.623.086,99	4.504	4526º
86º	RS	Forquethina	1.020,01	2.573.494,38	2.523	5309º
87º	SP	Paulistânia	1.003,27	1.846.022,77	1.840	5493º
88º	SC	Ouro Verde	1.002,61	2.259.873,18	2.254	5386º
89º	SC	Dionísio Cerqueira	1.002,50	15.433.550,00	15.395	2238º
90º	MT	Nortelândia	999,37	5.967.249,75	5.971	4018º
91º	PR	Presidente Castelo Branco	996,17	5.166.142,81	5.186	4270º
92º	PR	Renascença	990,84	6.917.062,53	6.981	3730º
93º	PR	Iguaçu	989,07	2.277.826,41	2.303	5373º
94º	SP	Mombuca	987,45	3.412.618,47	3.456	4941º
95º	SP	Águas de Santa Bárbara	979,52	5.854.574,23	5.977	4016º
96º	PR	Espigão Alto do Iguaçu	977,82	4.394.313,22	4.494	4533º
97º	MS	Paraíso das Águas	975,24	5.121.004,87	5.251	4248º
98º	RS	Três Arroios	974,34	2.788.547,80	2.862	5172º
99º	SP	Santa Salete	974,14	1.490.441,66	1.530	5547º
100º	SP	Torre de Pedra	966,91	2.306.087,86	2.385	5352º
		Total dos 100 maiores	1.683,50	1.307.099.256,50	776.420	..
		Total dos demais	197,44	39.953.970.229,01	202.357.457	..
		Total Brasil¹	203,12	41.261.069.485,51	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Persistência da FNP garante redução das dívidas dos municípios

CIDADES COM DÍVIDAS RENEGOCIADAS COM A UNIÃO E QUE ASSINARAM ADITIVOS CONTRATUAIS REDUZIRAM O SALDO DEVEDOR E O DISPÊNDIO MENSAL COM JUROS E AMORTIZAÇÕES. A MEDIDA PROVISÓRIA, QUE FOI EDITADA PARA PARCELAR AS DÍVIDAS COM O INSS, PODERÁ BENEFICIAR CERCA DE TRÊS MIL MUNICÍPIOS. **AS DUAS CONQUISTAS FORAM ASSEGURADAS PELO INTENSO TRABALHO DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS.**

Desempenho e repactuação da dívida

Os gastos com juros e amortizações da dívida somaram R\$ 13,77 bilhões em 2016, com ligeira alta de 0,5% em relação ao ano anterior. De modo geral, o estoque da dívida dos municípios brasileiros é constituído por débitos que foram renegociados junto à União e por operações de crédito, no caso dos municípios mais populosos, e por dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nas cidades menores.

Entre 1997 e 2001, 26 estados e mais de 180 municípios brasileiros renegociaram suas dívidas com a União, que assumiu os compromissos desses entes cobrando parcelas mensais corrigidas pelo IGP-DI, mais juros de 6% a 9% ao ano, variando conforme o contrato.

Em novembro de 2014, foi aprovada a Lei Complementar nº 148, que alterou os índices de correção dessas dívidas, substituindo o IGP-DI pelo IPCA mais 4% de juros ao ano, ou pela taxa Selic, o que for menor. A Lei atendeu às fortes reivindicações da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e

de representantes dos estados e dos municípios. A nova legislação exigiu também o recálculo retroagindo o saldo devedor a 1º de janeiro de 2013. Foi determinado ainda que a União concedesse descontos correspondentes à diferença entre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013 e o saldo devedor apurado com a variação da taxa Selic desde o início do contrato.

O Governo Federal postergou a aplicação da lei, alegando a necessidade de regulamentação. Essa situação só foi solucionada através de intensa atuação da FNP para a aprovação da LC nº 151, de 5 de agosto de 2015, que estabeleceu que as novas regras deveriam ser aplicadas até 31 de janeiro de 2016, independentemente de regulamentação.

Finalmente, a LC nº 148/2014 foi regulamentada pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que estabeleceu as fórmulas para o reprocessamento das dívidas, bem como a forma de apuração mensal do coeficiente de atualização monetária da dívida remanescente. Algumas cláusulas foram revogadas pelo Decreto nº 8.665, de

10 de fevereiro de 2016, como a dispensa de autorização legislativa para celebrar os novos acordos.

Conforme Nota Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional de abril de 2016, caso todos os 177 que possuem dívidas com o Governo Federal a serem recalculadas assinem os aditivos contratuais nas condições da LC 148, a economia no saldo devedor pode atingir o montante perto de R\$ 60 bilhões.

AS CONDIÇÕES DA LC 148 DEVERÃO PERMITIR UMA ECONOMIA NO SALDO **DEVEDOR** **PERTO DE R\$ 60 BILHÕES.**

Os ajustes nos contratos foram sendo realizados a partir de 2016, através de aditivos. Ao longo de 2016, até o início de setembro de 2017, segundo dados do Ministério da Fazenda, 141 municípios assinaram a repactuação da dívida nas condições da LC nº 148. Alguns dos que obtiveram reduções em seus saldos devedores foram São Paulo-SP (R\$ -47,82 bilhões), Campinas-SP (R\$ -418 milhões), Cuiabá-MT (R\$ -281 milhões), Joinville-SC (R\$ -79,2 milhões), Ipatinga-MG (R\$ -52,8 milhões), Praia Grande-SP (R\$ -49 milhões), Montes Claros-MG (R\$ -48 milhões), João Pessoa-PB (R\$ -32,4 milhões), Presidente Prudente-SP (R\$ -31,1 milhões), Chapecó-SC (R\$ -23 milhões) e Foz do Iguaçu-PR (R\$ -14,3 milhões).

Alguns municípios passaram a ser credores, tais como Salvador-BA, que deixou de ter uma dívida de R\$ 759 milhões e ainda recebeu de volta R\$ 5,1 milhões, Jundiá-SP (deixou de dever R\$ 212,5 milhões e recebeu R\$ 2,1 milhões), São Bernardo do Campo-SP (deixou de dever R\$ 57,3 milhões), Resende-RJ (deixou de dever R\$ 54 milhões e recebeu R\$ 169,3 mil), Vitória-ES (deixou de dever R\$ 52,5 milhões), Sorocaba-SP (deixou de dever

R\$ 48,1 milhões e recebeu R\$ 32,7 milhões), Juiz de Fora-MG (deixou de dever R\$ 26,2 milhões e recebeu R\$ 594,3 mil), Uberaba-MG (deixou de dever R\$ 4,4 milhões e recebeu R\$ 2,2 milhões), Natal-RN (deixou de dever R\$ 20,9 milhões e recebeu R\$ 1,2 milhão), dentre outros.

Em termos de redução nos desembolsos mensais com a dívida, a repactuação permitiu que o total pago mensalmente pelo conjunto dos municípios que aderiram às condições da LC 148, que era de R\$ 436,7 milhões, passasse para R\$ 249,2 milhões, uma economia de 42,9% (veja lista completa na página 156).

No início de setembro de 2017, faltavam ainda a assinatura de 36 municípios. Vários desses casos poderão ser facilitados pela Medida Provisória nº 801/2017, publicada em 21 de setembro. A MP dispensa os municípios e estados de apresentarem certificado de regularidade com o FGTS e comprovante de regularidade fiscal relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União. Pela MP os municípios e estados também não precisam estar adimplentes com as obrigações dos outros planos de renegociação de dívida feitos com a União em 1993, 1997 e 2001. Segundo o Ministério da Fazenda, a MP 801 visa remover obstáculos ao acesso dos entes subnacionais às medidas voltadas para sua recuperação fiscal, facilitando, assim, as contratações, aditamentos, repactuações de dívidas, renegociações de operações de crédito e concessões de garantias pela União, conforme o caso.

COM A REPACTUAÇÃO DA
DÍVIDA OS DESEMBOLSOS
MENSAIS DEVEM PASSAR DE
R\$ 436,7 MILHÕES PARA
R\$ 249,2 MILHÕES.

O município de São Paulo, detentor do maior endividamento entre os municípios do país, foi um dos primeiros a aderir à repactuação. Em 26 de março de 2016, foi feita a assinatura do aditivo contratual entre o município e a União. Como já mencionado acima, o saldo devedor foi reduzido em cerca de R\$ 47,8 bilhões, passando de R\$ 75,5 bilhões para R\$ 27,7 bilhões, na data da assinatura. Houve também forte economia nas parcelas pagas mensalmente, que passaram de R\$ 335,7 milhões para R\$ 236,1 milhões.

Apesar do aditivo contratual ter sido assinado apenas em 2016, o município havia conseguido que os pagamentos das dívidas fossem efetuados com os novos indexadores desde 2015 por meio de uma liminar judicial. Na prática, a capital paulista paga suas prestações em valores já recalculados desde meados de 2015.

Em 2016, o gasto com juros e amortizações da dívida de São Paulo foi 11,8% menor que o realizado no ano anterior, totalizando de R\$ 3,11 bilhões. Cerca de 85% do pagamento realizado pelo município refere-se às dívidas renegociadas com a União. O restante decorre de operações de crédito e dos precatórios judiciais.

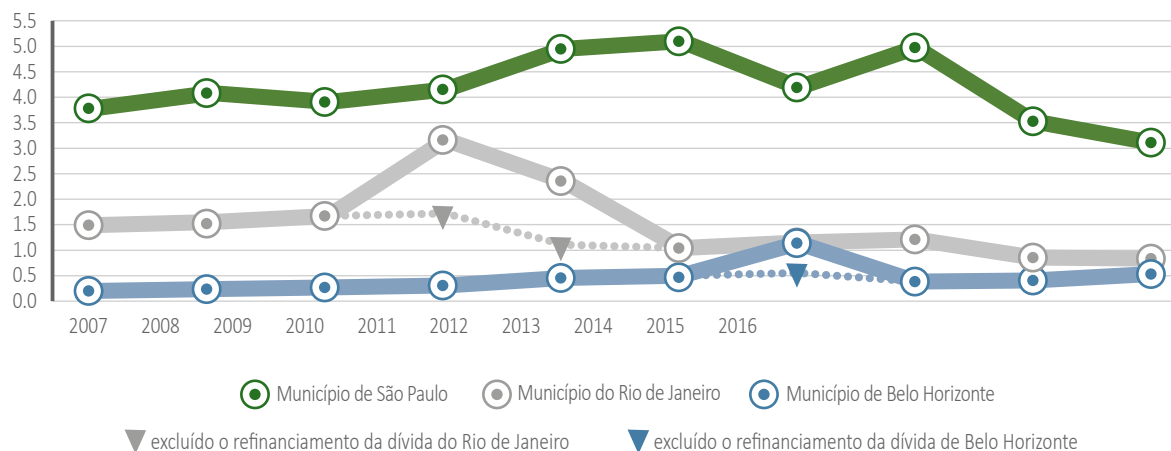
A segunda maior despesa com juros e amortizações da dívida entre os municípios do país, o Rio de Janeiro desembolsou R\$ 834,9 milhões, em 2016, com decréscimo de 2,5% em relação ao ano anterior. Assim como a capital paulista, a aplicabilidade dos novos indexadores da dívida com a União também ocorreu ao longo de 2015 em decorrência de uma liminar judicial. Em 11 de agosto de 2016 foi celebrado o termo de convalidação de valores e, em 22 de setembro de 2016, o aditivo ao contrato de refinanciamento, com as novas condições. O Banco do Brasil, agente financeiro da União, recalculou o saldo devedor do Rio de Janeiro para cerca de R\$ 740 milhões, a vencer em 2029, com custo de IPCA

mais 4% a.a., ou o teto Selic. Sem considerar os efeitos da lei, o saldo devedor totalizaria cerca de R\$ 6,7 bilhões ao custo de IGP-DI + 6,0%.

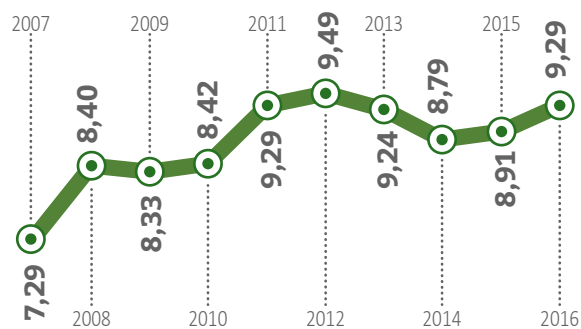
Antes da aplicação do novo indexador, a capital fluminense já havia reestruturado parte de seu endividamento em 2010, quando trocou uma parcela da sua dívida com a União por outra junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), instituição que faz parte do Banco Mundial, que lhe ofereceu melhores condições de custo e de prazo. Além do alongamento no prazo de pagamento e dos juros menores oferecidos pelo Bird, os juros da dívida remanescente com a União também foram reduzidos. Em 2016, o saldo remanescente da dívida com o Bird era de R\$ 3,31 bilhões.

Em 2013, Belo Horizonte também realizou uma operação financeira para mudar o perfil de sua dívida em moldes semelhantes à da capital fluminense. Na operação com o Bird, a capital mineira recebeu R\$ 464,6 milhões, em valores correntes, para quitar parte de sua dívida com a União. Com isso, Belo Horizonte realizou uma troca de credor em condições mais vantajosas, com juros e encargos menores. Ao mesmo tempo que reduziu seus desembolsos com os serviços da dívida, essa operação abriu espaço para novas contratações de crédito. Mesmo tendo reduzido o saldo devedor da dívida com a União após a operação de crédito com o Bird, o aditivo contratual assinado em março de 2016 representou uma economia de R\$ 174,2 milhões no saldo remanescente.

Despesa com juros e amortizações da dívida dos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016

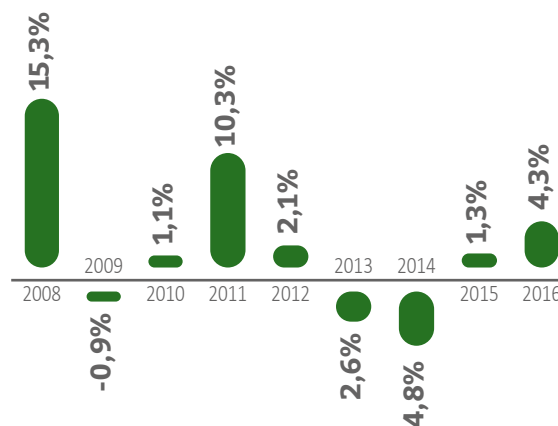


Despesa com juros e amortizações da dívida* em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



* Exclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Taxa de crescimento da despesa com juros e amortizações da dívida em relação ao ano anterior*



* Exclusive São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Além das cidades mencionadas, destacam-se os gastos com a dívida de Porto Alegre, de R\$ 229,8 milhões, valor que superou em 12% os efetuados no ano anterior. Com isso, a capital gaúcha ultrapassou Curitiba (R\$ 221,6 milhões) e se posicionou com o quarto maior gasto com amortizações e serviços da dívida do país.

Dentre as cidades que gastaram mais de R\$ 100 milhões em 2016, as maiores altas foram as de Betim-MG (54,3%), Maceió (45,3%), Fortaleza (38%) e Manaus (17,5%). Por outro lado, houve reduções significativas em Salvador (-43,4%) e Guarulhos (-32,2%), resultado da forte economia proporcionada pela LC nº 148/2015.

Débitos junto ao INSS

No caso dos municípios menores, aqueles com até 20 mil habitantes, a dívida fundada é formada, majoritariamente, por débitos previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesse grupo, os gastos com os serviços da dívida apresentaram aumento de 4,4%, em 2016.

NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS A DÍVIDA FUNDADA É FORMADA, MAJORITARIAMENTE, POR DÉBITOS JUNTO AO INSS.

Em 16 de maio de 2017, foi assinada a Medida Provisória nº 778, que regulamenta o parcelamento das dívidas previdenciárias de estados e municípios com o INSS. Em agosto, a MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados e, em seguida, pelo Senado, tornando-se o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/2017. Em 2 de outubro, o presidente da República vetou o artigo que tratava da revisão da dívida previdenciária dos municípios com implantação de encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos municípios e do Regime Geral de Previdência Social.

O pleito pela renegociação da dívida contou com grande empenho de entidades municipalistas, dentre elas a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) que somou grande força ao movimento durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), no final de abril de 2017, quando a diretoria da FNP elencou ao presidente da República, Michel Temer, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, temas de importância indiscutível diante da atual conjuntura econômica.

Conforme o texto aprovado pelo Congresso Nacional, os débitos vencidos até 30 de abril de 2017 serão parcelados em 200 meses, com desconto de 40% nos encargos e multas, além da redução de 80% dos juros em atraso. Para aderirem ao parcelamento, os municípios devem quitar 2,4% do total da dívida consolidada junto ao INSS em até seis parcelas de julho a dezembro de 2017. O restante deve ser quitado em até 194 parcelas a partir de janeiro de 2018.

No valor pago mensalmente, o município poderá optar pelo pagamento parcelado do saldo devedor ou limitar a 1% da média da receita corrente líquida do ano anterior ao do vencimento da parcela, o que resultar na menor prestação. As parcelas serão retidas do valor a ser repassado através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Eventual resíduo da dívida no encerramento do prazo do parcelamento poderá ser pago à vista ou parcelado em até 60 prestações. Segundo a Frente Nacional dos Prefeitos, a aprovação da medida deverá beneficiar mais de três mil municípios brasileiros. A adesão ao programa de parcelamento foi estendida até dia 31 de outubro de 2017.

Peso na receita corrente

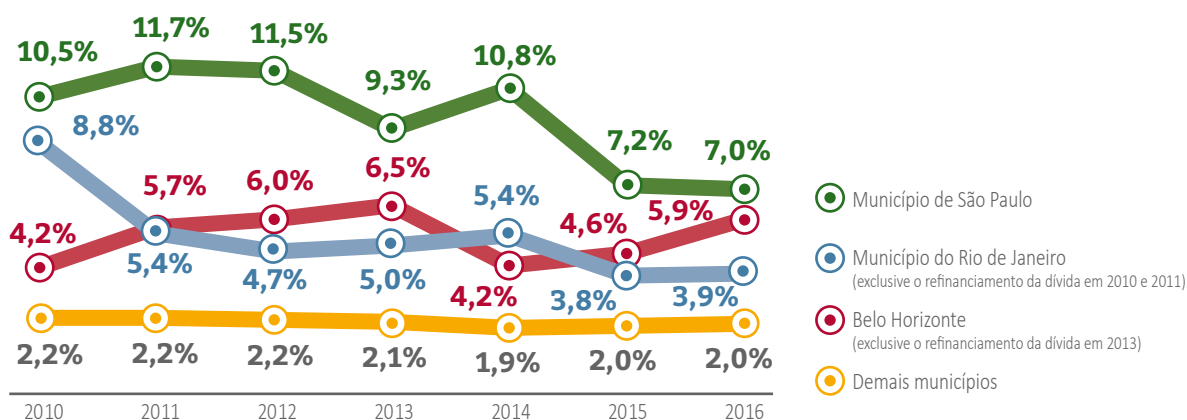
As mudanças no cálculo dos débitos com a União trazidas pelas LC nº 148/2014, LC nº 151/2015 e Decreto nº 8.616/2015 surtiram forte efeito no peso dos serviços da dívida na receita corrente no município de São Paulo, onde o indicador caiu de 10,8%, em 2014, para 7% em 2016. O município do Rio de Janeiro já havia vivenciado uma forte redução do peso da dívida quando fez a operação com o Bird. Até 2010, os juros e amortizações representavam cerca de 9% de sua receita corrente. De 2011 a 2013, caiu para aproximadamente 5%, com ligeiro aumento para 5,4%, em 2014, devido à realização de novas operações de crédito. Em

2015, com a mudança no cálculo dos débitos com a União, a participação caiu para 3,8%, percentual que se estabilizou em 2016 em 3,9%.

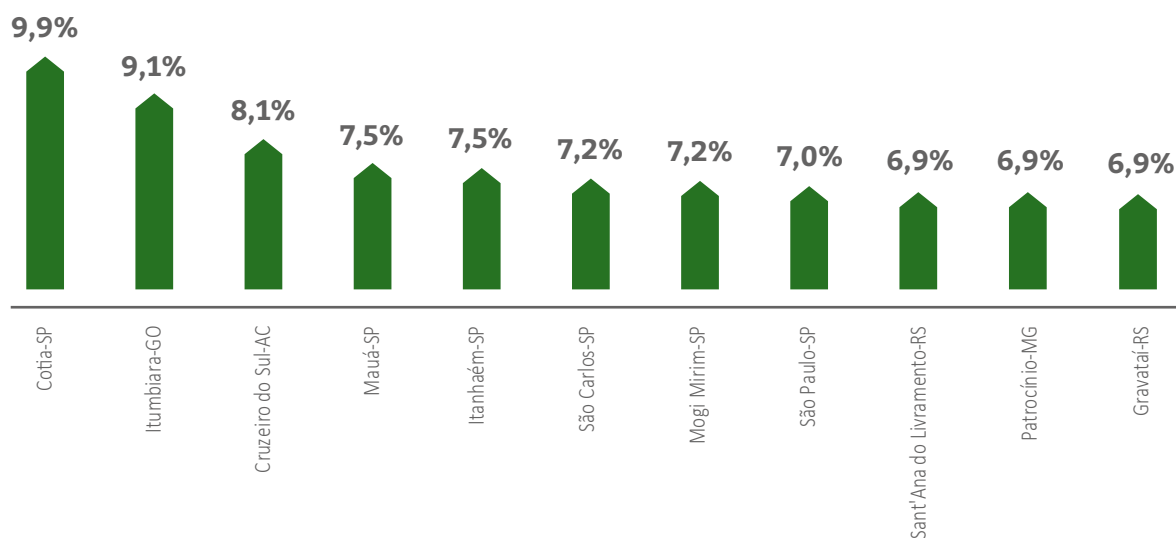
Já Belo Horizonte viu os serviços da dívida consumirem 5,9% de sua receita corrente. Foi o segundo ano de alta no indicador, devido aos

pagamentos das operações de crédito realizadas após a operação com o Bird. Considerando os municípios com mais de 80 mil habitantes, os que apresentaram o maior nível de comprometimento foram Cotia-SP (9,9%), Itumbiara-GO (9,1%) e Cruzeiro do Sul-AC (8,1%).

Participação dos gastos com juros e amortizações da dívida na receita corrente



Os dez municípios* com maior participação dos juros e amortizações da dívida na receita corrente - 2016



*considerando somente os municípios com mais de 80 mil habitantes.

Despesa | Juros e amortizações da dívida

Novo parcelamento mensal da dívida dos municípios com a União - renegociação nos termos da LC 148/2014

	Município	UF	Situação	Parcelas mensais antes da repactuação	Parcelas mensais após repactuação
				Em R\$	
1	Água Boa	MT	devedor	34.969,43	8.228,12
2	Agudos	SP	devedor	73.698,46	9.950,63
3	Alagoinhas	BA	devedor	421.539,08	26.192,74
4	Almenara	MG	devedor	10.002,66	9.987,50
5	Amambai	MS	devedor	65.961,60	3.693,51
6	Amparo	SP	credor	5.231,75	
7	Andradas	MG	credor	5.478,83	
8	Aparecida de Goiânia	GO	devedor	101.978,61	3.210,09
9	Araçatuba	SP	devedor	431.760,49	98.835,43
10	Araxá	MG	devedor	448.193,90	4.968,93
11	Balneário Camboriú	SC	credor	123.811,82	
12	Bambuí	MG	credor	14.049,62	
13	Bandeirantes	MS	devedor	71.431,54	31.050,30
14	Barbacena	MG	credor	75.010,27	
15	Barra Mansa	RJ	credor	458.186,23	
16	Barreiras	BA	devedor	108.726,78	120.423,96
17	Belo Horizonte	MG	credor		
18	Birigüi	SP	credor	28.884,48	
19	Bocaiúva	MG	devedor	41.397,96	4.601,60
20	Brasilândia	MS	credor	6.360,75	
21	Brusque	SC	devedor	220.474,07	59.645,85
22	Caetanópolis	MG	devedor	9.181,04	598,43
23	Camaçari	BA	devedor	50.003,74	54.230,72
24	Campinas	SP	devedor	4.759.495,53	1.242.403,20
25	Campo Belo	MG	devedor	49.576,91	1.363,22
26	Campo Limpo Paulista	SP	devedor	202.533,92	10.236,28
27	Cana Verde	MG	devedor	11.517,82	2.140,65
28	Canápolis	MG	devedor	18.430,41	1.729,77
29	Canoinhas	SC	credor	5.069,60	
30	Caravelas	BA	devedor	167.428,96	53.302,72
31	Chapeco	SC	devedor	266.093,11	15.434,18
32	Contagem	MG	devedor	2.635.663,60	270.045,90
33	Coração de Jesus	MG	devedor	25.824,21	3.792,61
34	Cordeirópolis	SP	credor	11.368,94	
35	Criciúma	SC	devedor	346.916,02	8.054,40
36	Cuiabá	MT	devedor	2.840.483,38	483.135,44

	Município	UF	Situação	Parcelas mensais antes da repactuação	Parcelas mensais após repactuação
				Em R\$	
37	Dias d'Ávila	BA	credor	24.632,57	
38	Divinolândia	SP	credor	23.445,66	
39	Divinópolis	MG	credor	188.236,00	
40	Domingos Martins	ES	devedor	26.661,56	-
41	Dourados	MS	credor	292.396,65	
42	Ferraz Vasconcelos	SP	devedor	389.207,46	33.986,76
43	Foz do Iguaçu	PR	devedor	157.773,90	6.074,26
44	Governador Valadares	MG	devedor	92.481,13	73.278,34
45	Guaraciaba	SC	devedor	16.209,34	827,78
46	Guaranésia	MG	devedor	35.518,32	1.267,48
47	Guarujá	SP	devedor	385.368,61	166.617,53
48	Guarulhos	SP	credor	2.172.006,61	
49	Ibiá	MG	credor	28.420,24	
50	Igarapé	MG	credor	59.579,78	
51	Imperatriz	MA	devedor	251.197,08	71.307,93
52	Indaiatuba	SP	credor	402.117,24	
53	Ipatinga	MG	devedor	573.181,13	20.023,84
54	Ipaussu	SP	credor	10.551,27	
55	Iporá	GO	devedor	8.392,12	1.569,28
56	Itá	SC	credor	8.668,41	
57	Itapagipe	MG	credor	18.091,95	
58	Itapeçerica da Serra	SP	credor	173.339,37	
59	Itapira	SP	credor	149.533,69	
60	Ituiutaba	MG	devedor	119.701,78	6.285,32
61	Jacareí	SP	devedor	485.382,44	39.378,69
62	Jataí	GO	devedor	119.984,21	22.990,41
63	Joacaba	SC	credor	125.461,27	
64	Joaima	MG	devedor	9.094,90	2.177,63
65	João Pessoa	PB	devedor	444.643,73	85.770,99
66	Joinville	SC	devedor	1.273.663,00	375.994,87
67	Juiz de Fora	MG	credor	277.865,35	
68	Jundiá	SP	credor	2.056.771,06	
69	Lages	SC	devedor	11.548,91	8.326,30
70	Lavras	MG	credor	100.779,32	
71	Limeira D'oeste	MG	devedor	6.456,46	884,98
72	Luz	MG	credor	16.478,25	

	Município	UF	Situação	Parcelas mensais antes da repactuação	Parcelas mensais após repactuação
				Em R\$	
73	Mamonas	MG	devedor	6.299,33	250,78
74	Maracaju	MS	credor	60.011,32	
75	Maravilha	SC	devedor	11.880,23	3.183,72
76	Mauá	SP	devedor	104.523,70	9.456,56
77	Mococa	SP	devedor	96.863,34	10.010,74
78	Magi-Guaçu	SP	credor	135.793,77	
79	Montes Claros	MG	devedor	812.343,49	250.463,16
80	Muriáé	MG	devedor	75.725,68	27.744,24
81	Natal	RN	credor	217.339,01	
82	Naviraí	MS	credor	85.474,50	
83	Nova Lima	MG	credor	534.920,57	
84	Osasco	SP	devedor	2.459.353,62	1.137.356,47
85	Paracatu	MG	devedor	130.899,39	15.507,68
86	Paranavaí	PR	devedor	49.811,76	9.014,40
87	Paraopeba	MG	credor	36.341,58	
88	Paraúna	GO	devedor	24.814,87	9.388,56
89	Pato Branco	PR	devedor	32.238,63	7.538,23
90	Patos de Minas	MG	credor	59.530,86	
91	Paulista	PE	devedor	436.784,54	49.676,75
92	Pedro Leopoldo	MG	credor	58.529,68	
93	Penápolis	SP	devedor	7.644,94	-
94	Pindamonhangaba	SP	credor	329.728,29	
95	Piqueroi	SP	credor	10.725,95	
96	Pirapora	MG	devedor	60.538,83	20.549,90
97	Poços de Caldas	MG	credor	176.614,46	
98	Pompeu	MG	devedor	14.388,83	3.776,90
99	Ponta Porã	MS	credor	91.189,11	
100	Porto Nacional	TO	devedor	10.991,10	1.881,86
101	Pouso Alegre	MG	credor	103.663,64	
102	Praia Grande	SP	devedor	556.189,97	25.734,04
103	Presidente Prudente	SP	devedor	347.917,94	15.065,11
104	Registro	SP	credor	84.238,81	
105	Resende	RJ	credor	553.734,64	
106	Rio de Janeiro	RJ	devedor	54.328.164,49	6.577.761,07
107	Rio Grande da Serra	SP	credor	68.602,04	

	Município	UF	Situação	Parcelas mensais antes da repactuação	Parcelas mensais após repactuação
				Em R\$	
108	Rio Verde	GO	devedor	16.906,47	3.086,27
109	Salto Grande	SP	credor	16.329,59	
110	Salvador	BA	credor	7.888.354,27	
111	Santa Bárbara	MG	credor	38.788,86	
112	Santa Cruz do Rio Pardo	SP	devedor	67.599,66	17.275,05
113	Santo Amaro da Imperatriz	SC	credor		
114	São Bernardo do Campo	SP	credor	588.626,71	
115	São Carlos	SP	devedor	378.677,04	528.749,52
116	São Francisco Sales	MG	credor	21.895,15	
117	São Gotardo	MG	credor	26.158,32	
118	São José dos Campos	SP	devedor	689.118,36	485.647,01
119	São Miguel d'Oeste	SC	devedor	106.507,29	3.812,17
120	São Paulo	SP	devedor	335.735.519,07	236.145.589,89
121	Seara	SC	devedor	8.510,66	435,84
122	Senhor de Bonfim	BA	devedor	88.275,23	7.435,50
123	Sertãozinho	SP	credor	144.666,03	
124	Sete Lagoas	MG	devedor	532.781,23	130.030,37
125	Sorocaba	SP	credor	1.234.502,23	
126	Suzano	SP	devedor	486.341,34	69.610,02
127	Teixeira de Freitas	BA	devedor	16.129,04	3.040,99
128	Teófilo Otoni	MG	devedor	116.560,20	44.659,25
129	Timóteo	MG	devedor	366.576,08	87.661,85
130	Tiros	MG	credor	6.224,06	
131	Três Corações	MG	devedor	41.525,32	3.671,70
132	Três Lagoas	MS	credor	114.048,16	
133	Tupaciguara	MG	devedor	44.173,02	2.827,80
134	Ubatuba	SP	credor	44.594,53	
135	Uberaba	MG	credor	108.304,77	
136	União de Minas	MG	devedor	11.219,94	4.006,47
137	Varginha	MG	devedor	99.251,16	2.563,39
138	Várzea Grande	MT	devedor	67.369,87	3.460,43
139	Várzea Paulista	SP	credor	131.905,90	
140	Vitória	ES	credor	561.786,68	
141	Xanxerê	SC	devedor	92.639,79	5.238,82
TOTAL				436.747.255,23	249.167.181,08

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - municípios que assinaram o aditivo contratual conforme a LC 148/2014 até setembro de 2017.

Juros e amortizações da dívida | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Juros e amort. da dívida per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016							em %	
	17.740.418	Norte	527.469,5	464.232,8	502.964,8	527.297,3	638.641,3	21,1	1,8	1,8	36,00
AC	377.057	Rio Branco	23.113,1	22.168,4	21.735,2	22.330,8	25.791,8	15,5	3,6	3,5	68,40
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	2.520,1	1.578,8	3.140,5	2.848,6	10.615,2	272,6	7,4	8,1	129,34
AP	465.495	Macapá	109,5	341,0	586,8	418,1	1.958,5	368,4	0,3	0,3	4,21
AP	113.854	Santana	824,2	2.262,8
AM	2.094.391	Manaus	111.667,6	104.689,1	85.465,0	99.865,2	117.364,0	17,5	2,8	3,1	56,04
AM	112.716	Parintins	161,7	987,2	90,2	190,8
PA	1.446.042	Belém	40.539,0	49.796,2	77.925,9	73.732,0	85.616,3	16,1	3,3	3,4	59,21
PA	510.834	Ananindeua	9.385,5	18.810,9	14.509,5	12.824,9
PA	294.447	Santarém	1.802,0	4.968,5	4.660,8	5.951,9	8.951,0	50,4	1,6	1,7	30,40
PA	266.932	Marabá	4.295,0	6.143,6	6.424,1	7.558,3	9.138,5	20,9	1,5	1,3	34,24
RO	511.219	Porto Velho	26.086,4	24.630,6	23.184,5	19.514,9	17.440,3	-10,6	1,5	1,5	34,12
RO	131.560	Ji-Paraná	3.839,9	3.557,3	3.139,9	2.400,0	1.568,3	-34,7	0,7	0,7	11,92
RR	326.419	Boa Vista	25.476,0	18.062,7	10.263,1	9.946,2	15.464,4	55,5	1,7	1,6	47,38
RR	27.756	Rorainópolis	863,6	357,2	618,2	1.499,0	213,8	-85,7	0,4	0,5	7,70
TO	279.856	Palmas	10.239,9	13.271,1	17.222,2	18.352,2	22.258,7	21,3	2,6	2,3	79,54
TO	173.112	Araguaína	8.296,3	4.448,2	6.335,4	4.537,1	10.823,0	138,5	3,1	3,0	62,52
	56.912.962	Nordeste	2.231.650,1	2.066.728,5	1.756.444,9	1.911.784,2	1.992.729,2	4,2	1,7	1,7	35,01
AL	1.021.709	Maceió	58.681,0	53.725,6	51.445,5	87.255,7	126.755,2	45,3	6,4	6,7	124,06
AL	232.671	Arapiraca	2.259,7	3.572,3	5.066,0	4.898,7	10.476,6	113,9	1,8	2,1	45,03
BA	2.938.092	Salvador	276.615,9	312.767,6	197.363,0	210.684,5	119.193,9	-43,4	2,2	2,2	40,57
BA	622.639	Feira de Santana	22.782,5	17.578,1	17.349,3	19.784,6	20.320,0	2,7	2,1	2,2	32,64
BA	346.069	Vitória da Conquista	20.380,5	13.829,8	14.201,0	15.284,8	15.345,1	0,4	2,5	2,7	44,34
BA	292.074	Camaçari	34.731,5	45.357,9	47.199,9	46.760,1	37.128,9	-20,6	3,9	3,8	127,12
CE	2.609.716	Fortaleza	70.753,8	85.651,7	71.310,4	79.760,0	110.100,5	38,0	1,9	2,0	42,19
CE	358.164	Caucaia	3.519,7	4.074,8	7.204,8	8.923,2	8.542,9	-4,3	1,6	1,5	23,85
CE	268.248	Juazeiro do Norte	6.484,3	4.623,3	6.348,0	7.455,6	11.430,5	53,3	2,6	2,4	42,61
MA	1.082.935	São Luís	37.055,4	35.905,6	45.393,8	58.939,6	65.441,2	11,0	2,6	2,6	60,43
MA	253.873	Imperatriz	3.557,5	3.525,3	3.075,7	..	0,5	0,5	12,12
PB	801.718	João Pessoa	42.475,3	29.942,6	23.526,6	24.013,6	20.514,7	-14,6	1,2	1,1	25,59
PB	407.754	Campina Grande	6.761,1	6.263,9	18.247,0	22.597,7	29.584,2	30,9	3,6	3,6	72,55
PE	1.625.583	Recife	125.796,0	119.646,0	111.739,1	133.764,8	119.407,8	-10,7	3,0	3,0	73,46
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	21.678,6	12.600,7	13.673,5	9.652,6	9.885,8	2,4	0,9	0,9	14,30
PE	390.144	Olinda	14.477,8	14.170,3	9.557,8	20.576,7	3.847,9	-81,3	0,7	0,7	9,86
PE	351.686	Caruaru	10.205,1	5.013,2	9.286,3	11.982,0	8.973,9	-25,1	1,6	1,5	25,52
PE	337.683	Petrolina	15.655,7	16.283,9	17.906,9	11.540,5	11.525,7	-0,1	2,0	2,0	34,13
PE	325.590	Paulista	6.872,1	6.554,3	6.347,7	5.836,8	2.709,3	-53,6	0,7	0,7	8,32
PI	847.430	Teresina	17.013,5	19.469,0	20.043,4	24.626,8	43.354,4	76,0	1,7	1,9	51,16
PI	150.201	Parnaíba	4.595,3	2.487,7	1.941,7	7.076,7	9.300,0	31,4	3,3	3,1	61,92
RN	877.662	Natal	21.248,9	22.239,2	35.531,0	43.069,9	50.061,4	16,2	2,6	2,7	57,04
RN	291.937	Mossoró	8.553,4	14.507,2	10.547,9	13.121,6	21.073,4	60,6	3,8	4,2	72,18
SE	641.523	Aracaju	20.362,2	18.012,2	14.935,1	13.008,8	19.846,7	52,6	1,3	1,3	30,94
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	2.810,4	2.453,2	1.374,2	1.063,2	2.744,3	158,1	1,1	1,1	15,27
	12.683.772	Centro-Oeste¹	663.336,5	632.519,3	624.177,7	561.538,5	597.109,0	6,3	1,7	1,7	47,08
GO	1.448.639	Goiânia	60.234,1	57.437,4	60.326,8	57.130,8	64.037,3	12,1	1,6	1,6	44,21
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	14.407,9	16.531,9	22.367,8	16.373,0	18.941,3	15,7	2,1	2,1	35,59
GO	370.875	Anápolis	26.846,7	21.142,0	23.346,3	15.185,7	13.928,6	-8,3	1,4	1,5	37,56
MT	585.367	Cuiabá	83.827,2	72.219,3	57.744,2	25.008,8	28.979,1	15,9	1,6	1,6	49,51
MT	271.339	Várzea Grande	24.041,6	21.095,8	23.353,4	17.577,6	17.036,7	-3,1	3,7	3,5	62,79
MS	863.982	Campo Grande	46.679,7	43.313,6	33.178,5	42.458,4	45.007,3	6,0	1,6	1,7	52,09
MS	215.486	Dourados	21.286,3	16.789,9	12.686,8	13.135,8	17.579,0	33,8	2,7	2,6	81,58
	86.356.952	Sudeste	10.753.698,9	10.531.786,3	10.410.879,3	8.621.137,9	8.330.714,2	-3,4	3,1	3,3	96,47
ES	359.555	Vitória	35.807,0	47.343,7	46.746,9	49.222,5	46.521,6	-5,5	3,4	3,2	129,39
ES	494.109	Serra	36.012,7	40.396,5	30.531,6	...	27.697,5	..	2,6	2,7	56,06
ES	479.664	Vila Velha	21.148,7	20.712,0	15.718,1	16.798,0	17.223,6	2,5	2,1	2,1	35,91
ES	384.621	Cariacica	11.384,8	9.455,3	7.927,3	6.947,6	7.510,0	8,1	1,4	1,4	19,53
MG	2.513.451	Belo Horizonte	499.201,9	1.139.088,9	381.909,8	405.864,7	532.677,7	31,2	6,3	5,9	211,93
MG	669.672	Uberlândia	22.883,0	17.075,4	19.898,1	18.459,0	18.139,8	-1,7	1,0	1,0	27,09
MG	653.800	Contagem	81.318,2	69.741,3	58.269,5	59.165,5	36.532,8	-38,3	2,6	2,6	55,88

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Juros e amort. da dívida per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	559.636	Juiz de Fora	29.640,9	30.775,9	34.099,6	27.608,9	19.895,9	-27,9	1,4	1,5	35,55
MG	422.354	Betim	58.072,5	68.854,8	59.062,6	65.540,3	101.107,4	54,3	7,1	6,8	239,39
MG	398.288	Montes Claros	20.132,8	13.270,3	11.494,9	18.762,6	12.414,2	-33,8	2,0	2,2	31,17
MG	325.846	Ribeirão das Neves	1.724,2	1.911,8	5.503,8	9.952,8	6.932,7	-30,3	1,9	1,9	21,28
MG	325.279	Uberaba	33.735,2	36.043,5	32.912,0	31.351,9	33.659,5	7,4	3,7	3,6	103,48
MG	279.665	Governador Valadares	31.816,6	22.767,5	21.978,2	26.350,8	25.764,0	-2,2	3,6	3,7	92,12
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	1.043.487,8	1.150.422,0	1.209.509,5	856.410,7	834.934,6	-2,5	3,3	3,9	128,47
RJ	1.044.058	São Gonçalo	18.380,8	17.426,8	11.711,0
RJ	886.917	Duque de Caxias	102.692,9	79.640,5	25.949,7	27.207,1	24.216,2	-11,0	1,0	1,2	27,30
RJ	797.435	Nova Iguaçu	81.680,2	94.955,2	61.617,6	60.769,3	26.366,8	-56,6	1,9	2,3	33,06
RJ	497.883	Niterói	30.883,8	30.200,0	44.593,3	49.930,9	48.723,6	-2,4	2,2	2,5	97,86
RJ	494.141	Belford Roxo	7.349,1	5.701,9	7.783,3	7.224,9	7.205,5	-0,3	1,1	1,3	14,58
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	56.236,8	22.241,0	28.541,0	13.392,8	26.224,5	95,8	0,9	1,7	53,83
RJ	460.541	São João de Meriti	18.226,5	15.975,5	10.792,1	11.239,3	863,3	-92,3	0,2	0,2	1,87
RJ	298.158	Petrópolis	4.291,6	3.550,9	4.539,2	9.030,4	13.655,6	51,2	1,6	1,6	45,80
RJ	263.659	Volta Redonda	23.216,8	40.540,7	14.257,9	14.175,1	16.264,4	14,7	2,1	2,0	61,69
SP	12.038.175	São Paulo	5.099.248,3	4.189.505,6	4.974.185,4	3.527.178,6	3.110.854,3	-11,8	6,6	7,0	258,42
SP	1.337.087	Guarulhos	94.468,6	127.829,9	154.540,0	169.377,0	114.837,9	-32,2	3,3	3,2	85,89
SP	1.173.370	Campinas	201.121,7	166.866,6	149.667,5	97.233,6	56.868,8	-41,5	1,3	1,4	48,47
SP	822.242	São Bernardo do Campo	116.946,4	145.350,2	169.626,7	189.853,6	203.032,1	6,9	5,6	6,3	246,93
SP	712.749	Santo André	10.528,9	12.004,6	11.494,1	16.940,4	13.416,3	-20,8	0,6	0,6	18,82
SP	696.382	Osasco	85.319,7	84.877,6	65.893,4	53.645,1	24.824,2	-53,7	1,3	1,3	35,65
SP	695.992	São José dos Campos	17.563,1	28.124,5	24.461,0	25.824,5	27.392,4	6,1	1,1	1,1	39,36
SP	674.405	Ribeirão Preto	39.819,2	54.470,2	48.038,1	58.679,9	74.905,8	27,7	3,1	3,5	111,07
SP	652.481	Sorocaba	59.632,4	79.238,5	72.778,6	74.818,9	68.481,5	-8,5	3,0	2,9	104,96
SP	457.696	Mauá	60.496,0	78.242,9	70.275,9	52.509,1	64.953,2	23,7	6,4	7,5	141,91
SP	446.649	São José do Rio Preto	41.130,5	41.434,7	51.620,1	49.624,1	40.241,4	-18,9	2,9	3,0	90,10
SP	434.359	Santos	39.778,8	29.845,7	21.668,0	...	21.404,6	..	1,0	1,0	49,28
SP	429.321	Mogi das Cruzes	41.908,5	37.603,0	24.905,5	27.292,3	29.586,0	8,4	2,3	2,6	68,91
SP	415.180	Diadema	41.816,2	44.931,2	46.028,7	43.871,1	19.376,4	-55,8	1,7	..	46,67
SP	405.740	Jundiaí	50.506,1	53.727,1	50.740,9	48.625,3	26.679,7	-45,1	1,5	1,6	65,76
SP	394.465	Carapicuíba	22.894,1	16.404,3	8.658,1	4.687,0	6.552,4	39,8	1,3	..	16,61
SP	394.419	Piracicaba	...	14.323,6	12.205,8	17.152,5	19.931,7	16,2	1,4	1,5	50,53
SP	369.368	Bauru	43.057,1	39.262,0	39.898,9	33.833,0	26.851,8	-20,6	2,8	2,7	72,70
29.439.773	Sul	1.952.194,2	2.023.149,2	2.065.525,9	2.078.645,1	2.213.134,5	6,5	2,6	2,6	75,17	
PR	1.893.997	Curitiba	95.019,5	111.466,5	216.272,1	231.355,4	221.631,2	-4,2	3,4	3,1	117,02
PR	553.393	Londrina	56.441,5	50.572,4	43.689,6	45.964,9	56.240,1	22,4	3,4	3,6	101,63
PR	403.063	Maringá	26.019,5	29.875,0	26.352,3	8.897,4	37.392,6	320,3	3,2	3,1	92,77
PR	341.130	Ponta Grossa	31.477,0	28.380,5	31.950,2	31.675,0	32.002,0	1,0	4,7	5,0	93,81
PR	316.226	Cascavel	16.343,1	14.193,3	14.281,3	13.105,6	35.455,6	170,5	4,6	4,8	112,12
PR	302.759	São José dos Pinhais	9.163,6	9.690,3	12.702,5	15.057,0	12.446,7	-17,3	1,4	1,4	41,11
PR	263.915	Foz do Iguaçu	27.133,0	14.601,1	17.885,8	24.011,5	33.373,1	39,0	5,0	4,7	126,45
RS	1.481.019	Porto Alegre	154.828,7	166.842,7	169.117,7	205.175,8	229.795,4	12,0	4,1	4,2	155,16
RS	479.236	Caxias do Sul	61.663,1	66.358,7	61.880,7	61.935,3	57.808,2	-6,7	3,6	3,6	120,63
RS	343.651	Pelotas	25.034,3	23.756,4	21.311,2	17.140,3	19.637,0	14,6	2,5	2,5	57,14
RS	342.634	Canoas	28.674,5	27.697,5	29.447,5	23.199,4	25.729,3	10,9	1,8	2,1	75,09
RS	277.309	Santa Maria	16.631,7	17.099,0	22.931,6	18.458,5	24.877,0	34,8	4,8	4,7	89,71
RS	273.742	Gravataí	43.920,8	44.234,6	34.280,1	33.141,1	43.085,2	30,0	6,9	6,9	157,39
RS	252.872	Viamão	24.640,2	23.534,2	19.021,2	7.083,3	8.951,6	26,4	2,6	2,1	35,40
SC	477.798	Florianópolis	49.709,5	59.391,5	55.726,1	67.854,8	99.405,2	46,5	5,8	6,6	208,05
SC	569.645	Joinville	42.943,2	45.991,0	69.902,1	67.902,3	74.421,0	9,6	4,7	4,1	130,64
SC	343.715	Blumenau	37.863,4	50.166,3	44.073,8	44.422,3	51.632,6	16,2	4,0	4,3	150,22
	80.508.414	Cidades selecionadas	10.498.304,3	10.400.843,4	10.306.281,4	8.598.656,0	8.340.973,2	-3,0	3,6	3,8	103,60
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	1.454.373,9	1.243.651,4	1.207.839,7	1.195.426,7	1.248.084,9	4,4	1,4	1,4	38,82
	46.107.667	Capitais	8.075.277,5	7.967.349,7	8.012.387,6	6.382.540,4	6.174.413,5	-3,3	4,3	4,5	133,91
	203.133.877	Brasil¹	16.128.349,3	15.718.416,1	15.359.992,5	13.700.403,1	13.772.328,3	0,5	2,6	2,6	67,80

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Juros e amortizações da dívida | 2012-2016

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	3.110.854.320,41	12.038.175	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	834.934.628,00	6.498.837	2º
3º	MG	Belo Horizonte	532.677.650,13	2.513.451	5º
4º	RS	Porto Alegre	229.795.409,56	1.481.019	9º
5º	PR	Curitiba	221.631.244,71	1.893.997	7º
6º	SP	São Bernardo do Campo	203.032.136,18	822.242	21º
7º	AL	Maceió	126.755.163,78	1.021.709	16º
8º	PE	Recife	119.407.758,11	1.625.583	8º
9º	BA	Salvador	119.193.892,82	2.938.092	3º
10º	AM	Manaus	117.363.978,77	2.094.391	6º
11º	SP	Guarulhos	114.837.880,22	1.337.087	12º
12º	CE	Fortaleza	110.100.538,31	2.609.716	4º
13º	MG	Betim	101.107.353,56	422.354	54º
14º	SC	Florianópolis	99.405.201,85	477.798	47º
15º	PA	Belém	85.616.262,64	1.446.042	11º
16º	SP	Ribeirão Preto	74.905.805,45	674.405	28º
17º	SC	Joinville	74.421.049,63	569.645	35º
18º	SP	Sorocaba	68.481.487,52	652.481	31º
19º	SP	Cofia	68.457.476,57	233.696	119º
20º	MA	São Luís	65.441.245,30	1.082.935	14º
21º	SP	Mauá	64.953.158,84	457.696	50º
22º	GO	Goiânia	64.037.345,89	1.448.639	10º
23º	RS	Caxias do Sul	57.808.202,71	479.236	46º
24º	SP	Campinas	56.868.818,98	1.173.370	13º
25º	PR	Londrina	56.240.128,09	553.393	37º
26º	SC	Blumenau	51.632.636,68	343.715	74º
27º	RN	Natal	50.061.376,83	877.662	18º
28º	RJ	Niterói	48.723.591,61	497.883	41º
29º	SP	São Carlos	46.793.297,33	243.765	112º
30º	ES	Vitória	46.521.598,53	359.555	67º
31º	MS	Campo Grande	45.007.298,42	863.982	19º
32º	RS	Novo Hamburgo	43.723.696,74	249.113	110º
33º	PI	Teresina	43.354.396,69	847.430	20º
34º	RS	Gravataí	43.085.213,47	273.742	98º
35º	SP	Rio Claro	40.997.883,02	201.473	147º
36º	SP	São José do Rio Preto	40.241.405,27	446.649	51º
37º	SP	Sumaré	39.354.781,95	269.522	100º
38º	PR	Maringá	37.392.642,57	403.063	58º
39º	BA	Camaçari	37.128.865,00	292.074	91º
40º	SP	Cubatão	37.065.432,14	127.887	224º
41º	MG	Contagem	36.532.832,30	653.800	30º
42º	PR	Cascavel	35.455.580,91	316.226	83º
43º	SP	Americana	34.275.669,68	231.621	123º
44º	MG	Uberaba	33.659.521,77	325.279	82º
45º	PR	Foz do Iguaçu	33.373.116,62	263.915	105º
46º	SP	Praia Grande	33.114.894,52	304.705	86º
47º	SP	Jacareí	32.082.788,32	228.214	127º
48º	PR	Ponta Grossa	32.002.037,75	341.130	77º
49º	MG	Sete Lagoas	31.309.529,27	234.221	118º
50º	SP	Valinhos	30.836.121,86	122.163	238º
51º	SP	Mogi das Cruzes	29.586.006,01	429.321	53º
52º	PB	Campina Grande	29.584.172,02	407.754	56º

Posição	UF	Município	Juros e amortizações da dívida	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	MT	Cuiabá	28.979.109,09	585.367	34º
54º	ES	Serra	27.697.500,56	494.109	43º
55º	MT	Rondonópolis	27.439.453,01	218.899	134º
56º	RS	São Leopoldo	27.401.902,65	229.678	125º
57º	SP	São José dos Campos	27.392.354,70	695.992	26º
58º	MG	Nova Lima	27.100.564,75	91.069	344º
59º	SP	Bauru	26.851.814,26	369.368	66º
60º	SP	Jundiaí	26.679.685,04	405.740	57º
61º	RJ	Angra dos Reis	26.540.019,28	191.504	154º
62º	RJ	Nova Iguaçu	26.366.807,94	797.435	23º
63º	SP	Araraquara	26.323.950,83	228.664	126º
64º	RJ	Campos dos Goytacazes	26.224.477,86	487.186	44º
65º	AC	Rio Branco	25.791.788,90	377.057	64º
66º	MG	Governador Valadares	25.764.030,64	279.665	95º
67º	RS	Canoas	25.729.334,19	342.634	76º
68º	SP	Hortolândia	25.384.041,82	219.039	133º
69º	RJ	Macaé	25.211.923,78	239.471	113º
70º	RS	Santa Maria	24.877.022,68	277.309	96º
71º	SP	Osasco	24.824.235,28	696.382	25º
72º	SP	Itanhaém	24.527.695,49	97.439	318º
73º	BA	Euclides da Cunha	24.266.176,14	61.618	525º
74º	RJ	Duque de Caxias	24.216.192,93	886.917	17º
75º	SP	Marília	24.072.108,42	233.639	120º
76º	GO	Itumbiara	23.944.058,53	101.544	302º
77º	SP	Moji Mirim	22.721.668,74	91.929	339º
78º	TO	Palmas	22.258.652,19	279.856	94º
79º	SP	Presidente Prudente	22.154.576,97	223.749	129º
80º	SP	Santos	21.404.553,88	434.359	52º
81º	SP	São Vicente	21.129.086,38	357.989	69º
82º	RN	Mossoró	21.073.397,58	291.937	92º
83º	SC	Lages	20.911.700,96	158.620	182º
84º	SP	Taboão da Serra	20.909.108,19	275.948	97º
85º	PB	João Pessoa	20.514.675,22	801.718	22º
86º	BA	Feira de Santana	20.319.991,92	622.639	33º
87º	SP	Piracicaba	19.931.679,55	394.419	61º
88º	MG	Juiz de Fora	19.895.907,94	559.636	36º
89º	SE	Aracaju	19.846.727,00	641.523	32º
90º	MG	Divinópolis	19.702.289,20	232.945	121º
91º	RS	Pelotas	19.636.959,30	343.651	75º
92º	SP	Diadema	19.376.413,85	415.180	55º
93º	SP	Itu	19.366.234,83	168.643	170º
94º	GO	Aparecida de Goiânia	18.941.294,00	532.135	38º
95º	SP	Paulínia	18.640.389,24	100.128	308º
96º	MG	Uberlândia	18.139.763,25	669.672	29º
97º	MS	Dourados	17.578.963,76	215.486	136º
98º	SC	Itajaí	17.502.995,68	208.958	142º
99º	RO	Porto Velho	17.440.275,70	511.219	39º
100º	BA	Juazeiro	17.382.378,02	220.253	132º

		Total dos 100 maiores	8.921.610.457,43	74.062.170	..
		Total dos demais	4.850.717.844,49	129.071.707	..
		Total Brasil¹	13.772.328.301,92	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Juros e amortizações da dívida per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	SP	Pontes Gestal	472,41	1.224.955,64	2.593	5272º
2º	RS	Triunfo	465,78	13.081.078,27	28.084	1223º
3º	MG	Doresópolis	424,54	647.853,05	1.526	5549º
4º	SP	Rubineia	416,27	1.282.515,89	3.081	5073º
5º	BA	Euclides da Cunha	393,82	24.266.176,14	61.618	525º
6º	RJ	Mangaratiba	383,45	15.934.950,42	41.557	791º
7º	GO	Aporé	330,35	1.357.741,90	4.110	4676º
8º	SP	Turiúba	320,98	646.123,15	2.013	5457º
9º	MG	Indianópolis	320,61	2.164.419,56	6.751	3787º
10º	SP	Nova Independência	317,45	1.164.096,19	3.667	4853º
11º	SP	Tietê	305,46	12.405.680,80	40.613	818º
12º	MG	Vargem Bonita	303,19	670.353,45	2.211	5405º
13º	SP	Mesópolis	300,18	578.743,94	1.928	5474º
14º	MG	Nova Lima	297,58	27.100.564,75	91.609	344º
15º	SC	Campos Novos	296,23	10.481.543,95	35.383	940º
16º	RS	Pontão	295,30	1.177.665,10	3.988	4731º
17º	SP	Cotia	292,93	68.457.476,57	233.696	119º
18º	PB	Lastro	292,27	802.277,55	2.745	5215º
19º	SP	Cubatão	289,83	37.065.432,14	127.887	224º
20º	MG	Grupiara	286,34	405.739,92	1.417	5553º
21º	GO	Rio Quente	282,72	1.134.845,23	4.014	4719º
22º	MG	São Sebastião do Rio Preto	282,25	449.064,69	1.591	5536º
23º	SC	Mafra	272,50	15.154.037,86	55.611	590º
24º	SP	Sabino	266,72	1.473.886,92	5.526	4157º
25º	RS	Engenho Velho	266,49	364.285,73	1.367	5557º
26º	RJ	Porto Real	263,84	4.894.851,64	18.552	1899º
27º	RS	Dom Pedro de Alcântara	263,17	688.978,64	2.618	5256º
28º	RS	Novo Barreiro	259,35	1.081.741,99	4.171	4652º
29º	SP	São Paulo	258,42	3.110.854.320,41	12.038.175	1º
30º	SP	Caiuá	258,34	1.453.944,57	5.628	4128º
31º	RN	Japi	257,03	1.363.779,90	5.306	4227º
32º	SP	Valinhos	252,42	30.836.121,86	122.163	238º
33º	SP	Itanhaém	251,72	24.527.695,49	97.439	318º
34º	RS	Doutor Ricardo	249,18	516.797,69	2.074	5447º
35º	GO	São Luiz do Norte	247,86	1.245.738,09	5.026	4321º
36º	SP	Moji Mirim	247,17	22.721.668,74	91.929	339º
37º	SP	São Bernardo do Campo	246,93	203.032.136,18	822.242	21º
38º	GO	Montividiu	245,98	3.034.698,79	12.337	2664º
39º	PR	Iguatu	239,66	551.944,67	2.303	5373º
40º	MG	Santa Vitória	239,64	4.677.774,89	19.520	1799º
41º	MG	Betim	239,39	101.107.353,56	422.354	54º
42º	SP	Turmalina	236,74	438.914,70	1.854	5488º
43º	AM	Japurá	236,68	1.102.934,09	4.660	4466º
44º	MG	Guimarânia	236,26	1.865.261,70	7.895	3483º
45º	GO	Itumbiara	235,80	23.944.058,53	101.544	302º
46º	RS	Tunas	235,00	1.079.843,10	4.595	4497º
47º	GO	São Patrício	234,57	484.627,90	2.066	5449º
48º	RS	Vista Alegre do Prata	234,10	377.361,83	1.612	5531º
49º	MG	Rio Paranaíba	232,45	2.889.544,13	12.431	2651º
50º	PE	Vicência	228,82	7.389.999,03	32.296	1062º
51º	BA	Ibicaraí	227,91	5.417.382,26	23.770	1477º
52º	SP	Nova Castilho	227,62	279.519,77	1.228	5561º

Posição	UF	Município	Juros e amort. da dívida per capita	Juros e amortizações da dívida	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	MG	Delta	226,46	2.198.269,38	9.707	3156º
54º	MG	Cruzeiro da Fortaleza	222,33	924.461,25	4.158	4660º
55º	SC	Brunópolis	218,86	566.618,37	2.589	5275º
56º	MG	Minduri	217,53	862.921,95	3.967	4735º
57º	TO	Rio da Conceição	216,10	436.743,88	2.021	5455º
58º	RN	Ruy Barbosa	215,57	791.774,22	3.673	4850º
59º	RN	São Pedro	215,35	1.330.195,18	6.177	3960º
60º	SC	Abdon Batista	215,19	563.159,03	2.617	5257º
61º	MG	Belo Horizonte	211,93	532.677.650,13	2.513.451	5º
62º	RS	Rosário do Sul	210,78	8.589.455,93	40.750	815º
63º	SC	Florianópolis	208,05	99.405.201,85	477.798	47º
64º	GO	Cumari	207,10	617.769,44	2.983	5124º
65º	PR	Lépolis	205,60	852.604,53	4.147	4663º
66º	SC	Piratuba	204,62	861.264,72	4.209	4633º
67º	MG	Santa Bárbara do Tugúrio	203,77	937.946,21	4.603	4493º
68º	SP	Rio Claro	203,49	40.997.883,02	201.473	147º
69º	MS	Inocência	202,18	1.544.838,97	7.641	3564º
70º	RJ	Rio Claro	201,61	3.598.680,79	17.850	1996º
71º	SP	Ariranha	201,56	1.887.645,77	9.365	3212º
72º	GO	Formoso	200,23	935.892,70	4.674	4458º
73º	PR	Água Nova	198,91	643.468,93	3.235	5018º
74º	PB	Areia de Baraúnas	197,11	421.224,63	2.137	5426º
75º	PR	Saudade do Iguaçú	196,40	1.062.513,46	5.410	4196º
76º	SC	Tigrinhos	195,74	334.125,16	1.707	5518º
77º	PR	Entre Rios do Oeste	194,83	848.879,24	4.357	4584º
78º	SC	Morro Grande	194,27	566.879,52	2.918	5143º
79º	SP	Echaporá	192,04	1.206.173,78	6.281	3921º
80º	SP	São Carlos	191,96	46.793.297,33	243.765	112º
81º	PR	Monte das Gameleiras	191,65	421.250,49	2.198	5407º
82º	RN	Guairacá	189,61	1.244.250,91	6.562	3839º
83º	SP	Populina	187,93	799.472,81	4.254	4615º
84º	PR	Bom Sucesso do Sul	187,68	630.791,23	3.361	4981º
85º	SP	Paulínia	186,17	18.640.389,24	100.128	308º
86º	SP	Brodowski	184,55	4.388.572,86	23.780	1476º
87º	RS	Santo Antônio do Planalto	183,24	377.109,25	2.058	5451º
88º	SP	Conchal	183,24	5.010.697,92	27.345	1264º
89º	RS	Mato Castelhano	183,06	470.658,94	2.571	5281º
90º	RS	Lajeado do Bugre	182,64	473.405,32	2.592	5273º
91º	RS	Tio Hugo	182,06	533.449,46	2.930	5139º
92º	PR	Três Barras do Paraná	180,85	2.213.960,11	12.242	2679º
93º	MG	Capinópolis	180,50	2.921.053,70	16.183	2150º
94º	RN	Lagoa de Velhos	180,29	499.041,41	2.768	5206º
95º	MG	Medeiros	179,27	669.941,76	3.737	4829º
96º	MG	Diogo de Vasconcelos	179,09	701.675,66	3.918	4758º
97º	MG	Limeira do Oeste	178,66	1.328.511,71	7.436	3610º
98º	SC	Santiago do Sul	178,49	239.352,00	1.341	5558º
99º	RS	Cambará do Sul	178,33	1.192.524,92	6.687	3802º
100º	PR	Serranópolis do Iguaçú	178,17	827.605,90	4.645	4472º

	Total dos 100 maiores	248,83	4.593.391.757,93	18.460.233	..
	Total dos demais	49,70	9.178.936.543,99	184.673.644	..
	Total Brasil¹	67,80	13.772.328.301,92	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹ não inclui Brasília.

SUPERAÇÃO DA CRISE HÍDRICA

Como São Paulo superou a pior seca da história com planejamento, engenharia de ponta e parceria com a população.



Crise hídrica

Em 2014 a Região Metropolitana de São Paulo, em especial a área do Sistema Cantareira, viveu uma seca inédita, em que foi registrada metade da afluência do pior ano até então computado (1953) no Cantareira. Um evento extremo, cuja probabilidade de ocorrência é de 1 vez a cada 250 anos, ou seja, de 0,004 para 1. Para piorar, 2015 também foi um ano de chuvas bem abaixo da média. Nenhuma previsão, por mais pessimista, poderia prever um evento dessa magnitude, portanto não se trata de falta de planejamento e sim de um fenômeno climático totalmente atípico.

A pior seca da história da Grande São Paulo fez com que a Sabesp e o Governo do Estado adotassem uma série de medidas rápidas e eficazes para garantir o abastecimento da população. Ao mesmo tempo, a companhia realizou obras para ampliar a segurança hídrica da capital e da Região Metropolitana, transformando o sistema de abastecimento para que ele atenda a população mesmo que esse cenário de probabilidade tão pequena volte a se repetir.

O trabalho para enfrentar a crise foi dividido em quatro tipos de medidas: redução da retirada de água das represas, novas entradas de água nas represas, incentivo econômico à redução no consumo e avanço de sistemas para socorrer o Cantareira.

O que está sendo feito (2016 e 2017):

Novo Sistema Produtor São Lourenço, que está sendo construído por PPP e que vai trazer água nova para a Grande São Paulo. Serão 6.400 litros por segundo, captados da represa Cachoeira do França, na região de Ibiúna. Essa vazão é suficiente para abastecer cerca de 2 milhões de pessoas nas cidades de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista. A obra está prevista para entrar em operação assistida em dezembro de 2017 e substituirá principalmente o Cantareira nesses municípios.

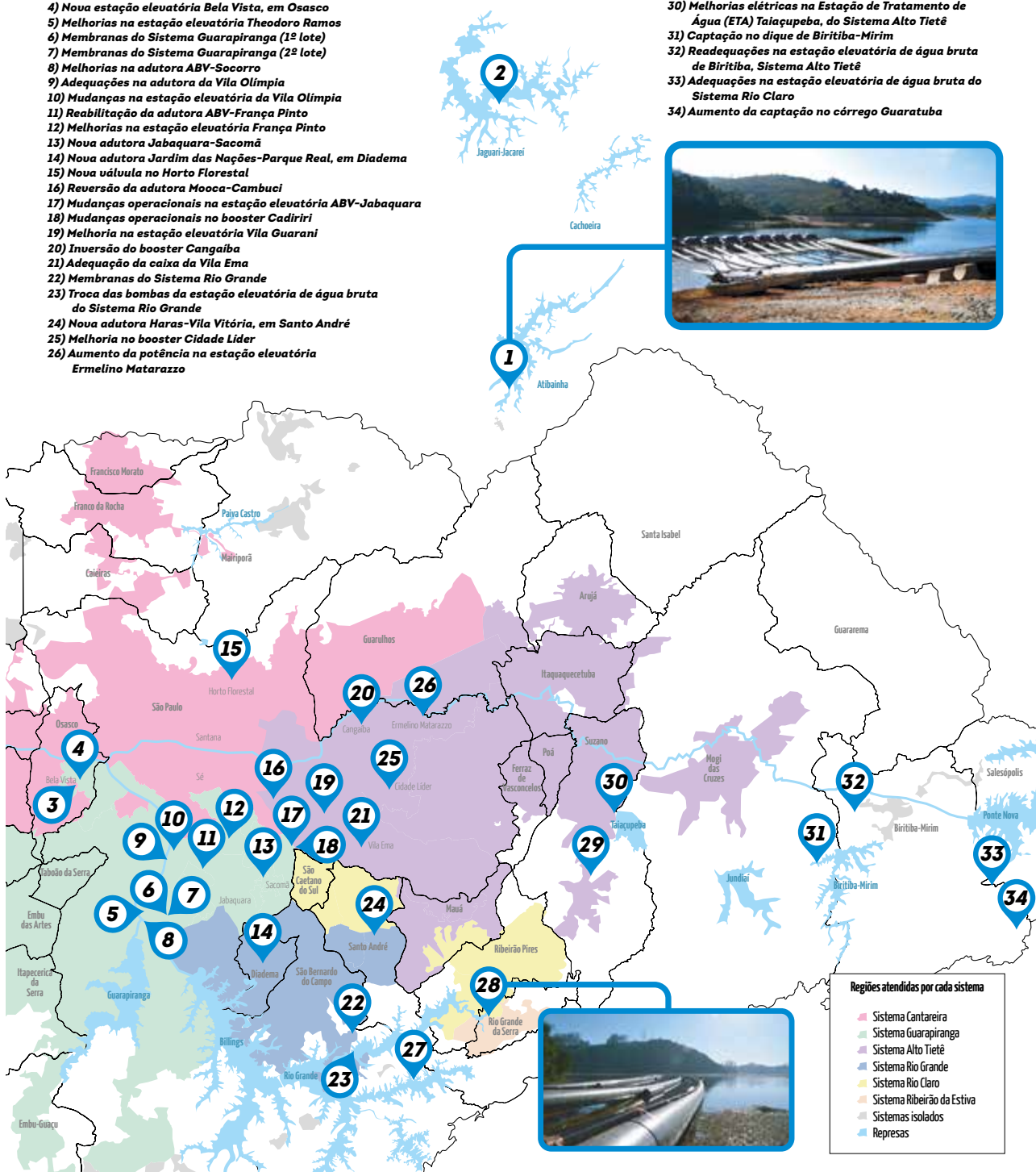
Interligação Jaguari-Atibainha, uma obra estruturante que vai aumentar a segurança hídrica tanto da Grande São Paulo quanto do Vale do Paraíba. Trata-se da conexão entre duas represas de bacias diferentes: a Atibainha, que pertence ao Sistema Cantareira, e a Jaguari, que fica na cidade de Igaratá e pertence à bacia do rio Paraíba do Sul. A obra está 89% concluída e deve ser entregue em dezembro, quando começa a operação assistida. A capacidade média de bombeamento no sentido Cantareira será de 5.130 litros por segundo. O investimento é de R\$ 555 milhões.

A Sabesp executou 34 grandes obras durante a crise hídrica, além de mais de 500 intervenções de pequeno e médio portes. As principais foram a ligação Rio Grande-Taiaçupeba, a nova captação do Guaió, a ligação Rio Pequeno-Rio Grande, o aumento da captação do rio Guaratuba e a instalação de membranas ultrafiltrantes nos Sistemas Guarapiranga e Rio Grande.

As 34 principais obras realizadas para superação da crise hídrica

- 1) 1ª reserva técnica do Sistema Cantareira
- 2) 2ª reserva técnica do Sistema Cantareira
- 3) Nova adutora Bela Vista-Conceição, em Osasco
- 4) Nova estação elevatória Bela Vista, em Osasco
- 5) Melhorias na estação elevatória Theodoro Ramos
- 6) Membranas do Sistema Guarapiranga (1º lote)
- 7) Membranas do Sistema Guarapiranga (2º lote)
- 8) Melhorias na adutora ABV-Socorro
- 9) Adequações na adutora da Vila Olímpia
- 10) Mudanças na estação elevatória da Vila Olímpia
- 11) Reabilitação da adutora ABV-França Pinto
- 12) Melhorias na estação elevatória França Pinto
- 13) Nova adutora Jabaquara-Sacomã
- 14) Nova adutora Jardim das Nações-Parque Real, em Diadema
- 15) Nova válvula no Horto Florestal
- 16) Reversão da adutora Mooca-Cambuci
- 17) Mudanças operacionais na estação elevatória ABV-Jabaquara
- 18) Mudanças operacionais no booster Cadiriri
- 19) Melhoria na estação elevatória Vila Guarani
- 20) Inversão do booster Cangaíba
- 21) Adequação da caixa da Vila Éma
- 22) Membranas do Sistema Rio Grande
- 23) Troca das bombas da estação elevatória de água bruta do Sistema Rio Grande
- 24) Nova adutora Haras-Vila Vitória, em Santo André
- 25) Melhoria no booster Cidade Líder
- 26) Aumento da potência na estação elevatória Ermelino Matarazzo

- 27) Interligação Rio Pequeno-Rio Grande
- 28) Interligação Rio Grande-Alto Tietê
- 29) Nova captação no rio Guaió
- 30) Melhorias elétricas na Estação de Tratamento de Água (ETA) Taiaçupeba, do Sistema Alto Tietê
- 31) Captação no dique de Biritiba-Mirim
- 32) Readequações na estação elevatória de água bruta de Biritiba, Sistema Alto Tietê
- 33) Adequações na estação elevatória de água bruta do Sistema Rio Claro
- 34) Aumento da captação no córrego Guaratuba



EMPRÉSTIMO DE BOMBAS DO CANTAREIRA

Sabesp repassa tecnologia e conhecimento na superação da seca para Nordeste e Distrito Federal.



A experiência bem-sucedida da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) na superação da crise hídrica dos anos de 2014 e 2015 foi parar em outras regiões do Brasil. Hoje, Estados e municípios do Nordeste do país, assim como o Distrito Federal, estão superando suas crises de escassez graças ao conhecimento e a tecnologia obtidos pela Sabesp recentemente, quando a empresa venceu a maior seca da história.

As parcerias começaram em dezembro de 2016, quando a empresa cedeu gratuitamente ao Ministério da Integração Nacional quatro conjuntos de bombas para agilizar a transposição do rio São Francisco. Os equipamentos, avaliados em R\$ 8,26 milhões, foram instalados inicialmente no reservatório de Braúnas, em Floresta (PE), no eixo leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco. A medida ajuda a levar água para cerca de 4,5 milhões de pessoas em 168 municípios que sofrem com a seca prolongada em Pernambuco e na Paraíba.

A iniciativa deu certo e o empréstimo gratuito foi renovado em agosto de 2017. Os equipamentos foram transferidos para o Eixo Norte para acelerar o curso das águas para a região metropolitana de Fortaleza. A medida beneficia a capital e a população do Ceará, além dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Já em julho deste ano foi a vez de a Sabesp as-

sinar com o Distrito Federal o empréstimo gratuito de equipamentos para a conexão de tubulações da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). Os equipamentos, avaliados em aproximadamente R\$ 150 mil, são utilizados para permitir a transferência de água entre os sistemas que abastecem Brasília e as cidades do Entorno do Distrito Federal.

A Região Metropolitana de Aracaju ganhou apoio da Sabesp para enfrentar sua crise hídrica em setembro. Neste caso, o empréstimo gratuito de bombas garante a continuidade operacional do Sistema de Captação da Adutora do São Francisco, principal captação de água da capital do Sergipe, responsável por 70% de toda a água consumida na região. O sistema é responsável pelo abastecimento de quase 1 milhão de habitantes nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

As bombas emprestadas para o Ministério da Integração Nacional e para o Governo de Sergipe foram utilizadas para captação das reservas técnicas do Sistema Cantareira durante a crise hídrica no Estado de São Paulo. Elas permitiram usar a água que fica abaixo do nível mínimo de captação na represa. Com esse bombeamento, foi possível enviar essa vazão para a estação de tratamento e, em seguida, para as casas de até 9 milhões de pessoas que eram abastecidas pelo Cantareira.

SABESP GARANTE PADRÃO EUROPEU DE SANEAMENTO NO INTERIOR PAULISTA

Atuação permitiu a despoluição dos rios Jundiáí, Sorocaba, Paraíba do Sul, entre outros.

Água de qualidade nas torneiras, pesca e lazer nas margens de rios limpos. Parece a Europa, mas essa é a realidade no interior paulista. Mais de 300 cidades atendidas pela Sabesp têm padrão europeu de saneamento, onde os índices atingiram o mais alto padrão, a universalização. Esses municípios têm abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto 100%, o que rendeu um apelido: eles são conhecidos como os “municípios 300%”.

O resultado disso se faz ver, por exemplo, na revitalização dos rios Sorocaba e Jundiáí, que antes eram poluídos e hoje voltaram a ser usados para abastecimento. O caso do rio Paraíba do Sul é ainda mais especial. Desde 2011, a Sabesp investiu quase R\$ 280 milhões em coleta e tratamento de esgoto na região atravessada pelo rio, o Vale do Paraíba. As 15 obras realizadas em 10 municípios possibilitam o tratamento de quase 182 milhões de litros de efluentes por dia. Com isso, a empresa devolve água limpa a diversos rios e córregos que deságuam no Paraíba do Sul, rio mais importante da região e um dos mais relevantes do Brasil.

A comprovação do trabalho eficiente da Sabesp

veio no começo deste ano, quando o Instituto Trata Brasil divulgou o novo ranking do saneamento. Franca foi escolhido como o melhor município brasileiro em saneamento pelo quarto ano consecutivo, com 100% de abastecimento de água, 100% de coleta de esgoto e 100% de tratamento de esgoto. O relatório destacou ainda São José dos Campos, Santos, Suzano, Taubaté e São Paulo entre as 20 melhores cidades do país – todas operadas pela Sabesp. O diagnóstico dos principais indicadores de saneamento básico dos 100 maiores municípios brasileiros (em população) tem como base o SNIS 2015 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), do Ministério das Cidades.

O trabalho para garantir padrão europeu de saneamento aos paulistas não para. A companhia coleta 89% do esgoto e trata 79% nos 367 municípios que atende, indicadores muito acima da média brasileira (50,3% e 42,67%, respectivamente, segundo o SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2015). Além disso, investe mais de 27% de tudo que se aplica no setor no país, mesmo atendendo apenas 13% da população urbana.

Mais de 100 ETE's (Estações de Tratamento de Esgoto) no Interior



Alto custo das Câmaras nos pequenos municípios é reflexo das regras constitucionais

PELA CONSTITUIÇÃO, MUNICÍPIOS MENORES POSSUEM PERCENTUAIS MAIORES PARA O REPASSE DE PARCELA DE SUAS RECEITAS PARA SUAS CÂMARAS, O QUE RESULTA NUMA DESPESA PER CAPITA DE **R\$ 104,43 NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES, ENQUANTO QUE A MÉDIA NACIONAL É DE R\$ 75,09.**

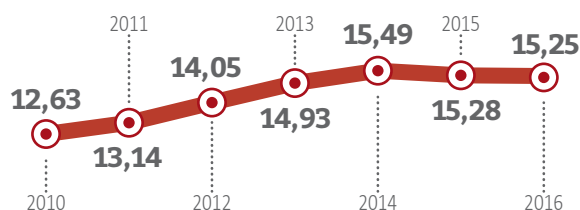
Desempenho

A despesa dos legislativos municipais em 2016, de R\$ 15,25 bilhões, foi praticamente a mesma que a do ano anterior, com ligeira queda de 0,2%, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2015, ela havia sofrido uma queda de 1,4%, quando foi interrompida sua trajetória de crescimento que perdurava desde de 2011. Em 2010, ano que se seguiu à grande crise financeira global, os gastos dos legislativos também haviam retraído, na época em 4,6%.

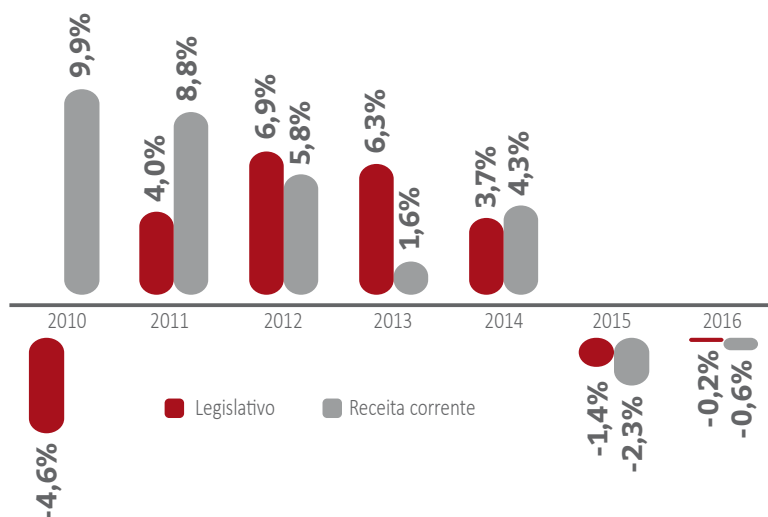
Essa mudança de comportamento no último biênio está associada ao movimento de desaceleração das receitas correntes municipais. Em 2015, ela recuou 2,3% e, em 2016, descontados os recursos extraordinários referentes à repatriação, a

queda teria sido de 2,6%. No entanto, com esses recursos adicionais que somaram R\$ 11 bilhões, a receita corrente teve uma pequena variação negativa de 0,6%, em 2016. Veja mais sobre os recursos da repatriação na seção sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), na página 56.

Despesa com legislativos municipais em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxas de crescimento da despesa com legislativo e da receita corrente em relação ao ano anterior



A estabilidade da despesa com o legislativo, com tendência de ligeira queda, se fez sentir nos municípios de todas as faixas populacionais. Nas cidades com até 20 mil habitantes, a queda foi de 0,9%. Entre as 106 cidades selecionadas por **Multi Cidades**, que além das capitais incluiu uma amostra das cidades de maior população em cada Estado, a despesa ficou rigorosamente estável. De modo geral, cerca de 70% dos municípios brasileiros diminuíram seus gastos com o legislativo, contra 30% que apresentaram algum aumento.

ENTRE AS CAPITALS PREVALECEU A CONTENÇÃO **DAS DESPESAS DOS LEGISLATIVOS EM 2016.**

Entre as capitais, em 16 delas houve recuo no gasto, num universo de 24 com dados disponíveis na Secretaria do Tesouro Nacional nos anos de 2015 e 2016 até a data de fechamento da pesquisa para esta edição de **Multi Cidades**. As quedas mais expressivas foram observadas em Porto Velho e Macapá. Na capital de Rondônia eles passaram de R\$ 32,3 milhões, em 2015, para R\$ 26,8 milhões, em 2016, um recuo de 17,3%. Na capital amapaense a queda foi

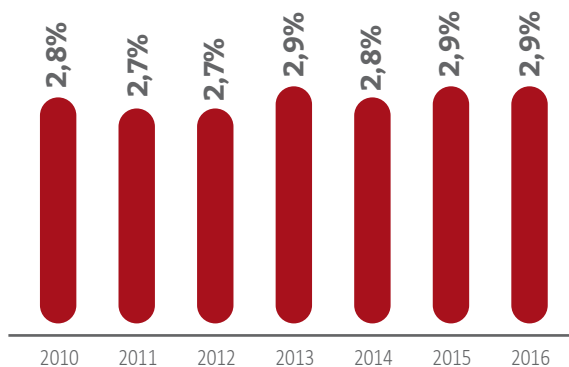
de 9,5%, passando de R\$ 25,7 milhões para R\$ 23,2 milhões no mesmo período. Mesmo nos casos onde houve aumentos de despesa mais significativos, como no Rio de Janeiro (4,7%) e Curitiba (3,4%), isso se deveu, sobretudo, aos menores valores da despesa dos legislativos em 2015, ano-base de comparação. Já em Florianópolis, o crescimento de 4,4%, em 2016, fez com que o dispêndio total do legislativo municipal ultrapassasse pela primeira vez o volume de R\$ 50 milhões.

Peso nos orçamentos e despesa per capita

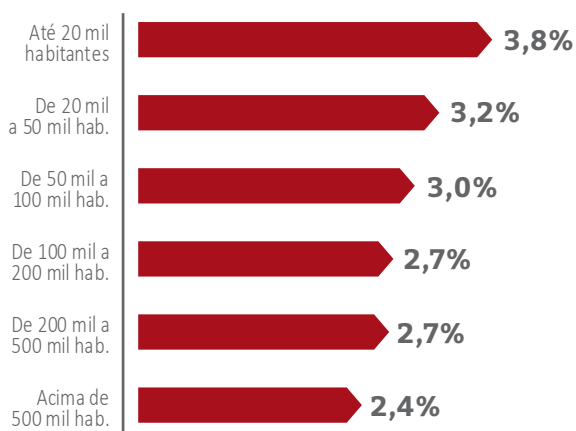
A parcela da receita corrente destinada aos legislativos não tem sofrido grandes variações desde 2010, situando-se em 2,9% no biênio 2015-2016. A parcela da receita corrente destinada a financiar os gastos das câmaras municipais tende a diminuir à medida que aumenta o porte populacional dos municípios. Ou seja, os legislativos tendem a pesar mais nos orçamentos das menores cidades. Em 2016, enquanto um município com mais de 500 mil habitantes destinou, em média, 2,4% de sua receita corrente para cobrir as despesas dos legislativos, numa cidade com menos de 20 mil habitantes a fatia foi de 3,8%.

Despesa por função | Legislativos municipais

Parcela da receita corrente destinada aos legislativos municipais

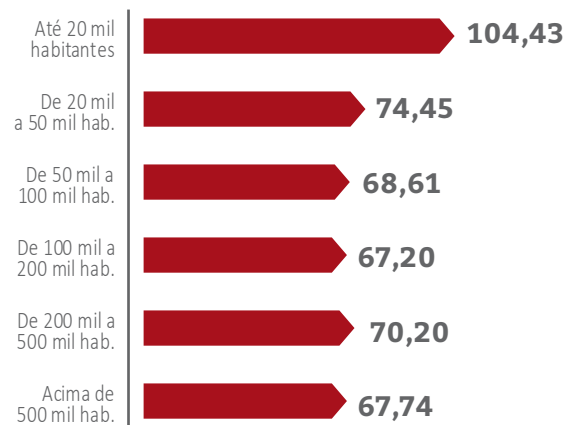


Participação da despesa com legislativo na receita corrente por faixa populacional - 2016



Além de pesar mais nos orçamentos, a despesa do Poder Legislativo por habitante é maior nos pequenos municípios brasileiros, aqueles com até 20 mil habitantes. Nesses, a despesa per capita, em 2016, foi de R\$ 104,43. Os valores caem abruptamente para R\$ 74,45 nos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes e situam-se entre R\$ 67,20 e R\$ 70,20 para os municípios das demais faixas populacionais.

Despesa com legislativo per capita por faixa populacional - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



O peso maior nos orçamentos e o custo mais alto por habitante dos legislativos nas pequenas cidades brasileiras refletem, em grande medida, as regras estabelecidas na EC nº 25/2000, que acrescentou o artigo 29-A na Constituição Federal (CF) e que foi alterado, posteriormente, pela EC nº 58/2009. A EC 25 estabeleceu percentuais sobre a soma das receitas próprias e das transferências previstas pela CF no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA E ICMS) e 159 (FPM E IPI-Exportação) a serem destinados aos legislativos de acordo com o porte populacional do município, sendo que quanto menor a faixa populacional, maior o percentual. A EC 58, por sua vez, alterou os percentuais definidos pela EC 25 e acrescentou novas faixas populacionais, conforme pode-se observar no quadro abaixo. Pela legislação vigente, as cidades menores possuem um limite percentual maior sobre suas receitas próprias e transferências para destinarem às suas câmaras.

Limites do gasto com legislativo municipal por faixas populacionais

Faixa populacional	EC nº 25/2000	EC nº 58/2009
Até 100 mil habitantes	8,0%	7,0%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	7,0%	6,0%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	6,0%	5,0%
Acima de 500 mil habitantes	5,0%	-
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	-	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	-	4,0%
Acima de 8 milhões de habitantes	-	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 25/2000 e Emenda Constitucional nº 58/2009.

A EC 58 também trouxe alterações no número de vereadores, antes regulado pela Resolução nº 21.702/2004, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aumentando o número de vereadores e reduzindo a quantidade de faixas populacionais de 36 para 24, além de determinar para cada uma delas um número ímpar de vereadores, com o objetivo de facilitar o processo de deliberação local. Essas alterações passaram a vigorar a partir das eleições municipais de 2012.

Diante da parte considerável dos orçamentos municipais que é destinada às câmaras de vereadores, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) com a colaboração do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizou um estudo que contém uma proposta de alteração na base de cálculo para o repasse de recursos aos legislativos municipais (disponível no site www.cacb.org.br). Na proposta, a base passaria a ser composta exclusivamente pela receita própria, não computando mais as transferências recebidas dos estados e da União. As receitas próprias englobam os tributos arrecadados diretamente

pelos municípios (ISS, IPTU, ITBI, IRRF, taxas e contribuições de melhorias) e outras receitas próprias como as de serviços, agropecuárias, industrial, patrimonial, contribuição para o custeio da iluminação pública e outras receitas correntes.

De acordo o estudo, que se baseia numa amostra de 3.762 municípios com dados disponíveis para 2016, 19% do total da amostra, ou 707 municípios, gastam mais a título de despesas legislativas do que conseguem gerar com suas receitas próprias. Em outros 218 municípios a despesa com o legislativo consome mais de 80% de suas receitas próprias.

Caso a proposta venha a ser implementada, a CACB calcula que haveria uma economia de R\$ 7,66 bilhões para os municípios da amostra ou uma economia potencial de R\$ 11,34 bilhões para o total dos municípios, o que representaria uma redução de 74,4% sobre o total da despesa com o legislativo estimada por **Multi Cidades** para 2016. Para o caso dos municípios que não cobrirem as despesas legislativas dentro dos limites propostos, a CACB cita como uma das medidas cabíveis o retorno da vereança como trabalho voluntário.

SUSTENTABILIDADE, UMA PRIORIDADE NAS OBRAS DA MRV ENGENHARIA

Construtora prioriza iniciativas e materiais que geram economia e racionalização de recursos nos canteiros.



A MRV Engenharia, maior construtora da América Latina, com 38 anos de mercado, atua constantemente para reduzir os impactos de suas atividades no meio ambiente e adota iniciativas que contribuem com a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores e suas famílias, e da sociedade como um todo, nas mais de 140 cidades onde está presente.

Em seus canteiros de obras, a MRV implantou sistemas para reaproveitamento da água da chuva e das betoneiras, este último desenvolvido por meio de decantação. A gestão de resíduos também é aplicada, permitindo a segregação correta dos resíduos, o descarte adequado e a possível reutilização.

A construtora se preocupa em entregar aos moradores imóveis equipados com dispositivos que proporcionam a redução do consumo de recursos naturais como, as descargas com caixa acoplada e sistema dual flush, que chegam a economizar 17 litros por acionamento; caixas para reaproveitamento de água da chuva, que podem ser utilizadas para uso nas descargas do salão de festas e portaria ou irrigação de jardins; e sensores de presença que garantem a economia de luz, entre outros.

Neste ano, a MRV dá mais um passo no caminho da sustentabilidade, e irá investir R\$ 800 milhões no maior projeto de energia solar fotovoltaica de uma empresa privada brasileira. A expectativa é, em até cinco anos, entregar 220 mil unidades com sistemas de energia solar, o que representará 100% de seus lançamentos e permitirá a redução da emissão de 26 mil toneladas de CO₂. Somente este ano, a empresa vai lançar 30% de todos os seus projetos com energia solar fotovoltaica, oferecendo energia

limpa para seus clientes.

Para o Diretor de Desenvolvimento Imobiliário da MRV, Hudson Gonçalves, a preocupação com a implantação de itens sustentáveis nos empreendimentos da construtora é prioridade, ainda mais em tempos em que a economia de recursos naturais é fundamental.

Os projetos da companhia ainda atendem a criteriosos programas de qualidade como as certificações PBQP-H nível A e ISO 9001, que regulam o gerenciamento adequado do negócio com foco na qualidade do produto e satisfação dos clientes, e da ISO 14001 e OSHAS 18001, normas que regulam a gestão ambiental, a segurança e saúde no trabalho.

Para reforçar a adoção de práticas sustentáveis, a MRV ainda criou o selo “MRV + Verde” que certifica o empreendimento que atender a 17 recomendações obrigatórias, e o selo “Obra Verde MRV”, que certifica o canteiro de obras e prevê que esse apresente 10 critérios obrigatórios como, gestão de resíduos, utilização de madeira certificada e reaproveitamento de água, utilização prioritária de iluminação natural, entre outros, ambos certificados pela BVQI (Bureau Veritas Certification), organização internacionalmente conhecida que realiza serviços de certificação e avaliação de conformidade.

A MRV investe na melhoria da qualidade de vida dos moradores das cidades onde atua, com parcerias com as prefeituras de todo o Brasil para execução de obras de urbanização no entorno de seus empreendimentos. Nos últimos seis anos foram investidos R\$ 743,35 milhões em obras de infraestrutura, além do plantio de 876 mil árvores, nesses seis anos, sendo 118 mil plantadas nos oito primeiros meses de 2017.



COMPROMISSO

Em 2016, a MRV Engenharia também aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, acordo desenvolvido pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de

mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de práticas que refletem valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Ao aderir ao pacto, a construtora se uniu a mais de 12 mil organizações signatárias, articuladas por cerca de 150 redes ao redor do mundo, compromissadas em fazer negócios de forma responsável e a adotar ações estratégicas para alcançar objetivos sociais mais amplos, com ênfase na colaboração e inovação.



MRV
Engenharia

Despesa com o legislativo municipal | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Despesa com legislativo per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	17.740.418	Norte	1.039.930,1	1.088.064,1	1.108.447,5	1.139.321,1	1.108.667,6	-2,7	3,1	3,2	62,49
AC	377.057	Rio Branco	23.004,2	23.221,3	23.026,4	23.667,8	22.006,2	-7,0	3,0	3,0	58,36
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	3.751,2	4.180,3	4.150,9	-0,7	2,9	3,2	50,58
AP	465.495	Macapá	22.445,9	21.415,1	23.900,6	25.670,9	23.223,8	-9,5	3,4	3,4	49,89
AP	113.854	Santana
AM	2.094.391	Manaus	124.713,9	129.404,7	139.029,8	132.759,3	124.106,2	-6,5	3,0	3,3	59,26
AM	112.716	Parintins	4.588,5	4.702,6	4.923,5	4.731,5
PA	1.446.042	Belém	71.856,5	76.711,4	71.221,8	75.579,8	72.964,8	-3,5	2,8	2,9	50,46
PA	510.834	Ananindeua	10.127,5	13.163,3	12.935,8	13.268,9
PA	294.447	Santarém	9.855,1	10.728,1	10.524,6	10.732,7	11.542,0	7,5	2,1	2,2	39,20
PA	266.932	Marabá
RO	511.219	Porto Velho	35.489,8	34.005,3	33.880,8	32.333,9	26.750,0	-17,3	2,3	2,3	52,33
RO	131.560	Ji-Paraná	7.749,8	7.899,0	7.795,1	7.825,6	7.240,6	-7,5	3,4	3,4	55,04
RR	326.419	Boa Vista	25.612,5	22.951,5	28.598,2	33.951,5	32.099,2	-5,5	3,5	3,4	98,34
RR	27.756	Rorainópolis	339,5	830,5	1.807,7	...	1.118,1	..	2,0	2,4	40,28
TO	279.856	Palmas	28.095,3	30.292,5	30.894,4	34.525,0	31.709,4	-8,2	3,6	3,3	113,31
TO	173.112	Araguaína	7.401,4	9.201,6	9.677,8	9.950,1	10.088,6	1,4	2,9	2,8	58,28
	56.912.962	Nordeste	3.500.603,4	3.666.273,2	3.762.948,5	3.730.742,3	3.788.952,0	1,6	3,2	3,2	66,57
AL	1.021.709	Maceió	66.176,7	59.488,2	57.004,3	54.940,5	50.724,3	-7,7	2,5	2,7	49,65
AL	232.671	Arapiraca	10.342,6	10.767,5	10.777,4	10.914,5	10.772,4	-1,3	1,8	2,2	46,30
BA	2.938.092	Salvador	146.372,8	149.460,0	...	152.818,6	151.168,5	-1,1	2,8	2,8	51,45
BA	622.639	Feira de Santana	17.443,8	19.090,6	21.372,4	23.197,9	24.550,9	5,8	2,5	2,6	39,43
BA	346.069	Vitória da Conquista	12.528,7	13.425,9	13.447,9	13.730,2	13.863,0	1,0	2,3	2,4	40,06
BA	292.074	Camaçari	34.049,0	41.474,3	46.339,9	46.866,1	43.277,1	-7,7	4,6	4,4	148,17
CE	2.609.716	Fortaleza	148.823,8	151.208,3	154.778,1	152.503,6	152.701,0	0,1	2,7	2,7	58,51
CE	358.164	Caucaia	11.869,1	12.922,3	12.637,5	-2,2	2,4	2,2	35,28
CE	268.248	Juazeiro do Norte	12.460,1	11.302,4	11.195,2	12.196,7	12.903,0	5,8	2,9	2,7	48,10
MA	1.082.935	São Luís
MA	253.873	Imperatriz	11.802,9	13.630,0	15.061,1	..	2,6	2,7	59,33
PB	801.718	João Pessoa	44.713,8	49.086,2	50.184,7	6.096,2
PB	407.754	Campina Grande	16.225,9	16.595,4	17.659,5	18.425,5	18.965,7	2,9	2,3	2,3	46,51
PE	1.625.583	Recife	132.431,7	138.912,9	142.203,7	143.626,1	135.983,7	-5,3	3,4	3,4	83,65
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	24.407,2	26.198,6	29.017,9	27.109,3	26.549,9	-2,1	2,5	2,4	38,42
PE	390.144	Olinda	17.009,4	17.842,1	17.947,7	18.371,8	17.486,5	-4,8	3,2	3,3	44,82
PE	351.686	Caruaru	14.167,3	14.891,3	15.956,6	15.919,7	15.758,0	-1,0	2,8	2,7	44,81
PE	337.683	Petrolina
PE	325.590	Paulista	10.605,5	10.574,5	10.879,6	11.913,6	10.932,0	-8,2	2,6	2,9	33,58
PI	847.430	Teresina	49.150,8	53.077,6	57.572,3	57.339,3	56.696,7	-1,1	2,3	2,4	66,90
PI	150.201	Parnaíba	8.137,8	8.228,3	8.465,3	8.783,4	8.543,4	-2,7	3,0	2,8	56,88
RN	877.662	Natal	65.303,9	65.011,8	66.609,0	67.561,1	67.064,5	-0,7	3,5	3,7	76,41
RN	291.937	Mossoró	18.997,4	19.172,0	19.927,5	19.443,2	18.006,2	-7,4	3,3	3,6	61,68
SE	641.523	Aracaju	44.745,0	50.321,2	53.981,8	43.035,3	43.405,6	0,9	2,9	2,8	67,66
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	7.476,3	8.370,7	9.217,1	9.065,9	8.650,0	-4,6	3,5	3,6	48,15
	12.683.772	Centro-Oeste'	1.029.509,1	1.120.165,5	1.190.391,3	1.188.367,2	1.166.042,3	-1,9	3,3	3,3	91,93
GO	1.448.639	Goiânia	82.879,1	86.637,1	97.989,6	100.447,2	97.373,1	-3,1	2,4	2,5	67,22
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	14.971,2	19.091,7	20.658,6	19.913,1	20.198,1	1,4	2,2	2,3	37,96
GO	370.875	Anápolis	22.962,0	25.660,0	27.045,5	26.456,6	24.139,9	-8,8	2,4	2,7	65,09
MT	585.367	Cuiabá	35.952,0	38.766,9	40.129,4	41.597,8	40.097,2	-3,6	2,2	2,2	68,50
MT	271.339	Várzea Grande	12.761,2	14.311,6	...	14.876,2	13.565,2	-8,8	2,9	2,8	49,99
MS	863.982	Campo Grande	55.331,3	64.801,5	67.810,4	65.668,6	66.372,5	1,1	2,4	2,4	76,82
MS	215.486	Dourados	17.159,2	18.794,8	18.206,8	17.731,2	16.795,3	-5,3	2,6	2,4	77,94
	86.356.952	Sudeste	6.371.980,6	6.810.659,7	7.092.190,3	6.918.728,8	6.871.159,1	-0,7	2,6	2,7	79,57
ES	359.555	Vitória	29.831,8	29.764,3	28.088,3	28.573,0	24.455,3	-14,4	1,8	1,7	68,02
ES	494.109	Serra	36.190,9	37.303,2	34.445,0	31.623,3	32.145,8	1,7	3,0	3,1	65,06
ES	479.664	Vila Velha	28.306,0	26.423,5	28.141,0	26.053,6	25.990,8	-0,2	3,1	3,1	54,19
ES	384.621	Cariacica	16.253,7	18.251,3	18.349,6	17.808,2	17.292,5	-2,9	3,3	3,2	44,96
MG	2.513.451	Belo Horizonte	156.900,0	172.939,5	184.662,6	186.872,5	179.112,5	-4,2	2,1	2,0	71,26
MG	669.672	Uberlândia	33.111,8	45.187,2	43.591,0	43.656,7	42.265,2	-3,2	2,3	2,4	63,11
MG	653.800	Contagem	39.590,1	41.177,8	43.038,0	42.487,2	40.097,6	-5,6	2,9	2,9	61,33

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Part. rec. corrente 2016	Despesa com legislativo per capita 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016					em %			
em R\$											
MG	559.636	Juiz de Fora	20.761,6	25.411,7	25.857,8	26.131,6	28.052,7	7,4	2,0	2,1	50,13
MG	422.354	Betim	58.500,5	59.290,4	58.762,2	55.456,3	49.350,0	-11,0	3,5	3,3	116,85
MG	398.288	Montes Claros	14.618,7	14.815,6	16.245,3	...	15.794,4	..	2,6	2,8	39,66
MG	325.846	Ribeirão das Neves	10.355,3	9.130,8	9.639,5	10.127,8	10.575,0	4,4	2,9	3,0	32,45
MG	325.279	Uberaba	25.619,7	24.108,2	23.881,1	24.719,8	24.879,7	0,6	2,7	2,7	76,49
MG	279.665	Governador Valadares	11.911,5	14.125,8	17.297,3	17.066,8	15.828,1	-7,3	2,2	2,3	56,60
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	676.655,2	681.460,2	812.375,4	774.491,2	811.022,8	4,7	3,2	3,8	124,80
RJ	1.044.058	São Gonçalo	18.305,4	22.278,7
RJ	886.917	Duque de Caxias	63.032,5	60.667,9	63.466,7	61.104,0	59.276,5	-3,0	2,4	3,0	66,83
RJ	797.435	Nova Iguaçu	18.609,5	21.792,9	...	23.988,8	22.896,1	-4,6	1,7	2,0	28,71
RJ	497.883	Niterói	51.937,3	56.485,3	61.028,8	...	60.384,5	..	2,7	3,1	121,28
RJ	494.141	Belford Roxo	13.778,0	13.583,8	16.042,5	15.518,9	15.187,8	-2,1	2,3	2,7	30,74
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	31.419,6	34.654,9
RJ	460.541	São João de Meriti	...	14.885,8	14.504,3	12.933,2
RJ	298.158	Petrópolis	23.230,1	22.651,0	28.160,3	28.979,9
RJ	263.659	Volta Redonda	36.799,8	37.716,9	39.436,9	33.874,4	31.880,0	-5,9	4,1	4,0	120,91
SP	12.038.175	São Paulo	704.696,3	794.126,8	751.195,5	696.315,3	673.897,9	-3,2	1,4	1,5	55,98
SP	1.337.087	Guarulhos	89.488,4	94.329,7	38.104,7	39.520,1	100.986,0	155,5	2,9	2,8	75,53
SP	1.173.370	Campinas	86.426,9	93.212,6	84.821,6	96.241,8	97.354,0	1,2	2,3	2,4	82,97
SP	822.242	São Bernardo do Campo	69.219,8	68.481,3	64.215,5	60.912,4	62.763,3	3,0	1,7	1,9	76,33
SP	712.749	Santo André	48.078,4	44.620,5	48.107,1	45.707,6	49.179,6	7,6	2,2	2,3	69,00
SP	696.382	Osasco	46.490,7	48.029,4	47.485,1	49.387,5	46.220,3	-6,4	2,4	2,4	66,37
SP	695.992	São José dos Campos	...	47.334,9	49.424,9	48.725,1	49.446,0	1,5	1,9	2,0	71,04
SP	674.405	Ribeirão Preto	46.264,8	47.384,0	52.373,3	59.190,5	53.251,6	-10,0	2,2	2,5	78,96
SP	652.481	Sorocaba	39.226,2	42.141,0	44.926,3	45.314,6	45.082,9	-0,5	2,0	1,9	69,09
SP	457.696	Mauá	...	29.082,1	30.380,8	27.447,5	28.025,9	2,1	2,7	3,3	61,23
SP	446.649	São José do Rio Preto	15.568,1	14.985,3	17.850,4	15.275,8	18.135,5	18,7	1,3	1,4	40,60
SP	434.359	Santos	64.255,2	42.360,8	42.259,0	62.928,5	60.682,8	-3,6	2,8	2,9	139,71
SP	429.321	Mogi das Cruzes	24.573,8	26.213,3	...	28.779,6	30.244,8	5,1	2,4	2,7	70,45
SP	415.180	Diadema	31.831,3	34.558,5	36.135,9	34.534,8	32.428,4	-6,1	78,11
SP	405.740	Jundiaí	23.409,8	23.999,4	24.781,5	28.073,0	27.109,3	-3,4	1,5	1,6	66,81
SP	394.465	Carapicuíba	...	14.762,8	14.342,9	14.300,2
SP	394.419	Piracicaba	27.211,8	33.733,7	34.940,1	35.112,5	34.811,8	-0,9	2,4	2,5	88,26
SP	369.368	Bauru	16.302,7	14.763,8	15.224,9	15.290,5	15.236,7	-0,4	1,6	1,5	41,25
29.439.773	Sul		2.107.178,1	2.244.113,4	2.333.872,1	2.298.853,3	2.317.507,1	0,8	2,7	2,7	78,72
PR	1.893.997	Curitiba	123.608,1	115.254,4	122.399,7	107.952,8	111.576,0	3,4	1,7	1,6	58,91
PR	553.393	Londrina	31.033,4	...	26.963,1	26.563,8	29.243,2	10,1	1,8	1,9	52,84
PR	403.063	Maringá	15.292,3	15.226,1	15.907,1	17.199,1	17.056,6	-0,8	1,4	1,4	42,32
PR	341.130	Ponta Grossa	14.140,0	14.650,5	3,6	2,2	2,3	42,95
PR	316.226	Cascavel
PR	302.759	São José dos Pinhais
PR	263.915	Foz do Iguaçu
RS	1.481.019	Porto Alegre	130.153,2	135.499,9	145.029,2	153.723,1	157.069,2	2,2	2,8	2,9	106,05
RS	479.236	Caxias do Sul	22.213,0	22.803,9	22.558,2	22.751,1	20.224,1	-11,1	1,3	1,2	42,20
RS	343.651	Pelotas	14.543,3	11.690,7
RS	342.634	Canoas	24.479,8	30.751,3	30.395,0	31.884,9	29.713,3	-6,8	2,1	2,4	86,72
RS	277.309	Santa Maria	13.769,8	15.554,3	14.350,1	15.391,2	15.015,7	-2,4	2,9	2,8	54,15
RS	273.742	Gravataí	15.508,2	19.820,1	19.158,9	18.138,1	16.283,9	-10,2	2,6	2,6	59,49
RS	252.872	Viamão	9.384,3	11.193,3	11.893,3	10.444,0	11.690,4	11,9	3,4	2,8	46,23
SC	477.798	Florianópolis	46.665,9	45.422,7	49.217,5	49.260,7	51.434,9	4,4	3,0	3,4	107,65
SC	569.645	Joinville	33.065,8	31.857,1	39.380,3	37.961,8	37.907,2	-0,1	2,4	2,1	66,55
SC	343.715	Blumenau	18.614,1	23.251,0	23.437,0	23.706,9	23.173,2	-2,3	1,8	1,9	67,42
	80.508.414	Cidades selecionadas	5.063.218,5	5.289.317,6	5.463.236,2	5.345.021,2	5.347.481,1	0,0	2,3	2,4	66,42
	32.147.801	Até 20 mil habitantes	3.101.224,7	3.342.813,5	3.449.132,5	3.387.327,8	3.357.264,8	-0,9	3,8	3,8	104,43
	46.107.667	Capitais	3.133.589,2	3.287.841,3	3.453.337,2	3.317.924,7	3.286.885,6	-0,9	2,3	2,4	71,29
	203.133.877	Brasil¹	14.049.201,2	14.929.275,9	15.487.849,6	15.276.012,6	15.252.328,1	-0,2	2,8	2,9	75,09

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Despesa com o legislativo municipal | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
1º	RJ	Rio de Janeiro	811.022.804,65	6.498.837	2º
2º	SP	São Paulo	673.897.873,54	12.038.175	1º
3º	MG	Belo Horizonte	179.112.482,11	2.513.451	5º
4º	RS	Porto Alegre	157.069.242,17	1.481.019	9º
5º	CE	Fortaleza	152.700.966,66	2.609.716	4º
6º	BA	Salvador	151.168.502,57	2.938.092	3º
7º	PE	Recife	135.983.702,74	1.625.583	8º
8º	AM	Manaus	124.106.233,90	2.094.391	6º
9º	PR	Curitiba	111.576.033,47	1.893.997	7º
10º	SP	Guarulhos	100.986.002,16	1.337.087	12º
11º	GO	Goiânia	97.373.067,19	1.448.639	10º
12º	SP	Campinas	97.353.992,82	1.173.370	13º
13º	PA	Belém	72.964.810,42	1.446.042	11º
14º	RN	Natal	67.064.545,24	877.662	18º
15º	RJ	Macaé	66.720.653,17	239.471	113º
16º	MS	Campo Grande	66.372.478,07	863.982	19º
17º	SP	São Bernardo do Campo	62.763.296,94	822.242	21º
18º	SP	Santos	60.682.844,84	434.359	52º
19º	RJ	Niterói	60.384.494,64	497.883	41º
20º	RJ	Duque de Caxias	59.276.522,88	886.917	17º
21º	PI	Teresina	56.696.709,23	847.430	20º
22º	SP	Ribeirão Preto	53.251.633,47	674.405	28º
23º	SC	Florianópolis	51.434.941,86	477.798	47º
24º	AL	Maceió	50.724.313,76	1.021.709	16º
25º	SP	São José dos Campos	49.445.999,11	695.992	26º
26º	MG	Betim	49.349.981,36	422.354	54º
27º	SP	Santo André	49.179.636,09	712.749	24º
28º	SP	Barueri	48.702.367,31	264.935	103º
29º	SP	Osasco	46.220.329,79	696.382	25º
30º	SP	Sorocaba	45.082.850,27	652.481	31º
31º	SP	São Caetano do Sul	44.544.818,66	158.825	181º
32º	SE	Aracaju	43.405.632,34	641.523	32º
33º	BA	Camaçari	43.277.089,76	292.074	91º
34º	MG	Uberlândia	42.265.181,40	669.672	29º
35º	PA	Parauapebas	41.044.586,14	196.259	150º
36º	SP	Guarujá	40.759.714,02	313.421	84º
37º	MG	Contagem	40.097.584,57	653.800	30º
38º	MT	Cuiabá	40.097.155,20	585.367	34º
39º	PE	Ipojuca	38.736.625,12	92.965	334º
40º	SC	Joinville	37.907.194,30	569.645	35º
41º	RJ	Angra dos Reis	36.394.090,96	191.504	154º
42º	SP	Piracicaba	34.811.756,86	394.419	61º
43º	SP	Cubatão	34.138.845,37	127.887	224º
44º	SP	Diadema	32.428.442,83	415.180	55º
45º	ES	Serra	32.145.773,26	494.109	43º
46º	RR	Boa Vista	32.099.223,57	326.419	79º
47º	RJ	Volta Redonda	31.880.000,00	263.659	106º
48º	TO	Palmas	31.709.402,22	279.856	94º
49º	BA	São Francisco do Conde	31.627.434,43	39.790	836º
50º	SP	Mogi das Cruzes	30.244.836,78	429.321	53º
51º	RS	Canoas	29.713.327,66	342.634	76º
52º	SC	Itajaí	29.691.151,64	208.958	142º

Posição	UF	Município	Legislativo	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$		
53º	PR	Londrina	29.243.243,55	553.393	37º
54º	SP	Praia Grande	28.231.073,89	304.705	86º
55º	MG	Juiz de Fora	28.052.675,43	559.636	36º
56º	SP	Mauá	28.025.943,37	457.696	50º
57º	SP	Taubaté	27.997.065,27	305.174	85º
58º	SP	Cotia	27.788.586,10	233.696	119º
59º	MG	Nova Lima	27.414.372,65	91.069	344º
60º	SP	Jundiaí	27.109.349,37	405.740	57º
61º	RO	Porto Velho	26.750.018,57	511.219	39º
62º	PE	Jaboatão dos Guararapes	26.549.947,74	691.125	27º
63º	ES	Vila Velha	25.990.809,26	479.664	45º
64º	MG	Uberaba	24.879.687,07	325.279	82º
65º	SP	Americana	24.627.765,22	231.621	123º
66º	SP	Paulínia	24.570.900,68	100.128	308º
67º	BA	Feira de Santana	24.550.855,99	622.639	33º
68º	ES	Vitória	24.455.255,19	359.555	67º
69º	GO	Anápolis	24.139.888,53	370.875	65º
70º	BA	Juazeiro	23.260.894,48	220.253	132º
71º	AP	Macapá	23.223.826,34	465.495	48º
72º	SC	Blumenau	23.173.211,92	343.715	74º
73º	RJ	Nova Iguaçu	22.896.123,59	797.435	23º
74º	SP	Hortolândia	22.878.374,64	219.039	133º
75º	SP	Louveira	22.817.978,77	44.904	733º
76º	SP	Suzano	22.669.177,21	288.056	93º
77º	PE	Cabo de Santo Agostinho	22.638.031,44	202.636	146º
78º	RS	Rio Grande	22.496.851,77	208.641	143º
79º	SP	Taboão da Serra	22.460.227,03	275.948	97º
80º	AC	Rio Branco	22.006.229,68	377.057	64º
81º	SP	Itapevi	21.630.283,28	226.488	128º
82º	MG	Ipatinga	21.568.893,82	259.324	107º
83º	SP	Rio Claro	21.284.472,36	201.473	147º
84º	SP	Santana de Parnaíba	20.857.740,26	129.261	222º
85º	MG	Sete Lagoas	20.612.792,02	234.221	118º
86º	RS	Caxias do Sul	20.224.064,49	479.236	46º
87º	GO	Aparecida de Goiânia	20.198.059,70	532.135	38º
88º	CE	Maracanaú	19.478.978,92	223.188	130º
89º	SP	Limeira	19.147.417,07	298.701	88º
90º	PB	Campina Grande	18.965.738,09	407.754	56º
91º	RJ	Itaboraí	18.943.566,21	230.786	124º
92º	SP	Sumaré	18.887.708,05	269.522	100º
93º	SP	Jacareí	18.820.052,67	228.214	127º
94º	MT	Rondonópolis	18.636.643,24	218.899	134º
95º	PR	Araucária	18.621.066,78	135.459	209º
96º	BA	Lapão	18.599.560,15	28.166	1217º
97º	BA	Lauro de Freitas	18.183.128,11	194.641	151º
98º	SP	São José do Rio Preto	18.135.463,82	446.649	51º
99º	RN	Mossoró	18.006.179,60	291.937	92º
100º	PA	Canaã dos Carajás	17.556.929,08	34.853	954º

	Total dos 100 maiores	5.696.946.281,99	72.991.737	..
	Total dos demais	9.555.381.810,88	130.142.140	..
	Total Brasil¹	15.252.328.092,87	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Nota: ¹não inclui Brasília.

Despesa com o legislativo municipal per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População pop. 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1º	TO	Lavandeira	1.210,26	2.232.927,61	1.845	5490º
2º	TO	Itaporã do Tocantins	913,84	2.257.186,47	2.470	5329º
3º	BA	São Francisco do Conde	794,86	31.627.434,43	39.790	836º
4º	RN	Guamaré	782,61	11.719.576,94	14.975	2303º
5º	RS	Dois Irmãos das Missões	714,50	1.547.609,39	2.166	5420º
6º	SP	Borá	693,45	581.110,73	838	5567º
7º	TO	Lajeado	677,96	2.073.871,48	3.059	5087º
8º	CE	Nova Olinda	662,56	10.143.719,16	15.310	2248º
9º	BA	Lapão	660,36	18.599.560,15	28.166	1217º
10º	MG	Serra da Saudade	640,41	521.932,08	815	5568º
11º	RJ	Porto Real	579,20	10.745.341,25	18.552	1899º
12º	TO	Barra do Ouro	576,07	2.594.040,48	4.503	4527º
13º	MG	Grupiara	552,64	783.085,50	1.417	5553º
14º	BA	Ibirataia	548,73	9.642.783,38	17.573	2022º
15º	TO	Caseara	529,44	2.749.375,48	5.193	4263º
16º	ES	Anchieta	524,64	14.737.739,97	28.091	1221º
17º	CE	Parambu	517,28	16.145.922,27	31.213	1113º
18º	SP	Louveira	508,15	22.817.978,77	44.904	733º
19º	SP	Nova Castilho	507,35	623.020,91	1.228	5561º
20º	PA	Canaã dos Carajás	503,74	17.556.929,08	34.853	954º
21º	GO	Anhanguera	502,01	559.745,08	1.115	5564º
22º	SC	Lajeado Grande	500,55	731.309,74	1.461	5551º
23º	GO	Davinópolis	483,81	1.030.515,98	2.130	5431º
24º	PR	Saudade do Iguaçu	479,10	2.591.934,34	5.410	4196º
25º	MG	Água Comprida	465,54	959.486,23	2.061	5450º
26º	GO	Perolândia	463,20	1.445.652,38	3.121	5061º
27º	MG	Cedro do Abaeté	448,06	543.497,65	1.213	5563º
28º	GO	Cachoeira de Goiás	447,59	635.124,59	1.419	5552º
29º	SP	Flora Rica	444,19	711.599,98	1.602	5534º
30º	RS	Cruzeiro do Sul	442,36	5.403.401,28	12.215	2682º
31º	PR	Nova Aliança do Ivaí	430,29	657.056,82	1.527	5548º
32º	GO	Lagoa Santa	425,74	622.856,67	1.463	5550º
33º	BA	Castro Alves	424,29	11.524.099,38	27.161	1274º
34º	TO	Oliveira de Fátima	422,41	466.341,23	1.104	5565º
35º	GO	São João da Paraúna	420,45	660.522,55	1.571	5541º
36º	PE	Ipojuca	416,68	38.736.625,12	92.965	334º
37º	MS	Jateí	402,66	1.623.103,70	4.031	4711º
38º	RO	Pimenteiras do Oeste	402,08	971.823,74	2.417	5345º
39º	RS	Tupanci do Sul	395,89	624.716,13	1.578	5539º
40º	GO	Moiporá	390,90	658.275,20	1.684	5524º
41º	SP	Santa Clara d'Oeste	388,88	830.648,66	2.136	5427º
42º	RS	Pinhal da Serra	388,26	821.161,07	2.115	5435º
43º	MG	Paiva	387,72	612.603,92	1.580	5538º
44º	BA	Alcobaça	386,64	9.020.588,25	23.331	1506º
45º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	381,12	4.071.480,46	10.683	2999º
46º	SP	Santa Salete	379,71	580.952,34	1.530	5547º
47º	TO	São Félix do Tocantins	377,65	588.753,96	1.559	5544º
48º	SC	Marema	377,41	736.695,81	1.952	5469º
49º	MG	Araporá	376,25	2.527.282,14	6.717	3795º
50º	RS	André da Rocha	368,01	478.416,76	1.300	5559º
51º	SP	Fernão	367,76	617.843,61	1.680	5525º
52º	BA	Madre de Deus	364,86	7.548.486,62	20.689	1693º

Posição	UF	Município	Legislativo per capita	Legislativo	População pop. 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53º	GO	Rio Quente	364,31	1.462.350,60	4.014	4719º
54º	RS	Mato Queimado	362,37	648.284,07	1.789	5504º
55º	GO	Pilar de Goiás	362,09	930.938,46	2.571	5281º
56º	MS	Taquarussu	361,99	1.292.297,61	3.570	4897º
57º	RS	Santo Antônio do Planalto	361,11	743.168,97	2.058	5451º
58º	SP	Suzália	360,42	787.525,03	2.185	5414º
59º	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	358,03	649.826,17	1.815	5497º
60º	SP	Monções	356,86	800.070,37	2.242	5392º
61º	SC	Tigrinhos	355,90	607.518,43	1.707	5518º
62º	SP	União Paulista	355,75	630.752,92	1.773	5508º
63º	MS	Figueirão	355,53	1.073.691,57	3.020	5108º
64º	RS	Engenho Velho	354,25	484.261,21	1.367	5557º
65º	MG	Douradoquara	353,61	680.700,17	1.925	5475º
66º	MG	Alvorada de Minas	353,59	1.297.305,86	3.669	4852º
67º	RS	Pedras Altas	353,27	770.483,12	2.181	5417º
68º	SC	Macieira	352,30	636.602,96	1.807	5500º
69º	MG	Antônio Prado de Minas	351,70	587.330,81	1.670	5527º
70º	MG	Itambé do Mato Dentro	351,69	782.162,67	2.224	5401º
71º	GO	Aporé	348,56	1.432.591,28	4.110	4676º
72º	MG	Jeceaba	348,04	1.827.223,45	5.250	4249º
73º	MG	São Sebastião do Rio Preto	347,74	553.247,75	1.591	5536º
74º	MG	Doresópolis	347,68	530.554,71	1.526	5549º
75º	RS	Dom Feliciano	347,63	5.292.341,58	15.224	2268º
76º	MG	Passabém	347,12	604.679,40	1.742	5513º
77º	SC	São Miguel da Boa Vista	345,34	642.331,71	1.860	5487º
78º	SP	Dirce Reis	342,23	608.835,73	1.779	5507º
79º	MT	Santa Rita do Trivelato	341,47	1.070.494,14	3.135	5054º
80º	SP	Pontes Gestal	341,00	884.216,89	2.593	5272º
81º	MS	Alcinópolis	340,98	1.743.758,59	5.114	4290º
82º	MT	Novo Santo Antônio	340,78	829.446,41	2.434	5337º
83º	SP	Florínia	339,23	942.370,51	2.778	5201º
84º	PB	Pilõesinhos	339,01	1.728.622,88	5.099	4295º
85º	SC	Capão Alto	338,89	889.585,34	2.625	5252º
86º	PB	Parari	338,24	602.735,12	1.782	5505º
87º	MA	Maranhãozinho	337,96	5.428.327,84	16.062	2161º
88º	GO	Barro Alto	337,77	3.457.067,42	10.235	3084º
89º	GO	São Patrício	337,69	697.671,16	2.066	5449º
90º	PB	São José do Brejo do Cruz	336,01	602.460,80	1.793	5502º
91º	PI	Miguel Leão	334,20	411.398,12	1.231	5560º
92º	SC	Cunhataí	332,66	648.358,13	1.949	5470º
93º	MG	Pedro Teixeira	331,61	610.816,59	1.842	5492º
94º	RS	Triunfo	330,81	9.290.371,41	28.084	1223º
95º	SP	Brejo Alegre	329,13	918.264,35	2.790	5195º
96º	MG	Senador José Bento	328,78	559.908,87	1.703	5521º
97º	PE	Exu	328,65	10.470.121,23	31.858	1087º
98º	SP	Nova Canaã Paulista	326,18	653.990,00	2.005	5458º
99º	RS	Boa Vista das Missões	326,16	707.119,04	2.168	5419º
100º	SP	Paulistânia	325,13	598.236,09	1.840	5493º

	Total dos 100 maiores	468,78	349.396.164,46	745.336	..
	Total dos demais	73,64	14.902.931.928,41	202.388.541	..
	Total Brasil¹	75,09	15.252.328.092,87	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Nota: ¹não inclui Brasília.

Cresce número de alunos no ensino infantil e fatia da despesa municipal dedicada à educação

MESMO COM A DESPESA TOTAL EM EDUCAÇÃO TENDO RECUADO 1,9%, EM 2016, SUA PARTICIPAÇÃO DO TOTAL DO GASTO CONTINUA CRESCENDO, CHEGANDO A 27,5%. REDE MUNICIPAL DE ENSINO JÁ ATENDE A 62,6% DE TODA A POPULAÇÃO BRASILEIRA COM IDADE **ENTRE QUATRO E CINCO ANOS. SÃO QUASE UM MILHÃO A MAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM APENAS SEIS ANOS.**

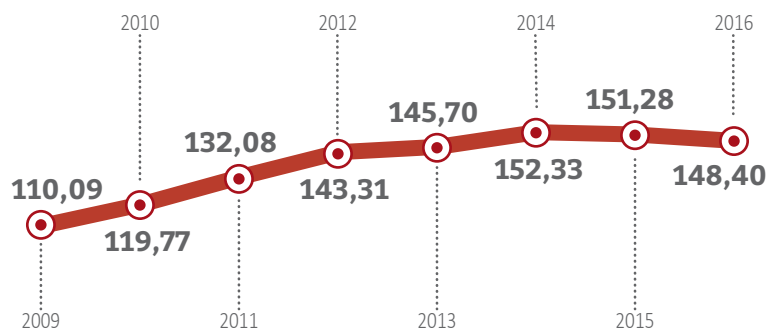
Desempenho

Entre 2015 e 2016 as despesas com educação dos municípios brasileiros registrou queda real de 1,9%, passando de R\$ 151,28 bilhões para R\$ 148,40 bilhões. É o segundo ano consecutivo de redução real nos recursos destinados à área, comportamento inédito na série de dados desde 2002, o que fez com que o montante aplicado retornasse próximo ao patamar de 2013.

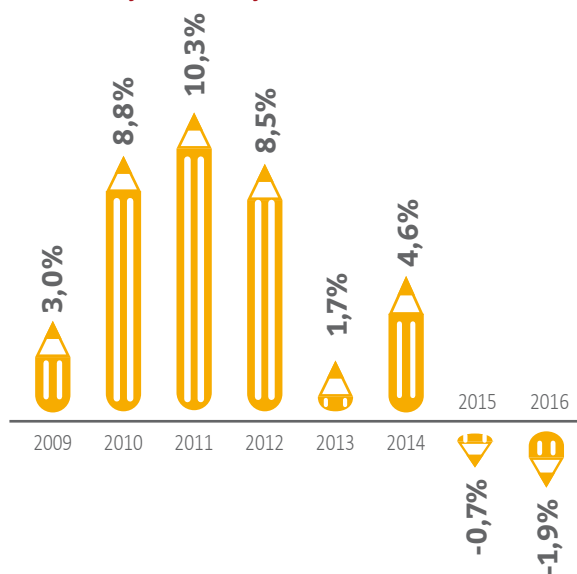
Devido à vinculação dos gastos com educação às principais fontes da receita corrente, a retração sofrida na arrecadação nos últimos dois anos impactou diretamente na redução dessa despesa. A Constituição Federal estabelece no artigo 212 que todos os municípios são obrigados

a aplicar, no mínimo, 25% de toda sua receita bruta proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento da educação.

Despesa com educação em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento da despesa com educação em relação ao ano anterior



MESMO COM AS REDUÇÕES, A PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO NA DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS **MANTEVE SUA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO E BATEU EM 27,5% EM 2016.**

Observando-se o comportamento do gasto com educação na agregação regional, nota-se que apenas os municípios das regiões Centro-Oeste e Sul apresentaram crescimento na média, de 0,9% e 1,2%, respectivamente. Nas demais regiões houve queda na despesa, com maior intensidade no Norte, de -3,1%, e no Sudeste, de -3,5%, enquanto que no Nordeste a redução média foi de -1,1%.

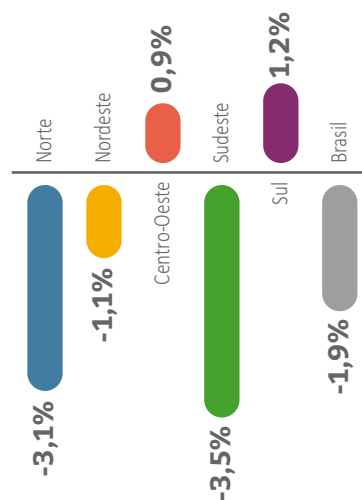
Entre as capitais, os maiores aumentos foram registrados em Florianópolis (9,5%), Teresina (6,4%), Cuiabá (6%) e Palmas (4,6%), enquanto que as maiores reduções ocorreram em Macapá (-14%), Belo Horizonte (-12,2%) e Belém (-11,3%).

Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, exceto as

capitais, houve aumentos significativos nos gastos com educação em Caraguatatuba-SP (32,8%), Açailândia-MA (29,3%), Ji-Paraná-RO (27,2%), Aparecida de Goiânia-GO (15,8%) e São José de Ribamar-MA (15,1%). No mesmo grupo, as maiores quedas foram registradas em Itaboraí-RJ (-35%), São José de Meriti-RJ (-24,4%), Camaragibe-PE (-23,1%), Magé-RJ (-21,1%), Linhares-ES (-21%) e Rio das Ostras-RJ (-20%)

Mesmo com as reduções, a participação do gasto com educação na despesa total dos municípios brasileiros manteve sua trajetória de crescimento e bateu em 27,5%, em 2016. Analisando-se os dados desde 2002, o menor percentual registrado foi o de 24,3%, em 2004.

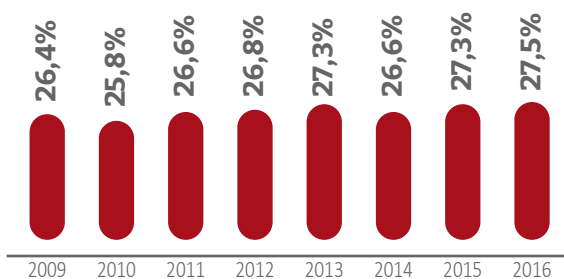
Taxa de crescimento da despesa com educação por região - 2015/2016



Despesa por função | Educação

Não é possível verificar o percentual destinado à educação sobre a receita vinculada, uma vez que o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope) divulga os valores por município, mas não a média nacional em seu site.

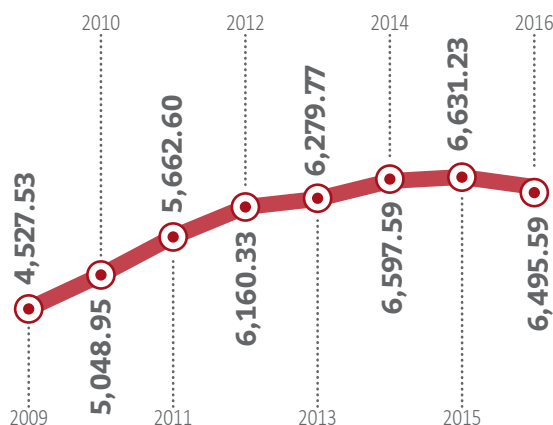
Participação da despesa com educação na despesa total



Gasto por aluno e número de matrículas

A despesa média por aluno matriculado na rede municipal de ensino, pela primeira vez desde 2003, também registrou queda real de 2%, passando de R\$ 6.631,23, em 2015, para R\$ 6.495,59, em 2016. Esse resultado pode ser explicado pelo movimento de queda na despesa com

Despesa com educação por aluno em R\$ - IPCA médio de 2016

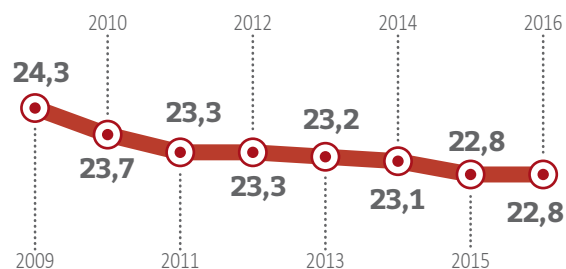


educação conjugado com a relativa estabilidade no número de matrículas entre 2015 e 2016, que apresentou uma variação de 0,1% no quantitativo de alunos, o que representou um acréscimo de 32.340 alunos em todo o país, interrompendo o movimento de queda iniciado em 2006.

Essa mudança no comportamento do número de matrículas na rede municipal pode ser explicada pelo crescimento do desemprego que se acentuou a partir de 2015. **Com a redução da renda familiar, há uma tendência natural de aumento na demanda pelos serviços públicos, especialmente os de educação e saúde.**

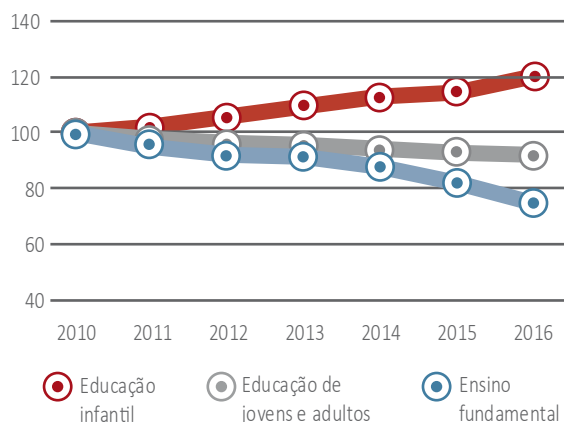
Analisando-se a evolução das matrículas da rede municipal de ensino por modalidade, observa-se que enquanto há uma queda no quantitativo de alunos do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, ocorre um aumento significativo no número de matrículas na educação infantil.

Número de matrículas na rede municipal de ensino em milhões



De acordo com os dados do Censo Escolar, entre 2010 e 2016 o número de alunos matriculados na educação infantil na rede municipal de ensino saltou de 4,9 milhões para 5,8 milhões, o que representou um incremento de 20%. Enquanto isso, no ensino fundamental houve uma redução de 8% no mesmo período, passando de 16,9 milhões para 15,6 milhões de alunos. Já na educação de jovens e adultos há uma queda de 24,9% nas matrículas, que foram reduzidas de 1,8 milhão para 1,3 milhão.

Evolução das matrículas da rede municipal de ensino ano-base 2010 = 100



ENQUANTO HÁ UMA QUEDA NO QUANTITATIVO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, **OCORRE UM AUMENTO SIGNIFICATIVO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

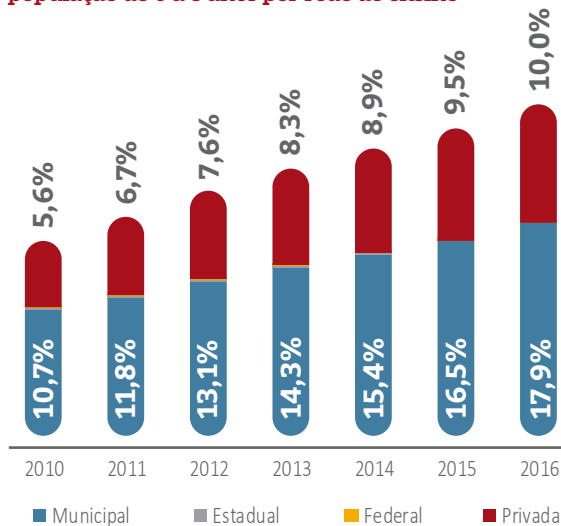
Esse aumento da demanda na educação infantil é reflexo da aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009, da Lei Federal nº 12.796/2013 e do Plano Nacional de Educação, que tornou obrigatória a matrícula na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade, com o objetivo do Ministério da Educação de universalizar o ensino para todas as crianças de 4 a 5 anos, até 2016. Para as crianças com até três anos, ainda que seja dever dos municípios a oferta de vagas na educação infantil, sua matrícula permanece facultativa aos pais. A obrigatoriedade impôs aos municípios o

desafio de ampliar o atendimento e definir políticas específicas para esse público.

Comparando-se a participação das matrículas nas creches e pré-escolas da rede municipal, com a população até três anos e de quatro a cinco anos, observa-se que a absorção desse público tem aumentado. Em 2010, apenas a rede municipal de ensino atendia a 10,7% da população até três anos, percentual que passou para 17,9% em 2016. Já em relação à população de quatro a cinco anos, a parcela atendida pela rede municipal subiu de 53,6% para 62,6%, no mesmo período.

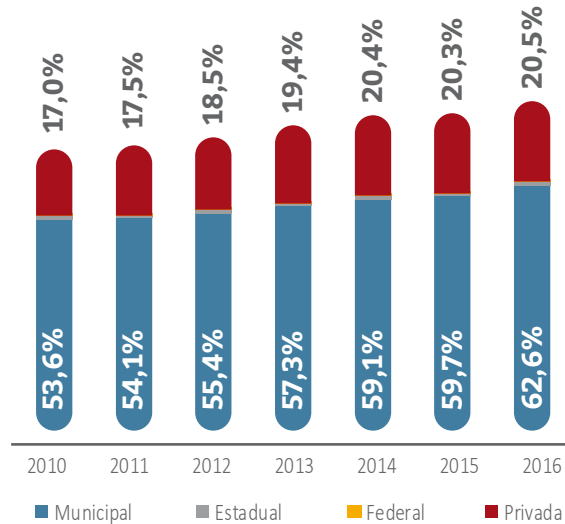
Conforme pode ser observado nos gráficos abaixo, mesmo considerando as demais redes de ensino, a universalização do acesso à educação infantil das crianças de quatro a cinco anos até o final de 2016 ainda estava aquém da meta estabelecida pelo Ministério da Educação, perfazendo um alcance de 83,9% dessa população. Isso significa que **os municípios ainda têm um grande desafio nos próximos anos, pois precisam ampliar a oferta de acesso para quase um milhão de crianças** que ainda encontram-se fora da escola nessa faixa etária.

Participação das matrículas nas creches na população de 0 a 3 anos por rede de ensino



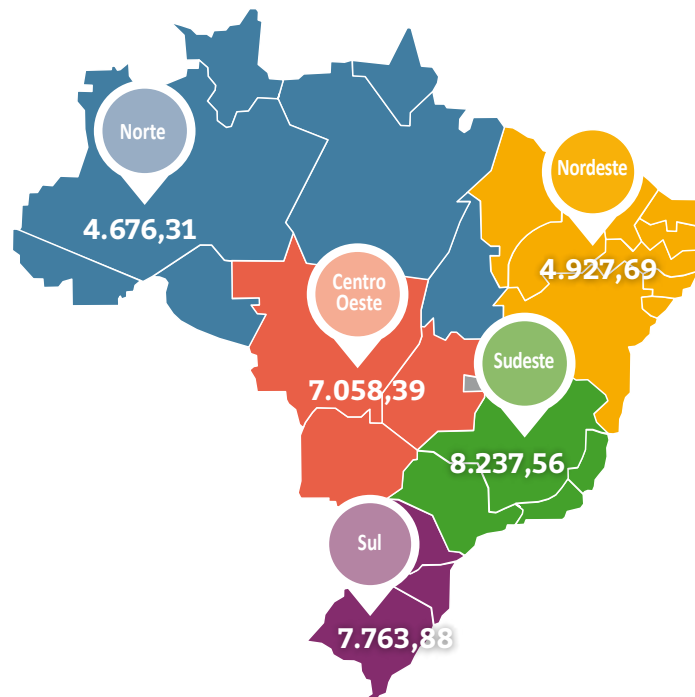
Despesa por função | Educação

Participação das matrículas nas pré-escolas na população de 4 a 5 anos por rede de ensino



62,6% DAS CRIANÇAS DE QUATRO A CINCO ANOS DE IDADE DO **PAÍS ESTÃO MATRICULADAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.**

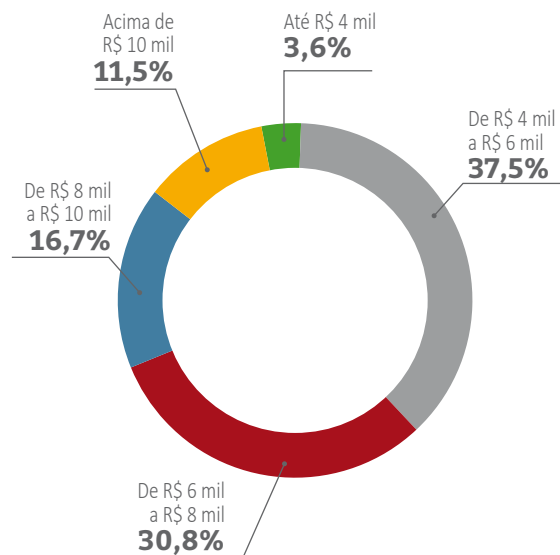
Despesa com educação por aluno por região - 2016
Em R\$ - IPCA médio de 2016



Há uma grande heterogeneidade da despesa com educação por aluno dos municípios entre as regiões, reflexo do desnível de receitas per capita existente entre elas. Enquanto as regiões Norte e Nordeste registraram uma média de gasto por aluno de R\$ 4.676,31 e R\$ 4.927,69, respectivamente, o Centro-Oeste, o Sul e o Sudeste registraram uma média de gasto de R\$ 7.058,39, R\$ 7.763,88 e R\$ 8.237,56 por aluno, respectivamente. Considerando-se a média da despesa por aluno do Sudeste e do Norte, há uma diferença de 76,2%.

Na maior parte dos municípios (68,3%) a despesa por aluno ficou entre R\$ 4 mil e R\$ 8 mil, em 2016. Em 16,7% deles variou entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil e em 11,5% ficou acima de R\$ 10 mil.

Distribuição dos municípios por despesa com educação por aluno - 2016



Dentre os municípios que mais investem em educação por aluno há uma grande predominância de cidades pequenas. **Dos 578 municípios que aplicaram mais de R\$ 10 mil por aluno, em 2016, 459, ou seja, 79,4%, possuem menos de 10 mil habitantes.**¹ Outro dado interessante é o grande número de cidades com reduzido número de alunos em suas redes de ensino municipais: **cerca da metade dos municípios brasileiros (48,4%) possui menos de 1,5 mil alunos sob os cuidados de suas prefeituras**, sendo que em 16,9% do total não ultrapassam 500 matrículas.

Esses dados sugerem que a obrigatoriedade constitucional de aplicar na educação 25% de um conjunto importante de receitas, que foi estabelecida independentemente do porte populacional do município ou de seu número de alunos, gera grandes distorções na aplicação desses. Ao

tratar realidades distintas de forma homogênea, a legislação leva um número significativo de municípios a destinarem uma grande parcela de suas receitas para uma rede de ensino que conta com um reduzido número de alunos.

Isso pode ter como consequência a perda de eficiência do gasto público municipal, uma vez que outras áreas que demandam cada vez mais recursos deixam de ser melhor atendidas, como é o caso da saúde e da assistência social, dentre outras.

AO TRATAR DE FORMA HOMOGÊNEA REALIDADES DISTINTAS, A LEGISLAÇÃO CAUSA **DISTORÇÕES E INEFICIÊNCIAS NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS.**

A obrigatoriedade constitucional aplicada de forma linear também não acompanha as transformações demográficas que apontam para uma concentração cada vez maior da população em centros urbanos médios ou grandes, fazendo com que o número de alunos caia com mais intensidade nas pequenas cidades. Além disso, as mudanças na pirâmide etária têm tornado necessárias alterações no modelo de financiamento baseado nas vinculações constitucionais. O envelhecimento da população pressupõe um aumento das despesas para o atendimento das doenças crônicas associadas à velhice e um redimensionamento para o atendimento de alta e média complexidade, substancialmente mais caro.

¹ Até a data de última coleta dos dados no site da Secretaria do Tesouro Nacional por **Multi Cidades**, dos 5.568 municípios, 5.043 estavam com os dados aptos sobre a despesa por função.

Despesa com educação | 2012-2016

UF	Número de mat. na rede municipal 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016/2015	Part. desp. total 2016	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2016	Despesa com educação por aluno 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
	2.700.087	Norte	12.371.182,3	12.578.026,2	13.349.962,0	13.034.477,8	12.626.446,3	-3,1	35,6	...	4.676,31
AC	23.647	Rio Branco	124.956,6	140.342,8	149.663,9	145.871,3	144.024,7	-1,3	19,8	25,9	6.090,61
AC	11.092	Cruzeiro do Sul	42.400,1	45.962,4	57.476,7	51.725,7	50.974,9	-1,5	35,7	27,8	4.595,65
AP	34.741	Macapá	188.989,4	204.874,2	183.408,7	224.519,4	193.022,9	-14,0	27,9	25,2	5.556,05
AP	10.735	Santana	44.201,3	46.066,4
AM	233.173	Manaus	1.054.714,6	1.163.911,5	1.268.050,5	1.155.871,8	1.113.193,9	-3,7	26,6	27,8	4.774,11
AM	17.810	Parintins	82.240,7	84.040,2	93.741,2	82.265,2
PA	70.368	Belém	482.276,2	497.694,4	462.265,1	503.145,2	446.080,9	-11,3	17,2	26,0	6.339,26
PA	39.918	Ananindeua	159.079,5	157.202,5	178.191,1	160.973,6	26,9	...
PA	58.300	Santarém	246.277,5	237.862,7	237.998,7	249.553,2	253.828,4	1,7	45,3	34,7	4.353,83
PA	55.905	Marabá	242.675,2	238.153,2	277.734,6	267.311,2	228.800,3	-14,4	36,6	...	4.092,66
RO	47.692	Porto Velho	296.003,6	303.931,9	286.964,3	292.308,8	283.667,3	-3,0	24,9	30,9	5.947,90
RO	7.327	Ji-Paraná	41.347,4	43.363,1	44.153,5	44.334,8	56.395,5	27,2	26,6	26,8	7.696,94
RR	33.997	Boa Vista	147.652,0	206.440,5	255.503,9	251.338,7	225.630,1	-10,2	24,4	22,9	6.636,77
RR	4.496	Rorainópolis	18.970,5	25.131,4	28.214,6	10.230,5	12.425,6	21,5	22,6	25,9	2.763,70
TO	36.233	Palmas	211.159,4	223.595,8	239.582,0	223.123,6	233.427,8	4,6	26,8	26,1	6.442,41
TO	17.739	Araguaína	80.010,6	101.591,9	100.888,4	106.575,7	115.533,2	8,4	33,3	31,1	6.512,95
	8.256.825	Nordeste	38.665.487,8	39.077.133,9	41.755.897,4	41.124.869,1	40.687.072,7	-1,1	34,1	...	4.927,69
AL	49.527	Maceió	334.967,0	326.428,9	188.305,8	313.007,0	302.590,2	-3,3	15,2	26,0	6.109,60
AL	32.182	Arapiraca	131.172,8	121.278,4	130.942,9	128.974,5	144.465,5	12,0	24,2	25,0	4.489,01
BA	136.697	Salvador	916.495,4	963.862,0	1.194.549,4	1.104.705,2	1.094.542,1	-0,9	20,3	25,1	8.007,07
BA	46.969	Feira de Santana	212.075,8	241.030,8	260.784,6	263.313,9	243.263,8	-7,6	24,9	27,5	5.179,24
BA	41.588	Vitória da Conquista	181.768,6	189.288,7	190.498,7	201.221,3	196.787,0	-2,2	32,5	25,7	4.731,82
BA	35.122	Camaçari	224.333,3	216.451,3	240.663,4	238.841,1	219.485,2	-8,1	23,3	27,0	6.249,22
CE	197.381	Fortaleza	1.010.222,4	1.014.462,9	1.103.216,2	1.157.968,2	1.135.669,1	-1,9	19,9	25,2	5.753,69
CE	55.817	Caucaia	220.791,7	226.256,6	234.557,8	239.678,0	227.584,0	-5,0	43,0	25,6	4.077,32
CE	31.283	Juazeiro do Norte	137.682,1	130.849,3	133.749,9	133.730,0	128.290,6	-4,1	28,8	26,9	4.100,97
MA	82.510	São Luís	450.759,8	592.978,7	615.733,0	556.126,8	557.282,2	0,2	22,0	25,0	6.754,12
MA	42.473	Imperatriz	163.555,4	177.237,9	182.092,5	..	32,0	28,7	4.287,25
PB	58.048	João Pessoa	411.323,5	423.531,7	455.950,0	420.087,7	409.752,7	-2,5	24,0	28,5	7.058,86
PB	29.722	Campina Grande	143.631,8	139.859,5	145.470,0	157.539,5	170.934,9	8,5	20,9	25,2	5.751,13
PE	89.700	Recife	762.540,2	812.067,1	900.732,0	862.903,9	782.478,5	-9,3	19,8	26,8	8.723,28
PE	59.146	Jaboatão dos Guararapes	240.121,5	284.861,1	304.432,6	274.901,9	301.169,7	9,6	28,6	25,2	5.091,97
PE	22.426	Olinda	112.072,1	102.200,7	131.127,9	114.790,1	110.395,6	-3,8	20,1	25,5	4.922,66
PE	38.685	Caruaru	186.106,4	167.647,5	192.323,9	191.343,7	163.938,1	-14,3	29,0	17,8	4.237,77
PE	40.417	Petrolina	205.283,8	198.637,9	250.134,2	226.768,7	251.710,5	11,0	43,6	26,6	6.227,84
PE	17.250	Paulista	111.202,7	87.657,4	101.424,1	101.169,6	96.715,0	-4,4	23,4	26,3	5.606,66
PI	84.842	Teresina	452.674,0	467.800,8	498.380,1	468.086,8	498.236,0	6,4	19,9	29,9	5.872,52
PI	19.638	Parnaíba	79.714,0	88.088,7	81.789,1	81.568,0	86.482,6	6,0	30,4	26,6	4.403,84
RN	53.438	Natal	313.085,3	327.740,2	398.990,2	381.033,0	385.731,1	1,2	19,9	25,9	7.218,29
RN	20.714	Mossoró	110.262,7	120.085,9	127.215,2	123.758,7	130.428,0	5,4	23,7	31,1	6.296,61
SE	30.436	Aracaju	209.622,2	208.721,8	198.952,9	190.882,1	173.072,5	-9,3	11,4	13,1	5.686,44
SE	13.694	Nossa Senhora do Socorro	64.268,1	70.264,9	68.867,1	74.538,2	74.340,6	-0,3	29,7	27,3	5.428,70
	1.325.337	Centro-Oeste¹	8.657.864,7	8.784.293,4	9.321.410,9	9.274.865,8	9.354.742,9	0,9	26,9	...	7.058,39
GO	94.812	Goiânia	797.239,0	851.839,9	899.073,7	877.645,9	817.077,1	-6,9	20,3	27,3	8.617,87
GO	32.157	Aparecida de Goiânia	155.050,9	160.201,3	165.818,9	168.203,9	194.789,0	15,8	21,4	25,6	6.057,44
GO	33.108	Anápolis	210.279,2	226.052,3	232.543,4	241.361,3	234.630,9	-2,8	23,5	30,9	7.086,83
MT	48.126	Cuiabá	372.181,2	366.589,8	370.198,9	351.584,9	372.606,5	6,0	20,2	26,1	7.742,31
MT	23.258	Várzea Grande	102.117,7	114.007,5	117.172,1	108.609,6	114.873,8	5,8	24,8	25,4	4.939,11
MS	100.060	Campo Grande	648.728,1	649.105,3	708.771,0	818.411,4	824.806,0	0,8	29,4	30,7	8.243,11
MS	26.732	Dourados	164.667,1	165.582,5	174.572,9	189.369,2	188.977,3	-0,2	28,8	32,9	7.069,33
	7.841.064	Sudeste	64.361.386,9	65.626.503,2	66.648.677,0	66.967.578,5	64.591.251,7	-3,5	24,3	...	8.237,56
ES	46.122	Vitória	412.917,7	408.928,8	428.707,0	389.018,1	344.075,9	-11,6	25,5	29,2	7.460,12
ES	64.415	Serra	351.946,3	362.007,0	355.878,5	332.924,1	324.600,5	-2,5	30,7	28,1	5.039,21
ES	49.529	Vila Velha	284.309,6	269.368,2	270.528,5	253.573,7	233.584,9	-7,9	28,2	25,1	4.716,12
ES	41.896	Cariacica	219.802,8	210.956,3	218.948,6	216.614,0	190.194,8	-12,2	36,1	28,1	4.539,69
MG	168.370	Belo Horizonte	1.566.277,6	1.452.625,7	1.581.690,5	1.611.742,2	1.414.596,8	-12,2	16,8	26,0	8.401,72
MG	57.051	Uberlândia	342.128,4	369.847,0	406.875,2	432.612,0	430.364,8	-0,5	23,0	31,0	7.543,51
MG	54.439	Contagem	333.701,0	351.673,7	375.594,9	337.715,0	309.843,5	-8,3	22,2	25,1	5.691,57

UF	Número de mat. na rede municipal 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016/2015	Part. desp. total 2016	Parc. das rec. de imp. aplic. em educação² 2016	Despesa com educação por aluno 2016
			em R\$ mil - IPCA médio de 2016						em %		em R\$
MG	42.694	Juiz de Fora	266.281,9	265.416,6	302.039,8	288.979,4	288.060,0	-0,3	20,3	28,6	6.747,08
MG	48.515	Betim	394.491,9	427.024,2	423.347,5	382.638,6	337.460,0	-11,8	23,7	29,8	6.955,79
MG	29.001	Montes Claros	140.400,8	145.782,2	180.769,0	186.752,7	208.268,4	11,5	33,7	...	7.181,42
MG	22.498	Ribeirão das Neves	101.937,2	105.689,2	113.174,4	105.435,4	112.647,5	6,8	31,2	28,1	5.007,00
MG	24.956	Uberaba	161.426,2	189.063,5	201.717,8	208.827,6	201.330,8	-3,6	21,9	28,7	8.067,43
MG	19.616	Governador Valadares	117.655,4	128.453,0	138.595,9	168.085,4	150.089,0	-10,7	20,7	26,6	7.651,36
RJ	641.858	Rio de Janeiro	4.261.737,9	4.521.031,9	4.298.270,0	4.619.395,3	4.522.513,6	-2,1	17,9	29,0	7.045,97
RJ	41.918	São Gonçalo	269.081,4	283.785,6	310.529,1
RJ	78.994	Duque de Caxias	751.606,3	722.662,6	730.970,9	761.193,3	774.716,4	1,8	32,0	31,6	9.807,28
RJ	61.443	Nova Iguaçu	367.971,5	370.688,3	401.518,3	382.598,1	350.523,1	-8,4	25,7	25,9	5.704,85
RJ	26.645	Niterói	315.905,4	380.411,3	387.092,5	...	363.657,9	...	16,4	25,3	13.648,26
RJ	38.451	Belford Roxo	216.161,4	246.224,7	250.643,2	223.801,5	213.022,6	-4,8	32,7	...	5.540,10
RJ	51.981	Campos dos Goytacazes	390.451,4	425.509,3	466.203,7	360.919,5	376.215,4	4,2	13,0	...	7.237,56
RJ	25.155	São João de Meriti	137.209,5	167.710,1	138.331,5	147.954,4	111.880,5	-24,4	19,9	...	4.447,64
RJ	37.925	Petrópolis	254.473,6	262.481,6	235.741,1	220.877,9	203.202,1	-8,0	23,5	25,1	5.358,00
RJ	35.551	Volta Redonda	217.502,8	231.512,3	170.198,3	223.648,4	208.795,0	-6,6	26,9	25,0	5.873,11
SP	741.493	São Paulo	10.129.620,3	10.233.705,8	9.000.750,1	10.632.464,1	10.282.267,7	-3,3	21,7	28,2	13.866,98
SP	105.267	Guarulhos	813.665,9	907.842,5	934.256,7	875.309,3	800.122,4	-8,6	22,9	25,2	7.600,89
SP	57.265	Campinas	744.270,9	867.186,9	862.008,7	887.964,6	888.083,6	0,0	20,6	30,1	15.508,31
SP	79.770	São Bernardo do Campo	759.407,7	765.482,9	851.193,5	728.561,6	734.226,7	0,8	20,3	27,9	9.204,30
SP	36.715	Santo André	382.423,9	345.364,0	358.622,7	362.665,1	354.707,4	-2,2	15,8	...	9.661,10
SP	65.266	Osasco	670.513,6	599.392,2	592.787,5	562.731,1	536.330,7	-4,7	27,5	25,1	8.217,61
SP	57.855	São José dos Campos	550.836,4	623.598,4	636.507,2	587.352,3	604.468,5	2,9	23,6	25,2	10.447,99
SP	42.178	Ribeirão Preto	425.284,1	440.014,8	442.877,0	393.569,7	418.260,7	6,3	17,5	27,0	9.916,56
SP	53.762	Sorocaba	505.067,4	528.178,5	541.840,9	527.884,8	446.075,9	-15,5	19,4	25,2	8.297,23
SP	17.833	Mauá	157.998,6	164.425,9	169.888,9	178.932,2	159.154,9	-11,1	15,6	25,0	8.924,74
SP	33.565	São José do Rio Preto	295.129,0	308.877,7	329.756,2	333.070,0	311.246,4	-6,6	22,1	25,3	9.272,95
SP	28.816	Santos	489.722,7	431.569,1	456.228,0	572.429,2	544.968,6	-4,8	25,0	25,1	18.912,01
SP	33.926	Mogi das Cruzes	275.366,4	297.420,2	327.492,7	292.983,0	303.411,9	3,6	23,7	25,4	8.943,34
SP	28.722	Diadema	271.346,4	262.784,2	266.550,1	281.898,0	274.542,3	-2,6	...	27,1	9.558,61
SP	35.489	Jundiaí	392.777,8	379.283,0	404.474,7	426.603,3	435.101,5	2,0	24,5	30,2	12.260,18
SP	16.248	Carapicuíba	135.697,9	148.098,6	139.390,2	156.204,1	148.120,9	-5,2	...	28,5	9.116,25
SP	34.952	Piracicaba	291.099,3	314.191,2	334.236,1	355.289,2	356.920,4	0,5	25,0	28,5	10.211,73
SP	18.788	Bauru	209.467,4	189.986,1	193.354,4	175.672,3	174.663,7	-0,6	18,0	...	9.296,56
	2.722.869	Sul	19.252.764,4	19.634.493,9	21.255.939,1	20.882.136,6	21.140.015,8	1,2	24,9	...	7.763,88
PR	130.421	Curitiba	1.042.868,8	1.225.646,8	1.439.745,1	1.258.813,4	1.299.935,5	3,3	19,9	27,5	9.967,23
PR	35.377	Londrina	277.527,6	270.426,7	285.719,2	301.924,7	324.146,0	7,4	19,7	27,9	9.162,62
PR	29.442	Maringá	187.764,2	204.909,0	213.459,5	255.391,2	231.921,8	-9,2	19,6	25,2	7.877,24
PR	30.047	Ponta Grossa	172.388,2	202.175,6	181.827,7	196.170,2	187.986,6	-4,2	27,7	25,3	6.256,42
PR	28.608	Cascavel	145.168,1	168.654,6	181.302,7	179.690,9	181.362,1	0,9	23,7	25,4	6.339,56
PR	30.745	São José dos Pinhais	239.407,5	239.430,1	238.809,3	237.707,5	251.149,3	5,7	28,7	...	8.168,78
PR	25.643	Foz do Iguaçu	153.232,6	166.247,1	173.323,9	171.445,0	177.671,5	3,6	26,9	24,5	6.928,66
RS	49.038	Porto Alegre	881.865,4	927.951,9	940.190,9	934.205,9	937.559,7	0,4	16,8	26,7	19.119,04
RS	34.314	Caxias do Sul	254.625,7	269.976,1	285.349,5	304.729,1	302.368,0	-0,8	18,9	27,3	8.811,80
RS	26.406	Pelotas	146.096,4	155.671,4	149.458,8	172.912,5	180.102,2	4,2	22,8	26,8	6.820,50
RS	33.616	Canoas	197.046,2	197.445,0	206.156,4	213.968,8	231.140,7	8,0	16,3	32,3	6.875,91
RS	17.840	Santa Maria	140.708,1	145.460,4	125.464,4	123.085,1	119.758,4	-2,7	23,0	26,2	6.712,91
RS	26.406	Gravataí	163.687,3	162.513,3	175.487,7	171.144,8	165.565,6	-3,3	26,4	25,1	6.270,00
RS	24.639	Viamão	136.174,2	117.010,0	133.330,3	128.364,5	127.342,2	-0,8	37,4	25,6	5.168,32
SC	30.392	Florianópolis	312.831,4	333.770,0	367.287,5	377.574,0	413.316,4	9,5	24,2	31,6	13.599,51
SC	63.651	Joinville	348.468,3	369.286,1	436.090,8	433.824,5	424.802,9	-2,1	27,0	25,4	6.673,94
SC	33.216	Blumenau	252.229,3	268.145,9	263.230,2	282.652,9	270.467,2	-4,3	21,2	25,4	8.142,68
	6.237.865	Cidades selecionadas	47.726.113,1	49.483.809,0	49.934.729,7	51.433.101,8	50.021.163,0	-2,7	21,6	...	8.018,96
	4.695.580	Até 20 mil habitantes	27.725.323,1	27.607.858,2	29.588.339,1	28.497.759,3	28.305.008,4	-0,7	31,9	...	6.028,01
	3.313.122	Capitais	27.793.709,1	28.849.581,0	28.434.932,7	30.144.415,0	29.207.157,2	-3,1	20,4	...	8.815,60
	22.846.182	Brasil¹	143.308.686,1	145.700.450,6	152.331.886,5	151.283.927,8	148.399.529,5	-1,9	27,5	...	6.495,59

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do Sistema de Informações de Orçamentos Públicos da Educação (Siope).

Nota: ¹ não inclui Brasília. ² de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Dados do Siope. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vitória-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Despesa com educação | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2016	Ranking do número de matrículas 2016
			em R\$		
1º	SP	São Paulo	10.282.267.711,93	741.493	1º
2º	RJ	Rio de Janeiro	4.522.513.581,09	641.858	2º
3º	MG	Belo Horizonte	1.414.596.798,60	168.370	5º
4º	PR	Curitiba	1.299.935.546,26	130.421	7º
5º	CE	Fortaleza	1.135.669.134,86	197.381	4º
6º	AM	Manaus	1.113.193.929,62	233.173	3º
7º	BA	Salvador	1.094.542.069,37	136.697	6º
8º	RS	Porto Alegre	937.559.718,62	49.038	36º
9º	SP	Campinas	888.083.622,53	57.265	26º
10º	MS	Campo Grande	824.806.045,84	100.060	9º
11º	GO	Goiânia	817.077.065,28	94.812	10º
12º	SP	Guarulhos	800.122.369,88	105.267	8º
13º	PE	Recife	782.478.537,36	89.700	11º
14º	RJ	Duque de Caxias	774.716.398,03	78.994	15º
15º	SP	São Bernardo do Campo	734.226.705,50	79.770	14º
16º	SP	Barueri	680.814.816,37	75.708	16º
17º	SP	São José dos Campos	604.468.483,92	57.855	25º
18º	MA	São Luís	557.282.199,32	82.510	13º
19º	SP	Santos	544.968.584,95	28.816	98º
20º	SP	Osasco	536.330.714,04	65.266	18º
21º	PI	Teresina	498.235.996,27	84.842	12º
22º	RJ	Macaé	454.062.730,24	39.572	54º
23º	PA	Belém	446.080.850,07	70.368	17º
24º	SP	Sorocaba	446.075.909,37	53.762	31º
25º	SP	Jundiaí	435.101.504,26	35.489	63º
26º	MG	Uberlândia	430.364.797,48	57.051	27º
27º	SC	Joinville	424.802.890,57	63.651	20º
28º	SP	Ribeirão Preto	418.260.729,48	42.178	48º
29º	SC	Florianópolis	413.316.411,68	30.392	89º
30º	PB	João Pessoa	409.752.740,33	58.048	24º
31º	RN	Natal	385.731.062,12	53.438	32º
32º	RJ	Campos dos Goytacazes	376.215.396,63	51.981	33º
33º	MT	Cuiabá	372.606.477,26	48.126	38º
34º	SP	Praia Grande	363.697.952,21	45.689	44º
35º	RJ	Niterói	363.657.861,28	26.645	107º
36º	SP	São Caetano do Sul	360.398.940,86	19.037	174º
37º	SP	Guarujá	359.666.801,32	30.720	87º
38º	SP	Piracicaba	356.920.428,83	34.952	66º
39º	SP	Santo André	354.707.359,74	36.715	60º
40º	RJ	Nova Iguaçu	350.523.092,36	61.443	21º
41º	ES	Vitória	344.075.877,03	46.122	43º
42º	MG	Betim	337.460.009,41	48.515	37º
43º	SP	Taubaté	325.331.138,56	47.914	39º
44º	ES	Serra	324.600.506,70	64.415	19º
45º	PR	Londrina	324.145.992,68	35.377	64º
46º	SP	Paulínia	322.051.704,31	14.919	252º
47º	SP	São José do Rio Preto	311.246.402,97	33.565	75º
48º	MG	Contagem	309.843.479,33	54.439	30º
49º	SP	Mogi das Cruzes	303.411.901,31	33.926	72º
50º	AL	Maceió	302.590.166,49	49.527	35º
51º	RS	Caxias do Sul	302.367.972,37	34.314	69º
52º	PE	Jaboatão dos Guararapes	301.169.704,66	59.146	22º

Posição	UF	Município	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2016	Ranking do número de matrículas 2016
			em R\$		
53º	MG	Juiz de Fora	288.060.005,98	42.694	46º
54º	RO	Porto Velho	283.667.265,54	47.692	41º
55º	SP	Diadema	274.542.286,03	28.722	99º
56º	SC	Blumenau	270.467.212,17	33.216	77º
57º	SC	Itajaí	254.140.177,07	29.339	95º
58º	PA	Santarém	253.828.412,75	58.300	23º
59º	PE	Petrolina	251.710.494,64	40.417	52º
60º	PR	São José dos Pinhais	251.149.275,86	30.745	86º
61º	BA	Feira de Santana	243.263.792,34	46.969	42º
62º	PA	Parauapebas	242.619.595,19	47.896	40º
63º	SP	Franca	239.484.538,41	20.382	157º
64º	SP	São Vicente	236.064.607,82	44.808	45º
65º	GO	Anápolis	234.630.885,73	33.108	78º
66º	SP	Cubatão	234.122.485,10	17.162	210º
67º	ES	Vila Velha	233.584.918,41	49.529	34º
68º	TO	Palmas	233.427.841,10	36.233	61º
69º	PR	Maringá	231.921.815,49	29.442	94º
70º	RS	Canoas	231.140.747,15	33.616	74º
71º	PA	Marabá	228.800.325,68	55.905	28º
72º	CE	Caucaia	227.584.008,62	55.817	29º
73º	RR	Boa Vista	225.630.132,43	33.997	71º
74º	SP	Indaiatuba	223.919.083,75	23.630	127º
75º	SP	Santana de Parnaíba	221.975.227,89	30.368	91º
76º	BA	Camaçari	219.485.183,56	35.122	65º
77º	SP	Itaquaquecetuba	217.906.991,88	37.081	59º
78º	SP	Cotia	217.377.574,78	27.914	102º
79º	RJ	Belford Roxo	213.022.557,63	38.451	57º
80º	RJ	Volta Redonda	208.794.962,26	35.551	62º
81º	MG	Montes Claros	208.268.389,54	29.001	97º
82º	RJ	Petrópolis	203.202.052,01	37.925	58º
83º	MG	Uberaba	201.330.799,17	24.956	117º
84º	SP	Caraguatatuba	198.335.050,26	18.556	184º
85º	BA	Vitória da Conquista	196.787.046,92	41.588	51º
86º	SP	Taboão da Serra	196.532.720,74	27.290	105º
87º	PE	Ipojuca	196.065.731,82	19.853	162º
88º	GO	Aparecida de Goiânia	194.789.016,47	32.157	83º
89º	AP	Macapá	193.022.874,46	34.741	68º
90º	SP	Itapeví	192.628.764,39	27.744	103º
91º	SP	Limeira	190.974.252,64	23.280	131º
92º	PR	Araucária	190.392.845,17	20.240	160º
93º	CE	Maracanaú	190.256.507,44	38.854	55º
94º	ES	Cariacica	190.194.779,47	41.896	50º
95º	PE	Cabo de Santo Agostinho	190.177.733,19	31.262	85º
96º	MS	Dourados	188.977.254,63	26.732	106º
97º	PR	Ponta Grossa	187.986.610,26	30.047	92º
98º	SP	Araraquara	182.812.863,93	17.346	202º
99º	RJ	Angra dos Reis	182.312.860,56	20.742	152º
100º	MA	Imperatriz	182.092.549,77	42.473	47º

	Total dos 100 maiores	52.723.591.929,65	6.311.521	..
	Total dos demais	95.675.937.532,45	16.534.661	..
	Total Brasil¹	148.399.529.462,10	22.846.182	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Despesa com educação por aluno | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2016	Ranking de matr. 2016
				em R\$		
1º	MG	Douradoquara	51.351,80	1.643.257,47	32	5568º
2º	RS	Nova Pádua	44.774,67	2.328.282,89	52	5564º
3º	MG	Grupiara	41.925,47	1.718.944,44	41	5566º
4º	SP	Santana da Ponte Pensa	40.871,76	3.433.227,47	84	5558º
5º	RS	União da Serra	36.271,86	1.523.417,93	42	5565º
6º	RS	Santa Tereza	27.918,42	1.814.697,58	65	5562º
7º	RS	Três Arroios	27.642,24	2.764.224,34	100	5543º
8º	SP	Uru	27.565,25	2.536.002,98	92	5548º
9º	SP	Santa Salete	27.416,02	2.823.850,41	103	5542º
10º	MG	Leandro Ferreira	27.033,44	3.811.715,11	141	5506º
11º	GO	Aloândia	25.315,40	1.012.615,89	40	5567º
12º	RS	Carlos Gomes	24.827,40	2.805.496,54	113	5532º
13º	SP	Dirce Reis	23.741,36	2.540.325,19	107	5538º
14º	RS	Mariano Moro	22.876,72	1.738.630,35	76	5561º
15º	RS	Relvado	22.582,63	1.467.870,75	65	5562º
16º	SP	União Paulista	22.069,92	2.008.362,62	91	5550º
17º	SP	Paulínia	21.586,68	322.051.704,31	14.919	252º
18º	SP	Louveira	21.021,03	118.159.217,51	5.621	898º
19º	SP	Florínia	20.845,57	3.606.283,12	173	5460º
20º	SP	Aspásia	20.579,87	2.366.685,42	115	5528º
21º	GO	Cumari	20.366,32	1.771.869,90	87	5556º
22º	RS	Unistalda	20.277,86	3.487.791,98	172	5463º
23º	RS	São Domingos do Sul	20.277,31	1.906.066,87	94	5547º
24º	RS	Maratá	20.097,81	4.180.345,16	208	5404º
25º	RS	Ponte Preta	19.954,57	1.815.865,76	91	5550º
26º	RS	Mato Castelhano	19.822,62	2.933.748,13	148	5497º
27º	GO	Ivolândia	19.726,44	1.617.568,30	82	5559º
28º	RS	Sete de Setembro	19.672,65	1.888.574,28	96	5545º
29º	MG	Passabém	19.476,58	1.577.603,36	81	5560º
30º	RS	Rolador	19.347,33	2.786.015,97	144	5501º
31º	RS	Novo Xingu	19.297,69	2.161.341,32	112	5533º
32º	RS	Muliterno	19.225,28	1.634.148,83	85	5557º
33º	SP	Ribeira	19.156,10	4.061.093,64	212	5399º
34º	RS	Porto Alegre	19.119,04	937.559.718,62	49.038	36º
35º	SP	São Caetano do Sul	18.931,50	360.398.940,86	19.037	174º
36º	SP	Santos	18.912,01	544.968.584,95	28.816	98º
37º	SP	Nova Castilho	18.891,19	2.852.569,71	151	5492º
38º	SP	Turmalina	18.887,01	2.927.487,16	155	5488º
39º	SP	Cruzália	18.854,01	2.356.751,03	125	5520º
40º	SP	Presidente Alves	18.684,17	2.578.415,92	138	5509º
41º	RS	Vila Lângaro	18.451,80	3.099.901,61	168	5470º
42º	MT	Tesouro	18.292,76	2.853.670,05	156	5487º
43º	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	18.121,24	38.145.201,67	2.105	2282º
44º	RS	Nova Roma do Sul	18.027,37	3.875.885,22	215	5394º
45º	PA	Abel Figueiredo	17.966,55	30.129.904,70	1.677	2683º
46º	SP	Poloni	17.920,29	3.584.057,60	200	5422º
47º	RS	Montauri	17.849,23	1.874.168,80	105	5541º
48º	RS	Pinto Bandeira	17.576,42	2.302.511,42	131	5517º
49º	SP	Ilhabela	17.411,21	105.703.446,73	6.071	807º
50º	RS	Nova Brésia	17.410,01	2.733.371,64	157	5485º
51º	PR	São Manoel do Paraná	17.269,34	4.075.563,07	236	5348º
52º	PR	Itaipulândia	17.196,51	23.971.932,24	1.394	2997º

Posição	UF	Município	Desp. com educação por aluno	Despesa com educação	Matrículas rede municipal 2016	Ranking de matr. 2016
				em R\$		
53º	MG	Itatiaiuçu	17.187,04	25.883.677,71	1.506	2860º
54º	RS	Boa Vista do Sul	17.114,51	3.166.184,52	185	5445º
55º	RS	Floriano Peixoto	17.085,04	2.272.309,87	133	5514º
56º	RS	Coronel Pilar	16.958,71	1.526.284,08	90	5552º
57º	RS	Almirante Tamandaré do Sul	16.935,89	2.912.973,16	172	5463º
58º	RS	São Martinho da Serra	16.930,93	2.929.051,66	173	5460º
59º	RS	Centenário	16.888,18	1.959.028,89	116	5526º
60º	RS	Linha Nova	16.791,48	1.964.603,09	117	5525º
61º	RS	Lagoa dos Três Cantos	16.604,91	1.793.330,20	108	5537º
62º	SP	Adamantina	16.600,03	40.055.872,05	2.413	2064º
63º	SP	Itaberá	16.291,15	13.928.929,74	855	3767º
64º	RS	Tupanci do Sul	16.244,15	2.940.190,65	181	5450º
65º	RS	Ubietama	16.175,57	1.455.801,64	90	5552º
66º	MS	Jatei	16.123,51	5.852.834,06	363	5032º
67º	RS	Barra do Rio Azul	16.119,83	1.450.785,01	90	5552º
68º	RS	São Jorge	15.997,83	2.127.711,75	133	5514º
69º	SP	Caiuá	15.845,19	6.639.133,44	419	4870º
70º	SP	Magda	15.840,22	4.308.541,09	272	5268º
71º	SP	Monções	15.831,51	2.992.155,34	189	5442º
72º	RS	Sério	15.824,63	2.357.869,80	149	5496º
73º	SP	Macaubal	15.806,88	3.050.728,31	193	5433º
74º	RS	Canudos do Vale	15.796,77	2.037.783,21	129	5519º
75º	RS	Vespasiano Correa	15.757,20	2.253.280,12	143	5502º
76º	RS	Camargo	15.720,25	2.436.638,98	155	5488º
77º	SP	Alto Alegre	15.662,49	4.761.397,31	304	5184º
78º	RS	Ciriaco	15.576,58	3.644.920,41	234	5357º
79º	SP	Rifaina	15.572,88	4.547.279,85	292	5213º
80º	MG	Serra da Saudade	15.564,34	2.116.749,79	136	5511º
81º	GO	Pilar de Goiás	15.550,74	3.561.120,60	229	5366º
82º	RS	São Valentim do Sul	15.515,81	1.768.802,08	114	5530º
83º	SP	Campinas	15.508,31	888.083.622,53	57.265	26º
84º	TO	Gurupi	15.472,33	104.933.357,33	6.782	697º
85º	GO	Guarinos	15.458,16	2.504.221,24	162	5482º
86º	SP	Pongai	15.454,89	4.945.564,20	320	5139º
87º	MG	Alvorada de Minas	15.377,90	5.858.980,66	381	4976º
88º	RS	Coqueiro Baixo	15.331,38	2.315.038,00	151	5492º
89º	PR	Novo Itacolomi	15.291,79	4.327.576,49	283	5237º
90º	SP	Turiúba	15.234,82	2.483.275,68	163	5480º
91º	RS	Porto Vera Cruz	15.151,16	1.363.604,79	90	5552º
92º	RS	Muitos Capões	15.106,73	3.791.788,02	251	5311º
93º	SP	Itaóca	15.064,44	2.636.277,04	175	5458º
94º	GO	Palmelo	14.999,48	1.709.940,71	114	5530º
95º	GO	Nova Aurora	14.959,39	1.585.694,99	106	5540º
96º	RS	Dezesseis de Novembro	14.945,01	2.421.091,42	162	5482º
97º	SP	Embaúba	14.935,68	3.255.978,56	218	5389º
98º	RS	Vista Alegre do Prata	14.914,08	1.730.033,42	116	5526º
99º	GO	Goiatuba	14.884,46	51.262.086,82	3.444	1526º
100º	SP	Pracinha	14.872,42	2.453.948,98	165	5475º

	Total dos 100 maiores	17.944,37	3.836.326.978,11	213.790	..
	Total dos demais	6.387,45	144.563.202.483,99	22.632.392	..
	Total Brasil¹	6.495,59	148.399.529.462,10	22.846.182	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹não inclui Brasília.

Municípios são o ente federado que mais aumentou sua participação no financiamento da saúde no país

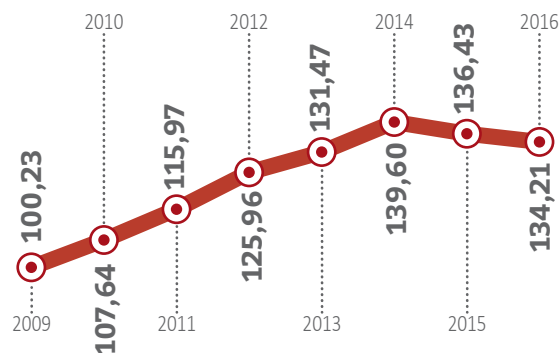
A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO FINANCIAMENTO DA SAÚDE NO PAÍS CRESCEU 6,1 PONTOS PERCENTUAIS (P.P.), ENQUANTO QUE A DA UNIÃO CAIU 9,1 P.P., NOS ÚLTIMOS 14 ANOS. **MESMO COM A QUEDA NOS GASTOS EM 2016, CONTINUA SENDO AMPLIADA A FATIA DA RECEITA QUE OS MUNICÍPIOS DESTINAM PARA A SAÚDE PÚBLICA.**

Desempenho

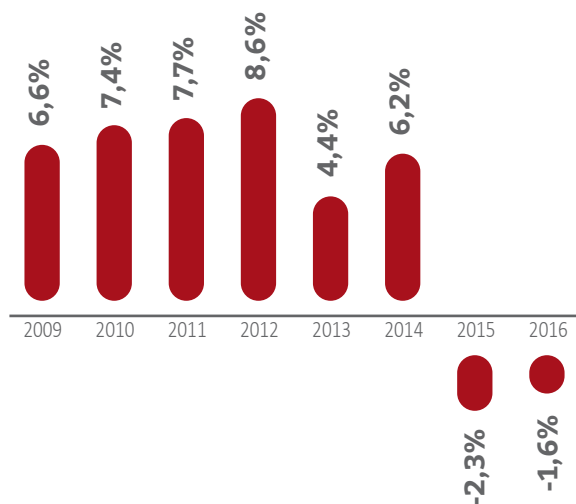
Pelo segundo ano consecutivo, houve redução dos gastos com saúde nos municípios brasileiros. Em 2016, foram alocados R\$ 134,21 bilhões, valor 1,6% menor que o realizado no ano anterior, o que representou pouco mais de R\$ 2 bilhões a menos, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Do início da década de 2000 até 2014, os municípios brasileiros vinham direcionando recursos crescentes na saúde. Esse cenário foi interrompido em 2015, com o agravamento da crise econômica brasileira que impactou diretamente nas receitas municipais.

Despesa com saúde em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016



Taxa de crescimento da despesa com saúde em relação ao ano anterior



A queda só não foi maior devido aos resultados apresentados pelas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, que possuem os maiores orçamentos municipais do país e acusaram aumento nos gastos com a saúde em 2016. Desconsiderando-se essas cidades, a baixa chega a 2,3%.

A despesa empenhada na saúde em São Paulo foi de R\$ 9,63 bilhões em 2016, 2,9% maior que no anterior. Já no Rio de Janeiro, o gasto somou R\$ 4,75 bilhões, 7% maior que o de 2015. Porém, deve ser citado que, em 2015, a capital fluminense havia reduzido em 4,6% a aplicação de recursos na área em comparação com 2014.

Nas demais capitais, prevalece o ambiente de contenção dos gastos com saúde, sendo as mais fortes ocorridas em Belém (-22,2%), Aracaju (-16,2%) e Campo Grande (-10,2%). Mesmo entre

as 10 capitais que obtiveram aumento do gasto em saúde em 2016, na maior parte delas, ou seja, em seis, isso ocorreu devido ao menor volume aplicado em 2015, ano-base de comparação.¹

Nos pequenos municípios, com até 20 mil habitantes, houve aumento de 1% na despesa com saúde, contrariando o ambiente de retração. Esse resultado se deve, em grande parte, aos recursos provenientes da Lei de Repatriação, que ingressaram nos cofres municipais no final de 2016 via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), resultado do trabalho da FNP, que atuou junto ao Governo Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a viabilização dos repasses (veja mais sobre a Lei nº 13.254 que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária na página 56).

A Emenda Constitucional nº 29 e a aplicação de recursos próprios

O Sistema Único de Saúde (SUS) é financiado pelas três esferas de governo, conforme determina a Constituição Federal (CF), que estabelece a obrigatoriedade de um aporte mínimo de recursos em ações e serviços públicos de saúde pelos entes da Federação.

Na esfera municipal, a Emenda Constitucional nº 29/2000 e a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecem a aplicação mínima de 15% das receitas provenientes de impostos e de transferências constitucionais no financiamento da saúde. Essa parcela ficou conhecida como receita vinculada à saúde.

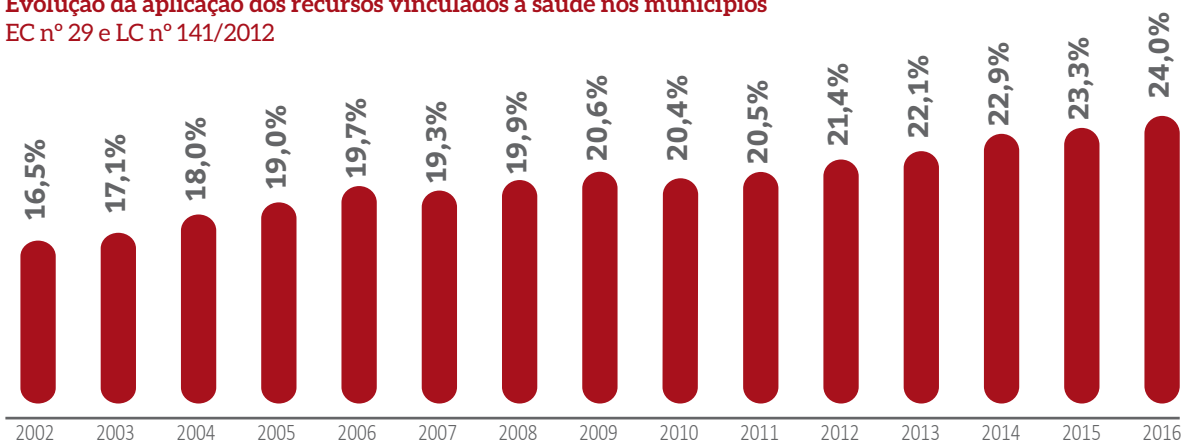
¹ João Pessoa, capital da Paraíba, deve ser excluído do grupo de capitais que tiveram aumento na despesa com saúde, pois o dado do balanço de 2015 que a prefeitura apresentou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) registra um valor atipicamente baixo e muito diferente do apresentado em seu Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Assim, devido à alteração contábil de 2015, o aumento de 30% na despesa com saúde de João Pessoa, em 2016, não reflete a realidade. Considerando-se o dado do RREO, essa despesa teve queda real de 9,3%, passando de R\$ 723,2 milhões para R\$ 656,2 milhões, no mesmo período.

Despesa por função | Saúde

Os municípios vêm aplicando em saúde percentuais de suas receitas vinculadas muito acima do exigido pela legislação. De acordo com os dados coletados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops), mesmo com a exigência mínima de 15%, os municípios brasileiros aplicaram

24%, em 2016, o que gerou uma diferença recorde de R\$ 29,35 bilhões entre o mínimo exigido por lei e o efetivamente aplicado. Portanto, o valor que os municípios aplicam em saúde acima do mínimo exigido por lei equivale a quase toda a arrecadação de IPTU, que foi de R\$ 31,03 bilhões, em 2016.

Evolução da aplicação dos recursos vinculados à saúde nos municípios
EC nº 29 e LC nº 141/2012



MESMO COM A EXIGÊNCIA MÍNIMA LEGAL DE 15%, OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS APLICARAM 24% NA SAÚDE, **EM 2016, O QUE SIGNIFICOU R\$ 29,35 BILHÕES ACIMA DO MÍNIMO.**

Valores aplicados em saúde acima do mínimo exigido pela EC nº 29/2000
em R\$ bilhões - IPCA médio de 2016

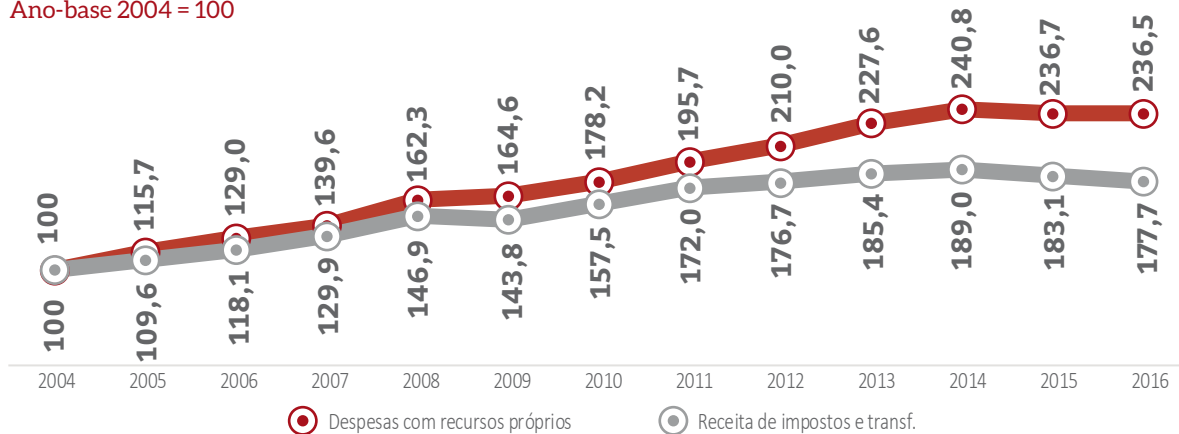


Essa diferença vem se ampliando pois o crescimento das receitas vinculadas tem sido inferior ao incremento das despesas com recursos próprios, aquelas realizadas sem contar com as transferências que os municípios recebem de outras esferas de governo para o financiamento do SUS, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tomando por base o ano de 2004, que foi o primeiro quando exigiu-se a aplicação mínima de 15%, até 2016, enquanto as receitas vinculadas cresceram 78%,

as despesas em saúde com recursos próprios apresentaram alta de 137%.

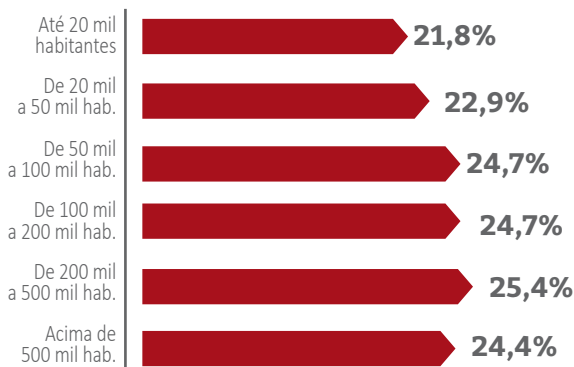
Os dados evidenciam, mais uma vez, que a saúde é uma área que exige recursos crescentes e, mesmo antes do período de crise, os municípios já estavam injetando uma parcela cada vez maior de seus recursos próprios no financiamento da saúde. Dessa forma, tem-se uma ampliação da participação dos municípios no financiamento da saúde no país, em detrimento da parcela da União, como será visto no item seguinte deste texto.

Evolução da despesa com saúde com recursos próprios e receita de impostos e transferências (EC nº 29/2000)
Ano-base 2004 = 100



O Siops revela ainda que o desafio do financiamento à saúde é maior nas cidades médias e grandes. Os dados apontam que, conforme cresce o número de habitantes, maior tende a ser a diferença entre o percentual mínimo de 15% exigido por lei e o efetivamente aplicado em saúde. Enquanto que nas cidades com até 20 mil habitantes foram destinados à saúde 21,8% de suas receitas vinculadas, naquelas com população entre de 200 mil e 500 mil habitantes o índice foi de 25,4%.

Aplicação dos recursos vinculados à saúde por faixa populacional em 2016



Nota: de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012.

O financiamento da saúde pública

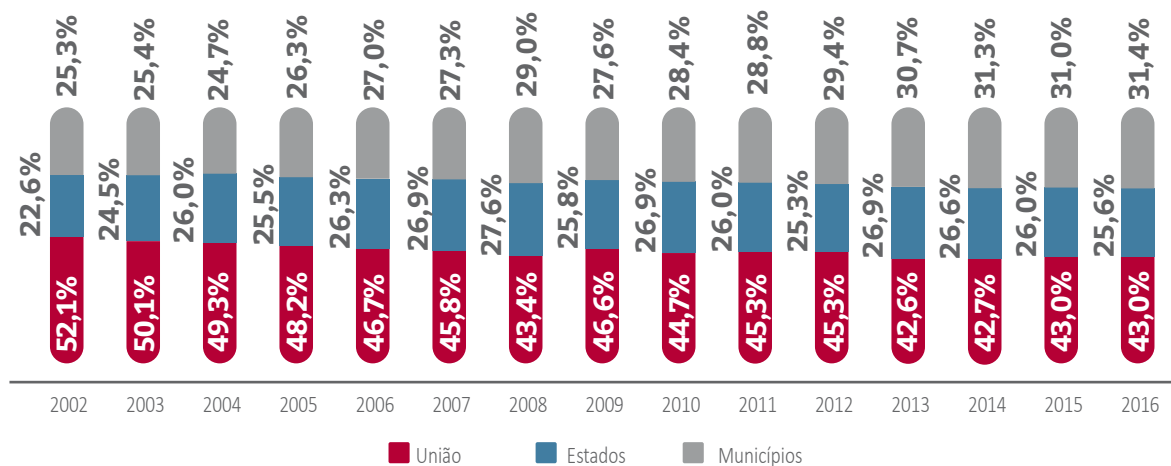
Conforme citado na página 187, a responsabilidade do financiamento da saúde pública no Brasil é compartilhada entre a União, os estados e os municípios. Em 2002, a União respondia por 52,1% de toda a despesa pública em ações e serviços públicos em saúde (ASPS – contabilizadas conforme o artigo 3º da Lei Complementar nº 141/2012), enquanto os municípios (25,3%) e os estados (22,6%) respondiam por uma parcela menor, conforme dados do Ministério da Saúde/Siops e da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO). Nesse mesmo ano, a União concentrava cerca de 56,8% das receitas disponíveis para as três esferas de governo, enquanto que os municípios detinham 17,2% e os estados 26% (veja dados na página 9).

Quatorze anos depois, observa-se uma substancial redução da participação da União no financiamento da saúde pública. Em 2016, a União

havia respondido por 43%. Ao mesmo tempo, houve aumento da participação dos estados e dos municípios nessa despesa, que chegaram a 25,6% e 31,4%, respectivamente.

Esse forte aumento da participação dos entes subnacionais no financiamento da saúde, especialmente dos municípios, não foi acompanhado por um processo de descentralização de recursos na mesma magnitude. Enquanto que os municípios aumentaram sua participação no financiamento da saúde em 6,1 pontos percentuais (p.p.) nesses 14 anos, sua participação no total das receitas disponíveis cresceu apenas 3,2 p.p. Os estados aumentaram sua participação no financiamento da saúde em 3 p.p. e perderam 0,3 p.p. na repartição das receitas disponíveis. A União, por sua vez, diminuiu acentuadamente sua participação no financiamento da saúde, em 9,1 p.p., enquanto que sua participação no total das receitas disponíveis reduziu-se apenas 2,9 p.p.

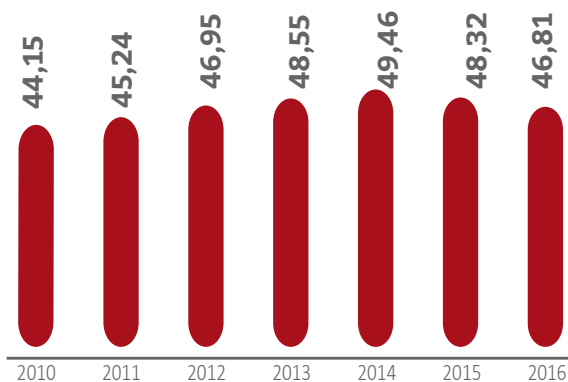
Participação de cada ente federado no financiamento da saúde



SUS dependência

A grande demanda por serviços na saúde pública ficou ainda mais pressionada em 2015 e 2016 com a queda no número de pessoas com planos de saúde suplementar. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2014, 49,5 milhões de brasileiros possuíam algum plano de saúde, número que recuou para 46,8 milhões, em 2016. Em apenas dois anos, a redução foi de 5,3%. Foram mais 2,6 milhões de pessoas que passaram a depender exclusivamente dos atendimentos no sistema público de saúde.

Número de beneficiários de saúde suplementar em milhões



A saúde no orçamento municipal

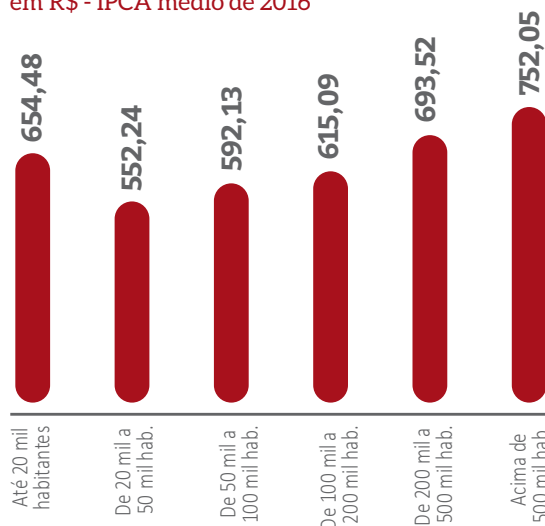
Após anos de crescente aumento de importância no orçamento municipal, a participação do gasto com a saúde na despesa total praticamente repetiu os números de 2015, com ligeiro aumento de 24,7% para 24,9%. É a segunda função que mais consome recursos, inferior apenas à educação, que consumiu 27,5% da despesa total.

Nas grandes cidades, no entanto, a despesa com saúde supera a com educação. Em 32 dos 38 municípios com dados e que possuem mais de 500 mil habitantes, a saúde é a área que consome a maior fatia da despesa total.

Gastos per capita

No conjunto dos municípios brasileiros a despesa com saúde foi, em média, de R\$ 660,72 por habitante. Os municípios da região Centro-Oeste (R\$ 768,67) possuem a maior despesa com a saúde por habitante, seguido pelo Sudeste (R\$ 754,38) e Sul (R\$ 724,59), que também superaram a média nacional. A região Norte do país possui o menor gasto médio por habitante, de R\$ 437,55, em 2016, valor que representa 57% da média do Centro-Oeste. No Nordeste, o indicador foi de R\$ 531,06, também abaixo da média nacional. Nos municípios agrupados segundo faixas populacionais, os menores valores estão entre aqueles com mais de 20 mil até 200 mil habitantes. Os grandes municípios, aqueles com mais de 500 mil habitantes, são os que despendem os maiores valores per capita em saúde.

Despesa com saúde per capita por faixa populacional - 2016 em R\$ - IPCA médio de 2016



Despesa com saúde | 2012-2016

UF	População 2016	Região e município	2012	2013	2014	2015	2016 (A)	Receita SUS 2016 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2016 (C=A-B)	B/A	C/A	Variação 2016/2015	Part. na despesa total 2016	Parc. da rec. do imposto de saúde* 2016	Despesa com saúde per capita 2016
17.740.418	17.740.418	Norte	7.288.929,8	7.731.824,8	8.486.745,0	8.134.473,7	7.762.371,8	3.738.276,7	4.024.095,1	48,2	51,8	-4,6	21,9	21,0	437,55
AC	377.057	Rio Branco	112.381,9	121.058,4	134.691,4	120.787,1	113.494,6	41.882,9	71.611,7	36,9	63,1	-6,0	15,6	15,7	301,00
AC	82.075	Cruzeiro do Sul	27.039,7	28.789,1	34.076,9	26.657,6	27.871,5	22.209,4	5.662,0	79,7	20,3	4,6	19,5	20,0	339,59
AP	465.495	Macapá	132.948,1	116.909,9	123.396,8	147.795,8	142.316,7	77.847,1	64.469,7	54,7	45,3	-3,7	20,6	18,1	305,73
AP	113.854	Santana	30.887,6	29.965,1	15,7	...
AM	2.094.391	Manaús	805.400,4	847.982,9	830.702,4	815.530,6	756.557,2	189.679,7	566.877,5	25,1	74,9	-7,2	18,1	24,0	361,23
AM	112.716	Parintins	52.073,1	46.493,0	48.724,3	44.160,8	29,9	...
PA	1.446.042	Belém	797.849,9	814.910,9	1.059.410,2	1.066.599,5	830.175,1	426.816,7	403.358,5	51,4	48,6	-22,2	31,9	24,4	574,10
PA	510.834	Ananindeua	179.755,3	197.252,4	218.126,7	213.074,9	15,3	...
PA	294.447	Santarém	99.021,2	102.326,6	129.428,3	143.765,4	128.956,4	82.694,7	46.261,7	64,1	35,9	-10,3	23,0	20,4	437,96
PA	266.932	Marabá	126.346,8	142.297,2	175.570,2	164.563,0	153.116,8	48.857,5	104.259,3	31,9	68,1	-7,0	24,5	29,8	573,62
RO	511.219	Porto Velho	305.152,6	292.610,8	295.188,8	305.469,5	289.293,8	84.044,2	205.249,6	29,1	70,9	-5,3	25,4	26,5	565,89
RO	131.560	Ji-Paraná	62.454,0	54.538,6	60.922,3	60.939,6	59.602,9	33.541,8	26.061,1	56,3	43,7	-2,2	28,1	22,1	453,05
RR	326.419	Boa Vista	141.236,6	169.411,8	160.151,7	164.468,2	188.628,9	82.800,7	105.828,1	49,9	56,1	14,7	20,4	16,6	577,87
RR	27.756	Rorainópolis	9.762,0	9.552,7	10.168,8	8.475,0	7.209,2	6.599,9	609,4	91,5	8,5	-14,9	13,1	15,0	259,74
TO	279.856	Palmas	187.182,2	158.591,4	178.228,9	178.384,6	172.127,4	87.193,5	84.933,9	50,7	49,3	-3,5	19,7	15,3	615,06
TO	173.112	Araguaína	86.168,1	81.708,5	82.587,2	84.680,1	87.270,6	65.551,0	21.719,6	75,1	24,9	3,1	25,1	20,9	504,13
56.912.962	56.912.962	Nordeste	28.880.910,9	29.934.094,0	31.773.544,0	30.597.960,0	30.224.825,1	15.972.351,9	14.252.073,6	52,8	47,2	-1,2	25,3	21,4	531,06
AL	1.021.709	Maceió	596.051,2	617.292,9	672.217,2	583.547,2	608.871,1	340.658,7	268.212,4	55,9	44,1	4,3	30,5	22,1	595,93
AL	232.671	Arapiraca	196.658,1	196.984,5	190.570,7	222.680,7	185.361,9	158.847,9	26.514,0	85,7	14,3	-16,8	31,0	34,4	796,67
BA	2.938.092	Salvador	1.197.789,5	1.146.097,6	653.962,6	1.235.010,8	1.308.866,4	661.563,7	647.302,7	50,5	49,5	6,0	24,3	19,2	445,48
BA	622.639	Feira de Santana	333.911,4	324.748,4	340.697,6	340.697,6	330.603,3	188.892,0	141.711,3	57,1	42,9	-3,0	33,8	27,6	530,97
BA	346.069	Vitória da Conquista	197.676,6	207.412,5	225.142,5	212.900,3	214.022,6	137.102,2	76.920,4	64,1	35,9	0,5	35,4	28,0	618,44
BA	292.074	Camaçari	171.780,5	173.167,7	188.582,2	200.122,6	184.310,4	44.757,2	139.553,2	24,3	75,7	-7,9	19,6	20,6	631,04
CE	2.609.716	Fortaleza	1.727.311,4	1.791.382,9	1.945.610,7	1.894.046,8	1.716.552,4	934.989,6	781.562,7	54,5	45,5	-9,4	30,1	29,4	657,75
CE	358.164	Caucaia	129.354,3	119.980,4	138.071,2	112.865,0	123.128,7	66.465,3	40.345,7	62,2	37,8	-5,3	20,2	15,3	498,01
CE	119.814,6	Juazeiro do Norte	102.755,7	129.738,2	116.420,5	116.420,5	106.830,9	76.485,0	46.663,7	62,1	37,9	5,8	27,6	19,3	259,27
MA	1.082.935	São Luís	797.374,8	803.511,8	834.939,8	841.367,6	810.359,6	326.438,7	483.920,8	40,3	59,7	-3,7	32,0	28,5	748,30
MA	201.718	Imperatriz	170.035,3	211.009,5	219.549,0	87.595,8	60,1	39,9	...	38,6	28,1	864,80
PB	807.810	João Pessoa	776.809,7	733.355,0	741.721,8	487.458,5	634.898,9	353.046,5	281.852,4	55,6	44,4	30,2	37,2	23,3	791,92
PB	407.754	Campina Grande	311.658,2	304.377,3	262.123,5	295.878,8	286.972,3	190.789,7	96.182,6	66,5	33,5	-3,0	35,1	25,9	703,79
PE	1.625.583	Recife	941.581,5	945.651,8	1.037.356,5	1.011.251,9	940.141,9	419.618,2	520.523,7	44,6	55,4	-7,0	23,8	16,9	578,34
PE	691.125	Jaboatão dos Guararapes	217.911,3	254.171,9	285.543,2	268.037,4	251.785,3	143.240,4	108.545,0	56,9	43,1	-6,1	23,9	15,8	364,31
PE	390.144	Ondina	143.682,2	143.682,2	157.620,7	137.491,2	129.367,3	78.353,9	51.013,4	60,6	39,4	-5,9	23,5	16,5	331,59
PE	351.686	Caruaru	148.184,4	156.832,9	166.004,4	161.614,8	159.777,6	80.368,0	79.409,6	50,3	49,7	-1,1	28,3	27,2	454,32
PE	128.215,8	Caruaru	134.134,8	104.354,0	104.354,0	97.563,8	108.576,6	54.260,8	54.315,8	50,0	50,0	11,3	18,8	19,7	321,53
PE	325.590	Paulista	93.068,3	87.724,1	104.470,1	89.208,6	73.330,8	50.106,9	33.223,8	68,3	31,7	-17,8	17,8	15,4	225,22
PI	847.486,2	Teresina	864.786,2	986.555,5	999.334,8	919.316,1	1.001.988,5	407.645,2	594.343,3	40,7	59,3	9,0	39,9	34,8	1.182,38
PI	150.201	Parnaíba	84.404,1	95.103,3	89.286,8	84.432,5	81.680,6	62.985,2	18.695,2	77,1	22,9	-3,3	28,7	20,1	543,81
RN	877.662	Natal	580.892,0	548.295,7	600.032,7	588.235,2	645.626,3	291.513,7	354.112,5	45,2	54,8	9,8	33,3	28,4	735,62
RN	291.937	Mossoró	190.340,9	200.533,3	193.674,9	195.406,6	175.943,8	92.665,9	83.277,9	52,7	47,3	-10,0	32,0	29,0	602,68
SE	641.523	Aracaju	523.835,3	551.655,1	550.095,6	603.326,4	505.449,8	294.265,2	211.184,6	58,2	41,8	-16,2	33,4	22,1	787,89
SE	179.661	Nossa Senhora do Socorro	56.115,2	55.770,2	59.680,1	57.869,1	55.768,2	32.750,2	23.018,0	58,7	41,3	-3,6	22,3	15,2	310,41
12.683.772	12.683.772	Centro-Oeste	8.708.790,5	9.178.221,1	9.745.177,3	9.588.804,3	9.749.633,9	4.385.685,7	5.363.948,2	45,0	55,0	1,7	28,0	23,8	768,67
GO	1.448.639	Goiânia	1.309.861,8	1.370.048,6	1.333.334,2	1.253.219,5	1.260.237,6	644.661,3	615.576,3	51,2	48,8	0,6	31,2	20,4	869,95
GO	532.135	Aparecida de Goiânia	220.301,3	239.937,7	249.490,9	291.216,0	321.816,3	222.401,3	99.414,9	69,1	30,9	10,5	35,3	22,4	604,76
GO	370.875	Anápolis	254.238,2	260.102,4	266.330,1	266.879,1	275.916,3	143.069,9	132.846,6	51,9	48,1	3,4	27,6	21,7	743,96
MT	585.367	Cuiabá	491.265,1	531.452,3	558.122,0	599.080,4	640.892,9	398.127,3	242.765,6	62,1	37,9	7,0	34,8	27,6	1.094,86
MT	271.339	Várzea Grande	138.363,4	125.859,2	119.878,3	112.763,1	126.975,1	62.946,3	64.028,8	49,6	50,4	12,6	27,4	25,5	467,96
MS	863.982	Campo Grande	982.988,1	1.018.166,0	1.075.985,9	1.170.126,6	1.050.272,6	492.840,3	557.432,4	46,9	53,1	-10,2	37,4	31,9	1.215,62
MS	215.486	Dourados	236.544,7	243.440,4	239.625,6	219.488,6	202.677,5	106.575,0	96.102,5	52,6	47,4	-7,7	30,8	23,1	940,56
86.356.952	86.356.952	Sudeste	62.215.515,9	64.740.623,1	67.697.907,1	66.936.209,2	65.146.147,4	20.755.753,7	44.390.393,7	44,3	68,1	-2,7	24,6	25,5	754,38
ES	359.555	Vitória	302.617,6	320.487,5	303.999,1	284.560,4	242.493,7	62.068,1	180.42						

UF	População 2016	Região e município	em R\$ mil - IPCA médio de 2016											em %			Despesa com saúde per capita 2016	em R\$
			2012	2013	2014	2015	2016 (A)	Receita SUS 2016 (B)	Gasto com saúde com rec. próprios 2016 (C=A-B)	B/A	C/A	Varição 2016/2015	Part. na despesa total 2016	Part. de rec. de impostos aplic. em saúde 2016				
MG	669.672	Uberlândia	518.084,2	556.158,2	584.962,0	570.929,2	485.155,0	219.471,8	265.683,2	45,2	54,8	-15,0	25,9	27,5	724,47			
MG	653.800	Contagem	416.841,3	421.548,9	431.235,0	442.237,0	397.719,6	165.481,2	232.238,4	41,6	58,4	-10,1	28,5	29,5	608,32			
MG	559.636	Juiz de Fora	526.530,8	505.987,5	556.705,9	572.438,0	561.069,9	306.710,3	254.359,5	54,7	45,3	-2,0	39,5	30,2	1.002,56			
MG	422.354	Betim	481.555,4	498.026,3	520.110,4	476.343,0	424.386,3	146.235,5	278.150,8	34,5	65,5	-10,9	29,8	33,6	1.004,81			
MG	398.288	Montes Claros	326.176,6	347.229,5	348.513,6	363.601,3	149.224,9	75.501,1	73.723,8	50,6	49,4	-59,0	24,2	20,3	374,67			
MG	325.846	Ribeirão das Neves	149.310,7	149.298,9	154.373,3	156.351,9	140.506,8	65.232,5	75.274,3	46,4	53,6	-10,1	38,9	34,0	431,21			
MG	325.279	Uberaba	206.819,5	214.946,6	253.971,5	243.790,0	233.991,8	100.635,1	133.356,7	43,0	57,0	-4,0	25,5	22,7	719,36			
MG	279.665	Governador Valadares	115.649,0	222.203,9	213.226,9	230.950,6	219.630,8	152.227,5	67.403,3	69,3	30,7	-4,9	30,3	15,0	785,34			
RJ	6.498.837	Rio de Janeiro	4.847.989,6	4.677.713,7	4.651.693,0	4.437.748,3	4.749.714,8	1.439.193,7	3.310.521,1	30,3	69,7	7,0	18,8	25,5	730,86			
RJ	1.044.058	São Gonçalo	374.648,1	409.808,9	421.988,2	22,0	...			
RJ	886.917	Duque de Caxias	564.412,3	555.141,6	645.725,8	634.260,2	601.595,5	205.349,1	396.246,4	34,1	65,9	-5,2	24,8	27,9	678,30			
RJ	797.435	Nova Iguaçu	320.878,7	403.053,3	432.826,4	442.263,0	434.149,6	296.161,2	137.988,4	68,2	31,8	-1,8	31,8	19,9	544,43			
RJ	497.883	Niterói	436.689,9	460.420,5	462.603,4	20,6	850,55			
RJ	494.141	Belford Roxo	178.835,5	197.482,3	189.164,3	165.331,0	157.340,4	109.574,7	47.765,7	69,6	30,4	-4,8	24,2	21,8	318,41			
RJ	487.186	Campos dos Goytacazes	728.684,0	793.432,2	847.610,9	719.886,2	750.520,2	138.014,8	612.505,4	18,4	81,6	4,3	26,0	63,7	1.540,52			
RJ	460.541	São João de Meriti	126.785,7	147.749,4	160.867,8	151.926,7	129.738,0	101.607,2	28.130,8	78,3	21,7	-14,6	23,0	17,1	281,71			
RJ	298.158	Petropolis	301.523,7	330.166,3	340.099,4	315.490,8	307.410,7	125.456,1	181.954,6	40,8	59,2	-2,6	35,6	35,0	1.031,03			
RJ	263.659	Volta Redonda	233.115,8	338.207,2	282.040,3	288.589,4	223.133,7	104.030,1	119.103,7	46,6	53,4	-22,7	20,8	27,3	846,30			
SP	12.038.175	São Paulo	8.613.816,0	8.978.668,4	7.549.133,2	9.354.499,0	9.627.533,6	1.732.049,3	7.895.484,3	18,0	82,0	2,9	20,3	22,4	799,75			
SP	1.337.087	Guarulhos	894.276,4	1.074.025,7	1.024.057,6	1.025.882,2	880.544,0	230.021,4	650.522,6	26,1	73,9	-14,2	25,2	25,4	658,55			
SP	1.173.370	Campinas	1.091.590,8	1.113.914,2	1.182.139,5	1.203.788,4	1.217.915,7	365.397,2	852.518,5	30,0	70,0	1,2	28,2	31,2	1.037,96			
SP	822.242	São Bernardo do Campo	1.070.252,2	1.024.674,7	1.095.314,4	1.060.181,4	1.015.430,4	147.576,5	381.700,2	27,9	72,1	5,2	28,2	23,5	1.234,95			
SP	712.749	Santo André	521.961,8	520.299,6	558.901,2	502.879,0	529.276,7	347.145,4	668.285,0	34,2	65,8	-4,2	28,2	30,8	742,58			
SP	696.382	Osasco	518.535,9	553.860,4	622.339,2	568.430,9	524.443,4	84.983,5	439.459,9	16,2	83,8	-7,7	26,9	35,0	753,10			
SP	695.992	São José dos Campos	632.351,4	600.460,5	614.884,7	619.355,4	600.907,1	135.987,5	464.919,6	22,6	77,4	-3,0	23,5	29,0	863,38			
SP	674.405	Ribeirão Preto	554.838,3	574.381,8	549.572,1	566.601,5	404.397,2	28.716,4	31.566,6	28,6	71,4	3,1	23,8	26,4	840,47			
SP	652.481	Sorocaba	463.396,9	515.218,8	591.012,5	576.460,8	498.801,8	152.205,3	346.276,2	30,6	69,4	-13,5	21,7	30,1	764,47			
SP	457.696	Maui	273.080,3	289.014,6	308.283,6	287.453,5	291.148,1	135.833,0	155.315,1	46,7	53,3	1,3	28,5	23,4	636,12			
SP	446.649	São José do Rio Preto	196.443,7	307.984,8	313.280,0	307.824,5	303.958,4	130.065,2	173.893,2	42,8	57,2	-1,3	21,6	24,5	680,53			
SP	434.359	Santos	476.356,6	456.952,7	471.537,3	549.006,5	535.756,2	162.134,3	373.621,9	30,3	69,7	-2,4	24,5	22,9	1.233,44			
SP	429.321	Mogi das Cruzes	227.713,3	250.334,9	239.978,1	255.910,5	265.821,4	106.345,9	159.475,5	40,0	60,0	3,9	20,8	21,7	619,17			
SP	415.180	Diadema	390.076,9	352.790,3	348.312,3	368.694,3	317.549,7	107.630,1	357.553,7	23,1	76,9	0,8	...	39,3	894,91			
SP	420.740	Jundiaí	445.973,1	484.216,5	459.426,1	459.426,1	465.183,8	113.914,1	28,0	1.146,51			
SP	394.465	Carapicuíba	143.088,7	141.697,5	129.348,9	137.259,3	113.914,1	25,1	288,78			
SP	369.419	Piracicaba	336.959,1	335.355,8	382.989,8	378.490,5	364.044,2	118.886,2	245.155,0	32,7	67,3	-3,8	25,5	28,6	922,98			
SP	369.368	Bauru	189.906,1	189.158,3	204.497,5	198.041,4	188.945,7	62.305,6	126.640,0	33,0	67,0	-4,6	19,4	25,4	511,54			
PR	1.893.997	Curitiba	1.415.589,5	1.703.681,7	1.725.156,6	1.602.482,9	21.331.672,9	8.589.017,1	12.742.655,8	40,3	59,7	0,8	25,2	23,2	724,59			
PR	553.393	Londrina	511.134,2	517.320,9	548.954,1	564.140,1	565.998,2	290.714,4	275.283,8	51,4	48,6	0,3	34,4	29,7	1.022,78			
PR	403.063	Maringá	323.149,8	347.246,6	359.018,8	371.794,1	371.182,7	213.943,2	157.239,4	57,6	42,4	-0,2	31,4	22,8	920,90			
PR	341.130	Ponta Grossa	141.755,2	148.417,4	165.396,5	182.345,8	168.889,1	42.648,1	126.241,0	25,3	74,7	-7,4	24,9	25,5	495,09			
PR	316.226	Cascavel	130.661,8	134.015,7	163.985,8	167.351,2	178.071,4	48.888,4	129.183,0	27,5	72,5	6,4	23,3	29,9	563,11			
PR	302.759	São José dos Pinhais	273.713,3	263.979,8	203.969,6	215.372,1	269.261,1	63.228,2	206.033,0	23,5	76,5	25,0	30,8	28,4	889,36			
PR	362.915	Foz de Iguaçu	242.602,4	241.503,4	252.195,5	241.702,7	229.802,6	97.512,9	132.289,7	42,4	57,6	-4,9	34,7	31,6	870,74			
RS	1.481.019	Porto Alegre	1.582.606,0	1.588.317,8	1.704.127,9	1.577.803,6	1.513.585,4	781.403,9	732.181,6	51,6	48,4	-4,1	27,1	20,5	1.021,99			
RS	479.236	Caxias do Sul	403.771,2	426.177,2	469.331,9	450.967,3	439.770,4	158.394,0	281.376,6	36,0	64,0	-2,5	27,5	25,0	917,65			
RS	348.651	Palotas	208.877,3	220.286,6	250.202,6	233.324,4	74.527,8	155.898,1	74.527,8	67,7	32,3	-1,2	29,2	17,8	670,52			
RS	342.634	Canoas	314.788,7	382.989,2	459.550,1	425.991,1	432.229,5	295.024,9	137.204,5	68,3	31,7	1,5	30,4	18,2	1.261,49			
RS	277.309	Santa Maria	109.690,0	111.657,0	113.878,1	105.319,5	106.289,2	30.096,6	76.192,6	28,3	71,7	0,9	20,4	19,4	383,29			
RS	273.942	Gravataí	158.298,5	172.731,1	188.383,0	170.893,3	169.862,7	70.594,6	99.268,8	41,4	58,4	-0,6	27,0	20,3	620,52			
RS	252.872	Viamão	47.574,0	46.285,8	64.738,7	73.426,5	56.319,7	18.144,2	38.175,5	32,2	67,8	-23,3	16,6	18,2	222,72			
SC	477.798	Floresópolis	291.209,2	286.087,9	296.433,3	296.011,2	294.455,8	112.482,4	181.973,4	38,2	61,8	-0,5	17,2	19,7	616,28			
SC	569.645	Joinville	466.402,6	494.830,3	628.281,9	634.884,9	623.584,0	161.485,7	462.098,4	25,9	74,1	-1,8	39,7	41,2	1.094,69			
SC	343.715	Blumenau	286.662,4	308.503,0	380.569,5	350.792,2	339.989,4	193.293,5	146.695,9	56,9	43,1	-3,1	26,6	26,4	989,16			
80.508.414	Cidades selecionadas	55.777.424,1	58.028.877,3	58.641.103,8	59.453.101,5	58.172.561,2	23.171.168,0	35.001.393,2	39,8	60,2	-2,1	25,1	24,3	722,56				
32.147.801	Anés 20 mil habitantes	19.870.517,0	20.365.860,0	22.519.469,4	20.824.361,3	21.039.953,9	7.803.481,3	13.236.472,6	37,1	62,9	1,0	23,7	21,8	654,48				
46.107.667	Capitais	33.043.727,9	34.152.161,2	33.391.236,3	34.646.275,3	34.449.852,4	13.344.711,3	21.105.141,1	38,7	61,3	-0,6	24,0	23,1	747,16				
203.133.877	Brasil*	125.959.337,4	131.465.167,5	139.601.147,9	136.425.830,7	134.214.251,5	53.441.085,0	80.773.166,4	39,8	60,2	-1,6	24,9	23,9	660,72				

Fonte: Elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Sioaps) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: *Inclui Brasília. *de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000 e a Lei Complementar nº 141/2012, a parcela obrigatória mínima da receita de impostos dos municípios a ser aplicada em despesas com saúde é de 15%. Dados dos Sioaps. *Nesta edição digital foi incluído o dado de Vibra-ES para 2015, sendo que os totais das capitais e do Brasil não foram alterados.

Despesa com saúde | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2016	Ranking pop. 2016	Posição	UF	Município	Despesa com saúde	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$						em R\$		
1°	SP	São Paulo	9.627.533.571,74	12.038.175	1°	53°	SP	São Caetano do Sul	295.470.361,36	158.825	181°
2°	RJ	Rio de Janeiro	4.749.714.846,39	6.498.837	2°	54°	SC	Florianópolis	294.455.823,75	477.798	47°
3°	MG	Belo Horizonte	2.877.828.229,76	2.513.451	5°	55°	SP	Praia Grande	291.978.986,02	304.705	86°
4°	CE	Fortaleza	1.716.552.381,33	2.609.716	4°	56°	SP	Mauá	291.148.113,74	457.696	50°
5°	PR	Curitiba	1.527.489.178,16	1.893.997	7°	57°	RO	Porto Velho	289.293.816,07	511.219	39°
6°	RS	Porto Alegre	1.513.585.412,31	1.481.019	9°	58°	PB	Campina Grande	286.972.349,48	407.754	56°
7°	BA	Salvador	1.308.866.364,48	2.938.092	3°	59°	GO	Anápolis	275.916.502,31	370.875	65°
8°	GO	Goiânia	1.260.237.608,08	1.448.639	10°	60°	MG	Ipatinga	275.501.054,77	259.324	107°
9°	SP	Campinas	1.217.915.718,04	1.173.370	13°	61°	PR	São José dos Pinhais	269.261.145,95	302.759	87°
10°	MS	Campo Grande	1.050.272.631,24	863.982	19°	62°	SP	Mogi das Cruzes	265.821.390,43	429.321	53°
11°	SP	São Bernardo do Campo	1.015.430.374,45	822.242	21°	63°	SC	Itajaí	264.105.754,14	208.958	142°
12°	PI	Teresina	1.001.988.508,09	847.430	20°	64°	SP	Paulínia	263.148.982,57	100.128	308°
13°	PE	Recife	940.141.929,71	1.625.583	8°	65°	PE	Jaboatão dos Guararapes	251.785.342,16	691.125	27°
14°	SP	Guarulhos	880.544.012,98	1.337.087	12°	66°	ES	Vitória	242.493.711,05	359.555	67°
15°	PA	Belém	830.175.131,38	1.446.042	11°	67°	SC	Chapecó	234.581.176,32	209.553	140°
16°	MA	São Luís	810.359.577,17	1.082.935	14°	68°	MG	Uberaba	233.991.803,21	325.279	82°
17°	AM	Manaus	756.557.187,11	2.094.391	6°	69°	SP	Guarujá	231.001.794,34	313.421	84°
18°	RJ	Campos dos Goytacazes	750.520.195,26	487.186	44°	70°	RS	Pelotas	230.425.888,59	343.651	75°
19°	RN	Natal	645.626.251,99	877.662	18°	71°	PR	Foz do Iguaçu	229.802.568,22	263.915	105°
20°	MT	Cuiabá	640.892.850,07	585.367	34°	72°	RS	Novo Hamburgo	229.460.363,72	249.113	110°
21°	PB	João Pessoa	634.898.914,96	801.718	22°	73°	SC	Criciúma	226.795.376,82	209.153	141°
22°	SC	Joinville	623.584.046,85	569.645	35°	74°	CE	Sobral	224.467.734,99	203.682	145°
23°	AL	Maceió	608.871.073,97	1.021.709	16°	75°	RJ	Volta Redonda	223.133.740,80	263.659	106°
24°	RJ	Duque de Caxias	601.595.511,33	886.917	17°	76°	SP	Araraquara	221.590.777,27	228.664	126°
25°	SP	São José dos Campos	600.907.111,07	695.992	26°	77°	MG	Governador Valadares	219.630.764,60	279.665	95°
26°	SP	Barueri	585.136.536,57	264.935	103°	78°	MA	Imperatriz	219.549.033,69	253.873	108°
27°	SP	Ribeirão Preto	566.602.543,07	674.405	28°	79°	MT	Rondonópolis	216.495.889,15	218.899	134°
28°	PR	Londrina	565.998.153,11	553.393	37°	80°	SP	Indaiatuba	214.815.290,70	235.367	116°
29°	MG	Juiz de Fora	561.069.850,58	559.636	36°	81°	BA	Vitória da Conquista	214.022.576,29	346.069	72°
30°	SP	Santos	535.756.168,97	434.359	52°	82°	SP	Marília	206.439.257,58	233.639	120°
31°	SP	Santo André	529.276.707,95	712.749	24°	83°	BA	Itabuna	205.897.361,20	220.386	131°
32°	SP	Osasco	524.443.385,13	696.382	25°	84°	MS	Dourados	202.677.485,11	215.486	136°
33°	SE	Aracaju	505.449.807,45	641.523	32°	85°	ES	Serra	201.862.512,08	494.109	43°
34°	SP	Sorocaba	498.801.802,26	652.481	31°	86°	SP	Limeira	199.544.468,80	298.701	88°
35°	RJ	Macaé	486.277.266,09	239.471	113°	87°	SP	Taubaté	198.181.301,90	305.174	85°
36°	MG	Uberlândia	485.155.018,99	669.672	29°	88°	MG	Sete Lagoas	195.935.407,06	234.221	118°
37°	SP	Jundiaí	465.183.802,84	405.740	57°	89°	SP	Franca	193.384.706,31	344.704	73°
38°	RS	Caxias do Sul	439.770.358,27	479.236	46°	90°	SP	São Carlos	193.378.538,61	243.765	112°
39°	RJ	Nova Iguaçu	434.149.558,55	797.435	23°	91°	SP	São Vicente	191.893.483,41	357.989	69°
40°	RS	Canoas	432.229.486,19	342.634	76°	92°	SP	Cubatão	189.923.057,04	127.887	224°
41°	MG	Betim	424.386.308,85	422.354	54°	93°	SP	Bauru	188.945.651,31	369.368	66°
42°	RJ	Niterói	423.452.221,64	497.883	41°	94°	RR	Boa Vista	188.628.871,41	326.419	79°
43°	MG	Contagem	397.719.630,87	653.800	30°	95°	PA	Parauapebas	186.668.109,22	196.259	150°
44°	SP	Diadema	371.549.713,60	415.180	55°	96°	RS	São Leopoldo	186.369.961,12	229.678	125°
45°	PR	Maringá	371.182.664,65	403.063	58°	97°	CE	Maracanaú	185.865.673,95	223.188	130°
46°	SP	Piracicaba	364.041.205,99	394.419	61°	98°	AL	Arapiraca	185.361.894,87	232.671	122°
47°	SC	Blumenau	339.989.363,58	343.715	74°	99°	BA	Camaçari	184.310.445,16	292.074	91°
48°	BA	Feira de Santana	330.603.299,68	622.639	33°	100°	MG	Poços de Caldas	179.887.170,80	164.912	174°
49°	GO	Aparecida de Goiânia	321.816.263,36	532.135	38°						
50°	RJ	Petrópolis	307.410.719,85	298.158	89°						
51°	SP	São José do Rio Preto	303.958.385,92	446.649	51°						
52°	RJ	Angra dos Reis	298.324.786,59	191.504	154°						
								Total dos 100 maiores	60.954.097.097,97	76.081.369	..
								Total dos demais	73.260.154.352,69	127.052.508	..
								Total Brasil¹	134.214.251.450,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ não inclui Brasília.

Despesa com saúde per capita | RANKING 2016

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
1°	SP	Borá	3.175,31	2.660.908,14	838	5567°
2°	RN	Guamaré	3.168,10	47.442.364,41	14.975	2303°
3°	MG	Serra da Saudade	2.800,86	2.282.699,47	815	5568°
4°	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	2.769,96	29.591.439,71	10.683	2999°
5°	RJ	Porto Real	2.767,99	51.351.725,30	18.552	1899°
6°	SP	Paulínia	2.628,13	263.148.982,57	100.128	308°
7°	RS	Pinhal da Serra	2.547,57	5.388.116,72	2.115	5435°
8°	RJ	Quissamã	2.501,01	57.835.833,57	23.125	1523°
9°	PA	Canaã dos Carajás	2.361,05	82.289.732,93	34.853	954°
10°	SP	Uru	2.332,70	2.841.229,37	1.218	5562°
11°	SP	Ilha Comprida	2.296,13	24.054.251,35	10.476	3043°
12°	SP	Barueri	2.208,60	585.136.536,57	264.935	103°
13°	SP	Ilhabela	2.205,71	72.307.638,90	32.782	1043°
14°	TO	Lajeado	2.185,80	6.686.360,52	3.059	5087°
15°	MG	Jeceaba	2.113,76	11.097.250,45	5.250	4249°
16°	MG	Água Comprida	2.091,38	4.310.341,51	2.061	5450°
17°	BA	São Francisco do Conde	2.072,91	82.481.012,27	39.790	836°
18°	SP	Rifaina	2.037,62	7.351.746,07	3.608	4880°
19°	PR	Jardim Olinda	2.036,73	2.857.525,20	1.403	5554°
20°	RJ	Macaé	2.030,63	486.277.266,09	239.471	113°
21°	MG	Cedro do Abaeté	2.016,94	2.446.551,64	1.213	5563°
22°	PR	Nova Aliança do Ivaí	2.006,94	3.064.593,18	1.527	5548°
23°	SC	Paial	1.958,58	3.147.445,30	1.607	5532°
24°	GO	Anhanguera	1.954,93	2.179.751,29	1.115	5564°
25°	SP	Nova Castilho	1.938,83	2.380.879,82	1.228	5561°
26°	MG	Grupiara	1.936,08	2.743.428,65	1.417	5553°
27°	SC	Santiago do Sul	1.913,15	2.565.532,97	1.341	5558°
28°	SP	São Sebastião	1.909,84	160.987.835,18	84.294	369°
29°	PR	Porto Rico	1.877,49	4.900.251,54	2.610	5265°
30°	MS	Taquarussu	1.873,95	6.689.986,22	3.570	4897°
31°	SP	Monções	1.868,43	4.189.028,21	2.242	5392°
32°	SP	Louveira	1.865,06	83.748.535,91	44.904	733°
33°	SP	São Caetano do Sul	1.860,35	295.470.361,36	158.825	181°
34°	RS	Guabiju	1.850,09	2.971.236,72	1.606	5533°
35°	GO	Ceres	1.839,84	40.538.968,34	22.034	1582°
36°	GO	Diorama	1.834,83	4.671.485,08	2.546	5299°
37°	PR	Saudade do Iguçu	1.833,69	9.920.252,39	5.410	4196°
38°	MG	Itaiaçu	1.830,14	19.915.630,16	10.882	2945°
39°	PR	Miraselva	1.793,22	3.371.258,95	1.880	5483°
40°	RS	União da Serra	1.787,89	2.490.534,19	1.393	5556°
41°	RS	Engenho Velho	1.787,30	2.443.233,20	1.367	5557°
42°	SC	Lajeado Grande	1.783,44	2.605.612,27	1.461	5551°
43°	SP	Zacarias	1.781,64	4.641.170,86	2.605	5268°
44°	GO	Alto Horizonte	1.780,71	10.023.609,63	5.629	4127°
45°	MT	Ribeirãozinho	1.780,28	4.105.329,18	2.306	5371°
46°	PI	Miguel Leão	1.779,77	2.190.900,40	1.231	5560°
47°	RS	André da Rocha	1.775,68	2.308.381,64	1.300	5559°
48°	ES	Anchieta	1.773,64	49.823.395,37	28.091	1221°
49°	SP	Turmalina	1.758,56	3.260.367,67	1.854	5488°
50°	SC	Flor do Sertão	1.757,07	2.806.043,42	1.597	5535°
51°	MS	Figueirão	1.733,59	5.235.437,72	3.020	5108°
52°	SP	Arco-Íris	1.732,19	3.244.388,64	1.873	5485°

Posição	UF	Município	Desp. com saúde per capita	Despesa com saúde	População 2016	Ranking pop. 2016
			em R\$			
53°	MG	Ingaí	1.720,25	4.773.704,04	2.775	5202°
54°	RS	Vista Alegre do Prata	1.719,25	2.771.436,38	1.612	5531°
55°	MT	Itaúba	1.717,38	6.706.368,16	3.905	4763°
56°	RJ	Macuco	1.717,16	9.301.848,19	5.417	4194°
57°	GO	Cachoeira de Goiás	1.712,79	2.430.443,78	1.419	5552°
58°	ES	Itapemirim	1.709,07	59.108.121,28	34.585	967°
59°	RO	Pimenteiras do Oeste	1.702,50	4.114.943,87	2.417	5345°
60°	RS	Boa Vista do Cadeado	1.694,14	4.276.005,70	2.524	5308°
61°	MT	Santa Cruz do Xingu	1.689,09	3.974.429,68	2.353	5359°
62°	RS	Muliterno	1.687,43	3.204.425,81	1.899	5480°
63°	SP	Santana da Ponte Pensa	1.686,29	2.652.541,15	1.573	5540°
64°	RS	Vespasiano Correa	1.685,57	3.313.825,52	1.966	5466°
65°	SC	Ermo	1.685,47	3.500.727,85	2.077	5444°
66°	RS	Montauri	1.681,89	2.608.606,31	1.551	5545°
67°	SP	Santa Salete	1.676,29	2.564.726,04	1.530	5547°
68°	SP	Colômbia	1.672,77	10.401.298,73	6.218	3943°
69°	MT	Santa Rita do Trivelato	1.671,75	5.240.945,34	3.135	5054°
70°	SC	Macieira	1.667,44	3.013.061,34	1.807	5500°
71°	PR	Santa Antônia do Paraíso	1.660,32	3.830.363,03	2.307	5370°
72°	MT	Serra Nova Dourada	1.657,84	2.566.330,65	1.548	5546°
73°	SP	União Paulista	1.656,48	2.936.942,51	1.773	5508°
74°	TO	Oliveira de Fátima	1.652,98	1.824.886,83	1.104	5565°
75°	SP	Lourdes	1.651,98	3.733.469,73	2.260	5384°
76°	SP	Fernão	1.650,27	2.772.451,39	1.680	5525°
77°	MG	Passabém	1.640,84	2.858.342,41	1.742	5513°
78°	SP	Cruzália	1.639,13	3.581.505,71	2.185	5414°
79°	SC	Tigrinhos	1.631,78	2.785.450,59	1.707	5518°
80°	SP	Santa Cruz da Esperança	1.631,30	3.420.843,50	2.097	5440°
81°	RJ	São Sebastião do Alto	1.630,45	14.796.336,64	9.075	3245°
82°	PR	São Pedro do Paraná	1.624,84	3.995.470,07	2.459	5333°
83°	PR	Alto Paraíso	1.618,97	4.916.808,84	3.037	5099°
84°	RS	Lagoa dos Três Cantos	1.617,93	2.667.967,32	1.649	5528°
85°	PB	Quixabá	1.615,62	3.122.990,70	1.933	5472°
86°	SP	Dirce Reis	1.614,82	2.872.758,69	1.779	5507°
87°	CE	Barbalha	1.607,13	95.371.618,96	59.343	542°
88°	SP	Nantes	1.606,87	4.843.104,76	3.014	5110°
89°	SP	Brejo Alegre	1.602,91	4.472.107,30	2.790	5195°
90°	SP	Nova Canaã Paulista	1.602,90	3.213.820,09	2.005	5458°
91°	RS	Carlos Gomes	1.601,44	2.498.238,93	1.560	5542°
92°	GO	Palmelo	1.597,05	3.864.867,56	2.420	5343°
93°	RS	Mato Queimado	1.595,69	2.854.680,52	1.789	5504°
94°	RJ	Vassouras	1.594,71	56.806.624,13	35.622	934°
95°	RS	Capão Bonito do Sul	1.591,70	2.807.761,60	1.764	5509°
96°	MG	Monjolos	1.591,35	3.722.156,85	2.339	5361°
97°	RJ	Pirai	1.585,01	44.519.778,08	28.088	1222°
98°	SP	Jaguariúna	1.576,03	83.638.079,58	53.069	618°
99°	MT	Porto dos Gaúchos	1.575,55	8.363.017,94	5.308	4226°
100°	BA	Madre de Deus	1.573,17	32.547.278,35	20.689	1693°

	Total dos 100 maiores	2.014,58	3.124.637.890,65	1.551.013	..
	Total dos demais	650,30	131.089.613.560,01	201.582.864	..
	Total Brasil¹	660,72	134.214.251.450,66	203.133.877	..

Fonte: elaborado por Aequus Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: ¹ Não inclui Brasília.



@fnprefeitos



/FrenteNacionaldePrefeitos

Filie seu município à FNP

Seja protagonista na retomada do desenvolvimento dos municípios brasileiros



A FNP promove a cada dois anos, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, e realiza, duas vezes por ano, Reuniões Gerais para alinhar com os prefeitos os principais temas a serem trabalhados nos três níveis de Poder.

Mais Brasil, menos Brasília.

www.fnp.org.br | (61) 3044-9800

FNP Frente
Nacional
de Prefeitos

O Brasil vive aqui

Realização:



O Brasil vive aqui

Elaboração:



Apoio:

